

Resenha

de Política Exterior do Brasil

número 107, 2º semestre de 2010

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 107, 2º semestre de 2010 - Ano 37, ISSN 0101 2428

© 2011 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Eduardo Albuquerque de Barros Braga

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

460p.

ISSN 01012428
Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS 33

CÚPULA BRASIL – COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ABERTURA DA CÚPULA
BRASIL – COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA
OCIDENTAL (CEDEAO) - ILHA DO SAL, CABO VERDE, 03/07/2010 33

VISITA À GUINÉ EQUATORIAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE VISITA À GUINÉ EQUATORIAL
- MALABO - GUINÉ EQUATORIAL, 05/07/2010 37

ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DO QUÊNIA, MWAI KIBAKI

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE
DO QUÊNIA, MWAI KIBAKI - NAIRÓBI, QUÊNIA, 06/07/2010 39

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-QUÊNIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE
INVESTIMENTOS DA GENERAL MOTORS DO BRASIL - CENTRO
CULTURAL BANCO DO BRASIL - DF , 15/07/2009 41

CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS ENTRE BRASIL E QUÊNIA

DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA, À IMPRENSA APÓS CERIMÔNIA DE
ASSINATURA DE ATOS - NAIRÓBI, QUÊNIA, 06/07/2010 47

ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-TANZÂNIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-TANZÂNIA - DAR ES SALAAM, TANZÂNIA, 7/072010 49

JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA ZÂMBIA, RUPIAH BWEZANI BANDA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA ZÂMBIA, RUPIAH BWEZANI BANDA - LUSACA, ZÂMBIA, 7/07/2010 57

CERIMÔNIA DE INÍCIO DA JORNADA PARA A COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE INÍCIO DA JORNADA PARA A COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014 - JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL, 8/07/2010 59

FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-ÁFRICA DO SUL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ENCERRAMENTO DO FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-ÁFRICA DO SUL - JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL, 09/07/2010 63

CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA INTERNACIONAL TURÍSTICA PARA O BRASIL 2014

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA INTERNACIONAL TURÍSTICA PARA O BRASIL 2014 - JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL, 9 DE JULHO DE 2010 71

JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL, JACOB ZUMA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL, JACOB ZUMA - PRETÓRIA, ÁFRICA DO SUL, 9/07/2010 73

XI CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CELSO AMORIM, NA XI CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A
MULHER DA AMÉRICA LATINA E CARIBE - BRASÍLIA, 13/07/10 77

4ª CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE
ATOS APÓS REUNIÃO PLENÁRIA DA 4ª CÚPULA BRASIL-
UNIÃO EUROPÉIA - PALÁCIO ITAMARATY - DF, 14/07/2010 79

4º FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, DURANTE ENCERRAMENTO DO 4º FÓRUM EMPRESARIAL
BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA - PALÁCIO ITAMARATY - DF, 14/07/2010 83

ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DO KUAITE, XEQUE NASSER AL SABAH

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DO
KUAITE, XEQUE NASSER AL SABAH - PALÁCIO ITAMARATY, 22/07/2010 91

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA NICARÁGUA, DANIEL ORTEGA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA
NICARÁGUA, DANIEL ORTEGA - PALÁCIO ITAMARATY, 28/07/2010 93

ENCONTRO COM O PRESIDENTE DO URUGUAI, JOSÉ MUJICA

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS ENCONTRO COM O PRESIDENTE
DO URUGUAI, JOSÉ MUJICA – RIVERA, URUGUAI, 30/07/2010 97

VISITA ÀS OBRAS DE TERRAPLANAGEM DA SUBESTAÇÃO DE VILLA HAYES DA LINHA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE VISITA ÀS OBRAS DE TERRAPLANAGEM DA SUBESTAÇÃO DE VILLA HAYES DA LINHA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU - VILLA HAYES, PARAGUAI, 30/07/2010 101

39ª REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL E SESSÃO DE TRABALHO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ABERTURA DA 39ª REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL E SESSÃO DE TRABALHO - SAN JUAN, ARGENTINA, 03/08/2010 105

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DE CAMARÕES, PAUL BIYA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DE CAMARÕES, PAUL BIYA - PALÁCIO ITAMARATY, 04/08/2010 111

CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE ATOS ASSINADOS EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE ATOS ASSINADOS EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ – CARACAS, VENEZUELA, 06/08/2010 113

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA – CARACAS, VENEZUELA, 06/08/2010 115

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-EL SALVADOR

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-EL SALVADOR - SÃO PAULO-SP, 09/08/2010 119

CERIMÔNIA EM HOMENAGEM AO DIPLOMATA VINICIUS DE MORAES

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA EM HOMENAGEM AO DIPLOMATA VINICIUS DE MORAES - PALÁCIO ITAMARATY, 16/08/2010 127

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHÁ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHA - PALÁCIO ITAMARATY, 25/08/2010 131

VISITA DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS - PALÁCIO ITAMARATY, 1º/09/2010 135

COMEMORAÇÃO AO DIA DA PÁTRIA

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DE ISRAEL, SHIMON PERES - PALÁCIO ITAMARATY, 11/11/2009 139

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINA DE RECONSTRUÇÃO DO HAITI

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINA DE RECONSTRUÇÃO DO HAITI – NOVA YORK, 20/09/2010 141

65ª SESSÃO ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 65ª SESSÃO ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 23/09/2010 143

CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS	149
---	-----

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA CÚPULA DE
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO CONSELHO DE
SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 23/09/2010

DEBATE TEMÁTICO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRA-TERRORISMO	151
---	-----

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NO DEBATE TEMÁTICO
DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
CONTRA-TERRORISMO - NOVA YORK, 27/09/2010

XXVI SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL	153
---	-----

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA XXVI SESSÃO PLENÁRIA
DO PARLAMENTO DO MERCOSUL - MONTEVIDÉU, 18/10/2010

VISITA DO PRESIDENTE DA ZÂMBIA, RUIPIAH BANDA	159
--	-----

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA ZÂMBIA,
RUIPIAH BANDA, AO BRASIL - PALÁCIO ITAMARATY, 18/11/2010

GLOBAL SOUTH-SOUTH DEVELOPMENT EXPO 2010	161
---	-----

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM POR OCASIÃO DA ABERTURA DA
“GLOBAL SOUTH-SOUTH DEVELOPMENT EXPO 2010” - GENEVRA, 22/11/2010

ATOS INTERNACIONAIS	165
----------------------------	-----

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	179
--	-----

VISITA DO PRESIDENTE LULA A CABO VERDE - ILHA DO SAL, 3 E 4 DE JULHO DE 2010 (02/07/2010)	179
--	-----

VISITA DO PRESIDENTE LULA À GUINÉ EQUATORIAL - MALABO, 4 E 5 DE JULHO DE 2010 (02/07/2010)	179
---	-----

XVII ENCONTRO DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MERCOSUL – UNIÃO EUROPÉIA. COMUNICADO DE IMPRENSA CONJUNTO (02/07/2010)	180
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO QUÊNIA - NAIRÓBI, 5 E 6 DE JULHO DE 2010 (04/07/2010)	180
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À GUINÉ EQUATORIAL - MALABO, 4 E 5 DE JULHO DE 2010 - COMUNICADO CONJUNTO (05/07/2010)	181
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À GUINÉ EQUATORIAL - MALABO, 4 E 5 DE JULHO DE 2010 (05/07/2010)	183
ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA REPÚBLICA DA GUINÉ (05/07/2010)	184
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À TANZÂNIA - DAR ES SALAM, 6 E 7 DE JULHO DE 2010 (05/07/2010)	184
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO QUÊNIA – NAIRÓBI, 5 E 6 DE JULHO DE 2010 (06/07/2010)	184
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À REPÚBLICA DA ZÂMBIA - LUSACA, 7 E 8 DE JULHO DE 2010 (07/07/2010)	185
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À TANZÂNIA - DAR ES SALAM, 6 E 7 DE JULHO DE 2010 (07/07/2010)	185
I CÚPULA BRASIL - COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO) – DECLARAÇÃO CONJUNTA – ILHA DO SAL, CABO VERDE, 3 DE JULHO DE 2010 (07/07/2010)	185
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A ZÂMBIA – LUSACA, 7 DE JULHO DE 2010 (08/07/2010)	189
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA À GUATEMALA (08/07/2010)	190

CONSULTAS CONJUNTAS DO BRASIL E DA ÍNDIA COM A UNIÃO EUROPÉIA (08/07/2010)	190
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ÁFRICA DO SUL – 8 E 9 DE JULHO DE 2010 (09/07/2010)	191
IV REUNIÃO DE CÚPULA DA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA - BRASÍLIA, 14 DE JULHO DE 2010 (13/07/2010)	191
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO IRAQUE (14/07/2010)	192
IV CÚPULA BRASIL- UNIÃO EUROPEIA - DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASÍLIA, 14 JULHO DE 2010 (14/07/2010)	192
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA IV CÚPULA BRASIL - UNIÃO EUROPEIA - BRASÍLIA, 14 JULHO DE 2010 (14/07/2010)	200
DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL - UNIÃO EUROPEIA - MOÇAMBIQUE RELATIVA À PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BIOENERGIA (14/07/2010)	200
CARTA DE INTENÇÕES ENTRE O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA SOBRE COLABORAÇÃO EM PROCESSOS ELEITORAIS – BRUXELAS, 14 DE JULHO DE 2010 (14/07/2010)	200
ACORDO ENTRE O ITAMARATY E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (16/07/2010)	202
CELEBRAÇÃO DOS VINTE ANOS DOS BRASILEIROS NO JAPÃO (16/07/2010)	202
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ARGÉLIA, MOURAD MEDELICI, E IV REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ARGÉLIA – BRASÍLIA, 19 DE JULHO DE 2010 (16/07/2010)	202
CONTENCIOSO NA OMC A RESPEITO DE MEDIDAS ANTIDUMPING NORTE-AMERICANAS SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA BRASILEIRO (16/07/2010)	203

ATOS ASSINADOS DURANTE A VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ARGÉLIA, MOURAD MEDELICI (19/07/2010)	203
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, HÉCTOR LACOGNATA - BRASÍLIA, 21 DE JULHO DE 2010 (20/07/2010)	203
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DO ESTADO DO KUAITE, XEQUE NASSER AL-MOHAMMED AL-AHMED AL- JABER AL-SABAH – 20 A 25 DE JULHO DE 2010 (21/07/2010)	204
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A ANGOLA, LÍBIA, TURQUIA, ISRAEL, PALESTINA E SÍRIA – 23 A 28 DE JULHO DE 2010 (21/07/2010)	204
ATOS ASSINADOS DURANTE A VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO- MINISTRO DO ESTADO DO KUAITE (22/07/2010)	205
COLÔMBIA – VENEZUELA (22/07/2010)	205
IV REUNIÃO MINISTERIAL DO BASIC - RIO DE JANEIRO, 25 E 26 DE JULHO (22/07/2010)	205
DECLARAÇÕES FINAIS DA VIII CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) – LUANDA, 23 DE JULHO DE 2010 (23/07/2010)	206
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AOS REFUGIADOS DOS CAMPOS DE TINDOUF (26/07/2010)	206
COMUNICADO CONJUNTO DIVULGADO AO FINAL DA IV REUNIÃO DE MINISTROS DO GRUPO BASIC - RIO DE JANEIRO - 25 E 26 DE JULHO DE 2010 (26/07/2010)	219
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA NICARÁGUA, DANIEL ORTEGA (27/07/2010)	221

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA NICARÁGUA, DANIEL ORTEGA - COMUNICADO CONJUNTO (28/07/2010)	221
VISITA AO BRASIL DA ADMINISTRADORA-GERAL DO PNUD, SENHORA HELEN CLARK (29/07/2010)	224
ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A REPÚBLICA DAS ILHAS MARSHALL (29/07/2010)	225
ENCONTRO ENTRE O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E O PRESIDENTE DO URUGUAI, JOSÉ MUJICA – RIVERA/SANTANA DO LIVRAMENTO, 30 DE JULHO DE 2010 (29/07/2010)	225
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PARAGUAI – VILLA HAYES, 30 DE JULHO DE 2010 (29/07/2010)	225
COMUNICADO CONJUNTO DA REUNIÃO DOS PRESIDENTES LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E JOSÉ ALBERTO MUJICA CORDANO (30/07/2010)	226
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DO ENCONTRO ENTRE O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E O PRESIDENTE DO URUGUAI JOSÉ MUJICA - RIVERA/SANTANA DO LIVRAMENTO - BRASÍLIA, 30 DE JULHO DE 2010 (30/07/2010)	230
XXXIX REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM (CMC) E CÚPULA DE PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS - SAN JUAN (ARGENTINA), 2 E 3 DE AGOSTO DE 2010 (30/07/2010)	231
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AOS REFUGIADOS COLOMBIANOS NO EQUADOR (30/07/2010)	231
ENCONTRO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA COM A PRESIDENTA DA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - SAN JUAN, 3 DE AGOSTO DE 2010 (02/08/2010)	232

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL - EGITO (02/08/2010)	232
DECLARAÇÃO CONJUNTA - SAN JUAN, 2 DE AGOSTO DE 2010 - ACORDO SOBRE O AQUÍFERO GUARANI (02/08/2010)	233
PRINCIPAIS RESULTADOS DO XXXIX CONSELHO DO MERCADO COMUM - SAN JUAN, 2 DE AGOSTO DE 2010 (03/08/2010)	233
XXXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM – SAN JUAN, ARGENTINA, 3 DE AGOSTO DE 2010 - COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL (03/08/2010)	236
XXXIX REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM - SAN JUAN, ARGENTINA – 3 DE AGOSTO DE 2010 - COMUNICADO CONJUNTO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS (03/08/2010)	241
DOCUMENTOS APROVADOS NA XXXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM E CÚPULA DE PRESIDENTES DO MERCOSUL - SAN JUAN, ARGENTINA, 2 E 3 DE AGOSTO DE 2010 (03/08/2010)	249
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE CAMEROUN, PAUL BIYA – BRASÍLIA, 4 E 5 DE AGOSTO DE 2010 (03/08/2010)	250
ENCHENTES NO PAQUISTÃO (03/08/2010)	250
34ª SESSÃO DO COMITÊ DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO (03/08/2010)	250
DECLARAÇÕES ADOTADAS NO ENCONTRO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA COM A PRESIDENTA DA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER - SAN JUAN, 3 DE AGOSTO DE 2010 (03/08/2010)	251
VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO, PATRÍCIA ESPINOSA - BRASÍLIA, 4 DE AGOSTO DE 2010 (04/08/2010)	261

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO CAMEROUN AO BRASIL – BRASÍLIA, 4 DE AGOSTO DE 2010 (04/08/2010)	262
INCIDENTE NA FRONTEIRA ENTRE ISRAEL E LÍBANO (04/08/2010)	262
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-CAMEROUN (05/08/2010)	262
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE O FORTALECIMENTO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS (05/08/2010)	264
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À VENEZUELA - CARACAS, 6 DE AGOSTO DE 2010 (05/08/2010)	266
VIAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À COLÔMBIA PARA PARTICIPAR DAS CERIMÔNIAS DE POSSE DO PRESIDENTE-ELEITO, JUAN MANUEL SANTOS - BOGOTÁ, 6 E 7 DE AGOSTO DE 2010 (06/08/2010)	267
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO PAQUISTÃO (06/08/2010)	267
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À VENEZUELA (06/08/2010)	267
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE EL SALVADOR, MAURICIO FUNES - SÃO PAULO, 9 DE AGOSTO DE 2010 (08/08/2010)	267
DESLIZAMENTOS NA CHINA (10/08/2010)	268
RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE A VENEZUELA E A COLÔMBIA (10/08/2010)	268
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DE EL SALVADOR, MAURICIO FUNES - SÃO PAULO, 9 DE AGOSTO DE 2010 (10/08/2010)	269
“VINICIUS DE MORAES - EMBAIXADOR DO BRASIL” (11/08/2010)	269

CONSULTA PÚBLICA SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DE BRASILEIROS NO EXTERIOR (11/08/2010)	270
MENSAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM AOS MINISTROS MARÍA ÁNGELA HOLGUÍN E NICOLÁS MADURO PELO RESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE A COLÔMBIA E A VENEZUELA (11/08/2010)	270
VIII REUNIÃO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL – CUBA (12/08/2010)	271
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NOVA ZELÂNDIA, MURRAY MCCULLY - SÃO PAULO, 13 E 14 DE AGOSTO DE 2010 (12/08/2010)	271
VIAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM A SÃO PAULO – 12 E 13 DE AGOSTO DE 2010 12/08/2010	272
SITUAÇÃO DA MENOR BRASILEIRA NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS (12/08/2010)	272
ATENTADO NA COLÔMBIA (12/08/2010)	272
APELO REFERENTE À SENHORA SAKINEH MOHAMMADI ASHTIANI (13/08/2010)	273
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NOVA ZELÂNDIA, MURRAY MCCULLY - SÃO PAULO, 13 DE AGOSTO DE 2010 – DECLARAÇÃO MINISTERIAL CONJUNTA (13/08/2010)	273
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, ALFREDO MORENO - BRASÍLIA, 17 DE AGOSTO DE 2010 (16/08/2010)	274
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, ALFREDO MORENO (17/08/2010)	275
II REUNIÃO DA COMISSÃO INTERINA PARA A RECONSTRUÇÃO DO HAITI - PORTO PRÍNCIPE, 17 DE AGOSTO DE 2010 (17/08/2010)	276

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO DO EQUADOR, RICARDO PATIÑO (18/08/2010)	276
DIA MUNDIAL DA AÇÃO HUMANITÁRIA (18/08/2010)	276
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA BRASIL-PARAGUAI (19/08/2010)	277
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHÁ – BRASÍLIA E FORTALEZA (24/08/2010)	277
ATENTADO NA SOMÁLIA (24/08/2010)	278
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DA VICE- MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA ÁFRICA DO SUL, SENHORA BATHABILE DLAMINI – BRASÍLIA, 24 DE AGOSTO DE 2010 (24/08/2010)	278
RETOMADA DO DIÁLOGO DIRETO ENTRE ISRAELENSES E PALESTINOS (25/08/2010)	278
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHÁ – BRASÍLIA, 25 DE AGOSTO DE 2010 (25/08/2010)	279
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHÁ – COMUNICADO CONJUNTO – BRASÍLIA, 25 DE AGOSTO DE 2010 (26/08/2010)	279
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA IV REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL DE COOPERAÇÃO BRASIL-UCRÂNIA – BRASÍLIA, 27 DE AGOSTO DE 2010 (27/08/2010)	282
CHACINA DE SAN FERNANDO (28/08/2010)	282
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS - BRASÍLIA E SÃO PAULO, 1º E 2 DE SETEMBRO DE 2010 (31/08/2010)	282

ATO ASSINADO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA – BRASÍLIA, 31 DE AGOSTO DE 2010 (31/08/2010)	283
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS – BRASÍLIA, 1º DE SETEMBRO DE 2010 (01/09/2010)	283
ATENTADO NA CISJORDÂNIA (01/09/2010)	284
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS - COMUNICADO CONJUNTO (01/09/2010)	284
ATAQUE A CIVIS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (06/09/2010)	289
MENSAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AOS BRASILEIROS NO EXTERIOR (06/09/2010)	289
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO LESOTO, MOHLABI KENNETH TSEKOA – BRASÍLIA, 8 DE SETEMBRO DE 2010 (06/09/2010)	290
AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS NO HAITI DURANTE A SEMANA DA PÁTRIA – PORTO PRÍNCIPE, 12 DE SETEMBRO DE 2010 (06/09/2010)	290
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO LESOTO, MOHLABI KENNETH TSEKOA – BRASÍLIA, 8 DE SETEMBRO DE 2010 (08/09/2010)	291
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DO CONGO, BASILE IKOUÉBÉ – BRASÍLIA, 9 DE SETEMBRO DE 2010 (08/09/2010)	291
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DE VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DO CONGO, BASILE IKOUÉBÉ – BRASÍLIA, 9 DE SETEMBRO DE 2010 (09/09/2010)	292

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A GENEVRA - 10 A 14 DE SETEMBRO DE 2010 (09/09/2010)	292
DESIGNAÇÃO RECÍPROCA DE EMBAIXADORES POR COLÔMBIA E VENEZUELA (11/09/2010)	292
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS PARA PROVIMENTO DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA (13/09/2010)	293
VISITA AO BRASIL DA RELATORA ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ESCRAVIDÃO (13/09/2010)	295
VOTOS DE RESTABELECIMENTO AO SECRETÁRIO- GERAL DA UNASUL (13/09/2010)	296
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO QUÊNIA, MOSES WETANG'ULA – BRASÍLIA, 14 DE SETEMBRO DE 2010 (13/09/2010)	297
VISITA AO BRASIL DO COMISSÁRIO DE COMÉRCIO DA UNIÃO EUROPEIA, KAREL DE GUCHT – BRASILIA E SÃO PAULO, 14 DE SETEMBRO DE 2010 (13/09/2010)	297
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO QUÊNIA, MOSES WETANG'ULA – BRASILIA, 14 DE SETEMBRO DE 2010 (14/09/2010)	297
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA TANZÂNIA, BERNARD KAMILLIUS MEMBE - BRASILIA, FOZ DO IGUAÇU, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, 14 A 19 DE SETEMBRO DE 2010 (14/09/2010)	298
LANÇAMENTO DO GUIA DE RETORNO AO BRASIL (15/09/2010)	298

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA TANZÂNIA, BERNARD KAMILLIUS MEMBE – BRASÍLIA, 15 DE SETEMBRO DE 2010 (15/09/2010)	299
CONSULTAS CONJUNTAS DO BRASIL E DA ÍNDIA COM A UNIÃO EUROPEIA SOBRE APREENSÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS EM TRÂNSITO (15/09/2010)	299
II REUNIÃO CONSULAR DE ALTO NÍVEL BRASIL- ESPANHA - COMUNICADO CONJUNTO (15/09/2010)	299
VIAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM A CUBA - HAVANA, 17 A 19 DE SETEMBRO DE 2010 (16/09/2010)	300
LIBERTAÇÃO DA CIDADÃ NORTE-AMERICANA SARAH SHOURD (17/09/2010)	300
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A NOVA YORK POR OCASIÃO DA 65ª ASSEMBLEIA GERAL DA ONU - 20 A 29 DE SETEMBRO DE 2010 (17/09/2010)	301
REUNIÃO DO DIÁLOGO ECONÔMICO DE ALTO NÍVEL BRASIL- REINO UNIDO – BRASÍLIA, 21 DE SETEMBRO DE 2010 (20/09/2010)	301
FUNDO DE COMBATE À FOME E À POBREZA (FUNDO IBAS) RECEBE O PRÊMIO “MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS” (20/09/2010)	301
CONEXÃO AÉREA REGULAR ENTRE RIO BRANCO E CUSCO (21/09/2010)	302
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DO ENCONTRO DO MINISTRO CELSO AMORIM COM O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA, KEVIN RUDD – NOVA YORK, 21 DE SETEMBRO DE 2010 (22/09/2010)	302
MISSÃO DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO AO AFGANISTÃO (22/09/2010)	302
REUNIÃO MINISTERIAL DOS PAÍSES DO G-4 (BRASIL, ALEMANHA, ÍNDIA E JAPÃO) À MARGEM DA 65ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (24/09/2010)	303

REUNIÃO MINISTERIAL DO IBAS À MARGEM DO DEBATE GERAL DA 65ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (27/09/2010)	304
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO HAITI - PORTO PRÍNCIPE, 29 E 30 DE SETEMBRO DE 2010. (28/09/2010)	305
III REUNIÃO DO CONSELHO DE CHANCELERES DO FÓRUM DE COOPERAÇÃO ÁFRICA-AMÉRICA DO SUL – NOVA YORK, 27 DE SETEMBRO DE 2010 (28/09/2010)	305
FIM DA MORATÓRIA DE EXPANSÃO DE ASSENTAMENTOS EM TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS (28/09/2010)	307
II REUNIÃO DO CONSELHO DE CHANCELERES DA ASPA (29/09/2010)	307
TRÁFICO DE PESSOAS, EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO – MISSÃO BRASILEIRA A PORTUGAL E ESPANHA (29/09/2010)	307
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO HAITI (30/09/2010)	308
DECLARAÇÃO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL SOBRE A SITUAÇÃO NO EQUADOR (30/09/2010)	309
SITUAÇÃO POLÍTICA NO EQUADOR (30/09/2010)	309
ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO (01/10/2010)	310
RELATOR ESPECIAL DA ONU SOBRE DIREITO À SAÚDE (01/10/2010)	310
DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES SOBRE A SITUAÇÃO NO EQUADOR - BUENOS AIRES, 1º DE OUTUBRO DE 2010 (01/10/2010)	310
DECLARAÇÃO DE QUITO SOBRE A SITUAÇÃO NO EQUADOR - QUITO, 1º DE OUTUBRO DE 2010 (04/10/2010)	311

ESTUDO DE VIABILIDADE DE PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS NO SENEGAL (04/10/2010)	312
VI COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL BRASIL-RÚSSIA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, COMERCIAL, POLÍTICA E TECNOLÓGICA (06/10/2010)	312
RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE LUIZ CARLOS PRESTES (07/10/2010)	313
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VI COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL BRASIL-RÚSSIA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, COMERCIAL, POLÍTICA E TECNOLÓGICA – VI CIC (08/10/2010)	313
ATA DA VI REUNIÃO DA COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL BRASIL-RÚSSIA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, COMERCIAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (08/10/2010)	314
GARIMPEIROS BRASILEIROS NA BOLÍVIA (08/10/2010)	316
ASSISTÊNCIA PRESTADA AOS GARIMPEIROS BRASILEIROS DETIDOS NA BOLÍVIA (10/10/2010)	316
ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (13/10/2010)	316
OPERAÇÃO DE RESGATE DE MINEIROS NO CHILE (13/10/2010)	317
MENSAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PRESIDENTE DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA, POR OCASIÃO DO RESGATE DOS TRABALHADORES DA MINA DE SAN JOSÉ (13/10/2010)	317
DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO (14/10/2010)	318
PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES DO IBAS NO CONSELHO DE SEGURANÇA EM 2011 (15/10/2010)	318

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA XXVI SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL (15/10/2010)	319
SOBRE A CUMULATIVIDADE DAS EMBAIXADAS NO EXTERIOR (18/10/2010)	319
APROVAÇÃO DO CRITÉRIO DE REPRESENTAÇÃO CIDADÃ DO PARLAMENTO DO MERCOSUL – MONTEVIDÉU, 18 DE OUTUBRO DE 2010 (18/10/2010)	319
MENSAGENS DO MINISTRO CELSO AMORIM AOS CHANCELERES DA BOLÍVIA E DO PERU SOBRE A DECLARAÇÃO DE ILO (22/10/2010)	320
SURTO DE CÓLERA NO HAITI (22/10/2010)	320
PROVIDÊNCIAS DO GOVERNO BRASILEIRO A RESPEITO DO SURTO DE CÓLERA NO HAITI (025/10/2010)	321
TERREMOTO NA INDONÉSIA / EARTHQUAKE IN INDONESIA (26/10/2010)	321
MENSAGEM DO MINISTRO CELSO AMORIM AO CHANCELER ARGENTINO PELO FALECIMENTO DO SECRETÁRIO-GERAL DA UNASUL E EX-PRESIDENTE NÉSTOR KIRCHNER (27/10/2010)	322
PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE DO MERCOSUL LAMENTA O FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE NÉSTOR KIRCHNER (27/10/2010)	322
ENTREGA DO PRÊMIO “BRAVO BUSINESS” AO MINISTRO CELSO AMORIM (28/10/2010)	322
PARCERIA ENTRE O ITAMARATY E OS HOSPITAIS ALBERT EINSTEIN E SÍRIO-LIBANÊS NO COMBATE AO SURTO DE CÓLERA NO HAITI (29/10/2010)	323
ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DE REPRESENTANTES DE BRASILEIROS NO EXTERIOR - VOTAÇÃO ATÉ 9 DE NOVEMBRO (29/10/2010)	323
ATENTADOS NO IRAQUE (03/11/2010)	323
FORMATURA DA “TURMA ZILDA ARNS” DO INSTITUTO RIO BRANCO (04/11/2010)	324

ACIDENTE AÉREO EM CUBA (05/11/2010)	324
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A MOÇAMBIQUE (05/11/2010)	324
MISSÃO BRASILEIRA A CUBA (06/11/2010)	324
ASSISTÊNCIA DO GOVERNO BRASILEIRO A SANTA LÚCIA (07/11/2010)	325
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-MÉXICO - 8 DE NOVEMBRO DE 2010 (08/11/2010)	325
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A MOÇAMBIQUE (09/11/2010)	326
ELEIÇÕES EM MYANMAR (09/11/2010)	327
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (10/11/2010)	327
ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA REPÚBLICA DA GUINÉ (10/11/2010)	327
VISITA AO BRASIL DA PERITA INDEPENDENTE SOBRE DIREITOS CULTURAIS DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS, FARIDA SHAHEED (10/11/2010)	327
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DEFESA DO TIMOR-LESTE, JÚLIO TOMÁS PINTO (10/11/2010)	328
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DA DEFESA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, CARLOS STOCK (10/11/2010)	328
COMUNICADO CONJUNTO ENTRE A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (11/11/2010)	328

ELEIÇÃO PARA A JUNTA EXECUTIVA DA ONU-MULHERES (11/11/2010)	329
RESULTADO DO PROCESSO DE CONSULTAS PARA ESCOLHA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DE BRASILEIROS NO EXTERIOR (12/11/2010)	330
SEMINÁRIO “CRIANÇAS E INTERNET: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO” - BRASÍLIA, 16 DE NOVEMBRO DE 2010 (12/11/2010)	331
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO ZIMBÁBUE, SIMBARASHE MUMBENGEGWI (12/11/2010)	331
SEMINÁRIO “COMO FAZER NEGÓCIOS COM A ONU” - RIO DE JANEIRO, 7 DE DEZEMBRO DE 2010 (12/11/2010)	331
LIBERTAÇÃO DA SENHORA AUNG SAN SUU KYI, EM MYANMAR (13/11/2010)	332
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO ZIMBÁBUE, SIMBARASHE MUMBENGEGWI (16/11/2010)	332
COOPERAÇÃO DO BRASIL PARA AUXÍLIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC) (17/11/2010)	333
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA, RUIAH BWEZANI BANDA – SÃO PAULO E BRASÍLIA, 15 A 18 DE NOVEMBRO DE 2010 (17/11/2010)	333
CURSO INTERNACIONAL PARA TREINADORES DE FUTEBOL – SÃO PAULO, 22 A 26 DE NOVEMBRO DE 2010 (17/11/2010)	334
PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS (17/11/2010)	334
COMUNICADO CONJUNTO ENTRE A REPÚBLICA DA ZÂMBIA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (18/11/2010)	335
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ZÂMBIA, RUIAH BWEZANI BANDA - 18 DE NOVEMBRO DE 2010 (18/11/2010)	336

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL EM CÔTE D'IVOIRE (18/11/2010)	336
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A GENEBRA (20/11/2010)	337
TENSÃO NA PENÍNSULA COREANA (23/11/2010)	337
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO SUDÃO, ALI KARTI - 23 A 26 NOVEMBRO DE 2010 (23/11/2010)	337
INAUGURAÇÃO DE OBRA DO ARTISTA ALEX FLEMMING NO ITAMARATY (24/11/2010)	338
IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL - GEORGETOWN, 25 E 26 DE NOVEMBRO DE 2010 (24/11/2010)	338
MENSAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DO MINISTRO CELSO AMORIM AO GOVERNO DO SURINAME, EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE MINEIROS NO DEPARTAMENTO DE SIPALIWINI (24/11/2010)	338
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO SUDÃO, ALI KARTI (24/11/2010)	339
MORTE DE MINERADORES NA NOVA ZELÂNDIA (24/11/2010)	339
MORTES NO FESTIVAL DA ÁGUA NO CAMBOJA (24/11/2010)	340
ASSISTÊNCIA DO GOVERNO BRASILEIRO AO HAITI (25/11/2010)	340
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA IV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL - GEORGETOWN, (26/11/2010)	340

CANDIDATURA BRASILEIRA À DIREÇÃO-GERAL DA FAO (26/11/2010)	347
VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, A PARAMARIBO, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS TRINTA E CINCO ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO SURINAME (27/11/2010)	348
COOPERAÇÃO COM A COLÔMBIA NO ATENDIMENTO A POPULAÇÕES FLAGELADAS PELAS RECENTES CHUVAS E ALAGAMENTOS (27/11/2010)	349
PREMIAÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM PELA REVISTA FOREIGN POLICY – WASHINGTON, 30 DE NOVEMBRO DE 2010 (29/11/2010)	349
II REUNIÃO DA COMISSÃO VICE-MINISTERIAL DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-PERU - LIMA, 29 DE NOVEMBRO DE 2010 (01/12/2010)	349
X REUNIÃO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA - LIMA, 30 DE NOVEMBRO DE 2010 (01/12/2010)	350
CHUVAS NA VENEZUELA (01/12/2010)	352
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA II REUNIÃO DA COMISSÃO VICE-MINISTERIAL DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL- PERU - LIMA, 29 DE NOVEMBRO DE 2010 (02/12/2010)	352
“III CONFERÊNCIA BRASILEIROS NO MUNDO” – ABERTURA SOLENE PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E POSSE DO CRBE (02/12/2010)	353
XX CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO (02/12/2010)	353
VISITA AO BRASIL DO DIRETOR-EXECUTIVO DA NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA (NEPAD), IBRAHIM MAYAKI – 2 A 6 DE DEZEMBRO DE 2010 (02/12/2010)	353

RECONHECIMENTO DO ESTADO PALESTINO NAS FRONTEIRAS DE 1967 (03/12/2010)	354
CARTAS DOS PRESIDENTES LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E MAHMOUD ABBAS A RESPEITO DO RECONHECIMENTO PELO GOVERNO BRASILEIRO DO ESTADO PALESTINO NAS FRONTEIRAS DE 1967 (03/12/2010)	356
INCÊNDIO EM ISRAEL (03/12/2010)	357
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA XX CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO (05/12/2010)	358
NEGOCIAÇÕES MERCOSUL - UNIÃO EUROPEIA (08/12/2010)	359
ELEIÇÕES NO HAITI (08/12/2010)	359
SITUAÇÃO NA COLÔMBIA (08/12/2010)	359
ASSISTÊNCIA À VENEZUELA (08/12/2010)	359
MESA REDONDA DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS) - BRASÍLIA, 6 E 7 DE DEZEMBRO DE 2010 (09/12/2010)	360
ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA REPÚBLICA DE CÔTE D'IVOIRE (COSTA DO MARFIM) (10/12/2010)	360
CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA RODADA SÃO PAULO DO SGPC (13/12/2010)	360
XL CONSELHO DO MERCADO COMUM E CÚPULA DO MERCOSUL FOZ DO IGUAÇU, 16 E 17 DE DEZEMBRO DE 2010 (15/12/2010)	361
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA – FOZ DO IGUAÇU, 15 A 17 DE DEZEMBRO DE 2010 (15/12/2010)	362

SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (15/12/2010)	362
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA RODADA SÃO PAULO DO SGPC - FOZ DO IGUAÇU, 15 DE DEZEMBRO DE 2010 (15/12/2010)	363
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA, KEVIN RUDD – FOZ DO IGUAÇU, 15 DE DEZEMBRO DE 2010 (15/12/2010)	365
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA, KEVIN RUDD - DECLARAÇÃO CONJUNTA (16/12/2010)	365
REUNIÃO MINISTERIAL BRASIL-TURQUIA (16/12/2010)	368
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO DE ESTADO DA TURQUIA PARA ASSUNTOS DA UNIÃO EUROPEIA, EGEMEN BAGIS - FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 (16/12/2010)	374
XL REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM DO SUL – COMUNICADOS DE IMPRENSA (16/12/2010)	374
ATO ASSINADO ENTRE O MERCOSUL E A ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA – FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 (16/12/2010)	375
ATO ASSINADO ENTRE O MERCOSUL E A REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA – FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 (16/12/2010)	375
REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-AUSTRÁLIA-NOVA ZELÂNDIA – FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 – DECLARAÇÃO CONJUNTA (16/12/2010)	375
REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-EMIRADOS ÁRABES UNIDOS – FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 – COMUNICADO DE IMPRENSA (16/12/2010)	376

ATO ASSINADO ENTRE O MERCOSUL E A REPÚBLICA DA TURQUIA – FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 (16/12/2010)	377
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA XL REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM DO SUL – FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 (16/12/2010)	378
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DO ENCONTRO ENTRE OS PRESIDENTES DO BRASIL E DO SURINAME - FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 (16/12/2010)	379
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FOCM (16/12/2010)	379
ENCONTRO ENTRE OS PRESIDENTES DO BRASIL E DO SURINAME - COMUNICADO CONJUNTO - FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 (17/12/2010)	380
COMUNICADOS EMITIDOS POR OCASIÃO DA XL CÚPULA DE PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS (17/12/2010)	382
DECLARAÇÕES EMITIDAS POR OCASIÃO DA XL CÚPULA DE PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS – FOZ DO IGUAÇU, 17 DE DEZEMBRO DE 2010 (17/12/2010)	395
CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOBRE MEDIDAS ANTIDUMPING APLICADAS SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA BRASILEIRO RELATÓRIO PROVISÓRIO DO PAINEL (20/12/2010)	397
ELEIÇÕES NO HAITI (21/12/2010)	398
VAGAS PARA CANDIDATOS AFRODESCENDENTES NO CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (28/12/2010)	398
CONTA BANCÁRIA PARA ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DESTINADOS À COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA INTERNACIONAL (29/12/2010)	398

ENCONTRO ENTRE A PRESIDENTA ELEITA DILMA ROUSSEFF E O PRIMEIRO-MINISTRO DA BULGÁRIA, BOYCO BORISSOV (29/12/2010) 399

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA BULGÁRIA (30/12/2010) 399

CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (30/12/2010) 399

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO CELSO AMORIM E O EMBAIXADOR EM MISSÃO ESPECIAL DO JAPÃO, DEPUTADO TARO ASO (30/12/2010) 400

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO CELSO AMORIM E O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA, GEORGES REBELO CHIKOTI (30/12/2010) 400

ENTRADA DA ÁFRICA DO SUL NO BRIC (31/12/2010) 400

ARTIGOS 403

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, INTITULADO “NO NOVO MAPA DO MUNDO, O PAÍS ESTÁ MAIOR”, PUBLICADO NO JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO”. 09/08/2010 403

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, INTITULADO “DEDO ACUSADOR PODE RENDER APLAUSO, MAS RARAMENTE SALVA”, PUBLICADO NO JORNAL “FOLHA DE S. PAULO”. 15/8/2010 407

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, INTITULADO “SEVEN YEARS OF PROGRESS, EXPANSION”, PUBLICADO NO PERIÓDICO NORTE-AMERICANO “THE MIAMI HERALD”. 13/9/2010 409

ENTREVISTAS 413

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO JORNAL “VALOR ECONÔMICO” – BRASÍLIA – DF, 09/08/2010	413
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO JORNAL “A TRIBUNA”, 15/08/2010	419
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, À “SWISSINFO”, SWISS RADIO INTERNATIONAL, 03/09/2010	423
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO JORNAL “FOLHA DE S. PAULO”, 24/9/2010	433
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, À REVISTA “ROLLING STONE BRASIL”, OUTUBRO/2010	437
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”, 15/11/2010	441
ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”, 28/11/2010	449
ÍNDICE REMISSIVO	453

DISCURSOS

CÚPULA BRASIL – COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ABERTURA DA CÚPULA BRASIL –
COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL
(CEDEAO) - ILHA DO SAL, CABO VERDE, 03/07/2010

Excelentíssimo senhor Pedro Pires, presidente
da República de Cabo Verde,

Excelentíssimo Primeiro-Ministro de Cabo
Verde,

Excelentíssimo senhor Goodluck Jonathan,
presidente da República da Nigéria e presidente
em exercício da Cedeao,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de
Governo,

Senhor presidente da Comissão da Cedeao,
James Victor Gbeho,

Senhoras e senhores chefes de missões,

Senhoras ministras e senhores ministros,

Senhoras embaixadoras e senhores
embaixadores,

Senhores e senhores jornalistas aqui presentes,

Amigos e amigas,

Quero homenagear Cabo Verde pela realização
desta Cúpula da Comunidade Econômica dos
Estados da África do Oeste com o Brasil.

Aqui estamos reafirmando o compromisso
comum de construir uma zona de paz e
prosperidade unindo as duas margens do Atlântico.

Nos une uma história construída com o sacrifício
de milhões de africanos. Compartilhamos traços
físicos, espirituais e culturais, que fazem do Brasil
a segunda maior nação negra do mundo.

Mas hoje estamos unidos, sobretudo, por
uma visão de futuro. Um Brasil que encontrou o
caminho do desenvolvimento com justiça social
e uma África que dá provas de maturidade e
determinação para superar décadas de estagnação
e conflito.

Por essa razão, faço minha oitava viagem
ao continente. Até o final do meu mandato
terei visitado 25 países. Cultivei uma intensa
relação com vários líderes africanos. Por isso
posso afirmar que o século XXI testemunhará o
renascimento africano.

Senhoras e senhores,

A África está determinada a traçar seu próprio
destino, livre do ranço do colonialismo, livre de
novas formas de dominação.

Os países do continente vêm assumindo
compromissos que reforçam a democracia e
plantam as sementes do desenvolvimento:

transparência administrativa, fortalecimento institucional, proteção dos direitos humanos e prioridade governamental para a educação e para a saúde.

Sabemos que esses esforços não frutificarão sem paz e segurança. A União Africana tem estado na vanguarda das iniciativas regionais de pacificação duradoura de tensões sociais, políticas e étnicas que tanto retardaram o progresso do Continente.

A Cedeao tem sido fundamental nos esforços de mediação para resolver conflitos internos, como os da Libéria e de Serra Leoa. A pronta atuação da Comunidade ajudou a reverter a instabilidade na Guiné e no Níger, e criou condições para retomar o caminho da democracia e do desenvolvimento.

Senhores Presidentes,

O Brasil é parceiro da África nessa empreitada. Somos países em desenvolvimento, lutamos para oferecer vida digna a milhões de pessoas. Conhecemos o desafio de garantir que todos possam se alimentar de forma digna. Sabemos que é fundamental promover um desenvolvimento rural sustentável e preservar o meio ambiente.

Nossos solos, nosso clima tropical e nossos recursos genéticos também nos aproximam. O cerrado brasileiro, onde se desenvolve uma pujante agricultura e pecuária, guarda fortes semelhanças com a savana africana. Em muitos países do Continente, inclusive os da Cedeao, podemos reproduzir a revolução da agricultura brasileira.

Convertemos terras improdutivas em espaços agrícolas férteis, graças à intervenção articulada da investigação agrícola aplicada e a um leque de políticas públicas.

Geramos convivência harmoniosa entre uma agropecuária empresarial moderna e uma agricultura familiar robusta. A produção do pequeno agricultor responde por 10% do nosso PIB. Gera milhões de empregos e fornece 70% dos alimentos que consumimos

no Brasil. Eleva a renda no campo e multiplica seus efeitos no consumo.

A agricultura também originou uma outra revolução: a dos biocombustíveis. Sem prejudicar a produção de alimentos, gera empregos e renda na zona rural e promove uma matriz energética renovável e barata.

O empenho africano em incentivar energias renováveis estimulou-nos a propor a criação um centro brasileiro-africano de excelência em bioenergia.

Fico satisfeito que nossa Declaração reflita a prioridade dos biocombustíveis em nossa cooperação. Mas nada disso se faz sem capacitação profissional e formação de recursos humanos.

Por isso estamos criando uma Universidade para 10 mil alunos brasileiros e africanos, em Redenção, no estado do Nordeste brasileiro, no Ceará. Foi lá que teve início a luta pela libertação dos escravos. Lá serão formados profissionais nas áreas de saúde, agricultura e de gestão pública, com o compromisso de voltarem a atuar nos seus países africanos.

Senhoras e senhores,

O Escritório da Embrapa na África já produz resultados concretos: são 35 projetos em 16 países, que receberão financiamento de 10 milhões de dólares. Vários deles se realizam em países da Cedeao. Projetos de pesquisa no Mali e no Senegal estão melhorando variedades de algodão e arroz.

A Agência Brasileira de Cooperação vem implementando mais de 70 projetos em países da Cedeao, totalizando 17,5 milhões de dólares em áreas que vão desde educação e saúde até formação profissional e segurança pública.

Mas queremos mais. Foi esse o objetivo do Diálogo Brasil - Países Africanos sobre Desenvolvimento Rural, com a presença de 45 ministros africanos em Brasília.

Decidimos lançar um mecanismo financeiro conjunto Brasil-Cedeao para o financiamento de

projetos, que irão além da cooperação técnica, incentivarão os investimentos e o comércio.

Vamos executar projetos-piloto do Programa de Aquisição de Alimentos, conjugando a melhoria nutricional das populações carentes com incentivo à agricultura familiar.

Como no caso brasileiro, essas iniciativas criarão empregos e renda, incentivarão a formação de cooperativas e associações de agricultores.

Caros amigos,

Ninguém duvida da urgência de reformarmos a governança econômica e política internacional. Mas essa reforma só tem sentido se for para favorecer o desenvolvimento com inclusão social.

Eliminar a pobreza e derrotar a fome deve ser nossa ambição maior. No G-20, o Brasil defende lugar central na agenda internacional para a agricultura e a segurança alimentar, com ênfase na revitalização da agricultura africana.

A FAO é decisiva para construir um mundo sem fome. Por isso, o Brasil apóia um Comitê de Segurança Alimentar forte, capaz de forjar uma verdadeira Parceria Global para a Agricultura.

O Programa Mundial de Alimentos tem papel fundamental nessa estratégia, beneficiando as populações vulneráveis e estimulando o pequeno produtor rural. O FIDA precisa apoiar programas nacionais de regularização fundiária e de ampliação de crédito e seguro agrícola.

O FMI e o Banco Mundial não podem seguir como antes. O Brasil se tornou credor dessas entidades para que elas mudassem. Basta de programas de ajuste estrutural que inviabilizam medidas de inclusão social em nossos países.

Atender às expectativas dos países mais pobres também é nossa prioridade em relação à OMC. A conclusão da Rodada de Doha, com base nos acordos já alcançados, é fundamental para consolidar um regime multilateral de comércio mais justo e equitativo. É absolutamente necessário encontrar uma solução justa para a

questão dos subsídios ao algodão, que afetam profundamente países desta região da África.

Senhoras e senhores,

O Brasil confia na África. Acreditamos que 800 milhões de africanos necessitam e podem realizar a promessa de uma região com vastas riquezas naturais e extraordinárias perspectivas de crescimento.

Tenho a certeza de que esta reunião será a semente de uma cooperação duradoura e produtiva entre o Brasil e a África Ocidental.

Eu queria, meus amigos, dizer mais duas palavras para vocês, porque está chegando ao final do meu mandato e eu não sei quando eu vou encontrar tantos companheiros dirigentes africanos em uma única reunião.

A verdade, presidente Pedro Pires, é que o Brasil não apenas pela vontade do presidente Lula ou do ministro Celso Amorim ou de outros ministros, o Brasil tomou uma decisão política de se reencontrar com o continente africano.

Eu digo sempre que nós não temos como pagar, nós não temos como mensurar em dinheiro a dívida histórica que o Brasil tem com o continente africano. Não tem, não existe... porque nós somos devedores do nosso jeito de ser, nós somos devedores da nossa cultura, nós somos devedores da nossa arte, nós somos devedores da nossa cor, da miscigenação do povo brasileiro. Basta que a gente assista a uma Copa do Mundo para a gente perceber que de um lado você tem Seleção só de asiáticos, de outro lado você tem Seleção só de negros, de outro lado você tem Seleção só de brancos, e somente a Seleção brasileira é que mistura brancos, negros, índios e o que mais tiver no mundo.

Essa miscigenação é uma coisa que faz o Brasil ser um país diferente. Ainda nesta semana o Congresso Nacional brasileiro aprovou o Estatuto da Igualdade Racial, que era uma demanda que estávamos brigando há mais de quinze anos. Nesta semana nós participamos da formação de 464 médicos brasileiros, meninos

pobres da periferia, vários deles negros, que conseguiram se formar em Medicina, coisa que jamais poderiam se tivessem que pagar uma mensalidade escolar.

Eu sinto, como presidente do Brasil, que é uma coisa que está enraizada na cultura da juventude brasileira a aproximação com a África. Já não é mais uma coisa de benevolência, é uma coisa de decisão de Estado, de decisão de um povo, que aproximar-se do continente africano e estender ao continente africano parte das políticas públicas que nós fazemos no Brasil. Por exemplo, faz pouco tempo que nós decidimos estender para a África a venda de máquinas e equipamentos agrícolas nas mesmas condições que a gente vende, com um programa especial, para os agricultores brasileiros e para os agricultores da América Latina, sobretudo dos países mais pobres.

Nós sabemos perfeitamente bem que a relação do Brasil com a África não pode ser uma relação apenas comercial, uma relação de um país que tem mais tecnologia, que tem mais indústria, que é mais desenvolvido e que, portanto, quer apenas vender os seus produtos para os países africanos. Se o Brasil pensar somente assim, o Brasil estará pensando com a mesma mesquinhez que, historicamente, os colonizadores pensaram (incompreensível) para o continente africano. O que nós queremos, na verdade, além do comércio que temos que fazer entre nós, é criar as condições de transferência de tecnologia, para que o continente africano possa produzir as coisas que nós produzimos no Brasil, sobretudo na área de biocombustíveis, que eu entendo que pode ser uma coisa de muita valia para o continente africano. Se os países ricos estiverem dispostos a cumprir o Protocolo de Quioto e estiverem dispostos a colocar no seu combustível, até 2020, 10% de etanol ou um percentual de biodiesel.

Então, com essas palavras, eu queria dizer para vocês que quando eu fui à Ilha de Gorée

e pedi perdão em nome dos brasileiros, é muito mais do que uma frase de efeito. É um sentimento de um cidadão brasileiro, governante do Brasil, que reconhece que o Brasil não seria o que é se não fosse a participação de milhões de africanos na construção do nosso país.

Portanto, eu quero agradecer o convite para estar nesta reunião e dizer para vocês: independentemente de o Lula ser presidente do Brasil, quem vier depois de mim está moralmente, politicamente e eticamente comprometido a fazer muito mais.

A Universidade será na cidade de Redenção, no estado do Ceará. Será uma universidade... falta só uma Comissão, para ser aprovada no Senado. Será uma universidade para dez mil alunos, cinco mil brasileiros e cinco mil africanos. E nós queremos formar os estudantes africanos para que eles retornem para a África. Eles têm que ficar um período no Brasil e um período na África. A nossa preocupação é não permitir que ele vá para o Brasil, arrume logo uma namorada no Brasil, se forme, e não queira mais voltar para trabalhar na África. Nós queremos, tanto na área da gestão pública, quanto na área da agricultura, na área da Medicina, ajudar a formar os quadros que tanto os países africanos precisam. Também estamos fazendo uma Universidade Latino-Americana, com currículo latino-americano, professores latino-americanos, estudantes latino-americanos. Essa é a forma mais correta que nós achamos que o Brasil pode trabalhar a integração.

Portanto, de coração, muito obrigado pelo convite para que o Brasil participe desta reunião.

VISITA À GUINÉ EQUATORIAL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE VISITA À GUINÉ EQUATORIAL
- MALABO - GUINÉ EQUATORIAL, 05/07/2010

Meu caro amigo presidente Obiang,
Companheiros brasileiros e companheiros
da Guiné Equatorial,

Pastor Micha Ondo Bilé, ministro das
Relações Exteriores da Guiné Equatorial, por
meio de quem cumprimento todos os ministros
aqui presentes,

Companheiro Celso Amorim, ministro
das Relações Exteriores do Brasil, por meio
de quem cumprimento todos os ministros
brasileiros,

Empresários brasileiros,
Empresários da Guiné,
Amigos do corpo diplomático,
Senhoras e senhores,

Ser o primeiro presidente brasileiro a
visitar a Guiné Equatorial é mais do que
uma satisfação pessoal, é oportunidade para
recuperar o tempo perdido. Vamos realizar
um potencial adormecido desde 1974, quando
estabelecemos nossas relações diplomáticas.
Queremos consolidar um diálogo lançado
pelas visitas pioneiras do presidente Obiang
ao Brasil, em 2006 e 2008.

Senhor Presidente,

A Guiné Equatorial e o Brasil apostam na
cooperação solidária como resposta aos nossos
desafios comuns rumo ao desenvolvimento

duradouro e sustentável. Foi com esta
convicção que lançamos o Diálogo Brasil-
África sobre Segurança Alimentar, Combate
à Fome e Desenvolvimento Rural, em maio
passado.

A Embrapa vem colhendo resultados
extraordinários em solo africano. Para garantir
que essa experiência esteja ao alcance de
todos, vamos estabelecer um centro brasileiro-
africano de excelência em bioenergia, com
estrutura e alcance regional.

A produção de alimentos e de
biocombustíveis são complementares e
plenamente compatíveis. O Brasil é o maior
exemplo de que é possível aumentar a
produção de energia limpa sem comprometer
nossa riqueza e diversidade agrícola.

Sabemos que não há agricultura forte sem
uma agricultura familiar robusta. A Guiné pode
reproduzir a experiência brasileira com políticas
públicas voltadas para o pequeno e médio produtor
rural. O Programa de Aquisição de Alimentos
do Brasil combina soberania alimentar com
um leque bem-sucedido de políticas sociais. O
Plano da Guiné Equatorial, Horizonte 2020, vai
nessa direção: fazer do pequeno agricultor local
um parceiro fundamental no desenvolvimento
do país.

Guiné Equatorial e Brasil têm um potencial extraordinário para crescerem juntos. É o que demonstra a notável elevação de nosso comércio bilateral. Entre 2002 e 2008 passou de US\$ 7 para US\$ 411 milhões. Com a criação da Comissão Mista Brasil-Guiné Equatorial, nosso intercâmbio avançará muito mais.

Por essa razão, trouxe comigo importante delegação empresarial composta por representantes dos setores de infraestrutura, aeronáutico, agronegócio, energia, maquinário agrícola e telecomunicações. Todos eles identificam novas oportunidades de negócios.

Empresas brasileiras já operam na Guiné Equatorial em obras de infraestrutura, na cidade de Bata. Estão fazendo da engenharia brasileira um parceiro na construção de moradias, estradas, barragens fluviais e usinas hidrelétricas.

O desenvolvimento do país passa também pelo aproveitamento soberano de seus recursos marítimos. Por meio de acordo no setor de defesa, Guiné Equatorial vai adquirir uma corveta brasileira junto à Emgepron. Vamos reproduzir no Golfo da Guiné a boa cooperação que a Marinha do Brasil mantém com a Namíbia.

Senhor Presidente,

Nossa paixão comum pelo esporte, e em especial pelo futebol, também nos aproxima. Sei do empenho conjunto da Guiné Equatorial e do Gabão para sediar a Copa Africana de 2012. Apoiamos esse esforço para fazer deste país um grande centro desportivo internacional. Desde já coloco à disposição o conhecimento que o Brasil vem adquirindo na preparação da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Nossa identificação cultural tem raízes em nossa afinidade linguística. Mais de duas mil pessoas na Ilha de Annobón falam o annobonés, dialeto português. Com mais razão, o Brasil apoia o pleito da Guiné Equatorial de tornar-

se membro pleno da CPLP. Vamos tornar a língua portuguesa ainda mais presente na Guiné Equatorial e ampliar a cooperação em educação e cultura.

Senhor Presidente,

Deixo Malabo com a certeza de que identificamos áreas básicas para o trabalho conjunto. Agora é hora de passarmos aos entendimentos e mecanismos operacionais que nos permitam levar adiante nossos propósitos, e dar formas concretas ao nosso ideal de cooperação.

Quero assegurar ao povo da Guiné Equatorial que em sua caminhada rumo ao desenvolvimento econômico, social e político poderá contar com a cooperação solidária do Brasil e do seu povo. O Brasil acredita que a verdadeira democracia que desejamos deve apoiar-se na riqueza, e sobretudo na justiça social. Esse é um compromisso que o Brasil assumiu com todos neste continente irmão. São quase 200 milhões de brasileiros e 800 milhões de africanos trabalhando juntos na construção de um mundo melhor.

É com esse espírito que convido todos a erguerem suas taças pelo desenvolvimento contínuo das relações da Guiné Equatorial, pela saúde do presidente Obiang, e pela plena felicidade e prosperidade crescente deste povo irmão.

ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE DO QUÊNIA, MWAI KIBAKI

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO PELO PRESIDENTE
DO QUÊNIA, MWAI KIBAKI - NAIRÓBI, QUÊNIA, 06/07/2010**

Excelentíssimo senhor presidente da
República do Quênia, senhor Kibaki,
Senhor Vice-Presidente,
Ministros brasileiros e ministros quenianos,
Senhoras e senhores embaixadores,
Senhores jornalistas,
Empresários,
Amigos e amigas,

Ser o primeiro presidente brasileiro a visitar
o Quênia é uma forma de aprofundar a viagem
de descoberta que o Brasil vem fazendo nestes
últimos anos na África. Estamos constatando
o verdadeiro renascimento que este continente
vive e as esperanças que traz para a grande
nação africana.

O Quênia sempre esteve na vanguarda
dessas transformações que fazem da África
um parceiro indispensável frente aos grandes
desafios energéticos e ambientais do século
XXI. Seu país é o símbolo de uma nova
África, que constrói uma democracia próspera
e solidária, acima de velhas rivalidades.

O povo queniano terá oportunidade de
referendar, em breve, uma nova Constituição,
que reflete essa vontade de reconciliação
nacional e de compromisso democrático. No
Brasil, com a Constituição de 1988, abrimos
o caminho para transformar nossas riquezas e

potencialidades em bem-estar e prosperidade
para todos.

Senhor presidente, nossos países querem
trilhar esses caminhos juntos, prova disso foi a
decisão do governo de Vossa Excelência de abrir
a embaixada do Quênia em Brasília, em 2006.
Já estamos colhendo os primeiros frutos: entre
2002 e 2009, nosso intercâmbio aumentou mais
de seis vezes, alcançando US\$ 91 milhões. É
um resultado encorajador, mas aquém de nossas
possibilidades. Agora, o desafio é diversificar as
exportações quenianas para o Brasil e estimular
os investimentos brasileiros no Quênia. Por isso,
vim acompanhado de delegação de empresários
brasileiros interessados em estabelecer parcerias
e identificar novas oportunidades de negócios.

A Randon, empresa de material de
transportes, já descobriu a pujança da
economia queniana – não tenho dúvidas de
que outras companhias brasileiras a seguirão.
Da mesma forma que no Brasil, a melhoria e
a ampliação da infraestrutura é prioridade no
Quênia. As empreiteiras brasileiras desejam
ser parceiras na construção das estradas, portos
e hidrelétricas, fundamentais para a realização
do potencial de crescimento do país. O sistema
digital nipo-brasileiro se mostrou mais
adequado para os países em desenvolvimento.

Ele conjuga a interatividade, mobilidade gratuita e custo competitivo. Os benefícios da capacitação técnica e tecnológica brasileira são especialmente evidentes no setor agrícola.

Na Cúpula da União Africana, em Sirte, em 2009, reiterei o compromisso brasileiro em ajudar a transformar a savana africana em um celeiro para todo o continente. No Diálogo Brasil-África em Desenvolvimento Rural, em Brasília, em maio deste ano, começamos a desenvolver uma estratégia que produzirá ações concretas e com resultados de curto prazo.

Soluções limpas e baratas para a segurança energética são hoje uma prioridade planetária. Queremos desenhar uma parceria bilateral em matéria de biocombustíveis. Congratulo o governo de Vossa Excelência pela recente decisão de favorecer a adição de etanol à gasolina. O etanol e o biodiesel são opções inteligentes para gerar emprego e renda no campo e diversificar as fontes energéticas sem nenhum prejuízo para segurança alimentar. Ao mesmo tempo, mostram que temos, nos trópicos, respostas para o desafio de reduzir as emissões de gases que causam o aquecimento climático.

Nas próximas semanas, estaremos realizando seminários sobre desenvolvimento e inovação na indústria de biocombustíveis no Quênia e em outros cinco países da África Oriental.

Senhor presidente, o Quênia é (falha no áudio) fundamental na Agenda internacional do desenvolvimento sustentável. Aqui convivem, lado a lado, riquezas naturais, uma economia dinâmica, um povo empreendedor em crescente demanda por energia limpa e barata. Não é, portanto, mera coincidência que o Quênia tenha sido escolhido para sediar organizações internacionais de grande relevo. Nairóbi é a única cidade de um país em desenvolvimento com sede de dois programas das Nações Unidas: o Pnuma e o Habitat. Aqui, as comunidades diplomáticas se reúnem

para debater e decidir questões cruciais da Agenda Global.

Senhor presidente, no Brasil, ajudar a África a realizar todo o seu potencial de desenvolvimento é política de Estado. Nessa tarefa, o Quênia é parceiro imprescindível. Temos atuado juntos em defesa dos países em desenvolvimento na Rodada de Doha. No esforço da integração Sul-Sul, de que é exemplo o processo das Cúpulas África-América do Sul, necessitamos a participação do Quênia. Este país exerce papel decisivo nos processos de integração, em particular por meio da comunidade da África Oriental.

Os avanços na Constituição, do espaço econômico e regional, não seriam possíveis sem os avanços na pacificação da região. Quero registrar meu reconhecimento pela liderança que o Quênia tem exercido na mediação de disputas internacionais, em particular no Sudão e na Somália. São essas as realizações de uma grande nação, que prega os valores da democracia e compartilha com o povo brasileiro uma enorme confiança no futuro.

É com esse espírito de otimismo que proponho um brinde ao povo irmão do Quênia, à saúde e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e ao pronto restabelecimento do primeiro-ministro Raila Odinga.

Muito obrigado.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-QUÊNIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO
EMPRESARIAL BRASIL-QUÊNIA - NAIRÓBI, QUÊNIA, 6/07/2010

Para não dizerem que o Brasil quer apenas vender ao Quênia, eu vou entregar ao Vice-Presidente um livro ensinando como exportar para o Brasil, para que o Quênia possa vender para o Brasil.

Esta foto nunca é publicada, mas vale para o arquivo do Stuckert. Eu, quando era dirigente sindical, que eu ia falar e que tinha muitos microfones na mesa, eu sabia que tinha alguns que não funcionavam. Eu, aqui, não sei se eu falo para o vermelho, não sei se o mais importante é esse aqui, da televisão, mas...

Primeiro dizer da alegria de poder estar aqui, em Nairóbi, participando de uma reunião, ainda que pequena, mas uma reunião de empresário brasileiros e empresários quenianos. Certamente, se fosse em Paris, nós teríamos uns mil empresários brasileiros e uns 250 franceses; se fosse em Londres, mais ou menos, a mesma coisa; se fosse em Nova York, teríamos mil a mil; se fosse na Alemanha, mil a mil; como nós estamos no continente africano, é de se compreender que ainda há incompreensões, e eu diria até desconhecimento do potencial e das possibilidades que nós temos de fazer negócio

com os países africanos e, conseqüentemente, os africanos fazerem negócios com o Brasil e com países sul-americanos. Há uma razão: nós somos tidos como países pobres ou países emergentes. Agora, o Brasil, em uma linha mais sofisticada, está nos Bric's. Mas de qualquer forma, nós ainda somos tratados como países em desenvolvimento e, em alguns, somos tratados ainda como países subdesenvolvidos. E são exatamente essas definições e essas análises econômicas que me fizeram, desde o dia 1º [de janeiro] de 2003, fazer uma inflexão no comportamento do governo brasileiro e diversificar a rota das nossas viagens para descobrir novos parceiros e para fazermos novos negócios.

É importante que os companheiros do Quênia saibam que, quando começamos a fazer isso, éramos tratados por alguns como se fôssemos loucos: "Onde já se viu o Presidente do Brasil fazer viagem para a África, fazer viagem para o Caribe, fazer viagem para a América Central, priorizar a sua relação com a América do Sul, visitar países árabes que, até então, só o Imperador tinha visitado, em 1870?". Porque, habitualmente, todas as

nossas relações eram com o chamado mundo desenvolvido e, mais recentemente, com a China, ainda tínhamos muito pouco com a Índia, e o Japão estava em um processo de descenso. Bem, o que aconteceu de verdade? Nós saímos de um fluxo de balança comercial de 5 bilhões, com a África, para 25 bilhões; nós saímos de um fluxo de balança comercial de 2 bilhões, com o Mundo Árabe, para 20 bilhões para o Mundo Árabe; e nós transformamos a América Latina e o Caribe nos maiores parceiros comerciais do Brasil.

Isso teve uma importância muito grande quando houve a crise mundial, a crise do subprime, nos Estados Unidos, em que o crédito desapareceu e o comércio diminuiu muito. É verdade que, no Brasil, ele também diminuiu, mas é verdade que ele diminuiu menos, porque nós tínhamos diversificado muito a nossa balança comercial. E aí é que entra a importância de recuperarmos um ditado popular que nós aprendemos desde pequenos: “De grão em grão, a galinha enche o papo”. Ela não consegue comer dez grãos de uma vez, é um a um, e, daqui a pouco, a galinha está tão gorda que a gente se vê no afã de comê-la.

Pois bem, nós estamos nessa política com o continente africano, em primeiro lugar, de grão em grão; nós estamos descobrindo que nós existimos; estamos descobrindo que cada um de nós, dentre as suas peculiaridades, tem potencial extraordinário; nós estamos descobrindo que cada país, por menor que seja, tem alguma coisa a oferecer a outro e, portanto, ele tem possibilidade de estabelecer o desenvolvimento comercial que possa gerar desenvolvimento interno do seu país, crescimento econômico, e fazer com que os países possam participar da economia determinada pelos grandes países como uma economia desenvolvida nesse mundo globalizado.

E, aí, é importante... Você foi muito gentil. Eu vou colocar aqui na expectativa de que o Ivan Ramalho não tome a minha água. E aí é importante a gente descobrir a nossa origem, ou melhor, não esquecer a nossa origem, não esquecer como é que nós começamos a nossa vida econômica, não esquecer nunca que todos nós fomos colonizados e, parte do que aconteceu conosco, sobretudo de atraso, foi por conta do sistema de colonização a que nós fomos submetidos.

Então, muitos países no continente africano estão tendo experiência de independência a partir de 1975, outros a partir dos anos 60, lembrando que alguns, depois que conquistaram a independência, entraram em uma guerra civil interna pior do que a luta pela independência, o que destruiu parte da economia de muitos países africanos. É importante a gente lembrar isso para a gente lembrar o quão tão pouco tempo nós estamos construindo a democracia no continente africano e no continente sul-americano.

Eu dizia ontem, no avião, que o Brasil vive hoje, talvez, o mais longo período de democracia contínua – talvez 25 anos –, porque o Brasil também, vira e mexe, alguém inventava dar um golpe, alguém inventava tirar um presidente eleito democraticamente, vira e mexe acontecia isso. Nós agora estamos vivendo um período mais longo, depois que fizemos a Constituição de [19]88, e aí acontece com quase todos os países da América do Sul e acontece com a África. Eu estou querendo dizer com isso é que nós somos muito, muito jovens na confecção da nossa democracia e que, portanto, foram aqueles que nos colonizaram que determinaram o tipo de coisa que deveria acontecer conosco. E, muitas vezes, nós ainda temos, hoje, a economia dependente daqueles que nos colonizaram.

Então, o que nós estamos fazendo aqui é uma coisa, na minha opinião, mais do que

revolucionária. O que nós estamos fazendo aqui é dizendo: Brasil e Quênia têm histórias comuns – um foi descoberto, um foi colonizado pelos ingleses; outro foi colonizado pelos portugueses, mas a tentativa dos colonizadores era uma só, era levar tudo o que pudesse levar da riqueza que nossos países tinham. No caso do Brasil era mais grave, porque levava o nosso ouro para poder dar para a Inglaterra e viver com a renda do nosso ouro.

Ora, então nós temos pouquíssimo tempo de experiência empresarial; nós temos pouquíssimo tempo de experiência comercial; nós tivemos pouquíssimo tempo de desenvolvimento científico e tecnológico; nós tivemos pouquíssimo tempo de construir as nossas universidades, as nossas escolas profissionais, ou seja, nós somos um conjunto de povos com menos formação do que outros. Bolonha teve a primeira universidade em 1380, o Brasil teve a primeira no século XX.

Então, veja, nós não podemos ficar reclamando o que não aconteceu até ontem. E que essa reunião seja o começo para a gente começar a discutir o que a gente quer a partir de hoje, a partir de ontem ou a partir de amanhã, o que o Quênia tem que o Brasil não tem, e o que o Brasil pode aproveitar como experiência. Porque não pode ser uma relação sadia o Brasil, por ser uma maior economia; o Brasil, por ter mais tecnologia, quer vir ao Quênia só para vender. Nenhum país do mundo aguenta só comprar. É preciso que essa boa política entre dois países e essa política comercial seja uma via de duas mãos, em que a gente compra e a gente vende, em que a gente produz e a gente transfere tecnologia, em que um ensina o outro aquilo que tem de expertise, e os dois países podem crescer.

Eu penso que depois desta viagem que estamos fazendo aqui, e a gente sabe a importância do continente africano, são 800 milhões de habitantes; a gente sabe do potencial

deste continente de produzir alimento para sustentar uma outra parte do continente que não tem mais terra para produzir alimento; a gente sabe, ainda, a quantidade de riquezas minerais que tem neste continente. E aí, sim, é que é preciso tomar cuidado para que a exploração desses minérios não se dê como se deu no começo do século XX, de forma totalmente predatória, em que o país mais rico tirava tudo e pagava quase nada. É preciso estabelecer uma nova relação, uma nova fase de respeito, um novo marco jurídico que garanta o direito de sobrevivência.

E é por isso que nós dizemos aqui... Eu dizia ao Presidente do Quênia que o Brasil é um país muito diversificado, ou seja, nós temos regiões muito pobres no Brasil e, ao mesmo tempo, nós temos regiões muito ricas no Brasil. O Brasil é um país que tem a segunda ou a primeira mineradora do mundo; o Brasil é um país que é o maior produtor e vendedor de suco de laranja do mundo; o Brasil é o maior vendedor de carne de frango do mundo; o Brasil é o maior vendedor de carne de boi do mundo; o Brasil é o que tem mais tecnologia na produção de etanol e de biodiesel; o Brasil é o terceiro produtor de avião do mundo; o Brasil é o quinto produtor de carros do mundo. Ou seja, o Brasil é um país... é uma mistura de um país sofisticado tecnologicamente e uma mistura de um país esquecido, que é a parte mais pobre do Brasil, que é o Norte e o Nordeste brasileiro. É esse país que quer se irmanar ao Quênia; é esse país que quer trazer pra cá a nossa experiência na produção de etanol, na produção de açúcar, na produção de biocombustível ou de biodiesel, com a palma africana; é esse país que, como a Marcopolo, pode vir aqui montar carroceria de ônibus e montar ônibus. E não é apenas pensar no Quênia como um país de 39 milhões de habitantes, é pensar no Quênia e em uma quantidade de vizinhos enormes

que formam uma população de quase 130 milhões de habitantes e que, portanto, existe espaço para que as empresas brasileiras aqui se implantem, em parcerias com empresas quenianas e com empresas de outros países, e que a gente comece a produzir coisas para vender para outros países.

Porque para que o Brasil equilibre o seu comércio com o Quênia, o Brasil precisa comprar coisas do Quênia, e para comprar coisas do Quênia, nós temos que saber o que vocês produzem ou o que vocês podem produzir. Porque empresas brasileiras podem vir aqui produzir para vender para o Brasil ou, quem sabe, empresas brasileiras podem se juntar a empresas quenianas para vender para a Europa, para vender para o Oriente Médio, para vender para a China, para vender para a Índia.

O dado concreto é que nós estamos nos descobrindo agora. Eu tenho certeza de que o Quênia não conhece 10% do que o Brasil pode oferecer e tenho certeza de que o Brasil não conhece 10% do que o Quênia pode oferecer. Então, nós precisamos, a partir desta viagem, meu caro Ivan, meu caro Celso Amorim, levar empresários quenianos ao Brasil, trazer mais empresários brasileiros ao Quênia, levar ministros do Quênia ao Brasil, trazer mais ministros brasileiros ao Quênia, fazer levantamentos de oportunidades: o que existe aqui capaz de ser explorado por indústrias mistas; o que pode ser feito aqui de infraestrutura que o Brasil pode contribuir, que o Brasil pode financiar.

Eu acho que o que nós estamos fazendo aqui é mais do que a gente sair daqui fazendo um bom negócio, mas é a gente sair daqui com a certeza da quantidade de bons negócios que a gente pode fazer daqui para frente. Quantas coisas podem acontecer daqui para frente. Por exemplo, a Vale do Rio Doce, que eu estou vendo aqui o Roger Agnelli, que é uma das

maiores mineradoras do mundo, já está em Moçambique, e está para ficar, não sei se está no Gabão, mas também está lá.

Ora, é importante conversar com o governo do Quênia, ver o que é que existe neste país que pode ser trabalhado em parceria. É preciso que as empresas de construção civil brasileiras discutam com o governo do Quênia o que é possível fazer e onde o governo brasileiro pode financiar. Porque uma coisa que também tem que ficar clara é que o Brasil não é mais um país receptor, um país pobrezinho, que não pode fazer nada. O nosso Banco de Desenvolvimento tem mais dinheiro do que o Banco Mundial, portanto, a gente pode financiar, a gente pode ajudar a financiar. O problema é que o século XX inteiro o Brasil passou apenas esperando que os outros ajudassem o Brasil, e não adquiriu a cultura de que virou uma economia grande.

Nós, hoje, somos um país que somos a 7ª reserva mundial, só tem seis países que têm mais reservas do que o Brasil. Nós temos US\$ 250 bilhões de reservas. Aliás, somos credores do FMI, eles nos devem US\$ 14 bilhões. Se você não sabe, (incompreensível), nós emprestamos dinheiro para a Grécia primeiro do que a Alemanha, que tinha mais responsabilidade.

Então, eu acho que essa reunião aqui, companheiros, é o começo de uma nova era entre Quênia e Brasil. Isso aqui é um país grande. O potencial turístico que existe entre os dois países é extraordinário. Agora, o Celso tem razão de reclamar todo santo dia: para as pessoas virem aqui precisa ter empresa de aviação, e as empresas brasileiras só querem ir para Paris, só querem ir para Londres, só querem – é verdade – só querem ir para Roma, para Nova York, e quando passa no continente africano, se puder, até fecham os olhos. E essa é uma briga que nós vamos ter que fazer antes de eu deixar o governo, para a gente

ter avião brasileiro voando para a África. E a verdade é que se ficar por conta da decisão apenas de mercado, eles não querem vir. Porque antigamente a gente aprendia que o empresário, ele primeiro fazia o investimento, não ganhava nada e levava um tempo para ele começar a recuperar o investimento feito. Mas, hoje, nesse mundo moderno, o empresário quer ganhar sem investir. É... Ele já quer ter o retorno, ou seja, ele já quer que no primeiro voo o avião já esteja lotado. Não é assim! Nem na vida da gente, nem quando a gente casa, o casamento não está completo no primeiro dia, ele vai se completando com o tempo.

Então, companheiros e companheiras do Quênia, eu quero dizer para vocês que o Brasil tem muito, o Brasil tem muito a oferecer, sobretudo na questão da agricultura. Apenas um item que eu acho que tem muita semelhança entre uma parte do continente africano e uma parte brasileira: a savana africana tem o mesmo potencial agrícola do cerrado brasileiro. Os empresários brasileiros sabem que, há 40 anos, quem passava de carro em uma estrada perto do cerrado falava: “essa terra não presta para nada, porque nem a árvore cresce!”, e com um pouco de tecnologia nós transformamos o cerrado na terra mais produtora de grãos do mundo, e eu acho que a savana africana pode ter o mesmo significado.

O Brasil pode ajudar, e é por isso que nós estamos aqui. Para dizer para vocês: esse é apenas o começo de uma nova era na relação entre Brasil e Quênia, por isso, “boa sorte” a todos os empresários que vieram até aqui. Quero agradecer aos empresários brasileiros que vieram, quero agradecer aos empresários do Quênia, e quero dizer que se vocês visitarem mais os países, vocês vão perceber a quantidade de negócios que a gente pode fazer.

Um abraço e boa sorte.

CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS ENTRE BRASIL E QUÊNIA

DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA, À IMPRENSA APÓS CERIMÔNIA DE
ASSINATURA DE ATOS - NAIRÓBI, QUÊNIA, 06/07/2010

Primeiro, cumprimentar o meu amigo presidente da República Democrática do Quênia, o meu amigo Kibaki,

Cumprimentar os ministros e as ministras do Quênia,

Cumprimentar os ministros brasileiros que me acompanham,

E cumprimentar a imprensa do Quênia e a imprensa brasileira

Bem, primeiro, Presidente, dizer ao governo do Quênia que eu não estou nos meus melhores dias. Como o senhor sabe, o Brasil foi desclassificado das quartas-de-final, perdeu para a Holanda, depois perdeu a Argentina, depois perdeu o Paraguai. De forma que, agora, nós só temos como representantes da América do Sul o nosso querido Uruguai, e estaremos todos torcendo para que o Uruguai seja campeão do mundo.

Nada contra os europeus, mas tudo favorável ao Mercosul. Com o Brasil - o Presidente acompanhou - aconteceu um incidente, ou seja, nós tínhamos o melhor goleiro do mundo, nós tínhamos a melhor defesa do mundo, fizemos um primeiro tempo contra a Holanda espetacular e, no segundo tempo, tomamos dois gols de cabeça, um deles contra e nos tirou da Copa do Mundo.

Bem, temos a esperança que, em 2014, como anfitriões da Copa do Mundo, a gente possa ganhar o campeonato. Espero que o Quênia se prepare muito para que possamos fazer uma final Brasil e Quênia, que dê empate, que o jogo termine empatado e que os dois presidentes, do Brasil e do Quênia, batam os pênaltis para ver se não erram.

Bem, à parte a brincadeira, mas uma brincadeira muito verdadeira... eu ainda não digeri a derrota do Brasil e, a cada dia que passa, que se aproxima mais a África do Sul, que eu, sinceramente, não sei como será o meu dia, entrando no estádio para ver a final e não ver nenhum jogador brasileiro em campo.

Bem, espero que tenha algum jogador brasileiro em alguma Seleção que esteja disputando a final. Se for o Uruguai, nós temos pelo menos um bom jogador do Botafogo do Rio, que joga na Seleção do Uruguai. Se for a Alemanha, nós temos um brasileiro naturalizado. Mas de qualquer forma, de qualquer forma estarei vendo o jogo torcendo para que vença o melhor, mas com o coração partido. E como é a primeira vez que eu falo depois da eliminação do Brasil, eu poderia dizer ao povo brasileiro e aos jogadores que a vida é assim: ela é feita de derrotas e de

vitórias, e que nós precisamos saber que a luta continua. Nada de abaixar a cabeça e [vamos] começar a nos preparar para a Copa do Mundo de 2014.

Dito isso, queria dizer ao meu amigo presidente Kibaki da minha imensa alegria de estar visitando Nairóbi, de ter tido a oportunidade de tirar fotografia com um leão muito bravo que está aqui, bastante, bastante domesticado, porque nem conseguiu rugir, tão silêncio profundo que ele estava aqui.

Mas eu estou realizando um sonho de estar visitando o Quênia, que era um dos países que eu queria visitar antes de terminar o meu mandato como Presidente da República. E visitar o Quênia para descobrir a quantidade de oportunidades que existem de fazermos negócios. Descobrir, efetivamente, aquilo que nós poderemos comprar do Quênia, aquilo que nós poderemos vender para o Quênia e aquilo que nós poderemos produzir juntos; aquilo que poderemos fazer transferência de tecnologia e aquilo que juntos poderemos fazer para melhorar a qualidade do ar que respiramos, diminuindo as emissões de gás de efeito estufa que tanto se faz necessário nesses próximos anos. E temos coisas extraordinárias para trabalharmos juntos. Primeiro, na questão da produção de biocombustível. O Brasil tem tecnologia, o Brasil tem expertise e, portanto, tem anos e anos de experiência; o Quênia tem terra e tem disposição de produzir um combustível limpo para vender aos países ricos que precisam, até 2020, introduzir 10% de etanol na gasolina dos seus carros.

A segunda coisa muito importante que o Brasil pode contribuir com o Quênia é na transferência de tecnologia, sobretudo na agricultura. E, sobretudo a experiência bem sucedida da agricultura familiar brasileira e da assistência técnica e do crédito que tantos resultados têm dado no Brasil. Mas, também, na questão da educação. Nós comunicamos ao

Presidente do Quênia que nós vamos trabalhar para fazermos uma universidade afro-brasileira, o projeto já está para ser aprovado no Senado Federal. A universidade será na cidade de Redenção, no estado do Ceará, será uma universidade para 10 mil alunos, dos quais 5 mil alunos brasileiros e 5 mil alunos africanos. E obviamente que isso obriga que o Brasil tenha uma preocupação de criar formas de ensinar Português no Quênia e em outros países da África, para que esses estudantes possam ter mais facilidade de se formarem no Brasil.

Eu saio do Quênia com uma impressão de uma viagem totalmente bem sucedida. Vamos agora para uma reunião com empresários. E, quando falamos do Quênia, nós não falamos apenas de um país de 39 milhões de habitantes; nós falamos de um mercado comum, que envolve países como o Burundi, Ruanda, Quênia, Uganda, Tanzânia, ou seja, com uma população de 126 milhões de habitantes, um mercado comum que pode trabalhar junto com o Mercosul. E um mercado comum capaz de sensibilizar empresas brasileiras a se implantarem aqui, produzirem produtos junto com empresas dos países que compõem esse mercado comum e ajudar a desenvolver de forma mais rápida e mais eficaz o Quênia e, consequentemente, outros países africanos.

Queria terminar, Presidente, desejando a mais rápida recuperação do primeiro-ministro do Quênia, Raila Odinga, que teve um problema de saúde e está internado. E eu peço a Deus que ele se recupere o mais rápido possível, para continuar a consolidar o fortalecimento da democracia no Quênia.

Muito obrigado.

ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-TANZÂNIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-TANZÂNIA - DAR ES SALAAM, TANZÂNIA, 7/072010

Antes de falar sobre os interesses do Brasil e da Tanzânia, eu queria entregar ao presidente Kikwete um livro brasileiro, escrito em inglês, para ensinar como exportar para o Brasil, para... porque as pessoas pensam que o Brasil só quer vender. Então, nós queremos ensinar as pessoas a venderem para o Brasil. (incompreensível).

Bem, primeiro, dizer ao presidente Kikwete, aos seus ministros e aos empresários da Tanzânia da alegria de poder estar cumprindo esta agenda neste país extraordinário, agenda que poderia ter sido cumprida no ano passado, mas não foi possível. Mas, também, dizer ao Presidente que quando terminar esta minha viagem, passando por Zâmbia amanhã e pela África do Sul, eu terei visitado 27 países africanos em oito anos de mandato, o que é mais que todos os presidentes do Brasil [visitaram], em toda a história do Brasil. Lamento que não tenha podido visitar mais. Mas, de qualquer forma, eu continuarei visitando a África mesmo quando não for presidente da República.

Uma coisa que eu considero importante, e queria chamar a atenção dos queridos companheiros empresários brasileiros que vieram aqui e dos empresários da Tanzânia,

é que a gente não deve, numa reunião como esta, ficar lamentando aquilo que nós não fizemos até agora. O que nós não fizemos até agora, não fizemos e não tem mais jeito de recuperar. O importante é que a gente discuta o que fazer a partir de agora. Por exemplo, eu ouvi o Presidente falar dos interesses da Vale do Rio Doce e vi a Vale do Rio Doce falar dos interesses dela aqui na Tanzânia, tanto para o minério de ferro, quanto para o carvão ou qualquer outro minério que tiver. Agora, é importante que se tenha em conta que a Vale do Rio Doce tem que vir aqui fazer investimentos, gerar emprego aqui e contratar trabalhadores da Tanzânia para trabalhar nos seus projetos, e não trazer trabalhadores do Brasil ou de outros lugares como alguns fazem, o que não é boa política, porque nós precisamos aproveitar a exploração da matéria-prima que nós temos para gerar riqueza, desenvolvimento e distribuição de renda no país que é dono do minério. Por isso, estarei torcendo para que a Vale do Rio Doce tenha sucesso na disputa que estará fazendo aqui na Tanzânia.

Segundo, queria chamar a atenção dos empresários brasileiros para o mapa. Não sei se todo mundo está vendo, ali... Mas o mapa, onde a Tanzânia está localizada, nos

coloca perto de mercados extremamente interessantes, nos coloca perto de mercados não só dentro da própria África... quando vocês abrem a porta aqui, vocês vão ver um porto muito grande aqui, um porto que não é porto apenas da Tanzânia, é um porto que atende vários países daqui da região. Ao mesmo tempo, a China e a Índia não estão tão longe, como estão do Brasil. Portanto, sem deixarem de fazer os investimentos no Brasil, aumentar os investimentos de vocês, produzindo uma parte daquilo que vocês querem produzir aqui na Tanzânia, para aproveitar não apenas o mercado africano, mas para aproveitar o mercado chinês, o mercado indiano e uma parte do mercado asiático, que está mais próximo, sobretudo com os navios da Vale do Rio Doce passando por aqui e pegando parte da carga do que vocês vão produzir.

A segunda coisa que eu considero extremamente importante é que o século XXI vai exigir dos governantes e vai exigir dos empresários que a gente pense um pouco diferente da forma que a gente pensava no século XX. No mundo globalizado, a disputa está cada vez mais acirrada. Ninguém está esperando nenhum comprador passar na porta da sua casa para comprar o seu produto. Cada um de nós tem que sair cada vez mais, viajar cada vez mais, bater cada vez mais em portas diferentes tentando vender os nossos produtos, porque antes e depois de nós outros vendedores passarão vendendo os produtos.

Aí, é preciso que a gente discuta competitividade, é preciso que a gente discuta garantias jurídicas, é preciso que a gente discuta garantias dos investimentos que um empresário quer fazer em algum país.

Pois bem, a Tanzânia é um país que tem demonstrado garantias jurídicas e tem demonstrado o fortalecimento do processo democrático. Portanto, é um país que não coloca medo, e muito menos coloca em risco o

capital investido por um empresário brasileiro ou por um empresário de qualquer país. Nós, então, só temos que levar em conta a nossa disposição e discutirmos as oportunidades que nós temos aqui nesta região de fazer com que os empresários brasileiros...

É importante dizer aos empresários da Tanzânia que oito anos atrás eu fazia provocação aos empresários brasileiros de que eles não teriam que ter medo de virar empresários multinacionais. Graças a Deus, hoje nós temos uma quantidade enorme de empresários brasileiros multinacionais, o que é motivo de orgulho para mim, como presidente, e motivo de orgulho para o Brasil, saber que nós temos bandeiras de empresas brasileiras hasteadas em vários países do mundo, ajudando no desenvolvimento de outros países.

Eu tenho um carinho especial pelo continente africano, por uma coisa muito simples, Presidente: é porque eu estou convencido de que o século XXI vai ser o século do crescimento dos países que não cresceram no século XX. Eu digo que será o século XXI o século da América Latina, América Central e Caribe, e será o século XXI o século do continente africano, levando em conta as particularidades de cada um.

Mas o dado concreto é que o mundo desenvolvido precisa parar de olhar para o seu próprio umbigo e começar a perceber que na medida em que ele ajude os países africanos ou os países latino-americanos a se desenvolverem, eles não estarão fazendo nenhum favor. Eles estarão criando mercado para os produtos que eles precisam vender porque senão, quando acontece uma crise, como aconteceu em 2008 e 2009, eles vão perceber que o mercado interno deles estava saturado. Então, é preciso criar novos mercados, e a África se apresenta como um mercado extraordinário.

Eu vou dar um exemplo, Presidente, de uma coisa real. Na crise econômica brasileira, quando o crédito desapareceu, no dia 22 de dezembro de 2008 eu fui para a televisão fazer apologia ao consumo. E por que eu fui fazer apologia ao consumo? Porque a imprensa brasileira e a imprensa mundial, elas detectavam uma retração no consumo mundial, e ao divulgar a retração elas criavam mais medo, a ponto de dizerem que os consumidores estavam com medo de consumir, perder o seu emprego e não poder pagar o que tinham comprado. Era esse o discurso durante todo o ano de 2008 e 2009. Então, no dia 22 de janeiro... No dia 22 de dezembro de 2008, eu fui para a televisão brasileira fazer um pronunciamento de oito minutos, para dizer ao povo trabalhador que ele tinha que consumir porque se ele não comprasse, com medo de perder o emprego e não poder pagar a dívida que ele tinha feito, ele correria muito mais risco se ele não comprasse. Se ele não comprasse, a fábrica não produzia, a loja não vendia, ele não consumia e ele não ia ter emprego de verdade. Então, a única chance que ele tinha era consumir com responsabilidade. Não consumir e endividar o seu futuro, como os americanos fizeram durante muito tempo, mas endividar o seu presente, com responsabilidade, comprando aquilo que era necessário para dentro de casa.

Eu vou lhes dar um dado que é muito importante para quem é economista neste mundo. Foram exatamente a classe D e a classe E, na parte mais pobre do Brasil, na região da Amazônia e na região do Nordeste, que consumiram mais do que as classes A e B da região mais rica do país. É por isso que eu digo que foram os pobres do Brasil que não deixaram o Brasil entrar na crise em que entrou a Europa e que não deixaram o Brasil entrar na crise em que entraram os Estados Unidos. Também, naquele momento,

Presidente, nós provamos uma outra coisa. Nós acabamos com aquele mito de que o Estado era um dinossauro, de que o Estado não servia para nada, porque quando faltou crédito, foi o Estado que colocou crédito; quando os bancos não tinham dinheiro, foi o Estado que emprestou dinheiro para os bancos; quando os bancos não tinham financiamento, foi o Estado que comprou carteira de banco. Portanto, foi o Estado que assumiu a responsabilidade de reativar a economia brasileira, que foi a última a entrar na crise e a primeira a sair da crise.

Pois bem, eu trabalho com a certeza absoluta, Presidente, de que a África tem que tirar proveito desse momento. É por isso que eu viajo tanto o continente africano.

Vamos ver algumas coisas, primeiro, sobre a África. O que nós estamos assistindo é, na verdade, o renascimento de um continente que vive a esperança, de forma extraordinária, de crescimento econômico e de consolidação da democracia em quase todos os países africanos. Segundo, a África é um parceiro indispensável frente aos grandes desafios energéticos que o mundo vive. Eu participei da questão do clima em Copenhague, eu fui à COP-15. Tudo bem, Chissano? O nosso companheiro Chissano, ex-presidente de Moçambique. Está mais jovem, eu pensei que era o filho do Chissano.

Bem, eu fui a Copenhague, na COP-15, discutir a questão do clima, e o que é que nós assistimos lá? Por que é que não teve acordo em Copenhague? Não teve acordo porque os países ricos, sobretudo Europa e Estados Unidos, tentam jogar a responsabilidade de uma conta que nós não temos, para que a gente pague. Eles não levam em conta que os países industrializados, que poluem o mundo há muito mais tempo, têm mais responsabilidade de pagar a conta do que aqueles que começaram a se desenvolver agora. E o mundo pobre precisa tomar muito cuidado porque, agora,

com o tal do sequestro de carbono e com os fundos que eles estão criando, a impressão que eu tenho é que eles estão querendo que a gente não se desenvolva, para deixar a nossa floresta em pé, para poder garantir que eles continuem se industrializando e se desenvolvendo. Essa discussão vai voltar muito forte em dezembro, na Cidade do México, parece que em Cancún, quando nós vamos fazer a COP-16.

E naquele momento, Presidente, o Brasil, assumiu a responsabilidade de, até 2020, a gente reduzir a emissão de gases de efeito estufa em até 39% e diminuir o desmatamento da Amazônia em 80%, ao passo que os Estados Unidos, ao passo que os Estados Unidos ofereceram como proposta reduzir o desmatamento, ou melhor, reduzir a emissão de gases de efeito estufa em apenas 4%, o que era inaceitável. E nós, países pobres e em desenvolvimento, não podemos trocar o nosso desenvolvimento para tentar sequestrar o carbono que eles estão jogando na atmosfera. Esse é um debate que vai ser muito forte daqui a alguns meses.

Mas não basta por aí. A África pode ser uma alternativa para oferecer a energia renovável que uma parte do mundo precisa, sobretudo, se levarmos em conta a quantidade de terra disponível para a agricultura ainda pouco explorada, e sem competir com a produção de alimentos. E o Brasil pode ser prova disso, porque nós somos grandes produtores de etanol, utilizamos apenas 1% da nossa terra agricultável para plantar etanol, e ainda temos 400 milhões de hectares agricultáveis para plantar o que quisermos plantar, preservando ainda 360 milhões de hectares que representam a nossa Amazônia.

Nós achamos que o continente africano pode se apresentar ao mundo como uma alternativa para suprir os países ricos da energia renovável que eles precisam e que não têm terra para plantar, e das oleaginosas que

eles querem produzir fica muito mais caro do que o que nós poderemos produzir.

Eu estava dizendo ao presidente Kikwete que nós começamos um programa de plantar dendê, no estado do Pará, com duas funções. Primeiro, atender a nossa necessidade de biodiesel e, segundo, recuperar as terras degradadas do estado do Pará, inclusive numa parceria com a Galp portuguesa. Cada hectare, cada hectare de palma africana produz, em média, seis mil litros de óleo para produzir biodiesel. É, de todas as oleaginosas, a que mais produz litros por hectare, e é uma coisa natural aqui do continente africano e, portanto, é importante estudar o potencial e a possibilidade de fazer do dendê... óleo de palma.

Bem, além disso, o presidente Kikwete deve saber que nós montamos um escritório da Embrapa em Gana, na cidade de Acra, com o objetivo de pesquisar o território africano, e acho que 17 países já foram pesquisados. O que nós constatamos até agora é que a savana africana, ela tem as mesmas características do cerrado brasileiro, que 40 anos atrás era tido como terra imprestável e que hoje é a terra que mais produz grãos por hectare no mundo, não é apenas no Brasil. Nós achamos que uma parte da savana africana poderá ser a revolução agrícola do continente africano. Já temos experiências bem-sucedidas em alguns países, tem projeto em Moçambique, tem projeto em Angola, estamos trabalhando projeto com a Suécia aqui em Zâmbia... aqui na Tanzânia, e poderemos fazer outros projetos na medida em que a gente vá construindo parceria com outros países que possam financiar.

Mais importante ainda é que nós percebemos uma coisa extraordinária que está acontecendo: finalmente, o Brasil está descobrindo a África e, finalmente, a África está descobrindo o Brasil. A verdade é que tanto a África nasceu olhando para a Europa, como o Brasil nasceu olhando para a Europa

e os Estados Unidos. Nós demoramos muito a começar a discutir as nossas similaridades, as nossas potencialidades, porque todos nós nos achávamos muito pobres e todos nós achávamos que não tínhamos nada a oferecer uns aos outros.

Eu quero dizer a vocês que o Brasil, finalmente, deixou de ser um país receptor, que se achava um país muito pobre, que vivia pedindo dinheiro à ONGs, como pedia um país de três milhões de habitantes. O Brasil está assumindo a sua vocação de país em desenvolvimento, o país tem bancos importantes. Nós aprovamos estender para o continente africano e para o continente latino-americano as mesmas linhas de financiamento de máquinas agrícolas, equipamentos, ônibus e caminhões, que oferecemos para os produtores brasileiros, com linha de crédito especial. Estamos apenas em tratativas com o Banco Africano para saber quem é que vai financiar isso, quem é que vai fazer os empréstimos, e isso está numa fase avançada entre BNDES e o Banco da União Africana... – o BAD [Banco Africano de Desenvolvimento] –, para ver se a gente começa esse financiamento.

Quando nós chegamos à Tanzânia... É importante a imprensa brasileira anotar algumas coisas. Anotar, por exemplo, que a Tanzânia teve um dos melhores desempenhos econômicos da África subsaariana nos últimos dez anos; cresceu 6,3% entre [19]98 e 2007. Impulsionada pelos setores da indústria e de serviços, em 2009 cresceu 4,9%. A Tanzânia, junto com o Brasil, foram dos países que mais rapidamente superaram a crise econômica.

Agora, vejam que importante para os empresários brasileiros: a Tanzânia possui posição privilegiada, próxima a grandes mercados emergentes da Ásia, China, Índia e Indonésia, e é a porta de entrada de produtos para o interior africano, principalmente Uganda, Ruanda, Burundi e República

Democrática do Congo, Zâmbia e o Malawi. Tem uma posição estratégica, e essa posição se reflete no aumento do seu comércio global, que cresceu 29% em 2008, chegando a US\$ 9,5 bilhões. Em 2007, chegou a US\$ 7,4 bilhões. O comércio bilateral com o Brasil ainda é pequeno – cresceu muito – em 2009, aumentou 67%, chegando a US\$ 31 milhões; em 2008, era 18,7 milhões de reais... bem, dólares.

Agora, tudo isso só nos lembra o potencial que o Brasil está perdendo, de procurar novos mercados; que as nossas empresas estão perdendo, em procurar novos mercados. Eu não sei se aqui na Tanzânia vocês utilizam a palavra “camelô” ou a palavra o “turco”, aquele cidadão que coloca um monte de coisas embaixo do braço e sai vendendo de casa em casa, batendo palmas? “Matinga?” “Matinga”. Pois bem, eu tenho chamado a atenção dos empresários brasileiros que nós temos que funcionar como os “matingas”. Ora, por quê? Porque os produtos que a Tanzânia produz, a não ser matéria-prima, a não ser alimento, ou os produtos que o Brasil produz, eles têm menos penetração nos países ricos, que produzem mais do que nós, com mais tecnologia do que nós. Então, onde nós temos que vender os nossos produtos? É em lugares que têm a mesma realidade nossa e a mesma potencialidade nossa. Eu digo o seguinte: eu nunca vi um “matinga” ir vender o seu produto na porta de um rico, não vai. Ele não vai à Avenida Paulista, em São Paulo, vender; ele não vai na Avenida Copacabana, ele vai na periferia, ele vai às pessoas que podem comprar aquele produto.

Então, o desafio que nós temos – Brasil, América do Sul e continente africano – é descobrir as nossas potencialidades, é descobrir aquilo que um pode fazer pelo outro.

Eu vou contar uma história, Presidente, que aconteceu pouco tempo atrás num país irmão.

A Vale do Rio Doce estava disputando uma mina de ferro no Gabão, no Gabão –isso, em 2003, 2004 –, e a Vale do Rio Doce perdeu essa mina de ferro, perdeu. Os chineses ganharam a mina de ferro. Nada contra os meus amigos chineses. Pelo contrário, são grandes parceiros nossos e queremos manter a nossa parceria estratégica. Mas a verdade é que às vezes eles ganham uma mina e trazem [levam] todos os chineses para trabalhar naquela mina, e ficam sem gerar oportunidade de trabalho para os trabalhadores do país.

Nós achamos que a nossa matéria-prima... Veja, hoje... prestem atenção numa coisa que eu vou dizer: nas próximas discussões do G-20, nas próximas discussões do G-20 os países ricos vão levantar os preços das commodities, vão levantar os preços daquilo que os países pobres têm e que eles não têm, e eles vão querer tabelar os preços. Alguns já tabelam na Bolsa de Chicago, alguns já tabelam. Mas só ficar prestando atenção, Presidente, que eles vão tentar criar confusão com os países pobres que têm minério para exportar, porque eles querem controlar os preços. Agora, não querem que nós controlemos os preços dos produtos manufaturados que eles exportam. Se eles acreditassem realmente em livre mercado, nós teríamos feito o acordo da Rodada de Doha. Por que nós não fizemos o acordo da Rodada de Doha, onde o que nós queríamos era que os países mais pobres ganhassem alguma coisa? É por isso que o Brasil abriu processo contra os Estados Unidos na questão do algodão. Não foi para proteger o Brasil. O Brasil é competitivo, o Brasil não precisava fazer aquela briga na OMC. Aquela briga foi feita para proteger países africanos que produzem cem toneladas de algodão. Nós temos países, aqui na África, que o que eles exportam são 50 toneladas de castanha! Se nós não tratarmos de proteger esses mais pobres, como é que vai ficar o comércio?

Então, eu penso que o Brasil e o continente africano, mais os latino-americanos, precisamos ter em conta que nós temos coisas em comum e que nós precisamos levar mais a sério. Uma delas é a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não é possível que o mundo decisório das grandes questões mundiais esteja baseado ainda na geopolítica de 1948 e não na geopolítica de 2010! Não é possível que tenha dúvida se vai entrar um país africano, dois ou três. Que entrem quantos forem necessários, mas que a África esteja representada condignamente. Que entrem da América do Sul, que entre a Índia. Agora, qual é o critério de dizer quem pode entrar e quem não pode entrar? Qual é o critério de dizer quem é importante e quem não é importante?

Presidente, um mês atrás o Conselho de Segurança não conseguia convencer o Irã a se sentar à mesa de negociação. O Brasil e a Turquia acreditavam que era possível colocar o Irã à mesa de negociação. Fizemos 18 horas de conversa, quatro viagens do Celso a Istambul e ao Irã. Quando nós fizemos o acordo, e o acordo retratava exatamente o que o Conselho de Segurança da ONU queria desde outubro do ano passado, o que aconteceu? Eles disseram que não valia e, ainda assim, mantiveram as sanções... aumentaram as sanções sobre o Irã, quando o Irã concordou com tudo, inclusive com o mesmo conteúdo da carta assinada pelo Presidente dos Estados Unidos.

Então, companheiros e companheiras, o comércio e a política não podem continuar sendo feitos da forma que foram feitos. Eu agora participo do G-20, Chissano, virei importante, virei importante. A impressão que eu tenho é que se a gente não tomar cuidado a crise vai ficar nas nossas costas, a crise vai ficar nas costas dos países pobres, porque nas reuniões que a gente faz ninguém quer discutir a situação da Alemanha, a situação da França, a situação dos bancos americanos, a situação

dos bancos... ninguém quer discutir. O FMI, que sabia tudo quando o Brasil devia, não sabe nada agora. O Banco Mundial, que dava palpite sobre todos os países africanos, não dá um palpite sobre a crise na União Europeia. E a gente fica se perguntando o seguinte: onde estão as lideranças políticas, que não tomam as decisões que tem que tomar?

O desafio, Presidente, que está colocado para nós é que nenhum país africano, nenhum país brasileiro... nenhum país da América Latina, nenhum país do Caribe deve aceitar as mesmas regras do jogo que nós vivemos no século XX. Nós queremos mais comércio, nós queremos mais democracia e nós queremos mais participação, como forma de enfrentar a crise econômica.

Daí porque os meus agradecimentos aos empresários brasileiros que vieram aqui. Espero que vocês façam bons negócios, descubram bons parceiros. Nós vamos receber, no mês de junho... de outubro, uma delegação aqui da Tanzânia para discutir a questão dos biocombustíveis. Depois, a Petrobras está fazendo um acordo aqui. Depois, vamos fazer um acordo trilateral – Suécia, Brasil e Tanzânia. E, se Deus quiser, nós vamos aprofundar a discussão sobre os biocombustíveis aqui no continente africano e, sobretudo, na Tanzânia.

Muito obrigado.

JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA ZÂMBIA, RUPIAH BWEZANI BANDA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA ZÂMBIA,
RUPIAH BWEZANI BANDA - LUSACA, ZÂMBIA, 7/07/2010

Bem, Excelentíssimo senhor Rupiah Banda, presidente da República da Zâmbia, e sua senhora, Thandiwe Banda,

Presidentes Kaunda e Chiluba,

Presidente da Suprema Corte, senhor (incompreensível)

Presidente da Assembleia,

Senhores ministros,

Ministro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, em nome de quem eu quero cumprimentar a todos os ministros brasileiros e todos os ministros da Zâmbia,

A minha... a primeira visita de um presidente brasileiro à Zâmbia é, antes de tudo, oportunidade para nos conhecermos melhor. Zâmbia é inspiração constante para a democracia africana. No passado, deu apoio à luta de libertação nos países vizinhos. Hoje, permanece um marco de estabilidade, um modelo de responsabilidade pública e compromisso com o bem-estar coletivo.

Seus invejáveis índices de crescimento se explicam pela combinação consistente entre políticas sociais e equilíbrio macroeconômico. Zâmbia demonstrou que, como no Brasil, é possível combinar desenvolvimento

econômico e distribuição de renda.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência visitou o Brasil em 1975, como ministro das Relações Exteriores de Zâmbia. É importante lembrar que no dia 24 de abril de 1975 eu estava assumindo a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Agora, na qualidade de primeiro mandatário, continua a ser artífice da parceria entre nossos países. A abertura de embaixadas em Lusaca e Brasília é peça fundamental nos esforços para acelerar o diálogo bilateral e incrementar nossa cooperação.

Na reunião da Comissão Mista, em Lusaca, avançamos na cooperação entre os nossos países, em particular nas áreas de educação, saúde, esporte e agricultura.

Amanhã estaremos juntos em um encontro pioneiro de empresários da Zâmbia e do Brasil. São eles os verdadeiros agentes da relação econômica que queremos construir.

O desafio de combater a exclusão social e a pobreza é tema central de nosso diálogo. O acordo sobre segurança alimentar que estabelecemos permitirá difundir tecnologias e multiplicar experiências exitosas. Inspirado

no Fome Zero brasileiro, o Programa Mundial de Alimentos quer fazer da Zâmbia exemplo de como assegurar bem-estar e dignidade para todos.

A fertilidade da terra também coloca Zâmbia na vanguarda de outra revolução na África – a dos biocombustíveis. A Embrapa brasileira está em condições de cooperar na produção local de biocombustíveis.

Também sabemos do empenho da Zâmbia em combater o HIV-Aids. Já estamos cooperando na luta contra este flagelo. A fábrica de antirretrovirais que o Brasil inaugurará em breve, em Moçambique, permitirá à Zâmbia beneficiar-se dos medicamentos ali produzidos e de seus serviços de capacitação e treinamento.

Senhor Presidente,

Nossa parceria requer bases econômicas mais sólidas. Mesmo antes da crise de 2008, nossas trocas de US\$ 1,5 milhão para US\$ 18 milhões. É muito pouco, podemos ir bem além desses números.

Empresas brasileiras de mineração e transporte já estão presentes aqui. A localização estratégica de seu país, unindo a África Austral e Oriental, faz de Zâmbia um aliado importante nos projetos de agroindústria, infraestrutura e turismo que o Brasil desenvolve na região.

O empreendedorismo brasileiro está à disposição da Zâmbia para ajudá-la a realizar seu enorme potencial hidrelétrico, reduzindo sua dependência de combustíveis fósseis importados. Ao mesmo tempo, a exportação de excedentes promoverá a integração energética no Cone Sul do continente.

Estamos empenhados em identificar e explorar novas possibilidades de parceria em setores de tecnologia de ponta como o de televisão digital. O sistema adotado no Brasil é o mais adequado para países em desenvolvimento: conjuga interatividade, mobilidade e custo menor.

Caro amigo Banda,

Zâmbia e Brasil reagiram à crise financeira com coerência e determinação. Na contramão da ortodoxia liberal, recusamos a integração irresponsável aos mercados financeiros mundiais, em busca do ganho fácil, mas ilusório.

Apoiamos a produção e estimulamos o consumo popular de modo a compensar a contração dos mercados externos. Com isso, aceleramos a saída da recessão e estamos ajudando a puxar a recuperação mundial. Não causamos a crise, mas somos parte de sua solução. Não é mais possível excluir os países em desenvolvimento das decisões globais.

A ONU tem que mudar. Seu Conselho de Segurança, seu Conselho de Segurança deve tornar-se mais representativo e transparente.

Também devemos unir forças para concluir as negociações de Doha de acordo com o seu mandato original, isto é, uma rodada para o desenvolvimento. Agricultores africanos, latino-americanos e caribenhos e dos países pobres da Ásia não podem continuar a sofrer a competição desleal de produtos subsidiados pelos países ricos.

O aquecimento global ameaça diretamente países em desenvolvimento com vocação agrícola. A comunidade internacional precisa reduzir drasticamente suas emissões, sem comprometer o direito dos países pobres ao crescimento. Vou a Cancún, no final do ano, para a COP-16, comprometido com esse objetivo.

Tenho a convicção de que Zâmbia e Brasil estarão sempre juntos nesta caminhada. Espero poder receber Vossa Excelência em visita ao Brasil, para poder consolidar esta parceria.

É com esse espírito de amizade, concórdia e solidariedade que peço a todos que levistem um brinde em homenagem a Vossa Excelência, à sua esposa e a todo o povo da Zâmbia.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE INÍCIO DA JORNADA PARA A COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE CERIMÔNIA DE INÍCIO DA JORNADA PARA A COPA DO MUNDO
DA FIFA BRASIL 2014 - JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL, 8/07/2010

Se fosse me dada a oportunidade, eu ia fazer mais bonito que esse acrobata da bola que veio aqui, mas não me deixaram.

Eu quero, primeiramente, dizer a vocês da alegria imensa de estar vivendo este momento, em que estamos terminando uma Copa do Mundo e estamos fazendo uma festa para iniciar outra Copa do Mundo.

Quero cumprimentar o companheiro, se assim posso chamá-lo, Joseph Blatter, presidente da Fifa, que tem trabalhado de forma extraordinária, junto com o Brasil, e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo por atender a uma demanda de um brasileiro excepcional, João Havelange, que queria trazer a Copa do Mundo para o continente africano.

Quero cumprimentar o companheiro Ricardo Teixeira, presidente do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e presidente da CBF. E dizer a você, Ricardo, que eu não serei mais Presidente depois do dia 1º de janeiro de 2011, mas continuarei brasileiro, continuarei amante do futebol e pode contar comigo no que for necessário para que a gente possa fazer a melhor Copa do Mundo que um país já conseguiu fazer. E eu tenho certeza que o Brasil será capaz disso.

Quero cumprimentar o senhor *Irving Khoza*, presidente do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul,

Quero cumprimentar os amigos aqui presentes, homens e mulheres, mas queria, sobretudo, cumprimentar aqueles que são a razão principal da Copa do Mundo.

Eu não poderia deixar de citar aqui a presença do companheiro Cafu, nosso companheiro que tantas vezes levantou taças em nome do Brasil, e com muito orgulho. Já parou de jogar futebol, poderia jogar futebol no meu time, daqui para frente.

Não poderia deixar de cumprimentar o mais irreverente dos jogadores que eu conheço, bom caráter, boa gente, meu companheiro Romário, nosso querido campeão de 1994, e que lamenta não ter sido titular, junto com o Bebeto, em 1990, que poderiam ter sido campeões na Itália.

Quero cumprimentar o companheiro Bebeto que, além de goleador, fez um gesto extraordinário quando na comemoração de um gol ele homenageou, possivelmente, o nascimento do seu filho, fazendo aquele gesto de balançar uma criança. Sem nenhum demérito, Cafu, eu quero cumprimentar aquele

que eu acho o mais perfeito lateral-direito que o Brasil já teve, não apenas por jogar bola, mas pela liderança que exercia dentro do campo - você não era nem nascido, Ricardo Teixeira -, o nosso querido Carlos Alberto Torres, nosso companheiro que marcou um gol inesquecível na Copa do Mundo de 1970, contra a Itália.

Quero cumprimentar o Parreira. Parreira, eu sei que não foi possível fazer mais na África do Sul, pouco tempo... o Joel [Santana] esteve por aqui, também não foi possível fazer. Mas eu quero lembrar, Parreira, das alegrias que você deu ao futebol brasileiro como técnico, e se você não se lembra, que você deu ao meu Corinthians, quando criou uma teoria simplista de que a melhor forma de um time não tomar gol é não deixar o adversário ter a bola nos pés. E foi naquele tempo que o Corinthians teve um grande time.

Quero cumprimentar, aqui, os companheiros. Eu sei que todo mundo lamenta profundamente... Platini, você tirou o Brasil de uma Copa do Mundo, Platini! Você se meteu a marcar um gol de pênalti contra o Brasil - e isso é imperdoável - mas de qualquer forma, eu quero que você saiba que eu tenho um carinho profundo pelo grande jogador de futebol que você foi.

Aqui, tem uma outra pessoa que eu não estou vendo, mas eu sei que está aqui, que é o Beckenbauer. O Beckenbauer - pelo menos colocaram na minha relação que ele está aqui - não sei cadê o Beckenbauer, mas o Beckenbauer foi, possivelmente, um dos jogadores que eu mais admirei pela seriedade, pela garra e por aquela final do jogo Inglaterra X Alemanha, em 1966. Eu não sei se foi naquela Copa que o Beckenbauer estava com o braço quebrado e que voltou a jogar. Mas de qualquer forma, Beckenbauer, eu quero que você saiba que eu o considero, depois de mim e depois do Pelé, o melhor jogador que eu vi jogar e o mais sério.

Bem, minha amigas e meus amigos, me disseram que eu tinha só cinco minutos para falar mas, como Presidente, a gente sempre pode extrapolar democraticamente um pouco do tempo.

Minhas queridas amigas e amigos,

Antes de mais nada, eu quero cumprimentar calorosamente a África do Sul por esta maravilhosa e inesquecível Copa do Mundo. Ela está mostrando a todos os povos do Planeta, a todos os países do mundo, a todos os continentes, a força, a alegria, a criatividade e a capacidade de organização do povo africano.

Nós, brasileiros, estamos muito contentes com o extraordinário sucesso da Copa na África. Em primeiro lugar, porque o sucesso do Mundial na África é também a realização do sonho de um grande brasileiro, o nosso querido presidente de honra da Fifa, o João Havelange.

Além disso, o sucesso dos nossos irmãos africanos representa um tremendo desafio para os brasileiros. Vamos aprender com eles. Aliás, estamos aprendendo com eles para que a Copa de 2014, que teremos a honra de hospedar, seja um sucesso maior ainda. É uma grande responsabilidade, mas estamos confiantes.

Os brasileiros gostam de desafios, são movidos a desafios e, estejam certos, farão um Mundial da Fifa tão bonito e emocionante como o da África do Sul.

Os indicadores econômicos do Brasil são animadores, o país cresce e se desenvolve. Em 2014, teremos uma economia ainda mais relevante no cenário internacional. Estamos trabalhando duro para que a pujança crescente de nossa economia reflita-se em uma Copa vibrante e impecável.

Já aprovamos um plano integrado que envolve o governo nacional e os governos locais de doze cidades-sede onde se realizarão os jogos do Mundial. E aqui estão presentes

o governador do estado da Bahia e o governador do estado do Paraná. A preparação do evento terá máxima transparência. Já fiz dois decretos: todos os gastos públicos serão divulgados na internet e poderão ser acompanhados em tempo real por qualquer cidadão de qualquer lugar do mundo. Faremos uma Copa verde; verde como nossas florestas. A sustentabilidade ambiental é uma prioridade para o Brasil e será uma das marcas da Copa em nosso país. A Copa será uma grande oportunidade para acelerar investimentos em infraestrutura, necessários para o Mundial e fundamentais para o desenvolvimento do nosso Brasil. Queremos deixar um legado que se refletirá na melhoria das condições de vida do nosso povo.

Com o Mundial, teremos a oportunidade de apresentar ao mundo um novo momento do Brasil. Estamos seguros de que encantaremos o mundo, como a África do Sul encantou o Planeta nessas últimas semanas.

Somos um povo, meu caro Blatter, apaixonado pelo esporte e apaixonado pelo futebol, porque somos um povo apaixonado pela vida e acreditamos que, embora ela seja maravilhosa, sempre pode melhorar mais ainda, desde que, é claro, lutemos por isso e não nos conformemos ou nos calemos diante das injustiças. Acreditamos no poder do esporte para unir homens e mulheres, acima das diferenças, e também para derrubar preconceitos.

Quando soar o apito final aqui, em Joanesburgo, a bola atravessará o Atlântico e será recebida fora dos campos pelos brasileiros, com o mesmo carinho e amor com que a tratamos dentro das quatro linhas. Vamos fazer uma Copa inesquecível. É um compromisso, podem cobrar.

Eu queria, meu caro Ricardo e meu caro Blatter, dizer a vocês que nós, brasileiros, temos orgulho do que nós somos. Nós somos

um povo que sabemos amar, nós somos um povo que sabemos trabalhar, nós somos um povo que tem gente rica e tem gente pobre, mas, sobretudo, nós somos um povo orgulhoso. E somos um povo que mesmo nas adversidades nós não desistimos nunca. Isto é o Brasil de 2014.

Muito obrigado.

FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-ÁFRICA DO SUL

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ENCERRAMENTO DO FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-ÁFRICA DO SUL - JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL, 09/07/2010

Bem, eu vou falar do púlpito, mas, antes de falar, eu queria entregar ao presidente Zuma e ao Ministro que cuida da Indústria e do Comércio da África do Sul dois livros que ensinam como exportar para o Brasil. Normalmente, a gente dá livro... Normalmente, nós entregamos livros ensinando como importar do Brasil, e nós estamos dando, agora, como facilitar a vida de vocês para exportar para o Brasil. Afinal de contas, vencer a burocracia brasileira não é nada fácil.

Bem, eu quero, primeiro, cumprimentar o meu companheiro e amigo, presidente da República da África do Sul, o companheiro Zuma, e dizer para ele da alegria de, mais uma vez, estar aqui na África do Sul e mais uma vez poder gozar da sua companhia,

Quero cumprimentar Rob Davies, ministro do Comércio,

Quero cumprimentar o embaixador do Brasil na África do Sul, José Vicente de Sá Pimentel,

Quero cumprimentar o companheiro Ivan Ramalho, secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

Quero cumprimentar o companheiro Orlando, ministro do Esporte,

Quero cumprimentar o Luiz Barretto, ministro do Turismo,

Quero cumprimentar o companheiro Rogério, ministro interino dos Direitos Humanos,

Quero cumprimentar os empresários africanos, as empresárias, os empresários brasileiros, mesmo sabendo que nós estamos em minoria aqui, hoje.

Bem, eu já tive oportunidade de falar com o presidente Zuma, pela manhã; já tive oportunidade de falar para a imprensa africana e para a imprensa brasileira e, certamente, quem estava presente lá no Palácio vai perceber que eu vou repetir algumas coisas que eu já falei hoje, pela manhã.

Em primeiro lugar, o orgulho de ser o Presidente da República do Brasil que mais visitou o continente africano. Hoje eu completo a África do Sul já três vezes, mas eu já visitei 27 países africanos em oito meses [anos]. Não sei quantos presidentes do mundo visitaram 27 países africanos em oito anos, e eu ainda tenho um país para visitar, que é Moçambique, para inaugurar uma fábrica de remédio que estamos fazendo lá, produzindo antirretrovirais para combater HIV-Aids.

Mas eu assumi um compromisso com o presidente Zuma. Primeiro, nós precisamos fazer pelo menos duas grandes reuniões entre

empresários da África do Sul e empresários brasileiros. A gente poderá fazer uma primeira em São Paulo, organizada pelo Ministro da Indústria e Comércio do Brasil e pelo Ministério das Relações Exteriores, que a gente possa ter uns 300 ou 200 empresários da África do Sul, que a gente possa ter uns 300 ou mais empresários brasileiros, para que a gente possa discutir oportunidades de negócios, oportunidades de parcerias e oportunidades de complementaridade entre as empresas da África do Sul e as empresas brasileiras.

E a segunda coisa que eu disse ao presidente Zuma é que eu tenho apenas cinco meses... Uma aguinha, Prata, se for possível. Eu assumi o compromisso com o presidente Zuma de que é uma vergonha um país com 190 milhões de habitantes, como o Brasil, não ter empresas de aviação comprometidas em fazer voos para a África do Sul e para outros países da África e que, portanto, assumi o compromisso com ele de transformar numa questão de honra, nesses últimos seis meses que eu tenho de mandato, para que a gente possa resolver esse problema crônico. Porque se nós não garantirmos aos políticos e aos homens de negócio o direito de ir e vir, o direito de conhecer coisas novas, não acontece nenhuma novidade no nosso país.

Vejam que absurdo: se eu quisesse sair agora de Joanesburgo e ir a Londres, quantas horas eu demoraria de avião? Dez horas? Onze horas? Oito horas? Olhem, daqui para São Paulo serão apenas nove horas ou dez horas. Mas não é apenas da África do Sul, é de outros países africanos que fazem fronteira com o Brasil via Atlântico. De Cabo Verde, por exemplo, até Fortaleza, são três horas e meia de voo. E quem tem avião para o Brasil não é uma empresa brasileira, é uma empresa de um país pequeno como Cabo Verde.

Ora, por que isso aconteceu? Isso aconteceu porque, historicamente, nós tivemos uma elite subserviente, que achava

que só deveríamos fazer negócios com a Europa rica ou com os Estados Unidos, e fomos esquecendo a América Latina, a América do Sul e o continente africano. Ora, o que nós precisamos, presidente Zuma, é fazer uma nova discussão sobre a relação Sul-Sul, sobre o desenvolvimento africano e sobre o desenvolvimento latino-americano, para que a gente possa ter noção do que está nos esperando.

Todos nós sabemos e todos queremos exportar para os Estados Unidos, para o Japão, para a China, para a Alemanha, para a França. Mas todos nós sabemos, também, que existe um limite, porque todo o mundo quer vender para eles, e que a balança comercial dos nossos países com esses países ricos não é tão grande como uma pessoa leiga pode imaginar. Nós temos balança comercial com países europeus que chega a 6 bilhões, a 7 bilhões, a 8 bilhões; e temos, com a Argentina, 30 bilhões; temos, com a China, 40 bilhões; temos, com a Venezuela, 6 ou 7 bilhões. Por quê? Porque nós começamos a descobrir as necessidades de cada país e as similaridades existentes em cada país.

Certamente, a África do Sul produz coisas importantes que outros países ricos já produzem mais importantes, mas possivelmente o Brasil não produza, possivelmente outro país da África não produza, possivelmente outro país da América do Sul não produza, e, portanto, a África do Sul terá muito mais oportunidade de vender o seu produto nesses países do que vender aos países ricos, que só querem vender para nós produtos de alto valor agregado e comprar de nós commodities em forma de matéria-prima.

Essa crise econômica, que é a primeira crise acontecida no coração dos países ricos, precisa nos motivar a pensar um pouco diferente do que nós pensávamos no século XX. Certamente, durante uma boa parte do século XX, alguém

dizia para os empresários da África do Sul: “Cuidado com os empresários brasileiros, cuidado. Não é importante fazer negócio com empresários brasileiros”. Mas o mesmo que diziam aqui, meu caro amigo Zuma, diziam na Venezuela, diziam na Colômbia, diziam no Equador: “Olha, cuidado com os empresários brasileiros. O Brasil é um país grande e ele pode sufocar vocês”.

Agora, como é que pode um empresário de qualquer país do mundo ter medo do empresário brasileiro e não ter medo do empresário americano, do empresário alemão, do empresário chinês ou do empresário que tem muito mais poder do que nós?

Durante muito tempo nós acreditamos nisso, e, durante muito tempo, o Brasil olhava para o mundo sem enxergar a África. Aliás, o Brasil olhava para o mundo sem enxergar os países da América do Sul que fazem fronteira com o Brasil. Apenas dois países não fazem fronteira com o Brasil: o Equador e o Chile. O Brasil tem 17 mil quilômetros, quase, de fronteira seca, e a nossa relação com esses países era quase nenhuma, tudo vinha de outros países. Como é que pode, em um país vizinho do Brasil, ter um carro japonês fabricado no Japão e não ter um carro onde metade das peças pudessem ser produzidas na Argentina, metade no Uruguai, metade no Paraguai, metade no Brasil? É porque os nossos dirigentes e a elite brasileira que governou o país durante muito tempo mantiveram a cabeça colonizada mesmo depois de 200 anos de independência, mesmo depois de 200 anos de independência.

Bem, o que nós precisamos fazer? Depois da crise econômica, primeiro o subprime e, depois, a crise que até agora a gente não sabe a quantidade de dinheiro podre que existe nos bancos europeus, até agora a gente não sabe se já foi resolvida a quantidade de dinheiro podre nos bancos americanos... Porque, quando

a crise era no Brasil, quando a crise era no México, quando a crise era na Bolívia, o FMI e o Banco Mundial, a cada três meses tinha uma delegação dizendo o que fazer. Agora que a crise é nos países ricos, nem o FMI e nem o Banco Mundial sabem o que fazer. Por quê? Porque não é dado a eles o direito de fazer críticas que faziam a nós.

Nessa crise agora, na Alemanha, em que um país pequeno como a Grécia quase cria uma crise profunda, é que não tem explicação. Por que não houve uma intervenção imediata para acabar com a crise da Grécia? É porque, para fazer política, precisa saber tomar decisão. E saber tomar decisão, a gente não pode ficar olhando o problema das nossas eleições internas.

Se a gente, enquanto dirigente político, exercendo um mandato, por causa de um problema de eleição interna nossa, a gente não tiver maturidade política, a gente percebe que uma crise pequena, que poderia ter sido resolvida na Grécia com facilidade, ganhou proporções muito grandes e quase leva a França, Portugal e Itália de roldão, apenas por falta de decisão, porque quem tinha que tomar decisão estava preocupado se iria eleger senador ou não, estava preocupado se iria eleger deputado ou não, e aí as crises vão se avolumando.

Ora, imaginem vocês e caro amigo Zuma, se o presidente Bush, em junho de 2008, se o presidente Bush, em julho ou junho de 2008, tivesse colocado US\$ 60 bilhões no Lehman Brothers, o Lehman Brothers não tinha quebrado e eles não tinham que colocar quase que US\$ 1 trilhão depois.

Ora, nós, agora, estamos percebendo, Zuma, que a África do Sul tem muito para oferecer para o Brasil e que o Brasil tem muito para oferecer para a África do Sul. O que nós precisamos é conhecer o potencial de cada um dos nossos países, o que nós poderemos fazer

juntos, o que nós poderemos produzir em parceria. Nós poderemos produzir helicóptero em parceria, nós poderemos produzir avião de carga em parceria, nós poderemos construir parceria na agricultura – o Brasil tem uma sofisticada agricultura de empresa de tecnologia, na área da agricultura tropical.

Eu estou convencido de que todos nós, que estamos aqui – e eu que já tenho 64 anos de idade – vamos ver, nos próximos 15 anos, uma revolução na agricultura africana, sobretudo na savana africana, que parece muito com o cerrado brasileiro, que é hoje o lugar que mais produz grãos por hectare do mundo.

Ora, na hora em que o mundo rico precisar colocar 10% de etanol na sua gasolina, onde que eles vão plantar? Eles vão continuar fazendo o etanol de beterraba? Vão fazer de milho? Ou será que eles não percebem que a cana-de-açúcar produz três vezes mais e é três vezes mais barata, que pode gerar muito mais emprego, e que os países ricos, do mesmo jeito que compram petróleo da Arábia Saudita, poderiam comprar biocombustíveis dos países africanos?

Então, este século XXI, nós temos que aproveitar para comprar as brigas que nós não fizemos no século XX, a boa briga. Não é aquela briga raivosa, é aquela briga de companheiro, de fazer os países ricos entenderem que nós não queremos viver de favores, que nós queremos apenas competir, que nós queremos concluir o acordo da Rodada de Doha, que não foi concluído por conta das eleições americanas e das eleições na Índia e está parado a dois anos. E o que é que a gente queria? Um acordo para que o comércio fosse realmente livre e para que os países pobres pudessem fazer os seus produtos chegarem no mercado dos países ricos. Por que isso não aconteceu, se nós estávamos tão perto? Faltou um milímetro, acho que menos de um milímetro, para a gente fazer o acordo na Rodada de Doha, e nós estamos parados a dois anos.

Nós estamos, companheiro Zuma, participando do G-20 e até agora nós não conseguimos mudar a representação no FMI, até agora nós não conseguimos mudar a representação, ou melhor, o controle do sistema financeiro, pelo menos cuidar da alavancagem, para não permitir que um banco possa sobreviver fora do sistema produtivo de um país. É para isso que o banco precisa existir, para emprestar dinheiro para a produção e não para ganhar dinheiro vendendo papel atrás de papel, sem produzir um sapato, uma meia, um celular ou um microfone.

Nós ainda não conseguimos acabar com os paraísos fiscais, e foi motivo da nossa primeira reunião, da nossa primeira discussão. O que me preocupa? É que se as coisas não acontecerem, o mundo vai voltando à normalidade e fica tudo do jeito que está, até vir outra crise mais grave, e quem paga o preço são sempre os países mais pobres.

Então, meus companheiros empresários da África do Sul, meus companheiros brasileiros, nós temos um potencial extraordinário. Eu acho que a África é mostrada ao mundo sempre pelo que ela tem de pior e nunca pelo que ela pode ter de melhor. Quando querem mostrar alguma coisa boa na África, mostram um leão correndo, mostram uma girafa, mostram um rinoceronte. Quando querem mostrar o povo, mostram a favela; quando deveriam mostrar a favela... ninguém quer esconder a favela, mas vamos mostrar as outras coisas que tem, vamos mostrar o potencial de desenvolvimento.

A Copa do Mundo foi a demonstração maior que a África precisava para mostrar que pode fazer uma Copa do Mundo, porque havia muita desconfiança, havia: “Será? Será que acabou o apartheid mesmo na África? Será que a África tem condições de ter ruas para os carros transitarem? Será que eles vão conseguir fazer aeroportos? Será que vão conseguir fazer ferrovias? Será que vai

ter segurança, as pessoas não vão morrer? Atentados contra atentados?”.

Eu quero, orgulhosamente, dizer a você, meu querido companheiro Zuma: Deus escreve certo por linhas tortas. Tem um velho brasileiro chamado João Havelange, que já está com 92 anos de idade, nada 1.500 metros todos os dias, e esse homem, ainda quando presidente da Fifa, ele queria trazer a Copa do Mundo para o continente africano. Precisou acontecer a Copa do Mundo aqui para as pessoas saberem que os africanos são tão civilizados ou mais civilizados do que aqueles que pensam que, porque são um pouco mais ricos, têm mais educação e sabem tratar os outros melhor do que os pobres do mundo – ou do que os negros.

A África... a Copa do Mundo aqui, Zuma, eu que sou fanático por futebol e que assisto na televisão, eu posso dizer para vocês: se eu não estiver enganado, a África será medida logo, logo, “antes da Copa” e “depois da Copa”, porque o povo aprendeu a conhecer a verdadeira África do Sul por conta da Copa do Mundo.

Eu quero te dar os parabéns, quero dar parabéns ao povo da África do Sul, a mulheres e homens, a empresários, aos pobres que a gente via andando nas ruas tentando entrar no estádio de futebol, a todos vocês, porque eu acho que vocês conseguiram dignificar a África em três meses mais do que alguns tentaram fazer em dezenas de anos.

A mesma dúvida que tem sobre a África agora começa com o Brasil. Hoje já me perguntaram: “Será que vai fazer os aeroportos? Será que vai ter corredor de ônibus? Será que vai acabar os estádios?”. Ora, o Brasil, nos próximos seis ou oito anos, se continuar crescendo do jeito que está, o Brasil será a quinta economia do mundo. Se um país de 190 milhões de habitantes, com o PIB que tem o Brasil, com a perspectiva de

crescimento – só até 2014, nós temos US\$ 624 bilhões em investimentos, em gasodutos, em portos, em aeroportos, navios, plataformas, sondas, trem-bala, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, vai lembrando... Estamos fazendo investimento em saneamento básico que nunca foi feito em nosso país. Se esse país não tiver condições de preparar uma Copa do Mundo, eu teria que ir embora a nado da África do Sul até o Brasil. E eu vou... Eu vou... Não, é porque tem uma parte das pessoas, tanto aqui na África quanto em qualquer país, que o cara não acredita em nada, pra ele, tudo vai dar errado: “Ah, o Brasil...”.

Você não sabe, ô Zuma, eu levantei de manhã, coloquei minha gravata. Essa gravata aqui é só para viajar para o estrangeiro e quando eu recebo dirigente estrangeiro, porque essa gravata aqui foi a gravata com que nós conquistamos o direito de fazer as Olimpíadas no Brasil. Aí, quando eu fui fazer as Olimpíadas, fui para Copenhague, eu levantei de manhã, liguei a televisão e fiquei vendo uma pessoa dizendo na televisão, eu até comentei com o Orlando, ele já estava em Copenhague: “Mas por que o Brasil quer fazer Olimpíadas? O Brasil quer disputar com o Obama? O Brasil quer disputar com o Japão? O Brasil quer disputar com Madri? O Brasil não se enxerga? O Brasil precisa fazer investimento em educação, em segurança”. Eu saí de casa com raiva. Eu falei: como é que pode um brasileiro ser tão descrente do seu Brasil? Na verdade, ele não é descrente do Brasil, ele é descrente dele, ele não acredita é nele, e tenta transferir essa descrença para os outros.

Quando nós chegamos lá, que o meu amigo Zapatero, presidente da Espanha, chegou com o nosso amigo, o rei Juan Carlos de Bourbon, eu falei: “Vai ser difícil, vai ser difícil ganhar de um rei”. Estava só a mulher do Obama, o Obama não estava. Quando são nove horas da manhã, nove horas da manhã, eu estou tomando banho, me preparando, ligo

a televisão, eis que está chegando o homem, estava chegando o Obama. Aí, chega o avião do Obama, chega o Primeiro-Ministro do Japão, eu falei: puxa vida, é muita melancia para o meu caminhão. Ganhar dos três juntos vai ser difícil.

Mas olha, eu vou lhe contar uma coisa: foi o momento, foi o momento... eu já vivi muitas alegrias, já vivi muitas alegrias, já vivi muita tristeza. Eu torço para um time no Brasil, chamado Corinthians, que ficou 23 anos sem ser campeão, eu sofri muito. Eu perdi, Zuma, três eleições, eu perdi três eleições. Cada uma que eu perdia, eu chegava em casa, minha mulher falava: “Ô Lula, você não acha que está na hora de parar, meu filho, não acha?”. E eu notava que os meus amigos também gostariam que eu parasse, viu, Zuma? Eu ficava achando que os meus companheiros também queriam que eu parasse. Mas eu perdia as eleições no mês de outubro, ficava lambendo as feridas entre novembro e dezembro, e quando chegava janeiro, eu tinha que começar a viajar o Brasil outra vez para levantar a moral da tropa, porque se a gente não levantar a moral o pessoal desanima. Então, eu não acredito, Zuma, em hipótese alguma, em derrota antecipada, e eu que pensei que tinha vivido emoções de ganhar duas eleições, nada para mim foi mais emocionante do que o dia em que aquele suíço pegou o envelope e ficou 30 segundos com aquele envelope na mão, e eu esperando ele dizer. Não, porque o Obama falou, foi embora. O japonês falou e também não ficou lá, ficou eu, o Rei e o Zapatero. Olha, Zuma, você não tem noção do que foi a emoção no dia em que aquele suíço falou o nome “Brasil”, você não sabe a alegria. E começa no Brasil: “Será que o Brasil tem condições de fazer Olimpíadas? Será que nós vamos ganhar medalhas?” Ora, se o Brasil não ganhar, ganha a África do Sul; se o Brasil não ganhar, ganha Gana; ganha o Japão; mas nós queremos fazer

a melhor Copa do Mundo – depois da África do Sul – e as melhores Olimpíadas que já foram feitas no mundo. E aí é que eu queria chamar a atenção dos empresários da África do Sul: oportunidades de investimentos, tanto para as Olimpíadas quanto para a Copa do Mundo, mas, sobretudo, oportunidade na indústria naval.

Não sei se você sabe, Zuma, quando eu disputei as eleições, em 2002, dizia-se no Brasil que a gente não tinha condições de produzir sonda, que não tinha condições de produzir plataforma e que não tinha condições de produzir petroleiros. Eu disse que nós tínhamos. Ganhei as eleições e, hoje, a indústria naval, que tinha 1.600 trabalhadores no Brasil, já tem hoje 52 mil trabalhadores no Brasil, e nós estamos fazendo sondas, estamos fazendo navios e estamos fazendo plataformas. É essa parceria que nós estamos convidando os empresários da África do Sul para participarem, para conhecerem o que significa o biocombustível no Brasil, conhecerem o que significa a indústria petroleira no Brasil, conhecerem o que significa a produção da agricultura familiar e a nossa política de crédito.

Olha, eu vou dar um dado para vocês para terminar, porque eu estou falando demais. Daqui a pouco, quem queria investir já gastou o dinheiro dele aqui comendo alguma coisa para passar o tempo. Eu queria dizer uma coisa para vocês: em março de 2003, eu tinha dois meses na Presidência da República, o Brasil inteiro só tinha R\$ 380 bilhões de crédito – R\$ 380 bilhões era o equivalente, naquela época, a US\$ 200 bilhões –, de crédito.

Eu, que a vida inteira me dizia socialista, eu me perguntava como é que os empresários brasileiros capitalistas dizem que este país é um país de regime capitalista, sem financiamento e sem crédito, que são duas coisas necessárias para funcionar o capitalismo. Pois bem, hoje

o Brasil, que tinha R\$ 380 bilhões de crédito, tem R\$ 1 trilhão e meio de crédito. A Caixa, o nosso banco que financiava a habitação, que tinha 5 bilhões para financiar, no ano passado financiou 47 e este ano vai financiar 55. O BNDES, que é o banco de desenvolvimento e financiamento de indústria, que tinha 38 bilhões, no ano passado emprestou 139 e este ano quer chegar a 170 bilhões de investimentos.

É por isso que eu sou confiante na economia brasileira, e é por isso que eu sou confiante em convidar os empresários da África do Sul a conhecerem melhor o Brasil e o Brasil a conhecer melhor a África do Sul. Nós estamos, agora, com o Ministro do Turismo ali. Ele, depois da Copa do Mundo, ele tem obrigação de me ajudar nessa briga do transporte para trazer mais turista brasileiro para a África do Sul, para trazer mais turistas brasileiros para outros países africanos. Porque o continente africano vai crescer muito, e se o mundo desenvolvido for esperto, ele sabe que vai precisar de consumidor, e se quiser consumidor nós vamos ter que melhorar a vida do povo mais pobre, para eles poderem consumir.

E, aqui, eu vou dar o último dado para vocês: de toda a política de transferência de renda que nós fizemos no Brasil, quando veio a crise econômica, a minha maior alegria é que as classes D e E, do Norte e do Nordeste brasileiro consumiram mais do que a classe A do Centro-Sul do país. E, mais importante: nós elevamos 31 milhões de brasileiros para a classe C e tiramos 21 milhões de brasileiros de [que estavam] abaixo da linha da pobreza, numa demonstração, Zuma, de que a coisa mais barata do mundo é a gente cuidar do pobre. A coisa mais barata do mundo é a gente cuidar do pobre. Dê R\$ 10,00, dê US\$ 10 para um pobre, que ele vira um consumidor no dia seguinte. Ele não vai comprar dólar, não vai comprar carro e não vai... não vai aplicar em

derivativos. Ele vai comprar feijão, ele vai comprar arroz, ele vai comprar milho, ele vai comprar batata, ele vai comprar café, ele vai comprar leite. Esse dinheiro volta para o mercado rapidamente, gerando economia. Dê 1 bilhão, dê 1 bilhão para o rico, que vai para uma conta bancária para ele ganhar às custas dos interesses.

Muito obrigado, e até a próxima oportunidade.

CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA INTERNACIONAL TURÍSTICA PARA O BRASIL 2014

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA
CAMPANHA INTERNACIONAL TURÍSTICA PARA O BRASIL 2014
- JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL, 9 DE JULHO DE 2010**

Meu querido companheiro Luiz Barretto,
ministro do Turismo,

Meu querido companheiro Orlando Silva,
ministro do Esporte,

Meu querido companheiro Alexandre
Padilha, ministro das Relações Institucionais,

Meu caro companheiro Jaques Wagner,
governador do estado da Bahia,

Meu caro Orlando Pessuti, governador do
estado do Paraná,

Minha querida companheira Jeanine Pires,
presidente da Embratur,

Meu querido companheiro Rogério, nosso
companheiro dos Direitos Humanos,

Meu caro companheiro Ricardo Teixeira,
presidente do Comitê Organizador da Copa
do Mundo de 2014,

Companheiro Eduardo Paes, nosso
governador do estado do Rio de Janeiro –
prefeito. Mas um dia, quem sabe, um dia,
quem sabe...

Bem, eu não ia falar, porque já fiz vários
discursos hoje, do que a Seleção brasileira
jogou na Copa do Mundo. Mas eu penso que o
que vocês viram nesse filme poderia ser vocês.
Cada pessoa que conhecer o Brasil, certamente,

sairá do Brasil com a imagem melhor do que a
imagem que ela entrou no Brasil.

Eu acho que poucos países do mundo têm
a diversidade que tem no Brasil para mostrar
ao mundo. Eu digo sempre que quando a
gente assiste à Copa do Mundo – e eu disse
aqui ontem, nesse mesmo palco –, que quando
você vê o time da Alemanha entrar em campo,
com exceção do Cacau, agora, que é um
brasileiro naturalizado alemão, você só vê
alemão; quando você vê entrar o Japão em
campo, você só vê japonês; tem um brasileiro
japonês, o Paulo Tanaka, que marcou um gol
a favor e um gol contra, entendeu? Quando
você vê a Coreia do Norte ou a Coreia do Sul
entrar em campo, a diferença é que uma é
mais alegre do que a outra. Eu não sei, aquele
rapaz chorava tanto quando tocava o hino da
Coreia, eu acho que ele estava com medo de
voltar. Mas, é tudo a mesma coisa.

Eu assisti o jogo da Itália e... Teve Itália
e Sérvia ou Itália e Croácia, em que nem no
banco de reservas e nem no campo tinha um
único negro. E, assim, você vai vendo que são
poucos os países que têm essa diversidade de
raça, essa diversidade cultural que tem o Brasil.

Então, o Brasil teve uma mistura extraordinária, que é a mistura do índio, do negro e do europeu, e deu essa gente bonita como eu, que se não tivesse outra razão para vocês irem ao Brasil, teria a beleza das mulheres e dos homens do meu país, na sua (incompreensível). E quando eu falar de beleza, vocês têm que compreender o seguinte, minha gente: para cada sapo tem uma sapa. Então, ninguém fica sem o seu par. Então, a beleza também é vista de várias formas e, no Brasil, você vê de muitas formas.

Eu, sinceramente, duvido que tenha um país com a megadiversidade da culinária que tem o Brasil. Tem país que a gente viaja, quando a gente quer pedir uma comida diferente, a gente pede à la carte ou um bife com batata frita. No Brasil, em cada estado que você chegar, você vai encontrar uma culinária diferente. Alguns estados, e aqui vou dizer, como a Bahia, que talvez seja a mais rica culinária do país, junto com Minas Gerais e junto com o estado do Pará... O cidadão que for à Copa do Mundo e for ao Pará, comer um pato no tucupi, nunca mais ele vai deixar o Pará, nunca mais, porque ele vai gostar. Bom, isso tudo são coisas que devem motivar as pessoas a visitarem o Brasil.

Agora, companheiro Ministro e companheira Jeanine, presidente da Embratur, eu, nessa semana... Eu preciso ser muito sincero, porque às vezes a sinceridade dói, mas ela é melhor do que uma mentira que não dói. Eu fui, nesses dias, lançar um Programa de cinema...

_____: Perto de Brasília.

Presidente: Lá em Luziânia. E foi uma coisa muito interessante, porque todo mundo culpa todo mundo pelo fracasso do cinema. Eu achei fantástico, todo mundo culpa todo mundo. A única coisa que a gente não pergunta é o seguinte: por que é que o cidadão não vai ao cinema? Ou, por que o cidadão não faz um cinema? E a gente não tem resposta.

Eu comecei a brincar com os nossos companheiros e dizer o seguinte: olha, primeiro, nenhum empresário comunista ou socialista vai fazer um cinema se ele não der lucro. A primeira razão para alguém fazer um cinema é para ele dar lucro, se não der lucro, ninguém vai fazer cinema. Se o Estado fizer cinema, vai ter prejuízo, além de ter uma quantidade de burocratas trabalhando no cinema, o que vai ficar muito caro. Então, nós temos que motivar as pessoas a fazerem o cinema ser lucrativo. E, aí, é saber como tirar um casal de casa, como tirar o marido e a mulher de casa para ir para o cinema, como tirar um casal de jovens de casa para ir para o cinema. Se você não oferecer para ele múltiplas oportunidades na hora que ele sai de casa... Porque, às vezes, ele tem que pegar um carro, tem que ir ao estacionamento, quando ele vai buscar o carro, roubaram. Tem que ter alguma coisa para ele comer perto do cinema, tem que ter alguma coisa para ele fazer, porque se for apenas para ir para o cinema, se ele tiver uma televisão dessas que eu vi agora, 3D, ele não sai por nada desse mundo, ele fica no sofá pedindo as coisas para a mulher: “Me dá, da geladeira: me dá água, me dá cerveja, me dá uísque, me dá um limão”. Ele fica em casa.

Eu estou contando esse caso do cinema, que é uma coisa que a gente precisa, Eduardo, se preocupar: como é que você vai levar o cinema à periferia do Rio de Janeiro? Como é que a gente vai fazer um cinema no Complexo do Alemão, no Pavão-Pavãozinho? Nós precisamos levar e garantir que ele só vai ver cena de violência lá dentro, no filme, que fora não vai ter cena de violência. Então, nós precisamos garantir, também, segurança para as pessoas. Hoje... E não é no Brasil, é no mundo inteiro, é no mundo inteiro.

Depois, que eu não sei quem foi o sábio... Antigamente, o cara, para ser sábio, estudava muito, mas agora teve um cara que inventou a

pirataria, ou seja, o filme não é nem anunciado, já está pirateado. Às vezes, o cidadão assiste, não entende nada, mas como foi barato, valeu. Então, eu penso que o desafio que está colocado no cinema, está colocado para o turismo.

Nós estamos no continente africano. Nós vamos ter uma overdose de atividades esportivas entre 2013 e 2016. Primeiro, em 2011, nós vamos ter Olimpíadas Militares, certamente vocês não vão querer ir nessa. Mas vai ter 6 mil atletas, vai ter 6 mil atletas que têm família como nós temos e que, portanto, querem ir, e que, portanto, vai ter muita gente. Em 2013, nós vamos ter a Copa das Confederações, que é aquela que o Brasil ganha para enganar a gente, pensando que vai ganhar a outra. Luiz, me traz, me arruma minha água. Depois, a gente vai ter a Copa do Mundo em 2014. Aí, quando você pensa que terminou tudo, vai ter a Copa das Américas. Aí, quando você pensa que terminou tudo, vem 2016, as Olimpíadas. E antes vai ter... Mas vai ter junto, praticamente, as Paraolimpíadas. Ou seja, vocês percebem que são 2011, 2013, 2014, 2015 e 2016. Haja atleta para disputar tudo isso, meu filho. Por isso é que nós precisamos que um pouco de turista vá para lá. Nós naturalizamos vocês e já colocamos uma camisa da Seleção (incompreensível) para jogar, porque senão nós não vamos conseguir dar conta.

Bem, essa quantidade de atividade esportiva que nós temos vai atrair muita gente. E cada governador se comprometeu com um estádio novo, cada governador... Vocês sabem os projetos que os governadores me apresentaram, não é? O governador... Os projetos são maravilhosos. Agora, é o seguinte: agora nós temos três anos e... não, quatro anos para fazer, porque isso, quando chegar mais ou menos em dezembro de 2013 tem que estar pronto, porque tem que secar a grama, molhar a grama, secar. Não pode arrancar torrão de grama como eu vi em alguns estádios inaugurados.

Eu fui lá em um estádio da Inglaterra, na inauguração, você estava lá. Os brasileiros, não, porque sabem chutar a bola de leve, por cima, mas alguns jogadores ingleses, quando chutavam, saía um bloco de grama deste tamanho. Então, nós... É verdade. Então, nós precisamos deixar as coisas preparadas.

Além disso, companheiro Luiz Barreto, nós temos um problema: nós temos todo o continente latino-americano que pode vir a pé, que pode vir de carro, que pode vir de moto, que pode vir de qualquer coisa para assistir o jogo. Você veja uma coisa... parece pouco, gente, mas eu vou dizer para vocês: você sabe, Ricardo Teixeira, que a primeira ponte feita entre Bolívia e Brasil fui eu que fiz? Você sabe que a primeira ponte entre Brasil e Peru fui eu que fiz? Isso, depois de 500 anos. Significa que, se nós quisermos trazer gente, nós vamos ter que transformar a nossa Copa do Mundo não em uma Copa do Mundo só do Brasil, nós precisamos transformar a Copa do Mundo em uma Copa do Mundo latino-americana que a Fifa deu o direito do Brasil organizar, para que a gente possa trazer muita gente.

Eu fico imaginando, meu caro Ricardo: imagina se, em um sorteio qualquer, em um grupo qualquer, a Argentina for classificada e a Argentina ficar no Rio Grande do Sul. Vai ter mais argentino do que gaúcho. Se já vai, no final do ano, 1 milhão de argentinos para Santa Catarina, imagina com o Maradona do jeito que está. Vai muita gente.

O Uruguai ficou para a final. Imagina quantos uruguaios vão para o Brasil. O Paraguai, então, se colocar no Paraná a Seleção do Paraguai, acabou o estado do Paraná, Pessuti, só vai ter paraguaio lá. Ou seja, a possibilidade de a gente fazer a Copa do Mundo com a maior participação é total e absoluta.

Agora, nós, com os europeus, nossos irmãos americanos, nós não temos que nos preocupar muito, porque eles têm um pouco

mais de poder aquisitivo, têm mais avião, eles vão para o Brasil. Já sabendo que tem campeão garantido, já sabendo que nós vamos ganhar, não é, Teixeira? Pelo menos esse nós temos que acreditar, senão a minha autoestima vai lá para baixo.

Bem, e nós estamos aqui, no continente africano, que é um continente que nós temos um tempo pela frente para garantir que os africanos tenham a mesma oportunidade de ir que os outros. Ou seja, nós não temos nenhum daqueles navios chiques – é chique por fora, por dentro são incômodas aquelas cabinezinhas. Mas nós não temos nenhum que vai da África para o Brasil. É só de Miami, é só, não sei, de Roma, é só de Milão, é só de não sei de onde, ou seja, nós precisamos começar a pensar nisso.

Avião, é uma vergonha. Hoje eu assumi um compromisso com o presidente Zuma, que eu vou transformar em questão de honra, fazer com que as empresas brasileiras parem de passar por cima do espaço aéreo da África e não parem em nenhum país. Não é possível! Como é que a gente quer fazer negócio com a África?

Imaginem o presidente da Zâmbia, ou da Tanzânia, ou do Quênia, que eu fui lá agora. E se eles quiserem ir ao Brasil, sabe o que eles fazem, ô Ricardo? Pegam um voo, vão até Paris. Ora, se ele vai até Paris, por que ele vai até o Brasil depois? Por que ele vai? Então, quem tem que ter a obrigação de colocar um transporte não é a Tanzânia ou a Zâmbia, é o Brasil. É o Brasil, que é a grande nação que os economistas do Banco Mundial dizem que nós seremos, em 2016, a quinta economia do mundo. Se continuar crescendo do jeito que está, nós poderemos ser a quarta. Temos vocação para isso. É só a Petrobras achar mais um “pocinho” de petróleo.

Então eu, Luiz, estou convencido de que nós temos uma oportunidade extraordinária

de preparar o Brasil para receber um tanto de gente que possa... O Brasil tem só 8,5 milhões km². Vai ter Copa do Mundo, por exemplo, no estado do Amazonas. Então, quem quiser conhecer a Amazônia, vai poder desfrutar da floresta mais fantástica do mundo, dos rios mais extraordinários do mundo. Agora, precisa andar de forma ordeira, não sair fora da linha, porque, senão, uma sucuri destreinada pode pegar vocês. Pode ir devagar, mas... Quem for à Amazônia vai conhecer um lugar deslumbrante. Quem for ao Pantanal, então, vai voltar de lá achando que não tem nada igual no mundo. Quem for ao Nordeste brasileiro, vai ver que não existe povo mais alegre. É um povo que não entende inglês, mas fala por mímica. Todo mundo vai entender a gente, todo mundo vai entender. É fantástica a capacidade de mimicar do povo brasileiro. Tem o verbo mimicar, Marco Aurélio? Não tem o verbo mimicar. Mas é verdade. Então, vocês vão conhecer essa coisa extraordinária.

Na verdade, eu ia ler o meu discurso, eu não li, mas eu só queira ler a última frase do meu discurso aqui, pelo amor de Deus. Porque, se eu não ler a uma frase do meu discurso... A última frase do meu discurso é a seguinte: “O Brasil está te chamando. Celebre a vida aqui”.

Muito obrigado!

JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL, JACOB ZUMA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA ÁFRICA
DO SUL, JACOB ZUMA - PRETÓRIA, ÁFRICA DO SUL, 9/07/2010

Por favor, quem estiver com fome tenha paciência, e não comecem a me vaiar.

Excelentíssimo companheiro Jacob Zuma, presidente da República da África do Sul, e sua senhora,

Senhor Kgalema Motlanthe, vice-presidente da África do Sul,

Senhor Presidente da Suprema Corte,

Senhora *Maite Nkoana*, ministra das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, por meio de quem cumprimento todos os ministros e ministras da África do Sul,

Companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, por meio de quem cumprimento todos os ministros brasileiros,

Amigos e amigas convidados para este jantar,

É uma honra voltar à África do Sul e reencontrar-me com o amigo Jacob Zuma. Vossa Excelência está ajudando a construir uma África do Sul soberana e livre, ancorada na pujança de sua economia, na riqueza natural e na vontade do seu povo.

No passado, celebramos o repúdio corajoso do povo sul-africano contra toda opressão. Hoje, homenageamos o poder transformador da vibrante democracia sul-africana.

A África do Sul é um exemplo extraordinário de superação de desafios. A organização da primeira Copa do Mundo no continente africano é uma prova inquestionável dessa capacidade. Eu queria aproveitar para dar os parabéns ao companheiro Joseph Blatter, presidente da Fifa, por confiar no continente africano. Certamente, teremos muito a aprender com a experiência sul-africana para a organização da Copa de 2014.

Caro amigo Zuma,

Nosso diálogo e cooperação possuem um horizonte repleto de possibilidades. É o que promete o Plano de Ação da Parceria Estratégica que assinamos hoje. O comércio bilateral multiplicou-se de 695 milhões a US\$ 2,5 bilhões entre 2002 e 2008. Já somos o segundo maior fornecedor de produtos agropecuários para a África do Sul. Não duvido de que vamos bater um novo recorde em 2010. Ultrapassaremos os 3 bilhões de dólares, com forte aumento das exportações sul-africanas para o Brasil. É com essa meta que os nossos homens de negócio participaram do Seminário Empresarial e aprenderam a explorar caminhos e a identificar oportunidades para forjar associações entre empresas dos dois lados do Atlântico.

A celebração do acordo Mercosul-Sacu foi um importante passo para impulsionarmos nosso intercâmbio. É preciso trabalharmos por sua ratificação e, desde já, pensar em aprofundá-lo. A negociação de um acordo de livre-comércio entre o Mercosul, a Sacu e a Índia será outro poderoso indutor de nossa aproximação econômica. A adoção de moedas locais no nosso comércio bilateral e regional poderá ser outro estímulo para as nossas trocas.

O programa bilateral de cooperação em ciência e tecnologia colocará a competência e a competitividade na vanguarda de nossa aliança. É o que prometem os programas em biotecnologia, astronomia, nanotecnologia e tecnologia da informação.

A área de televisão digital é particularmente promissora. Estamos prontos a realizar testes de campo para que toda a África Austral possa comprovar as vantagens do sistema que adotamos na América do Sul.

A parceria estratégica África do Sul - Brasil reflete um compromisso com uma ordem internacional mais pacífica e democrática. A face mais visível dessa nova ordem é o Fórum Índia-Brasil-África do Sul. A ajuda do IBAS a países carentes é um exemplo das relações Sul-Sul. Estamos tomando medidas práticas para ampliar oportunidades de crescimento econômico com justiça social.

Vivemos num mundo interdependente, onde se multiplicam novas ameaças como o aquecimento global, a insegurança energética e alimentar. Ao mesmo tempo, as velhas mazelas da pobreza extrema e da violência continuam a alimentar-se mutuamente.

Na questão do clima, estamos atuando lado a lado no âmbito dos Basic para garantir o êxito da COP-16 no México. Buscamos uma governança global à altura dos desafios de um mundo multipolar e multilateral.

Necessitamos de organizações internacionais legítimas e eficazes, que sejam representativas das realidades do século XXI, em especial do

crescente papel dos países em desenvolvimento.

É essencial reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas o que vemos é inércia e resistência à mudança. As instituições de Bretton Woods precisam refletir as transformações da economia mundial.

Queremos um mundo sem armas nucleares ou outras armas de destruição em massa. Não nos omitimos frente a focos persistentes de instabilidade internacional, como no Oriente Médio. Cooperamos no campo da defesa e queremos dar novo impulso à Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

A paz que desejamos só será completa e duradoura se formos uma ordem econômica internacional justa e equitativa. Quando os piores dias da crise pareciam ter passado, advertimos que era prematuro abandonar os compromissos com a mudança.

Só o crescimento econômico gera recursos para o pagamento da dívida pública e a redução do déficit. A dura experiência dos países em desenvolvimento – inclusive a brasileira – revela que ajustes recessivos aumentam o desemprego e agravam as desigualdades sociais. Não podemos repetir esses erros enquanto tivermos um passivo social a saldar.

Acabo de fazer um périplo por seis países africanos. O Brasil quer ser sócio no desenvolvimento deste continente em franco ressurgimento.

Meu caro Zuma,

Nessa parceria, a África do Sul é um pilar indispensável. Admiramos um país que faz da diversidade sua maior força.

Retorno ao Brasil com a convicção de que Vossa Excelência será um firme aliado para fazer da vizinhança atlântica um elemento de aproximação entre nossos países e continentes.

Por isso, convido todos os presentes a me acompanhar num brinde à saúde do presidente Zuma, à felicidade do povo sul-africano e ao futuro de amizade e cooperação entre nossos povos.

Muito obrigado.

XI CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

**INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO
AMORIM, NA XI CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER
DA AMÉRICA LATINA E CARIBE - BRASÍLIA, 13/07/10**

Excelentíssima Senhora Michelle Bachelet,
Ex-Presidenta do Chile,

Excelentíssima Senhora Nilcéa Freire,
Ministra-Chefe da Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres,

Excelentíssima Senhora Alicia Bárcena,
Diretora Executiva da CEPAL,

Excelentíssima Senhora Rachel Mayanja,
Representante do Secretário-Geral das Nações
Unidas,

Excelentíssimas Senhoras Ministras,
Senhoras e senhores,

Gostaria, em meu próprio nome e em
nome do Governo brasileiro, de dar as boas-
vindas às participantes e aos participantes da
XI Conferência Regional da América Latina e
Caribe sobre a Mulher.

Reafirmo, em nome do Presidente Lula, o
compromisso de fortalecer o papel da mulher
tanto no plano interno como internacional.
Dada a importância da discussão sobre a
valorização da mulher no âmbito da Cepal,
é uma grande honra para o Brasil sediar as
discussões.

Há pouco tempo, em outra reunião da
CEPAL, aqui mesmo em Brasília, tratamos do
tema da igualdade. E a questão da igualdade

passa inevitavelmente pela questão de gênero,
como passa também pela questão racial.

A promoção dos direitos da mulher
depende de uma parceria entre governo
e sociedade civil. É responsabilidade do
Estado promover políticas de equalização
de oportunidades. A Secretaria Especial
coordenada pela Ministra Nilceia tem tido
grande êxito em fomentar políticas públicas
voltadas para o fortalecimento do papel das
mulheres na sociedade brasileira. A batalha
nacional pelo fim da violência de gênero,
da qual a aprovação da Lei Maria da Penha
é um dos exemplos mais louváveis, está
entre as principais realizações do Governo
do Presidente Lula. Igualmente importante
tem sido a incorporação de uma perspectiva
de gênero em todas as políticas públicas do
Governo Federal, inclusive o Bolsa-Família.

A garantia dos direitos humanos das
mulheres, a promoção de sua participação
social, política e econômica e a ampliação
da presença feminina em espaços de decisão
constituem fatores imprescindíveis à promoção
do desenvolvimento, ao fortalecimento da
democracia e à luta contra a fome e a pobreza.
Sabemos que o caminho rumo à paridade

de gênero é longo. Animam-nos, contudo, avanços em diversas frentes: caminhamos, por exemplo, para o consenso de que a melhoria dos indicadores sociais exige a adoção de uma perspectiva de gênero.

A Conferência Mundial da Mulher de Pequim consagrou, há 15 anos, a igualdade de gênero como um objetivo a ser perseguido pela comunidade internacional. A agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio contém uma forte dimensão de promoção dos direitos humanos das mulheres. O Brasil se orgulha em ter realizado progressos significativos em relação aos ODMs que se referem a essa temática.

O Governo brasileiro enxerga com entusiasmo a criação da ONU-Mulheres. A fundação de uma entidade composta, que consolida as estruturas existentes no âmbito das Nações Unidas eleva a importância do tema na agenda internacional. O Brasil acompanha com grande interesse a indicação da primeira Subsecretária-Geral das Nações Unidas a comandar a entidade.

A presença da Presidenta Michelle Bachelet aqui é testemunho de que a América Latina e Caribe tem evoluído no que se refere à participação das mulheres na vida pública. Não é o único exemplo – a eleição das Presidentas Cristina Kirchner, na Argentina, e Laura Chinchilla, na Costa Rica, demonstra que há um processo em marcha. Mas muito ainda há de ser feito na matéria de absorção das mulheres nas instâncias de tomada de decisão, sobretudo no que se refere à participação feminina nos Parlamentos de nossa região. Não se trata somente de valorizar o papel da mulher em nossas sociedades: nossas democracias serão fortalecidas na medida em que as mulheres estiverem devidamente representadas.

Também na burocracia do Estado, existe, com raras exceções, um déficit de mulheres

em postos de alta direção. Orgulho-me, de, no setor que dirijo, ter contribuído a aumentar o número de mulheres Embaixadoras em postos de grande responsabilidade, como as duas missões nas Nações Unidas, em Nova York e em Genebra (e, brevemente, junto à UNESCO), e em muitos outros cargos no exterior e na Secretaria de Estado.

A visão desenvolvimentista consagrada pela Cepal pode favorecer a troca de experiências e a formulação de iniciativas regionais em matéria de políticas públicas de promoção da autonomia das mulheres e de construção de suas capacidades. A adoção do Consenso de Brasília constituirá passo importante em direção à construção de uma consciência regional sobre a necessidade de avançarmos a paridade de gênero como uma prioridade de nossas sociedades.

Muito obrigado.

4ª CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS APÓS REUNIÃO PLENÁRIA DA
4ª CÚPULA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA - PALÁCIO ITAMARATY - DF, 14/07/2010

A alegria de estar recebendo no Brasil o senhor Herman van Rompuy, presidente do Conselho Europeu e o senhor, meu amigo, José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia,

Cumprimentar os demais membros da delegação da União Europeia,

Cumprimentar o companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil. E, cumprimentando o Celso, eu estarei cumprimentando todos os ministros brasileiros que estão aqui, cumprimentando os (incompreensível) delegados da União Europeia, cumprimentando os companheiros e companheiras da imprensa brasileira e da imprensa europeia.

Primeiro, é com grande satisfação que recebemos em Brasília esta reunião de Cúpula entre o Brasil e a União Europeia. Esta é uma ocasião especial, pois celebramos neste ano o cinquentenário das relações entre o Brasil e a então Comunidade Econômica Europeia.

O lançamento de nossa parceria estratégica em 2007 expressou a percepção comum de que era chegada a hora de Brasil e União Europeia projetarem uma visão conjunta para um mundo multilateral e multipolar.

A consolidação dessa nova ordem

internacional exige esforços coletivos em defesa de causas universais: a democracia ancorada na justiça social, a promoção em defesa dos direitos humanos e um multilateralismo capaz de responder às expectativas de paz e desenvolvimento para nações emergentes e seus povos.

As reuniões de Lisboa, Rio de Janeiro e Estocolmo criaram base para a nossa atuação conjunta. Com o plano de ação que adotamos, nosso diálogo ganhou horizontes ainda mais concretos e ambiciosos. Já estamos colhendo resultados. Concluímos as negociações do acordo Brasil-Euratom, em matéria de fusão nuclear, que permitirá avanços na realização de pesquisas conjuntas em área energética do futuro.

A celebração de acordo sobre segurança da aviação abrirá os céus da Europa para produtos aeronáuticos brasileiros e, tenho certeza, para projetos conjuntos nesse setor estratégico.

Queremos construir uma aliança para combater a pobreza na América Latina e na África. Estou convencido de que por meio de projetos de cooperação triangular podemos multiplicar iniciativas bem-sucedidas. Por isso, manifestamos o nosso compromisso com a iniciativa de cooperação bilateral Brasil-União Europeia-África sobre biocombustíveis

e bioeletricidade. Ela permitirá utilizar a experiência brasileira com a produção de biocombustíveis, segundo padrões rigorosos de sustentabilidade ambiental e social.

Acabo de retornar de minha oitava visita à África, e pude comprovar o potencial extraordinário daquele continente para a produção de biocombustíveis, com geração de emprego e renda e menor dependência de fontes fósseis. Com eles vamos reduzir a emissão de gases de efeito estufa, ajudar o crescimento no mundo em desenvolvimento mediante apoio financeiro para projeto de transferência de tecnologia limpa. Tudo isso sem comprometer a produção de alimentos.

Em todas essas iniciativas contamos com a participação de representantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiro e do Comitê Econômico e Social Europeu. Isso explica o êxito da reunião semestral da Mesa Redonda da Sociedade Civil União Europeia-Brasil. A ampliação dessa rede de contatos, envolvendo instituições de pesquisas e o setor privado gera novas perspectivas de aprendizado e negócios.

Temos um amplo leque de possibilidades. Nosso comércio bilateral mostrou seu vigor em 2008, ultrapassando US\$ 82 bilhões. No entanto, as exportações brasileiras ainda são predominantemente de produtos básicos. Isso não é uma fatalidade. Para os Estados Unidos, por exemplo, mais de 70% de nossas exportações são de bens manufaturados. Um maior equilíbrio é crucial para podermos aprofundar, de forma sustentável, essa parceria.

Queremos avançar para concluir um acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia. Essa será uma das prioridades do Brasil durante a minha presidência no Mercosul, no segundo semestre de 2010. Mais do que uma discussão sobre tarifas e subsídios, esse passo sinalizará o compromisso de ambos os blocos com a criação de oportunidades de comércio e investimento.

Foi também essa a mensagem do G-20 ao reiterar sua determinação de concluirmos a Rodada de Doha. Um sistema multilateral de comércio fortalecido é parte fundamental da resposta à crise. Mas só teremos êxito na recuperação da economia global se não houver retrocesso no compromisso de fazer reformas estruturais no sistema financeiro internacional. É preciso banir definitivamente práticas irresponsáveis e parâmetros frouxos de supervisão que levaram à crise.

Queremos coibir a especulação financeira no mercado internacional de commodities. Mas essas iniciativas não podem ensejar mecanismos de controle dos preços desses produtos. Isso teria impacto econômico e social negativo, sobretudo nos países mais pobres.

Da mesma forma, insistir no protecionismo é criminalizar a imigração (incompreensível) e criminalizar a imigração só agrava essa situação.

A aposta do Brasil para responder à crise foi outra. No momento em que a recessão ceifava empregos no país, não hesitamos em regularizar a situação de dezenas de milhares de imigrantes. Somos e continuaremos a ser um país aberto e solidário àqueles que vêm buscar no Brasil trabalho digno e uma vida melhor.

Preferimos confiar em políticas anticíclicas que fomentam o crescimento, numa regulação bancária eficaz, em bancos públicos robustos, e num mercado interno pujante. Isso fez a diferença. Em 2010 projetamos o crescimento da economia brasileira não inferior a 7% e a geração de 2,5 milhões de empregos formais.

Meu caro Durão Barroso e meu caro Rompuy,

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa deu mais solidez ao projeto europeu de integração. O aprimoramento de suas instituições fará com que a União Europeia continue a desempenhar papel importante na busca de respostas coletivas para os grandes

desafios do cenário internacional.

Estou seguro de que a Europa não economizará esforços para democratizar a governança global, a começar pela reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança. Também compartilhamos a convicção de que é fundamental trabalhar pelo sucesso da COP-16, no México. Os países em desenvolvimento têm importante contribuição a dar, na luta contra a mudança do clima. Mas é inaceitável exigir deles obrigações semelhantes às nações que fizeram a sua revolução industrial há mais de 150 anos.

A exitosa experiência da União Europeia é fundamental para nós, latino-americanos, e enriquecerá as relações da União Europeia com a América Latina e o Caribe. Neste diálogo, a Unasul não pode estar ausente. Respeitando diferenças e valorizando diversidades, a América do Sul está forjando um projeto de inserção soberana no mundo. Lutamos pela redução das assimetrias entre seus membros e das desigualdades que retardam a plena cidadania política, social e econômica. Confio em que nessa ambiciosa empreitada que une continentes e nações, sempre teremos a solidariedade da União Europeia.

Muito obrigado.

4º FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ENCERRAMENTO DO 4º FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA - PALÁCIO ITAMARATY - DF, 14/07/2010

Bem, primeiro, cumprimentar o senhor Herman van Rompuy, presidente do Conselho Europeu,

Nosso querido companheiro José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia,

Cumprimentando o companheiro Celso Amorim, estarei cumprimentando todos os companheiros ministros brasileiros que estão aqui,

Cumprimentando os membros, homens e mulheres das delegações européias,

Cumprimentar o *Carlos* Mariani Bittencourt, copresidente do 4º Encontro Empresarial Brasil-União Europeia, por meio de quem cumprimento os empresários brasileiros e europeus aqui presentes,

Cumprimentar os companheiros da imprensa,

Cumprimentar os nossos companheiros diplomatas que estão aqui, razão pelo sucesso do Celso Amorim,

Cumprimentar... Ia cumprimentar pessoalmente o Norton, pela organização, mas, Durão Barroso, você sabe que nesses 80 anos de existência de Copa do Mundo, nove Copas são do Mercosul e nove Copas, da Europa, da União Europeia. Ou seja, mais precisamente quatro da Itália, três da Alemanha, uma da Inglaterra e uma da Espanha. E a França uma. É que a gente esquece porque a França ganha

em um ano e no outro ela cai fora no começo.

Bem, então, a União Europeia tem uma a mais que nós, tem uma a mais do que nós, Celso. Estamos devendo essa, que vai ser o desempate em 2014, quando será realizada aqui, então, no Brasil.

Mas eu queria dizer para os empresários que eu sinceramente não vou fazer o meu discurso. O meu discurso tem 29 páginas, fala muitas das coisas que aqui já falaram os nossos companheiros da União Europeia, certamente vai repetir coisas que o Mariani falou, certamente vai repetir muitas coisas que os empresários falaram na hora em que nós estávamos discutindo entre os ministros, e eu vou tentar ser breve.

Eu só queria que vocês me alertassem, porque toda vez que eu falo que vou ser breve, e falo de improviso, eu falo mais do que se tivesse lido o meu discurso, mas vou tentar. Celso, faça alguma coisa, assim, um negócio qualquer.

Olha, eu penso que a primeira coisa que nós temos que enaltecer é a qualidade da parceria estratégica entre União Europeia e Brasil. E antes da parceria estratégica entre União Europeia e Brasil, a relação entre Brasil e Europa. Ou seja, eu comecei a minha vida política tendo relações com os europeus,

seja brigando com os empresários europeus em São Bernardo do Campo, em Diadema, onde eu era presidente do Sindicato, seja indo negociar com os dirigentes sindicais europeus na Europa, seja em Portugal, seja na França, na Inglaterra, na Alemanha, depois na Suécia, na Holanda, na Finlândia, antes de ser Presidente eu já conhecia tudo isso, negociando acordos sindicais. Então, nós temos uma imensa noção da importância do significado do investimento, do capital europeu, no nosso país, no Mercosul e, sobretudo, no Brasil.

O que há de mudança concreta? Há duas mudanças que nós precisamos ter visíveis, ou seja, com a queda do Muro de Berlim, a União Europeia, a parte rica da União Europeia teve que adotar a parte pobre da União Europeia. E obviamente que essa parte pobre da União Europeia, em vários momentos, disputa com o Brasil e disputa com outros países a partilha das possibilidades de investimentos que tem a União Europeia, e nós constatamos e aceitamos isso como um fato natural, da mesma forma que é uma coisa nova. A gente não tinha noção, em 1973, quando Nixon resolveu estabelecer que a China seria um parceiro preferencial, que a China ia chegar a 2010 com a potência, com a capacidade produtiva, com a capacidade de crescimento e, sobretudo, com a capacidade de reserva que a China chegou a 2010. E, também, muita gente não acreditava que o Brasil pudesse chegar a 2010 na situação em que se encontra o Brasil.

Eu vou dizer isso porque eu estou vendo aqui muitos brasileiros, estou vendo muita gente da imprensa brasileira, estou vendo muita gente do próprio governo, e a verdade é que muitos de nós não acreditávamos que o Brasil chegasse aonde chegou. Se a gente pudesse fazer uma retrospectiva, o que alguns de nós pensávamos há dez anos, não se tinha noção de que o Brasil pudesse chegar aonde chegou. Eu podia até começar fazendo crítica

a mim mesmo, Miguel Jorge, para não fazer aos outros, eu me reuni durante muito tempo com grande parte dos melhores economistas deste país, que faziam parte do meu, nem sempre do meu partido, mas que normalmente me auxiliavam em campanha política, e eu, depois de cada campanha, depois de cada debate, com 20 ou 30 economistas, eu saía de lá me perguntando se eu deveria ser candidato a Presidente, porque eles me mostravam uma situação tão difícil no Brasil, ou seja, uma dívida interna impagável, uma dívida externa impagável, a externa impagável, geração de emprego impossível, a quebra de empresas, a falta de competitividade, a falta de infraestrutura, e, às vezes, eu ia para casa com dor de cabeça, eu falava: puxa vida, será que esses companheiros são meus amigos? Eles dizem que eu tenho que ser Presidente da República do Brasil e dizem que o Brasil está quebrado, que não vai dar certo. Como eu posso ser presidente de um país que não vai dar certo?

Outros companheiros, é importante que o nosso companheiro, nossos companheiros conheçam essa história, porque isso vai mexer muito com o futuro deste país. É importante que o companheiro Van Rompuy e o Durão Barroso saibam e os empresários saibam o seguinte – Quantos diziam assim: “Mas, este país, será que vai dar certo eleger um metalúrgico, um cara que não tem diploma universitário, um cara que não aprendeu a falar inglês, um cara que não aprendeu a falar espanhol, um cara que fala ‘menas laranja’, ‘menas não são sei das quantas’? Será que vai dar certo?”.

E por aí, ou seja, as coisas iam sendo construídas com uma imagem muito negativa. Agora mesmo, quando nós fomos disputar as Olimpíadas, em Copenhague, eu cansei de assistir, cansei de ver, cansei de ouvir, cansei de ler, as pessoas dizerem: “Mas por que o

Brasil quer uma Olimpíada? O Brasil tem que investir em educação, o Brasil precisa investir em transporte, o Brasil precisa investir não sei das quantas. Esse negócio de competir com os Estados Unidos... Onde já se viu competir com os Estados Unidos? Chicago! Onde já se viu disputar com Madri? Onde já se viu disputar com Tóquio?” Parecia uma coisa impossível, chegavam a me chamar de arrogante, de achar que era muita petulância desse baixinho nordestino querer fazer uma Olimpíada, o Brasil já tinha perdido três, e que... sabe?

E depois a gente percebe que as coisas acontecem quando a gente consegue trabalhar, quando a gente consegue armazenar, e eu inclusive, Durão, agradeço a um companheiro como você, que antes de eu tomar posse, foi à Granja do Torto me visitar, eras então o primeiro-ministro de Portugal, foste com o companheiro chamado Vasco e o companheiro Aloizio Mercadante, e foste dizer que estaria à disposição, enquanto primeiro-ministro de Portugal, para me ajudar naquilo que fosse possível, ajudar... Isso lá, ainda em dezembro de 2002, eu não tinha tomado posse, eu já era Presidente da República. E fora aparecendo companheiros depositando confiança, eu não me esqueço nunca do (incompreensível), que foi o presidente do FMI, da primeira conversa que nós tivemos, uma conversa dura, uma conversa... sabe? Porque eu passei 20 anos da minha vida carregando faixa, “Fora FMI”, “Fora não sei das quantas” e, de repente, eu estava sentado na frente de um cara do FMI, querendo que aumentasse superávit primário, e eu tinha acabado de ganhar as eleições, eu deitava na cama e ficava olhando para o céu, se era verdade que eu era Presidente ou não, se eu tinha ganho, se eu já tinha tomado posse... Aquela... sabe?

Bem, o dado concreto é que essa efervescência de dúvidas e de dificuldades, e os adversários torcendo para que não desse

certo, tinha gente que achava que não ia dar certo, que ia quebrar, que o Brasil realmente não ia poder dar certo, ou seja, o dado concreto é que os empresários europeus que vieram aqui hoje, que vieram ontem, antes de ontem, trasantontem, sabem perfeitamente bem que nós estamos vivendo um momento que pouca gente acreditou que a gente pudesse viver. Um país que tem um sistema financeiro mais sólido do que até o europeu. Um país que tem uma política fiscal muito dura, um país que tem controle da alavancagem da capacidade de financiamento dos bancos brasileiros. Um país que tem bancos públicos de qualidade, e que foram esses bancos públicos que não permitiram que este país quebrasse, ou tivesse o desastre que teve em algumas economias mais ricas, porque aqui, Durão Barroso, você sabe disso, aqui, quando nós descobrimos, um belo dia, que a indústria automobilística brasileira não estava vendendo carro novo porque não tinha quem comprasse carro velho, carro usado, e que os bancos que financiavam carro usado não tinham mais carteira, não tinham mais dinheiro, ninguém queria comprar, nós tomamos a atitude de comprar a carteira dos bancos pequenos que financiavam carro usado, tivemos a coragem de comprar 50% do Banco Votorantim, que tinha uma carteira de R\$ 90 bilhões de reais de financiamento de carro usado, porque nós precisávamos de expertise. E aí eu fui perguntar para o cidadão do Banco do Brasil em quanto tempo a gente iria adquirir expertise se a gente comesse do zero. Ele falou: “vai levar anos, Presidente”.

Aí eu lembrei de uma história que Felipe González me contou, eu era candidato a Presidente da República em [19]89 e fui à Espanha, e Felipe González era primeiro-ministro, e ele me recebeu gentilmente, porque eu tinha conhecido ele na UGT, ainda enquanto advogado, e o Felipe González fez uma pergunta para mim, dizendo o seguinte: “Lula, como é

que você vai lidar com as Forças Armadas?” E eu, humildemente, falei para o Felipe González: Ah, nós vamos democratizar as Forças Armadas. E ele perguntou: “Como é que vai fazer para democratizar as Forças Armadas?”. Nós vamos começar a formar as crianças nas escolas, não sei das quantas... Ele falou: “Lula, você tem um pequeno problema, é que você só tem quatro anos de mandato e um general demora quatro anos para se formar, 40 anos, ou seja, você só tem quatro anos, um general leva 40 anos para chegar a ser general, como é que você vai democratizar esse general se o seu mandato só dura quatro anos?”.

Aí eu aprendi essa lição e comecei a perceber que a gente precisa fazer as coisas que tem que ser feitas com o material que a gente tem, com a disponibilidade que a gente tem, e com o tempo que a gente tem. Então, eu tomei uma decisão neste país: eu não vou ficar brigando com ninguém, está cheio de gente que tentou brigar comigo, mas eu não quero brigar com ninguém. Eu não quero brigar porque o mandato não permite você brigar. O mandato é tão curto, que se você trabalhar 24 horas por dia, como a gente trabalha, ainda não consegue fazer tudo. Você imagina se você passar o tempo brigando com a tua oposição, brigando com empresário, brigando com trabalhador. Eu resolvi não brigar.

O dado concreto é o seguinte: este país virou um país sério, este país virou um país sério. Antigamente, quem viajava, e os empresários que viajavam, a imprensa que viajava, sabia o que Brasil era tido lá fora como um país que não cumpria com as suas obrigações. Aliás, foi um presidente francês que veio aqui e disse que este país não era sério. Porque as pessoas achavam que podiam brincar, podiam brincar de fazer dívida e não pagar, podiam brincar de dizer que iam fazer parceria e não fazer. Podiam brincar de dizer que estavam fazendo investimentos e não

faziam. E sabe o que acontece, companheiros da União Europeia, eu tinha de provar a cada dia que a gente tinha que fazer as coisas. E eu tinha um medo, Durão Barroso, a minha visão era o Walesa, presidente da Polônia, porque qualquer intelectual, qualquer empresário, que já governaram este país aqui, aos montes, não deu certo, não deu certo, o cara sai, volta para a sua empresa, o cara passa seis meses em Nova York, seis meses em Paris, o cara vai fazer um cursinho de quatro meses em Harvard, para aperfeiçoar o seu inglês, volta, e quatro anos depois é candidato à Presidente e ninguém se lembra de nada.

E eu tinha um Walesa como experiência, o Walesa, está certo que ele não tinha partido, não tinha organização, foi muito mais a queda do Muro de Berlim que elegeu o Walesa, foi a força da Igreja Católica, mas um dado concreto é que ele terminou um mandato fracassado, ele terminou um mandato, ou seja, com zero na pesquisa, tentou ser candidato, teve 0,6% de voto. E eu falava: puxa vida, se nós terminarmos assim, eu estou desgraçado. Qual era o meu medo? Era você criar na sociedade a ideia de que se um trabalhar não deu certo, nunca mais você vai eleger um trabalhador para governar este país.

E aí começamos a trabalhar o acerto da macroeconomia, uma pena que o Guido Mantega não está aqui, não sei se ele veio de manhã falar, mas era importante que os empresários pudessem ouvir como está a macroeconomia brasileira. E junto com a macroeconomia, companheiros, nós fizemos uma coisa chamada microeconomia, que é um milagre tão ou mais importante do que a macroeconomia. Ou seja, nós decidimos, neste país, que não era incompatível a gente fazer distribuição de renda enquanto o país crescia. Nós desmistificamos o mito de que era preciso primeiro o bolo crescer para depois distribuir. E com pequenas políticas de transferência de

renda, com pequenas políticas de transferência de crédito, nós fomos criando uma sociedade neste país que foi adquirindo poder de compra, que foi aumentando o comércio, que foi aumentando a fábrica... Quando chegou a crise em 2008, as classes D e E do Nordeste brasileiro consumiram mais do que as classes A e B do Sudeste brasileiro. É o milagre da multiplicação dos pães, ou seja, dê um pouquinho a quem não tem nada que aquele pouquinho vira um prato de comida dentro de casa, vira um sapato, vira uma meia, vira um tênis, vira qualquer coisa. E essa gente começou a ter acesso a empréstimo.

Eu lembro, Durão Barroso, e lembro companheiro van Rompuy, eu nunca tinha ouvido falar na palavra “crédito consignado”. Quando foi um dia, nós resolvemos, perguntamos para os banqueiros: Por que não empresta dinheiro para pobre? “Ah, porque não tem garantia”. Porque no Brasil, a coisa era tão difícil para pegar dinheiro, que só conseguia dinheiro no banco quem não precisava de dinheiro. Quem precisava, não conseguia crédito neste país.

Então, ah, tem problema de crédito? Tem. Então nós resolvemos criar crédito, criamos uma coisa chamada “crédito consignado”. Uma parte dele feito acordo entre sindicatos e empresários. Escolhia o banco, emprestava o dinheiro, não podia consumir mais que 30% do pagamento do trabalhador, ele escolhia em quantos meses podia pagar, pegava R\$ 2 mil, pegava US\$ 1 mil, US\$ 1,5 mil, US\$ 800... O fato concreto é que hoje nós temos R\$ 120 bilhões no crédito consignado circulando por este país, fazendo com que os pobres possam comprar alguma coisa neste país.

Eu não vou falar de todos os programas sociais, eu queria falar desse, e queria falar de um programa que muita gente achou que eu só trabalhava para o pobre. Nós criamos aqui um programa chamado Luz para Todos, levamos

energia para mais de 12 milhões de pessoas, foram 2 milhões e 400 mil residências que não tinham luz. Como o pobre tem mais filho do que a classe média... a classe média é um ou dois – a classe média é meio sovina para fazer filho –, é um ou dois... Ou seja, os pobres são mais investidores, eles têm quatro, têm cinco... Então, nós chegamos a 2 milhões e 400 mil casas até agora, pretendemos chegar a muito mais até o final do ano. Ou seja, atendemos praticamente mais de 12 milhões de pessoas com um programa em que nós colocamos o poste de graça, o fio de graça, já foram 1,1 milhão km de fio, já foram 5 milhões e 600 mil postes, já foram 860 mil transformadores... Tudo de graça, pago pelo governo, para levar ao povo da Amazônia, ao povo de Nordeste, o direito de ter a mesma luz que tem o Presidente da República em Brasília, ou, quem sabe, o companheiro que mora na Avenida Paulista, ou quem mora em Copacabana.

O que aconteceu com a multiplicação dos pães? Quando a luz chega na casa da pessoa, 83% compraram televisor, 79% compraram geladeira, 59% compraram aparelho de som, e eu fico imaginando quantas casas de farinha, quantos moinhos, quantos liquidificadores foram comprados por essa gente pobre, que estava vivendo no século XVIII e que, em quatro anos, nós trouxemos ela para o século XXI.

Ou seja, esse é o milagre de uma série de coisas que aconteceram no Brasil, que colocou dinheiro para circular. Eu vou lhe dar um exemplo. Você conhece São Paulo bem, não é, Durão Barroso? Pois bem, você sabe qual é o Mc Donald's que mais vende, que mais vende no mundo hoje? Não é de Nova York, não é de Chicago, não é de Frankfurt. É de Itaquera, na Zona Leste de São Paulo. Ou seja, é o pobre tendo acesso àquele lanche “buchudo”, que precisa ser jacaré para poder dar uma mordida naquilo, eu não consigo... Mas, de qualquer forma, a molecada gosta, e venda-se. Então,

esse é o milagre deste país. É o milagre de um governo que está investindo, até 2014, mais de US\$ 600 bilhões em infraestrutura. É o milagre de um governo que está investindo, até 2014, US\$ 224 bilhões na prospecção de petróleo, em pesquisa, na construção de navio, na construção de plataforma...

Porque, antes de eu chegar ao governo, o Brasil não fazia sonda, não fazia plataforma e não fazia petroleiro, porque diziam que a gente não tinha tecnologia. Nós compramos uma briga, e vamos fazer. Que me perdoem os companheiros de Cingapura, que me perdoem os companheiros da China: a verdade é que 75% da plataforma, da sonda e dos navios são componentes nacionais. Eu fui inaugurar um navio, agora, em Pernambuco, um grande petroleiro. Os soldadores eram cortadores de cana que foram para uma escola aprender a soldar e deixaram de ser cortadores de cana, profissão que eles fazem desde que os portugueses chegaram aqui, em 1500.

Então, é esse milagre deste país que teve a coragem de ontem lançar o edital da construção de um trem-bala ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e a Campinas. E vai ter gente que não vai gostar: “Está ganhando dinheiro em trem-bala, poderia fazer uma ‘trem-lesma’, um trem não sei das quantas”. Nós queremos é logo o “bicho” mais ligeiro, logo o “bicho” mais rápido, para a gente... Porque o pessoal viaja para a Itália, para a Espanha, para Portugal, para a China e fala: “Nossa, lá o trem é maravilhoso”. E aqui no Brasil tinha que ser aqueles “toc-toc” pendurados. Não! O Brasil tem competência.

E vamos fazer a Copa, vamos fazer Olimpíada do Exército 2011, vamos fazer Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Copa das Américas 2015, e Olimpíadas 2016. É pura overdose de esporte, overdose. Vai ter gente que vai dizer: “Mas o Brasil está preparado para tudo isso?” São

aqueles mesmos que diziam: “A África está preparada para tudo isso?” São aqueles que não acreditam em si mesmos. Porque tem um tipo de gente que não acredita, levanta de manhã: “Ah, não vou sair de casa porque vai chover”; no outro dia: “Eu não vou sair, porque o sol vai estar muito quente”; “Eu não vou sair para procurar emprego porque não vou achar”. Eu saía para procurar emprego, meu caro Durão Barroso... Eu fiquei desempregado um ano e meio. Eu tinha um sapato que parecia aquele de couro de jacaré, mas que não tinha sido trabalhado direito, o couro era duro. Eu andava mais de oito quilômetros a pé, chegava determinado momento, o sapato apertava, eu tinha que tirar e andar a pé, e nunca deixei de sair para procurar emprego um dia, e um belo dia eu achei o emprego.

Então, eu acho que o Brasil adotou a seguinte política: Nós não temos que ficar mais esperando ninguém, nós temos que acreditar no nosso potencial. Quando eu cheguei aqui, Durão Barroso, era até vergonhoso falar no Brasil ter empresa multinacional. Era até vergonhoso. Eu lembro que, em Angola, eu disse a um grupo de empresários brasileiros: Gente, nós precisamos ter empresa multinacional, é legal ter empresa brasileira, é uma bandeira do Brasil em outro país. Aqui, teve um jornal que fez uma manchete: “Lula critica empresários que não querem ser multinacionais”.

Hoje, nós temos empresa no Canadá, temos empresa na Alemanha, temos empresa nos Estados Unidos, temos a maior empresa, onde você quiser tem empresa, acho que até no Alasca nós já estamos. Acho que até... Só não queremos ir para a Antártida para não poluir, mas o país ganhou envergadura, tem uma geração de empresários novos que estão acreditando, que investem, que não ficam lamentando... Eu, em cada viagem que eu faço, eu pego logo esse aviãozinho meu,

que a imprensa me criticava porque eu tinha comprado um avião novo, quando foi um dia colocamos todos eles no velho, o velho quase cai, aí todo mundo achou que tinha que comprar um novo mesmo...

Esses dias nós fomos fazer uma viagem e levamos o “sucató” aí de... Como chama? De Escav. Aí estão lá, todos os companheiros... Aqui está cheio de companheiros que estavam dentro do avião. Aí vai lá o piloto e fala o seguinte: “Bom, em caso de falta de pressurização...”. Todo mundo ficou esperando cair a máscara, não tinha máscara... O cara pegou um saco plástico e colocou no pescoço e tinha um botão que durava só cinco minutos, ou seja... Esse era o avião reserva nosso. Esse era o avião reserva nosso, sabe? E as pessoas tinham vergonha de dizer que a gente tinha que comprar avião. As pessoas tinham vergonha, é a mediocridade política, a mediocridade, a visão mesquinha de quem não tem autoestima, de quem não tem orgulho.

Então, queria dizer aos empresários europeus e aos brasileiros: se vocês quiserem um mercado para fazer investimento, que tem um governo que paga na hora, eu duvido que tenha no mundo hoje um governo que paga como paga o governo brasileiro, duvido. (Incompreensível) se você sabe, até o dinheiro do FMI, nós fomos o primeiro a colocar. Os 14 bilhões do FMI, muita gente mais rica do que nós não colocou, mas nós já colocamos. Porque eu acho que é isso que vai dando credibilidade a este país.

Então, eu queria dizer aos empresários europeus: eu estou extremamente satisfeito com a nossa parceria estratégica, acho que nós temos um potencial extraordinário de crescimento. Nós temos muita afinidade, muita, muita afinidade, ou seja, nós fomos descobertos pelos europeus. Já os alemães chegaram aqui em 1850, já os italianos chegaram em 1875, e foram ocupando, foram

ocupando. Depois chegaram os japoneses em 1908, chegaram os espanhóis não sei quando, mas o dado concreto é o seguinte: É que este país é um país plural, multiétnico, e nós nos orgulhamos dessa mistura. Não sei se você viu a Copa do Mundo, seleção da Alemanha, só alemão, só tinha um negro, que era um brasileiro, que era o Cacau. Jogou Itália e não sei quem, 22 brancos em campo, mais 12 brancos na reserva. Só tinha... O time da África era só negro, não tinha branco. O único time que tinha negro e branco era Brasil e França, e Portugal também tinha um pouco, menos que Brasil e França. Então é este país, de múltipla raça, de múltipla cultura, este país, essa miscigenação extraordinária, que tem uma economia sólida, que tem US\$ 250 bilhões de reserva. Eu falo com orgulho porque já somos o sétimo país do mundo em reservas internacionais. E não faz muito tempo, meu companheiro Rompuy, não faz muito tempo, eu estava na Índia quando a Índia atingiu cem bilhões. E eu dizia: meu Deus do céu, será que um dia o Brasil vai ter US\$ 100 bilhões de reserva? Três anos depois, nós temos 100, mais 100, e mais 50, ou seja, temos duas vezes e meia o que a gente pensava que não ia ter.

Portanto, eu quero, do fundo do coração, dizer a vocês, companheiros empresários, que este país está de portas abertas, com muitas oportunidades de investimento, nunca se fez, nem os ingleses quando vieram aqui financiar Barão de Mauá, nem eles estão fazendo a quantidade de ferrovias que nós estamos fazendo neste país.

Então, eu quero convidar vocês, se tiverem dinheiro guardado em um banco e não tiverem certeza se esse banco está muito sólido, por favor, atravessem o Atlântico e venham para o Brasil, que nós estamos esperando vocês.

Um abraço e que Deus nos abençoe.

ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DO KUAITE, XEQUE NASSER AL SABAH

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRIMEIRO-MINISTRO DO KUAITE,
XEQUE NASSER AL SABAH - PALÁCIO ITAMARATY, 22/07/2010

Senhores ministros da delegação do Kuaite,
Ministros brasileiros,

Demais membros da comitiva do Kuaite,
Companheiros deputados,
Empresários brasileiros,
Embaixadores e embaixadoras,
Meus amigos e minhas amigas,

É com grande satisfação que recebo a visita do xeque Nasser al Sabah ao Brasil, a primeira de um chefe de Governo do Kuaite. Nosso encontro sela um compromisso em prol do fortalecimento e da renovação dos laços entre o Kuaite e o Brasil. Ao longo, ao longo dos últimos 40 anos acumulamos um patrimônio diplomático que precisamos consolidar e expandir, por meio da cooperação, do diálogo político e do desenvolvimento em parceria.

Nosso relacionamento bilateral sofreu oscilações no passado, determinadas não por nossa vontade, mas pela evolução da conjuntura internacional. Os contatos entre nossas autoridades econômicas e financeiras foram mais frequentes nas crises do petróleo, nos anos 70. Tais contatos foram retomados posteriormente, no período mais agudo da dívida externa, nos anos 80. Intensificaram-se em seguida as consultas políticas, motivadas

pelo contexto da Guerra do Golfo, nos anos 90. Hoje, estamos determinados a imprimir maior consistência ao relacionamento.

Nesse intuito, a visita do xeque Nasser al Sabah constitui ponto de partida para o estabelecimento de diálogo regular entre o Kuaite e o Brasil, com uma agenda própria e multidisciplinar que definiremos à luz dos nossos interesses comuns ampliados.

Essa meta não é apenas do governo. A aproximação com o Kuaite e com o Oriente Médio traduz desejos genuínos da própria sociedade brasileira. Por iniciativa do Congresso Nacional comemoramos, em 25 de março, o Dia Nacional da Comunidade Árabe, ocasião em que o Brasil manifesta a afeição que temos pelo povo árabe e seus milhões de descendentes em nosso país. Excelência,

Os acordos que celebramos durante esta visita reforçarão as bases para a expansão de nossos vínculos nas áreas de cooperação técnica, esportiva, econômica, ambiental e de serviços aéreos.

Vamos impulsionar o comércio bilateral. Desde o início do meu governo, o intercâmbio, nos dois sentidos, entre o Kuaite e o Brasil

mais do que quadruplicou, passando de [US\$] 87 milhões em 2002, para US\$ 650 milhões em 2008. Não temos dúvida de que há potencial para, em pouco tempo, desenvolvermos muito mais esse fluxo. O acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo permitirá a expansão do intercâmbio. Contamos com o engajamento e a contribuição do Kuaite nesse empreendimento.

O empenho do governo brasileiro na promoção da Cúpula América do Sul e Países Árabes sinaliza concretamente a prioridade que atribuímos ao Oriente Médio. Minhas numerosas visitas à região, retribuídas pelas visitas dos chefes de Estado dos países árabes ao Brasil inauguram nova dinâmica promissora. O comércio no âmbito da Aspa alcança US\$ 20 bilhões, um aumento de 150% desde a primeira Cúpula realizada em Brasília, em 2005. Constatamos com alegria o interesse por parte dos países do Oriente Médio, em particular do Kuaite, pelo Brasil e por toda a nossa região.

A extensão da visita de Vossa Excelência a outros países latino-americanos e caribenhos mostra o êxito dos nossos esforços de aproximação. Por esse duplo caminho estamos forjando outros intercâmbios: cultural, turístico, esportivo, comercial, econômico e financeiro.

Excelência,

Notamos, com satisfação, a presença de expressiva delegação de ministros e empresários que o acompanham. Pode estar certo de que há, da parte da comunidade empresarial brasileira, o mesmo interesse em ampliar os contatos e o conhecimento recíproco.

Para identificar novas oportunidades comerciais, determinei ao ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que realize missão comercial ao Kuaite em outubro. As companhias brasileiras terão interesse em explorar, com empresas kuaitianas, as

oportunidades criadas pelo Programa Kuaite Vision 2035.

Queremos que saiba, por outro lado, que os investimentos kuaitianos encontrarão segurança jurídica e estímulo adequado no meu país. O Brasil é, e continuará sendo, um grande canteiro de obras nos próximos anos. O Programa de Aceleração do Crescimento, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 oferecem novas oportunidades de investimentos e parcerias que devem ser aproveitadas em benefício mútuo. A descoberta da camada do pré-sal no litoral brasileiro abre horizontes promissores para a participação kuaitiana, para a participação de capitais kuaitianos. Para o acompanhamento desse diálogo intenso que pretendemos estabelecer, a reativação do mecanismo da Comissão Mista é fundamental.

Excelência,

Devo dizer que os interesses brasileiros no Oriente Médio vão muito além dos aspectos comerciais. Encontram-se legitimamente fundamentados em nosso desejo de paz e estabilidade regional. Para a consecução desse fim, o Brasil tem a oferecer sua capacidade de contribuição construtiva. O bom diálogo que mantemos com ambos os lados do conflito, e a numerosa comunidade de descendentes árabes no Brasil são importantes ativos de que dispomos para ajudar nas negociações.

O Kuaite e o Brasil têm pela frente um futuro comum a ser construído, com base no desejo mútuo de ampliação dos laços de amizade e cooperação para a consecução do bem-estar e do desenvolvimento de seus povos.

Com essa convicção, expresso, em meu nome e no do povo brasileiro, meus melhores votos de saúde e felicidade para Vossa Excelência, desejando paz e prosperidade para o povo kuaitano. Muito obrigado.

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA NICARÁGUA, DANIEL ORTEGA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA
NICARÁGUA, DANIEL ORTEGA - PALÁCIO ITAMARATY, 28/07/2010

Excelentíssimo senhor Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, e senhora Rosario Murillo, coordenadora do Conselho de Comunicação, Cidadania e Bem-Estar da Nicarágua e primeira-dama da Nicarágua,

Minha querida companheira Marisa Letícia Lula da Silva,

Meu caro companheiro Rafael Ortega Narvaez, assessor-chefe do Presidente da Nicarágua, por meio de quem cumprimento toda a delegação da Nicarágua,

Companheiros integrantes da comitiva do Brasil,

Meu querido companheiro Antônio Patriota, ministro interino das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento todos os demais embaixadores brasileiros aqui presentes,

Senhores embaixadores,

Senhores empresários,

Senhores jornalistas,

Amigos e amigas convidados,

Com enorme satisfação recebo o companheiro e amigo Daniel Ortega, presidente da Nicarágua.

Esta visita ao Brasil, a primeira em seu atual mandato, reforça o compromisso de

nossos países na construção de um futuro comum baseado no progresso, no crescimento econômico e na justiça social.

Em 2007, fui o primeiro chefe de Estado brasileiro, em mais de cem anos de relações, a visitar a Nicarágua. Nossa relação é parte integrante de um eixo latino-americano e caribenho, em franca expansão, que busca modelos de desenvolvimento progressistas, consistentes e sustentáveis. Queremos criar, em paz, oportunidades para todos, e não só para alguns.

A incorporação do povo ao processo econômico, com educação, emprego e atendimento às necessidades humanas fundamentais, constitui o caminho para o crescimento e a prosperidade.

A cooperação e a diplomacia devem prevalecer como base para as relações entre os Estados. Queremos o respeito aos processos democráticos na região, e sem retrocessos. Favorecemos a resolução regional e pacífica de nossos desafios e de eventuais conflitos.

Nas Nações Unidas, na OEA, na Cepal e em outros foros multilaterais, somos aliados. Convergimos, em particular, no nosso apoio determinado a uma agenda socioeconômica

mais importante, sensível às realidades e interesses dos países em desenvolvimento.

Defendemos uma cooperação Sul-Sul de cunho solidário e inovador. Nela buscamos alternativa às relações de dependência estabelecidas por países doadores tradicionais.

Aceitamos o desafio da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável. Conclamamos os países mais avançados a darem o exemplo e a assumirem responsabilidades proporcionais aos seus recursos, tecnologia e nível de contribuição histórica para o problema.

A ONU deve interessar-se mais pelas transformações em curso em nossa região, onde florescem projetos democráticos para a incorporação de maiorias historicamente excluídas. Ela própria deve reformar-se com vistas a superar flagrante desequilíbrio na representação entre Estados em seu Conselho, responsável pela paz e segurança coletiva.

Nesse sentido, foi grande a contribuição dada pela Nicarágua ao fortalecimento do multilateralismo de cunho democrático, social e humanitário, representado na forte liderança exercida pelo Padre Miguel d'Escoto durante sua presidência na Assembleia-Geral da ONU, a 63ª conferência.

Meu caro companheiro e amigo Daniel Ortega,

No Brasil, passamos a enfrentar, com políticas públicas, as grandes questões sociais que impediam o desenvolvimento equilibrado do país. Queremos partilhar com a Nicarágua essas experiências.

No setor agrícola, desejamos apoiar a produção de alimentos na Nicarágua, não só para o combate à fome, mas também para o aumento da capacidade exportadora do país. A instalação da Embrapa no Panamá constituirá importante ferramenta para a consecução desse objetivo.

Sem descuidar da segurança alimentar, queremos oferecer à Nicarágua a experiência brasileira em produção de biocombustíveis. Sei do empenho da Nicarágua em combater a pobreza, a fome e a marginalidade. Por isso felicitamos o país pela implementação do “Hambre Cero”, programa irmão do nosso Fome Zero.

No âmbito da missão da OEA, militares brasileiros cumpriram importante função no trabalho de desminagem do território fronteiriço nicaraguense, só apenas recentemente concluído. Aquela área está hoje habilitada para a agricultura e outras atividades civis.

No plano comercial, necessitamos aumentar o fluxo de exportações nicaraguenses destinadas ao Brasil, com o propósito de equilibrar as trocas. Um acordo abrangente entre o Mercosul e o Sica seria fundamental nesse sentido. Pretendemos impulsionar essa negociação durante a Presidência brasileira do Mercosul, que assumiremos nos próximos dias.

Novas iniciativas de investimentos brasileiros já começam a ganhar corpo no país, como a instalação da fábrica de calçados no Parque Industrial de Saratoga, que poderá gerar aproximadamente 2 mil empregos.

Empresas brasileiras estão engajadas na construção da hidrelétrica de Tumarín, que receberá financiamento do BNDES de mais de US\$ 300 milhões. Essa obra responderá pelo fornecimento de quase 30% da energia elétrica da Nicarágua, substituindo combustíveis fósseis importados.

O Brasil dispõe-se a apoiar investimentos similares, como o da hidrelétrica de Brito, e deseja conhecer melhor o projeto de corredor interoceânico que inclui o porto de Monkey Point.

Nosso entusiasmo pela integração é comum. Inauguramos processo pioneiro de aproximação entre a América Latina e o Caribe,

lançado na Bahia, em 2008. Em fevereiro passado, decidimos criar a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

O Brasil solicitou adesão, como observador, ao Sistema de Integração Centro-Americano (Sica), bem como ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica. Saudamos a decisão da Nicarágua de aderir à Aladi, processo que, esperamos, se conclua com celeridade.

Nossos países lograram construir relação ampla e diversificada, inserida no marco da integração regional latino-americana e caribenha. A solidez desse objetivo exige defesa firme da democracia na região. Não podemos admitir que o golpe de 28 de junho de 2009, em Honduras, se torne incentivo a novas aventuras antidemocráticas no nosso continente. A posição dos demais países centro-americanos sobre o assunto é de vital importância.

Meu caro amigo Daniel,

Nos anos 80, foram muitos os brasileiros, sobretudo entre os jovens, que festejaram a vitória da Revolução Sandinista, que pôs fim à sangrenta ditadura que infelicitava a Nicarágua havia décadas. Passados 30 anos, vejo com alegria que seu país, como outros da América Central, trilham hoje o caminho da democracia política e social.

Evocando aqueles momentos, e na esperança de um futuro de paz, progresso e democracia, convido todos a erguerem um brinde em homenagem a Vossa Excelência, com votos de felicidade e prosperidade a todo o povo nicaraguense.

Muito obrigado.

Antes de irmos à mesa, Daniel, eu vou lhe entregar também um livro – dois livros, um para você e um para Rosário – que ensina como exportar para o Brasil, porque normalmente o Brasil só quer exportar mais. E nós precisamos ajudar os nossos parceiros a aprenderem como exportar para o nosso país. Muito obrigado.

ENCONTRO COM O PRESIDENTE DO URUGUAI, JOSÉ MUJICA

DECLARAÇÃO À IMPRENSA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA, APÓS ENCONTRO COM O PRESIDENTE
DO URUGUAI, JOSÉ MUJICA – RIVERA, URUGUAI, 30/07/2010

Bem, primeiro, eu queria cumprimentar o excelentíssimo senhor, companheiro José Mujica, presidente do Uruguai, e cumprimentando o presidente Pepe eu quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras da delegação do Uruguai,

Quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras da delegação brasileira,

Quero cumprimentar os companheiros jornalistas,

Quero cumprimentar os prefeitos das duas cidades, de Rivera e de Livramento, que estão aqui presentes,

Quero cumprimentar a imprensa do Uruguai e a imprensa do Brasil,

Quero começar felicitando os companheiros do Uruguai pela boa performance da Seleção do Uruguai na África do Sul, sobretudo pelo Forlán ter sido escolhido o melhor jogador da Copa, porque foi mesmo. Eu disse ao Pepe que eu espero que o Brasil tenha perdido na África do Sul para não perder, em 2014, no Brasil.

Bem, é com muita alegria que mantenho com o presidente do Uruguai, o companheiro Pepe Mujica, mais este encontro, o quarto desde sua posse em 1º de março. É importante lembrar que o último encontro que tivemos,

em Montevideu, eu fiquei muito nervoso porque notei que a gente tinha andado muito pouco e que a nossa comissão, a comissão que envolvia gente dos dois países, não estava funcionando como deveria funcionar.

Eu e Pepe ficamos muito irritados e marcamos esta reunião aqui. Hoje eu posso dizer que a comissão trabalhou de forma extraordinária, e eu quero agradecer tanto ao negociador brasileiro, o companheiro Simões, ao embaixador brasileiro, como ao negociador uruguaio, que fizeram um trabalho extraordinário. O resultado dessa reunião foi altamente produtivo para os dois países.

A frequência de nossas visitas demonstra o alto grau de prioridade que Uruguai e Brasil se atribuem mutuamente. Para celebrar nossas excelentes relações, decidimos privilegiar a região de fronteira. Essa vizinhança de mais de mil quilômetros é símbolo de amizade entre uruguaio e brasileiros. Outra coisa importante: aqui, nossos povos aprenderam, com solidariedade e tolerância, a dividir o mesmo espaço físico e a comunicar-se em uma convivência que reflete a complexidade e a riqueza do processo de integração.

Eu espero que Livramento e Rivera possam significar para todos os países do Mercosul o símbolo da convivência pacífica entre dois povos que, embora falando línguas diferentes, embora tendo passaportes diferentes, se sentem todos como irmãos, porque vivem muito próximos dos outros.

O que eu vi quando cheguei no aeroporto de Rivera, e o que eu vi quando cheguei aqui em Livramento, a gente não sabia quem era uruguaio, a gente não sabia quem era brasileiro, porque quando não se falava bem o espanhol, sabíamos que era portunhol; quando não se falava bem o português, sabíamos que era o portunhol, e eu acho que estamos em casa.

Distante dos grandes centros, as populações fronteiriças parecem, às vezes, isoladas ou mesmo abandonadas. Nossa presença aqui hoje procura reconhecer e realçar o papel relevante que esses homens e mulheres desempenharam, historicamente, no fortalecimento dos laços entre os nossos países. Para agradecer-lhes e render-lhes homenagem estamos, conjuntamente, tomando decisões que contribuirão para promover o bem-estar desses cidadãos.

Atendendo à reivindicação antiga promulguei, no último dia 27, acordo que facilitará o acesso a serviços de saúde de uruguaios e brasileiros residentes em localidades fronteiriças. Assinamos hoje memorando sobre cooperação científico-tecnológica, acadêmica e de inovação, que cria moldura para maior integração entre as comunidades científicas e de pesquisas dos dois países, sobretudo, nas áreas industrial e do agronegócio.

Para realizar o velho sonho de tornar a Lagoa Mirim ponto de união e fator de desenvolvimento econômico e social, assinamos também um acordo de navegação na hidrovía Uruguai-Brasil.

Trata-se de primeiro passo na implantação de um sistema moderno de transporte de carga e de passageiros.

Com o presidente Mujica, estabelecemos a Comissão de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva, que tornará realidade os projetos prioritários, muitos dos quais de integração física.

A reforma da ponte Mauá, que será licitada neste semestre, já tem recursos orçamentários. O Brasil arcará com a maior parte dos custos da construção da segunda ponte sobre o rio Jaguarão. Estamos avançando na construção de uma linha de transmissão de grande porte, que ligará San Carlos e Candiota.

Estamos examinando também a possibilidade de apoiar outras iniciativas, entre as quais a integração ferroviária. Mas só lograremos construir um processo de integração sólido, com raízes profundas, se também ampliarmos o comércio, os investimentos e a integração produtiva com o Uruguai.

Em 2009, apesar do impacto da crise, o fluxo comercial manteve-se estável. Nossas importações do Uruguai alcançaram o nível recorde de 1 bilhão e 200 milhões, com crescimento de 21% em relação ao ano anterior. Essa tendência é mais evidente em 2010. No primeiro semestre, o intercâmbio comercial já é 23,2% maior que o do mesmo período do ano passado.

Para estimularmos mais o comércio bilateral, colocaremos em funcionamento, neste ano, o sistema de pagamento em moeda local entre os dois países. Será uma alternativa adicional para que nossos empresários possam realizar operações comerciais sem ter de pagar comissões e outros custos associados a contratos de câmbio.

Meu caro companheiro, presidente Mujica, Nossa relação bilateral tem de ser abrangente e estratégica. Isso ajudará a superar problemas pontuais e pavimentará o caminho para uma

integração produtiva. No campo industrial realizamos grande evento empresarial na Federação das Indústrias de São Paulo, em julho, e está em elaboração calendário de rodada de negócios para identificar oportunidades de complementação industrial em setores como o naval, o aeronáutico, de autopeças, metal-mecânico, de biotecnologia e de energia.

Vou insistir sempre em que os empresários brasileiros encarem o Uruguai como parceiro privilegiado. Eles devem aproveitar a segurança jurídica, a alta qualidade dos recursos humanos e a proximidade com o Brasil para colocar em marcha projetos de integração produtiva emblemáticos dessa relação estratégica que construímos diariamente.

Nesse sentido, será fundamental utilizar a presença do BNDES e do Banco do Brasil em Montevideu, para articular esses projetos que têm o setor privado como protagonista e os governos como indutores.

Em poucos dias nos reuniremos na Argentina para a Cúpula do Mercosul. Aos que aqui e ali propalam o suposto fracasso do Mercosul, advogando até mesmo o seu fim, lembramos que as quatro economias que mais cresceram na América são exatamente aquelas do nosso bloco, do Mercosul. O Uruguai e o Brasil atribuem prioridade à sua consolidação, enquanto motor da integração regional.

Precisamos trabalhar juntos para assegurar um balanço claramente positivo do Mercosul em seu aniversário de 20 anos, em 2011. Devemos resolver velhas pendências: a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, a implementação de um Código Aduaneiro Comum e uma maior institucionalização. Mas também precisamos reconhecer os avanços, entre os quais o Focem, que deve se consolidar como instrumento de superação de assimetrias.

No âmbito mais amplo da Unasul esperamos aprofundar entendimentos para construir uma visão comum de defesa e segurança na região, que consolide a América do Sul como zona de paz e democracia. Nesse sentido... nesse espírito, concluímos com o Uruguai, há poucos dias, um acordo de cooperação em defesa, único do gênero.

Companheiro Mujica,

O Uruguai e o Brasil querem uma América do Sul sem conflitos, integrada, para alcançar o desenvolvimento, a prosperidade e a justiça social. Com esse intuito, faço votos de que nossos povos possam caminhar juntos, com perseverança e espírito fraterno. Quando nossos ministros tiverem divergência, quando um uruguaio tiver divergência com um brasileiro, por favor, olhem para o grau de amizade do presidente Mujica e do presidente Lula e façam as pazes, porque assim nós iremos melhorar a vida do povo brasileiro e do povo uruguaio.

Muito obrigado.

VISITA ÀS OBRAS DE TERRAPLANAGEM DA SUBESTAÇÃO DE VILLA HAYES DA LINHA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU

**DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA, DURANTE VISITA ÀS OBRAS DE TERRAPLANAGEM
DA SUBESTAÇÃO DE VILLA HAYES DA LINHA DE TRANSMISSÃO
DE ITAIPU - VILLA HAYES, PARAGUAI, 30/07/2010**

Eu sempre tenho uma dúvida, quando estou falando em português, se todo mundo entende. Uma vez, eu estava na Bolívia e perguntei a um companheiro meu se ele entendia espanhol [português], e ele me disse que só o essencial. E eu perguntei: e quem define quando é essencial?

E eu queria dizer ao meu companheiro Lugo, aos meus companheiros do governo paraguaio, aos empresários do Paraguai, à imprensa do Paraguai da minha alegria de estar vivendo este momento no meu governo.

Não foi uma tarefa fácil chegarmos até aqui. Nós poderíamos, hoje, estar inaugurando a linha de transmissão, mas, por conta de divergências e de desconfianças, nós perdemos... Só eu, que já vou terminar o meu mandato, perdi pelo menos uns quatro anos do meu mandato quando já poderíamos ter inaugurado esta linha de transmissão.

De qualquer forma, como o companheiro Lugo é um homem cristão e sabe que Deus escreve certo por linhas tortas, está permitindo que seja exatamente agora que possamos dar início a uma construção que vai, não mudar definitivamente a cara do Paraguai ou a cara de Assunção, mas trazer

50 megawatts de energia a mais para Assunção – é praticamente dobrar os duzentos e cinquenta e poucos megawatts que hoje atende a Assunção. E atrás da energia, certamente virá uma empresa, certamente virá a segunda empresa, certamente virá a terceira empresa e certamente terá que vir outra linha de transmissão, de potência maior que 500 megawatts.

Eu estou convencido de que, apesar de muitas vezes as divergências políticas aparecerem com mais destaque do que as convergências, eu estou convencido de que o Paraguai vive um momento virtuoso na sua vida econômica, política, empresarial e social. As coisas nunca acontecem com a rapidez que a gente gostaria que acontecessem, nunca. E, muitas vezes, quem é governo, vindo de oposição como eu vim ou vindo de oposição como o Lugo veio, como tantos companheiros na América Latina e na América do Sul, há um processo de angústia, porque nós percebemos que a máquina do Estado não está preparada para trabalhar no tempo da necessidade da sociedade. E, portanto, as coisas demoram sempre muito mais do que a gente gostaria que acontecessem.

Portanto, a minha alegria, companheiro Lugo, de coração, de estar aqui junto com os companheiros do Paraguai, dando o pontapé inicial nesta linha de transmissão. Por isso, eu tenho a enorme satisfação de participar deste ato em que se iniciam as obras de construção da subestação de Villa Hayes e da linha de transmissão que trará energia de Itaipu para toda esta região.

O cenário é inspirador. Estamos à margem do rio Paraguai, eixo histórico de comunicação e via natural da integração regional. Estamos em pleno Chaco, fronteira de oportunidade de um país cada vez mais soberano e cada vez mais senhor de si. Temos aqui um governo comprometido com o bem-estar do seu povo. Grandes empreendimentos como este refletem os laços de amizade e cooperação que unem o Paraguai e o Brasil. A linha de transmissão permitirá que o Paraguai se torne o destino de mais investimentos produtivos, que geram mais empregos, que geram mais renda, sustentando seu desenvolvimento econômico e social por meio de energia limpa e renovável, um dos grandes desafios do século XXI.

O Brasil pode e deve atuar como parceiro neste processo. Tenho a firme convicção de que só seremos um país próspero se os nossos vizinhos também o forem. Ao contrário dos que preferem estabelecer a antiga relação de dependência e subordinação com os países ricos, optamos por unir o destino do Brasil à nossa querida América do Sul. Ao contrário dos críticos da cooperação Sul-Sul, fazemos do Mercosul um fator dinâmico do nosso comércio intrazona e uma plataforma para inserção soberana no mundo.

A tenacidade que demonstramos frente à crise econômica global mostrou que estamos no caminho certo. Veja que interessante, companheiro Lugo: as quatro economias do bloco Mercosul estão entre as que mais crescerão neste ano, o que comprova o êxito e o fortalecimento da nossa integração.

Para facilitar a aproximação e reduzir as assimetrias entre nós, criamos instrumentos próprios. Com base nos recursos do Focem, estamos abrindo novos horizontes para a economia paraguaia, lançando bases sólidas para a sua industrialização. As obras da fábrica, que o presidente Lugo e eu – não se está mantido – teríamos que visitar daqui a pouco, é a prova disso. Empresas paraguaias e brasileiras se associaram, com investimento de US\$ 103 milhões na criação da Yguazú Cimentos. Esta fábrica, que é o maior investimento privado do Paraguai na atualidade, tende a entrar em operação já em 2011, produzindo 400 mil toneladas/ano e gerando 280 empregos diretos aqui no Paraguai.

Estamos, assim, criando as condições para que o comércio bilateral siga crescendo com mais equilíbrio e maior participação das exportações paraguaias. Prestem atenção em um número promissor: em 2010, nossas trocas comerciais já atingiram US\$ 1,5 bilhão, o que representa um aumento de mais de 60%, se comparado ao mesmo período de 2009. Mas precisamos fazer ainda muito mais. É fundamental eliminar os gargalos em infraestrutura para reduzir os custos logísticos e operacionais das atividades de exportação e importação. Este é um dos objetivos da hidrovía Paraguai-Paraná, onde colaboramos para facilitar a navegação e ampliar o fluxo de comércio. Iniciaremos, em breve, a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná. A comissão mista encarregada desse projeto tem trabalhado de forma muito ativa. A nova ponte será mais um elo entre Brasil e Paraguai e tornará mais fluido o transporte de cargas, aliviando o tráfego da Ponte da Amizade. Outra medida positiva virá com a entrada em vigor do Regime de Tributação Unificada. O RTU nasceu da vontade política dos governos, empenhados em construir a formalização da economia da fronteira e esta vontade não arrefeceu. Em poucos meses, já será realidade.

A nossa agenda de cooperação bilateral contém, ainda, um forte componente social. O Centro de Capacitação de Hernandarias vem ajudando na formação profissional de mais de 10 mil jovens paraguaios. Estão em curso vários projetos de cooperação em políticas públicas na área social, como nos programas de transferência de renda, habitação, saneamento e agricultura familiar.

O grande número de paraguaios e de brasileiros no Paraguai evidenciam uma forte comunhão de valores entre nossas sociedades. Nossos governos trabalham em sintonia para resgatar a dignidade e os direitos de cidadania dessas comunidades.

Por isso, eu agradeço o apoio do governo paraguaio nas campanhas de regularização migratória de brasileiros residentes no Paraguai. Já são mais de quatro mil brasileiros beneficiados. Esperamos que, até o final de 2010, outros tantos passem a usufruir dos direitos oferecidos pela situação migratória regular.

Meu caro companheiro presidente Lugo,

Ao completar um ano de uma última visita a Assunção, quero reiterar meu compromisso com todos os pontos da declaração conjunta que lançamos no dia 25 de julho de 2009. Temos feito progressos significativos no diálogo com o Congresso brasileiro para aprovar as Notas Reversais que aumentam a compensação pela cessão de energia ao Brasil. Certamente, na próxima semana entrará em votação na Câmara dos Deputados e, se isso acontecer, possivelmente em setembro estaremos em votação no Senado da República e, quem sabe, aprovaremos isso ainda antes de terminar o meu mandato na Presidência da República do Brasil.

Também estamos avaliando com toda atenção a recente proposta paraguaia sobre a possibilidade de venda direta de energia no mercado brasileiro. Quero felicitá-lo pela serenidade e firmeza com que o seu governo vem conduzindo a ampla e densa agenda bilateral com o Brasil.

Em seus quase dois anos de mandato, Vossa Excelência tem dado mostras recorrentes de que a soberania e a integração podem andar juntas, e que um Paraguai cada vez mais assertivo, justo e democrático é fundamental para a comunidade de nações sul-americanas.

Companheiro Evo... Companheiro Lugo, eu gostaria de dizer duas palavras sem o meu discurso oficial. Eu sei que tem gente reclamando do sol, mas certamente ninguém está tomando mais sol do que eu estou tomando nas costas aqui. Eu queria dizer isso porque, Lugo, eu, daqui a cinco meses e um dia, não serei mais presidente da República do Brasil. E eu não poderia deixar de dizer, neste encontro contigo, com os seus ministros, com os empresários, que eu aprendi possivelmente muito mais do que se eu tivesse feito uns dez cursos de pós-graduação em Ciências Políticas a realidade da nossa querida América do Sul, as dificuldades internas de cada país.

E muitas vezes eu compreendi por que nós somos vítimas de preconceitos que nós mesmos criamos contra nós. Ou seja, de um lado, muitas vezes, os brasileiros criaram preconceitos de que não adiantava ficar trabalhando com economia de países vizinhos, menores; de que era melhor estarmos ligados às grandes potências europeias ou às grandes potências do Norte porque eles teriam mais dinheiro, mais tecnologia e esse seria o caminho correto que um país do tamanho do Brasil deveria perseguir. E, de outro lado, os países menores ficavam muito preocupados com medo de uma relação mais objetiva com o Brasil. Porque, muitas vezes, também a doutrina reinante em cada país era de que o Brasil era o grande inimigo dos países pequenos vizinhos do Brasil. E, durante tempos, décadas, séculos, nós fomos jogando tempo fora, acreditando que as coisas que nós deveríamos fazer entre nós viriam de outros lugares. Viriam, quem sabe, da rica Europa, ou que viria dos ricos Estados Unidos, ou que viria do rico Japão, ou que viria

de um outro lugar qualquer. E deixamos de fazer as coisas mais elementares que nós deveríamos ter feito ao longo do século XX e ao longo, eu diria, quem sabe, até antes do século XX.

O século XXI é a oportunidade da América do Sul e da América Latina. Nós aprendemos que mentira não dura muito, que as pessoas podem mentir uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, mas uma hora a verdade vem à tona. E a verdade é que tanto para o Brasil quanto para o Paraguai, tanto [para] o Brasil quanto para o Uruguai, tanto para o Brasil quanto para a Argentina, nós nunca poderemos nos ver como adversários ou como inimigos, nós temos que nos ver como oportunidades de uns para os outros.

O Brasil, pelo potencial do seu mercado, nunca pode ser visto como um prejuízo ao Paraguai, mas possivelmente tenha que ser visto como um grande receptor das coisas produzidas no Paraguai. Afinal de contas, são 190 milhões de habitantes, um poder de consumo extraordinário. Já há quem diga que, em 2016, o Brasil será a quinta economia do mundo.

Como é que o Paraguai vai jogar fora a oportunidade de jogar os seus produtos, exportando eles, jogando com a mão para atravessar o Oceano Atlântico, o Rio das Pratas, para levar o produto para onde, se nós somos um mercado excepcionalmente grande para atender uma grande demanda de um país como o Paraguai?

E, muitas vezes... esse discurso, Lugo, eu não faço na sua presença, esse discurso eu não faço na presença de empresários do Paraguai, esse discurso eu faço todo dia, na Federação das Indústrias de São Paulo, na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, e por onde eu viajo com os empresários brasileiros, ao meu Ministro da Indústria e Comércio.

Muitas vezes eu brigo com o empresariado brasileiro: por que eles não se dão conta de fazer mais investimentos no Uruguai, mais

investimentos no Paraguai, mais investimentos na Bolívia, para que a gente tenha, até do ponto de vista racional, um equilíbrio na balança comercial? Tem país que o Brasil pode vender tudo para eles e eles não podem vender nada para o Brasil. E caberia à economia brasileira garantir que este país pudesse produzir alguma coisa e o Brasil pudesse comprar para fortalecer a economia deste país.

Eu fico olhando a distância Brasil-Paraguai; eu fico olhando a quantidade de fronteiras que nós temos, e, sobretudo, fronteira seca. E o desafio que nós temos é evitar que essas fronteiras se transformem em problemas para nós. E ela sempre será problema enquanto perdurar o subdesenvolvimento, enquanto perdurar a miséria.

Eu espero, companheiro Lugo, que... daqui a pouco teremos uma outra pessoa governando o Brasil, e que essa pessoa tenha mais sorte, mais oportunidades e, quem sabe, até mais ousadia, pelo aprendizado que nós tivemos nesses anos todos, de transformar todos os focos de problemas que temos na fronteira Brasil e Paraguai, onde dizem que é caminho do narcotráfico, onde dizem que é caminho do contrabando, onde dizem que é caminho da febre aftosa, para a gente transformar parte dessa fronteira em pontos de desenvolvimento, de geração de emprego, de geração de renda, porque é isso que vai garantir o crescimento do Paraguai, o crescimento do Brasil, e é isso que vai transformar o Paraguai e o Brasil em países mais justos neste século XXI.

Portanto, queria, de coração, agradecer a vocês e, sobretudo, companheiro Lugo, agradecer a você a serenidade com que Vossa Excelência tem tratado as divergências que temos vivido.

Um abraço.

39ª REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL E SESSÃO DE TRABALHO

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE SESSÃO DE ABERTURA DA 39ª REUNIÃO DE CÚPULA DO MERCOSUL E SESSÃO DE TRABALHO - SAN JUAN, ARGENTINA, 03/08/2010

Bem, primeiro, eu queria cumprimentar a companheira Cristina Kirchner, presidente da Argentina e presidente Pro Tempore do Mercosul,

Cumprimentar o companheiro Fernando Lugo, presidente do Paraguai,

Cumprimentar o companheiro José Mujica, presidente do Uruguai,

Cumprimentar o companheiro Evo Morales, presidente da Bolívia,

Cumprimentar o companheiro Sebastián Piñera, presidente do Chile,

Cumprimentar o nosso querido secretário-geral da Unasul, companheiro Kirchner,

Cumprimentar os companheiros representantes de organismos internacionais,

Cumprimentar o nosso querido Governador da Província de San Juan,

Queria cumprimentar os chefes de delegações,

Queria cumprimentar os representantes do Parlamento do Mercosul,

Cumprimentar os representantes dos movimentos sociais aqui presentes,

E dizer para a Cristina que vou fazer um esforço imenso para não levar todo o tempo que levávamos para falar, alguns anos atrás.

Mas queria começar reconhecendo que ontem à noite quando eu cheguei aqui, às dez e meia da noite, onze horas – o companheiro Celso Amorim já estava recolhido, certamente telefonando para sua mulher –, eu me encontrei com os meus assessores que, unanimemente, me disseram que esta reunião de San Juan tinha sido a melhor reunião, depois de Ouro Preto, do Mercosul – já faz muito tempo –, e estava todo mundo feliz com o conteúdo e a qualidade das decisões que foram aprovadas aqui. Portanto, eu acho que o clima de San Juan, Governador, permitiu que o Mercosul avançasse nisso. Esta, na verdade, deve ser considerada a Declaração de San Juan, grande declaração.

Bem, queria dizer aos companheiros que eu sou decano do Mercosul, sou o presidente mais velho. De idade, estou igual a Pepe, mas de participação no Mercosul eu sou o presidente que mais tempo está exercendo a Presidência. O que é triste é que para quem está no governo oito anos não é nada, e para quem está na oposição oito anos é uma eternidade. Entences, eu tenho que sair para contemplar um pouco a oposição que quer disputar uma eleição, embora vá perder.

Segundo, dizer um pouco, Cristina, do clima que era o Mercosul, no começo. O companheiro Kirchner não está aqui presente agora, deve estar em uma bilateral. Mas eu queria dizer que os avanços do Mercosul, na minha visão, foram avanços extraordinários.

Eu lembro que eu fiz uma campanha para presidente da República em 2002, em que o grande tema da campanha era se iria prevalecer a implantação da Alca ou não. E o movimento social, o movimento sindical, o meu partido e as pessoas de esquerda no meu país, todos éramos contra a Alca, todos. E éramos acusados de não querer que o Brasil se desenvolvesse, éramos acusados de não perceber a importância dos Estados Unidos para o desenvolvimento da América do Sul.

E nós afirmávamos que na Alca não tinha nenhuma proposta condescendente, como teve a proposta da criação da União Europeia, em que países como Portugal, Grécia, Espanha, receberam ajuda financeira para desenvolver os seus países, investimentos em infraestrutura, e se colocarem, mais ou menos, em igualdade de condições.

Então, a Alca, no fundo, no fundo, no fundo, era uma proposta que não tinha nenhum propósito de ajudar com que os países mais pobres pudessem ter ajuda para se desenvolverem e se transformarem em países minimamente competitivos com os países ricos.

O dado concreto é que nós ganhamos as eleições. Depois de algum tempo, veio o Kirchner e ganhou as eleições. O dado concreto é que dois anos depois que estávamos na Presidência da República, nem os Estados Unidos falavam mais em Alca, ninguém falava mais em Alca. Talvez, alguns saudosistas acreditassem que poderiam continuar falando na Alca. E nós fizemos uma coisa e a história, às vezes leva anos para mostrar e às vezes...

Eu lembro quantos discursos eu ouvi, eu lembro quantas vezes eu lia jornal de países

aqui do Mercosul, em que os presidentes participavam de algumas reuniões e voltavam para os seus países dizendo: “O Mercosul não adianta, porque o Mercosul não vai para a frente, porque é preciso nos voltarmos para tentar fazer acordo direto com os Estados Unidos”.

Nós nunca fizemos nenhuma crítica a quem quisesse fazer acordo, com quem quisesse. Era um direito soberano de cada país fazer acordo com os Estados Unidos, fazer acordo com a Europa, fazer acordo com o Japão. Mas o que nós queríamos era fortalecer o potencial de similaridade que nós tínhamos e que não era explorado.

Pois bem, eu acho que os resultados econômicos do Mercosul demonstram, por si só, o acerto das decisões que nós tomamos quando resolvemos fortalecer o Mercosul. É só pegar o fluxo comercial e, além do fluxo comercial, pegar os avanços de integração, e, sobretudo, pegar os avanços da interação política que houve entre os nossos companheiros governantes, ministros e o povo em geral. Há um processo de confiabilidade hoje que não havia dez anos atrás ou que não havia oito anos atrás.

Além disso, nós tivemos a oportunidade de fazer duas reuniões da América do Sul com os Países Árabes – parecia impossível e aconteceram as duas reuniões –; nós fizemos duas reuniões entre a América do Sul e o continente africano – parecia impossível e aconteceram as reuniões –; e nós fizemos a primeira reunião, em 200 anos de independência, de toda a América Latina mais o Caribe, que foi a reunião de Sauípe, na Bahia, o que parecia impossível.

Muitas vezes, muitas vezes, nós ficamos ansiosos porque vamos a uma reunião e não voltamos para casa com nada para dizer para o nosso povo: “Eu conquistei tal coisa”. Todos nós ficamos ansiosos. Eu, no começo,

ficava nervoso porque o Kirchner ia para as reuniões, ficava um dia e depois o Kirchner vinha embora para a Argentina. Eu falava: por que é que ele não fica os dois dias com a gente aqui e tal? Depois ele virou, agora, secretário-geral da Unasul. Agora ele vai ter muito mais dor de cabeça e muito mais reuniões do que ele tinha na época.

Aprovamos a entrada da Venezuela no Mercosul e, lamentavelmente, o Parlamento brasileiro demorou quatro anos para aprovar, muito mais por preconceito político, porque não há nenhuma divergência econômica para [não] ter aprovado. Eu acho que a mesma coisa pode se dar no Paraguai, e é preciso que a gente trabalhe para que outros países façam parte do Mercosul.

Não tem lógica, não tem lógica, não tem lógica, nem econômica, nem cultural, nem comercial, que nós que temos milhões de quilômetros de fronteira seca em que o nosso povo pode transitar de lado a lado, que a gente não tenha um comércio muito mais forte, que as nossas empresas não se desenvolvam construindo parcerias. A gente não precisa abdicar das nossas relações com outros países, mas a gente tem que privilegiar as nossas relações. Afinal de contas, se a gente não cuida dos filhos da gente, a gente não pode dar palpite nos filhos dos outros. É preciso, primeiro, cuidar de onde nós temos um potencial extraordinário.

Nós temos energia, nós temos petróleo, nós temos gás, nós temos possibilidade hídrica como nenhuma parte do mundo tem, nós temos tudo que o mundo precisa, sobretudo para dar exemplo nessa discussão sobre a questão do clima. Os países ricos fazem discursos de bonzinhos, mas querem que nós submetamos o nosso desenvolvimento para cuidar de coisas que eles não cuidaram.

Foi por isso que nós não tivemos acordo em Copenhague, porque a grande proposta,

a grande proposta de contenção de emissão de gases de efeito estufa dos companheiros americanos era de apenas 4%, se pegássemos como base 1990. A Europa poderia ter oferecido 30%, ofereceu 20%. E eles acham que podem resolver o problema do mundo dando um pouco de dinheiro para os países pobres não desmatarem as suas florestas, ou seja, para os países pobres ficarem pobres, subdesenvolvidos, enquanto eles podem, sofisticadamente, cada vez mais, exportar para nós produtos de valor agregado, cada vez mais sofisticados.

No fundo, no fundo, é isso que está em jogo nessa discussão. Ninguém quer abrir mão dos privilégios conquistados. E nós não queremos manter privilégios, nós queremos conquistar o direito do nosso povo ter o mesmo direito que eles já têm. Cada argentino, cada brasileiro, cada boliviano, cada venezuelano, cada chileno, cada uruguaio, paraguaio, cada companheiro do Haiti tem que ter o mesmo direito de ter acesso a todos bens materiais que eles têm porque, senão... Se o planeta Terra não oferece matéria-prima suficiente para todo mundo ter o padrão de vida alemão, é preciso, então, que a gente discuta como utilizar corretamente as matérias-primas e as riquezas que existem no mundo.

Então, essa é uma discussão que vai se dar muito forte em Cancún, e essa discussão vai se dar, outra vez, Cristina, com os Estados Unidos, ela vai se dar, outra vez, com a Europa, e ela vai se dar com a China. E nós precisamos estar preparados e, quem sabe, construir uma proposta do Mercosul; quem sabe, o Kirchner trabalhar para a gente construir uma proposta da Unasul; fazer o possível para a gente fazer uma proposta, mas sem abrir mão do direito de continuarmos nos desenvolvendo. Esse é um dado delicadíssimo.

Então, eu acho que nós avançamos de forma extraordinária. E quero, Cristina, dizer que eu

só tenho uma frustração, que era um sonho meu: que era que nós pudéssemos construir o acordo entre Mercosul e União Europeia, na sua Presidência e na Presidência do companheiro Zapatero, o que não foi possível. E agora, como o grande adversário dessa união me parece que são os companheiros franceses, eu agora vou ter cinco meses pela frente para tentar convencer os franceses a fazerem o acordo União Europeia e... Deus queira que a gente consiga e, quando, em dezembro, quando em dezembro, eu for passar a Presidência, acho que é para o Paraguai, lá... eu já estou dizendo que a reunião será convocada lá em Foz do Iguaçu, porque além do Mercosul, nós vamos visitar a escola que está sendo construída... a Universidade Latino-Americana, com professor latino-americano, com currículo latino-americano, com aluno latino-americano, e já vai ter uma base funcionando nos prédios de Itaipu... Então, vai ser lá a reunião.

Bem, ditas essas coisas, eu queria dizer aos companheiros que os avanços que nós conseguimos são visíveis e o nosso povo sente. Eu tenho sempre uma parte improvisada e uma parte institucional. Essa institucional é porque o Brasil vai ter uma nova pessoa que vai assumir a Presidência. Então, eu preciso deixar algo provado, do que foi o meu penúltimo discurso.

Eugostaria,companheirosecompanheiras... É quase um agradecimento à lealdade que nós tivemos nesses anos de convivência. Acho que a América do Sul e o Mercosul hoje são exemplos de como o mundo poderia viver em paz, de como o mundo poderia viver sem armas nucleares, de como o mundo poderia viver sem guerra, de como o mundo poderia viver de forma muito mais harmônica. Eles poderiam aprender conosco, poderiam aprender conosco. Eles não poderiam ter os ciúmes que tiveram nesses últimos dias, que eu peço a paciência de vocês para contar.

Eu, Cristina, não conhecia o Presidente do Irã, até que eu o encontrei na ONU, uma vez, e resolvi conversar com ele. Depois que conversei com ele, fui conversar com o Obama, fui conversar com o Sarkozy, fui conversar com a Angela Merkel, fui conversar com o Gordon Brown, sobre o problema dos conflitos entre iranianos, europeus, Estados Unidos e Israel.

Depois eu fui à Palestina conversar com o presidente Abbas; depois eu fui a Israel conversar com o Primeiro-Ministro de Israel; depois eu recebi o Presidente de Israel no Brasil, tivemos conversa; depois tive uma conversa com o Presidente da Síria; recebi o Presidente do Irã no Brasil, e depois eu fui ao Irã.

O que me deixou profundamente chocado é que nenhum dos presidentes, dos grandes do Conselho de Segurança, tinham conversado com o Irã. Estive com Medvedev... mostrando para eles que era necessário que alguém pegasse o telefone e chamasse o Presidente do Irã para conversar, afinal de contas nós tínhamos lá os homens mais importantes do Planeta, que são os homens que têm... são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Eu não sei se é pelo fato de serem os membros permanentes do Conselho de Segurança, que são os cinco países que vendem mais armas no mundo, são os países que têm bomba nuclear. Então, deveriam chamar o Irã para conversar. Essas coisas a gente resolve na conversa, como foi resolvido o acordo aduaneiro agora, aqui. Em dois minutos de conversa o Lugo decidiu.

Pois bem, diziam que era impossível, que o Irã não queria sentar para conversar. O Primeiro-Ministro da Turquia e eu, Celso Amorim e o chanceler deles, depois de 18 horas conseguimos assinar um documento em que ele se dispunha a sentar à mesa de negociação com o Grupo de Viena, que era o grupo composto por Rússia, Estados Unidos e

França. Não, só os três. Qual não foi a minha surpresa, qual não foi a minha surpresa, que quando ele manda o documento no domingo à noite – porque nós exigíamos prazo –, os países do Grupo de Viena, em vez de começarem a dizer “Bom, estão criadas as condições para negociação”, começaram a discutir o aumento das sanções. Possivelmente, eles nem queriam ler o documento. E o documento – o que me deixou mais irritado –, é que o documento – e eu posso dizer para vocês aqui –, o documento que nós firmamos com Ahmadinejad era a carta explícita que o Obama mandou para mim e mandou para o Primeiro-Ministro da Turquia. Exatamente o que Obama disse que era possível fazer, nós fizemos.

De repente, aquilo que era para ser um acordo virou sanções. Eu não acredito em sanções porque essas sanções, também, têm problemas. Deve ter sanção para as empresas argentinas, para as empresas brasileiras, mas não deve ter sanção para as empresas russas, não deve ter sanção para as empresas americanas, não deve ter sanção para as empresas chinesas. Eles vão continuar... A Rússia vai continuar fazendo a usina nuclear do Irã, a Argentina... o Chile vai... a China vai continuar cuidando do petróleo lá, e os outros mortais comuns é que vão ficar fora.

Eu fiquei muito decepcionado porque hoje eu me pergunto se as pessoas querem paz ou se as pessoas querem manter o clima de instabilidade que existe para poder utilizar a teoria, muito conhecida, de Maquiavel: é preciso dividir para reinar. Hoje eu tenho essa convicção, porque não é possível, não é possível que as pessoas não conversem com quem está nos conflitos, para negociar. Como é que eu posso fazer pacto com o Piñera se eu não me sentar com o Piñera para conversar? Como é que a gente vai restabelecer a harmonia entre Colômbia e Venezuela, se Chávez e o novo presidente não sentarem para conversar.

Como é possível resolver um conflito do Brasil com a Argentina, se eu e Cristina não sentarmos para conversar?

Então, em política, a gente não pode terceirizar o mandato que o povo nos deu. Em política, quem foi eleito precisa exercer o seu mandato e fazer o que tem que ser feito, negociar, conversar, porque, às vezes, um companheiro nosso, assessor, pensa diferente. Eu acho, acho que... Eu queria fazer esse depoimento aqui, porque eu ainda vou discutir com eles na ONU, ainda vou discutir com eles no G-20. Eles não vão... Nós vamos fazer uma discussão profunda sobre isso, porque eu acho que...

Nós não queremos guerra. E se alguém quiser saber um lugar tranquilo no Planeta, olhe para a América do Sul, olhe para este continente. Aqui nós temos todos os defeitos do mundo, mas faz muito tempo que nós não fazemos guerra entre nós. Às vezes, temos guerra verbal, que não fere ninguém, não ataca ninguém. Por exemplo, eu fiz uma... eu falei uma coisa com a imprensa, nesses dias, e o Uribe ficou meio nervoso e fez uma nota. Sabem como é que eu vou me vingar de Uribe? Eu vou, na segunda-feira à noite, jantar lá, no jantar de despedida dele, para ele saber que eu não tenho nenhum problema com ele, que eu gosto dele, que é meu amigo, e que eu quero ajudar a construir a paz.

Então, o meu gesto vai ser ir jantar, para ver se ele me convida para sentar ao lado dele, ainda, para a gente poder conversar. Senão, a gente não constroi a paz no mundo, senão a gente não constroi a tranquilidade, senão a gente não constroi o Mercosul, não constroi a Unasul, não constroi o Parlamento do Mercosul. Por que não aprovamos o Parlamento do Mercosul? Qual é a dificuldade que nós temos? Qual é a grande divergência de fundo, que a gente não tem um Parlamento? Que vai ajudando a gente a fazer as coisas, com erros e com acertos. Nada, nada, nada vai

ser definitivamente pronto, é um processo de aprendizagem. E nós vamos aprendendo com os erros, sabendo que não pode ter supremacia de um país sobre outro país, sabendo que o Parlamento não pode aprovar uma coisa que fira a soberania de um outro país. E a gente só vai atingir a maturidade política quando a gente tiver responsabilidade.

Então, meus queridos companheiros e companheiras, eu acho que... Eu vou deixar o meu discurso escrito aqui para outra oportunidade. Eu acho que nós ainda temos muito, muito o que fazer. Por exemplo, no Brasil nós aprovamos uma grande política de inovação tecnológica. E essa política de inovação não pode ser só para o Brasil, nós temos que ter laboratório no Mercosul inteiro. Cada país do Mercosul tem que ter um laboratório... [estar] conectado com um laboratório para a gente poder avançar nessa questão da inovação tecnológica, que é uma necessidade, hoje, do mundo. A questão energética, nós não podemos ficar, a cada inverno, a cada verão, vendo um país nosso ter problema energético. Nós temos que sentar e pensar, definitivamente, como é que nós vamos resolver esse problema.

Então, companheiros... eu queria, Cristina, te dar os parabéns. Acho que a tua Presidência foi, na minha opinião, uma extraordinária Presidência. Acho que este documento assinado é uma demonstração do avanço extraordinário que nós tivemos. Eu espero que na minha Presidência a gente possa avançar um pouquinho mais, e que em outras presidências a gente possa avançar um pouquinho mais, até que o Mercosul seja uma coisa que ninguém tenha mais dúvida de ninguém e que nós sejamos amigos de verdade na construção de um bloco político, econômico, social e cultural.

Portanto, eu quero agradecer a todos vocês pelo tratamento que me deram, nesse tempo todo. Obviamente que não é o discurso de

despedida porque vai ter outro discurso, mas é quase... tudo o que eu faço, daqui para a frente, é quase a última vez. Sinceramente, saio daqui com a consciência de que... lá no meu país tem gente falando contra o Mercosul, lá no meu país tem gente falando contra o Mercosul, lá no meu país tem gente achando que não vale a pena a gente manter relações privilegiadas com a Bolívia, com o Uruguai, com o Paraguai, são todos países “pequeninos”.

Eu quero dizer o seguinte: as pessoas não sabem... Eu estava com o Lugo, quando um jornalista brasileiro perguntou: “Companheiro Lula, como é que você está investindo US\$ 400 milhões numa linha de transmissão, se quem vai pagar o custo dessa linha de transmissão é o povo brasileiro?” Eu perguntei [respondi] para ele: perguntem o preço de uma guerra, que vocês vão perceber que nós não estamos gastando absolutamente nada com a construção dessa torre. Portanto, muito obrigado, companheiros, e feliz Mercosul.

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DE CAMARÕES, PAUL BIYA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DE CAMARÕES, PAUL BIYA - PALÁCIO ITAMARATY, 04/08/2010

Excelentíssimo senhor Paul Biya, presidente de Camarões, e sua senhora, Chantal Biya,

Minha querida companheira Marisa Letícia Lula da Silva,

Meu querido companheiro senador da República, presidente do Senado, José Sarney,

Senhor Jean (incompreensível), vice-primeiro-ministro de Camarões, por meio de quem cumprimento os demais ministros de Camarões,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento todos os ministros brasileiros,

Senhores parlamentares,

Senhores embaixadores,

Senhoras e senhores,

É uma grande honra receber a primeira visita de um presidente camaronês ao Brasil, no ano em que comemoramos o cinquentenário da independência desse país amigo e de outras 16 nações africanas.

Esse meio século de vida independente é rico de significado e de esperança. São 50 anos lutando contra o legado de atraso e subdesenvolvimento deixado por séculos de colonialismo, que via na África apenas uma

fonte de matérias-primas e um reservatório de mão de obra escrava.

No limiar do século XXI vemos com entusiasmo uma África senhora de seu destino, que não será mais presa fácil de nenhuma partilha entre potências dominantes. Vemos nesse renascimento africano uma esperança para o mundo.

Com seus 800 milhões de habitantes, a África é uma das peças chave para um novo ciclo de expansão da economia mundial que combine crescimento, combate à fome e à pobreza, redução das desigualdades sociais e desenvolvimento sustentável.

Meu caro amigo presidente Biya,

O Brasil se orgulha de ter sido o primeiro país latino-americano a reconhecer a independência de Camarões. Ao longo dos anos nossa relação consolidou-se na ONU, na OMC, nas negociações sobre mudança do clima e na busca por uma governança econômica global de um novo tipo.

Camarões e Brasil trabalham lado a lado em todas essas frentes em favor do multilateralismo, da eliminação dos subsídios agrícolas e do acesso das exportações dos países em desenvolvimento aos mercados das nações desenvolvidas.

Como detentores de importantes reservas florestais, nossos países são ativos promotores do manejo racional dos recursos naturais e de um acordo para redução das emissões de gases de efeito estufa. Defendemos o fim das nocivas condicionalidades dos organismos financeiros internacionais, que asfixiam as economias dos países mais pobres.

Essa comunhão de pontos de vista sobre os grandes temas da atualidade proporcionou renovado impulso ao relacionamento bilateral. Com a abertura da Embaixada do Brasil em Yaoundé, em 2005, reforçamos significativamente nossos contatos no nível, tanto governamental quanto privado.

A visita de Vossa Excelência amplia as oportunidades para o fortalecimento da cooperação, dos negócios e do diálogo político. Resultados concretos já podem ser observados em várias esferas. O comércio bilateral teve expressivo aumento nos últimos anos. Entre 2002 e 2008 elevamos nosso intercâmbio de US\$ 14 milhões para US\$ 136 milhões. Em 2010 vamos superar os US\$ 200 milhões.

Também estão em curso várias iniciativas importantes em saúde, agricultura e energia, que serão complementadas com os acordos que assinamos hoje nas áreas cultural, de turismo e de pecuária. Em setembro próximo enviaremos nova missão técnica a Camarões nas áreas de extensão rural, pecuária e cooperativismo. Em conjunto com a França, estamos concluindo os ajustes necessários para implantar projeto trilateral em apicultura.

A relação com Camarões possibilita um maior contato nosso com o centro-oeste africano. Sua posição no Golfo da Guiné o torna porto de entrada natural para o escoamento de produtos destinados aos países sem acesso marítimo, como o Chade e a República Centro-Africana. Seus aeroportos já atendem rotas internacionais e recebem aeronaves de grande porte, o que faz de Camarões um parceiro em

potencial para a abertura de voos diretos entre países da África e o Brasil.

Senhor Presidente,

Quando resolvemos fazer da África uma das prioridades da política externa brasileira, não atuamos apenas por um sentimento de solidariedade ou pela consciência da dívida histórica que temos com esse continente irmão. Estreitar os laços com a África, para nós, brasileiros, é sobretudo resgatar o conhecimento de nossa própria identidade nacional, é compreender o nosso presente, é construir o nosso futuro.

Ao aprovar, recentemente, o Estatuto da Igualdade Racial, vencemos uma batalha importante na luta contra a exclusão. No Brasil, combater a desigualdade e a discriminação é mais que um imperativo moral, é uma condição inescapável para construir um verdadeiro Estado democrático. É com esse espírito de concórdia e solidariedade que peço a todos que levantem um brinde em homenagem a Vossa Excelência e a todo o povo de Camarões.

CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE ATOS ASSINADOS EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE ANÚNCIO DE ATOS
ASSINADOS EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DA VENEZUELA,
HUGO CHÁVEZ – CARACAS, VENEZUELA, 06/08/2010

Bem, companheiro Chávez,
Companheiros empresários brasileiros,
Ministros que me acompanham,
Companheiros da Venezuela,
Empresários e companheiros da imprensa,

Na verdade, Chávez e eu temos uma convivência política como chefes de Estado há oito anos, mas nunca tivemos tempo de sentar em torno de uma mesa e poder trocar experiência [sobre] o que aconteceu em cada país do ponto de vista dos avanços sociais.

E um dia, Chávez – faltam cinco meses para terminar o meu mandato –, eu poderei vir aqui à Venezuela sem toda essa minha assessoria, solito, porque político sem mandato nem vento bate nas costas. Mas eu virei, eu virei aqui para conversar porque o sucesso das políticas sociais que nós implantamos no Brasil é reconhecido por qualquer empresário que você perguntar aqui, do Brasil, como uma das razões do sucesso da economia brasileira, ou seja, os pobres tiveram acesso a dinheiro, à educação e a emprego.

Eu vou terminar o mandato agora, no dia primeiro de dezembro [1º de janeiro] e

estaremos entregando o país com 14,5 milhões de novos postos de trabalho criados nos meus oito anos de mandato. Isso é o resultado de um conjunto de políticas, que vai desde coisas simples, bancarização, porque pobre não entrava em banco. Pobre, no Brasil, passava longe do banco e ele não tinha nem coragem de andar perto... de entrar perto do banco, porque tinha um polícia dentro do banco achando que ele era ladrão. E hoje os pobres entram no banco, abrem as suas contas, contraem seus empréstimos, às vezes US\$ 200, às vezes... – eu estou falando em dólar para todo mundo entender – às vezes US\$ 50; às vezes US\$ 1 mil. O que é impressionante é que o pobre paga, porque el pobre tem como patrimônio seu nombre e ele paga as suas dívidas.

Eu quero, para me despedir, Chávez, dizer para você da alegria de termos feito... assinado 28 acordos. Foram 28 acordos que podem se somar aos tantos que nós já assinamos e quando, na última reunião, em dezembro, fomos fazer avaliação da quantidade de acordos, nós vamos perceber que nós fizemos, em oito anos, o dobro ou o triplo do que foi feito em cinco séculos.

Eu quero agradecer aos empresários brasileiros porque os empresários brasileiros, apesar da preocupação de algumas notícias, de que a Venezuela vai estatizar as empresas brasileiras, de que a Venezuela não paga as empresas brasileiras, eu quero dizer para você da confiança que esses empresários têm cada vez que eu os convido para virem à Venezuela trabalhar um projeto. Eu sei da extraordinária relação que você mantém com todos esses empresários e sei o quanto eles podem contribuir para a Venezuela.

A mim me gostaria muito – gostou do “a mim me gostaria muito, Tônico”? –, a mim me gostaria que os nossos empresários não quisessem fazer as coisas sozinhos aqui na Venezuela; que a gente tentasse fazer parcerias com empresários da Venezuela para que eles pudessem ficar economicamente fortes, e que amanhã eles pudessem ir ao Brasil fazer investimentos no Brasil, associando-se a empresas brasileiras.

Eu estou convencido, Chávez, eu estou convencido de que nós conseguimos descobrir o óbvio. Eu digo sempre que a política, ela seria muito fácil, se todo político fizesse só o óbvio, ninguém precisasse inventar nada. E por que o óbvio? Ora, porque a Venezuela está muito próxima do Brasil, porque o Brasil está muito próximo da Argentina, porque a Argentina está muito próxima do Uruguai, que está do Paraguai, que está da Bolívia, que está do Equador, que está da Colômbia, que está do Peru.

Nós somos ligados, nós somos ligados. É que nem uma criança, no cordão umbilical, ligada a sua mãe. Um belo dia alguém nos disse que nós não deveríamos nos conhecer, que nós deveríamos mirar ao Norte, ao Norte era que nós deveríamos tudo: a nossa sorte, o nosso crescimento, o nosso desenvolvimento. E nós acreditamos nisso no século XIX, acreditamos no século XX, e somente há

pouco tempo nós começamos a descobrir que nós temos muito mais a oferecer uns aos outros do que a receber do Norte.

Houve um tempo, Chávez, que o Norte, pelo fato de ter uma temperatura muito mais correta que a nossa, ou seja, temperatura... – inverno é inverno, frio é frio, calor é calor – eles eram detentores da sabedoria da produção de alimentos. Mas eles não sabiam que um dia, neste continente, nós íamos ter uma empresa de tecnologia para agricultura tropical como a Embrapa, que produz de forma extraordinária, competindo com qualquer parte do mundo.

É isso o que nós queremos fazer com a América do Sul, com a América Latina e com a África, e o que nós assinamos hoje é apenas mais um corte no cordão umbilical para que a gente ganhe vida, e esse menino e essa criança chamada relação Sul-Sul, nunca mais dependa de uma pessoa tão distante chamada Norte.

Vamos construir entre nós aquilo que eles construíram entre eles. Eles, um dia, acreditaram neles, e são o que são hoje. Nós passamos muito tempo sem acreditar em nós e por isso ficamos mais pobres. Agora, graças a Deus, nós nos descobrimos e nós sabemos que quem pode não são eles. Nós podemos, nós queremos e nós seremos grande pátria, grande nação e um grande continente.

Um abraço.

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
DURANTE REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DA CÚPULA
AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA – CARACAS, VENEZUELA, 06/08/2010

Bem, primeiro, cumprimentar o nosso querido companheiro Hugo Chávez, presidente da República da Venezuela, Cumprimentar o companheiro Néstor Kirchner, secretário-geral da Unasul, Cumprimentar o nosso companheiro anfitrião, companheiro Nicolás Maduro, ministro das Relações [Exteriores] da Venezuela, Cumprimentar o Ministro das Relações Exteriores da Nigéria, por meio de quem cumprimento todos os demais representantes de países da África e da América do Sul aqui presentes, Cumprimentar o meu companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, Delegados convidados,

Eu tenho um discurso muito pequeno, mas eu queria dizer algumas palavras na política, e eminentemente política. A África, a América do Sul e a América Latina como um todo foram países que durante séculos não tiveram o direito de elaborar suas próprias políticas, definir suas próprias decisões, porque fomos colônia durante muito tempo na América do Sul e na América Latina, e a África foi colônia durante muito tempo.

Eu tenho visitado, companheiros, 29 países africanos no meu mandato. É mais do que o somatório de todos os presidentes da história do Brasil. Tenho percebido que a colonização, ela pode ter sido feita de forma diferenciada, dependente [dependendo] de qual país era o colonizador, mas a verdade é que nós, na América Latina, até o século XVIII, e a África, até o século XX, muitos países, dependíamos do que os nossos senhores falavam ou deixavam a gente fazer.

Somente a partir do século XX é que nós começamos a discutir, entre nós, as nossas igualdades, as nossas possibilidades, e pensar na construção de um futuro comum entre aqueles que não tiveram chance, nem no século XIX, nem no século XVIII e nem no século XVII. Passamos a conhecer a nossa independência, no caso da América do Sul, duzentos anos atrás.

O Brasil ainda fará 200 anos de independência em 2022. Ainda faltam 12 anos para que a gente complete 200 anos de independência. A Argentina tem 12 anos na nossa frente. Pois bem, eu sei que são difíceis essas reuniões. Sair da Nigéria para chegar a Caracas

é muito difícil; sair do Brasil para chegar à Tanzânia é muito difícil; sair da Argentina para chegar à Nigéria também é muito difícil. Na verdade, não é que é difícil. É que nós fomos habituados a achar mais perto ir para os países que nos colonizaram ou ir para os países economicamente ricos.

Todos nós nos habituamos a ir para a Europa e para os Estados Unidos, todos nós. Nós não olhávamos uns para os outros. Nós, muitas vezes, nos víamos como inimigos. De Cabo Verde ao estado do Ceará, no Brasil, são apenas três horas e meia de avião. Do Senegal também, menos de quatro horas de avião. Entretanto, durante décadas, nós passávamos por cima do Senegal, íamos a Frankfurt, íamos a Londres, íamos a Paris, a Roma, e não parávamos em Cabo Verde, e muito menos no Senegal ou em qualquer outro país africano. Assim valia para o Brasil, valia para a América do Sul e valia também para os países africanos com relação à América do Sul. Nós... os nossos colonizadores nos obrigaram, do ponto de vista cultural, a entender que a saída para os nossos países estava na boa vizinhança e na boa política que nós mantivéssemos com os colonizadores.

Agora o que nós estamos descobrindo? Nós estamos descobrindo que África e América do Sul, ou África e América Latina, não utilizaram 5% do potencial de relações políticas, econômicas e culturais. Vejam que coisa absurda! Há muito tempo os americanos abandonaram a África, pelo menos do ponto de vista dos interesses econômicos imediatos.

Agora a China descobriu a África, e todos nós sabemos que os nossos companheiros chineses precisam de muita matéria-prima, precisam de muito alimento, precisam de muito minério de ferro, e todos nós sabemos onde é que tem essa riqueza mineral. Nós sabemos o potencial da Argentina, sabemos o potencial da Bolívia, sabemos o potencial

da Venezuela, do Brasil, da Nigéria. Todos nós temos alguma coisa importante a oferecer para o outro país.

Entretanto, nós temos que resolver alguns problemas. Nós precisamos acreditar que as nossas reuniões não são inúteis. Muitas vezes nós gostamos de participar de reunião, achando que vamos sair da reunião com algum benefício imediato, e não é possível. Nós temos que construir essa possibilidade de que o benefício imediato seja um benefício duradouro, seja uma relação política, cultural, comercial forte, porque quanto mais o mundo precisar de comida, mais nós sabemos que está exatamente na nossa América e na nossa África a possibilidade de produzir o alimento necessário, que o mundo precisa, da troca de tecnologias entre nós. Nós temos mais similaridades, nós temos mais possibilidades, nós somos mais iguais e, portanto, nós poderemos fazer muito mais se nós acreditarmos que essa relação pode ser uma coisa muito forte.

Companheiro Kirchner, companheiro Chávez, sabem que não foi fácil a gente construir a Unasul e chegar aonde nós chegamos. Em 200 anos de independência, foi a primeira vez que nós conseguimos fazer uma reunião entre todos os países da América Latina e do Caribe. Nunca tínhamos nos reunido, nunca. Então, se nós não nos conhecemos, nós não podemos fazer negócios, nós não podemos nos ajudar, nós não podemos construir a nossa política, numa teoria muito simplista, para terminar o meu discurso.

Eu digo todos os dias que um belo dia, um belo dia a maioria de índios da Bolívia descobriu que era possível eleger um índio presidente da República, e elegeu um índio presidente da República. Um belo dia, os negros da África do Sul descobriram que 26 milhões de negros eram superiores aos 6 milhões de brancos, e começaram a eleger

presidente da República. Nós, América Latina, Caribe e África somos, praticamente, quase metade dos países que compõem as Nações Unidas, mas nós, muitas vezes, nem conversamos quando estamos lá, e muitas vezes até trabalhamos uns contra os outros quando estamos lá. Nós diluímos, dispersamos a nossa força, a nossa possibilidade por falta de relação política, por falta de entrosamento.

Então eu quero, Chávez, te dar os parabéns. É a segunda reunião, eu participei da primeira na Nigéria, participei da segunda em Isla Margarita, e estou agora participando da mesa presidencial estratégica e da Secretaria Permanente da ASA. Eu estou vendo que faltam muitos companheiros aqui, possivelmente por outros afazeres. Eu lembro quando tu estavas recém na Presidência e que nós fizemos aqui o G-15. Está lembrado de uma reunião que fizemos aqui? A dificuldade de trazer os companheiros? Eu, agora, fui... Nós, agora, fomos ao Irã e fizemos uma reunião com o G-15. Eu vim na tua, mas você não foi...

Pois bem, nós fizemos a mesma discussão que estamos fazendo aqui agora. Pela minha experiência de oito anos de governo, por tudo que eu posso conhecer hoje das viagens que fiz, o potencial entre nós é infinitamente superior à capacidade de imaginação que qualquer um de nós tenha do nosso potencial. Acontece que nós precisamos parar de acreditar que a solução dos problemas da pobreza da África ou que a solução dos problemas da pobreza da América Latina ou da América do Sul vai ser resolvida porque alguém rico vai lembrar da gente e vai querer vir aqui ajudar-nos. Não vai acontecer nunca. Cada povo constrói a sua riqueza a partir da sua capacidade de formação de quadros, a partir da crença e da autoestima que o povo tem no seu país e a partir da crença e da autoestima que ele tem nessa junção de iguais para tomar decisões.

Eu, Chávez, estou deixando a Presidência

do meu país no dia 1º de janeiro de 2011, mas eu tenho a convicção de que o Brasil, a partir de 2011, estará com a mesma disposição, participando de tantas quantas reuniões forem necessárias para que a gente consiga fazer com que essa unidade – que durante muito tempo foi apenas uma peça retórica de discurso em campanha eleitoral – seja, de verdade, atitudes práticas de governantes que acreditam que o Norte já tem demais e que a relação Sul-Sul é o que pode garantir que a gente possa se desenvolver, e um dia ver os povos dos nossos países terem as mesmas condições de vida dos países ricos.

Portanto, muito obrigado, companheiro Chávez, por estar realizando esta reunião, e mesmo não estando na Presidência do Brasil, quando precisar de um companheiro para uma reunião entre África e América do Sul, estarei disponível para contribuir. Um abraço.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-EL SALVADOR

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-EL SALVADOR - SÃO PAULO-SP, 09/08/2010

Meu caro companheiro e amigo Mauricio Funes, presidente de El Salvador, e sua companheira... nossa querida companheira Vanda Pignato,

Meu querido Hugo Martínez, ministro das Relações Exteriores de El Salvador, por meio de quem cumprimento todos os integrantes da comitiva de El Salvador,

Meu querido companheiro Miguel Jorge, ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior [Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior], por meio de quem cumprimento toda a comitiva do meu governo,

Meu caro companheiro Benjamin Steinbruch, presidente em exercício da Fiesp,

Companheiros empresários de El Salvador, empresários brasileiros,

Companheiros da imprensa,

Amigos e amigas,

Eu prometo ser muito breve porque acho que é importante ouvirmos o companheiro Mauricio. Mas vocês sabem que estão faltando menos de cinco meses para terminar o meu mandato, e eu tenho dois microfones aqui à minha frente, eu não sei ficar sem falar, então...

Como é uma reunião com empresários, eu queria me dirigir, especificamente, aos empresários brasileiros e aos empresários de El Salvador, e tentar, em breve... em curto espaço de tempo, contar um pouco daquilo que aconteceu no Brasil, que eu acho que é o sucesso do Brasil e que eu acho que pode ser o sucesso de El Salvador e pode ser o sucesso de qualquer país do mundo.

A primeira coisa que nós temos que ter clareza – os empresários de El Salvador, o companheiro Mauricio e a Vanda sabem – é que El Salvador é um país pequeno, de 6 milhões de habitantes, que durante 12 anos gastava 60% do seu orçamento por conta de uma guerra. Eu acho que ninguém que viveu uma experiência como aquela vivida em El Salvador deseja aquilo em qualquer outro país do mundo. Existem milhões e milhões de razões para que a gente fale em paz todos os dias, e não existe nenhuma razão para que a gente fale em guerra a vida inteira.

Graças a Deus, o Brasil é um país que, há muito mais de um século, vive em paz. E quando eu assumi a Presidência da República eu tinha um compromisso, primeiro, de

consciência. Vocês sabem, a minha origem é do movimento sindical, aqui tem vários companheiros que me conheceram em greve. Está aí, atrás, o Luís Eulálio de Bueno Vidigal, que foi o primeiro presidente da Fiesp, em 1978, que quando nós começamos a fazer as primeiras greves foi a São Bernardo do Campo conversar comigo.

Era impensável, era impensável que um presidente de uma federação fosse a uma sede de um sindicato, e o Vidigal foi conversar comigo. Aqui tem muitos empresários com quem eu fiz greve. Eu estava falando com o Mauricio do Delfim Netto. Eu passei tanto tempo fazendo críticas ao Delfim Netto. Quando as pessoas vão virando personalidades vão ficando importantes, tudo que acontece de errado a gente encontra alguém para jogar a culpa. E teve um tempo em que tudo era o Delfim Netto, apesar dele não ser o presidente da República, mas ele era tão forte que era mais forte que o presidente, a tal... pela inteligência dele, pela participação dele.

Mauricio, hoje eu posso te dizer que depois de muito tempo, já na campanha, eu hoje reconheço e admiro o Delfim Netto como uma das pessoas mais extraordinárias que este país teve, uma figura inteligente, e que nos momentos mais difíceis do meu governo ele poderia ter escrito artigos me esculhambando, dizendo: “Está provado que operário não sabe governar mesmo. Tem que ir lá, voltar a comer marmita no bandeirão, que é o que você sabe fazer”. Ele fez um dos mais extraordinários artigos defendendo a mim e defendendo a política econômica do governo, mesmo quando alguns companheiros do PT criticavam a nossa política econômica.

Bem, eu estou contando esses casos para mostrar a evolução que os anos e o exercício do cargo nos dão. Eu vou deixar o governo, Mauricio, daqui a cinco meses, com a consciência mais tranquila do que a consciência

de qualquer passarinho que esteja descansando na selva em El Salvador; com a consciência tranquila do dever cumprido, sabendo que fizemos muita coisa e sabendo que ainda tem muita coisa para fazer. E o que é gostoso é a gente descobrir que o povo aprendeu a gostar das coisas boas. Então, quanto mais a gente faz, mais o povo reivindica.

Essa é que é a coisa extraordinária da democracia, é as pessoas terem desejos infinitos de melhorar de vida, de trabalhar, de ganhar seu salário. Vocês sabem quantas décadas nós passamos, neste país, em que tinha desaparecido da porta das fábricas qualquer placa dizendo “Precisa-se”, e nós, em oito anos, vamos entregar o mandato com a geração de 14 milhões e meio de empregos formais, coisa que era impensável acontecer neste país.

Eu tenho tido com os empresários brasileiros, Mauricio, uma relação... eu, certamente, já vim mais à Fiesp do que fui à CUT, porque... certamente, porque “santo de casa não faz milagre”. Eu tenho vindo muito aqui porque eu tenho um pensamento sobre o papel que os empresários brasileiros podem jogar e que muitas vezes não jogamos porque não sabíamos que precisávamos jogar, ou nós mesmos, às vezes, não nos dávamos a importância que a gente deveria ter. Nós não tínhamos orgulho de nós mesmos porque nós aprendemos que tinha gente melhor do que nós e, portanto, nós éramos já, de pronto, tratados por nós mesmos como se nós fôssemos inferiores.

Nós não tínhamos uma boa relação na América do Sul. Eu sou o primeiro presidente da República que visitou todos os países da América Central. Aqui neste país, com exceção do Imperador, em 1800 e pouco, que pegava um navio, saía por seis meses, de viagem, para ir para o Líbano ou para ir não sei para onde, os presidentes gostavam muito de ir para a França, para Londres, para... alguns para

Miami, outros para Nova Iorque. Não existia muito... mesmo aqui, o nosso continente.

Este ano a gente vai fechar a nossa balança comercial com a Argentina, quase na ordem de US\$ 30 bilhões, quase 30 mil millones. Gostou do meu espanhol? Mil millones? Pois bem, quando eu cheguei aqui, a gente tinha US\$ 7 bilhões ou 8, porque nós tínhamos aprendido, não era culpa individual de ninguém: todo mundo quer vender para os Estados Unidos. Só que os Estados Unidos, também, têm limite para comprar. Todo mundo tem limite. Todo mundo quer vender para a Europa, mas a Europa também tem limite para comprar. E quando chega a um determinado limite, nós viramos competidores, e quando nós viramos competidores, viramos inimigos.

Vocês sabem que no meio... neste mundo globalizado, esse negócio de comércio é guerra, é guerra... guerra ou problemas políticos internos de cada país. Nós não fizemos acordo na OMC, por conta da política americana e por conta da política na Índia. Mas o acordo estava quase pronto, faltava quase nada para a gente resolver, e parou. Já tem dois anos que não se fala mais na Rodada de Doha. Só nós, aqui no Brasil, falamos na Rodada de Doha. E o Brasil não queria nada. A gente dizia: Não, o que nós queremos é fazer uma política que possa favorecer os países menores, que os países ricos possam abrir seus mercados para os países menores.

Eu tenho conversado muito com os empresários. Graças a Deus, os empresários brasileiros têm viajado muito, ou junto comigo ou sozinhos, ou junto com o meu ministro Miguel Jorge. Nós temos montado delegações; para quase tudo quanto é país que a gente pode, leva delegações de empresários para que eles possam ver e conhecer outros empresários, os empresários dos outros países conhecerem a gente. Porque também, do ponto de vista da política econômica e da política industrial,

muitas vezes, foi vendido para muitos países da América Central, como foi vendido para o México, que o grande perigo para o México era o Brasil. Certamente, alguém, uma vez, em El Salvador ou na Guatemala ou em Honduras deve ter dito: “Olha, cuidado com os empresários brasileiros. Os bonzinhos são os americanos. Os brasileiros são um perigo danado”. Ora, mas eu nem acho ruim, porque essa é a política de quem quer manter o seu mercado, não permitir que outros entrem no seu mercado.

O Brasil não tinha nenhuma importância. Quando o Brasil virou o maior exportador de carne do mundo, você tem que ver, Mauricio, o que falam da carne brasileira, o que falam... Aqui, muitas vezes, se pegar um passarinho comendo um carrapato em cima de um boi, vão dizer que existe uma anormalidade e, portanto, vamos fazer mais uma investigação sanitária no Brasil, porque nós viramos competidores. Então, quando você não tem importância, você é pequeno, você não compete, ninguém te perturba. Agora, quando você começa a competir, você começa a perceber que os inimigos estão por aí, e vão começar a falar.

E eu, então, tenho tentado mostrar para o nosso pessoal o quanto é importante o Brasil ajudar o desenvolvimento da África e, ao mesmo tempo, ajudar o seu próprio desenvolvimento, porque quando nós exportamos serviços, nós estamos exportando engenharia nossa e, portanto, nós estamos ajudando o país a desenvolver, gerando emprego lá, e também gerando desenvolvimento no Brasil.

Eu estava vendo a balança comercial [entre] o Brasil e El Salvador. Uma balança comercial de um fluxo total quase US\$ 200 bilhões, dos quais 195 bilhões nós vendemos e compramos apenas 5 bilhões... 5 milhões. Cinco milhões. É muito pouco, é muito pouco.

O Brasil precisa compreender que quem é grande tem mais responsabilidade, quem é

grande tem mais... é assim dentro da casa da gente: o pai e a mãe têm mais responsabilidade do que os filhos em tudo, dentro de uma casa. Um país como os Estados Unidos têm mais responsabilidade, um país como a China tem que ter mais responsabilidade, e o Brasil tem que ter responsabilidade de tentar ajudar com que os empresários brasileiros se associem a empresários de El Salvador e que produzam coisas lá para que a gente possa comprar, para aumentar ou para igualar.

Uma política comercial correta não é aquela em que um país tem só superávit comercial. Tem que ter um equilíbrio, tem que ter... Se em um ano você tem um déficit, no outro ano você tem um superávit, você equilibra, todo mundo vive bem. Mas se só um tem déficit, vai criando problema, e a balança comercial de El Salvador é deficitária, é deficitária.

Então, eu acho que encontros como este, Benjamin, são de extrema importância para que as pessoas venham ao Brasil, para que conheçam os empresários brasileiros, para que façam reuniões e para que a gente comece a discutir as oportunidades de o que o Brasil pode fazer lá, com o que o Brasil pode contribuir com o setor têxtil lá, por exemplo – estou vendo aqui companheiros do setor têxtil brasileiro –, com o que o Brasil pode contribuir na questão do etanol ou com o que o Brasil pode contribuir na questão de outros produtos, até para, do território de El Salvador, a gente fazer exportação para mercados em que El Salvador tem facilidade de colocar os seus produtos, como os Estados Unidos.

Então, eu penso que é quase um compromisso nosso. O Brasil não ficará mais rico se os países vizinhos seus forem pobres. O Brasil ficará mais rico se os seus vizinhos ficarem mais ricos. Eu vou dar um exemplo, eu vou dar um exemplo. Eu fui, agora, ao Paraguai. O maior investimento privado da história do Paraguai significa US\$ 104 milhões, feito pela Camargo Corrêa em

associação com uma empresa paraguaia para fazer uma fábrica de cimento. Cento e quatro milhões.

O que nós descobrimos agora? Nós resolvemos que o Brasil tem a obrigação de financiar uma linha de transmissão para Assunção, porque não é possível... Teoricamente, os paraguaios têm direito a 50% da energia de Itaipu e Assunção vive de apagão em apagão porque não tem energia. Como é que você vai convencer o povo paraguaio que o acordo é justo? É você levando energia para ele. Hoje foi engraçado, porque eu falei com um empresário que a gente estava levando energia, e ele falou: “Assim que chegar energia a Assunção, eu quero montar uma fábrica no Paraguai”. É esse o papel do Brasil.

(Falha na gravação) o meu amigo presidente do México, Calderón, que o México também é um país grande (falha na gravação) a outra ponta da América Latina, que ele poderia se juntar conosco. Em vez de sermos inimigos, vocês imaginem os empresários mexicanos (falha na gravação) do Brasil, e a gente ajudar os países mais pobres de toda a América Central, já que a gente pode ir a pé de um para o outro, de um lado para o outro.

Mas a gente não ajuda porque todos nós, todos nós passamos o século XX todo acreditando que nós tínhamos que olhar só para os Estados Unidos, só para a Europa, e não olhar para nós. Nós temos que olhar para nós para ver o potencial. Não é possível que El Salvador não possa produzir alguma coisa que interesse ao Brasil. Ô gente, imagine se em vez de 5 milhões, a gente importasse 200 milhões de El Salvador, o que a gente poderia ajudar El Salvador, e para nós não significa nada! Poderia ser um empresário nosso que fosse lá, se associasse a um empresário de El Salvador e começasse a exportar para cá, para os Estados Unidos ou para outro lugar.

Eu dizia para o Mauricio... e vou terminar

logo, Mauricio, fique tranquilo. Eu dizia para o Mauricio... Eu fui a um país africano, agora, chamado – o último que eu visitei – Zâmbia, e eu perguntei para o presidente do país – país de 10 milhões de habitantes, pobre como todos sabemos: quanto você... primeiro eu perguntei: você tem petróleo? “Não.” Aí eu estava em um daqueles carrões que queima acho que uns três... uns dez litros de diesel por quilômetro.

Então, eu falei: você importa quanto de petróleo? Primeiro, eu perguntei se ele produzia petróleo. Não. Você importa quanto? Ele falou: “Um bilhão e meio de petróleo, eu importo”. Eu disse para ele: você já pensou, em vez de comprar petróleo, você fazer o seu combustível aqui, plantando? Você já pensou? Eu não estou nem querendo vender carro, porque as empresas de automóvel no Brasil são todas estrangeiras e, possivelmente, elas nem queiram que entre carro a álcool na África, porque é o mercado original dos carros deles, produzidos lá; é uma briga que nós vamos ter que fazer, uma boa briga comercial. Mas aí, imagina se os países africanos que importam petróleo pudessem produzir cana-de-açúcar. Eles teriam que vantagens? Gerariam empregos plantando a cana; quando a cana estivesse crescendo, estaria sequestrando carbono, já estaria contribuindo para o clima; geraria emprego quando fosse moer a cana; iria produzir um combustível que, quando ligasse o motor do carro, esse combustível emitiria menos gás de efeito estufa do que os combustíveis fósseis.

E está tudo ali, eles têm a terra, têm o sol, têm a água, têm os trabalhadores e têm os carros, só teriam que mudar os carros. Teriam que comprar os carros brasileiros, porque nós produzimos flex fuel e eles não produzem, ou eles passem a produzir flex fuel. Se nós no Brasil produzimos, por que eles não produzem lá? Era um jeito de a gente ajudar

os países pobres a se desenvolverem. Aí, eu perguntei para o Mauricio: quanto de petróleo El Salvador importa por ano? Deve ser por volta de uns US\$ 2, US\$ 3 bilhões. Bom, que seja, US\$ 1,5 bilhão, porque o país tem pouco, mas tem muito carro, e a renda per capita em El Salvador, pelo que eu vi nesse livrinho de vocês aí, é certamente cinco vezes mais do que qualquer país africano; é quase US\$ 4 mil de renda per capita, ou seja, não é uma renda per capita qualquer. Agora, você imagina: El Salvador já produz o etanol - atenção, companheiros brasileiros - eles já produzem etanol, tem até empresa brasileira lá.

Eles exportam o tal de melado para os Estados Unidos. Então, eles já exportam. Eu disse aos companheiros, ministro Miguel Jorge e ao Ministro de Minas e Energia: é preciso juntar um grupo de empresários e ir conversar com os empresários em El Salvador e com o Mauricio, para ver se não é vantagem, ao invés de exportar apenas o melado, produzir etanol e exportar etanol para os Estados Unidos para eles pararem de produzir etanol de milho, [por] que quem gosta de milho é frango.

Estou fazendo propaganda aqui das nossas empresas de carne, aqui... E fazer da cana-de-açúcar... Eles já têm tudo: já têm a produção, já têm a cana, já têm as usinas, ou seja, já está quase tudo pronto, só teria que também... tem o problema dos coches, que não poderia ser el coche americano; teria que ser... Não, se a Ford americana que produz no Brasil produz flex fuel, a Ford em Detroit poderia produzir flex fuel. Nós não queremos nem brigar com eles, nós só queremos que eles façam um carro que atenda os interesses de combustível dos países menores, e não os interesses deles. Não é uma coisa para a gente pensar e poderia...? A maioria dos países pequenos não tem petróleo, e nós temos tecnologia para a gente poder ajudar.

Então, eu queria dizer aos empresários de El Salvador que eu penso que era muito

importante que vocês, nas conversas que tiveram aqui com os empresários brasileiros, pensassem como fazer El Salvador crescer e crescer de forma duradoura. Porque não é crescer um ano e depois decrescer no outro, ou crescer... ficar como se fosse aquele negócio que faz no coração, que fica... a gente fica vendo assim... nunca tem uma linha reta. Crescimento bom é aquele que cresce que nem o coração meu, assim, pressão 11 X 7, está sempre reta, assim, a linhazinha.

El Salvador dar uma chance de crescer vários anos seguidos, e fazer isso, Mauricio, com uma boa política social porque... A verdade é que nós aprendemos: não adianta nada crescer só a economia se a gente não tiver coragem de repartir o resultado desse crescimento com as pessoas mais pobres. E vocês não sabem como é bom as pessoas pobres virarem classe média, porque viram consumidores. As pessoas gostam de televisão boa, gostam de geladeira boa, gostam de ter carro. Essas pessoas não sonhavam com isso. Então, a ascensão da camada mais pobre é a diminuição da violência, é a volta à escola, é o acesso ao consumo de coisas que todo mundo deveria ter e que parece que só alguns podem ter.

Então, Mauricio, eu posso te dizer o seguinte. Esse gesto do companheiro Benjamin, de trazer empresários aqui, convidar, e você convidar os seus empresários, é um gesto que para mim tem um grande significado. Eu posso te dizer, sem ser... sem querer ser profeta. Mas a relação entre El Salvador e o Brasil, e a relação entre os empresários brasileiros e os empresários salvadorenos nunca mais será a mesma. Você vai perceber que vai ter mudanças, porque eu acho que o Brasil está tendo consciência disso. Eu ouvi as palavras do discurso do Benjamin, e eu acho que essas palavras, Benjamin, deveriam ser adotadas por todo o empresariado nosso.

Quanto mais os países da América Latina crescerem, quanto mais os países africanos crescerem, quanto mais os países da América

do Sul crescerem, mais o Brasil cresce. O Brasil não tem que ter medo de ver os seus parceiros crescerem, porque vai facilitar o mundo para todos nós.

Portanto, querido Mauricio e queridos empresários salvadorenos, sejam bem-vindos a este país, e podem ficar certos de que aquilo que estiver ao meu alcance... Se o Benjamin fizesse (incompreensível) logo, eu até poderia inaugurá-lo antes de terminar o meu mandato, mas não vai fazer em apenas cinco meses, que é mais complicado. Mas, de qualquer forma, naquilo que depender de mim, podem ficar certos...

Eu disse ao companheiro Obama, um dia... quando eu fui conversar com o Obama eu falei do Maurício. O Maurício ainda não tinha ganhado as eleições em El Salvador, e eu falei: olha, Obama, preste atenção, porque vai ganhar as eleições em El Salvador um menino de boa qualidade. É porque... Não, vocês sabem, a gente aprende quando a pessoa é boa, pelos olhos. Você olha... Maurício é um extraordinário companheiro. Depois eu liguei para o Obama outra vez, dizendo para o Obama: olha, Obama, converse com o Maurício, porque nós temos que ajudar El Salvador a se transformar num país... nós temos que apagar aqueles 12 anos de guerra, sem contar o tempo de ditadura que teve lá. Nós temos que apagar, e fazer valer cada vez mais, fazer valer cada vez mais o gosto pela democracia. É o que nós estamos fazendo no Brasil, Maurício, e por isso é que eu acho que nós poderemos servir de lição, porque aqui nós exercemos a democracia vinte e quatro horas por dia.

Eu duvido que tenha um empresário neste país que diga que algum dia teve algum problema com o governo. Todos estão ganhando bastante dinheiro. Nesta semana os bancos anunciaram o seu faturamento: todos ganharam muito dinheiro. Os empresários,

médios, pequenos e grandes estão ganhando dinheiro. O trabalhador está tendo aumento real de salário. Nos meus oito anos de governo, 90% dos acordos salariais, todos, foram acima da inflação. Nós provamos que foi possível dar, em oito anos, 74% de aumento para o salário mínimo e não voltar a inflação.

Então, eu acho que... a harmonia que nós construímos aqui, eu acho que pode, pode ser olhada com carinho por El Salvador, e a gente consolidar a democracia. Eu vejo em você um companheiro da mais alta qualidade para consolidar o processo democrático em El Salvador. Por isso, meu querido, seja bem-vindo a São Paulo, à Fiesp e ao Brasil.

CERIMÔNIA EM HOMENAGEM AO DIPLOMATA VINICIUS DE MORAES

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA EM HOMENAGEM AO DIPLOMATA VINICIUS DE MORAES - PALÁCIO ITAMARATY, 16/08/2010

Se o Vinicius de Moraes estivesse aqui, ele ia pedir a palavra para dizer apenas o seguinte: não é correto, não é politicamente correto, depois das poesias maravilhosas e depois das músicas fabulosas, a gente ouvir discurso.

Como ele não está aqui e eu tenho que cumprir o cerimonial aqui, o ritual, eu quero cumprimentar o companheiro Celso Amorim, nosso ministro das Relações Exteriores, por intermédio de quem cumprimento todos os ministros que estão aqui presentes,

Quero cumprimentar o nosso querido núncio apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri, por meio do qual saúdo todos os demais integrantes do corpo diplomático,

Quero cumprimentar o ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal,

Quero cumprimentar os companheiros parlamentares aqui presentes,

E quero cumprimentar a Luciana de Moraes, filha de Vinicius de Moraes, por meio de quem cumprimento neto, bisneto, tataraneto e quem mais tiver da família Moraes por aí,

Eu tenho poucas palavras no meu discurso, mas, antes, eu queria dizer uma coisa. Certamente, na vida política de cada um de nós, a gente vai descobrindo aos poucos que as

pessoas que tiveram a atitude de um dia propor a cassação da carreira do diplomata Vinicius de Moraes, certamente, não serão lembrados pela história e, certamente, ninguém está ou estará, amanhã, sentindo falta dessa gente, que agia como se não enxergasse, mesmo tendo os dois olhos bons.

Possivelmente, quem teve a atitude de propor a cassação do Vinicius de Moraes não tivesse lido o poema “O Operário em Construção”, porque se ele tivesse lido, tal como o operário, ele teria aprendido a dizer não e não teria cumprido a aberração que foi colocar fim à carreira diplomática do Vinicius de Moraes.

O que nós estamos fazendo aqui é quase que um processo de reparação. Eu tenho dito aos meus companheiros de governo, tenho dito em muitos debates de que eu participo, muitos comícios, muitos atos públicos que, muitas vezes, no Brasil, nós cometemos um equívoco. É que a gente esquece as pessoas de que a gente gosta, a gente deixa de exaltar as pessoas que a gente... que foram vítimas do período de autoritarismo, e a gente fica preocupado com quem prendeu, com quem matou, com quem torturou quando, na verdade, a gente vai, aos poucos, esquecendo de transformar os nossos

heróis em heróis, porque nós não falamos deles. Nem todos tiveram a competência do Vinicius de Moraes, nem todos. Acho que, se todos tivessem tido a chance que o Vinicius teve... Chance coisíssima nenhuma, porque, na política, no meu caso, quando as coisas dão certo falam que eu tenho sorte, e eu estou dizendo chance. Não, na verdade, não é chance. É que o Vinicius era um ser superior, e um ser superior, mesmo cassado, continua crescendo.

Eu, quando assisti ao filme do Vinicius de Moraes, eu confesso que eu morri de inveja. Nunca pude ter a mínima ideia de que era possível um ser humano saber viver como Vinicius sabia viver. Eu sinto inveja de nunca ter sido convidado a uma tal de uma casa aberta, que ficava em Petrópolis, e que as pessoas iam para beber, para cantar. Eu não tenho hoje nenhum amigo que tenha uma casa aberta. Todos eles botam portão cada vez maior, com cadeado cada vez maior, com segurança na porta, ou seja, as pessoas já não têm mais a grandeza de oferecer um trago como dom de conquistar e não de embriagar as pessoas.

Eu... Depois eu vi muita gente, o Chico, eu não posso falar tudo o que ouvi falando do Vinicius de Moraes, mas eu acho que aquele filme do Vinicius, ô Juca, ele precisaria ser visto por mais gente. Quem sabe, criar a semana de Vinicius ou o mês de Vinicius nas escolas, porque eu acho que aquilo mudaria um pouco o jeito individual que nós estamos vivendo. Vocês estão percebendo que nós estamos vivendo em um mundo cada vez mais cercado por muros, cada vez mais cercado por segurança, cada vez mais cercado de medo, cada vez mais apavorado. A gente vai virando classe média, já não recebe os parentes mais pobres, vai ficando rico, já não recebe mais os parentes de classe média, a gente vai se distanciando.

E esse negócio dos Moraes, e esse negócio dos Buarque têm um dom de verdade. Eu tive

o prazer de visitar a minha querida Maria Amélia quando ela completou cem anos de idade. E lá tinha tanta gente boa, tanta gente... Sabe quando a gente olha na cara e fala: “essa pessoa é boa”, essa pessoa está a fim de te oferecer alguma coisa, não está a fim de pedir nada? Essa pessoa não é chata, porque um dia... Eu acho que o Vinicius tinha um dom que eu gostaria de ter, aos 64 anos, quem sabe Deus ainda me dê um pedacinho, de saber escolher pessoas boas para conviver, e não viver com gente chata. Como seria extraordinário se a gente pudesse fazer isso. Ter, na porta da casa da gente, uma placa: “Eu só vou receber quem eu gosto, quem é alegre, quem vem aqui para falar bem de alguém. Quem vem aqui para falar que a vida não está boa, se é azedo, chorar... não dá certo”. E eu acho que o Vinicius representou isso, o filme demonstrava. E quando ele estava chateado, nada como tomar um gole do “cachorro engarrafado” para poder esquecer as mágoas.

Eu acho que o Vinicius foi uma pessoa, eu diria, sublime. Eu não tive a chance de conhecê-lo muito, mas, quando vocês forem ver as fotos – tem uma foto que a família me mandou, de 1979... Hoje é fácil você vir aqui e ler “O Operário em Construção”, mas, naquele tempo, na praça [da] Matriz, lá em São Bernardo do Campo, na frente do Paço Municipal, era complicado, era muito complicado. E quando nós convidamos o Vinicius para ir lá, a gente não tinha certeza se ele ia. Era um 1º de maio em que eu estava afastado do Sindicato, eu já tinha sido cassado.

E não é que o baixinho foi? Foi, e lá o Dom Cláudio Hummes, que era o nosso bispo da diocese de Santo André, o nosso companheiro, muito companheiro – hoje está vivendo em Roma, trabalhando no Vaticano – e nós pedimos para que o Vinicius falasse do seu poema, “O Operário em Construção”. E depois fomos para o estádio, que estava

lotado, e era um momento de muita tensão.

Então, eu queria dizer para vocês que, mesmo vivendo democraticamente, a gente tem que reconhecer que o Brasil vive o seu mais longínquo período de democracia contínua, e a gente pensa que é muito tempo. Se a gente pegar a eleição de Tancredo, faz 25 anos; se a gente pegar a promulgação da Constituição, faz apenas 22 anos de democracia contínua. É o período mais longo da história do nosso país. Isso, apenas para a gente ter ideia de como nós vivemos pouca democracia neste país.

Graças a Deus as coisas mudaram, e mudaram tanto que a gente pode aqui estar, eu diria, recuperando, para a sociedade brasileira, o grande... não o grande compositor, o grande intelectual, como dizia o Antônio Cândido, se ele estivesse aqui. O Antônio Cândido dizia: “O Vinicius, certamente, é uma das maiores expressões da literatura brasileira do século XX”. Ou seja, nós estamos aqui devolvendo... Ele está lá em cima. Com aquela cara de malandro que ele tinha, certamente ele está lá em cima.

Eu torci... Você sabe que eu tenho sempre a esperança de que lá em cima tem um mundo melhor. Eu sou cristão, então eu não choro muito a morte, não lamento muito, porque dizem que lá em cima tem um mundo melhor. Então, o Vinicius deve estar lá olhando, agora. Viu a neta cantar, está vendo as homenagens, está vendo o discurso chato do Presidente. Mas uma coisa ele tem que saber: eu, Vinicius, tenho inveja de não ter podido gozar da tua amizade como outros gozaram. Porque eu não acredito que neste país, em algum momento, teve um ser humano, teve um homem que conseguisse viver a vida com a dimensão que o nosso Vinicius de Moraes viveu.

Portanto, não precisa, Vinicius, dizer obrigado. É nossa obrigação. Isso poderia ter sido feito antes, mas não foi feito. Mas antes tarde do que nunca.

Que Deus continue te guardando. E um grande abraço à família. E, Celso, parabéns. Parabéns, porque você aprendeu a dizer “sim” no caso da absolvição da condenação política ao Vinicius de Moraes. Boa sorte!

VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHÁ

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHA - PALÁCIO ITAMARATY, 25/08/2010

Excelentíssimo senhor Malam Bacai Sanhá, presidente da República de Guiné-Bissau, e senhora Mariama Mané Sanhá,

Senhor Adelino Mano, ministro dos Negócios Estrangeiros, por intermédio de quem cumprimento os demais membros da delegação guineense,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, por meio de quem cumprimento também todos os ministros brasileiros,

Senhores embaixadores,

Empresários,

Convidados,

Primeiro, eu queria dizer ao presidente Sanhá da minha alegria de ter recebido a comenda Amílcar Cabral, esse extraordinário herói da independência africana. Muito obrigado pela medalha e fique certo de que a guardarei com muito orgulho.

Receber o presidente Bacai Sanhá em Brasília é uma oportunidade para renovar a longa tradição de amizade e de solidariedade de nossos países. Esta é a sexta visita de um presidente da Guiné-Bissau ao Brasil.

O Brasil está empenhado em ajudar o

povo guineense a consolidar sua democracia e reencontrar o caminho da prosperidade. Guiné-Bissau deu importante passo nessa direção ao realizar as eleições que escolheram Vossa Excelência para presidir os destinos do país. Confio que, sob sua liderança, esse país reafirmará sua vontade de inaugurar um novo capítulo em sua história.

Caro amigo Presidente,

Nossa parceria se inspira no herói da independência de Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, para quem “o maior desafio no caminho do desenvolvimento está em superar nossas próprias fraquezas”.

Estamos dando um exemplo concreto do alcance da cooperação Sul-Sul. Ela representa um poderoso instrumento para desenvolver plenamente o potencial de nossas sociedades e realizar o sonho de um mundo mais justo e democrático.

Com essa convicção, o Brasil se engajou na Comissão de Construção da Paz para Guiné-Bissau. Com o apoio da comunidade internacional, queremos promover a reconciliação nacional e a reabilitação econômica. Estou convencido de que este

mesmo propósito move o presidente Sanhá. Estamos determinados a ajudar o governo da Guiné-Bissau a vencer o flagelo do narcotráfico, da fome e da miséria.

No Conselho de Segurança, estamos trabalhando para que o novo escritório das Nações Unidas possa, efetivamente, apoiar o fortalecimento das instituições guineenses. Em associação com a ONU, estamos construindo o Centro de Formação das Forças de Segurança.

Novos padrões de instrução são fundamentais para garantir uma ação policial profissional e respeitosa dos direitos humanos. A Missão Técnico-Militar Brasileira vai apoiar a reestruturação das Forças Armadas. Contribuirá para o treinamento das tropas guineenses, ajudando a transformá-las em efetivos agentes da paz e transformação social. Vamos habilitá-las a desenvolver projetos de engenharia prioritários, como a reforma de quartéis, construção de pontes e cisternas de água, e também de perfuração de poços artesianos.

Senhor Presidente,

A paz tem múltiplas faces. Construí-la requer determinação e persistência, exige mais do que pôr de lado as armas. Não haverá paz verdadeira enquanto houver fome, desigualdade e desemprego.

Para apoiar os esforços do presidente Malam Bacai em combater a exclusão social, a Agência Brasileira de Cooperação e o Senai se associaram para montar o Centro de Formação Profissional em Bissau. Estamos formando os carpinteiros, eletricitas, encanadores, pedreiros e costureiros que vão, literalmente, reconstruir esse país. Já colhemos os primeiros frutos.

Cento e cinquenta ex-alunos já ingressaram no mercado de trabalho. Mais de 1.200 estudantes da Guiné-Bissau se graduaram no Brasil. Vamos continuar ajudando a qualificar

as próximas gerações de jovens dos dois lados do Atlântico.

Para isso, estamos... não vamos inaugurar ainda. Aprovamos, no Congresso Nacional, a construção uma universidade no estado do Ceará, na cidade de Redenção, onde deram os primeiros passos para a libertação dos escravos no Brasil. Uma universidade para 10 mil alunos africanos e brasileiros, a começar pelos países de língua portuguesa da África. Esperamos, quem sabe, inaugurar no ano que vem essa universidade. Não imagino lugar mais apropriado para formar profissionais nas áreas de saúde, agricultura e gestão pública. Juntos estamos emancipando nossos povos.

Essa iniciativa só frutificará se trouxermos investimentos produtivos para Guiné-Bissau. Para identificar essas novas oportunidades de negócios, o ministro Celso Amorim foi a Bissau, em outubro passado, acompanhado de expressiva delegação empresarial. Já estamos colhendo os primeiros resultados, com o forte aumento de nosso intercâmbio bilateral nos últimos anos. Mas precisamos estimular as exportações de Guiné-Bissau. A abertura da Embaixada em Brasília é um primeiro passo nessa direção.

Meu caro Presidente,

Guiné-Bissau é dotada de um rico mar territorial, mas utiliza pouco seus abundantes recursos pesqueiros por falta de infraestrutura adequada. Sua agricultura e pecuária têm um extraordinário potencial ainda inexplorado para a produção de alimentos e de biocombustíveis.

Com a ajuda dos recursos do Fundo Ibas, vamos desenvolver projetos voltados para o aproveitamento da energia solar e a produção e industrialização de alimentos. É esse também o propósito da iniciativa que avançamos, em associação com a FAO, para compartilhar a experiência da agricultura tropical brasileira com os países africanos.

Estou convencido de que a Guiné-Bissau tem todas as condições de trilhar o mesmo caminho.

Meu caro amigo Presidente, A amizade entre brasileiros e guineenses é antiga e o futuro de nossa cooperação é ainda mais promissor. Estamos unidos pela língua, pela história comum e pelo desejo de construir um mundo mais justo.

É com esse espírito de esperança que convido todos a levantarem um brinde em saudação ao presidente Malam Bacai e ao povo da Guiné-Bissau.

VISITA DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS - PALÁCIO ITAMARATY, 1º/09/2010

Excelentíssimo senhor Juan Manuel Santos, presidente da República da Colômbia,
Companheiro José Sarney, presidente do Senado Federal,

Senhora Maria Ángela Holguín, ministra de Relações Exteriores da Colômbia,

Senhores ministros da delegação da Colômbia,
Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil,

Companheiros ministros de Estado do Brasil,
Meu caro Lewandowski, ministro da Suprema Corte Federal e também da Justiça Eleitoral,

Meus amigos parlamentares,

Empresários,

Companheiros embaixadores,

Amigos e amigas

Estamos honrados com a presença do presidente Juan Manuel Santos, que escolheu o Brasil como destino de sua primeira visita ao exterior após tomar posse.

Sua presença entre nós oferece oportunidade para aprofundarmos o clima de parceria e de cooperação que sempre caracterizou o relacionamento entre Colômbia e Brasil.

Caro presidente Santos,

Presidimos dois grandes países em desenvolvimento. Estamos determinados a

colocar nossas convergências a serviço do bem-estar e da melhoria das condições de vida de nossas sociedades e da nossa região. Compartilhamos extensa fronteira comum que requer atenção prioritária.

Se no passado a Amazônia pareceu uma barreira que nos separava, hoje queremos torná-la símbolo de comunicação e intercâmbio.

O Acordo sobre residência, estudo e trabalho que assinamos vai melhorar as condições de vida das nossas populações fronteiriças. Colombianos e brasileiros de Letícia e Tabatinga poderão transitar livremente nas duas cidades, trabalhar onde quiserem e seus filhos serão aceitos em qualquer escola dos dois lados da fronteira.

Respondemos ao terrorismo e ao crime organizado por meio de uma integração que privilegia o trabalho, a saúde e a educação para todos. O acordo entre a Polícia Nacional da Colômbia e a Polícia Federal brasileira complementa os esforços de ocupação cidadã de nossas divisas, em contraposição ao tráfico de drogas e de armas e à lavagem de dinheiro.

A cooperação entre o Sena e o Senai para o estabelecimento de Centro de Formação Profissional em Letícia promoverá

oportunidades de emprego e renda das famílias na região.

Precisamos pensar conjuntamente a Amazônia. Compreender a riqueza e complexidade dos ecossistemas florestais a partir da experiência dos povos que neles vivem, para saber como explorá-los de forma sustentável. Para isso devemos fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e torná-la instrumento efetivo de ação coordenada entre os países e povos da região.

Caro amigo presidente Santos, O mundo do futuro será dividido entre países e sociedades capazes de gerar energia própria, com tecnologias adaptadas ao meio ambiente, e aqueles relegados a consumir combustível em condições insustentáveis ou de dependência externa. Tal cenário realça a importância da cooperação no campo da energia renovável.

Propomos uma aliança em matéria de cultivo, processamento e comercialização do etanol e biodiesel, com o propósito mais amplo, inclusive de ajudar outros países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina e na África.

Também podemos trabalhar juntos na área de defesa, em pesquisa e desenvolvimento na indústria aeronáutica, naval e terrestre, no projeto do avião-cargueiro da Embraer – o KC-390 – e na produção de lanchas-patrolha. Impulsionaremos dessa forma o comércio bilateral, que apresenta sinais de dinamismo crescente.

Em 2010, as exportações colombianas para o Brasil aumentaram quase 90% e caminham para quebrar o recorde de 2008, de US\$ 830 milhões. É importante consolidar essa expansão e fazer de nossa balança comercial motor do crescimento recíproco.

Medidas inovadoras, como o sistema de pagamentos em moeda local, favorecerão esse projeto, tornando nosso intercâmbio mais ágil e barato.

A conclusão do acordo para o comércio de serviços entre o Mercosul e a Colômbia aumentará a complementaridade de nossas economias e estimulará novos investimentos nos dois sentidos.

Queremos fortalecer a associação da Colômbia com o Brasil e ampliar sua integração na América do Sul.

Os países da região têm com esta grande nação convergências e potencialidades comuns. Somos detentores de megabiodiversidade, possuímos sociedades multiétnicas, riqueza cultural e econômica forte e diversificada.

A Colômbia é o terceiro PIB da região, tem a segunda maior população e é o quarto maior território da América do Sul.

Nossa atuação conjunta nos foros regionais é vital para o encaminhamento das questões de interesse comum, inclusive no âmbito da Unasul, com respeito à soberania e à pluralidade de pontos de vista.

Os Conselhos de Defesa e de Combate ao Narcotráfico são dois exemplos de mecanismos de cooperação regional em áreas fundamentais.

Amigo Presidente,

Nada justifica o terrorismo como instrumento de luta política. Não somos mais uma região de conflitos, de revolta e de censura. O Brasil é solidário com o povo colombiano em sua luta pela paz, contra a violência.

Cabe a nós fazer da América do Sul uma comunidade de nações dispostas a coordenar ações para que todos possam viver, prosperar em liberdade.

Vivemos, nos últimos anos... tempos, a retomada do desenvolvimento com estabilidade crescente, inclusão social e aprofundamento da democracia. Buscamos uma presença soberana de nossa região no mundo cada vez mais multipolar. Mas nossa região jamais estará solidamente integrada se não nos sentirmos partes desse projeto comum.

Senhor Presidente,

Sua visita é o início de uma nova caminhada conjunta de dois povos vizinhos e amigos, decididos a transformar em atos concretos o ideal de cooperação que nos anima.

Nesse espírito, peço a todos os presentes que levantem sua taça em um brinde à crescente prosperidade da nação colombiana, ao fortalecimento das relações bilaterais e à saúde do presidente Santos.

COMEMORAÇÃO AO DIA DA PÁTRIA

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AOS BRASILEIROS NO EXTERIOR, POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO AO DIA DA PÁTRIA – BRASÍLIA, 07/09/2010

Há oito anos, quando ainda era candidato à Presidência da República, redigi a ‘Carta aos brasileiros que vivem longe de casa’. Ao comemorarmos, hoje, nossa Data Nacional, estou feliz em constatar que os compromissos então assumidos foram plenamente cumpridos. De um lado, buscamos assegurar condições de vida digna no Brasil com a criação de milhões de novos postos de trabalho e, de outro, criamos normas e desenvolvemos projetos concretos em benefício dos que decidiram viver no exterior.

Criamos no Itamaraty uma unidade para implementar ações para oferecer atendimento adequado aos emigrados brasileiros. Com isso, foi possível fortalecer os Conselhos de Cidadãos no exterior, implantar programas de regularização migratória na América do Sul e assinar acordos previdenciários com grande número de países. No Japão, inauguramos a Casa do Trabalhador Brasileiro em caráter experimental e lançamos projeto-piloto para permitir saque do FGTS. Melhoramos o atendimento aos brasileiros no exterior com a informatização e a reforma do sistema consular, inclusive para a prestação de serviços nas áreas de educação, previdência, trabalho, saúde e cultura.

Essas ações derivam também de processo de consulta permanente que estabelecemos com nossas comunidades no exterior. Abrimos diferentes canais de comunicação direta, como o Portal Consular, o Portal das Comunidades, e a Ouvidoria Consular, que recebe todo tipo de sugestões e críticas para aprimorarmos o serviço. Mais importante, lançamos o processo das ‘Conferências Brasileiros no Mundo’ e, em junho passado, promulguei o Decreto nº. 7214, que estabelece diretrizes para uma política governamental voltada aos brasileiros no exterior. Com ele foi instituída a ‘Ata Consolidada’ de reivindicações da comunidade e criado um Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior.

Esses representantes, eleitos pelas próprias comunidades no exterior, tomarão posse em dezembro, no Rio de Janeiro, por ocasião da III Conferência Brasileiros no Mundo. Estou certo de que, com a sua colaboração, o trabalho da Conferência adquirirá maior eficácia e dinamismo, com melhor articulação em defesa dos direitos dos brasileiros que vivem fora do país. Saúdo a todos e manifesto a certeza de que a cada ano teremos motivos para celebrar avanços

e para nos orgulhar, seja aqui ou no exterior, deste Dia, que é o dia de todos os brasileiros. Nesse momento de celebração não posso deixar de registrar um pensamento por aqueles que deixaram suas vidas ou têm vivenciado situações de penúria na busca de realizações pessoais em outros países.

Estamos construindo um país de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil os espera de volta.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINA DE RECONSTRUÇÃO DO HAITI

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERINA DE RECONSTRUÇÃO DO HAITI – NOVA YORK, 20/09/2010

Original em inglês

“I commend the Co-Chairs of the Interim Haiti Reconstruction Commission – Prime-Minister Bellerive and President Clinton – for convening this extraordinary meeting. It is very important to keep the high level of attention. I could not think of a better way to start this week of intense contacts in New York.

Six months ago, in the International Donor’s Conference held at the UN headquarters, our proclamations of goodwill were matched by concrete pledges, with a renewed emphasis on reconstruction and long-term development.

As a response to the 12 January earthquake, Brazil has pledged more than US\$ 340 million in humanitarian assistance and the reconstruction process. This figure does not include almost US\$ 280 million in contributions to MINUSTAH since 2004. Brazil was the first and is still to date the major contributor to the Haiti Reconstruction Fund. Of course, we would be very glad to be surpassed soon. In this light, we are ready to play a stronger role in the Commission’s Secretariat.

This Interim Haiti Reconstruction Commission has made an important

contribution to provide support and coherence to our collective efforts. It must never be forgotten that, for this Commission to succeed, the Haitian Government must play the leading role. Haiti is a sovereign country, not a collection of projects.

President Clinton mentioned today the importance of energy issues. As a response to a request of President Préval to President Lula, Brazil has financed the technical study on the construction of the Artibonite hydroelectric dam. This project – already approved by the Interim Commission – will supply energy to 1 million Haitian citizens, bring irrigation to local producers and employment opportunities. Brazil is looking forward to partnerships to build Artibonite dam. Brazil’s US\$ 40 million paid to the Reconstruction Fund could serve as the downpayment to this end.

Besides our contribution to the emergency aid and reconstruction, Brazil currently develops more than 30 projects either bilaterally or in partnership with third countries or international institutions in areas such as agriculture, food security, health, education and institutional strengthening. I would like to highlight our trilateral health

program with Cuba and also the fact that Brazil will soon receive 500 Haitian students in our universities.

Even before the earthquake, the situation in Haiti had mobilized efforts of many developing countries, such as the India-Brazil-South Africa Forum cash for work project in Carrefour-Feuilles (which received a prize yesterday) and the decision by the Union of South American Nations – UNASUL – to cooperate with the Haitian government.

The reconstruction process will only progress at the necessary pace in a context of political stability and institutional consolidation. We praise President Préval and the Haitian Government for their efforts to ensure that the November elections take place in accordance with the Haitian Constitution. Brazil has always praised the role played by CARICOM in lending regional legitimacy throughout this process.

MINUSTAH has to keep playing a supportive role. It is a matter of conventional wisdom that only after the second successive election democracy may be considered consolidated. In our view, MINUSTAH's level of engagement should remain unaltered way well into the next President's term.

One word about the private sector. Several Brazilian companies are interested – or are already operating – in Haiti (in sectors such as construction and bioenergy). I wish to highlight the disposition of the Brazilian textile industry to invest in Haiti, benefitting from the US legislation HOPE II. On a very pioneering gesture for a developing country, and with the approval of our MERCOSUL partner, we have offered reciprocity for US firms wishing to export to Brazil”.

65ª SESSÃO ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 65ª SESSÃO ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 23/09/2010

Senhor Presidente da Assembleia Geral,
Joseph Deiss,

Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e Senhores,

É grande a honra de subir a esta tribuna e falar em nome do povo e do Governo brasileiros. Trago a saudação do Presidente Lula. Dentro de poucos dias, mais de 130 milhões de brasileiros comparecerão às urnas e escreverão mais um importante capítulo da nossa democracia.

Ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula, o Brasil mudou. Crescimento econômico sustentado, estabilidade financeira, inclusão social e a plena vigência da democracia conviveram e se reforçaram mutuamente.

Mais de vinte milhões de brasileiros saíram da pobreza e outros tantos da pobreza extrema. Quase trinta milhões de pessoas ingressaram na classe média.

Políticas públicas firmes e transparentes reduziram as desigualdades de renda, de acesso e de oportunidades. Milhões de brasileiros conquistaram dignidade e cidadania. O mercado interno fortalecido nos preservou dos piores efeitos da crise mundial desencadeada

pela ciranda financeira nos países mais ricos do Planeta.

O Brasil orgulha-se de já ter cumprido quase todas as metas e de estar a caminho de alcançar, em 2015, todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A incapacidade de um país, de qualquer país, de alcançar essas metas deve ser encarada como um fracasso de toda a comunidade internacional. A promoção do desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva.

O Brasil vem se empenhando em ajudar outros países a replicar experiências bem sucedidas.

Nesses últimos anos, o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido de solidariedade. Temos a convicção de que é possível fazer política externa com humanismo, sem perder de vista o interesse nacional.

Essa política é amparada por iniciativas de cooperação Sul-Sul. O Fundo de Alívio à Pobreza do IBAS, foro que congrega Índia, Brasil e África do Sul, financia projetos no Haiti, Guiné Bissau, Cabo Verde, Palestina, Camboja, Burundi, Laos e Serra Leoa.

O Brasil aumentou substancialmente sua ajuda humanitária e multiplicou os projetos de cooperação com países mais pobres.

A África ocupa um lugar muito especial na diplomacia brasileira. Desde a sua posse,

o Presidente Lula foi à África onze vezes. Visitou mais de duas dezenas de países.

Implantamos um escritório de pesquisas agrícolas em Gana; uma fazenda-modelo de algodão no Mali; uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais em Moçambique; e centros de formação profissional em cinco países africanos.

Com comércio e investimento, estamos ajudando o continente africano a desenvolver sua enorme potencialidade e a diminuir sua dependência de uns poucos centros de poder político e econômico.

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo no que tange às forças armadas.

Neste ano, em que um número significativo de países africanos comemora cinquenta anos de descolonização, o Brasil renova seu compromisso com uma África independente, próspera, justa e democrática.

Em poucas situações a solidariedade internacional é tão necessária quanto no Haiti.

Juntamo-nos à ONU no luto pela tragédia que ceifou centenas de milhares de vidas haitianas. Nós mesmos perdemos brasileiros de grande valor, como a Dra. Zilda Arns – uma mulher que dedicou sua vida aos pobres, especialmente às crianças –, Luiz Carlos da Costa, Chefe-Adjunto da MINUSTAH, além de dezoito de nossos militares.

Queremos expressar nossa compaixão pelo sofrimento do povo haitiano e, acima de tudo, nossa admiração pelo estoicismo e coragem com que tem sabido enfrentar a adversidade.

Os haitianos sabem que podem contar com

o Brasil, não só para a manutenção da ordem e a defesa da democracia, mas também para o seu desenvolvimento. Estamos realizando o que prometemos e estamos vigilantes para que os compromissos da comunidade internacional não se esgotem em manifestações retóricas.

Nos últimos anos, o Governo brasileiro investiu muito na integração e na paz da América do Sul. Fortalecemos nossa parceria estratégica com a Argentina. Aprofundamos o Mercosul, inclusive com mecanismos financeiros únicos entre países em desenvolvimento.

A fundação da UNASUL - União de Nações Sul-americanas – teve como objetivo consolidar uma genuína zona de paz e de prosperidade. A UNASUL já demonstrou seu valor na promoção do entendimento e da solução pacífica de conflitos entre países sul-americanos e no interior desses países. A UNASUL tornou ainda menos justificável qualquer tipo de ingerência externa.

Com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, lançada na Bahia e confirmada em Cancún, reafirmamos a vontade regional de ampliar para a América Central e Caribe o espírito integracionista que anima os sul-americanos.

O Brasil reitera seu repúdio – que é de todos os latino-americanos e caribenhos – ao ilegítimo bloqueio a Cuba, cujo único resultado tem sido o de prejudicar milhões de cubanos em sua luta pelo desenvolvimento.

Condenamos retrocessos antidemocráticos, como o golpe de Estado em Honduras. O regresso do ex-Presidente Zelaya sem ameaças à sua liberdade é indispensável para a normalização plena das relações de Honduras com o conjunto da região.

Quando o Presidente Lula subiu a esta tribuna pela primeira vez, em 2003, o mundo vivia sob a sombra da invasão do Iraque.

Esperamos que tenhamos aprendido as

lições daquele episódio. É preciso rejeitar a fé cega em relatórios de inteligência feitos sob medida para justificar objetivos políticos. É preciso banir, de uma vez por todas, o uso da força sem amparo no Direito Internacional. Mais do que isso: é fundamental valorizar o diálogo e as soluções pacíficas para as controvérsias.

Para alcançarmos um mundo verdadeiramente seguro, é preciso que seja cumprida a promessa da eliminação total das armas nucleares. Cortes unilaterais são bem-vindos, mas insuficientes, sobretudo quando ocorrem em paralelo à modernização dos arsenais atômicos.

Como o Presidente Lula costuma dizer, o multilateralismo é a face internacional da democracia. E a ONU deve ser o principal centro de decisões para a política internacional.

As mudanças que se têm operado no mundo ao longo das últimas décadas e a sucessão de crises que temos vivido no que toca à segurança alimentar, à mudança do clima, ao campo econômico e financeiro, e às áreas de paz e segurança tornam urgente redefinir as regras que organizam o convívio internacional.

A crise financeira de 2008 precipitou mudanças na governança econômica global. O G-20 tomou o lugar do G-8 como principal foro de deliberação sobre temas econômicos.

O G-20 significou uma evolução. Mas o Grupo deve sofrer ajustes, por exemplo, para garantir maior presença africana. O G-20 só preservará sua relevância e legitimidade se souber manter diálogo franco e permanente com o conjunto das nações representadas nesta Assembleia Geral.

No auge da crise, conseguimos evitar o pior: um surto protecionista descontrolado, que teria lançado o mundo em uma depressão profunda. Mas os países desenvolvidos não têm demonstrado o necessário compromisso

com a estabilidade econômica global. Continuam privilegiando uma lógica baseada em interesses paroquiais.

Em nenhuma outra área isso é tão evidente quanto na Rodada Doha da OMC. Uma solução equilibrada desse processo, que se estende por quase dez anos, favoreceria, com o fim dos subsídios distorcivos e das barreiras protecionistas, a expansão econômica e o desenvolvimento nos países mais pobres. Afinal, são estes as principais vítimas da visão estreita e mesquinha que ainda prevalece em relação ao comércio internacional.

Na área financeira, as reformas tampouco foram suficientes. Resistências injustificadas impedem que mudanças já acordadas sejam concretizadas. A obstinação em manter privilégios anacrônicos perpetua e aprofunda a falta de legitimidade das instituições.

Outro grande desafio é o de alcançar um acordo global, abrangente e ambicioso sobre a mudança do clima.

Para avançar nessa matéria, é preciso que os países deixem de se esconder uns atrás dos outros. O Brasil, como outros países em desenvolvimento, fez a sua parte. Mas, em Copenhague, várias delegações, sobretudo do mundo rico, procuraram justificativas para se esquivarem de suas obrigações morais e políticas. Esqueceram-se de que com a natureza não se negocia.

Um resultado positivo na COP-16, com progressos reais em florestas, financiamento para adaptação e mitigação e a reafirmação dos compromissos de Quioto, é imprescindível. A presidência mexicana pode contar com o engajamento do Brasil.

Em 2012, organizaremos no Rio de Janeiro a Rio+20. Em nome do Governo brasileiro, renovo o convite a todos, para realizarmos a promessa de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Senhor Presidente,

A reforma da governança global ainda não alcançou o campo da paz e da segurança internacionais. Nas esferas econômica e ambiental as nações mais ricas já compreenderam que não podem prescindir da cooperação dos países pobres e dos emergentes. Mas, quando se trata de assuntos da guerra e da paz, as potências tradicionais relutam em compartilhar o poder.

O Conselho de Segurança deve ser reformado, de modo a incluir maior participação dos países em desenvolvimento, inclusive entre seus membros permanentes.

Não é possível continuar com métodos de trabalho pouco transparentes, que permitem aos membros permanentes discutirem, a portas fechadas e pelo tempo que desejarem, assuntos que interessam a toda a Humanidade.

O Brasil tem procurado corresponder ao que se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo não-permanente, que é contribuir para a paz. Por essa razão, nos empenhamos em encontrar um instrumento que pudesse representar avanço para a solução do dossiê nuclear iraniano.

Ao fazê-lo, nos baseamos em propostas apresentadas como “oportunidade ímpar” para criar confiança entre as partes. A Declaração de Teerã de 17 de maio, firmada por Brasil, Turquia e Irã, removeu obstáculos que, segundo os próprios autores daquelas propostas, impediam que se chegasse a um acordo.

A Declaração de Teerã não esgota a matéria. Nem foi essa a intenção. Estamos convictos de que, uma vez de volta à mesa de negociações, as partes encontrarão formas de resolver outros problemas, como o enriquecimento a 20% e o estoque de urânio enriquecido acumulado desde outubro de 2009.

A despeito das sanções, ainda temos esperança de que a lógica do diálogo e do entendimento prevaleça.

O mundo não pode se permitir o risco de

um novo conflito como o do Iraque. Por isso temos insistido com o Governo do Irã que mantenha uma atitude flexível e de abertura às negociações. É preciso que todos os envolvidos revelem essa disposição.

Seguimos com atenção os desdobramentos no processo de paz no Oriente Médio. Esperamos que o diálogo direto entre palestinos e israelenses, lançado no início deste mês, leve a avanços concretos, que resultem na criação de um Estado Palestino nas fronteiras anteriores a 1967. Um Estado que assegure ao povo palestino uma vida digna, coexistindo, lado a lado e pacificamente, com o Estado de Israel.

Mas não é a forma do diálogo que determinará se haverá resultados. O que importa é o ânimo das partes de chegar a uma paz justa e duradoura. Isto será mais fácil com o envolvimento de todos os interessados.

O congelamento de construções em assentamentos nos territórios ocupados, o levantamento do bloqueio à Faixa de Gaza e o fim de ataques a populações civis são elementos fundamentais neste processo.

Na visita que fez a Israel, à Palestina e à Jordânia, em março, o Presidente Lula discutiu esses temas com governantes e com representantes da sociedade civil. Recebemos em Brasília, com frequência, dirigentes de diversos países da região, que buscam apoio para a solução dos problemas que os afligem há tantas décadas e que não têm sido resolvidos pelos meios e atores tradicionais.

O Brasil, que tem cerca de dez milhões de descendentes de árabes e uma comunidade judaica convivendo em harmonia, não se furtará a dar sua contribuição para a Paz a que todos anseiam.

Temos um compromisso inabalável com a promoção dos Direitos Humanos.

Favorecemos um tratamento não-seletivo, objetivo e multilateral dos direitos

humanos. Um tratamento sem politização ou parcialidade, em que todos – ricos ou pobres, poderosos ou fracos – estejam sujeitos ao mesmo escrutínio.

Na nossa visão, o diálogo e a cooperação são mais efetivos para assegurar o exercício dos Direitos Humanos do que a arrogância baseada em uma suposta superioridade moral auto-conferida.

Senhor Presidente,

Nos oito anos do Governo Lula, o Brasil desenvolveu uma diplomacia independente, sem subserviências e respeitosa de seus vizinhos e parceiros. Uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade.

Assim como o Brasil mudou, e continuará a mudar, o mundo se está transformando. É preciso aprofundar e acelerar essas mudanças.

Com os avanços tecnológicos e a riqueza acumulada, não há mais lugar para a fome, a pobreza e as epidemias que podem ser evitadas. Não podemos mais conviver com a discriminação, a injustiça e o autoritarismo. Temos que enfrentar os desafios do desarmamento nuclear, do desenvolvimento sustentável e de um comércio mais livre e mais justo.

Estejam certos: o Brasil continuará lutando para fazer desses ideais uma realidade.

Muito obrigado.

CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

**DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA CÚPULA DE CHEFES
DE ESTADO E DE GOVERNO DO CONSELHO DE SEGURANÇA
DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 23/09/2010**

Tema do Painel: “Ensuring the Security Council an Effective Role in the Maintenance of International Peace and Security”

(Original em ingles)

President Abdullah Gül, of the Republic of Turkey,

Mr. Secretary-General,

Ladies and Gentlemen,

I would like to congratulate President Gül on his initiative to hold this high-level meeting.

Sixty five years ago, the United Nations was founded to prevent another war of great proportions. For many, however, real peace has never come about. Millions still live in a world where conflict and poverty nurture each other.

International efforts to promote stability have been hindered by a narrow view, in which peace was only seen as the absence of armed conflict.

Today it is clear that peace, security, development, human rights and the rule of law are interrelated. Peace can never flourish where there is hunger and poverty.

As much as an “exit strategy”, peacekeeping operations must have a “strategy

of sustainability”. A strategy that would deliver the real dividends of peace - stability, development and strong national institutions.

Peacekeeping and peacebuilding should, to the extent possible, go hand in hand.

Let me be clear: we are not advocating that the Security Council be given a mandate to promote development. But, in most cases, the Security Council would benefit from the advice of the Peacebuilding Commission.

Other bodies of the UN system must also be involved. The coordination between the Security Council and ECOSOC, foreseen in Article 65 of the UN Charter, should be fully exercised.

Mr. President,

In Haiti, where Brazil is proud to have contributed to the UN-led stabilization efforts, it is clear that there will be no lasting peace if extreme poverty and deprivation are not adequately addressed.

Real stability will only prevail if the window of opportunity created by MINUSTAH is seized to strengthen institutions and to improve the living conditions of the Haitian people.

This will require a deep involvement of the different bodies dealing with economic and

social matters, as well as of the international financial institutions – all under appropriate coordination by the UN.

Guinea Bissau is another situation in which poverty and institutional instability hamper peace. The reforms needed by the country, especially of its armed forces, will require courageous decisions on the part of its authorities, but cannot dispense with substantial international cooperation.

In order to achieve these combined goals, proper attention by this Council is needed.

Similarly, coordinated peacekeeping and peacebuilding actions would also be of great value in situations such as that of the DRC.

Mr. President,

Interaction with other UN bodies and the ability to cope with complex situations are indispensable to make the Security Council more effective. But this is not enough. It needs to be more representative and legitimate. It must also make its working methods more transparent.

Security issues that concern the whole of the international community cannot be dealt with as the private domain of a limited number of powers.

Improving the effectiveness of the Security Council depends also on the role of the non-permanent members. They must fully participate in the decision-making-process. Non-permanent members can bring a diversity of views and regional experiences to the Council. It is not appropriate to call upon them only to ratify decisions already taken by the permanent members.

It is also impossible to discuss the Council's effectiveness without addressing the question of the veto. We are realistic. We are not proposing to abolish the veto. However, imaginative formulas that make its use more difficult or encourage self-restraint are necessary.

All of the measures listed above – a holistic approach to crises, the reform of the Council's composition, increasing the role of the non-permanent members, and restraining the use of the veto – should contribute to make the international community more engaged in the Council's decisions.

It is essential that all member countries feel not only bound to comply with its decisions, but also politically interested in doing so.

In other words, the effectiveness of the Council depends, to a very large extent, on the perception, by the international community, of its legitimacy and representativeness.

Thank you.

DEBATE TEMÁTICO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRA-TERRORISMO

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NO DEBATE TEMÁTICO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE CONTRA-TERRORISMO - NOVA YORK, 27/09/2010

(Original em inglês)

Mister President,

I would like to commend Minister Davutoglu and the Turkish presidency for convening this debate on terrorism.

Terrorism is a scourge that haunts our time. There are no excuses for terrorist acts, which inflict suffering and fear indiscriminately.

Brazil has always condemned terrorism in all its forms and manifestations. Our Constitution enshrines the repudiation of terrorism as a fundamental principle of our international relations. Brazil is party to all relevant international conventions and protocols against terrorism.

As a serious global threat, terrorism must be addressed from a holistic approach, with full consideration of the complexity of its root causes.

Violence and intolerance take root in an environment of longstanding social, political, economic and cultural injustices. Social and economic development - accompanied by an atmosphere of respect for the other - is the best antidote to terrorism.

In combating terrorism, Brazil has a strong preference for truly multilateral agreements

and arrangements. It is important to reinforce the UN's capacity in this field.

Brazil fully supports the United Nations Global Counter-Terrorism Strategy. We appreciate the fact that this Strategy is inspired by a comprehensive perspective.

We must guard against dangerous rhetoric and postures that fuel xenophobia and prejudice. Tolerance is key to avoid violent polarization and extremism. Initiatives such as the UN Alliance of Civilizations can have a role in this regard. Our Declaration appropriately makes reference to that.

In the 2003 Conference on combating terrorism, held here in New York, President Lula stressed that the terrorist's motivations cannot be countered only by repression. Diplomatic initiatives based on International Law are also essential.

Brazil emphasizes the urgent need to conclude the negotiations of a United Nations comprehensive counter-terrorism convention.

Special attention must be given to the relation of organized crime and the financing of terrorism.

There is also a growing concern that

terrorists might have access to weapons of mass destruction, especially to nuclear weapons. At the Nuclear Security Summit in Washington last April, President Lula reaffirmed that - without prejudice to the indispensable security measures that need to be taken - the most effective manner to reduce the risks of nuclear devices falling in the wrong hands is the total and irreversible elimination of all nuclear arsenals.

Mister President,

This Council has a unique role both in responding to and preventing terrorism. Our strongest contribution to fight terrorism would be to attain just and sustainable solutions to longstanding agenda items. Peacebuilding efforts can also help avert the spread of radicalism in countries already affected by conflicts and social strife.

Cooperation and capacity building in relation to security measures, as well as broader information sharing, are essential. I reiterate Brazil's full support to the initiatives undertaken by the Security Council committees to facilitate technical assistance to countries that request it. Brazil is ready to cooperate with other countries in this regard.

It is our common duty to prevent and combat terrorism. Counter-terrorism strategies must be predicated on the rule of law and the full protection of human rights of all involved.

The full realization of universal human rights – including the right to development – must be an integral part of all efforts to combat the terrorist threat.

For all these reasons, Brazil is fully committed to a coordinated and multidimensional response to all the challenges posed by terrorism. The UN should be at the forefront of this endeavor.

Thank you.

XXVI SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA XXVI SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL - MONTEVIDÉU, 18/10/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, nosso querido amigo José Mujica,

Excelentíssimo Senhor Presidente, em exercício, do Parlamento do Mercosul, Ignacio Mendoza Unzaín,

Senhores Vice-Presidentes,

Senhoras e Senhores Parlamentares do Mercosul,

Meus colegas Ministros,

Senhoras e Senhores,

Jovens aqui também reunidos e que são o futuro do Mercosul

É com grande satisfação que atendo o convite deste Parlamento para apresentar as prioridades da Presidência brasileira durante o corrente semestre.

Desde agosto de 2008 – data de minha vinda anterior a este Plenário –, o Mercosul passou por mudanças significativas, que reafirmaram, contra a descrença de muitos, a força e o sentido estratégico de nosso projeto comum de integração profunda e solidária.

Às vésperas do vigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Assunção, à qual tive a honra de estar presente, vivemos um momento particularmente propício para refletirmos sobre o caminho percorrido e o futuro do Mercosul.

O Presidente Lula fez da integração da América do Sul a prioridade número um da política externa brasileira. E, nesse contexto, transformou o fortalecimento do Mercosul em uma questão de honra do seu governo.

Nesses quase 8 anos desde a primeira posse do Presidente Lula, o Brasil investiu pesadamente numa nova concepção da integração regional. Uma concepção que, sem descuidar dos aspectos econômicos e comerciais, soube incorporar as dimensões políticas, sociais, culturais e, sobretudo, um agudo sentido de solidariedade, movido pela consciência de que é fundamental dar tratamento adequado às assimetrias.

Iniciativas como a instituição do FOCEM, experiência pioneira entre países em desenvolvimento, e a criação deste Parlamento, anseio de nossas sociedades democráticas, bem refletem a mudança de paradigmas e a disposição para elevarmos o perfil do nosso projeto integracionista, garantindo-lhe o justo título de motor da integração sul-americana.

Senhor Presidente Mujica,

Senhor Presidente,

Quando aqui estive em 2008, o mundo se aproximava de uma das maiores crises já vividas pelo capitalismo. Imperava a incerteza sobre o destino das economias dos principais

países desenvolvidos e sobre a capacidade de resistência dos países em desenvolvimento – em especial nesta parte do planeta, vítima de sucessivas crises tanto internas quanto externas nos anos 90 e início do século XXI.

Com políticas sociais e econômicas que robusteceram nossos mercados domésticos e com a diversificação de nossas parcerias comerciais, os nossos Estados enfrentaram a crise financeira internacional e mantiveram o dinamismo econômico que se vinha acumulando nos últimos anos.

Em 2010, nossos países crescerão, em média, 7%, segundo dados da CEPAL. O Paraguai avança para ser o campeão, com 10% de crescimento. O comércio intrabloco caminha para superar as cifras recordes de 2008. E, mais importante, tal ciclo virtuoso se dá num ambiente de manejo eficiente da macroeconomia e de contínua redução da desigualdade de renda.

Os prognósticos favoráveis para as economias do Mercosul devem estimular progressos ainda mais expressivos rumo à consolidação do projeto original de formação do mercado comum.

Deve ser motivo de orgulho para todos nós o fato de que a capa da revista britânica *The Economist* recentemente reproduziu o mapa da América do Sul numa imagem que diríamos estar de cabeça para baixo, com o título de “América do Sul não é mais quintal de ninguém”.

Nessa perspectiva, foram alvissareiros os resultados da última Cúpula, em San Juan, que meu colega, o Chanceler Timerman, relatou na sessão da manhã.

Permito-me destacar, em especial, a decisão de lançarmos efetivamente o processo de eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), passo fundamental para o fortalecimento da União Aduaneira.

Optamos por uma implementação gradual,

com a segurança e a previsibilidade desejadas por todos os Estados Partes.

Em San Juan, entre muitas outras coisas, também aprovamos o Código Aduaneiro do Mercosul. Temos agora um marco jurídico comum para harmonização de procedimentos indispensáveis ao funcionamento das trocas comerciais.

Com a saudável inveja que deve sempre existir entre parceiros e amigos, o Brasil está fazendo os melhores esforços para, como presidência de turno, e com o apoio de todos os sócios, pelo menos igualar o nível de excelência logrado pela presidência argentina. Parabéns, Ministro Timerman.

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Quando se trata de Mercosul, temos a obrigação de pensar grande. O Mercosul precisa dar mais um salto qualitativo e definir metas – a um tempo, ambiciosas e razoáveis – para avançar na conformação plena da União Aduaneira e para a criação efetiva de um Mercado Comum.

No pilar econômico-comercial, a presidência brasileira proporá um programa de consolidação da União Aduaneira que discuta as exceções à TEC e defina metas para sua eliminação gradual. Devemos avançar com flexibilidade e atenção às sensibilidades de todos os sócios.

Também queremos propor a retomada das tratativas para impulsionar o comércio de serviços no âmbito do Mercosul. Ao lado de um parque industrial dinâmico, o Mercosul conta com um setor de serviços em plena expansão. Precisamos realizar juntos o nosso potencial. O atual esquema de rodadas de negociação setor por setor esgotou suas possibilidades. Não tem cabimento que estejamos, em conjunto, discutindo com outros países ou conjunto de países (como a União Européia) um nível de liberalização que ainda não alcançamos dentro do Bloco.

Nos últimos anos, aumentou de modo

expressivo o volume de investimentos entre nossos países. Precisamos trabalhar num mecanismo que estimule ainda mais esses fluxos, com pleno respeito às escolhas soberanas de cada um.

Recuperamos a capacidade de nossos Estados para induzir e promover o desenvolvimento de nossas economias. Precisamos adaptar o Protocolo de Compras Governamentais do Mercosul aos marcos jurídicos resultantes dessa nova realidade.

Nessas várias dimensões, é fundamental nos guiarmos pelo princípio de que devemos dar aos sócios no âmbito do Mercosul tratamento substancialmente mais favorável do que aquele que, isolada ou coletivamente, estamos dispostos a conferir a terceiros países.

Em complemento à natureza intergovernamental do Mercosul, é preciso desenvolver as capacidades das unidades técnicas comunitárias, que permitirão aperfeiçoar a tomada de decisão em áreas cada vez mais especializadas.

A presidência brasileira propõe que se reintroduza na estrutura do Mercosul uma figura política que seja o seu “rosto”.

Essa personalidade, em nossa visão, deveria ter funções substantivas, propondo iniciativas sobre matérias relacionadas ao processo de integração e articulando consensos entre os Estados Partes sobre temas relevantes para o Mercosul.

A criação dessa figura poderia ser complementada pela instituição gradual de representantes especiais para áreas específicas de densidade na agenda do Mercosul, como saúde, cultura, meio ambiente e cooperação para o desenvolvimento.

Queremos aprofundar a agenda social do Mercosul. Compartilhamos muitos dos desafios ao desenvolvimento integral de nossas sociedades. Temos, assim, a responsabilidade de pensar em conjunto os meios de reforçar nossas políticas públicas.

O Instituto Social do Mercosul, que em breve entrará em funcionamento em Assunção, será o ponto focal de avaliação e formulação das políticas sociais de âmbito regional.

Neste semestre, estamos retomando a discussão sobre o Plano Estratégico de Ação Social.

O Mercosul que queremos não é apenas o Mercosul das economias ou o Mercosul dos Estados, mas também um Mercosul dos Povos.

A Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais está à frente desses esforços, nos quais deverá contar com o apoio técnico do Instituto Social do Mercosul. Trata-se de exercício de fôlego, que deverá resultar em metas mais ambiciosas do que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

A presidência *pro tempore* brasileira tem o objetivo, também, de consolidar o mais jovem pilar da integração, o da cidadania. Queremos convidar os sócios a somar esforços para implantarmos uma cidadania do Mercosul, que disponha de um mecanismo que facilite a participação social nos destinos do Bloco.

A presença hoje de tantos jovens no Parlamento do Mercosul confirma que este Parlamento é o principal veículo de divulgação da integração regional junto a nossas sociedades.

Mudanças graduais e importantes já têm ocorrido na vida de muitos dos nossos concidadãos: viagens pela América do Sul sem passaporte; maior facilidade para obtenção de residência permanente em outro país do Mercosul; prestação de serviços do outro lado da fronteira; trânsito de estudantes e docentes entre escolas e universidades dos quatro países; circulação facilitada de bens culturais.

Nossa proposta é construir um Plano de Ação para ampliar e aprofundar os elementos de uma cidadania regional nos próximos 10 anos.

Senhor Presidente,

Há pouco menos de um mês, tive a honra de chefiar a delegação brasileira à Sessão de Abertura da 65ª Assembleia-Geral das Nações Unidas. Pude testemunhar, uma vez mais, o quanto o Mercosul desperta de interesse entre parceiros das mais diversas regiões.

Como presidência *pro tempore*, o Brasil buscará dar conteúdo concreto a esses esforços de aproximação.

Nosso primeiro círculo de atuação continua a ser a América do Sul. A conclusão do processo de adesão da Venezuela é objetivo central nesse contexto. Como Estado Parte, a Venezuela dará uma vértebra à integração sul-americana, estendendo o Mercosul da Terra do Fogo ao Mar do Caribe.

Queremos seguir ampliando o comércio com nossos vizinhos, de forma equilibrada. Por isso, desejamos concluir as negociações sobre serviços com a Colômbia e sobre investimentos com o Chile. Persistiremos também nas conversações para aprofundar o acordo Mercosul – Peru.

Saudamos a decisão do Mercosul, na Cúpula de San Juan, de prorrogar as quotas para importação facilitada de produtos têxteis da Bolívia. É esta a melhor maneira de combater o comércio de produtos que não queremos em nossos países. Trata-se de importante iniciativa, por meio da qual nossos países podem contribuir para dar melhores condições ao governo boliviano no combate à produção de drogas ilícitas.

Na esteira das Cúpulas de Sauípe e de Cancun, o Mercosul deve reforçar seus vínculos com os parceiros latinoamericanos e caribenhos. Vários países centroamericanos – como Guatemala, El Salvador e Panamá – demonstraram forte disposição para explorar mecanismos de maior integração com o Mercosul. Além de ampliar mercados, estaremos contribuindo para a paz e a

estabilidade desses países-irmãos, muitos dos quais têm enfrentado situações muito difíceis.

Em abril de 2010, o Brasil sediou a primeira Cúpula com a CARICOM. O Mercosul deve avaliar modalidades para fortalecer a cooperação e o diálogo político com este importante grupo de nações, que desejam diminuir a dependência dos mercados tradicionais.

Em recente visita a Cuba, detectei genuína vontade de suas lideranças políticas de ter mais contato e intercâmbio com o Mercosul, inclusive no contexto das transformações econômicas que lá estão ocorrendo.

Com o expressivo dinamismo das economias emergentes, o Mercosul deve engajar-se ainda mais em diálogos que visem a reforçar o comércio e a cooperação Sul-Sul.

Em San Juan, assinamos o acordo de livre comércio com o Egito – objeto da apresentação desta manhã –, país de importância estratégica em temas de paz mundial e com grande mercado consumidor de produtos em que o Mercosul é altamente competitivo.

Neste semestre, o Mercosul discute com a Jordânia a evolução para um acordo de livre comércio, que esperamos firmar no final do ano.

Também estão em curso conversações com a Palestina, a Síria e o Conselho de Cooperação do Golfo.

Com a Turquia, devemos assinar em dezembro um memorando de entendimento para estabelecer mecanismo de diálogo político.

A aproximação com países em desenvolvimento não se faz em prejuízo de nossas relações com parceiros desenvolvidos.

Na última sexta-feira, concluiu-se a mais recente rodada negociadora entre o Mercosul e a União Europeia. O Mercosul deu mostras claras de disposição de concluir um acordo equilibrado e abrangente, fator de desenvolvimento para todos, com sensibilidade para as assimetrias entre os dois

lados. Novo encontro técnico deverá ocorrer em Brasília até o início de dezembro. Devo dizer que há muito tempo isso não ocorria em clima de tanto otimismo como o que se está verificando agora.

Convidei o Chanceler da Austrália a participar das reuniões do Mercosul em Foz do Iguaçu, em dezembro. Parceiros de longa data no Grupo de Cairns (de exportadores agrícolas), Mercosul e Austrália têm grande potencial para uma parceria reforçada.

Dá-nos imensa satisfação ver o dinamismo da agenda externa do Mercosul, sobretudo quando notamos o crescimento exponencial das exportações paraguaias e as diversas missões do Uruguai para expansão de mercados no Oriente Médio. Também a Argentina tem aumentado muito suas exportações para países em desenvolvimento.

Esse ativismo mostra que nossas negociações com terceiros países ajudam na progressiva redução das assimetrias e, de maneira nenhuma, se dão em detrimento da importante agenda interna de avanços da União Aduaneira.

Devemos dar mais ênfase a uma promoção comercial conjunta do Mercosul. O Brasil estará pronto a apoiar os demais sócios do Mercosul nos esforços de promoção dos nossos produtos e nossos investimentos.

Senhoras e Senhores,

Toda esta agenda perderia muito de seu sentido se nosso processo de integração não contasse com legitimidade junto a nossas sociedades.

Tal legitimidade não se constrói apenas pelo desejo dos Poderes Executivos. Precisa da transparência e do engajamento das sociedades civis. Ela se nutre dos debates que se realizam nos Parlamentos.

Este Parlamento é a caixa de ressonância por excelência da manifestação de nossas cidadanias.

Por essa razão, acreditamos ser fundamental garantir as condições para que todos os parlamentares do Mercosul, a exemplo do que já faz o Paraguai, sejam eleitos pelo voto direto.

Percorremos um longo caminho desde a criação do Parlasul em 2007 até chegarmos a um acordo sobre a proporcionalidade que tornará realidade a representação cidadã. Congratulo-me com todos os membros do Parlamento e com meus colegas Chanceleres pelo resultado alcançado na reunião extraordinária do Conselho Mercado Comum (CMC) de hoje. A decisão do CMC fortalece ainda mais esta instância insubstituível de representação da vontade popular.

Gostaria de lembrar, ainda, de outra importante vocação do Parlamento: velar pela democracia na região. O Observatório da Democracia consolidou-se como mecanismo de reafirmação do compromisso dos Estados Partes com os valores democráticos e os direitos humanos.

Os recentes episódios no Equador e, sobretudo, a rápida e eficiente reação da UNASUL demonstram que a região não tolera mais as afrontas ao poder civil legitimamente eleito. O zelo do Parlamento do Mercosul na defesa da democracia é parte essencial dessa nova história do continente.

Movidos por este espírito de solidariedade, nossos quatro países estão à frente da MINUSTAH e decidiram também permitir a concessão de preferências tarifárias para importação de têxteis produzidos no Haiti.

Convido Vossas Excelências a considerarem a possibilidade de participação na observação das eleições no Haiti em 28 de novembro. A consolidação das instituições democráticas haitianas tornou-se ainda mais importante depois do trágico terremoto de janeiro deste ano.

Senhor Presidente,

Nos seus primeiros vinte anos, o Mercosul

foi principalmente um projeto econômico e comercial. Nos próximos vinte anos, temos de aprofundar suas dimensões política, social e cultural. Devemos começar a pensar em um FOCEM cultural, para aumentar o conhecimento recíproco de nossos países. Ao mesmo tempo, devemos ampliar as condições para provar que o desenvolvimento compartilhado é mais sólido e duradouro que os projetos isolados e alimentados por falsas rivalidades. Alimentados, diga-se de passagem, por aqueles que sempre quiseram nos ver divididos para aumentar sua hegemonia.

A próxima Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, no dia 17 de dezembro, será para o Brasil carregada de simbolismo. Coincidirá virtualmente com a conclusão dos oito anos do governo do Presidente Lula, numa conjuntura francamente favorável a nossas economias e ao projeto de integração regional.

Estamos organizando os eventos da Cúpula de maneira a refletir este momento especial.

Para o Presidente Lula, que conferiu absoluta prioridade à integração da América do Sul e ao fortalecimento do Mercosul, não poderia haver ocasião mais feliz para celebrar, com seus colegas sul-americanos, os resultados alcançados em prol de uma região mais unida, próspera, justa e soberana. E, se me permitirem um testemunho pessoal, pelo meu envolvimento nesse processo desde o início, com a aproximação entre Brasil e Argentina, para mim será também um momento de grande alegria.

Muito obrigado.

VISITA DO PRESIDENTE DA ZÂMBIA, RUPIAH BANDA

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA ZÂMBIA, RUPIAH BANDA, AO BRASIL - PALÁCIO ITAMARATY, 18/11/2010

Meu caro amigo presidente da Zâmbia, Rupiah Banda,
Presidente José Sarney,
Ministro Celso Amorim,
Ministros da Zâmbia,
Ministros brasileiros,
Parlamentares,
Empresários,
Embaixadores,
Companheiros da imprensa,

É um grande prazer reencontrar em Brasília meu amigo e companheiro presidente Banda. Sob sua liderança, a Zâmbia vem consolidando importante trajetória de promoção do desenvolvimento e de estabilidade política.

Essa é a pátria de Kenneth Kaunda, cuja luta contra o colonialismo fez da Zâmbia uma referência para a África contemporânea. Essa é também a pátria da solidariedade, que deu apoio aos movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Zimbábue e África do Sul, nos movimentos de independência da África Austral.

Senhor Presidente,

Nossos países estão realizando grandes progressos na superação de uma herança histórica baseada na exclusão. Com políticas de

transferência de renda e segurança alimentar, estamos resgatando a dívida social que dificulta nossa caminhada rumo ao desenvolvimento. Em meio às turbulências da crise financeira mundial de 2008 comprovamos, na prática, que políticas públicas de incorporação econômica das massas não só funcionam, como constituem a base do crescimento sustentável.

A abertura de nossas embaixadas em Lusaca e Brasília é símbolo maior da amizade e cooperação que nos une. A presença diplomática permanente facilita a partilha de experiências e viabiliza projetos conjuntos de maior envergadura em benefício de nossas sociedades. Durante minha visita à Zâmbia, em julho deste ano, assinamos dez acordos nas áreas de educação, esportes, saúde e biocombustíveis.

O combate à Aids será sempre uma prioridade. É com essa convicção que o Brasil participa da construção de uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique. Queremos que a Zâmbia e todo o continente tenham acesso a medicamentos e ao treinamento necessário para derrotar uma pandemia que ameaça gerações de africanos.

O programa Fome Zero Zâmbia, lançado no mês passado, confere voz e vez a milhões de homens e mulheres cujas legítimas reivindicações não podem ser mais ignoradas. Entre 2002 e 2008, nosso comércio aumentou mais de dez vezes, mas ainda é muito modesto. Para que esses números continuem a crescer, o envolvimento do setor privado será fundamental. Fico particularmente feliz em notar que o empresariado compartilha o nosso entusiasmo com as perspectivas econômicas da Zâmbia. Em julho, dezenas de empresários brasileiros me acompanharam a Lusaca. Ontem, empresários zambianos e brasileiros, de diversos setores, se encontraram na Federação das Indústrias de São Paulo para discutir possibilidades de negócios.

O investimento da Vale no projeto Konkola Norte é prova de confiança no potencial mineral da Zâmbia. Realça o ambiente macroeconômico estável do país e o poder de atração que exerce sobre as grandes empresas brasileiras.

Queremos aprofundar uma parceria, com geração sustentável de renda e emprego. Estou seguro de que a Zâmbia terá papel de destaque na vanguarda da revolução dos biocombustíveis. O Brasil está pronto para transferir tecnologia de ponta. Muitas empresas consideram possível articular um mercado regional de combustíveis [biocombustíveis] no sul da África, a partir da Zâmbia, com acesso, inclusive, ao mercado europeu.

Senhor Presidente,

Na década de 60 lutávamos contra os resquícios do colonialismo. Hoje, é o déficit de legitimidade dos mecanismos de governança global que se sobressai. Temos de persistir no nosso empenho pela reforma dos mecanismos decisórios, em todos os campos.

Em um mundo interdependente, precisamos de instituições mais democráticas e soluções mais equitativas. Devemos falar com voz

comum na construção de uma ordem mundial que escute nossas aspirações de liberdade e justiça social. Urge atualizar a composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a refletir realidade do nosso século.

Unimos as vozes dos países em desenvolvimento no G-20 Comercial, por um resultado nas negociações de Doha que atenda efetivamente os interesses dos países em desenvolvimento.

Acabo de retornar da reunião do G-20, em Seul, convicto de que os países em desenvolvimento darão uma contribuição fundamental para a recuperação da economia mundial.

Verifica-se, no contexto da crise, um deslocamento do dinamismo econômico em direção ao Sul. Sabemos, no entanto, que os avanços econômicos na África exigem ambiente de paz e estabilidade.

Merece todo o nosso reconhecimento a atuação da Zâmbia em prol de sua região no âmbito da União Africana, na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e na Conferência dos Países da Região dos Grandes Lagos.

O multilateralismo e a cooperação Sul-Sul são nossos instrumentos na construção de um mundo mais justo. Foi essa a mensagem das históricas Cúpulas África – América do Sul, que realizamos na Nigéria e na Venezuela.

Caro amigo Banda,

Com grande alegria concluo meu segundo mandato recebendo a visita do Presidente de um país africano tão promissor, amigo do Brasil e que projeta um futuro de realizações e progresso. Tenho certeza de que estamos dando passos irreversíveis para forjar uma aliança cada vez mais sólida.

É com esse espírito de confiança e otimismo que proponho um brinde à felicidade pessoal de Vossa Excelência e à prosperidade do povo da Zâmbia.

GLOBAL SOUTH-SOUTH DEVELOPMENT EXPO 2010

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM POR OCASIÃO DA ABERTURA DA
“GLOBAL SOUTH-SOUTH DEVELOPMENT EXPO 2010” - GENEVRA, 22/11/2010

Discurso proferido na sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

(Original em inglês)

Ambassador Juan Somavia, Director-General of the ILO;

President Michelle Bachelet, great Latin American leader of whom we are very proud and Director of UN Women;

Mr. Yiping Zhou, Director of the Special Unit for South-South Cooperation;

Mr. Marius Fransman, Deputy Minister of South Africa.

First of all, Juan, let me tell you that I really feel at home here. Here, I was able to expose some ideas, to fight some battles, normally in favor of cooperation in general, but also of South-South cooperation and in favor of solidarity and tolerance, which I think are very important values that we should have in mind.

If I may, since this is probably my farewell - at least at this stage - from Geneva settings, and there could be no more appropriate setting than ILO, let me just mention to you that in my office, if you allow me to be a little bit personal, in my office there is a big map. Actually it is a tapestry based on a 16th century map in which what is North is at the bottom of the map and what is south is on the top of the map. And most of my visitors who come there ask why is this map

inverted? Why is it wrong? And I say: “well, it is not necessarily wrong. It is only our prejudices that make it wrong.” I mean, there was no one from Mars or from the Moon that would see the world as necessarily the north being on top and the south being at the bottom. This is purely prejudice. I just mentioned that because, probably as in relation to so many other things, in relation to South-South cooperation - and I am seeing Mr. Martin Khor here who is a very strong fighter for South-South cooperation for a long time, among other friends -, I think in so many other things, the most difficult thing is to break mental barriers. And this is true, also, in relation to South-South cooperation.

I remember - Alberto Dumont is here and I don't know if the same thing happened in Argentina - but I remember when, maybe 20, 25 years ago, we started the first steps towards MERCOSUL, many people in Brazil, including, I'd say, distinguished people would say: “why are you losing your time with poor countries? You should be dealing with the United States or with Europe. What will Argentina and Brazil do together?” I mean, you are just joining the poverty of both countries. Well, this was the embryo of MERCOSUL - which we have the pleasure and the honor of having Chile as an associate, which has grown into UNASUL in a

certain way, presided for some time by Madame Bachelet - and nobody would question the importance of MERCOSUL or UNASUL today. Actually, when we were creating UNASUL, many critics in Brazil even asked me: "why do you worry so much with South America?" And I said: "well, I worry with South America because I live here. If I lived in Europe I would worry with Europe. But I live here. So I have to worry with South America and see if it is right and see if the things are right." So, it took, maybe, a long time for people to get accustomed and maybe unfortunately - I say unfortunately because it still shows that we still have a very strong colonial mindset - it took an invitation by President Obama to have a meeting to UNASUL for people, even in our own country, to see that UNASUL was a legitimate way of organizing ourselves, without necessarily confronting other groups.

So, I mentioned this question of the mental barriers because I think if you are not able to break them you won't go anywhere. And I am very happy to be here and to speak a little bit - not much, I promise - about South South cooperation. And I am happy to say that because South South cooperation, to a large extent, has been one of the Leitmotifs of President Lula's term of office, two terms of office. Because we didn't have prejudice. And, of course, we wish to have good relations with the North. The United States continues to be a very strong and important partner. No longer the most important. The most important now is China; the second one is Argentina; but the United States still has an honorable third place which, of course, is important for us and all this happened at the same time as our exports to the United States increased. And at the same time as the United States has with Brazil its biggest surplus in the world.

So, the relations continue to be strong, we continue to receive investments from the United

States, as we receive from China and so on, and we are very happy. But we had in mind this possibility of breaking mental barriers, and we have to break mental barriers even in relation to our region, so we can imagine beyond our region, proposing a meeting between South American and Arab countries. Again, I must say, we had a great honor to see President Bachelet presiding South America for the South American Union in the meeting in Doha. [The] First meeting took place in Brazil and the second took place in Doha. Then I said, maybe with some, how should I put it, hyperbolic tendency that I have, that when we created the South American-Arab Countries Summit, we were somehow affecting the tectonic plates on which international geopolitics is based.

I will tell you just one story, just to be very quick in relation to that. When we started doing that, I remember a young lady, who was a journalist, an Egyptian journalist, who said, "but why are you trying to do this summit between South America and the Arab countries?" And I tried to explain all the past and the influence that the Arabs had in our countries, in all of our countries by the way. She was not totally convinced, but it was ok. Then, two years later, we had the first summit, and this same lady came to me and said: "why didn't you have this idea of having this summit before?"

So, you know, this shows very clearly that the biggest barriers that we have to overcome are the mental barriers. And the same thing happened in relation to Africa. So, everyone, when President Lula started his visits to Africa, again, the same question that was posed, of course on a different level, about South-American integration, it was put again: "but why is president Lula losing his time with Africa? He should go to Washington DC, or Brussels, or Paris". Of course, he would go, and he did go, also to Washington DC, Brussels and Paris, but he also went to Africa many times. And nowadays, and it may be, and

I must say, Mr. Yiping, it took the visit of Hu Jintao to Africa, for people to say “why doesn’t President Lula go more often to Africa?” But it was a difficult thing. Nowadays, Africa, if you take Africa as a single country, and I admit it is an artificial way of putting it, but it would be our fourth trading partner. After China, Argentina, and the United States. Well, Argentina depends on exports and imports; maybe it would be China, United States and Argentina. Anyway, and then it would be Africa. Again, it is breaking barriers; why am I saying that? I don’t think that South South cooperation should be only the icing of an empty cake. South South cooperation is part of an attitude, a broad attitude that has to do with trade, with investment and with politics. And as I said, and have being saying some times, not to confront the north, or not to ignore the North.

I think President Somavia very well put it that we are all on the same boat. And of course, the United States, Europe and Japan continue to be of extreme importance for us. But it was, I believe, thanks to the possibility of our better coordination. Take the trade field for example, the coordination that we started in the WTO G-20 that made us more respected. And which changed, I mean, for people who know the WTO, it changed forever, forever - I am able to say those things, maybe there will be other changes in the future - but it changed forever the pattern of the negotiations in the WTO.

I mean, I am an old hand in those things, I don’t say that with pride, necessarily. But I am an old hand on these things. I remember when there were the meetings of the Quad, and the Quad was United States, European Union, Canada and Japan. And then, during these rounds, which unfortunately we did not conclude yet - but I still hope that we will be able to conclude at some point, and I am saying we, in a general sense, in a mankind sense -, when people said for one time G- 4, which will be the equivalent of the Quad, it was United States, European Union, Brazil and

India. But Brazil and India representing by and large the G-20 and other developing countries.

So, these are sea-changes due to South-South Cooperation. So, I say that because, of course, I agree with Mr. Yipping that we should fight for solutions, solutions, solutions. But solutions, solutions, solutions cannot be sought, [or] only be seen at the micro level, they have to be seen at the broad level, at the broad picture, and we have to be happy to be dictated by an attitude in which we respect ourselves, and therefore, as president Lula likes to say, become also respected by others.

Well, I am sure there will be many seminars and fora in which our people, as well as people from other countries, will be mentioning concrete projects. We are very proud of our projects with IBSA. IBSA itself was again some sort of revolutionary thinking, because what have brought the countries of IBSA together? Well, these three big democracies, not the only ones, but three big democracies; these are multicultural societies, multiethnic, proud to be multiethnic, living in three different continents. This was an important thing and from there we develop projects in Haiti, Guinea Bissau and many others.

When it comes to our own cooperation, I don’t want to give you numbers or describe projects in detail, because I think that this would be too boring, but let me mention two projects, apart from so many others. One is the cotton farm that we are helping in Mali and the other one is the retroviral unit of medicament in Mozambique. Why do I mention these two? Because the project in Mali is linked not only to improve the quality of the cotton produced not only in Mali, but in the four countries of the so-called cotton four, which are very poor countries and I visited them and I have been there, not only project for that, but also project that is trying, in the sense of aid for trade, which people talk so much about it in the WTO, to face one of the greatest injustices,

which is the presence of strong subsidies in rich countries.

Because, very often, what happens to the cooperation that we receive from the north is that they give with one hand and they take away with the other hand. What we are trying to do here is the opposite. We are trying to fight for our rights in the WTO, at the same time enabling poorer countries, for example the countries of the C-4, to produce something that can be sold in the world market and which is essential to their own survival. And the same goes to Mozambique. In Mozambique, we are opening now - and it is very difficult, because we have to fight with our own bureaucracy, with their own bureaucracy, with international bureaucracy, with all kind of pressure that also exists - we are establishing a factory of anti-retroviral drugs, an anti-retroviral generic drugs, again it is a way of showing that we are not only fighting in abstract for rights that we will never exercise, as it might be the case, but when you fight for having the right to put life before greed in the question of patents and medicaments. We are also trying to produce them and to help people to be able to save the life of children and women and so forth.

I would like to mention a third project, if I may, and then I'll finish, because I have spoken too much. One week ago, I went to the Democratic Republic of Congo, because we made a small contribution, but big for Brazil, one million dollars for the project of violence, especially sexual violence against women, in situation of armed conflict. And why do I say that? Because all of you here, myself also in the past have been there, we are all members, or from time to time, we are members of the Human Rights Council and all of us fight for human rights. Our Ambassador here, Madam Farani Azevêdo, is now one the facilitator of some of the negotiations. But we know that, very often, at the Human Rights Council, people are not actually trying to improve the

real situation of people on the ground. They are just trying to have a diploma to put behind their desks, such as my map, to have it behind their desk to say: "I condemn such and such a country". But did you see if the situation on that country improved? Did you see if the miserable people in Haiti got a better life? Did you see if the women who have been violated during the civil conflicts in Congo are being treated? These are the real problems. I'm not saying that from time to time we shouldn't condemn or criticize some one, because that is also an encouragement to improve, but the most import thing is to establish a dialogue and to have concrete action in the field that would certainly improve life of people.

Final comment, I always had a great difficulty with these nomenclatures in international cooperation, this idea of donor and recipients, in which donors give, including not only money but they also give orders; and recipients receive some money and a lot of orders. I think we should not be donors and recipients, we should be partners; we are partners fighting for the improvement of the world. Because the way the situation goes in the Democratic Republic of Congo or in Haiti, in a way or another, will affect us. So we are buying our own peace of mind, our own certainty that no cholera epidemic will spread over the continent, and that no conflict will do to our border. So this is the way we try to see and this is the way President Lula tries to implement and thank you very much once again, Juan Somavia for bringing us together.

Thank you.

ATOS INTERNACIONAIS

Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para Concessão de Empréstimo Japonês para Promover o “Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista Fase II”. 01/07/2010. Situação especial - Ver observações

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano em El Salvador”. 02/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Reforço à Diversificação Agroprodutiva de El Salvador”. 02/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Reforço no Processo Produtivo de Cana-de-Açúcar”. 02/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Qualificação Técnica em Tecnologias Livres”. 02/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio a Criação de Marcos Legais para a Implementação da Certificação Digital”. 02/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar”. 02/07/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Equatorial relativo à Criação da Comissão Mista de Cooperação. 05/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério de Assuntos Exteriores, Cooperação

Internacional e Francofonia da República da Guiné Equatorial em Matéria de Formação e Intercâmbio de Experiências no Âmbito Diplomático e Consular. 05/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Bissau para Implementação do Projeto “Apoio para Promoção dos Direitos Humanos na Política Nacional de Educação de Guiné Bissau”. 06/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre Promoção de Comércio e de Investimentos. 06/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto do Serviço Exterior do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Quênia. 06/07/2010

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Iniciativas de REDD entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia. 07/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre Capacitação de Diplomatas no Instituto Rio Branco da República Federativa do Brasil e no “Centre of Foreign Relations” da República Unida da Tanzânia. 07/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da

República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto “Núcleo de Formação Profissional Brasil-Zâmbia”. 08/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto “Treinamento e Capacitação dos profissionais da Saúde do University Teaching Hospital”. 08/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Plano Nacional Estratégico para HIV/AIDS”. 08/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia para Implementação do Projeto “Produção de Biocombustíveis”. 08/07/2010

Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Zâmbia. 08/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Zâmbia no Campo de Segurança Alimentar e Nutricional e Assistência Humanitária. 08/07/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais. 08/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Prevenção e Controle do Câncer em Moçambique”. 16/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Implantação de Projeto Piloto de Terapia Comunitária em Moçambique, como Recurso de Promoção da Saúde”. 16/07/2010

Ata Final da 4ª Reunião da Comissão Mista Intergovernamental para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica, Técnica e Cultural entre a República Argelina Democrática e Popular e a República Federativa do Brasil. 19/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico. 19/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Pecuária Leiteira Na Argélia”. 19/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite sobre Cooperação Esportiva. 22/07/2010 Em promulgação

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite nas Áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 22/07/2010. Situação especial - Ver observações

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Incorporação de Terapias Não-Convencionais e Complementares nos Serviços de Saúde de Atenção Direta às Pessoas e Desenvolvimento de Estratégia de Saúde Mental de Base Comunitária”. 22/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Modelo de Gestão Empresarial para a Unidade Estratégica de Negócios de Produção de Energia do Instituto Costarriquenho de Eletricidade – ICE”. 22/07/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica para Implementação do Projeto “Vigilância da Saúde e Sistemas de Informação para a Vigilância”. 22/07/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura para a Criação e Operação do Centro Regional de Treinamento em Gestão do Patrimônio no Rio de Janeiro sob os Auspícios da UNESCO (Categoria 2). 26/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã na Área do Turismo. 26/07/2010

Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República das Ilhas Marshall. 27/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas para a Promoção da Cooperação Técnica Triangular em Moçambique. 28/07/2010

Acordo para o Reescalamento do Pagamento das Contribuições em Atraso junto a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – UNIDO. 28/07/2010

Acordo – Quadro de Parceria entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. 29/07/2010

Memorando de Entendimento para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica, e de Inovação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. 30/07/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca da República Oriental do Uruguai. 30/07/2010

Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação Nuclear. 03/08/2010

Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Malvinas. 03/08/2010

Declaração de San Juan. Reunião de Trabalho entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. 03/08/2010

Programa Executivo Relativo ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun para os Anos 2010 a 2013. 04/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun sobre Cooperação no Campo da Agricultura e Pecuária. 04/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estatística da Venezuela”. 06/08/2010

Ata de Compromisso entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Financiamento do Projeto de Saneamento e Desenvolvimento Integral da Bacia do Rio Tuy. 06/08/2010

Primeiro Plano de Ação Social entre Brasil – Venezuela. 06/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de Quatro Centros Técnicos Produtivos Florentinos nos Estados Bolívar, Delta Amacuro, Anzoátegui e Monagas, na Venezuela. 06/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Distrito Pólo de Desenvolvimento no Sul do Estado Bolívar, Município Gran Sabana de Venezuela. 06/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de Planos de Erradicação da Febre Aftosa. 06/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Centro Nacional de Monitoramento com Fins Agrícolas. 06/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Execução de um Sistema Nacional de Produção de Sementes de Alto Valor Estratégico. 06/08/2010

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica para Implementação do Centro de Formação Profissional Brasil – El Salvador. 09/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo

da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio a Transferência de Metodologia Brasileira do Programa Talentos do Brasil para El Salvador”. 09/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Cooperação Técnica para a Implementação e Gestão do Sistema de Proteção Social em El Salvador”. 09/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação em Boas Práticas em Ecoturismo e Turismo de Aventura para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável em El Salvador”. 09/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas Avançadas para o Beneficiamento de Sementes e Avaliação de Substratos Orgânicos Utilizados na Produção de Mudanças de Flores e Plantas Ornamentais de Cuba”. 12/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Organização e Conservação de Provas, Amostras e Materiais Documentais Relacionados com as Investigações Geológicas para o

Desenvolvimento de uma Litoteca em Cuba”. 12/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Sideromecânica de Cuba – Fase II”. 12/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Apoio à Declaração do Patrimônio Geológico e Mineiro da República de Cuba”. 12/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Apoio ao Processo de Diversificação Integral Agrícola e Industrial do Setor Açucareiro Cubano – Caprinovinocultura”. 12/08/2010

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa de Voluntários da Organização das Nações Unidas - ONU 12/08/2010

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação Técnica nas Áreas de Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas, Defesa Civil e Habitação Antissísmica. 17/08/2010

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República do Chile para a Criação de Grupo de Trabalho de Cooperação em Matéria de Desenvolvimento Social. 17/08/2010

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para a Criação de Grupo de Trabalho de Cooperação em Matéria de Saúde. 17/08/2010

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para a Criação de Grupo de Trabalho de Cooperação em Matéria de Integração Produtiva. 17/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile para a Implementação do Projeto “Acompanhamento Familiar e Ações Integradas para Famílias de Baixa Renda”. 17/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile para Implementação do Projeto “SEBRAE-SERCOTEC: Bolsa de Negócios”. 17/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado”. 20/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para

a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica de Inteligência Policial”. 20/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Pintando a Liberdade”. 20/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema de Segurança Presidencial de El Salvador – Fase II”. 20/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul na Área de Previdência Social. 24/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo do Desenvolvimento Social. 24/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado das Pescas da República da Guiné-Bissau. 25/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre Cooperação no Campo da Agricultura. 25/08/2010

Memorando de Entendimento em Matéria de Educação Superior entre o Governo

da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau. 25/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Fortalecimento e Capacitação Técnica das Instituições de Saúde para Atendimento às Mulheres e Adolescentes Vítimas de Violência Baseada em Gênero e Promoção de Saúde”. 25/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Programa de Combate ao HIV/SIDA na Guiné-Bissau. 25/08/2010

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de Setembro de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha [Nota brasileira DAI/ABC/2/ETEC BRAS RFA e Nota alemã WZ 440.81 262 2010] - Reciclagem de Geladeiras. 27/08/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implantação de Bancos de Leite Humano na Nicarágua”. 30/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha para a Realização de Atividades de Cooperação em Terceiros Países. 31/08/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis. 01/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Cultivo de Seringueiras em Zonas de Escape e de Não-Escape”. 01/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Colombo - Brasileiro”. 01/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Trabalhos de Biologia e Epidemiologia para o Controle de Monília e de Vassoura de Bruxa em Sistemas Agroflorestais com Cacau”. 01/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para Implementação do Projeto “Intercâmbio Técnico para o Fortalecimento dos Processos de Beneficiamento e Transformação de Borracha Natural na Colômbia”. 01/09/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para

Refugiados para Provimento de Assistência Humanitária. 13/09/2010

Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Universidade de Assuntos Estrangeiros da China. 14/09/2010

Programa Executivo sobre Cooperação Cultural entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia para os anos 2010-2015. 14/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia para a Implementação do Projeto “Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional da Tanzânia para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil”. 15/09/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral Ibero-Americana para a Promoção da Cooperação Técnica Trilateral em Países Membros da Comunidade Ibero-Americana e Observadores. 15/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Esportiva em Futebol”. 20/09/2010

Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República de Kiribati. 21/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil-Jamaica”. 23/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti: Segunda Fase”. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional em Defesa Civil”. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Capacitação, Modernização e Ampliação da Capacidade Operacional do Laboratório do Centro de Saúde Lucelia Bontemps, em La Plaine - Haiti”. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Capacitação para a Elaboração de Políticas Públicas de Museus por meio da Reconstrução do Museu de Arte Haitiana do Colégio de Saint-Pierre”. 29/09/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD sobre Partilha de Custos Relativos a Terceira Parte. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica para Formação de Instrutores de Táticas Defensivas: Defesa Pessoal Policial”. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Banco de Leite Humano no Haiti”. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Sistema Judiciário da República do Haiti”. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Programa de Capacitação em Reabilitação de Pessoas com Deficiência”. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes

Governamentais e Não-Governamentais do Haiti para Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência”. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Instituto Haiti-Brasil de Reabilitação de Pessoas com Deficiência”. 29/09/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Oral em Moçambique: Pesquisa em Saúde Oral - Maputo”. 05/10/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implementação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo”. 05/10/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada. 22/10/2010

Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e os Estados Federados da Micronésia. 25/10/2010

Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto “Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento” - Comunidade Econômica

Europeia – CEE. 26/10/2010

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais. 08/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique”. 09/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Centro de Tele-Saúde, da Biblioteca e do Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique”. 09/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação “Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique”. 09/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo “C” no Âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos

Assentamentos Informais do Município de Maputo”. 09/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Incremento da Capacidade de Pesquisa e de Difusão Tecnológica para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, Moçambique”. 09/11/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Democrática do Congo Relativo ao Estabelecimento de Consultas Multi-Setoriais. 11/11/2010

Memorando de Entendimento Entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Zimbábue sobre Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. 16/11/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. 18/11/2010

Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia que cria Grupo de Trabalho Encarregado de Estudar as Condições de Navegabilidade do Rio Amazonas/Solimões na Região de Fronteira. 19/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a

Implementação do Projeto “Fortalecimento do Sistema Público de Emprego na República Dominicana”. 19/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Sistema de Metrologia e Avaliação da Conformidade na República Dominicana”. 19/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Eficiência Energética nas Edificações Públicas e Comerciais”. 19/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio a Implantação de Centro de Atenção Presencial ao Cidadão”. 19/11/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação. 24/11/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Sudão sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (Especiais). 24/11/2010. Situação especial - Ver observações

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação

Técnica em Benefício de Terceiros Países.
29/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento de Capacidades em Microfinanças, de Gestão Operativa de Programas Sociais e o Apoio ao Desenvolvimento do Regional e Fronteiriço do Brasil-Peru”. 29/11/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Sistema de Observações Meteorológicas da Direção Nacional de Meteorologia (DNM)”. 03/12/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Transferência de Práticas e Metodologias em Polícia Comunitária”. 03/12/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Capacitação em Português como Língua Estrangeira Instrumental para Agentes do Governo Uruguaio – Polícia Penitenciária”. 03/12/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o

Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Uruguai”. 03/12/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento Institucional do Cctp-utu na Área de Mecânica Industrial”. 03/12/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Côte d’Ivoire para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar. 10/12/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para a Promoção da Cooperação Sul-Sul Relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar. 10/12/2010

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica Trilateral na Área de Desenvolvimento Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália. 15/12/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte. 15/12/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais”. 16/12/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa de Capacitação para o Departamento de Micologia/Bacteriologia no Suriname”. 16/12/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis. 16/12/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname”. 16/12/2010

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

**VISITA DO PRESIDENTE LULA A CABO
VERDE - ILHA DO SAL,
3 E 4 DE JULHO DE 2010
02/07/2010**

No dia 3 de julho, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará viagem oficial a Cabo Verde. Na ocasião, além de encontrar-se com o Presidente Pedro Pires, o Presidente Lula participará da primeira Cúpula entre o Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Criada em 1975, a CEDEAO é integrada por quinze países (Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo). No encontro entre os Presidentes do Brasil e de Cabo Verde, deverão ser discutidos, entre outros, temas comerciais e de cooperação bilateral, como as oportunidades de negócios que se abrem com a conclusão das negociações da dívida externa cabo-verdiana com o Brasil. As relações entre o Brasil e Cabo Verde encontram-se em momento de particular dinamismo. O comércio bilateral cresceu mais do que quatro vezes em cinco anos: passou de US\$ 8,9 milhões, em 2003, para mais de US\$ 39 milhões, em 2008, sendo particularmente intenso o fluxo comercial com os estados de Ceará e Pernambuco.

**VISITA DO PRESIDENTE LULA À GUINÉ
EQUATORIAL - MALABO,
4 E 5 DE JULHO DE 2010
02/07/2010**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita à Guiné Equatorial nos dias 4 e 5 de julho. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao país.

O Presidente Lula viaja acompanhado de delegação empresarial. As oportunidades comerciais concentram-se nos setores de gás e petróleo, infraestrutura, construção civil, máquinas e equipamentos agrícolas, material de defesa e aeronaves. A delegação empresarial terá a oportunidade de dar seguimento a contatos iniciados durante as visitas do Ministro Miguel Jorge, em junho de 2009, e do Ministro Celso Amorim, em outubro de 2009.

Durante a visita do Presidente Lula, prevê-se a assinatura de acordos de criação de Comissão Mista Brasil-Guiné Equatorial, de cooperação em defesa, de isenção de visto em passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço e de exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico.

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Guiné Equatorial foi de cerca de US\$ 302 milhões em 2009, com US\$ 45 milhões de exportações brasileiras e US\$ 257 milhões de exportações da Guiné Equatorial.

XVII ENCONTRO DO COMITÊ
DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS
MERCOSUL – UNIÃO EUROPEIA.
COMUNICADO DE IMPRENSA CONJUNTO
02/07/2010

O Mercosul e a União Europeia celebraram o XVII Encontro do Comitê de negociações comerciais birregionais para alcançar um acordo de associação.

As delegações do Mercosul e da União Europeia reuniram-se em Buenos Aires entre 29 de junho e 2 julho de 2010 para a sua primeira rodada formal de trabalho desde o anúncio do relançamento das negociações, efetuado pelos Chefes de Estado ou de Governo na última Cúpula de Madri, em 17 de maio.

O Comitê de Negociações Birregionais foi estabelecido no ano 2000 e celebrou dezesseis encontros até o ano de 2004, quando as partes decidiram realizar uma pausa nas negociações.

No decurso deste XVII CNB, as negociações foram conduzidas, por parte do MERCOSUL, pelo Embaixador Alfredo Chiaradía, Coordenador Nacional da Argentina no Grupo Mercado Comum, em exercício da Presidência Pro Tempore do MERCOSUL. A delegação da União Europeia foi chefiada por João Aguiar Machado, Diretor Geral Adjunto da Direção-Geral de Comércio da Comissão Europeia.

As conversações entre representantes de ambos os blocos incluíram os denominados três pilares da negociação: diálogo político, cooperação e comércio. Nesta último âmbito, as partes repassaram os textos e suas respectivas propostas nos diferentes temas da negociação.

Neste nível, produziu-se um frutífero intercâmbio, que permitiu acordar um ponto de partida e uma base de trabalho comum para o tratamento dos temas pendentes nos diversos capítulos do Acordo, levando-se em conta a

evolução ocorrida nos últimos seis anos.

Ambas as partes estiveram de acordo sobre a necessidade de manter um formato e cronograma de trabalho flexível, de modo a atingir os consensos necessários sobre o conteúdo do Acordo e reiteraram sua disposição de alcançar um acordo ambicioso e equilibrado.

O próximo encontro do Comitê de Negociações Birregionais será acordado através dos canais diplomáticos habituais.

Buenos Aires, 2 de julho de 2010

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO QUÊNIA - NAIRÓBI,
5 E 6 DE JULHO DE 2010
04/07/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial ao Quênia nos dias 5 e 6 de julho, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país. O Presidente Lula estará acompanhado de delegação empresarial.

O mandatário brasileiro manterá encontro com o Presidente do Quênia, Mwai Kibaki, ocasião em que serão discutidos os principais temas da agenda bilateral. Ao final do encontro, deverão ser assinados o “Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia”, o “Acordo na Área de Educação”, o “Acordo sobre Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico”, o “Memorando de Entendimento sobre Promoção de Comércio e de Investimentos” e o “Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Exterior do Quênia”.

O Presidente Lula também participará do “Diálogo Empresarial”, evento que contará com lideranças empresariais de ambos os países. Durante o Diálogo, serão discutidas as

perspectivas de ampliação dos investimentos e do intercâmbio comercial entre os dois países.

O comércio bilateral entre o Brasil e o Quênia aumentou mais de seis vezes entre 2002 e 2009, passando de US\$ 14,04 milhões para US\$ 91,19 milhões.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À GUINÉ EQUATORIAL
- MALABO, 4 E 5 DE JULHO DE 2010 -
COMUNICADO CONJUNTO
05/07/2010

A convite de Sua Excelência Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, Presidente da República da Guiné Equatorial, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, realizou visita de Estado à Guiné Equatorial, em 4 e 5 de julho de 2010, acompanhado de delegação de alto nível.

1. A convite de Sua Excelência Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, Presidente da República da Guiné Equatorial, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, realizou visita de Estado à Guiné Equatorial, em 4 e 5 de julho de 2010, acompanhado de delegação de alto nível.

2. Esta visita se insere no marco de boa vontade e compromisso expressados por ambos os Chefes de Estado, a fim de reforçar as excelentes relações de amizade e irmandade que unem os dois países.

3. Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva foi recebido, ao descer do avião no Aeroporto Internacional de Malabo, pelo Presidente da República da Guiné Equatorial, Sua Excelência Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, com presença de altas autoridades do Governo e membros do Corpo Diplomático acreditado na Guiné Equatorial.

4. Os dois Chefes de Estado procederam, dentro de uma atmosfera de amizade e cordialidade, a um exame compreensivo das vias e meios para reforçar os laços de cooperação entre a Guiné Equatorial e o Brasil. Do mesmo modo, trocaram opiniões sobre vários problemas do cenário internacional, com especial ênfase na reforma das Nações Unidas, a crise econômica mundial, as mudanças climáticas e as ameaças transnacionais que afligem à humanidade em geral.

5. Concernente às relações bilaterais, os Chefes de Estado se felicitaram pelos feitos alcançados no marco das excelentes relações de amizade e cooperação existentes entre ambos os Países e pelos resultados obtidos durante as negociações mantidas por ambas as delegações, com a identificação de importantes setores como o desenvolvimento da pesca, a agrossilvicultura, infraestrutura e obras públicas, formação de recursos humanos, tendo efetuado, nesse sentido, a assinatura de cinco (5) acordos, quais sejam:

1- Acordo Relativo à Criação da Comissão Mista de Cooperação;

2- Acordo Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço;

3- Acordo Sobre Cooperação em Matéria de Defesa;

4- Acordo Sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Perante Organizações Internacionais; e

5- Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério de Assuntos Exteriores, Cooperação Internacional e Francofonia da República da Guiné Equatorial em Matéria de Formação e Intercâmbio de Experiências no Âmbito Diplomático e Consular.

6. Ambos os dignitários expressaram satisfação em saber que os setores de cooperação acertados estão diretamente relacionados às necessidades básicas de seus respectivos povos, e estão orientados de modo a contribuir na promoção do desenvolvimento humano, social e econômico de ambos os países.

7. Além disso, expressaram o desejo de materializar a cooperação entre a Guiné Equatorial e o Brasil nas áreas supramencionadas, no espírito da Cooperação Sul-Sul, assim como a necessidade de promover a cooperação entre os setores privados de ambos os países, decidindo realizar, no prazo mais breve possível, a Primeira Sessão da Comissão Mista de Cooperação, criada nesta visita de Estado.

8. O Presidente da República da Guiné Equatorial expressou sua satisfação pelo apoio do Governo brasileiro em relação à candidatura da Guiné Equatorial como membro efetivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e depositou suas esperanças no sentido de que a República da Guiné Equatorial seja membro de tal Comunidade na próxima Cúpula, a ser realizada no próximo dia 23 de julho em Luanda, Angola.

9. O Presidente do Brasil felicitou o Governo da Guiné Equatorial pelos esforços que está realizando para sediar a Cúpula da União Africana de 2011, assim como a organização da Copa da África de Futebol (CAN), prevista para 2012.

10. No plano internacional, ambos os Chefes de Estado convieram na necessidade de apoiar as iniciativas para a prevenção e solução pacífica dos conflitos, o respeito à Carta das Nações Unidas, a independência e soberania dos Estados, assim como a não-interferência nos assuntos internos de outros países.

11. Os Chefes de Estado reafirmaram a necessidade de reforçar o papel das Nações Unidas através de, entre outros, a sua reforma

e, como uma questão prioritária, o aumento da representação de países em desenvolvimento no Conselho de Segurança, através da sua expansão nas categorias de permanente e de não-permanente com vista a torná-lo mais eficiente, legítimo e representativo de realidades contemporâneas.

12. Os dois Chefes de Estado reconheceram a importância da democracia para o desenvolvimento, e renovaram sua continuada adesão aos princípios da democracia, ao respeito aos direitos humanos, ao Estado de Direito e à boa governabilidade política e econômica no marco da formulação de suas políticas nacionais de desenvolvimento.

13. Os Chefes de Estado reafirmaram a necessidade de uma estreita colaboração na luta contra o crime internacional organizado, o terrorismo, o emprego de mercenários, a pirataria, o tráfico de drogas e de seres humanos, a lavagem de dinheiro e outros crimes transnacionais. Neste sentido, renovaram seu firme propósito de contribuir plenamente aos esforços envergados pela comunidade internacional com o fito de combatê-los e erradicá-los

14. Além disso, os dois Chefes de Estado recordaram que a turbulência financeira teve origem nos países desenvolvidos, e destacaram a importância de se evitar que as medidas adotadas por aqueles países na solução da crise acarretem custos adicionais para os países em desenvolvimento.

15. Durante sua visita à República da Guiné Equatorial, o Presidente do Brasil visitou importantes lugares e projetos de desenvolvimento de infraestrutura em execução na cidade de Malabo.

16. Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, formulou convite a seu homólogo da Guiné Equatorial para visitar seu País. Sua Excelência Teodoro Obiang Nguema

Mbasogo aceitou com satisfação realizar tal visita, cuja data de efetivação será negociada pelas vias diplomáticas tradicionais.

17. Ao final de sua visita, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, expressou seus sinceros agradecimentos a Sua Excelência Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, Presidente da República da Guiné Equatorial, pela calorosa recepção, acolhida fraternal e generosa hospitalidade, bem como às mostras de atenção que foram deferidas aos membros de sua delegação durante sua visita na República da Guiné Equatorial.

18. A composição das delegações que acompanharam os Chefes de Estado figura nos Anexos I e II.

19. Feito em Malabo, em 5 de julho de 2010, em dois originais nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO
DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA À GUINÉ
EQUATORIAL - MALABO,
4 E 5 DE JULHO DE 2010
05/07/2010

I - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ
EQUATORIAL SOBRE A ISENÇÃO
DE VISTO PARA PORTADORES DE
PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS,
OFICIAIS OU DE SERVIÇO

II - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ
EQUATORIAL SOBRE COOPERAÇÃO
EM MATÉRIA DE DEFESA

III - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ
EQUATORIAL SOBRE O EXERCÍCIO
DE ATIVIDADE REMUNERADA POR
PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL
DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR,
ADMINISTRATIVO E TÉCNICO
DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS,
REPARTIÇÕES CONSULARES E SEPERANTE
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

IV - MEMORANDO DE
ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O MINISTÉRIO DE ASSUNTOS
EXTERIORES, COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL E FRANCOFONIA DA
REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL
EM MATÉRIA DE FORMAÇÃO E
INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS NO
ÂMBITO DIPLOMÁTICO E CONSULAR

V - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ
EQUATORIAL RELATIVO À CRIAÇÃO
DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA
REPÚBLICA DA GUINÉ

05/07/2010

O Governo brasileiro expressa satisfação pela realização, em 27 de junho, de forma ordeira e transparente, do primeiro turno das eleições presidenciais na República da Guiné, cujos resultados oficiais, anunciados em 2 de julho, indicam a necessidade de realização de segundo turno.

Ao cumprimentar o povo guineense pela maneira pacífica como o pleito foi realizado, o Governo brasileiro manifesta

a expectativa de que, com as eleições, a normalidade democrática e constitucional do país seja restabelecida no mais breve prazo.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À TANZÂNIA
- DAR ES SALAM,
6 E 7 DE JULHO DE 2010
05/07/2010

A convite do Presidente Jakaya Mrisho Kikwete, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Tanzânia, nos dias 6 e 7 de julho. Será a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao país, o que consolida a nova fase do relacionamento bilateral inaugurada com a reabertura de Embaixada brasileira residente em Dar Es Salam, em agosto de 2005, e com a abertura da Embaixada tanzaniana em Brasília, em agosto de 2007.

Além de encontrar-se com o Presidente tanzaniano, o Presidente Lula visitará, como convidado de honra, a Feira Internacional de Comércio de Dar Es Salam, cuja 14ª edição se realiza este ano. Estão previstos contatos da missão empresarial brasileira com representantes do setor privado local.

Durante a visita, devem ser assinados acordos de cooperação entre academias diplomáticas e de combate ao desflorestamento, além de um memorando de entendimento sobre programa de mistura de etanol à gasolina na Tanzânia, proposto pela Petrobras. Também poderão ser assinados programas executivos sobre cultivo de mandioca e frutas tropicais e de combate ao trabalho infantil.

Desde 2003, a corrente de comércio bilateral multiplicou-se por dez. Mesmo com a crise financeira, o fluxo comercial entre o Brasil e a Tanzânia em 2009 foi recorde (US\$ 31,3 milhões), com crescimento de mais de

67% em comparação ao ano anterior. Até maio de 2010, o intercâmbio já alcançava US\$ 24,18 milhões, com superávit brasileiro de US\$ 23,72 milhões.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO QUÊNIA – NAIRÓBI,
5 E 6 DE JULHO DE 2010
06/07/2010

I- MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O INSTITUTO RIO BRANCO
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO
DO SERVIÇO EXTERIOR DO MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
REPÚBLICA DO QUÊNIA

II- MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO QUÊNIA SOBRE
PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E DE
INVESTIMENTOS

III – ACORDO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DO QUÊNIA SOBRE O EXERCÍCIO DE
ATIVIDADES REMUNERADAS POR
PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL
DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR,
ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

IV – ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO
QUÊNIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

V - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO
QUÊNIA SOBRE COOPERAÇÃO NO
SETOR DE ENERGIA

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À REPÚBLICA DA
ZÂMBIA - LUSACA,
7 E 8 DE JULHO DE 2010
07/07/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à República da Zâmbia entre os dias 7 e 8 de julho.

Na manhã do dia 8, o Presidente Lula será recebido pelo Presidente Rupiah Bwezani Banda. Em seguida, participará de encontro entre empresários brasileiros e zambianos, promovido pelo Itamaraty, e de cerimônia de assinatura de atos bilaterais nas áreas de combate ao HIV/AIDS; ensino profissionalizante; produção de biocombustíveis; trabalho remunerado de dependentes; segurança alimentar; e isenção de visto em passaportes diplomáticos e oficiais. Também deverão ser assinados instrumentos de cooperação nas áreas de educação e esporte.

O Brasil e a Zâmbia mantêm relações diplomáticas desde 1970, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil em Lusaca. Após o seu fechamento no final de 1996, a Embaixada foi reaberta em 2007. A Zâmbia estabeleceu Embaixada residente em Brasília em 2006 – única Embaixada zambiana na América Latina. Em agosto de 2008, os dois países celebraram a I Reunião da Comissão Mista bilateral. Em outubro do mesmo ano, o Ministro Celso Amorim fez visita oficial a Lusaca.

Em 2010, entrou em vigor o Acordo de Cooperação Técnica, que deverá conferir novo impulso à cooperação, sobretudo nos campos de saúde, segurança alimentar, educação, biocombustíveis e esporte.

O comércio bilateral tem evoluído de forma consistente. Passou de um total de US\$ 1,4 milhões em 2002 para US\$ 7,3 milhões em 2009.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À TANZÂNIA
- DAR ES SALAM,
6 E 7 DE JULHO DE 2010
07/07/2010

I - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL SOBRE
COOPERAÇÃO MÚTUA EM
CAPACITAÇÃO DE DIPLOMATAS E
O GOVERNO DA REPÚBLICA UNIDA
DA TANZÂNIA NO INSTITUTO RIO
BRANCO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E NO “CENTRE OF FOREIGN
RELATIONS” DA REPÚBLICA UNIDA DA
TANZÂNIA

II - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
SOBRE COOPERAÇÃO EM INICIATIVAS
DE REDD ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA UNIDA DA
TANZÂNIA

I CÚPULA BRASIL - COMUNIDADE
ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA
OCIDENTAL (CEDEAO) – DECLARAÇÃO
CONJUNTA – ILHA DO SAL, CABO VERDE,
3 DE JULHO DE 2010
07/07/2010

DECLARAÇÃO CONJUNTA ENTRE A
CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO
E DE GOVERNO DA CEDEAO E A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÓS, CHEFES DE ESTADO E DE
GOVERNO DOS ESTADOS MEMBROS
DA CEDEAO, E O PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EM REUNIÃO NA ILHA DO SAL, CABO VERDE A 3 DE JULHO DE 2010 PARA A CIMEIRA ESPECIAL CEDEAO -BRASIL;

EXPRESSANDO o nosso desejo comum de promover e reforçar as relações entre o Brasil e a África em geral e a África Ocidental em particular;

EVOCANDO a Visão 2020 da CEDEAO que tem por objectivo a transformação de uma CEDEAO de Estados para uma CEDEAO de povos;

EVOCANDO igualmente a Cimeira África – América do Sul (ASA) que teve lugar em Abuja, Nigéria em Novembro de 2006 e as Resoluções adoptadas que incluíram a Declaração de Abuja e o Plano de Acção que realçam a necessidade de forjar uma mais estreita cooperação entre as duas (2) regiões e colaborar em questões vitais internacionais;

SAUDAMOS as conquistas alcançadas nas relações Brasil – CEDEAO nas últimas décadas expressas pela estreita coordenação política obtida, devido à intensificação da troca de visitas de dignatários e Autoridades de alto nível, através do reforço dos fluxos de comércio e investimento, um número crescente de projectos de cooperação bem como pela expansão recíproca das missões diplomáticas dos nossos países respectivos;

CONSCIENTES de que a situação internacional é complexa e instável e o mundo continua afectado pela recessão económica criada pela crise financeira mundial;

PREOCUPADOS com o impacto negativo da conjuntura política e económica Internacional relacionada com a segurança alimentar, energia, mudança climática, segurança mundial e regional e controlo das doenças;

NOTANDO que o efeito da crise financeira nos países em desenvolvimento continua a se alastrar, tornando mais difícil para os mesmos atingir os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio das NU;

DESEJOSOS de expandir os benefícios mútuos e aumentar o nível de cooperação CEDEAO – Brasil e reforçar os esforços de colaboração em áreas prioritárias como sejam a redução da pobreza, a segurança alimentar, a protecção ambiental, a infra-estrutura, energias renováveis, com ênfase em bio-combustíveis e bio-electricidade, formação e reforço das capacidades dos recursos humanos bem como tecnologias de informação e comunicação;

AFIRMANDO a necessidade de cooperar para aprofundar ainda mais a estratégia e parceria CEDEAO – Brasil;

DECIDIRAM consolidar e reforçar a nossa cooperação como se segue;

I. DIÁLOGO POLÍTICO ESTRATÉGICO CEDEAO – BRASIL

DECIDIMOS estabelecer um diálogo político estratégico CEDEAO – Brasil, baseado na igualdade política e confiança mútua, património histórico comum, relações tradicionais de amizade e aspirações convergentes face aos desafios para o desenvolvimento sustentável e reforço de capacidades, ordem equitativa e democrática internacional;

DECIDIMOS nesta ocasião discutir as formas e meios para continuar a implementar as relações CEDEAO – Brasil com base nas condições globais/mundiais e considerar o diálogo político estratégico CEDEAO – Brasil como um mecanismo fundamental de diálogo político para estabelecer um exemplo da cooperação Sul – Sul;

EXORTAMOS a reforma do sistema financeiro internacional com vista a torná-lo mais transparente, justo e inclusivo e para permitir maior representação dos países em desenvolvimento nos processos de decisão;

REITERAMOS o apelo à Comunidade Internacional particularmente aos Países Desenvolvidos a dispensarem uma atenção especial ao impacto negativo da crise nos países

em desenvolvimento e para realizar os seus compromissos especialmente sobre a ajuda, o alívio da dívida, a promoção e aumento do investimento, a abertura e acesso a mercados, e a apoiarem países em desenvolvimento a promover o crescimento económico para atingir o desenvolvimento sustentável;

TAMBÉM APELAMOS Atodos os países a actuarem sob os princípios de multilateralismo e democracia nas relações internacionais, respeitar e apoiarem-se uns aos outros, tornar a ordem internacional mais justa e equitativa e promover o desenvolvimento sustentável do Mundo;

EXPRESSAMOS o nosso desejo comum de que, ao forjarmos laços mais estreitos entre o Brasil e a CEDEAO, melhoramentos as nossas capacidades para gerir os desafios de desenvolvimento, assim como reforçar as instituições políticas, sociais e económicas e o processo de construção da paz e da estabilidade, em particular, em países pós-conflito na África Ocidental;

REAFIRMAMOS a necessidade de reforçar o papel das Nações Unidas através de entre outros, a sua reforma e, como uma questão prioritária, o aumento da representação de países em desenvolvimento no Conselho de Segurança, através da sua expansão nas categorias de permanente e de não permanente com vista a torná-lo mais eficiente, legítimo e representativo de realidades contemporâneas;

SUPPORTAMOS progressivamente ambientes abertos, justos e livres de comércio e de investimento;

APELAMOS para uma conclusão com sucesso da Ronda de Doha das Negociações Comerciais que atinjam os objectivos de desenvolvimento previstos no seu mandato e reflectam os interesses e dificuldades dos países em desenvolvimento nos seus resultados, na base do progresso já alcançado;

II. QUESTÕES DE SEGURANÇA

ACORDAMOS em reforçar a cooperação institucional nas áreas de governação em geral e na prevenção e gestão de conflitos bem como de reconstrução pós-conflito em particular;

DECIDIMOS promover a cooperação em questões de segurança com vista a prevenir e combater o problema mundial da droga, tráfico de pessoas, e outros crimes transnacionais organizados e em particular unir nossos esforços para a implementação de um Plano de Acção Regional da CEDEAO sobre o tráfico de Drogas, crime organizado e abuso de drogas;

PARTILHAMOS o objectivo de um mundo livre de armas nucleares e outras armas de destruição maciça;

ACORDAMOS em trabalhar juntos para promover a plena implementação dos compromissos internacionais na área do desarmamento e controlo de armas, inclusive armas ligeiras e de pequeno calibre. Neste contexto, ambas as Partes decidiram apoiar a implementação da Convenção da CEDEAO sobre Armas Ligeiras e de Pequeno calibre, suas munições e outros materiais relacionados e do Programa de Acção para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre em Todos os Seus Aspectos (UN-PoA);

ACORDAMOS TAMBÉM em cooperar com vista a tornar o Atlântico Sul uma autêntica zona de paz e cooperação, inclusive promovendo a iniciativa de Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) bem como assegurando protecção efectiva do ambiente e uso sustentável dos recursos marinhos;

III. PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS

DECIDIMOS encorajar e promover o comércio, investimento, negócios e desenvolvimento industrial recíproco para benefício mútuo;

COMPROMETEMO-NOS a criar novas oportunidades de investimentos através do estabelecimento de parcerias entre negócios na África Ocidental e Brasil, particularmente na área de bio combustível, processamento industrial de produtos agrícolas e turismo;

IV. INFRA-ESTRUTURA, TRANSPORTES E ENERGIA

ACORDAMOS trabalhar em conjunto para melhorar o planeamento, o financiamento e a implementação de projectos de transporte e infra-estruturas e apoiar mecanismos criados para atingir este objectivo;

DECIDIMOS aprofundar a nossa cooperação na área do transporte marítimo e aéreo particularmente através da expansão do escopo dos acordos de transporte aéreo actuais e a criação de novos acordos bilaterais e multilaterais entre a CEDEAO e o Brasil para melhorar os serviços regulares de transportes entre os Estados Membros da CEDEAO e o Brasil;

ACORDAMOS aprofundar a nossa cooperação na promoção de energias limpas e sustentáveis. Comprometemo-nos em particular a apoiar as actividades do Centro de Energias Renováveis da CEDEAO e reforçar a cooperação na área de bio combustíveis e bioelectricidade;

V. REFORÇO DAS CAPACIDADES E INTERCÂMBIO CULTURAL

CONCORDAMOS alargar o diálogo cultural, nomeadamente promovendo intercâmbios e reforçando as capacidades em todas as áreas, cultural, da educação, da ciência e tecnologia, dos desportos, do turismo bem como a transferência de tecnologia e formação, e estabelecer relações estreitas entre as instituições pertinentes.

TAMBÉM ACORDAMOS em encorajar a expansão do Português como língua oficial e de trabalho no quadro das instituições e apoiar o reforço das capacidades nesta área para aumentar a oferta de tradução e interpretação de e para Português;

VI. MECANISMO FINANCEIRO CEDEAO BRASIL

ACORDAMOS o início imediato de estudos sobre o estabelecimento de mecanismos financeiros incluindo fundos comuns especiais, para apoiar a implementação de programas conforme a estratégia e parceria CEDEAO – Brasil;

VII. MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO

ACORDAMOS otimizar mecanismos de consulta a vários níveis e através de canais diversos de forma a expandir o diálogo e aprofundar a cooperação em instituições multilaterais, particularmente na Cimeira África-América do Sul (ASA);

DECIDIMOS aumentar a troca de visitas de alto nível, promover a confiança política mútua e reforçar a cooperação e a coordenação entre a CEDEAO e o Brasil em importantes questões globais;

DAMOS MANDATO à CEDEAO, representada pela sua Comissão, conjuntamente com as autoridades competentes da República Federativa do Brasil para tomar as medidas necessárias à implementação dos compromissos assumidos durante esta Cimeira, especialmente nas áreas de infra-estrutura, transporte aéreo, energia, problema mundial da droga, segurança, transferência de tecnologia, educação e intercâmbio cultural;

DECIDIMOS garantir o acompanhamento e a implementação dos compromissos

assumidos nesta Declaração e manter um diálogo permanente a fim de reforçar a nossa cooperação. Por conseguinte, a próxima Cimeira terá lugar no Brasil em 2012, numa data a ser fixada de comum acordo;

NÓS, CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA AFRICA OCIDENTAL

FELICITAMOS S. Excia. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, pelas suas realizações e pelo papel e liderança ativas, na representação dos países em desenvolvimento na Cimeira do G20 e noutros fora;

SAUDAMOS, com satisfação, a vontade expressa pelo Governo da República Federativa do Brasil em promover uma cooperação produtiva com a CEDEAO, nomeadamente através da integração das prioridades da África Ocidental na sua Agenda e na Agenda Internacional;

NÓS, CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CEDEAO E O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, MANIFESTAMOS a nossa gratidão e reconhecimento ao Presidente, ao Primeiro Ministro e ao Governo de Cabo Verde por terem acolhido a reunião e pelas excelentes condições postas à nossa disposição para o sucesso da Cimeira, e ao Povo de Cabo Verde pelo caloroso e fraterno acolhimento dispensado às nossas respectivas delegações.

EM FÉ DE QUE, NÓS, CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CEDEAO E O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ASSINAMOS A PRESENTE DECLARAÇÃO.

FEITA NO SAL, A 3 DE JULHO DE 2010

EM DOIS EXEMPLARES ORIGINAIS, EM PORTUGUÊS, EM FRANCÊS E EM INGLÊS, FAZENDO OS TRÊS TEXTOS IGUALMENTE FÉ.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A ZÂMBIA – LUSACA, 7 DE JULHO DE 2010 08/07/2010

I – ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA SOBRE ISENÇÃO DE VISTOS PARA PORTADORES DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS E OFICIAIS

II – MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ZÂMBIA NO CAMPO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

III – MEMORANDO DE ENTENDIMENTO EM COOPERAÇÃO ESPORTIVA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ZÂMBIA

IV – ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA

V – ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

VI – ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA

VII – AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS”

VIII – AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “NÚCLEO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL BRASIL-ZÂMBIA”

IX - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO UNIVERSITY TEACHING HOSPITAL”

X – AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DO PLANO NACIONAL ESTRATÉGICO PARA HIV/AIDS”

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA
À GUATEMALA
08/07/2010

O Governo brasileiro realizou doações ao Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) (US\$ 400.000,00), à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (US\$

250.000,00), à Organização Pan- Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde (OMS) (US\$ 200.000,00) (duzentos mil dólares), em assistência humanitária à Guatemala, que foi atingida pela tempestade tropical “Agatha”, no dia 29 de maio do corrente.

O montante dos recursos, no valor de US\$ 850.000,00, será utilizado para aquisição de alimentos da agricultura familiar, promoção da alimentação escolar, recuperação agrícola e fortalecimento do sistema de saúde da Guatemala.

CONSULTAS CONJUNTAS DO BRASIL
E DA ÍNDIA COM A UNIÃO EUROPÉIA
08/07/2010

Realizaram-se em Genebra, nos dias 7 e 8 de julho, consultas conjuntas do Brasil e da Índia com a União Européia, no âmbito do contencioso “UE – Apreensão de Medicamentos Genéricos em Trânsito” (DS409).

No curso das consultas e com base em lista de quase duzentas perguntas previamente encaminhadas, o Brasil questionou diversos aspectos da legislação européia sobre apreensão de medicamentos em trânsito pelo território comunitário, por alegada suspeita de violações de regras de propriedade intelectual.

Os questionamentos procuraram esclarecer aspectos factuais e interpretativos a respeito da atuação das autoridades aduaneiras, da jurisprudência dos tribunais nacionais e da Corte Européia de Justiça. Também tiveram por objetivo obter junto à UE documentos relevantes à compreensão do caso.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ÁFRICA DO SUL –
8 E 9 DE JULHO DE 2010
09/07/2010

I - DECLARAÇÃO SOBRE O
ESTABELECIMENTO DE UMA
PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
A REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

II-MEMORANDODEENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL
SOBRE CONSULTAS E COOPERAÇÃO
NA ÁREA DAS RELAÇÕES
INTERGOVERNAMENTAIS

IV REUNIÃO DE CÚPULA DA PARCERIA
ESTRATÉGICA ENTRE O BRASIL E A
UNIÃO EUROPEIA - BRASÍLIA,
14 DE JULHO DE 2010
13/07/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
receberá em Brasília, em 14 de julho, o
Presidente do Conselho Europeu, Herman
van Rompuy, e o Presidente da Comissão
Europeia, José Manuel Durão Barroso, para a
IV Reunião de Cúpula da Parceria Estratégica
entre o Brasil e a União Europeia.

A IV Cúpula Brasil-UE será a primeira
após a entrada em vigor do Tratado de
Lisboa, que instituiu o cargo de Presidente
do Conselho Europeu. A Cúpula celebrará os
cinquenta anos do estabelecimento de relações
diplomáticas entre o Brasil e as Comunidades
Europeias (1960).

O Presidente Lula e as autoridades
comunitárias tratarão de temas de interesse
comum da agenda internacional, como
a mudança do clima; o desarmamento;
a reforma das instituições financeiras
internacionais; e a Rodada de Doha da
OMC. Serão avaliados os respectivos
cenários regionais e a implementação do
Plano de Ação da Parceria Estratégica,
adotado em dezembro de 2008. Também
serão discutidas as negociações para a
conclusão do Acordo de Associação entre
o Mercosul e a União Europeia, relançadas
em maio de 2010.

Durante a Cúpula, deverão ser assinados
o Acordo sobre Certos Aspectos da
Aviação Civil e o Acordo sobre Segurança
da Aviação. Serão também adotadas uma
Declaração Conjunta e um Comunicado
Conjunto sobre a Iniciativa de Cooperação
Trilateral para a Produção e o Uso de
Bioenergia, que, em um primeiro momento,
envolverá Moçambique.

Em paralelo à IV Cúpula, será realizado
o IV Encontro Empresarial Brasil-União
Europeia, com a participação dos Presidentes
Lula, van Rompuy e Durão Barroso.

O intercâmbio comercial entre o Brasil
e a UE elevou-se de US\$ 29,1 bilhões, em
2002, para US\$ 82,6 bilhões, em 2008, o que
correspondeu a um aumento de 184 %. Apesar
de o fluxo de comércio haver recuado 23% em
2009, em razão dos efeitos da crise financeira
internacional, as trocas entre o Brasil e a União
Europeia já cresceram 27% no primeiro semestre
de 2010, evidenciando tendência de retomada
do ritmo de crescimento. Em 2008, os países da
UE destinaram US\$ 21,1 bilhões ao Brasil na
forma de investimentos estrangeiros diretos, o
que representou 48% do total de investimentos
recebidos pelo Brasil naquele ano.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA
AO IRAQUE
14/07/2010

O Governo brasileiro realizou contribuição voluntária ao “Plano de Ação Humanitária para o Iraque em 2010”, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), no valor de US\$ 500 mil. O montante será direcionado ao Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas - PMA (US\$ 250 mil), ao Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF (US\$ 100 mil), ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR (US\$ 100 mil) e à Organização Internacional para as Migrações - OIM (US\$ 50 mil).

Os recursos serão utilizados para fortalecimento da alimentação escolar iraquiana e para o financiamento de ações de reparação e reconstrução de escolas, inclusive em campos de refugiados.

IV CÚPULA BRASIL- UNIÃO EUROPEIA
- DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASÍLIA,
14 JULHO DE 2010
14/07/2010

A IV Cúpula Brasil-União Europeia realizou-se em Brasília, no dia 14 julho de 2010. O Brasil foi representado pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. A União Europeia foi representada pelo Presidente do Conselho Europeu, Senhor Herman Van Rompuy; e pelo Presidente da Comissão Europeia, Senhor José Manuel Durão Barroso. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Senhor Celso Amorim, também participou da Cúpula.

Os líderes congratularam-se com a intensificação das relações entre o Brasil e a União Europeia nos mais diferentes

campos e expressaram sua satisfação com a implementação positiva do Plano de Ação Conjunto, adotado por ocasião da II Cúpula, realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 2008, assim como com os resultados do Diálogo Político de Alto Nível bilateral. Também discutiram temas globais de interesse comum; as relações bilaterais; e intercambiaram pontos de vista sobre os respectivos cenários regionais.

I. DESAFIOS GLOBAIS

1. Os líderes reafirmaram os valores e princípios compartilhados pelo Brasil e pela União Europeia e que estão na base da sua Parceria Estratégica, destacando seu compromisso com a promoção da paz e da segurança internacionais, o fortalecimento da democracia e do Estado de Direito, o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos e à promoção do desenvolvimento com inclusão social. O Brasil e a UE coincidiram quanto à importância de um sistema multilateral efetivo, centrado numa Organização das Nações Unidas fortalecida, que é elemento-chave no enfrentamento dos desafios globais. Nesse contexto, reconheceram a necessidade de promover a reforma dos principais órgãos das Nações Unidas, entre os quais a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o ECOSOC, com vistas a torná-los mais eficientes e transparentes; e para que possam refletir as substanciais mudanças por que têm passado a comunidade internacional e os membros da ONU. Saudaram a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e a oportunidade por ele oferecida de aprofundar e fortalecer a Parceria Estratégica Brasil-UE em foros multilaterais, em particular nas Nações Unidas, e saudaram os esforços para que os novos representantes da UE possam vir a desempenhar seu papel nas Nações Unidas de forma eficaz.

ASSUNTOS FINANCEIROS E ECONÔMICOS

2. Os líderes analisaram a crise financeira internacional e seu forte impacto na economia mundial. Saudaram o progresso realizado em resposta à crise, inclusive a reforma da regulação e da supervisão do mercado financeiro internacional. O Brasil reconheceu as medidas adotadas para preservar a estabilidade financeira na Europa, inclusive o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira.

3. Ambas as partes atribuíram a mais alta prioridade no sentido de fortalecer e garantir a recuperação econômica mundial de forma a lançar bases para um crescimento forte, sustentável e balanceado e fortalecer os sistemas financeiros contra riscos. Para alcançar esses objetivos, concordaram na necessidade de assegurar a sustentabilidade fiscal, com planos de consolidação fiscal favoráveis ao crescimento, acompanhados de estímulos fiscais, quando conveniente. Onde forem necessárias, estratégias de saída de estímulos macroeconômicos e financeiros devem ser implementadas de maneira cautelosa, diferenciadas e adequadas às circunstâncias nacionais, bem como às necessidades da economia global.

4. Os líderes expressaram sua satisfação com o trabalho que tem sido feito pelo G-20, reafirmaram o seu papel como mais importante fórum de cooperação econômica internacional e reiteraram seu compromisso em atuar de forma coordenada no contexto dos encontros do G-20. Saudaram os resultados da Cúpula de Toronto (26 e 27 de junho), inclusive a necessidade de completar a reforma das cotas do FMI pela Cúpula de Seul e, paralelamente, levar a cabo outras reformas da governança mundial, na linha dos compromissos assumidos em Pittsburgh; alcançar um

crescimento econômico forte, sustentável e equilibrado; fortalecer a regulação e a cooperação financeira; e fortalecer o apoio aos mais vulneráveis. Os líderes reafirmaram a necessidade de implementar a agenda de Toronto em sua totalidade e concordaram em que as políticas econômicas devem ser consistentes com as recomendações das Cúpulas de Pittsburgh e Londres. Isso inclui a promoção do comércio e dos investimentos internacionais, elementos essenciais do crescimento global.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MUDANÇA CLIMÁTICA, ENERGIA E BIODIVERSIDADE

5. O Brasil e a UE saudaram a aprovação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução A/RES/64/236, de 24 de dezembro de 2009, da oferta do Governo brasileiro de sediar a Conferência de alto nível das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, em 2012 – Rio+20. Ambas as Partes entendem que a Conferência, incluindo seus trabalhos preparatórios, deverá assegurar avanços ambiciosos e concretos sobre os temas de economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável, da redução da pobreza e da moldura institucional para o desenvolvimento sustentável.

6. Reiteraram seu compromisso, com base nos resultados da COP 15 (Copenhague), incluindo as diretrizes políticas contidas no Acordo de Copenhague, de trabalhar juntos na preparação da COP 16 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), com vistas a obter, por meio de processo de negociação inclusivo, no âmbito das Nações Unidas, um resultado equilibrado, abrangente, ambicioso, efetivo e legalmente vinculante, baseado no Protocolo de Quioto

e no Plano de Ação de Bali, de forma a alcançar os objetivos finais da UNFCCC. Reafirmaram as disposições e princípios da Convenção, incluindo o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades, e sublinharam a importância de sua implementação integral, efetiva e sustentada. Neste contexto, reconheceram os esforços de ambas as Partes para enfrentar as mudanças climáticas, baseados nas respectivas notificações ao Secretariado da UNFCCC em janeiro último, em que se informaram as metas da UE de redução das emissões em todos os setores da economia e as ações voluntárias do Brasil para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa.

7. Os líderes reafirmaram o compromisso político do Brasil e da União Europeia com a promoção do uso de energias renováveis, incluindo a produção e uso de biocombustíveis. Nesse contexto, sublinharam a importância de manter políticas responsáveis e não-discriminatórias em bioenergias sustentáveis. Comprometeram-se a continuar trabalhando estreitamente com países interessados na promoção da produção sustentável de biocombustíveis, bioeletricidade e outras formas de energia sustentável em nível internacional. Reiteraram seu compromisso de trabalhar conjuntamente no âmbito do Fórum Internacional sobre Biocombustíveis e da Parceria Global para a Bioenergia (GBEP), incluindo a harmonização de padrões técnicos e a discussão de parâmetros de sustentabilidade.

8. No Ano Internacional da Biodiversidade, o Brasil e a UE reiteraram seu compromisso de aumentar esforços para combater a perda de biodiversidade e para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Concordaram em trabalhar conjuntamente na reunião de alto nível sobre biodiversidade dos Chefes de Estado e de Governo da Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de

2010, para alcançar resultado positivo na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), que será realizada em Nagoya, em outubro de 2010. Trabalharão em conjunto com vistas à adoção e implementação de moldura para políticas efetivas no período pós-2010 e de um novo Plano Estratégico para a CBD, reconhecendo que o Plano requererá a mobilização adequada de recursos. Da mesma forma, reafirmaram seu compromisso de concluir com êxito as negociações em torno de um Protocolo de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios (ABS) na COP10. Finalmente, saudaram o acordo para estabelecer uma plataforma intergovernamental sobre serviços de biodiversidade e ecossistemas (IPBES), alcançado em junho deste ano em Busan, República da Coreia, e fazem votos de sua rápida implementação.

9. Os líderes expressaram satisfação com os resultados do III Fórum Global da Aliança das Civilizações, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 28-29 de maio de 2010, e reafirmaram a importância do diálogo intercultural e inter-religioso para a promoção da tolerância, do respeito mútuo e da paz. Reafirmaram ainda o seu compromisso com o avanço dos objetivos e com os princípios da Aliança das Civilizações das Nações Unidas e o seu apoio ao desenvolvimento de processos e projetos regionais para aumentar a cooperação entre os países e a promoção do diálogo intercultural.

II. QUESTÕES REGIONAIS E INTERNACIONAIS

10. O Brasil e a UE trocaram visões sobre os desdobramentos políticos mais recentes em suas respectivas regiões, com vistas à consolidação da segurança, da estabilidade e da prosperidade na Europa, América Latina e Caribe. Ambas as Partes permanecem

engajadas em esforços multilaterais, regionais e bilaterais para promover e projetar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, a democracia, o estado de direito e um desenvolvimento equitativo e sustentável em ambas as regiões.

11. Os dois lados reconheceram que a erradicação da pobreza e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estão entre os maiores desafios deste século. Enfatizaram a importância de se ampliar e implementar a parceria global para o desenvolvimento, tal como acordado no Consenso de Monterrey. Apoiam o Financiamento inovador para o Desenvolvimento e saúdam o trabalho em curso da Força-Tarefa sobre Transações Financeiras Internacionais para o Desenvolvimento e da Força-Tarefa sobre Financiamento Inovador para a Educação.

12. O Brasil e a UE continuarão a trabalhar em conjunto para enfrentar os desafios globais da atualidade e fortalecer os laços políticos, socioeconômicos e culturais birregionais, particularmente no contexto das Cúpulas ALC-UE e do Diálogo Ministerial do Grupo do Rio com a UE. O Brasil e a UE acolheram os resultados da II Cúpula da América Latina e do Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (CALC), realizada em fevereiro de 2010, na qual os assuntos relacionados com a integração regional, coordenação política e cooperação foram debatidos, a partir das perspectivas latino-americana e caribenha. O Brasil sublinhou a importância da I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em abril de 2010, na qual foram debatidos temas como consultas políticas, mudança do clima, cooperação técnica, cooperação trilateral com o Haiti, educação e agricultura.

13. O Brasil e a UE expressaram satisfação com os resultados da VI Cúpula ALC-UE, realizada na Espanha em maio de 2010.

Destacaram a importância da implementação do Plano de Ação 2010-2012, adotado durante a Cúpula, assim como a criação da Fundação ALC-UE. Essas iniciativas são instrumentos valiosos para o reforço da parceria entre ambas as regiões e devem contribuir para o desenvolvimento da cooperação birregional e para o aumento do conhecimento e entendimento mútuos.

14. O Brasil e a UE reafirmam seu compromisso de constantemente ampliar o Diálogo Estruturado ALC-UE em matéria de Migrações, de modo a torná-lo ferramenta fundamental para a melhoria das relações birregionais em assuntos migratórios.

15. O Brasil e a UE saudaram a intensificação da cooperação no campo da luta contra o problema mundial das drogas, como expressado na Declaração de Madrid, aprovada no XII Encontro de Alto Nível da ALC-UE do Mecanismo de Coordenação e Cooperação em Matéria de Drogas, realizado em abril de 2010. O Brasil e a UE também ressaltaram seu compromisso mútuo de combater o crime organizado, a corrupção, as drogas ilícitas e o tráfico de pessoas.

16. O Brasil e a UE lembraram a importância das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, que foram relançadas na IV Cúpula MERCOSUL-UE realizada em Madrid, no dia 17 de maio de 2010. Tomaram nota do resultado da primeira reunião ocorrida em Buenos Aires entre 29 de junho e 2 de julho. Ressaltaram que a oportuna conclusão de um acordo ambicioso e equilibrado, que leve em conta as sensibilidades específicas dos dois lados, reforçará as relações entre as duas regiões e trará benefícios políticos e econômicos substanciais para ambas as Partes.

17. O Brasil e a UE expressaram seu compromisso de alcançar rapidamente uma conclusão ambiciosa, abrangente e equilibrada

para a Rodada de Doha para o Desenvolvimento, tendo presente o papel crucial do comércio como propulsor do crescimento econômico. Brasil e a UE acreditam que a conclusão da Rodada Doha deverá ocorrer com base no progresso já alcançado. Em conformidade com a Declaração da Cúpula do G-20 em Toronto, reafirmam seu compromisso de combater o protecionismo, abster-se de levantar novas barreiras ou impor novas restrições ao investimento ou ao comércio.

18. Reconheceram os esforços mútuos em prol da paz no Oriente Médio e de uma solução de dois Estados, com dois Estados democráticos, Israel e Palestina, convivendo lado a lado em paz e segurança, e de uma paz abrangente no Oriente Médio, baseada nas Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas; os termos de referência da Conferência de Madrid, incluindo terra por paz; o “Mapa do Caminho”; e os acordos previamente alcançados pelas Partes na Iniciativa Árabe para a Paz. Instaram as Partes a se comprometerem sinceramente nas Conversações de Aproximação, com vistas a alcançar esse objetivo e trabalhar para a retomada de negociações bilaterais diretas que levem à resolução da disputa entre as partes em 24 meses.

19. O Brasil e a UE reafirmaram seu compromisso de trabalhar juntos para apoiar e fortalecer os tratados e acordos multilaterais de desarmamento e não-proliferação e de cumprir integralmente suas obrigações internacionais. Tendo presentes os três pilares do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP): desarmamento, não-proliferação e desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos - eles acolheram com satisfação a conclusão exitosa da VIII Conferência de Revisão do TNP no dia 28 de maio, em Nova Iorque, que reflete o firme compromisso da comunidade internacional com o Tratado e sua

determinação de consolidá-lo, com vistas a melhorar nossa segurança coletiva. Saudaram, em particular, a adoção de planos de ação concretos em todos os três pilares do TNP e os entendimentos alcançados na implementação da Resolução de 1995 sobre o Oriente Médio.

20. O Brasil e a UE também trabalharão em conjunto no âmbito da AIEA para apoiá-la e fortalecê-la, para promover a universalização e a conformidade com o seu sistema de salvaguardas e para assegurar que os países desejosos de desenvolver programas nucleares para fins civis façam-no de acordo com os mais altos padrões de segurança e não-proliferação.

21. O Brasil e a União Europeia reafirmaram sua determinação e compromisso de buscar uma pronta solução negociada para a questão nuclear iraniana, que restauraria a confiança internacional no caráter pacífico do programa nuclear iraniano, ao respeitar os direitos legítimos do Irã ao uso pacífico da energia atômica. O Brasil e a UE reafirmaram a importância de medidas de construção da confiança sobre o programa nuclear iraniano e saudaram os recentes esforços do Brasil e da Turquia. O Brasil e a UE recordaram o direito de todos os Estados Partes do TNP, inclusive o Irã, a desenvolver pesquisa, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos, assim como sua responsabilidade de cumprir suas obrigações sob a égide do TNP, da AIEA e das Resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

III. ASSUNTOS BILATERAIS

22. Os líderes congratularam-se pelo progresso significativo alcançado na implementação do Plano de Ação Conjunto ALC-UE em todas as áreas de cooperação. Reiteraram a importância da Comissão Mista Brasil-UE como o principal mecanismo

de implementação do Plano de Ação Conjunto e expressaram sua satisfação com os resultados positivos da XII Reunião, realizada em Brasília, no dia 17 de junho. Saudaram as novas iniciativas emanadas do encontro e a intensificação e diversificação do relacionamento bilateral, como, entre outros, na área da política de transportes e logística.

23. Tomaram nota com especial satisfação da conclusão das negociações e da rubrica do Acordo entre o Brasil e a UE sobre isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes ordinários e do Acordo entre o Brasil e a UE para isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes diplomáticos, de serviço e oficiais. Instaram a uma rápida conclusão dos procedimentos internos conducentes à entrada em vigor de ambos os Acordos.

24. Saudaram a realização bem-sucedida da Cúpula América Latina – UE de Aviação Civil, dias 25 e 26 de maio, no Rio de Janeiro. A Cúpula contribuiu para fortalecer a cooperação entre a América Latina e a União Europeia em matéria de aviação civil e, em particular, entre o Brasil e a UE no contexto do diálogo sobre transportes aéreos. Os líderes também encorajaram a evolução do diálogo sobre transporte marítimo, iniciado em 2007.

25. Em sua avaliação implementação do Plano de Ação Conjunto, os líderes registraram, com especial satisfação:

- A realização, em Madrid, no dia 15 de fevereiro de 2010, do IV Encontro do Diálogo Político de Alto Nível, que permitiu ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Alto Representante da UE para Política de Segurança e o Ministro das Relações Exteriores e Cooperação da Espanha trocar visões a respeito da cooperação bilateral e regional, bem como de assuntos globais de interesse comum.

- A realização em Bruxelas, no dia 11 de junho de 2010, do II Diálogo Macroeconômico

e Financeiro de Alto Nível. Notaram que a crise econômica e financeira global, assim como as respostas regulatórias por ela suscitadas, tornam o Diálogo plataforma fundamental da Parceria Estratégica, ao fomentar a coordenação de políticas e ao promover de ideias sobre a agenda de reformas do G20.

- A realização em Brasília e no Rio de Janeiro, em outubro de 2009, da I Reunião do Diálogo Bilateral sobre serviços Financeiros. Dentre os tópicos em discussão, estiveram as questões de regulamentação bancária, as agências de classificação de crédito, os fundos de cobertura, os centros financeiros off-shore e derivativos, seguros, assuntos contábeis e de auditoria e remuneração no setor de serviços financeiros.

- A realização de reuniões dos diálogos-piloto Brasil-UE sobre política industrial e regulatória, nas áreas de têxteis e confecções, indústria de produtos florestais, aço, metais não-ferrosos e minerais. As reuniões realizadas até agora confirmam que esses diálogos são úteis para criar ambiente industrial e regulatório favorável aos agentes de ambos os lados.

- A realização do primeiro encontro do Mecanismo de Consultas Brasil-UE em Questões Sanitárias e Fitossanitárias, em Bruxelas, no dia 12 de julho de 2010, que tem contribuído para o entendimento mútuo em assuntos relacionados com o comércio de animais, plantas e produtos relacionados; e encorajado a coordenação bilateral e a cooperação nesses campos.

- O interesse em promover a implementação dos Diálogos bilaterais sobre políticas de Educação e Cultura, estabelecidos pelas Declarações Conjuntas de maio de 2009. Reuniões de funcionários de alto nível dos dois lados ocorrerão no Brasil, no primeiro semestre de 2011.

- A coordenação contínua entre Brasil e UE nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, e

o trabalho levado a cabo no quadro do Acordo Brasil-UE para a Cooperação Científica e Tecnológica. Saudaram a criação do Grupo de Trabalho sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no contexto do III Encontro do Comitê Diretivo em novembro de 2009, que discute políticas para atividades conjuntas e tem trabalhado no lançamento de convocatórias para apresentação de projetos na área de biocombustíveis de segunda geração, assim como na área de Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC) em 2010, no quadro do VII Programa da UE de Pesquisa e Desenvolvimento. As Partes também decidiram lançar convocatórias conjuntas para pesquisas nas áreas de novas terapêuticas e cooperação trilateral em nanotecnologias e saúde pública, e expressaram seu interesse em relançar a cooperação no campo da navegação satelital.

- A realização de uma nova edição do Diálogo sobre Sociedade da Informação, em Bruxelas, nos dias 23 e 24 de setembro de 2010 e sua contribuição para reforçar a cooperação nas áreas regulatória, de política e de pesquisa das Tecnologias de Informação e Comunicações.

- A assinatura, no dia 27 de novembro de 2009, do Acordo de Cooperação entre a Euratom e o Brasil no campo da pesquisa da energia de fusão, e a realização de reuniões técnicas informais em Brasília, em 2009; e em Culham (Reino Unido), em 2010, a fim de explorar oportunidades de cooperação enquanto o Acordo não entra em vigor.

- A realização em Bruxelas, em novembro de 2009, da XI Rodada de Consultas Brasil-UE sobre desarmamento e não-proliferação, que confirmou a utilidade e eficácia desse mecanismo para a coordenação sobre essas matérias.

- A assinatura do Acordo Horizontal Brasil-UE estabelecendo sólida base legal para as relações aéreas Brasil-UE e a assinatura do Acordo de Segurança Aérea Brasil-UE que expandirá a cooperação em todas as áreas da segurança aérea.

- A assinatura em Brasília, no dia 8 de outubro de 2009, do Memorando de Entendimento sobre a cooperação nas áreas de política de concorrência, legislação e aplicação entre a Comissão Europeia e o Sistema Brasileiro de Proteção da Concorrência.

- A assinatura em Luxemburgo, no dia 3 de junho de 2010, do Memorando de Entendimento sobre cooperação estatística entre os institutos de estatística da União Europeia e do Brasil para promover a coordenação e a cooperação em questões relacionadas à estatística por meio do compartilhamento de experiências e conhecimento nos campos de interesse mútuo, e apoiar as prioridades conjuntas que integram a estratégia de cooperação com a América Latina (especialmente dentro do MERCOSUL) e dos países de língua oficial portuguesa na África (PALOP).

- O progresso alcançado no processo de preparação de projetos de cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento. A esse respeito, saudaram a adoção de um Programa de Trabalho Conjunto, que estabelece as bases sobre as quais Brasil e a UE cooperam na promoção do desenvolvimento nos países de língua oficial portuguesa na África (PALOP), Timor Leste e Haiti. Eles também acolheram os resultados da I Reunião Trilateral dos parceiros da cooperação triangular, realizado em Bruxelas, no dia 28 de fevereiro de 2010, na qual representantes desses países estimularam a iniciativa.

- O anúncio do lançamento da cooperação com foco no desenvolvimento sustentável da bioenergia em países africanos interessados, como parte importante da cooperação triangular entre o Brasil, a UE e países em desenvolvimento, e como um primeiro passo para uma ação mais abrangente no campo da energia. A realização de estudos de viabilidade do potencial de produção e uso sustentáveis da bioenergia, levando em consideração as consequências

sociais, ambientais e econômicas, representarão importante contribuição para o enfrentamento das mudanças climáticas da luta contra a pobreza e da promoção do acesso a formas modernas de energia para o transporte, uso doméstico e geração de eletricidade para áreas rurais e urbanas. Nesse contexto, saudaram a Parceria com Moçambique para o desenvolvimento sustentável da bioenergia.

- O compromisso com a implementação de iniciativas no contexto do Diálogo Bilateral sobre Governança Pública, particularmente nas seguintes áreas de interesse comum: recursos humanos, tecnologias da informação e comunicação; e governança em vários níveis da administração pública.

- Os resultados positivos de iniciativas levadas a cabo no âmbito do Diálogo Bilateral sobre Políticas de Desenvolvimento Regional, especialmente nas áreas de treinamento técnico e formação de pessoal em auditoria e monitoramento de políticas regionais.

- O progresso alcançado no âmbito do Diálogo sobre Emprego e Assuntos Sociais, com foco nos regimes de proteção social e cooperação, inclusive em foros multilaterais, para a promoção do emprego pleno, livremente escolhido e produtivo para ambos os sexos, de forma a reforçar a agenda para o trabalho digno e a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado. Saudaram o seminário realizado nos dias 28 e 29 de junho, em Brasília, que constituiu excelente oportunidade para o intercâmbio de visões a respeito de semelhanças e diferenças entre as respostas brasileiras e europeias aos desafios nos campos do emprego e da política social.

- A importância de envolver a sociedade civil no diálogo bilateral e, nesse contexto, das recomendações do II Encontro da Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-UE entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil e o Comitê Econômico e Social Europeu, realizado no Brasil entre os dias 24 e 26 de janeiro de 2010.

- A intensificação das relações entre o Congresso Nacional brasileiro e o Parlamento Europeu, exemplificada pelas recentes visitas ao Brasil do Comitê de Comércio Internacional e da Delegação para Relações com a América do Sul/MERCOSUL do Parlamento Europeu.

26. As Partes concordam em aprofundar a cooperação nos foros multilaterais e no âmbito do diálogo bilateral sobre Direitos Humanos, incluindo a organização, em Brasília, nos dias 30 de junho e 1º de julho de 2010, do I Seminário Sobre Direitos Humanos da Sociedade Civil, que debateu tópicos apresentados pelos defensores dos direitos humanos, dos direitos dos homossexuais, lésbicas, bissexuais e transgêneros e a responsabilidade da polícia.

27. Ambas as Partes saudaram a assinatura em Bruxelas, em 14 de julho de 2010, de Carta de Intenções entre o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil e a Comissão Europeia na área de apoio a processos eleitorais, inclusive na perspectiva de cooperação trilateral. Também enfatizaram a importância da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e concordaram em lançar conversações preliminares para definir iniciativas conjuntas de cooperação e um diálogo setorial.

28. O Brasil e a UE reafirmaram seu compromisso em estimular o crescimento e a diversificação de suas relações comerciais e fluxos de investimentos. Os líderes da Cúpula concordaram em facilitar o intercâmbio de informações com vistas a permitir a ambos os lados auferir vantagem das oportunidades recíprocas de investimento público e privado. Nesse contexto, notaram com satisfação os resultados do IV Fórum Empresarial Brasil-UE, realizado em Brasília, no dia 14 de julho de 2010.

29. Brasil e União Europeia decidiram lançar conversas exploratórias na área de política de defesa e de segurança.

30. Os líderes expressaram sua satisfação com os resultados da IV Cúpula da Parceria

Estratégica Brasil-UE e reiteraram sua disposição de continuar a trabalhar para o fortalecimento das relações bilaterais em benefício dos povos do Brasil e da UE.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA IV
CÚPULA BRASIL - UNIÃO EUROPEIA -
BRASÍLIA, 14 JULHO DE 2010
14/07/2010

I. ACORDO ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A UNIÃO
EUROPEIA SOBRE CERTOS ASPECTOS
DOS SERVIÇOS AÉREOS

II. ACORDO SOBRE A SEGURANÇA DA
AVIAÇÃO CIVIL ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
UNIÃO EUROPEIA

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL -
UNIÃO EUROPEIA - MOÇAMBIQUE
RELATIVA À PARCERIA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DE BIOENERGIA
14/07/2010

O Governo do Brasil, a Comissão Europeia e o Governo de Moçambique anunciaram hoje seu compromisso de trabalhar juntos com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor de bioenergia, com foco em biocombustíveis e bioeletricidade. As partes estabelecerão grupo técnico de trabalho a fim de examinar, conjuntamente, as modalidades de implementação dessa parceria e acordar seus Termos de Referência.

Essa parceria envolverá duas linhas de ação:

1. Elaboração de estudo com vistas a analisar o potencial moçambicano para o desenvolvimento de bioenergia de forma

sustentável, bem como seu impacto sobre a redução da pobreza no país. O estudo irá analisar diferentes aspectos relacionados à produção sustentável de biocombustíveis e de bioeletricidade, levando em conta as perspectivas dos interesses locais, e avaliando o potencial para atender a demanda doméstica e internacional, em observância às políticas relevantes sobre sustentabilidade da produção e do uso de energias renováveis das três partes envolvidas.

2. Promoção de projetos, com base nos resultados do estudo supramencionado, à luz do objetivo de erradicação da pobreza e em consonância com as estratégias nacionais de energia, desenvolvimento rural e segurança alimentar. Investimentos públicos e privados serão encorajados.

Esse anúncio representa o primeiro passo em direção a ação mais abrangente na área de energia como parte da cooperação triangular entre Brasil, União Europeia e países em desenvolvimento, aberta à inclusão de outros países africanos interessados.

O desenvolvimento da bioenergia em bases social, econômica e ambientalmente sustentáveis pode dar importante contribuição ao combate à mudança do clima, à luta contra a pobreza e à promoção do acesso a formas modernas de energia para, por exemplo, transporte, cocção de alimentos e eletricidade em zonas rurais e urbanas.

CARTA DE INTENÇÕES ENTRE O
BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA SOBRE
COLABORAÇÃO EM PROCESSOS
ELEITORAIS –
BRUXELAS, 14 DE JULHO DE 2010
14/07/2010

O Brasil e a União Europeia (UE) compartilham ampla base de valores e interesses

comuns na promoção e proteção de direitos humanos e no fortalecimento da democracia, do Estado de Direito e da boa governança.

Esses aspectos estão ancorados na Parceria Estratégica Brasil-UE. O Brasil é cada vez mais ativo na cooperação Sul-Sul, nomeadamente na sua própria vizinhança, assim como na África lusófona. O Brasil e a UE estão interessados em explorar caminhos na cooperação triangular para o desenvolvimento e em estabelecer um arcabouço para, inicialmente, fortalecer suas relações com os países em desenvolvimento lusófonos.

A Comissão Europeia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) assinaram Memorando de Entendimentos em 2007 visando ao reforço de sua cooperação e coordenação, referindo-se especificamente, entre outras atividades, ao apoio à assistência e observação eleitoral, a parlamentos, à mídia e à educação cívica.

Já existe uma história de cooperação entre a Comissão Europeia e países em desenvolvimento lusófonos (como Timor-Leste e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOPs), entre o Brasil e a maioria desses países, e igualmente entre o Brasil e a Comissão Europeia em diversos seminários, oficinas de trabalho e outras atividades de treinamento sobre questões de assistência eleitoral organizados pelo EuropeAid.

No âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento, a Comissão financia um projeto de apoio aos Ciclos Eleitorais nos PALOPs e em Timor-Leste. A sua aplicação prevê explicitamente a possibilidade de cooperação triangular com o Brasil em qualquer dos três componentes do projeto: 1) melhorar capacidades de órgãos de administração eleitoral; 2) consolidar rede de órgãos lusófonos de administração eleitoral e disseminar ferramentas e metodologias em português sobre administração eleitoral;

3) aumentar a participação de mulheres e jovens eleitores, e melhorar a capacidade dos parlamentos e dos meios de comunicação para cumprir seu papel, particularmente com relação a processos eleitorais.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) administra programas de cooperação técnica em benefício dos PALOPs e Timor-Leste que podem arcar com as despesas da participação do Tribunal Superior Eleitoral, na prestação de assistência nos campos dos processos eleitorais.

Tendo em conta o que precede, confirmamos nossa intenção de desenvolver e aumentar nossa cooperação:

no nível operacional, por meio de projetos e atividades concretos de assistência eleitoral, como a colaboração em seminários, treinamento e publicações, assim como por meio da implementação de cooperação triangular a ser negociada entre a Comissão Europeia e a ABC em coordenação com o Tribunal Superior Eleitoral no projeto acima mencionado projeto sobre Ciclos Eleitorais nos PALOPs e em Timor-Leste, a pedido dos países beneficiários, e sem a transferência de fundos adicionais à Comissão Europeia ou ao Tribunal Superior Eleitoral.

no nível político, por um diálogo regular sobre a assistência eleitoral, e questões amplas de governança democrática, no contexto da cooperação com países em desenvolvimento específicos onde ambas as partes são ativas no campo de desenvolvimento.

Pelo Tribunal Superior Eleitoral
CÁRMEN LÚCIA Antunes Rocha
Vice-Presidente

Pela Comissão Europeia
Andris PIEBALGS
Comissário

ACORDO ENTRE O ITAMARATY
E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
16/07/2010

O Ministro Celso Amorim e a Presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, firmaram convênio para possibilitar o saque do Fundo de Garantia (FGTS) por brasileiros que se encontram no exterior. A operação poderá ser realizada por meio de solicitação aos Consulados brasileiros. Inicialmente, o serviço estará disponível apenas no Japão, mas será expandido para outros países.

A parceria entre o Itamaraty e a Caixa Econômica Federal será lançada oficialmente em Nagóia, em 1º de agosto, no Dia dos Brasileiros no Japão – um dos eventos programados para celebrar os 20 anos da presença brasileira naquele país.

Informações adicionais estarão disponíveis, em breve, no portal eletrônico da Caixa Econômica Federal e nas páginas dos Consulados brasileiros no Japão.

CELEBRAÇÃO DOS VINTE ANOS DOS
BRASILEIROS NO JAPÃO
16/07/2010

Para celebrar os vinte anos de presença brasileira no Japão, o Itamaraty promoverá uma série de eventos, cujo foco é a lei de imigração japonesa de 1990, que assegurou direitos trabalhistas aos descendentes de emigrantes nipônicos. Terão lugar as seguintes atividades:

29/7 – Assinatura, em Tóquio, do acordo previdenciário Brasil–Japão, com a presença do Ministro Carlos Eduardo Gabas, da Previdência Social.

30/7 - Seminário, na Universidade das Nações Unidas, em Tóquio, sobre a emigração brasileira para o Japão.

31/7 - Inauguração, em Hamamatsu, de Escritório Experimental da Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão.

1º/8 - Grande festa popular, em Nagóia, em comemoração ao “Dia dos Brasileiros no Japão”.

1º-7/8 - Semana do Trabalhador Brasileiro no Japão, durante a qual serão organizados consulados itinerantes para orientação trabalhista em várias cidades japonesas.

As comemorações dos Vinte Anos dos Brasileiros no Japão estão sendo organizadas em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e contarão com a presença do seu titular, Ministro Carlos Lupi. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal colaboram no financiamento das festividades.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
ARGÉLIA, MOURAD MEDELICI, E
IV REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA
BRASIL-ARGÉLIA – BRASÍLIA,
19 DE JULHO DE 2010
16/07/2010

A convite do Ministro Celso Amorim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, Mourad Medelci, realizará visita ao Brasil, em 19 de julho.

Além de encontro de trabalho para tratar de temas das agendas bilateral, regional e multilateral, os Ministros participarão da IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Argélia. Nessa oportunidade, serão discutidas as principais questões do relacionamento bilateral, com ênfase nas áreas de agricultura, comércio e indústria, meio ambiente, recursos hídricos, energia e agricultura.

A Argélia é um dos maiores parceiros do Brasil na África. Atualmente, seis projetos de cooperação

técnica encontram-se em execução, coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Argélia, tradicionalmente superavitário para o lado argelino, passou de US\$ 1,086 bilhão, em 2002, para US\$ 3,134 bilhões, em 2008.

CONTENCIOSO NA OMC A RESPEITO DE MEDIDAS ANTIDUMPING NORTE- AMERICANAS SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA BRASILEIRO

16/07/2010

Concluiu-se hoje, 16 de julho, em Genebra, ao amparo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, a primeira audiência do painel no caso relativo às medidas antidumping adotadas pelos Estados Unidos sobre a importação de suco de laranja brasileiro. O Brasil questiona a utilização, pelo Governo norte-americano, da prática do “zeramento” (“zeroing”) nas revisões administrativas das referidas medidas antidumping.

Na audiência, que durou dois dias, o Brasil procurou demonstrar ao painel que a prática de “zeramento” é incompatível com diversos dispositivos do Acordo Antidumping da OMC e do GATT 1994. Essa prática distorce o cálculo da margem de dumping ao ignorar aquelas operações nas quais o valor de exportação do produto é superior ao seu valor normal no mercado doméstico. Em consequência, os valores das margens de dumping calculadas para o produto são “infladas”.

Esse método já foi objeto de diversas disputas no sistema de solução de controvérsias da OMC e tem sido condenado pelo Órgão de Apelação. Participaram como terceiras partes no caso Argentina, UE, Japão, Coreia, Tailândia, Taiwan e México. Todas as terceiras partes manifestaram apoio às posições brasileiras.

ATOS ASSINADOS DURANTE A VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ARGÉLIA, MOURAD MEDELICI

19/07/2010

1. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA ARGELINA
DEMOCRÁTICA E POPULAR PARA O
ESTABELECIMENTO DE MECANISMO
DE DIÁLOGO ESTRATÉGICO

2. AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA,
TECNOLÓGICA E TÉCNICA ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA ARGELINA DEMOCRÁTICA
E POPULAR PARA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO “FORTALECIMENTO DA
PECUARIA LEITEIRA NA ARGÉLIA”

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, HÉCTOR LACOGNATA - BRASÍLIA,

21 DE JULHO DE 2010

20/07/2010

A convite do Ministro Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Héctor Lacognata, realizará visita de trabalho a Brasília, em 21 de julho, no contexto da preparação do próximo encontro entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Fernando Lugo, previsto para 30 de julho.

Os Chanceleres deverão tratar, em especial, dos temas da agenda bilateral, tais como o diálogo sobre Itaipu, a cooperação na área

social, os projetos conjuntos de infraestrutura e o processo de regularização migratória de nacionais dos dois países.

O Brasil é o principal sócio comercial do Paraguai. No primeiro semestre de 2010, o intercâmbio alcançou valor próximo a US\$ 1,5 bilhão, com aumento de 62% em relação ao mesmo período de 2009. As exportações brasileiras já somam quase US\$ 1,2 bilhão em 2010.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DO ESTADO DO KUAITE,
XEQUE NASSER AL-MOHAMMED AL-
AHMED AL-JABER AL-SABAH –
20 A 25 DE JULHO DE 2010
21/07/2010

O Primeiro-Ministro do Estado do Kuaite, Xequê Nasser Al-Mohammed Al-Ahmed Al-Jaber Al-Sabah, realiza, de 20 a 25 de julho, visita oficial ao Brasil, a primeira de um Chefe de Governo daquele país. Integram a delegação os Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e do Comércio e Indústria.

No dia 22 de julho, o Primeiro-Ministro terá reunião de trabalho com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, serão assinados acordo sobre serviços aéreos e memorando de entendimento sobre cooperação esportiva. O Xequê Al-Sabah e delegação visitarão também São Paulo e o Rio de Janeiro.

O Primeiro-Ministro estará acompanhado de numerosa comitiva empresarial, inclusive os Diretores da Autoridade de Investimentos do Kuaite e do Fundo Kuaitiano para o Desenvolvimento Econômico Árabe.

O comércio bilateral, que somava cerca de US\$ 87 milhões em 2002, chegou a US\$ 652 milhões em 2008. No ano passado, como resultado da crise econômica internacional, as trocas recuaram para US\$ 373 milhões. Em

2010, o fluxo comercial do primeiro semestre já ultrapassa os US\$ 234 milhões.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A ANGOLA, LÍBIA, TURQUIA, ISRAEL,
PALESTINA E SÍRIA –
23 A 28 DE JULHO DE 2010
21/07/2010

O Ministro Celso Amorim representará o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a realizar-se em Luanda, no dia 23 deste mês. Criada em 1996, a CPLP é integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. São Observadores Associados Guiné Equatorial, Ilhas Maurício e Senegal. O tema central da Conferência de Luanda será “Solidariedade na Diversidade no espaço da CPLP”.

Durante a Cúpula, deverão ser adotados a Declaração de Luanda e o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, emanado da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (Brasília, março de 2010). Os Estados Membros discutirão, ainda, a adoção do Regulamento dos Observadores Associados da CPLP.

Na ocasião, deverão ser aprovados os novos Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (ILLP). Pelo critério rotativo, caberá ao Brasil indicação de candidato para ocupar sua Diretoria-Executiva.

Durante a Cúpula de Luanda, Angola sucederá a Portugal na Presidência rotativa da Comunidade, que exercerá pelos próximos dois anos.

Na sequência da viagem, o Ministro Amorim visitará Trípoli, Istambul, Jerusalém,

Ramalá e Damasco, onde manterá reuniões com autoridades locais, para tratar de temas bilaterais e dar seguimento a diálogos sobre a situação regional do Oriente Médio.

ATOS ASSINADOS DURANTE A VISITA
AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO
DO ESTADO DO KUAITE
22/07/2010

1. ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DO KUAITE SOBRE SERVIÇOS AÉREOS

2. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DO KUAITE

3. EMENDA AO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O ESTADO DO KUAITE

4. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DO KUAITE SOBRE COOPERAÇÃO ESPORTIVA

5. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DO KUAITE NAS ÁREAS DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

COLÔMBIA – VENEZUELA
22/07/2010

O Governo brasileiro vem acompanhando, com atenção e preocupação, os últimos desenvolvimentos envolvendo a Colômbia e a Venezuela, inclusive o rompimento das

relações diplomáticas entre os dois países no dia de hoje, 22 de julho. O Governo brasileiro lamenta essa situação.

No início desta tarde, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefonou ao Presidente Hugo Chávez. Transmitiu-lhe a disposição do Brasil de contribuir para a superação das diferenças entre os Governos da Colômbia e da Venezuela. Os Presidentes Lula e Chávez acordaram continuar a discussão do tema por ocasião da visita, anteriormente planejada, do Presidente Lula à Venezuela, em 6 de agosto próximo.

O Ministro Celso Amorim, que está representando o Presidente da República na Cúpula da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda, está acompanhando o assunto em contato com o Ministro das Relações Exteriores, interino, Antonio de Aguiar Patriota. O Chanceler interino manteve contato com a Ministra, interina, das Relações Exteriores da Colômbia, Clemencia Forero, a quem manifestou a disposição construtiva do Brasil para auxiliar na busca do entendimento entre os dois países.

O Itamaraty está em permanente contato com as Embaixadas em Bogotá e em Caracas e seguirá acompanhando de perto a situação.

IV REUNIÃO MINISTERIAL DO
BASIC - RIO DE JANEIRO,
25 E 26 DE JULHO
22/07/2010

Será realizada, nos dias 25 e 26 de julho, no Rio de Janeiro, a IV Reunião Ministerial de coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) sobre as negociações em curso no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, conforme sigla em inglês). A reunião será precedida de encontro de peritos

em mudança do clima (dias 23 e 24 de julho) e de reunião de negociadores-chefes do processo em curso nas Nações Unidas (dia 24 de julho).

A reunião será co-presidida pelo Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Ministro interino das Relações Exteriores, e pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

A Reunião Ministerial abordará os vários aspectos substantivos das negociações no âmbito da UNFCCC, bem como as perspectivas de reuniões futuras, com destaque para a 16ª Conferência das Partes na UNFCCC (COP-16) e a 6ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (CMP-6), que se realizarão em Cancún, de 29 de novembro a 10 de dezembro de 2010. Terá destaque na agenda a consideração do tema de equidade no enfrentamento internacional da mudança do clima.

DECLARAÇÕES FINAIS DA VIII
CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO
E DE GOVERNO DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
(CPLP) – LUANDA,
23 DE JULHO DE 2010
23/07/2010

1. Declaração de Luanda
2. Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP
3. Declaração de Apreço ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva

Foram ainda adotados na Cimeira:

- O Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, que já havia sido aprovado na VI Reunião Extraordinária do Conselho de

Ministros da CPLP (Brasília, 31 de março de 2010); e

- As Declarações de Homenagem à poetisa Alda Espírito Santo; ao Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e primeiro Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP Francisco Silva; ao Escritor e Prêmio Nobel José Saramago; e ao Presidente João Bernardo Vieira.

A documentação completa adotada pela VIII Cúpula da CPLP (23 de julho de 2010), bem como as Resoluções adotadas pela XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, que a precedeu (22/7), estarão disponíveis no sítio eletrônico da CPLP (www.cplp.org.br).

Declaração de Luanda

1. Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Vice Primeiro-Ministro de Timor-Leste, reuniram-se na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Luanda, no dia 23 de Julho de 2010.

2. Elegeram Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.

3. Tomaram nota, com satisfação, das medidas adoptadas e das acções desenvolvidas desde a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Lisboa, no dia 25 de Julho de 2008, para a afirmação da Comunidade e concretização dos seus objectivos, traduzindo o prestígio crescente da Organização. Congratularam-se, também, com o desenvolvimento impressionante das relações entre os Estados membros, traduzido em crescente cooperação económica, técnico-científica, cultural, comercial, circulação de

pessoas e em investimentos cruzados que vêm contribuindo para o estreitamento das relações no espaço CPLP, para o crescimento económico dos seus países e desenvolvimento social dos seus povos.

4. Aprovaram uma Declaração sobre o tema da Conferência, “A Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP”, tendo realçado, no âmbito da diversidade cultural e de desenvolvimento social e económico da Comunidade, a importância da solidariedade na concertação político-diplomática, na ajuda ao desenvolvimento e na promoção e difusão da Língua Portuguesa - factor de união dos oito Estados membros da Organização.

5. Reafirmaram a plena validade do seu compromisso histórico, consagrado na Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos e a Justiça Social e, neste sentido, congratularam-se com os avanços concretos registados, em todo o espaço da CPLP, no que tange estes direitos fundamentais.

6. No âmbito da concertação política e diplomática, realçaram:

i) A necessidade da CPLP consolidar a sua projecção internacional, através do reforço da actuação conjunta, tendo em vista a promoção da mundialização da língua portuguesa e designadamente a sua introdução em Organismos Internacionais, bem como a sua utilização efectiva naqueles Organismos em que o português já é língua oficial ou de trabalho, a fim de se implementar o Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projectão da Língua Portuguesa, recomendado pela VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, realizada no dia 31 de Março passado, em Brasília.

A importância, também nesse contexto, de se reforçarem as relações com a ONU e as suas Agências especializadas, estabelecendo

parcerias com as Organizações Regionais e Sub-Regionais em que se inserem os seus Estados membros. Destacaram, como passos de importância especial, a celebração, tão cedo quanto possível, de Memoranda de Entendimento com a União Africana (UA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Oriental (CEDEAO);

ii) O papel crucial dos Grupos CPLP na estruturação das actividades da CPLP, em matérias de interesse comum, designadamente na implementação da Declaração de Brasília sobre a Língua Portuguesa, na concertação político - diplomática entre os seus membros e no reforço do prestígio da CPLP junto das Organizações e Países em que os Grupos tenham sido estabelecidos.

Neste sentido, encorajaram os Grupos CPLP a darem cumprimento ao estipulado na resolução adoptada pela X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, realizada em Luanda, em Julho de 2005;

iii) O acompanhamento regular da situação interna nos Estados membros merecendo, especial atenção, em particular, o caso da Guiné-Bissau.

Neste sentido, manifestaram a sua solidariedade com o povo guineense, bem como com as autoridades legítimas da República da Guiné-Bissau, designadamente com S. Ex.^a o Presidente Malam Bacai Sanha e com S. Ex.^a o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e com todos aqueles que pugnam pela construção de um verdadeiro Estado de Direito Democrático e pelo desenvolvimento económico e social.

Recordaram que os acontecimentos do 1º de Abril constituíram um grave atentado à ordem constitucional e que de imediato foram objecto de uma condenação firme por parte da CPLP, instando as autoridades competentes a resolver a situação dos detidos na sequência daqueles acontecimentos. Reiteraram a

necessidade de respeito pelo princípio da submissão do poder militar ao poder político.

Reafirmaram que a consolidação de um clima de estabilidade e de segurança no País é factor fundamental para a continuidade do diálogo com os parceiros internacionais relevantes.

Acentuam ainda a necessidade de um firme combate ao narcotráfico, também causa da instabilidade que afecta o País, e manifestam o apoio ao correspondente programa nacional de luta contra aquele tráfico.

Reafirmaram o apoio da CPLP às autoridades da Guiné-Bissau no diálogo político com os seus parceiros internacionais, dado o seu empenho em prosseguir a reforma no Sector da Defesa e Segurança e os programas e projectos inscritos no âmbito da estratégia nacional de redução da pobreza e os que a Comunidade Internacional (Nações Unidas, União Europeia, Instituições Financeiras Internacionais, Organizações regionais e países doadores) vem aprovando e desenvolvendo, com vista ao reforço da estabilidade política, da capacidade institucional do Estado e do desenvolvimento socioeconómico.

Neste sentido, consideraram crucial a participação da CPLP nas actividades da Comunidade internacional, passando pelo reforço da actuação do Grupo de Contacto (GICGB) em Bissau e em Nova Iorque, em estreita coordenação com a CEDEAO, com a Comissão de Consolidação da Paz e o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Guiné-Bissau.

iv) Os desenvolvimentos positivos, conseguidos nos últimos dois anos, na estabilização política e social de Timor-Leste.

Tendo em conta a especificidade do desenvolvimento histórico em Timor-Leste, da sua situação geográfica e da sua integração na CPLP, reiteraram a necessidade de esforços

específicos de aproximação da CPLP a Timor-Leste e reafirmaram a deliberação de estabelecer uma Representação Permanente em Díli, cujo mandato deverá ser reformulado de forma a conter, como elemento central, uma forte componente cultural e de apoio à reintrodução da Língua Portuguesa, para além da componente política inscrita no actual mandato;

v) A realização de eleições regulares e a legitimidade democrática que daí decorre, como elemento essencial para assegurar quer a estabilidade política e social nos seus países, quer a consolidação de instituições democráticas e representativas e o estabelecimento efectivo de Estados de direito. Neste sentido, congratularam-se com a realização das Missões de Observação Eleitoral da CPLP e com a contribuição que estas Missões vêm dando à credibilização internacional dos processos eleitorais nos Estados membros.

Saudaram igualmente, o papel da CPLP e dos seus Estados membros na observação eleitoral das eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau; das eleições legislativas em Angola e das eleições gerais em Moçambique;

vi) A necessidade de reformar e revitalizar o sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais representativo diante das novas realidades mundiais. Recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de São Tomé (2004), da Declaração de Bissau (2006) e da Declaração de Lisboa (2008), reiteraram o seu apoio a que o Brasil integre o Conselho de Segurança da ONU como membro permanente.

Reafirmaram, ainda no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a disposição constante no Plano de Acção para o Futuro da CPLP, adoptado em Coimbra, em Julho de

2003, no sentido de que os Estados membros tenham maior participação naquele Conselho, reiterando o apoio da Comunidade à candidatura de Portugal para o mandato de 2011-2012;

vii) Afirmaram o seu empenho na continuação das negociações internacionais de clima, assim como na implementação das orientações políticas constantes do Acordo de Copenhaga, e comprometeram-se a desenvolver os melhores esforços para o sucesso das negociações que decorrerão por ocasião da 16ª Conferência dos Estados Parte da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e 6ª Reunião dos Estados Parte ao Protocolo de Quioto, a ter lugar em Cancún, de 29 de Novembro a 10 de Dezembro de 2010;

Incentivaram a utilização de energia produzida com base em fontes renováveis, reduzindo a dependência dos combustíveis de origem fóssil e combatendo as alterações climáticas, potenciando as sinergias que os vários Estados da CPLP podem promover neste domínio, que reveste particular relevo para o desenvolvimento sustentável das gerações futuras.

Assinalaram a importância da protecção e valorização da biodiversidade e reiteraram o seu empenho em que a 10ª. Conferência dos Estados partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que decorrerá no Japão, em Nagoya, de 18 a 29 de Outubro de 2010, consiga alcançar todos os objectivos traçados, nomeadamente a adopção de um Protocolo sobre Acessos aos Recursos Genéticos e Partilha de Benefícios derivados da sua Utilização e de um novo plano estratégico para o pós 2010, para o qual se reconhece a necessidade de uma adequada mobilização de recursos;

Recomendaram a formulação de estratégias orientadas para universalizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação / TIC e o desenvolvimento de conteúdos

digitais, através, entre outros, de programas de alfabetização digital e tecnológica, para garantir a apropriação social do conhecimento e a utilização e aplicação das TIC nas escolas, servindo também como veículo de promoção e internacionalização da língua portuguesa em suportes pedagógicos modernos.

viii) A apresentação de novas candidaturas a Observadores Associados da CPLP, considerando que a aproximação de países de fora do espaço da Língua Portuguesa à Comunidade não só a prestigia, como a projecta política e economicamente.

Consideraram, assim, que o Regulamento dos Observadores Associados da CPLP, agora aprovado, propicia um enquadramento, mais claro, destes na Comunidade, ao estabelecer as condições de concessão e manutenção da categoria de Observador Associado e o seu relacionamento com a Organização, reflectido na apresentação designadamente de um Plano de Acção, de carácter sustentável e constante no contexto particular da promoção e difusão da Língua Portuguesa e a concretizar por instrumento específico junto das instâncias competentes da CPLP;

Tomaram nota das candidaturas à categoria de Observador Associado apresentadas por Marrocos, Ucrânia e Suazilândia que serão apreciadas à luz do novo Regulamento.

ix) Tendo em consideração o pedido formal da Guiné Equatorial de obtenção do estatuto de membro de pleno direito da CPLP, decidiram abrir negociações relativas ao processo de adesão conforme às normas estatutárias da CPLP;

Nesse sentido, mandataram a Presidência em exercício e o Secretariado Executivo da CPLP para elaborar um Programa de apoio às reformas a concretizar pela Guiné Equatorial para dar pleno cumprimento às disposições estatutárias da CPLP, particularmente no que respeita à adopção e utilização efectiva da Língua Portuguesa;

Convidam a Presidência em exercício a elaborar um relatório de avaliação dos progressos realizados pela Guiné Equatorial, que será apreciado na próxima Reunião Ministerial e submetido aos Chefes de Estado.

x) O interesse em desenvolver esforços de aproximação à Ilha Maurício e ao Senegal, nomeadamente no âmbito da difusão e ensino da Língua Portuguesa, ajudando, simultaneamente, a dar resposta aos anseios destes Observadores Associados no cumprimento de um dos objectivos primordiais da CPLP;

xi) A realização da II sessão da Assembleia Parlamentar, em Lisboa, que entre outras, recomendou o reforço da cooperação no âmbito da protecção dos direitos dos cidadãos lusófonos e a promoção da língua portuguesa em todos os Estados membros, para potenciar a sua internacionalização e efectiva utilização nas Organizações internacionais, particularmente no sistema das Nações Unidas.

Congratularam-se com a realização desta II Sessão da Assembleia Parlamentar, encorajando os Parlamentos dos Estados membros a desenvolver esforços para a consolidação deste órgão comunitário, que em muito contribuirá para reforçar a representatividade da CPLP, dando maior visibilidade e prestígio à Comunidade.

Saudaram, igualmente, a realização das Jornadas Parlamentares da Rede das Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da CPLP, em S. Tomé, a 15 e 16 de Junho passado, que decorreram sob o lema «Mulheres da CPLP por um Mundo Melhor»;

xii) A realização do III Fórum da Aliança das Civilizações (AdC), no Rio de Janeiro, a 28 e 29 de Maio de 2010, sob o lema *Aliança das Civilizações: a diversidade cultural como caminho para a paz*, e saudaram o Brasil e o Alto Representante do Secretário-Geral das

Nações Unidas para a Aliança, Presidente Jorge Sampaio, pela iniciativa de propagar a AdC no mundo lusófono.

Congratularam-se, assim, com facto deste III Fórum da AdC, que contou com o português como língua oficial e de trabalho, ter constituído uma oportunidade para reforçar a visibilidade da CPLP na cena internacional, assente numa Comunidade de oito Estados que, espalhados por todos os continentes, estão unidos pela diversidade e pela língua portuguesa que os projecta como Comunidade unida;

xiii) O endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas: de Portugal ao Conselho de Segurança, para o biénio 2011-2012; do Brasil, para o cargo de Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em eleição a realizar-se em Julho de 2011; de Moçambique para o cargo de Director do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), para o mandato 2011-2014, com a candidatura do Dr. Francisco Ferreira Songane; e ainda de Moçambique para o cargo de Sub-Secretária Geral das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher, com a candidatura da Dra. Alcinda António de Abreu, exceptuando os compromissos regionais assumidos pelo Brasil;

Saudaram a eleição da Dra. Maria Helena Lopes de Jesus Pires, de Timor-Leste, para o cargo de membro do Comité da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Comité CEDAW).

7. Congratularam-se com a prossecução da reestruturação no Secretariado Executivo da CPLP, no sentido de reforçar a sua capacidade técnica, necessária para uma adequada articulação entre a Presidência do Conselho de Ministros e os demais órgãos da CPLP.

8. No âmbito da cooperação para o

desenvolvimento, destacaram:

i) Que esta se reveste da maior importância no desenvolvimento sustentado dos Estados membros, na consolidação da Comunidade e na sua projecção enquanto Organização internacional, e, nessa perspectiva, solicitaram aos Pontos Focais de Cooperação o incremento de metodologias e procedimentos que promovam a apropriação pelos beneficiários, a eficácia, a coordenação e harmonização das acções de cooperação a desenvolver, com base no documento orientador da estratégia de cooperação da Comunidade - “Cooperação na CPLP – Uma Visão Estratégica de Cooperação pós Bissau”;

ii) A aprovação pela XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP do documento orientador da estratégia, que será o principal instrumento da cooperação multilateral no espaço da CPLP.

Recomendaram que a implementação da estratégia da cooperação comunitária esteja centrada no fortalecimento institucional dos Estados membros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos providos pelas cooperações sejam realmente efectivadas;

iii) A realização das XVIII, XIX, XX, XXI Reuniões de Pontos Focais da Cooperação (RPFC) que permitiram a identificação e o acompanhamento de projectos multilaterais, visando a promoção do desenvolvimento e a erradicação da pobreza;

iv) Que, no processo de elaboração do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) 2010 - 2012, os Estados membros assumam a responsabilidade de propor novos caminhos para a cooperação comunitária, nos quais os princípios de solidariedade e de atendimento às reais necessidades dos países se constituam na principal referência para a mobilização de recursos físicos, humanos e tecnológicos em escala global, bem como sejam aderentes a

políticas de longo prazo concebidas a partir das necessidades específicas de suas respectivas sociedades;

v) O exercício em curso de revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP, instrumento de vital importância para a operacionalização da nova visão estratégica de cooperação da CPLP;

vi) Os progressos verificados na abordagem das áreas de cooperação em Saúde e em Ambiente, encorajando os esforços desenvolvidos pelo Secretariado Executivo em áreas como o Trabalho e Protecção Social, Igualdade de Género, Juventude e Desportos e Migrações para o Desenvolvimento.

Congratularam-se com a realização da Primeira Reunião de Formação dos Pontos Focais de Protecção Social dos Estados membros da CPLP para o CIPS, realizada entre 8 e 11 de Fevereiro de 2010, actividade que resulta da implementação da parceria entre Secretariado Executivo da CPLP, do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Lisboa e do Projecto BIT/STEP Portugal, celebrada por um Protocolo de Colaboração que levou à criação da plataforma interactiva Centro de Informação em Protecção Social (CIPS) na CPLP.

Instaram os Estados membros a adoptar estratégias e programas operacionais de combate às piores formas de exploração do trabalho infantil e a combater as desigualdades sociais e a reforçar o sistema público de segurança social, de modo a garantir a protecção na velhice, invalidez, doença ou desemprego; e a melhorar a eficiência da protecção social.

Reconheceram os progressos recentemente obtidos no domínio da Igualdade de Género da CPLP, designadamente a introdução da intersectorialidade e transversalidade do tema e a vantagem que existe em associar esta dimensão a outras actividades, políticas,

estratégias, projectos e programas da organização.

Congratularam-se com a aprovação de um Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, em sede própria.

Encorajaram o Secretariado Executivo da CPLP a estabelecer Memorandos de Entendimento com a UNIFEM, com o FNUAP e outros organismos que trabalhem nas áreas da Igualdade de Género.

Instaram o Secretariado Executivo a prosseguir o acompanhamento das acções de cooperação em Juventude e Desportos, incentivando a realização dos VII Jogos Desportivos da CPLP, que terão lugar em Maputo entre 29 de Julho e 7 de Agosto de 2010 e estimulando o desenvolvimento de diversas modalidades de cooperação desportiva no âmbito da CPLP.

Registaram com apreço a intenção do Fórum da Juventude da CPLP em formular um documento estratégico da cooperação para área da Juventude, o qual deverá ser formalmente adoptado na Conferência de Ministros da Juventude e Desporto a decorrer em Maputo a 27 de Julho de 2010. Este Plano constituirá um marco para o aprofundamento das relações entre os Conselhos Nacionais da Juventude da CPLP e para a formulação de políticas transversais de cooperação, neste âmbito.

Incentivaram o Secretariado Executivo a prosseguir esforços junto da Organização Internacional das Migrações, no sentido de identificar e dinamizar parcerias e cooperação para o desenvolvimento de acções estruturantes no quadro das Migrações para o Desenvolvimento;

vii) A apresentação de um Plano Estratégico da CPLP para Timor-Leste, que dá cumprimento às decisões emanadas do XII Conselho de Ministros da CPLP;

viii) A aprovação pela Comissão Europeia do processo “Auditoria dos 4 pilares”, no seguimento da assinatura do Memorando de Entendimento com a Comissão Europeia;

ix) O excelente nível de execução técnica e operacional do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP), instrumento que, apostando na cooperação multilateral, vem adquirindo um carácter abrangente e integrador de sinergias fortalecendo os sistemas nacionais de saúde dos Estados membros da CPLP.

Neste contexto, consideraram fundamental a sua operacionalização e recordaram que o investimento na Saúde é, acima de tudo, um investimento na promoção do desenvolvimento humano e uma importante contribuição para a retoma e dinamização da economia.

Congratularam-se com as contribuições financeiras de Brasil, Cabo Verde, Portugal e Timor-Leste para o Fundo Sectorial da Saúde e os recursos financeiros disponibilizados por outros parceiros multilaterais como a Comissão Europeia e o Banco Mundial.

Registaram com satisfação a operacionalização do Centro de Formação Médica Especializada nos Países de Língua Portuguesa (CFME), bem como a constituição da Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP Malária (RIDESMAL) e da Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde da CPLP em IST, VIH e SIDA (RIDES IST SIDA CPLP).

Felicitaram a realização e as conclusões do III Congresso da CPLP sobre VIH/ SIDA e Infecções de Transmissão Sexual, em Lisboa, de 16 a 19 de Março de 2010, que formalizou a RIDES IST SIDA CPLP;

x) A avaliação positiva e os resultados alcançados no quadro do projecto entre a CPLP e a FAO para a “Formulação de um Programa de Cooperação Sul/Sul e Norte/Sul da CPLP para a implementação da Convenção das

Nações Unidas de Combate à Desertificação”.

Registaram a aprovação técnica por Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, na II Reunião do Comité de Coordenação, realizada em Maputo, em Abril de 2010, do “Programa de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul para a Implementação da CNUCD e Gestão Sustentável das Terras”;

xi) Congratularam-se com a realização das conferências nacionais Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente em todos os Estados membros, num processo que promoveu um amplo debate em torno de questões ambientais e que culminou na realização, em Brasília, em Junho passado, da Conferência Internacional Infanto-juvenil “Vamos Cuidar do Planeta”. Reconheceram a importante contribuição dos resultados desse processo, que envolveu 550 escolas e dez mil estudantes dos Estados membros, além de vasta gama de instituições governamentais e da sociedade civil, para o Programa de Educação Ambiental da CPLP;

xii) Congratularam-se com os resultados da Reunião Preparatória do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, que identificou áreas prioritárias de cooperação para o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados membros, a serem exploradas com o apoio da participação social. Neste contexto, comprometeram-se a envidar esforços para que se realize, ainda no corrente ano, o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP.

9. Registaram a criação da Confederação Empresarial da CPLP, a 21 de Março de 2010, em Lisboa, que, integrando as associações empresariais e empresas do espaço da CPLP, se constitui como representante destas e instrumento privilegiado para potenciar e incentivar experiências e oportunidades de negócios entre os países lusófonos, ampliando as possibilidades de trocas e de criação de mais parcerias, com vantagens para todos os países de língua portuguesa.

Reconhecendo a importância dos sectores empresarial e sindical para a consecução dos objectivos da CPLP, registaram, com interesse, a iniciativa conjunta da Confederação Empresarial da CPLP e da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa de propor a criação do Conselho Económico e Social da Comunidade, envolvendo os parceiros sociais, empresariais e sindicais dos Estados membros da CPLP. Colocaram as instâncias relevantes da CPLP à disposição da Confederação Empresarial e da Comunidade Sindical para o exame conjunto da proposta.

10. Tomaram boa nota das decisões das Reuniões Ministeriais Sectoriais, e outras, ocorridas desde a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lisboa, em Julho de 2008:

i) Exortaram o Secretariado Executivo da CPLP a dar seguimento às deliberações da II Conferência de Ministros responsáveis pela Juventude e pelo Desporto, em Lisboa, em Março de 2009;

ii) Regozijaram-se com a aprovação, em Maio de 2009, pela II Reunião dos Ministros da Saúde do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP) e respectivo Fundo Sectorial;

iii) Registaram, com satisfação, a realização, em Brasília, em Junho de 2009, da IV Reunião de Ministros de Agricultura e Segurança Alimentar, precedida do II Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, reconhecendo o imperativo de que a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural continuem a ser um dos temas prioritários da cooperação no âmbito comunitário e comprometendo-se a envidar esforços a fim de assegurar a realização do III Simpósio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável da CPLP, ainda no corrente ano, em Bissau.

Nesse contexto, saudaram a realização, em Brasília, em Maio passado, do “Diálogo

Brasil - África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, reunião para a qual o Secretariado Executivo da CPLP prestou importante apoio e que resultou no anúncio de iniciativas concretas de cooperação com os países do continente africano. Congratularam-se, nesse contexto, pela relevante participação no evento de representantes de todos os PALOP, bem como de Timor-Leste, na qualidade de observador;

iv) Saudaram a realização da I Reunião dos Ministros das Finanças da CPLP, em 29 de Junho de 2009, como fórum privilegiado para a concretização da cooperação económica e financeira entre os Estados membros, nomeadamente através da promoção e concertação política e técnica em matéria de finanças públicas e sistemas financeiros;

v) Registaram a realização da Reunião Extraordinária de Ministros responsáveis pelas Políticas de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, em Agosto de 2009, que decidiu reforçar a cooperação no domínio da avaliação independente de instituições e cursos de ensino superior no espaço da CPLP e o lançamento de um Centro Unesco para a formação avançada em ciências;

vi) Saudaram as conclusões da X Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em Fortaleza, em Fevereiro de 2010, que reforçou deliberações emanadas da IX Reunião dos Ministros do Trabalho e Óbidos, realizada em Março de 2009.

Incitaram os Estados membros da CPLP a concluir e ratificar os instrumentos bilaterais de Direito Internacional em matéria de Segurança Social já negociados; e estimularam os Estados membros a celebrar entre si acordos bilaterais de Segurança Social para alavancar a realização de um Acordo Multilateral de Segurança Social entre os países da Comunidade.

Congratularam-se com a ratificação, por todos os Estados membros da CPLP, da

Convenção n.º 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil e o cumprimento das responsabilidades dela decorrente.

Instaram, ainda, os Estados membros que, até à data o não fizeram, a ratificar a Convenção n.º 138 da OIT sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego;

vii) Congratularam-se com a I Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, em Março de 2010, que aprovou a “Estratégia da CPLP para os Oceanos”, que constitui uma visão integrada para a promoção do desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as respectivas jurisdições nacionais.

Neste âmbito, saudaram a aprovação de iniciativas específicas e de linhas de acção que conduzem à execução da estratégia, como o Atlas dos Oceanos da CPLP e a dinamização da cooperação para desenvolvimento dos respectivos projectos de extensão da plataforma continental bem como da investigação científica e protecção ambiental associada, tendo em conta as necessidades de cada um dos Estados membros, que permitirão partilhar informação e conhecimento sobre o Mar da CPLP e dinamizar unidades de investigação com capacidade para a produção de uma rede de informação e respectivas bases de dados sobre o tema;

viii) Reiteraram a importância da II Conferência de Ministros responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP, em Maio de 2010, que, entre outras decisões, acordou elaborar um Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM/CPLP) e respectivo Plano de Acção;

ix) Saudaram a realização da VI Reunião de Ministros de Turismo da CPLP, em Maio passado, em S. Paulo, que acordou intensificar as relações de cooperação técnica e económica na área do turismo, para um desenvolvimento sustentável, por se tratar de

um sector que requer recurso a mão-de-obra intensiva, gerando emprego e rendimentos, assim contribuindo para a redução da pobreza;

x) Registaram, igualmente, a realização da VII Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, em Junho passado, destacando o seu aval às propostas de revisão dos Estatutos e do Regimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a importância atribuída ao Acordo Ortográfico como instrumento essencial para a unidade da Língua Portuguesa e seu reconhecimento internacional.

11. Tomaram nota da realização em Junho de 2010, da IV Reunião entre os Observadores Consultivos da CPLP e o Secretariado Executivo, fórum privilegiado para a promoção do diálogo com a sociedade civil dos Estados membros, facilitando a sua aproximação à Organização, nomeadamente ao participarem na implementação dos projectos da CPLP.

12. Registaram a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a CPLP e a UNITAR (Instituto das Nações Unidas para a Formação e Pesquisa), em Agosto de 2009, com vista a desenvolver e executar, conjuntamente, projectos de capacitação e formação em matéria de direitos humanos, meio ambiente, administração pública e liderança de jovens recém-formados;

Registaram, igualmente, a assinatura dos Memorandos de Entendimento entre a CPLP e a Organização Mundial de Saúde (OMS) e entre a CPLP e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA), que visam respectivamente robustecer a execução do PECS/CPLP junto dos Estados membros e a capacitação da cooperação em IST, VIH e SIDA;

Tomaram nota, também, da conclusão de um Protocolo de Financiamento entre o Secretariado Executivo da CPLP e o Instituto da Água de Portugal para a realização de acções de cooperação para o desenvolvimento

nos países da CPLP nas áreas do ambiente e dos recursos hídricos.

13. No âmbito da promoção e divulgação da Língua Portuguesa e Acção Cultural:

i) Saudaram a realização da Conferência Internacional Sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial e da VI Reunião Extraordinária de Ministros da CPLP, que tiveram lugar em Brasília, entre 25 e 31 de Março de 2010, e adoptaram o “Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”.

Instaram, assim, os Estados membros a viabilizar a execução do Plano de Acção de Brasília, coordenando esforços com o IILP, as Comissões Nacionais do Instituto, as entidades da sociedade civil, com vista a implementar estratégias comuns para: a implantação da Língua Portuguesa nas organizações internacionais; a promoção e difusão do ensino da Língua Portuguesa no espaço da CPLP, nas diásporas e como língua estrangeira; a aplicação do Acordo Ortográfico; e a difusão pública da Língua Portuguesa nos diferentes meios de comunicação social;

ii) Congratulam-se com a proposta de Portugal de realizar, em 2012, a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial;

iii) Tomaram nota da realização da Reunião Extraordinária do Conselho Científico do IILP, ocorrida em Lisboa, de 25 a 27 de Maio de 2009; da IV e V Reunião Ordinária do Conselho Científico, ocorridas na Cidade da Praia, respectivamente, de 7 a 10 de Julho de 2009, e de 12 a 14 de Julho de 2010;

Congratularam-se com a recomendação de atribuir, no próximo biénio, a Direcção Executiva do IILP ao Brasil na pessoa do Professor Gilvan Müller de Oliveira, bem com a escolha de Cabo Verde para a Presidência do Conselho Científico do IILP na pessoa da Dra. Maria Helena Sousa Lobo.

iv) Aprovaram os novos Estatutos e Regimento interno do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e, tratando-se de instrumentos essenciais para a conclusão do processo de refundação daquele Instituto, instaram os Estados membros a cumprir, tão breve quanto possível, as formalidades constitucionais para a sua ratificação;

v) Congratularam-se com a celebração, pela primeira vez, do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP em 5 de Maio último, após a sua instituição por Resolução do Conselho de Ministros, reunido na Cidade da Praia, em 20 de Julho de 2009;

vi) Saudaram a realização da II e III Edição da Semana Cultural da CPLP, apoiada pelo Secretariado Executivo e pelas Missões Diplomáticas dos Estados membros acreditadas em Lisboa, que visou aproximar a CPLP da sociedade civil, com várias actividades culturais, desde mostras de artes plásticas e fotografia, jornadas de música e dança a colóquios sobre a CPLP e a Lusofonia.

vii) Congratularam-se, igualmente, com o lançamento do Programa CPLP nas Escolas, lançado durante a III Semana Cultural da CPLP, no qual foram visitadas diversas escolas no Distrito de Lisboa, onde foram criados Clubes CPLP, que visam permitir a interacção entre crianças dos diferentes Estados membros e o ensejo de aproximar e dar a conhecer a CPLP aos mais jovens.

Instaram, assim, o Secretariado Executivo a prosseguir esforços para a implementação deste programa e para que o alargue a outros Estados membros;

14. Tomaram nota da adopção, pelo Conselho de Ministros, das seguintes resoluções:

i) O Regulamento dos Observadores Associados;

ii) A Revisão do Manual das Missões de Observação Eleitoral da CPLP;

iii) A Alteração dos Estatutos da CPLP e o Funcionamento Provisório do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);

iv) A Nomeação de Embaixador de Boa Vontade;

v) A Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;

vi) O Fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP;

vii) A Realização do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP;

viii) A Aprovação dos Estatutos e Regimento Interno do IILP;

ix) O Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2010;

x) O Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2010;

xi) O Relatório da Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP no ano de 2009.

15. Tomaram nota da adopção, pelo Conselho de Ministros, da seguinte Declaração:

i) Declaração de Apreço à Directora Executiva do IILP, Professora Doutora Amélia Arlete Dias Rodrigues Mingas;

16. Aprovaram as seguintes Declarações:

i) Declaração sobre “A Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP”;

ii) Declaração de Apreço ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio da Silva;

iii) Declaração de Homenagem à Poetisa Alda Espírito Santo;

iv) Declaração de Homenagem ao Presidente da Assembleia Parlamentar Dr. Francisco Silva;

v) Declaração de Homenagem ao Escritor e Prémio Nobel José Saramago;

vi) Declaração de Homenagem ao Presidente João Bernardo Vieira.

17. Congratularam-se com a entrada em

vigor da Constituição de Angola, que assinala uma nova etapa na vida política, social e económica no país, consagrando o respeito pelos princípios e valores fundamentais de um Estado Democrático e de Direito.

Saudaram os passos significativos de reconstrução nacional e o compromisso do Governo de Angola no combate à pobreza, à construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e ao desenvolvimento humano.

18. Acolheram, com satisfação, a disponibilidade da República de Moçambique para acolher a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, prevista para o ano de 2012.

19. Congratularam as autoridades angolanas pela excelente organização e expressaram o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensada a todos os participantes na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita e assinada em Luanda, a 23 de Julho de 2010

DECLARAÇÃO SOBRE A SOLIDARIEDADE NA DIVERSIDADE NO ESPAÇO DA CPLP

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Luanda, na sua XV Reunião Ordinária, no dia 22 de Julho de 2010;

Consciente de que a Solidariedade é elemento fundamental da génese e dos objectivos da CPLP;

Considerando que os Chefes de Estado e de Governo da CPLP na Declaração Constitutiva da Organização sublinharam o compromisso de reforçar os laços de fraternidade, de solidariedade e de cooperação entre os povos que têm a língua portuguesa como um dos

fundamentos da sua identidade;

Tendo em conta a decisão da construção de uma Comunidade assente na língua portuguesa, entendida como factor de identidade, desenvolvimento e afirmação internacional desses países;

Consciente do compromisso reiterado da CPLP de conjugação de esforços para a promoção, difusão e projecção internacional da Língua Portuguesa;

Consciente de que o espaço da CPLP, Comunidade pluricontinental, é também distinguido e enriquecido pela sua diversidade cultural e pelo multilinguismo dos seus Estados membros;

Tendo em conta as recomendações da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2002 e a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005;

Tendo ainda em conta que se celebra em 2010 o Ano Internacional da Aproximação de Culturas, proclamado pela Organização das Nações Unidas

Considerando o trabalho que vem a ser desenvolvido pela Aliança das Civilizações na governação da diversidade cultural e a adesão da CPLP e dos Estados membros ao Grupo de Amigos daquela Aliança.

DECLARA:

1. *Reafirmar* o seu compromisso de reforçar a solidariedade no espaço da CPLP e trabalhar para a plena concretização dos objectivos gerais inscritos na Declaração Constitutiva, através do contínuo aprofundamento da concertação política e diplomática, da cooperação em todos os domínios e da promoção e difusão da Língua Portuguesa;

2. *Reconhecer* a diversidade cultural e o multilinguismo como factores de

enriquecimento da Comunidade, a serem protegidos e valorizados;

3. *Aprofundar* o diálogo intercultural entre os povos da CPLP, com vista a promover o maior conhecimento mútuo;

4. *Recomendar* que as acções de cooperação no âmbito da Comunidade sejam sempre pautadas pelos ideais de desenvolvimento compartilhado e solidário e pleno respeito pela diversidade de visões do mundo, exortando os Estados membros para que a concretização desses propósitos tome em consideração o alcance, objectivos e principais resultados propostos pela Agenda Internacional, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a mitigação da mudança climática, a segurança alimentar e a adequada resposta à crise económica e financeira.

5. *Encomendar* a elaboração de uma Estratégia de apoio ao desenvolvimento económico dos Estados membros da CPLP, especialmente em benefício dos países menores e menos avançados, à semelhança do que vem sendo feito nos casos da Guiné-Bissau e Timor-Leste;

6. *Instar* os Estados membros que, até a presente data não o fizeram, a aderir ou ratificar a Convenção da UNESCO sobre a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005 e outros instrumentos relacionados com a diversidade cultural e o multilinguismo;

7. *Encorajar* a Presidência e o Secretariado Executivo a estabelecer parceria com a Aliança das Civilizações para a formulação de uma estratégia sobre a governação da diversidade no espaço da CPLP, no âmbito de implementação do Programa da Aliança 2009-2011;

8. *Envidar* esforços para preservar, valorizar e promover o património cultural comum da Comunidade, para uma maior projecção dessa memória colectiva.

9. *Reafirmar* a função crucial da Língua Portuguesa na génese da CPLP, na sua construção, no seu futuro e como elemento impulsionador de convergência na diversidade;

10. *Reiterar* o seu empenho no desenvolvimento de acções, programas e projectos, especialmente na área de investigação, que promovam o conhecimento das diferentes línguas nacionais dos Estados membros e que concorram para o ensino da Língua Portuguesa em contextos multilinguísticos;

11. *Promover* a utilização dos novos meios de comunicação, inclusive a televisão, para difundir a Língua Portuguesa e a cultura dos Países da CPLP;

12. *Implementar*, no decurso da Presidência angolana, o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, levando-se em consideração a diversidade cultural e o multilinguismo nos Estados membros.

Feita em Luanda, em 22 de Julho de 2010

DECLARAÇÃO DE APREÇO AO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), reunida na Cidade de Luanda, República de Angola, na sua VIII Reunião Ordinária, no dia 23 de Julho de 2010.

Reconhecendo o valioso contributo do Presidente Lula da Silva para o desenvolvimento da Comunidade e para a prossecução dos objectivos da Organização, bem como a sua liderança no processo de promoção e difusão da Língua Portuguesa no sistema mundial;

Tendo em conta os seus esforços e a sua dedicação no fortalecimento das relações

entre o Brasil e o continente africano, com particular destaque para os países africanos de língua oficial portuguesa;

Expressa um voto de louvor e apreço a Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo empenho, zelo e determinação colocados ao serviço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, durante o seu exercício como Presidente da República Federativa do Brasil.

Feita em Luanda, a 23 de Julho de 2010

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA
AOS REFUGIADOS DOS CAMPOS
DE TINDOUF
26/07/2010

O Governo brasileiro realizou doação ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, a fim de contribuir para ações de assistência humanitária nos campos de refugiados em Tindouf, na Argélia.

Os recursos, no valor de US\$ 300 mil, serão utilizados para compra de bens considerados prioritários para a garantia de segurança alimentar e nutricional dos refugiados do Saara Ocidental que vivem em Tindouf. O processo de doação será acompanhado pela Embaixada do Brasil em Argel.

COMUNICADO CONJUNTO
DIVULGADO AO FINAL DA IV
REUNIÃO DE MINISTROS DO GRUPO
BASIC - RIO DE JANEIRO - 25 E 26 DE
JULHO DE 2010
26/07/2010

Texto original em inglês

Joint Statement issued at the conclusion of the
Fourth Meeting of Ministers of the BASIC Group

The fourth meeting of BASIC country Ministers on climate change took place in Rio de Janeiro on the 25th and 26th of July 2010. H.E. Ambassador Antonio de Aguiar Patriota, Acting Minister of External Relations of Brazil, H.E. Izabella Teixeira, Minister for Environment of Brazil, H.E. Xie Zhenhua, Vice Chairman of the National Development and Reform Commission of China, H.E. Jairam Ramesh, Minister of State (Independent Charge), Environment and Forests of India, and H.E. Minister Buyelwa Sonjica, Minister of Water and Environmental Affairs of South Africa attended the meeting. In line with the “BASIC-plus” approach, additional participants were invited. The Special Envoy of Venezuela for Climate Change, Claudia Salerno Caldera, attended as an observer. Other invited countries were not able to attend.

Ministers reiterated the importance of the two pronged approach, which envisages, on one hand, an ambitious and comprehensive outcome for the negotiations under both the Ad Hoc Working Group on Long-Term Cooperative Action under the UNFCCC and the Ad Hoc Working Group on Further Commitments by Annex I Parties under the Kyoto Protocol, and, on the other hand, considers the elements for an equitable and balanced outcome in Cancún, covering, for example, different initiatives which could be supported by fast-start finance.

Ministers agreed that fast-start finance will be the key for an effective result in the climate change negotiations in Cancún. They expressed their concern with the lack of operational guidelines for the provision of such resources and the need for such financing to effectively be new and additional, as well as provided as grants on a concessional basis, respecting the definitions of the UNFCCC and the understandings achieved in Copenhagen.

Ministers also stressed the need for detailed and comprehensive information on fast start financing flows provided by developed countries, to be made available officially. They also indicated the need for fast start financing to cover, in a balanced way, all the pillars of the Bali Action Plan, including adaptation and technology development and transfer.

Ministers reaffirmed their support for the G77 and China proposal regarding the financial mechanism of the UNFCCC and expressed their appreciation for the convergence within the negotiations on the creation of a new fund to fight climate change. They were of the view that public financing should play the major role as a predictable source of financing. In this sense, they stressed the importance that the work of the UN Secretary-General's High-level Advisory Group on Climate Change Financing fulfill the expectations of developing countries and be in accordance with the principles of the UNFCCC.

Ministers highlighted the importance of achieving a balanced outcome in Cancún. They noted the distinction between MRV of emission reduction commitments by developed countries, which is related to compliance and comparability, and MRV of nationally appropriate mitigation actions (NAMAs) by developing countries, which is related to transparency. Ministers emphasized that work on the MRV of international support must advance urgently, including through the development of common procedures for the reporting of finance. They underscored that only supported NAMAs should be subject to international MRV, in conjunction with the MRV of international support, while non-supported NAMAs will apply a domestic MRV. International consultations and analysis of information regarding non-supported actions would be useful to enhance transparency, through a multilateral technical

exchange under the UNFCCC.

Ministers also underscored their support for the aspirational objective of keeping global temperature increase below 2°C with regard to pre-industrial levels, bearing in mind that social and economic development and poverty eradication are the first and overriding priorities of developing countries. A global goal for emission reductions should be preceded by the definition of a paradigm for equitable burden sharing. They emphasized that equitable access to carbon space must be considered in the context of sustainable development, the right to which is at the heart of the climate change regime, and which demands the implementation of ambitious financing, technological support and capacity building.

Following the guidance defined by Ministers at their Cape Town meeting, experts from BASIC countries met and exchanged views on issues of equity. Ministers welcomed the results of these consultations. They underlined the need for further collaboration among BASIC experts on this issue, with a view to understanding the economic, social, scientific and technical implications of equitable access to carbon space and strengthening a common consideration of this matter. Ministers emphasized the issue of equitable access to carbon space as a central element in the building of a balanced and comprehensive outcome for the climate change negotiations.

Ministers emphasized the importance of the unity of the Group of 77 and China and its role in multilateral negotiations, including in the construction and strengthening of the climate change regime. They also highlighted the role of BASIC as part of the Group of 77 and China and the importance that the BASIC countries maintain their full participation in the discussions and activities of the Group. In thanking the representative of Venezuela

for her presence and meaningful contribution, they decided to continue the “BASIC-plus” approach in order to foster transparency and benefit from a variety of views on climate change issues. They also agreed to broaden consultations with other groups of countries, with a view to actively contribute to a successful and ambitious outcome in Cancún and beyond.

Ministers welcomed the offer of China to host the Fifth Meeting of Ministers of the BASIC Group on the 10th and 11th of October and commented on the strategic nature of the meeting as preparation for the Sixteenth Conference of the Parties to the UNFCCC (COP-16) and the Sixth Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol (CMP-6). A meeting of experts would be held alongside this Ministerial meeting, in order to take forward the discussions on equitable access to carbon space and also address issues related to trade policy and climate change.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA NICARÁGUA, DANIEL ORTEGA
27/07/2010

O Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, realizará visita oficial ao Brasil em 28 de julho, em retribuição à visita que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou àquele país em agosto de 2007, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro.

Ao examinarem os principais pontos da agenda bilateral, os Presidentes deverão tratar, entre outros, de temas como a participação brasileira em projetos de desenvolvimento da infraestrutura nicaraguense, programas de cooperação técnica em matéria social e instrumentos para ampliar o comércio e os investimentos.

A visita do Presidente Ortega também permitirá avaliação, no mais alto nível, das

perspectivas para maior aproximação entre o Brasil e a América Central. O Brasil é, desde 2008, membro observador do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e encontra-se em processo de adesão ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE). Nesse contexto, os Presidentes poderão trocar impressões sobre possíveis avanços no diálogo entre o MERCOSUL e o SICA durante o presente semestre, quando o Brasil ocupará a presidência pro tempore do MERCOSUL.

Os Presidentes deverão, ainda, examinar o andamento do processo de integração da América Latina e Caribe, impulsionado pelas Cúpulas de Sauípe (dezembro de 2008) e de Cancún (fevereiro de 2010).

De janeiro a junho de 2010, o fluxo comercial entre Brasil e Nicarágua somou US\$ 26,5 milhões, com crescimento superior a 50% em relação a igual período de 2009.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA NICARÁGUA, DANIEL ORTEGA -
COMUNICADO CONJUNTO
28/07/2010

O Presidente da República da Nicarágua, Daniel Ortega Saavedra, realizou, nesta data, visita oficial à cidade de Brasília, a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Na ocasião, os dois mandatários registraram, com viva satisfação, o excelente momento por que passam as relações entre os dois países, amparadas por sólidas bases de amizade, cooperação e efetiva integração, e manifestaram o desejo de aprofundar, de forma concreta, esses laços.

Os Presidentes tiveram a oportunidade intercambiar opiniões sobre temas que integram a agenda bilateral, bem como a

respeito da conjuntura regional e internacional.

O encontro se desenvolveu em ambiente de cordialidade e entendimento, tendo sido acordado emitir o seguinte

COMUNICADO CONJUNTO

1. Os Presidentes reiteraram seu firme compromisso com a defesa dos valores democráticos e do Estado de Direito, assim como com a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

2. Reafirmaram seu empenho na defesa e no fortalecimento do multilateralismo e reconheceram o papel central da ONU para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para a promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável. Nesse contexto, os Presidentes expressaram apoio à ampliação do Conselho de Segurança em suas categorias permanente e não permanente, com vistas a torná-lo mais representativo das realidades políticas e econômicas contemporâneas, inclusive quanto ao papel dos países em desenvolvimento no cenário internacional. Ao reconhecer a tradicional contribuição do Brasil aos esforços da comunidade internacional em prol da paz e da segurança internacionais, o Presidente Ortega manifestou que a Nicarágua apóia as aspirações do Brasil de integrar-se como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.

3. Aplaudiram o encerramento, em 27 de maio último, dos trabalhos de campo na Nicarágua da Missão para a Assistência de Eliminação de Minas na América Central (MARMINCA) e a transformação da América Central em região livre do flagelo das minas terrestres antipessoal. A conclusão desse esforço, que contou com a participação militar brasileira, deverá liberar a utilização dessas áreas para fins produtivos, com geração de

emprego e renda para as populações locais.

4. Comprometeram-se a colaborar estreitamente nos esforços para o combate à mudança do clima e a proteção ao meio-ambiente, levando em conta o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e as respectivas capacidades nacionais. Da mesma forma, sublinharam a urgente necessidade de ampliar a escala de recursos disponíveis para enfrentar os efeitos adversos da mudança climática.

5. Reiteraram sua satisfação com os resultados logrados nas Cúpulas América Latina-Caribe (CALC) e enfatizaram a importância da gradual convergência da CALC e do Grupo do Rio na Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC). Compartilharam a visão de que a CELAC contribuirá para a conformação de um espaço regional latino-americano e caribenho integrado, com base em princípios e valores comuns como a unidade, a democracia, a equidade e o desenvolvimento com justiça social.

6. Sublinharam que o caminho mais seguro rumo a sociedades menos vulneráveis e desiguais, livres da fome, da pobreza, do analfabetismo e da exclusão socioeconômica é assegurar a todos os povos a possibilidade de desenvolver-se. Nesse sentido, consideraram fundamental, em benefício dos mais necessitados, o fortalecimento de atividades de ajuda ao desenvolvimento, pautadas pelos parâmetros da humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência.

7. O Presidente Daniel Ortega manifestou, na ocasião, seu apoio à candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO, na eleição que ocorrerá em junho de 2011.

8. O Presidente Lula da Silva saudou o fato de que o êxito do Programa Produtivo Alimentar “Hambre Cero” representa conquista para toda a sociedade nicaraguense

e expressou sua satisfação pelo fato de o Brasil ter podido contribuir para essa fundamental iniciativa.

9. O Presidente Ortega agradeceu a colaboração brasileira para a realização do IV Censo Agrícola da Nicarágua, que terá início em março de 2011. Os dois presidentes entendem ser esse passo decisivo para que a Nicarágua realize seu potencial agrícola, em benefício da segurança alimentar e nutricional de sua população.

10. No âmbito regional, os Presidentes do Brasil e da Nicarágua expressaram seu compromisso de trabalhar em prol da unidade e integração dos povos latino-americanos e caribenhos, nos planos político e econômico.

11. Coincidiram em acompanhar com atenção a evolução do quadro político hondurenho e o processo de redemocratização no país e da normalização das relações com a OEA. Tomaram nota da formação da Comissão de Alto Nível que fará recomendações à Assembleia Geral daquela organização.

12. Os dois mandatários exortaram a Colômbia e a Venezuela a buscar caminhos para retomar diálogo que permita o restabelecimento das boas relações entre os dois países.

13. O Presidente Lula reiterou sua disposição em contribuir para o aperfeiçoamento da infraestrutura nicaraguense, sobretudo nos setores energético, portuário e viário. Os dois mandatários expressaram grande satisfação pela aprovação do financiamento do BNDES, no valor de US\$ 342 milhões para as obras da Usina Hidrelétrica de Tumarín. Nesse sentido, reiteraram seu apoio à finalização das negociações com o BCIE para o financiamento da central hidrelétrica, bem como à ulatimação e assinatura dos contratos atinentes à referida obra.

14. Saudaram, ademais, a perspectiva de realização dos projetos hidrelétricos de Brito e Boboquê, que contribuirão adicionalmente

para o aprimoramento da infra-estrutura de geração e da segurança energética da Nicarágua. O Presidente Lula solicitou às autoridades competentes que se estude a possibilidade de participação brasileira nesses empreendimentos.

15. Os dois Presidentes reconheceram que a energia é recurso essencial para a melhoria das condições de vida dos povos e que o acesso à energia é elemento relevante para o crescimento econômico com equidade e inclusão social. Coincidiram quanto à importância do desenvolvimento de sistemas energéticos mais limpos, economicamente viáveis, acessíveis e sustentáveis e da promoção do acesso à energia e a tecnologias e práticas energéticas eficientes em todos os setores. O Presidente Lula reiterou seu apoio à Nicarágua, no sentido de aumentar, conforme necessário, a contribuição de fontes de energia renováveis em sua matriz energética, e incentivar o uso mais limpo e eficiente dos combustíveis fósseis e outros combustíveis.

16. O Presidente Lula confirmou o interesse brasileiro de que a Nicarágua considere favoravelmente a adoção do sistema de TV Digital ISDB-T com inovações brasileiras, ressaltando que a adoção de um sistema comum de TV Digital pelos dois países poderia redundar no fomento à cooperação bilateral nas áreas industrial, acadêmica, de capacitação de recursos humanos, de propriedade intelectual, ademais de apoio técnico à digitalização da televisão nicaraguense e a implementação de centros para o desenvolvimento de aplicações interativas e conteúdos na Nicarágua.

17. Constataram, com grande satisfação, o fortalecimento do intercâmbio comercial bilateral, que, nos primeiros seis meses do ano corrente, registrou um aumento mais de 50% em relação ao mesmo período de 2009. Essa tendência denota que já se iniciou processo de recuperação e que os efeitos da crise

econômica de 2009 estão sendo superados. Comprometeram-se a buscar mecanismos para tornar mais equilibrado o comércio bilateral.

18. O Presidente Lula instruiu as autoridades competentes a apoiar o processo de criação, por parte do Exército da Nicarágua, de unidades especializadas na defesa do meio ambiente e na execução de obras públicas.

19. Os dois mandatários sublinharam as possibilidades de desenvolver ações de cooperação bilateral em matéria esportiva, com ênfase na capacitação em futebol.

20. Destacaram o intenso e efetivo trabalho realizado em matéria de cooperação técnica, o que permitiu a assinatura dos Ajustes Complementares que aprovam os seguintes projetos:

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nicarágua para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano na Nicarágua”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nicarágua para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica e Implementação de Mecanismos para o Manejo Sustentável do Sistema de Águas Pluviais das Bacias dos Lagos Manágua e Nicarágua”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nicarágua para Implementação do Projeto “Plano de Desenvolvimento Turístico do Departamento de Rio San Juan”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nicarágua para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Política Pública de Prevenção à Violência Infantil”

VISITA AO BRASIL DA
ADMINISTRADORA-GERAL DO
PNUD, SENHORA HELEN CLARK

29/07/2010

A Administradora-Geral do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Helen Clark, realiza visita a Brasília nos dias 28 e 29 de julho. A Senhora Clark foi Primeira-Ministra da Nova Zelândia entre 1999 e 2008.

No dia 28, Helen Clark foi recebida pelo Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, com quem assinou Memorando de Entendimento para avançar a cooperação entre o PNUD e o Ministério da Saúde no Haiti. Encontrou-se também com o Secretário-Geral do Itamaraty e Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota.

No dia 29, será recebida pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Participará, no Palácio Itamaraty, de mesa redonda sobre cooperação Sul-Sul, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com presença de alguns dos principais parceiros da ABC – entre eles, Embrapa, Senai e Fiocruz - na cooperação técnica prestada pelo Governo brasileiro. O Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial do Itamaraty, Embaixador Ruy Nogueira, oferecerá almoço para a Administradora-Geral do PNUD, com presença da Ministra do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes, da Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilceia Freire, e do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Em seguida, Helen Clark será recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, com quem assinará Acordo-Quadro reforçando a parceria entre o PNUD

e o Governo brasileiro, tanto na cooperação recebida quanto na cooperação prestada pelo Brasil a países em desenvolvimento.

ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES
DIPLOMÁTICAS COM A REPÚBLICA
DAS ILHAS MARSHALL
29/07/2010

Por meio de Comunicado Conjunto subscrito em 27 de julho do corrente, em Nova York, pelos respectivos Representantes Permanentes junto às Nações Unidas, o Brasil e as Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas, conforme as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961.

A iniciativa inscreve-se no esforço do Governo brasileiro de valorizar e aprofundar as relações com os países do Pacífico Sul.

ENCONTRO ENTRE O PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E O
PRESIDENTE DO URUGUAI, JOSÉ
MUJICA – RIVERA/SANTANA DO
LIVRAMENTO, 30 DE JULHO DE 2010
29/07/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manterá encontro de trabalho, em 30 de julho, com o Presidente do Uruguai, José Mujica, na fronteira entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera.

Os Presidentes deverão analisar a evolução dos temas principais da agenda bilateral, em particular os projetos de maior impacto potencial no desenvolvimento da região de fronteira, tais como a interconexão elétrica, a ligação entre as malhas ferroviárias, a construção de uma segunda ponte sobre o

Rio Jaguarão e a implantação da Hidrovia Uruguai-Brasil na Lagoa Mirim. Além desses temas, os Presidentes examinarão iniciativas para fortalecer a integração produtiva, os investimentos e a cooperação em matéria de defesa, em ciência e tecnologia e no campo da pesca e da aquicultura.

Por ocasião da reunião presidencial, deverão ser assinados o Acordo sobre a Hidrovia Brasil – Uruguai, Acordo de Cooperação em matéria de Defesa, Memorando para Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica e de Inovação e Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil e o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Uruguai. No primeiro semestre de 2010, as trocas bilaterais somaram US\$ 1,3 bilhão, representando crescimento de 23% em relação ao mesmo período de 2009. O Brasil é não apenas o principal fornecedor do Uruguai, mas também o principal destino das exportações uruguaias.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO PARAGUAI – VILLA
HAYES, 30 DE JULHO DE 2010
29/07/2010

A convite do Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, em 30 de julho, em Villa Hayes, cidade nas cercanias de Assunção, de cerimônia alusiva ao início das obras de construção de linha de transmissão de energia elétrica e de subestação conversora a serem conectadas à Itaipu Binacional.

Essas obras decorrem da Declaração Conjunta “Construindo uma Nova Etapa no Relacionamento Bilateral”, firmada pelos Presidentes do Brasil e do Paraguai em 25 de julho de 2009, em Assunção.

O financiamento das obras da linha de transmissão e da subestação deverá ser feito por meio do Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM).

No primeiro semestre de 2010, as trocas comerciais bilaterais cresceram 62% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações brasileiras em 2010 somam US\$ 1,2 bilhão e as importações provenientes do Paraguai totalizam aproximadamente US\$ 280 milhões.

COMUNICADO CONJUNTO DA
REUNIÃO DOS PRESIDENTES LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA E JOSÉ
ALBERTO MUJICA CORDANO

30/07/2010

Os Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Oriental do Uruguai, José Alberto Mujica Cordano, encontraram-se na fronteira dos dois países, nas cidades de Santana do Livramento e Rivera, para reforçar os vínculos de amizade entre os povos brasileiro e uruguaio e aprofundar a cooperação em diversas áreas de interesse comum. Os dois Mandatários passaram em revista o amplo espectro da relação bilateral e discutiram a evolução dos trabalhos da Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva Brasil-Uruguai (CBPE).

Os Presidentes:

1. Ressaltaram o diálogo fluido existente entre o Brasil e o Uruguai, amparado pelos profundos laços de amizade e de cooperação política, econômica e cultural entre os dois países e pela ampla coincidência de valores em defesa dos princípios democráticos, dos direitos humanos, do respeito ao direito internacional e da solução pacífica de controvérsias. Ressaltaram,

igualmente, seu firme compromisso com o fortalecimento da integração bilateral e regional, destacando a importância do MERCOSUL e da UNASUL como instâncias primordiais de integração política, social, econômica e comercial da região.

2. Congratularam-se pela realização do encontro na fronteira, que simboliza o espírito de integração existente entre os dois países. Enfatizaram a importância de iniciativas que promovam o desenvolvimento integrado das cidades de fronteira e melhorem a qualidade de vida de sua população, por meio de um tratamento diferenciado em matéria econômica, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso a serviços públicos essenciais. Nesse sentido, renovaram compromisso com a implementação do “Ajuste Complementar ao Acordo sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho de Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios para a Prestação de Serviços de Saúde”. Ressaltaram, ademais, a necessidade de avançar rapidamente no financiamento pelo FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL) do projeto de saneamento integrado de Aceguá-Brasil e Aceguá-Uruguai, cujo êxito poderá servir de modelo para outras iniciativas semelhantes na fronteira comum.

3. Manifestaram sua satisfação pela assinatura, nesta data, do Acordo sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil. A Hidrovia facilitará o transporte de passageiros e de cargas entre os dois países e permitirá o acesso de empresas mercantes brasileiras e uruguaias aos mercados de ambos os países, oferecendo uma alternativa de baixo custo para o transporte multimodal na área de influência da Bacia da Lagoa Mirim, gerando desenvolvimento na fronteira entre os dois países.

4. Celebraram a assinatura, nesta data, do Acordo sobre Cooperação no Âmbito da

Defesa. O instrumento, que reflete o elevado grau de confiança mútua existente entre os dois países, constitui importante marco para o diálogo estratégico entre o Brasil e o Uruguai na área da Defesa. Oferece um amplo quadro legal para o aprofundamento da cooperação bilateral na matéria, incluindo, dentre outros, a troca de experiências sobre políticas de defesa e operações; pesquisa, desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; promoção de ações combinadas de treinamento e exercícios conjuntos, além do intercâmbio de instrutores e alunos das instituições militares dos dois países.

5. Registraram, igualmente, a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil e o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai para fomentar a cooperação em matéria de pesca e aquicultura entre ambos os países.

6. Destacaram a importância do salto qualitativo nas relações bilaterais propiciado pela crescente integração produtiva entre Brasil e Uruguai. Nesse sentido, reiteraram sua satisfação pela criação da Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva Brasil-Uruguai (CBPE), instrumento de grande interesse estratégico para os dois países, e registraram a realização da I Reunião da CBPE, em 31 de maio último, em Brasília. As atividades da Comissão serão fundamentais para dinamizar o processo de integração bilateral e atender às aspirações de desenvolvimento e prosperidade de ambos os países.

Com relação aos projetos, temas e iniciativas tratados no âmbito da CBPE, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente José Alberto Mujica Cordano:

Porto de Águas Profundas em La Paloma

7. Expressaram sua satisfação pela realização, nos dias 30 de junho e 1º de julho, de missão técnica brasileira a La Paloma e a

Montevideu, composta por representantes da Secretaria Especial de Portos e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), com o objetivo de avaliar as possibilidades de cooperação com o Uruguai na realização dos estudos de demanda e de viabilidade técnica do projeto.

8. Instruíram as autoridades competentes a identificar, de forma conjunta, potenciais formas de participação brasileira nas etapas de planejamento e execução das obras. Nesse sentido, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou a determinação de que a Secretaria de Portos avalie meios de transferir conhecimento na área de planejamento e execução de obras de construção, ampliação e manutenção de portos.

Integração ferroviária e Porto Seco de Rivera

9. Reconheceram que a promoção da integração ferroviária entre o Brasil e o Uruguai e a construção de um Porto Seco em Rivera são de fundamental importância para o intercâmbio comercial entre os dois países e para o escoamento de produtos brasileiros e uruguaios.

10. Tomaram nota da apresentação, por ocasião da I Reunião da CBPE, de dados que demonstram as novas demandas econômicas da região, bem como da realização de obras de recuperação, ora em andamento, da linha Montevideu-Rivera. Determinaram que as autoridades competentes nos dois países dêem continuidade aos estudos de viabilidade técnica e econômica e à realização de reuniões periódicas, a fim de avançar no intercâmbio de experiências e na identificação de oportunidades de cooperação e de investimentos, incluindo a participação da iniciativa privada, no sistema ferroviário dos dois países.

11. Registraram, nesse contexto, a realização de missão técnica ao Uruguai do Ministério dos Transportes e da Agência

Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no dia 21 de julho corrente, com o propósito de intercambiar informações e dados técnicos e iniciar a discussão de medidas concretas de promoção da integração ferroviária entre os dois países. Nesse contexto, congratularam-se pelo compromisso de reativação do trecho Cacequi-Livramento, anunciado pelo lado brasileiro durante a referida missão técnica.

Hidrovia Uruguai-Brasil

12. Concordaram que é necessário proceder, no prazo mais breve possível, à realização dos investimentos necessários para a implantação da Hidrovia Uruguai-Brasil, incluindo obras de infra-estrutura, dragagem, balizamento e sinalização. Nesse contexto, determinaram que sejam convocadas reuniões entre os órgãos competentes, a fim de identificar potenciais fontes de financiamento das obras e de coordenar as ações que serão realizadas. Registraram, nesse contexto, a realização do seminário técnico sobre a implantação da Hidrovia, no dia 16 de julho corrente, em Porto Alegre, com a participação de autoridades brasileiras e uruguaias.

Nova Ponte sobre o Rio Jaguarão e Restauração da Ponte Barão de Mauá

13. Reiteraram a importância da execução das obras de restauração da Ponte Barão de Mauá e de construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão para a integração dos dois países. Nesse sentido, tomaram nota da entrega do projeto básico relativo à restauração da ponte Barão de Mauá, bem como dos avanços na elaboração do projeto executivo e dos estudos ambientais relativos à construção da nova ponte.

14. Instruíram as autoridades competentes a convocar, no prazo mais breve possível, reunião da Comissão Mista para a Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão e do

Grupo Técnico para a Restauração da Ponte Mauá, de modo a assegurar avanços no curto prazo. Determinaram que a Comissão Mista tome decisão, com base nos estudos em andamento, sobre a localização da nova ponte, de modo a permitir o lançamento da licitação das obras. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a decisão do Brasil de arcar com a maior parte dos custos da construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão.

Centro de Convenções e Feiras de Montevideu

15. Reconheceram a importância da construção do Centro de Convenções e Feiras de Montevideu para a promoção do turismo no Uruguai, que incentivará a realização de feiras, congressos e eventos culturais e esportivos de grande porte no país, contribuindo para o ingresso de capitais na economia uruguiaia.

16. Tomaram nota dos contatos preliminares mantidos, em maio último, entre autoridades uruguaias e brasileiras, com o propósito de discutir os requisitos para a realização do projeto e a concessão de financiamento, bem como a definição da entidade que será responsável pela administração do projeto.

17. Instruíram as equipes técnicas de ambos os países a dar seguimento ao intercâmbio de informações com vistas a avaliar as possibilidades de apoio brasileiro à estruturação e à execução do projeto.

Intercâmbio de energia elétrica

18. Congratularam-se pelo acordo alcançado entre as empresas energéticas UTE e ELETROBRAS para o estudo de empreendimentos conjuntos de geração em ambos os países.

19. No marco da construção da linha de interconexão elétrica entre San Carlos (Uruguai) e Candiota (Brasil), reiteraram a importância do projeto como forma de

aumentar as capacidades de intercâmbio de energia elétrica.

20. Instruíram as autoridades competentes a intensificar as reuniões com vistas a assegurar as condições normativas adequadas para permitir tal intercâmbio, respeitando os marcos regulatórios de cada país. Determinaram que estas preparem, num prazo de 90 dias, uma proposta de Tratado que promova a integração energética, mediante fórmulas de intercâmbio tanto de energia firme como interruptível, respeitando os marcos regulatórios de cada país.

Sistema de Pagamentos de Moeda Local (SML)

21. Reafirmaram o interesse de ambos os países na implantação, no menor prazo possível, do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre o Brasil e o Uruguai, que contribuirá para facilitar as transações bilaterais e reduzir custos operacionais, estimulando o fluxo comercial e financeiro entre os dois países.

22. Expressaram sua satisfação pelos avanços obtidos na definição dos marcos regulatórios e na realização dos testes do sistema de informática necessários para a implantação do SML. Saudaram a conclusão dos trâmites legais no Uruguai para a entrada em operação do SML e o envio ao Congresso Nacional, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 12/05/10, de projeto de lei para autorizar o Banco Central do Brasil a abrir crédito ao Banco Central do Uruguai, sob a forma de margem de contingência reciprocamente concedida, no valor de US\$ 40 milhões. Determinaram que o sistema entre em operação tão logo os procedimentos técnicos e legislativos sejam concluídos em ambos os países.

23. Concordaram com a necessidade de reforçar a divulgação e disseminar o conhecimento sobre o SML. Solicitaram que os

Bancos Centrais e os órgãos encarregados do comércio exterior dos dois países promovam, em agosto próximo, evento de divulgação do SML no Uruguai, com o objetivo de esclarecer o funcionamento e as vantagens do sistema para empresários brasileiros e uruguaios.

Integração Produtiva

24. Reafirmaram o caráter estratégico da integração produtiva entre os dois países como forma de alcançar maior equilíbrio nas trocas comerciais e destacaram a existência de grande potencial de cooperação nos setores de biotecnologia, energia eólica, metal-mecânica, eletrônica e software, lácteos, couro, química e látex, naval e aeronáutico, entre outros.

25. Saudaram a realização, no dia 18 de junho último, de encontro empresarial em São Paulo entre representantes dos setores com maior potencial de integração, no qual foram avaliadas oportunidades de negócio entre empresários dos dois países, com base na compilação dos diversos projetos de integração produtiva apresentados até o momento.

26. Determinaram que a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Ministério da Indústria, Energia e Mineração do Uruguai (MIEM) garantam o seguimento dos encontros setoriais já realizados e consolidem calendário, no prazo mais breve possível, de eventos empresariais, com ênfase na realização de rodadas de negócios e identificação de oportunidades concretas de integração produtiva. Instruíram que a ABDI e o MIEM assegurem a participação não apenas dos empresários, mas também de instituições financeiras que possam contribuir para a viabilização dos projetos identificados. Instruíram, no marco da CBPE, a ABDI e o MIEM, em coordenação com as respectivas Chancelarias, a tomar as providências necessárias à realização do III Encontro Empresarial em São Paulo em setembro próximo.

Ciência, Tecnologia e Inovação

27. Registraram, com satisfação, a inclusão do tema “ciência, tecnologia e inovação” no âmbito da Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva Brasil-Uruguai e a realização de reunião, no dia 18 de junho último, entre representantes dos órgãos competentes dos dois países.

28. Congratularam-se pela celebração, nesta data, do Memorando de Entendimento para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica e de Inovação, que prevê a intensificação do trabalho conjunto em áreas como bio e nanotecnologia, energia, tecnologia industrial e engenharia de produção, meio ambiente, novos materiais, biomedicina, tecnologias da informação e das comunicações, matemática aplicada e modelagem e setor espacial.

29. Comprometeram-se a incentivar a integração de cadeias produtivas de indústrias e de serviços dos dois países, particularmente em setores intensivos em conhecimento. Coincidiram na avaliação de que recursos do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM) poderiam ser utilizados para o financiamento de experiências-piloto de integração em áreas de fronteira.

30. Acolheram com entusiasmo a possibilidade de o Uruguai ampliar sua participação no Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB), havendo, para tanto, recomendado o início das consultas formais junto ao lado argentino, com vistas à concretização desse projeto.

31. Registraram o êxito da Missão brasileira de ciência, tecnologia e inovação

ao Uruguai, nos dias 26 e 27 de julho de 2010, a qual estabeleceu elementos para um programa de trabalho bilateral em áreas como biotecnologia, integração produtiva na fronteira e intercâmbio de experiências de inovação.

32. Manifestaram satisfação com o avanço das negociações e dos contatos entre empresas uruguaias e brasileiras nos setores de biotecnologia, fármacos e insumos farmacêuticos, que esperam venham a propiciar maior integração produtiva e tecnológica neste setor, além de maior acesso aos respectivos mercados pelas empresas públicas e privadas de ambos os países.

Santana do Livramento/Rivera, em 30 de julho de 2010.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DO
ENCONTRO ENTRE O PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
E O PRESIDENTE DO URUGUAI
JOSÉ MUJICA - RIVERA/SANTANA DO
LIVRAMENTO -
BRASÍLIA, 30 DE JULHO DE 2010
30/07/2010

I – Acordo sobre cooperação no âmbito da defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai

II – Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e lacustre na hidrovía Uruguai-Brasil

III – Memorando de entendimento e entre o Ministério da Pesca e Agricultura da República Federativa do Brasil e o Ministério

da Pecuária, Agricultura e Pesca da República Oriental do Uruguai

IV - Memorando de entendimento para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica e de Inovação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

XXXIX REUNIÃO DO CONSELHO DO
MERCADO COMUM (CMC) E CÚPULA DE
PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO
MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS -
SAN JUAN (ARGENTINA),
2 E 3 DE AGOSTO DE 2010
30/07/2010

Serão realizadas, em San Juan, Argentina, em 2 e 3 de agosto, respectivamente, a XXXIX Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) e a Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados.

Entre os principais temas em discussão nessas reuniões, figurarão a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, o Código Aduaneiro do Mercosul, os avanços no Parlamento do MERCOSUL, as negociações de acordo de livre comércio com o Egito, e a concessão de preferências tarifárias ao Haiti.

No contexto da Cúpula, deverão ser aprovados projetos financiados pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), tais como a construção de estrada entre Concepción e Puerto Vallemi, no Paraguai; a implantação de linhas de transmissão elétrica na Argentina, no Paraguai e no Uruguai; e a instalação da Biblioteca da Universidade Federal da Integração Latino-

Americana, bem como do Instituto Mercosul de Estudos Avançados.

Na Sessão Ampliada do Conselho Mercado Comum, estarão presentes, além dos Ministros das Relações Exteriores, os Ministros da Justiça e do Interior dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, com o objetivo de discutir questões relativas à segurança regional, à circulação de pessoas e à cooperação jurídica entre os países do Bloco. Está prevista a assinatura do Acordo para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação e Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Estudos de Nível Primário e Secundário.

Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai deverão firmar também o Acordo sobre o Sistema Aquífero Guaraní, em negociação desde 2004.

Ao final da Cúpula, a Argentina transmitirá a presidência de turno do Mercosul para o Brasil, que a ocupará até dezembro de 2010.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA
AOS REFUGIADOS COLOMBIANOS
NO EQUADOR
30/07/2010

O Governo e o povo brasileiro realizaram doação ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em assistência humanitária aos refugiados colombianos que vivem no Equador.

A doação, no valor de 500 mil dólares, será prioritariamente utilizada na aquisição de alimentos e de materiais necessários para abrigar salas de aulas, nas regiões onde se encontram os refugiados. A ação humanitária será acompanhada pela Embaixada do Brasil em Quito.

ENCONTRO DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA COM A
PRESIDENTA DA ARGENTINA,
CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER -
SAN JUAN, 3 DE AGOSTO DE 2010
02/08/2010

Ao término da Cúpula do Mercosul na cidade argentina de San Juan, em 3 de agosto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manterá reunião de trabalho com a Presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. O encontro bilateral constituirá a V Reunião Presidencial do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), criado em 2008 com o objetivo de assegurar o acompanhamento e a avaliação dos temas e projetos de cooperação estratégicos para os dois países.

Os Presidentes do Brasil e da Argentina avaliarão o andamento dos 20 projetos de cooperação no âmbito do MICBA, que abrangem as áreas nuclear, espacial, de saúde, ciência e tecnologia, integração energética e de infraestrutura, temas migratórios, sistema de pagamentos em moeda local, entre outros. Os Presidentes deverão, ainda, dar continuidade ao diálogo de alto nível sobre a necessidade de manter a fluidez do comércio bilateral e tratarão de temas de interesse mútuo na agenda regional e mundial.

O Brasil é o principal sócio comercial da Argentina. No primeiro semestre de 2010, as exportações brasileiras para a Argentina cresceram 58,1%, atingindo US\$ 7,8 bilhões; a importação de produtos argentinos somou, no período, US\$ 6,7 bilhões, com crescimento de 34,6%. A corrente de comércio, no valor de US\$ 14,5 bilhões, aumentou 46,3%, quando comparada ao mesmo período de 2009.

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO
MERCOSUL - EGITO
02/08/2010

Foi assinado hoje, em San Juan, na Argentina, o Acordo de Livre Comércio Mercosul - Egito, que finaliza processo de negociação iniciado em 2004. O instrumento firmado com o Egito é o segundo acordo de livre comércio do Mercosul com parceiro extrarregional. Sua conclusão, além de promover oportunidades comerciais concretas, reafirma o interesse dos países do bloco em negociar acordos comerciais ambiciosos. O Acordo com o Egito vem ampliar entendimentos com parceiros no Oriente Médio e no mundo árabe. Além do ALC Mercosul - Israel, já vigente, estão em curso negociações comerciais com a Jordânia, com o Marrocos e com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite, Omã). O novo Acordo assegura importantes oportunidades para as exportações brasileiras. Dos 25 principais produtos exportados pelo Brasil para o Egito no ano passado, 22 terão tarifa de zero no final do período de desgravação. O montante dessas exportações brasileiras alcança cerca de US\$ 1,3 bilhão. O ALC cria novas oportunidades para exportações de produtos como frango, café solúvel, papel, automóveis, entre outros. O Governo brasileiro faz registro da contribuição da Presidência Pro Tempore argentina do Mercosul para a conclusão das negociações.

Informações Complementares

- O Acordo de Livre Comércio Mercosul
- Egito, concluído hoje, é resultado de 5 rodadas negociadoras realizadas desde o início do processo, em 2004.

- Trata-se de um acordo de abertura de mercados para bens, com cláusula evolutiva sobre a possibilidade de entendimentos, no futuro, sobre acesso a mercados em serviços e investimentos.

- O Acordo tem os seguintes capítulos: comércio de bens, regras de origem, salvaguardas preferenciais e solução de controvérsias.

- O Acordo tem “cestas” de bens nas seguintes categorias: A (desgravação imediata), B (quatro anos), C (oito anos), D (dez anos) e E (produtos para os quais o cronograma de desgravação será negociado uma vez o ALC entre em vigor).

- A oferta egípcia para o Mercosul nas cestas A a D cobre cerca de 97% do universo tarifário (46% nas cestas A e B) e beneficia, ao final do período de desgravação, cerca de 95% do total das exportações brasileiras.

- A oferta do Mercosul para o Egito nas cestas A a D cobre 99% do universo tarifário (32% nas cestas A e B) e beneficia, ao final do período de desgravação, cerca de 99% das exportações egípcias para o Brasil.

- Em 2009, o intercâmbio bilateral Brasil - Egito chegou a US\$ 1,5 bilhão, com exportações brasileiras de US\$ 1,4 bilhão e importações de US\$ 87,7 milhões. Naquele ano, os principais produtos exportados pelo Brasil para o Egito foram minério de ferro (20% do total), açúcar (17,1%), carne bovina desossada congelada (13,9%) e aeronaves (8,9%). As principais importações provenientes do Egito foram de adubos ou fertilizantes (64,1% do total) e algodão (8,5%).

- O Egito tem acordos de livre comércio com a União Europeia, Turquia, países do Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa) e países membros da Área de Livre Comércio Panárabe. A partir do

Acordo de Livre Comércio com o Egito, os exportadores dos países do Mercosul passam a se beneficiar de condições semelhantes de acesso àquele mercado já usufruídas pelos países que integram os agrupamentos acima.

DECLARAÇÃO CONJUNTA - SAN JUAN,
2 DE AGOSTO DE 2010 - ACORDO
SOBRE O AQUÍFERO GUARANI
02/08/2010

Os Chanceleres da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, reunidos em San Juan, República Argentina, em 2 de agosto de 2010, congratulam-se pela recente assinatura do Acordo sobre o Aquífero Guarani e reafirmam sua vontade política de avançar na definição daqueles aspectos programáticos necessários a sua pronta e efetiva aplicação.

As Chancelarias iniciarão, na brevidade possível, a negociação do protocolo adicional sobre procedimento arbitral previsto no Artigo 19, parágrafo 2º, do Acordo.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO XXXIX
CONSELHO DO MERCADO COMUM -
SAN JUAN, 2 DE AGOSTO DE 2010
03/08/2010

As Decisões aprovadas neste Conselho do Mercado Comum reafirmam a vontade política dos países do Mercosul de consolidar e aprofundar a União Aduaneira.

A Cúpula de San Juan entra para a história das Cúpulas do Mercosul. Trata-se da mais bem-sucedida, sobretudo em matéria econômico-comercial, desde Ouro Preto em 2004.

Decisões do Mercosul

Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum

Em decisão histórica, o Mercosul definiu um programa para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio entre os sócios. Essa decisão resultou de um longo e difícil processo negociador. Permitirá atingir o objetivo de consolidar a União Aduaneira, como consagrado no Protocolo de Ouro Preto, de 1994.

Código Aduaneiro do Mercosul

Foi aprovado o Código Aduaneiro do Mercosul, ferramenta de fundamental importância para a plena operação da União Aduaneira. O Código uniformiza as normas e procedimentos aduaneiros dentro do bloco. Terá efeitos diretos sobre a circulação de bens dentro do Mercosul.

Projetos FOCEM

Foram aprovados 9 (nove) projetos, que perfazem a cifra recorde de US\$ 795 milhões, dos quais US\$ 650 milhões financiados com recursos do FOCEM. Trata-se de projetos estruturantes para o desenvolvimento regional, sobretudo do Paraguai e do Uruguai. Os projetos envolvem linhas de transmissão elétrica, rodovias, apoio a pequenas e médias empresas, reforma de escolas públicas e saneamento básico.

Os projetos aprovados neste Conselho e os futuros serão implementados segundo procedimentos operacionais mais ágeis previstos no novo Regulamento do FOCEM.

O novo Regulamento prevê, pela primeira vez, um “Tratamento Mercosul”, que determina que os recursos aplicados no FOCEM serão integralmente destinados a empresas e fornecedores do Bloco.

São os seguintes os projetos:

1) Paraguai (US\$ 98 milhões): Recuperação e Pavimentação Asfáltica da Rodovia

Concepción – Puerto Vallemí. A rodovia, no Departamento de Concepción, será a maior daquele país.

2) Paraguai (US\$ 555 milhões): Linha de Transmissão Itaipu – Villa Hayes. A iniciativa binacional terá importância estratégica para o desenvolvimento industrial do Paraguai e assegurará a estabilidade do fornecimento de energia ao país.

3) Uruguai (US\$ 106 milhões): Interconexão 500 MW Uruguai – Brasil.

4) Argentina (US\$ 16 milhões): Interconexão Iberá – Paso de los Libres.

5) Argentina (US\$ 670 mil): Pequenas e médias empresas exportadoras de bens de capital, plantas fabris e serviços de engenharia.

6) Argentina (US\$ 7,9 milhões): Edifícios de ensino obrigatório em Santa Fé. Projeto para a reforma de edifícios de escolas públicas

7) Brasil (US\$ 6 milhões): Ampliação do Sistema de Saneamento em Ponta Porã. O projeto aumentará significativamente a quantidade de domicílios com acesso ao sistema municipal de saneamento.

8) Mercosul (US\$ 3 milhões): Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás: o Brasil apoiará a capacitação de pequenas e médias empresas dos sócios no setor de petróleo e gás.

9) Mercosul (US\$ 3 milhões): Intensificação e Complementação Automotiva no Mercosul: o Brasil estimulará a competitividade de pequenas empresas dos sócios no setor automotivo das regiões metropolitanas de Buenos Aires, Córdoba, São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Assunção e Montevidéu.

Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul

O Protocolo de Contratações Públicas será concluído até o final de 2010. Será assegurado às empresas do Mercosul tratamento nacional e não-discriminatório, ademais de margem de preferência em relação a fornecedores de extra-zona nas licitações realizadas pelos governos dos Estados Partes.

Preferências Tarifárias para Produtos Têxteis do Haiti

O Mercosul aprovou autorização para que os Estados Partes outorguem preferências tarifárias para produtos têxteis do Haiti. A decisão contribui para o desenvolvimento econômico e social do Haiti. Os esforços de reconstrução decorrentes do terremoto conferem significado ainda maior à iniciativa.

Aquífero Guarani

Foi assinado o Acordo sobre o Aquífero Guarani, que percorre uma extensão de mais de 1 milhão de quilômetros quadrados entre os países do bloco. O Aquífero é uma das maiores reservas de água doce do planeta e é de interesse estratégico para o Brasil. O acordo reafirma a soberania dos países e amplia as ações conjuntas para a conservação e aproveitamento sustentável e dos recursos hídricos, com benefícios para as gerações presentes e futuras.

Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH)

O IPPDH iniciará seu funcionamento na sua sede em Buenos Aires. O Dr. Victor Abramovich foi designado Diretor-Executivo do Instituto. O IPPDH elaborará políticas comuns em direitos humanos e promoverá eventos relacionados ao tema.

Acordo-Marco de Cooperação MERCOSUL-Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação

Os Estados Partes do Mercosul e Associados firmaram o “Acordo-Marco

de Cooperação para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação”, que estabelece instrumento de cooperação entre as polícias, com vistas a constituir equipes para investigar ilícitos transnacionais.

O Acordo permite investigação mais ágil desses ilícitos mediante o levantamento conjunto e simultâneo de provas nos territórios de qualquer Estado Parte e/ou Associado e a livre atuação dessas equipes nos territórios envolvidos.

Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário/Fundamental/Básico e Médio/Secundário

O Acordo estabelece equivalências entre os sistemas educativos dos Estados Partes do Mercosul e Associados para facilitar a mobilidade dos estudantes na região e o reconhecimento mútuo dos seus estudos primários e secundários.

Cooperação Técnica

Foram assinados três Memorandos de Entendimento que abrem novas possibilidades de recebimento de cooperação técnica: com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Relacionamento Externo Egito

O Mercosul assinou Acordo de Livre Comércio com o Egito.

O Acordo servirá para dinamizar ainda mais o comércio bilateral com o Egito. As exportações brasileiras para aquele país têm crescido consistentemente desde o início da década, acumulando crescimento de 502% no período 2000-2009. Em 2009, as exportações brasileiras para o Egito totalizaram US\$ 1,443 bilhão, com expressivo saldo comercial em favor do Brasil.

XXXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DO MERCADO COMUM –
SAN JUAN, ARGENTINA, 3 DE AGOSTO
DE 2010 - COMUNICADO CONJUNTO
DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS
PARTES DO MERCOSUL
03/08/2010

Los Presidentes de la Argentina, Cristina Fernández de Kirchner; del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; del Paraguay, Fernando Lugo; y del Uruguay, José Mujica; y el Ministro del Poder Popular para Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela, Nicolás Maduro Moros, en representación del Presidente Hugo Chávez Frías, reunidos en la ciudad de San Juan, los días 2 y 3 de agosto de 2010, en ocasión de la XXXIX Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR:

1. Saludaron la participación de los Presidentes de Bolivia, Juan Evo Morales; y de Chile, Sebastián Piñera, y de la Secretaria de Relaciones Exteriores de México, Patricia Espinosa Cantellano.

2. Expresaron también su satisfacción por la presencia del Ministro de Comercio e Industria de Egipto, Rashid Mohamed Rashid; del Secretario General de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), Néstor Kirchner; de la Secretaria Ejecutiva de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Alicia Bárcena; así como también por la presencia de los Secretarios Generales de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), José Félix Fernández Estigarribia; del Presidente Ejecutivo de la Corporación Andina de Fomento (CAF), Dr. Enrique García Rodríguez; y del Director de la Oficina de Representación de la SEGIB en Montevideo, Norberto Iannelli.

3. Renovaron su compromiso con los

principios y objetivos fijados por el Tratado de Asunción, convencidos de que el MERCOSUR es un desafío histórico, que compromete a la voluntad de sus pueblos y que constituye, además, una alianza estratégica para enfrentar los retos que impone el actual contexto internacional.

4. Se comprometieron asimismo a continuar trabajando por el crecimiento económico y social sostenido, en un contexto de seguridad jurídica, equilibrio y reciprocidad, con la convicción de que éstos constituyen factores esenciales para la prosperidad económica y el bienestar social.

5. Resaltaron la importancia de una rápida conclusión del proceso de adhesión de la Republica Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR como miembro pleno, concientes que dicha adhesión redundará en beneficio del fortalecimiento del bloque de manera de seguir impulsando la integración regional.

6. Tomaron nota de la realización de la Reunión de Ministros de Economía y Presidentes de Bancos Centrales del MERCOSUR y Estados Asociados, y reiteraron la necesidad de profundizar la coordinación macroeconómica en el MERCOSUR, destacando los avances del Grupo de Monitoreo Macroeconómico y del Proyecto de Cooperación Técnica y Financiera de la Unión Europea y el MERCOSUR “Apoyo al Monitoreo Macroeconómico”.

Se congratularon por la fuerte recuperación económica de los países de la región frente a los efectos de la crisis internacional, gracias a la fortaleza de la situación macroeconómica previa y a la implementación de políticas contracíclicas.

7. Resaltaron la importancia de la Decisión adoptada por el Consejo Mercado Común con relación al proceso de eliminación del doble cobro del arancel externo común y distribución

de la renta aduanera, así como de la aprobación del Código Aduanero del MERCOSUR. Ambos instrumentos constituyen pasos decisivos en el perfeccionamiento de la Unión Aduanera y demuestran el compromiso de los Estados Partes con la consolidación del MERCOSUR.

8. Se congratularon por los progresos alcanzados en el ámbito de la Comisión de Comercio del MERCOSUR (CCM), en especial por la aprobación del Documento Único Aduanero del MERCOSUR y el Manual de Procedimiento de Control del Valor en Aduana del MERCOSUR. Además destacaron los progresos en la Implementación del Sistema de Validación de Información Aduanera de Comercio Intrazona.

9. Resaltaron la importancia de la cooperación en la coordinación de políticas y armonización de las normas para garantizar la sostenibilidad del ambiente y los recursos naturales en los países del bloque, respetando el hábitat y las costumbres de las comunidades locales, en particular, las indígenas.

10. Renovaron su entusiasmo respecto al Fondo de Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), teniendo en cuenta que los diversos proyectos aprobados en ese ámbito reflejan su utilidad como instrumento eficaz para superar las asimetrías, en particular de los países y regiones menos desarrolladas del MERCOSUR, y así garantizar que los beneficios resultantes del proceso de integración sean plenamente aprovechados.

En tal sentido, expresaron su satisfacción con la aprobación de los nueve proyectos, que alcanzan una cifra cercana a los US\$ 800 millones. Los mismos son:

Construcción de la línea de transmisión eléctrica 500 kv Itaipú- Villa Hayes, la Subestación Villa Hayes y la ampliación de la Subestación margen derecha de Itaipú; Interconexión Eléctrica de 500MW Uruguay-

Brasil; Rehabilitación y pavimentación asfáltica del tramo Concepción Vallemí; Vínculo de Interconexión en 132 Kv ET Iberá – ET Paso de los Libres Norte; Intervenciones integrales en los edificios de enseñanza obligatoria en los departamentos General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay y San Javier- Provincia de Santa Fe; Ampliación del sistema de saneamiento de Ponta Porã – MS; Calificación de Proveedores de la Cadena Productiva de Petróleo y Gas; Intensificación y Complementación Automotriz en el Ámbito del MERCOSUR y Pymes Exportadoras de Bienes de Capital, Plantas Llave en Mano y Servicios de Ingeniería;

11. Valoraron muy positivamente los avances registrados en el ámbito del Grupo de Integración Productiva del MERCOSUR, en particular la puesta en funcionamiento del portal empresarial, diseñado específicamente para que los interesados puedan acceder a información de carácter jurídico y económico de los Estados Partes con el objetivo de lograr una más amplia asociatividad en la región, así como los diversos proyectos conjuntos en desarrollo. Asimismo, expresaron satisfacción por los avances producidos en el Grupo de Integración Productiva de las Misiones en cuyo ámbito se creó el Centro de Asociatividad Empresaria (CAE) con el propósito de generar una amplia red para promover y asesorar a los empresarios interesados en vincularse con contrapartes regionales.

12. Agradecieron a la Agencia Española de Cooperación Internacional (AECID), así como al Centro de formación para la Integración Regional (CEFIR) y a la Corporación Andina de Fomento (CAF) el respaldo para la conformación de instrumentos y estructuras para la consolidación de los objetivos del Grupo de Integración Productiva del MERCOSUR.

13. Resaltaron la relevancia del Fondo MERCOSUR de Garantías para Micro,

Pequeñas y Medianas Empresas como un instrumento efectivo para avanzar en la integración productiva del MERCOSUR. En ese contexto instruyeron a los Estados Partes a proceder a su reglamentación, a la mayor brevedad posible, a los efectos de posibilitar su implementación en forma armónica con los mecanismos nacionales de financiamiento de los Estados Partes.

14. Ratificaron la importancia del fortalecimiento institucional del bloque en todas sus dimensiones, incluyendo el Parlamento del MERCOSUR, el sistema de solución de controversias y el sistema normativo.

15. Manifestaron su voluntad de dar un renovado impulso a la integración fronteriza entre los países de la región. En este sentido, destacaron la realización de la X Reunión del Grupo Ad Hoc sobre Integración Fronteriza del MERCOSUR, que tuvo lugar en Buenos Aires el 16 y 17 de junio de 2010, y se congratularon por los avances logrados en la negociación del Anteproyecto de Acuerdo sobre Localidades Fronterizas Vinculadas.

16. Reiteraron la necesidad de una conclusión satisfactoria y equilibrada de las negociaciones de la Ronda de Doha, que contemple especialmente los intereses y necesidades de los países en desarrollo, de conformidad con los mandatos acordados en las Conferencias Ministeriales de la Organización Mundial del Comercio (OMC) de Doha (2001) y Hong Kong (2005).

17. Valoraron los progresos realizados en el marco del Sistema Global de Preferencias Comerciales entre países en Desarrollo (SGPC), considerando que una culminación exitosa de la III Ronda de Negociaciones del SGPC a fines de septiembre de 2010 fortalecerá los lazos comerciales entre los Países en Desarrollo que participan en la Ronda y, en general, el comercio Sur – Sur.

18. Tomaron nota de los debates en el marco del G20 y destacaron los compromisos de reforma, fortalecimiento de la legitimidad, capitalización y aumento de recursos de las instituciones financieras internacionales. Saludaron el aumento de recursos de los Bancos Regionales y la emisión de nuevos Derechos Especiales de Giro por el FMI. Además, destacaron la propuesta de un nuevo marco de cooperación y de coordinación de políticas macroeconómicas destinado a la promoción de un crecimiento global fuerte, sustentable y equilibrado.

Asimismo, destacaron el compromiso de avanzar en la implementación del Banco del Sur, así como la importancia del Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos (CPCR) de la ALADI y de las iniciativas de pago de transacciones comerciales en monedas locales, tales como el Sistema de Moneda Local (SML) y el Sistema Único de Compensación de pagos Regionales (SUCRE), como formas de profundizar la cooperación económica y financiera en la región.

19. Expresaron su satisfacción por los resultados de la pasada cumbre MERCOSUR-UE celebrada en Madrid, así como por la realización del XVII Comité de Negociaciones Birregionales, la cual constituyó la primera ronda formal desde el relanzamiento de las negociaciones para alcanzar un Acuerdo de Asociación Interregional. Los Jefes de Estado recordaron que el objetivo del MERCOSUR es obtener un acuerdo comprehensivo y equilibrado que proporcione a ambas regiones beneficios en términos de comercio, crecimiento y empleo.

20. Manifestaron la importancia de continuar fortaleciendo las negociaciones externas del MERCOSUR. En ese sentido, se congratularon por la firma del Tratado de Libre Comercio MERCOSUR-Egipto, primer entendimiento comercial del bloque

con un país del mundo árabe, que servirá para incrementar y profundizar las relaciones comerciales entre ambas partes.

21. Destacaron la realización de la Segunda Ronda de Negociación del Acuerdo de Libre Comercio entre MERCOSUR y Jordania, y de la Segunda Reunión del Comité de Administración Conjunta del Acuerdo Comercial Preferencial MERCOSUR-India. Asimismo, vieron con agrado el acuerdo alcanzado con la Autoridad Nacional Palestina para comenzar a negociar un Acuerdo Comercial en el próximo semestre. Manifestaron el interés de iniciar un dialogo con la República Árabe de Siria, con miras a celebrar un Acuerdo Marco MERCOSUR- Siria.

22. Se congratularon por la celebración de la II Reunión de la Comisión Administradora del Acuerdo de Complementación Económica Nº 58 y destacaron los avances alcanzados con Colombia y Ecuador en la IV Reunión de la Comisión Administradora del Acuerdo de Complementación Económica Nº 59. En ese marco, saludaron los avances logrados en la negociación MERCOSUR-Colombia sobre Comercio de Servicios y exhortaron a la pronta conclusión de ese acuerdo. Además, destacaron la importancia de la realización de la XIV Reunión de la Comisión Administradora del Acuerdo de Complementación Económica Nº 35.

23. En atención a los diferentes niveles de desarrollo entre los países de MERCOSUR, reafirmaron su compromiso de impulsar la obtención, en todas las negociaciones externas encaradas por el MERCOSUR con terceros países y agrupaciones de países, de un trato especial y diferenciado para Paraguay por su condición geográfica de país sin litoral marítimo y por su menor grado de desarrollo económico.

24. Expresaron la importancia de continuar implementando medidas concretas de apoyo a Bolivia, en vista de las dificultades económicas y sociales, que significa la pérdida de acceso a mercados por la suspensión unilateral de las

preferencias arancelarias extra-regionales, y determinaron la continuación de las medidas adoptadas para que sus países absorban en el año 2011 un monto de hasta 30 millones de dólares en exportaciones bolivianas.

25. Resaltaron la aprobación de la “Estructura del Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos (IPPDDHH)” y coincidieron en que el funcionamiento del Instituto contribuirá al fortalecimiento del Estado de Derecho en los Estados Partes, además de favorecer a la consolidación de los Derechos Humanos como eje fundamental de la identidad y desarrollo del MERCOSUR. Asimismo, se congratularon por la designación del Dr. Víctor Abramovich como primer Secretario Ejecutivo de la citada institución.

26. Tomaron conocimiento de las propuestas elaboradas en la Cumbre Social del MERCOSUR, desarrollada en la Provincia del Chaco los días 24, 25 y 26 de julio de 2010 y reafirmaron el compromiso de impulsar la participación y el protagonismo social en el proceso de integración regional, con el objetivo de avanzar en la profundización de sociedades más inclusivas y equitativas en la región.

27. Se congratularon por la creación de la Reunión Especializada de Estadísticas del MERCOSUR, ámbito en el cuál se deberá alcanzar un Sistema Estadístico Armonizado del MERCOSUR, a través de la adopción de metodologías comunes.

28. Destacaron la diversificación del MERCOSUR en materia de cooperación técnica, que se manifestó mediante la suscripción de Acuerdos con la Corporación Andina de Fomento (CAF), con la Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS) y con la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO), destinados a apoyar los trabajos de los órganos del MERCOSUR. Estos acuerdos podrán contribuir a que

el MERCOSUR fortalezca su proceso de integración y afiance su desarrollo.

29. Manifestaron su beneplácito por los avances de la cooperación con la UE y con la AECID a través de los múltiples proyectos en áreas de interés común.

30. Manifestaron el interés en explorar nuevas áreas de cooperación entre los Estados Partes, tal como la mitigación de los efectos dañinos de la Plaga del Picudo, que afecta a los países productores de algodón del bloque.

31. Celebraron con beneplácito el enfoque integral de desarrollo contenido en el documento elaborado por la Secretaría Ejecutiva de la CEPAL “La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir”, y compartieron la visión de un desarrollo que reduzca la pobreza y las desigualdades, colocándose a la igualdad como centro de todos los esfuerzos para alcanzar un mayor bienestar de los pueblos latinoamericanos, y considerándose a la misma no exclusivamente en términos de acceso a las oportunidades sino también como titularidad de derechos.

32. Reiteraron que la promoción, la protección y el respeto irrestricto de los Derechos Humanos son un eje central del proceso de integración. Asimismo, reafirmaron la importancia de avanzar progresivamente hacia una posición concertada en los diversos foros multilaterales de derechos humanos en los que actúan nuestros países.

32. Saludaron el primer encuentro de la Comisión de Coordinación de Ministros de Asuntos Sociales del MERCOSUR, que tuvo lugar el 9 de junio pasado, como espacio político que, desde un enfoque integral, facilita la concertación en la toma de decisiones estratégicas, en políticas sociales y la coordinación, articulación

y complementación intersectorial en el MERCOSUR. En ese contexto, destacaron los compromisos asumidos por los Ministros en el marco de la Declaración de Buenos Aires “Avanzando Juntos, Construyendo un MERCOSUR Social y Participativo”.

Reafirmaron que la consolidación de la dimensión social de políticas sociales es un eje fundamental en el desarrollo del MERCOSUR y, en tal sentido, reiteraron la importancia de alcanzar la plena puesta en funcionamiento del Instituto Social del MERCOSUR.

Tomaron nota del proyecto de Economía Social y Solidaria en el MERCOSUR a fin de promover la formación y fortalecimiento de emprendimientos productivos, MiPyMES y otras pequeñas unidades productivas con el objeto de lograr mejorar las estrategias de producción, comercialización, diseño y calidad en las ventas de sus productos y/o servicios, incrementar el valor agregado de los mismos e incorporar a estos sectores en los beneficios del comercio intrarregional.

33. Expresaron la relevancia que tiene la elaboración de un inventario de coincidencias en las políticas de empleo de cada uno de los países lo que permite continuar el desarrollo de Directrices Regionales Comunes. Coincidieron, además, en la importancia de la ejecución de los Planes Regionales de Inspección del Trabajo y Erradicación del Trabajo Infantil. Finalmente destacaron la particular atención que merece la elaboración de un plan para la facilitación de la circulación de trabajadores y la necesidad de seguir avanzando en el proceso de revisión de la Declaración Sociolaboral.

Asimismo, expresaron su satisfacción por el reconocimiento del MERCOSUR como observador permanente en la Conferencia Internacional de la Organización Internacional del Trabajo (OIT).

34. Reiteraron que la minería, los minerales y los metales son importantes para el desarrollo económico y social de los países del MERCOSUR, de conformidad con los resultados de la Cumbre Mundial de Desarrollo Sostenible de 2002, y manifestaron su preocupación por medidas de terceros países, que limiten el pleno desarrollo del sector minero del bloque en un marco de afinamiento de nuevas inversiones, desarrollo de nuevos proyectos y generación de empleo, creando oportunidades de inclusión social y progreso económico.

35. Los Presidentes de la República Federativa del Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, congratularon a los gobiernos de la República de Argentina y de la República Bolivariana de Venezuela y a sus pueblos, por la conmemoración del Bicentenario de la Independencia de ambos países.

Resaltaron el espíritu de la gesta emancipadora y el ejemplo de los Libertadores José de San Martín y Simón Bolívar en el proceso de integración regional.

36. Agradecieron al Gobierno de la Provincia de San Juan por la hospitalidad y el cariño de su pueblo.

XXXIX REUNIÃO DO CONSELHO
DO MERCADO COMUM - SAN JUAN,
ARGENTINA – 3 DE AGOSTO DE 2010
- COMUNICADO CONJUNTO DOS
ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E
ESTADOS ASSOCIADOS
03/08/2010

(Texto em espanhol)

La Presidenta y los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados

Asociados, reunidos en la ciudad de San Juan, República Argentina, el día 3 de agosto de 2010, en ocasión de la XXXIX Reunión del Consejo del Mercado Común:

1. Reafirmaron su compromiso con los valores democráticos y con el Estado de Derecho; ratificaron que América del Sur es una zona de paz y cooperación y subrayaron que el apego a los principios de soberanía, la no injerencia en los asuntos internos, la resolución de las controversias exclusivamente por medios pacíficos y por la negociación diplomática así como el respeto irrestricto de los Derechos Humanos son condiciones esenciales para el desarrollo del MERCOSUR.

2. Manifestaron su beneplácito por el espíritu cívico y la amplia participación ciudadana evidenciado en las elecciones celebradas en la República de Chile y en la República de Colombia.

3. Reiteraron que el MERCOSUR se basa en una decisión estratégica de los países de la región para alcanzar un desarrollo integral que permita erradicar la pobreza y asegure la conformación de sociedades más justas, inclusivas y equitativas.

4. Destacaron que el proceso de integración ha promovido una concertación política inédita entre los socios, la cuál ha permitido fortalecer los lazos históricos y culturales, coordinar iniciativas conjuntas - tanto en el campo regional como internacional - y diseñar políticas públicas regionales en los diversos ámbitos de la integración.

Reiteraron su compromiso con la profundización de la dimensión política y social de la integración en América del Sur y destacaron la importancia de la consolidación del vasto acervo normativo del MERCOSUR en materia política, social, económica, comercial, judicial, migratoria, educativa y cultural, sanitaria, de seguridad, medio ambiente y desarrollo sostenible.

5. Manifestaron su compromiso con una eventual y gradual articulación, complementación y convergencia de instituciones y foros del MERCOSUR, la Comunidad Andina y la UNASUR con el objetivo de fortalecer el proceso de integración regional.

6. Congratularon a los países de la región por la celebración de sus respectivos Bicentenarios, hitos de la historia de la Independencia en la región, y destacaron la trascendencia de dicha conmemoración como testimonio de un camino compartido que brinda sustento al actual proceso de integración regional.

7. Renovaron su compromiso con el desarrollo regional integrado, inclusivo y con equidad, teniendo en cuenta la importancia de asegurar un tratamiento favorable a las economías pequeñas y más vulnerables. Se comprometieron, asimismo, a otorgar todo el apoyo necesario a los países en desarrollo sin litoral marítimo, teniendo en cuenta que las características especiales de éstos merecen un enfoque adecuado para atender sus necesidades, vulnerabilidades y problemas específicos, facilitándoles el tránsito, por el territorio de los países de paso y por cualquier medio de transporte, de conformidad con las reglas aplicables del derecho internacional, las convenciones internacionales y los convenios bilaterales vigentes.

8. Reiteraron que la promoción y el respeto irrestricto de los Derechos Humanos es un eje central del proceso de integración. En ese marco, destacaron la aprobación de la Estructura y del Primer Presupuesto del Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos del MERCOSUR, así como la designación del Secretario Ejecutivo, decisiones que permitirán la plena puesta en funcionamiento de un ámbito cuyos objetivos centrales son fortalecer el Estado de Derecho

mediante el diseño y seguimiento de políticas públicas en Derechos Humanos y contribuir a la consolidación de los Derechos Humanos en el MERCOSUR.

Subrayaron la importancia de promover el intercambio de experiencias en el área de los derechos de la mujer, niños, niñas y adolescentes, reafirmando su compromiso con la plena observancia de los derechos humanos de la mujer, de los derechos de la niñez y la adolescencia, como ejes prioritarios de las políticas públicas de salud; educación; cultura, erradicación de la pobreza y protección contra todas las formas de explotación, en particular laboral y sexual.

En ese contexto, reiteraron su interés en profundizar el tratamiento de los Derechos de los Adultos Mayores en la Organización de Estados Americanos y en las Naciones Unidas, con el objetivo de contar con un instrumento internacional jurídicamente vinculante que asegure los derechos de los mismos, promoviendo de esa forma una vejez con dignidad.

9. Decididos a poner fin a la impunidad de los autores de los crímenes más graves de trascendencia internacional establecidos en el Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional, reafirmaron su apoyo a la Corte Penal Internacional y destacaron la importancia de su fortalecimiento.

En ese sentido, destacaron los resultados de la Primera Conferencia de Revisión del Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional que tuvo lugar en Kampala, Uganda, del 31 de mayo al 11 de junio de 2010, en particular los avances registrados en el perfeccionamiento del sistema de justicia penal internacional adoptado en la Conferencia de Roma de 1998.

10. Reiteraron la importancia de coordinar esfuerzos subregionales en materia de asistencia humanitaria, frente a las recientes catástrofes ocurridas tanto en Brasil, Chile y

Perú como en la República de Haití.

Valoraron en ese sentido la realización de la II y la III Reunión Especializada de Reducción de Riesgos de Desastres Socionaturales, la Defensa Civil, la Protección Civil y la Asistencia Humanitaria del MERCOSUR (REHU); y del Taller “Manejo de Suministros en el MERCOSUR”.

Asimismo, acordaron impulsar la coordinación regional de políticas, estrategias y planes, a través del acercamiento entre los mecanismos subregionales existentes de gestión de riesgos, como el Comité Andino para la Prevención y Atención de Desastres (CAPRADE), el Centro de Coordinación para la Prevención de los Desastres Naturales en América Central (CEPREDENAC), la Agencia Caribeña para el Manejo de los Desastres y la Emergencia (CDEMA), y la Reunión Especializada de Reducción de Riesgos de Desastres Socionaturales, la Defensa Civil, la Protección Civil y la Asistencia Humanitaria del MERCOSUR (REHU).

Destacaron el II Encuentro Hemisférico de Mecanismos y Redes para la Reducción del Riesgo en Santa Marta y la III Reunión Regional de Mecanismos Internacionales de Asistencia Humanitaria en Buenos Aires.

Igualmente, destacaron la Conferencia de Donantes por un Nuevo Futuro para Haití en Nueva York; la Cumbre Mundial por el futuro de Haití en Punta Cana: Solidaridad más allá de la crisis; y la labor de la Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización en Haití (MINUSTAH), para crear un entorno más seguro que genere las condiciones para su normalización institucional y reconstrucción integral, así como para la asistencia humanitaria en las áreas de salud, educación, alimentación, energía y saneamiento, entre otras. En igual sentido, saludaron el trabajo humanitario desarrollado en Haití por otras iniciativas nacionales como la iniciativa Cascos Blancos,

personal humanitario de Paraguay y Uruguay y la Brigada Internacional Simón Bolívar de Venezuela.

Valoraron, asimismo, los compromisos asumidos en la Declaración de Solidaridad de UNASUR con Haití, adoptada en la Cumbre Extraordinaria de Quito del 9 de febrero de 2010.

11. Ratificaron la necesidad de asegurar el respeto y la promoción de los Derechos Humanos de las personas migrantes y sus familias, con independencia de su condición migratoria, nacionalidad, origen étnico, género, edad o cualquier otra consideración discriminatoria. Con ese objetivo, acordaron reforzar la coordinación de posiciones en foros internacionales así como la promoción de políticas públicas en materia migratoria.

Reiteraron su rechazo al endurecimiento de las políticas migratorias que vulneran los derechos fundamentales de las personas migrantes y deploraron las políticas que conducen a la criminalización de los migrantes en los países de destino. En particular, condenaron la Ley SB 1070, del 23 de abril de 2010, de la Legislatura del Estado de Arizona, Estados Unidos de América, que tipifica como delito tanto la condición migratoria irregular, como el transportar y dar empleo a inmigrantes indocumentados. Señalaron que la aplicación de éstas políticas y leyes podrían alentar casos de discriminación y persecución de los migrantes así como actitudes racistas y xenófobas.

Reafirmaron su disposición a fortalecer el diálogo y la cooperación con terceros países o agrupaciones de países a fin de garantizar el respeto irrestricto de los derechos humanos de las personas migrantes y sus familias, su integración plena en los países de destino, así como el desarrollo integral de los países de origen de los flujos migratorios. En ese marco destacaron la adopción del Plan de Acción 2010-2012 en ocasión de la VI Cumbre de América Latina y el Caribe - Unión Europea.

Instaron a los países desarrollados a suscribir y ratificar la Convención Internacional sobre la Protección de los Derechos de todos los Trabajadores Migratorios y sus Familiares, aprobada en 1990 por la Asamblea General de las Naciones Unidas, instrumento fundamental de Derecho Internacional en materia de protección de los derechos de los trabajadores migrantes y de sus familias, bajo el principio fundamental de la no discriminación.

12. Saludaron la adopción de la resolución sobre Derecho Humano al Agua y el Saneamiento en el LXIV Periodo de Sesiones Ordinarias de la Asamblea General de las Naciones Unidas.

13. Ratificaron su decisión de redoblar esfuerzos en la lucha contra el terrorismo en todas sus formas y manifestaciones y el combate a la delincuencia organizada transnacional. En este contexto, se congratularon por la aprobación del “Acuerdo Marco de Cooperación entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados para la Creación de Equipos Conjuntos de Investigación”, instrumento que fuera negociado en el ámbito de la Reunión de Ministros de Justicia del MERCOSUR, y que permitirá reforzar la cooperación en materia penal a los fines de enfrentar aquellas actividades delictivas de modo más eficiente.

Asimismo, expresaron su satisfacción por los avances registrados en el ámbito de la Reunión de Ministros de Interior del MERCOSUR en relación al proyecto de “Acuerdo de Cooperación entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados y la Organización Internacional de Policía Criminal (INTERPOL)”, instrumento que permitirá desarrollar la más amplia asistencia recíproca entre las autoridades de policía criminal.

Manifestaron su beneplácito por la presentación, en la Reunión de Ministros de

Interior y de Justicia del MERCOSUR, de la “Guía de conocimientos, difusión y alcance de los instrumentos negociados en los ámbitos del MERCOSUR cooperación Judicial y Policial”, la que contribuirá a la difusión de los compromisos asumidos a nivel regional e internacional por el MERCOSUR.

Saludaron la Reunión de Ministros de Justicia y de la Reunión de Ministros de Interior de MERCOSUR, sobre los Principios y Directrices Básicos del MERCOSUR en materia de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos como ejes necesarios para el avance en la integración regional. Igualmente se congratularon por la firma del Memorándum de Entendimiento entre los Ministros de Justicia del MERCOSUR con la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado.

Asimismo, destacaron su beneplácito por la suscripción de la “Declaración de Buenos Aires sobre trata de personas con fines de cualquier forma de explotación”.

14. Valoraron los avances registrados en el Sector Educativo del MERCOSUR durante el primer semestre de 2010, especialmente la suscripción del Protocolo de Integración Educativa y Reconocimiento de Certificados, Títulos y Estudios entre los Estados Parte del MERCOSUR y Estados Asociados, y los avances relativos a los lineamientos generales del Plan del Sector Educativo del MERCOSUR para el período 2011-2015.

Destacaron los trabajos de la XXX Reunión de Ministros de Cultura del MERCOSUR relativos a la creación del Fondo MERCOSUR Cultural, el cual estará destinado a financiar programas y proyectos que fortalezcan el proceso de integración cultural, en particular en las áreas de: patrimonio, industrias culturales, diversidad cultural, audiovisual y Sistema de Informaciones Culturales. Tomaron nota de la sugerencia de los Ministros de Cultura de impulsar y ampliar los estudios

tendientes a evaluar el impacto de la cultura en la economía y como eje de desarrollo. Acordaron la necesidad de fortalecer la cooperación regional para la prevención del tráfico ilícito de bienes culturales, y la restitución, recuperación y/o devolución de aquellos que hayan sido transferidos, apropiados, importados o exportados ilícitamente.

Resaltaron la adhesión de la República del Perú, como Estado Asociado, al Protocolo de Integración Cultural, suscrito por los Estados Partes del MERCOSUR, el 16 de diciembre de 1996, en la Ciudad de Fortaleza.

15. Saludaron el primer encuentro de la Comisión de Coordinación de Ministros de Asuntos Sociales del MERCOSUR, que tuvo lugar el 9 de junio pasado, como espacio político que, desde un enfoque integral, facilita la concertación en la toma de decisiones estratégicas, en políticas sociales y la coordinación, articulación y complementación intersectorial en el MERCOSUR. En ese contexto, destacaron los compromisos asumidos por los Ministros en el marco de la Declaración de Buenos Aires “Avanzando Juntos, Construyendo un MERCOSUR Social y Participativo”.

Reafirmaron que la consolidación de la dimensión social de políticas sociales es un eje fundamental en el desarrollo del MERCOSUR y, en tal sentido, reiteraron la importancia de alcanzar la plena puesta en funcionamiento del Instituto Social del MERCOSUR.

Resaltaron, en el marco de la Reunión de Ministros y Autoridades de Desarrollo Social, los avances realizados en la lucha contra la Trata de Niñas, Niños y Adolescentes con fines de Explotación Sexual Comercial y/o Laboral, en particular la recomendación relativa a la difusión del spot televisivo elaborado junto a UNICEF en idioma español, portugués y guaraní, relativo a la prevención,

concientización y lucha contra ese flagelo.

Tomaron nota del proyecto de Economía Social y Solidaria en el MERCOSUR a fin de promover la formación y fortalecimiento de emprendimientos productivos, MiPyMES y otras pequeñas unidades productivas con el objeto de lograr mejorar las estrategias de producción, comercialización, diseño y calidad en las ventas de sus productos y/o servicios, incrementar el valor agregado de los mismos e incorporar a estos sectores en los beneficios del comercio intrarregional.

16. Tomaron conocimiento de las propuestas realizadas por las organizaciones sociales del MERCOSUR, elaboradas en la Cumbre Social desarrollada en la Provincia del Chaco entre el 25 y 28 de junio de 2010.

En este contexto, reafirmaron el compromiso de impulsar la participación y el protagonismo social en el proceso de integración regional, con el objetivo de avanzar en la profundización de sociedades más inclusivas y equitativas en la región.

17. Resaltaron los resultados de la XII Reunión Especializada de Defensores Públicos Oficiales (REDPO), y ratificaron la importancia de asegurar y mejorar el acceso a la justicia de todos los habitantes de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados, a fin de consolidar la democracia y el Estado de Derecho.

18. Destacaron la realización de la XXIII Reunión Especializada de la Mujer del MERCOSUR y tomaron nota de las recomendaciones relativas a la participación política, inserción económica y eliminación de todas las formas de violencia contra las mujeres, en concordancia con las prioridades regionales de la agenda de género.

Teniendo en cuenta los desafíos en materia de igualdad de género y de participación de las mujeres en los procesos de toma de decisión en los países de la región, señalaron

la importancia de los trabajos realizados en la Comisión Interamericana de Mujeres de la Organización de Estados Americanos en el marco de la celebración del Año Interamericano de la Mujer y se comprometieron a desarrollar acciones para que se cumpla el lema “Mujeres y Poder: Por un Mundo con Igualdad”.

19. Coincidieron en la necesidad de fortalecer el diálogo, la cooperación y las acciones conjuntas de los Estados Parte del MERCOSUR y Estados Asociados a nivel regional y global, para enfrentar el problema mundial de las drogas, con un enfoque integral y en el marco del principio de responsabilidad común y compartida y el respeto al Derecho Internacional.

20. Destacaron la conclusión del proyecto de Memorando para el Establecimiento de un Mecanismo de Diálogo Político y Cooperación entre los Estados Parte del MERCOSUR y Estados Asociados y la República de Turquía y manifestaron su interés por una pronta suscripción del mismo.

Asimismo, valoraron la realización de un nuevo encuentro del Mecanismo de Diálogo Político con la Federación de Rusia y los avances alcanzados en la profundización de los lazos de amistad, diálogo político y cooperación con la República Popular China.

21. Resaltaron los resultados de la Cumbre Extraordinaria de la UNASUR realizada en Los Cardales, Provincia de Buenos Aires, así como la designación del Señor Ex Presidente de la República Argentina, Dr. Néstor Kirchner, como primer Secretario General de la UNASUR.

Tomaron nota de la Reunión Extraordinaria de Cancilleres de la UNASUR que tuvo lugar en Quito, República del Ecuador, el 29 de julio de 2010.

22. Celebraron la próxima realización de la XX Cumbre Iberoamericana de Jefes y Jefes de Estado y de Gobierno, que bajo el lema:

“Educación para la Inclusión Social”, tendrá lugar en la Ciudad de Mar del Plata los días 3 y 4 de diciembre.

23. Expresaron su rechazo al bloqueo económico, comercial y financiero al cual se encuentra sometida la República de Cuba, en la convicción de que se trata de una medida contraria a los principios de la Carta de las Naciones Unidas y que contraviene los principios del derecho internacional. Reiteraron su llamado al levantamiento inmediato del mismo, así como a dejar sin efecto todas las leyes y disposiciones contrarias al derecho internacional que afecten o impidan el libre comercio y la libre navegación.

24. Reafirmaron los términos de la “Declaración de los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR, la República de Bolivia y de la República de Chile”, firmada el 25 de junio de 1996 en Potrero de los Funes, República Argentina, denominada Declaración de Malvinas, y reiteraron su respaldo a los legítimos derechos de la República Argentina en la disputa de soberanía relativa a la Cuestión de las Islas Malvinas.

Asimismo, destacaron que la adopción de medidas unilaterales no resulta compatible con lo resuelto por las Naciones Unidas, y recordaron el interés regional en que la prolongada disputa de soberanía entre la República Argentina y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur, así como sobre los espacios marítimos circundantes, alcance cuanto antes una solución, de conformidad con las resoluciones pertinentes de las Naciones Unidas y las declaraciones de la Organización de los Estados Americanos, del MERCOSUR, de la UNASUR y de otros foros regionales y multilaterales.

Reiteraron, además que la pretensión de considerar las Islas Malvinas, Georgias

del Sur y Sandwich del Sur como países y territorios a los cuales puedan aplicarse la Cuarta Parte del Tratado de Funcionamiento de la Unión Europea, y las Decisiones de Asociación de Ultramar, resulta incompatible con la existencia de una disputa de soberanía sobre tales archipiélagos.

25. Manifestaron su complacencia por la decisión tomada en la Cumbre de la Unidad de América Latina y el Caribe, celebrada en la Riviera Maya, México, de crear la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños. En este contexto, destacaron los compromisos asumidos en la Declaración de Caracas y la aprobación del Programa de Trabajo de Caracas para la implementación del Plan de Acción de Montego Bay.

Expresaron su apoyo a Venezuela en la tarea de organizar la Cumbre CALC que tendrá lugar el 5 de julio del 2011 en Venezuela, coincidiendo con la conmemoración del Bicentenario de la Declaración de su Independencia. Señalaron asimismo su apoyo a Chile como anfitrión de la XXII Cumbre del Grupo de Río a celebrarse en 2012.

26. Saludaron la exitosa realización de la XL Asamblea General de la OEA en Lima y la adopción por aclamación de la Declaración de Lima sobre Paz, Seguridad y Cooperación y se comprometieron a apoyar su seguimiento.

27. Reiteraron la necesidad de una conclusión satisfactoria y equilibrada para las negociaciones multilaterales de la Ronda de Doha que contemple especialmente los intereses y necesidades de los países en desarrollo, de conformidad con los mandatos y principios acordados en las Conferencias Ministeriales de la OMC de Doha (2001) y de Hong Kong (2005).

28. Saludaron la realización de la Conferencia Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los Derechos de la Madre Tierra en Cochabamba, Bolivia, el 20 de abril

de 2010, espacio que permitió un fructífero diálogo entre los pueblos, las organizaciones sociales y gobiernos de distintos países de la región y del mundo.

Saludaron, asimismo, las diferentes iniciativas de los países del MERCOSUR encaminadas a abrir espacios sobre el tema de cambio climático de cara a la Decimosexta Conferencia de las Partes a realizarse en Cancún, México, este fin de año 2010 y a otros espacios de debate y acciones sobre el Cambio Climático, entre las cuales se destacan el Diálogo de Cartagena-Colombia (24 al 26 de Marzo de 2010), así como el Diálogo ALC-UE llevado a cabo en Lima (del 26 al 27 de Abril de 2010)

Reiteraron que el cambio climático es uno de los desafíos ambientales más importantes del siglo XXI. Destacaron, en éste contexto, su voluntad de trabajar de manera conjunta para el logro de un resultado ambicioso consensuado y equitativo, producto de un proceso transparente e inclusivo, basado en el principio de las responsabilidades comunes pero diferenciadas, en la Decimosexta Conferencia de las Partes de la Convención de Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (COP 16) que se realizará en Cancún, México, desde el 29 de noviembre de 2010.

29. Reafirmaron su disposición de continuar los trabajos preparatorios con miras a fortalecer el proceso Río+20 y asegurar así una Conferencia exitosa.

30. Teniendo en cuenta la reivindicación de los valores de los pueblos, reconocieron que el masticado de la hoja de coca es una manifestación cultural ancestral del pueblo de Bolivia que debe ser respetada por la Comunidad Internacional.

31. Destacaron su compromiso con el fortalecimiento del multilateralismo con la reforma integral de las Naciones Unidas y con la democratización de las instancias decisorias internacionales y manifestaron la importancia

de profundizar los esfuerzos para promover la necesaria reforma del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas a efectos de transformarlo en un órgano más democrático, representativo y transparente.

Reafirmaron su apoyo al fortalecimiento de las instituciones multilaterales a fin de volverlas más eficientes, legítimas y representativas de la realidad global actual. Consideraron urgente la reforma de la Organización de las Naciones Unidas para la revitalización de la Asamblea General y del Consejo Económico y Social, así como la expansión, la democratización y la reforma de los métodos de trabajo del Consejo de Seguridad.

32. Se comprometieron a seguir impulsando el progreso hacia el logro de los Objetivos de Desarrollo del Milenio, tanto en el ámbito nacional y subregional, como en la próxima Cumbre sobre la materia, a celebrarse en las Naciones Unidas el próximo mes de septiembre.

33. Destacaron la importancia de promover programas de seguridad alimentaria y nutricional en beneficio de las poblaciones de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados.

34. Reafirmaron su compromiso en la lucha contra el terrorismo en todas sus formas y manifestaciones y en la cooperación para la prevención de los actos de terrorismo, evitar la impunidad para quienes los cometan y proteger a las víctimas de dichos actos. El combate contra este flagelo se desarrollará de conformidad con el derecho interno y las normas del derecho internacional -con pleno respeto a la soberanía e integridad territorial de los Estados-, el derecho internacional humanitario, el derecho internacional de los refugiados y el derecho internacional de los derechos humanos, así como con los compromisos emanados de los convenios e instrumentos internacionales sobre la materia,

las Resoluciones pertinentes del Consejo de Seguridad y de la Asamblea General de las Naciones Unidas.

35. Reiteraron su compromiso con el desarme y la no proliferación de armas de destrucción masiva. En este contexto, señalaron la importancia de los avances logrados en la “Conferencia de Examen del Tratado sobre la No Proliferación de las Armas Nucleares (TNP)” en materia de utilización pacífica de energía nuclear y objetivos de desarme y metas de no proliferación de armas nucleares para asegurar la paz y la seguridad internacional, celebrada en la ciudad de Nueva York del 3 al 28 de mayo de 2010.

36. Rechazaron enérgicamente el uso de la fuerza por parte de las fuerzas israelíes contra buques mercantes ocurrida, en aguas internacionales, que causó la muerte y heridas a numerosos civiles, cuando se dirigían a la Franja de Gaza con ayuda humanitaria. Exhortaron a las autoridades de Israel a permitir el ingreso y la entrega de asistencia y ayuda humanitaria en la Franja de Gaza, así como a garantizar la libertad de tránsito y el acceso de medicamentos, alimentos y bienes de consumo a sus habitantes.

Apoyaron el llamado que ha hecho el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas para realizar una investigación completa de la cuestión, pronta, imparcial, creíble y transparente, que sea conforme al Derecho Internacional. Recordaron que, de acuerdo al Derecho Internacional, las embarcaciones civiles no pueden ser atacadas ni siquiera por las partes que podrían estar en conflicto en tiempos de guerra, menos aún en aguas internacionales.

Reiteraron su apoyo a los esfuerzos internacionales para encauzar el proceso de paz palestino-israelí e hicieron un llamado a las partes para que actúen de conformidad con el derecho internacional y con las obligaciones asumidas en el pasado, y se abstengan de tomar

medidas que obstaculicen el relanzamiento de las negociaciones.

37. Tomaron nota de los trabajos en curso en el Grupo de Trabajo sobre Armas de Fuego y Municiones y en el Grupo de Trabajo sobre Prevención de Proliferación de Armas de Destrucción Masiva.

Asimismo, resaltaron la voluntad de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados de avanzar en la armonización de las normativas nacionales en materia de armas de fuego, incluyendo pequeñas y ligeras así como de municiones con la finalidad de contar en un futuro próximo con legislaciones que permitan desarrollar iniciativas y proyectos de cooperación regional sobre el tema.

38. Destacaron los resultados de la IV Reunión Bienal de Estados del Programa de Acción de Naciones Unidas para Prevenir, Combatir y Eliminar el Tráfico Ilícito de Armas Pequeñas y Ligeras en todos sus aspectos, que se celebró en Nueva York del 14 al 18 de junio de 2010.

Además, reiteraron su voluntad de trabajar conjuntamente con todos los Estados Parte de la Convención sobre la Prohibición del Empleo, Almacenamiento, Producción y Transferencia de las Minas Antipersonales y su Destrucción (Convención de Ottawa), la comunidad internacional y sectores de la sociedad, para el cumplimiento de los compromisos acordados en el Plan de Acción de Cartagena 2010-2014 y la Declaración de Cartagena 2009, documentos adoptados en la Segunda Conferencia de Examen de la Convención para la Prohibición de las Minas Antipersonales (Cumbre de Cartagena por un mundo libre de minas: un compromiso compartido), que se llevó a cabo en Cartagena de Indias, Colombia, del 30 de noviembre al 4 de diciembre de 2009.

39. Resaltaron los resultados de la Conferencia Internacional sobre Municiones

en Racimo, que se realizó en Santiago de Chile del 7 al 9 de junio de 2010 en el marco de la Convención de Oslo de diciembre de 2008, sobre Municiones en Racimo.

40. Asimismo tomaron conocimiento de los resultados alcanzados en la reciente Reunión Preparatoria de la VI Conferencia Espacial de las Américas, celebrada en Santiago de Chile entre los días 22 y 23 de julio de 2010.

41. Reiteraron la voluntad de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados de continuar trabajando conjuntamente en la armonización de las respectivas normativas nacionales en materia de lucha contra la corrupción y la delincuencia organizada transnacional mediante la aplicación de las recomendaciones y directrices en el marco de las Convenciones de las Naciones Unidas e Interamericanas contra la corrupción, y la Convención de la Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional.

42. Expresaron su reconocimiento y agradecimiento a la Sra. Presidenta Dra. Cristina Fernández de Kirchner, al gobierno y al pueblo argentino por la realización de la XXXIX Cumbre del MERCOSUR y Estados Asociados y a la Provincia de San Juan por su generosa hospitalidad.

DOCUMENTOS APROVADOS NA XXXIX
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
DO MERCADO COMUM E CÚPULA DE
PRESIDENTES DO MERCOSUL -
SAN JUAN, ARGENTINA,
2 E 3 DE AGOSTO DE 2010
03/08/2010

(Texto em espanhol)

I - Declaración de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur sobre la Concesión de Preferencias Comerciales a Haití

II - Declaración Conjunta de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur sobre el Acuífero Guaraní

III – Declaración Especial de los Presidentes de los Estados Partes del Mercosur y Estados Asociados sobre la Exploración de Recursos Naturales no Renovables en la Plataforma Continental Argentina

IV - Situación entre la República Bolivariana de Venezuela y la República de Colombia

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DE CAMEROUN,
PAUL BIYA – BRASÍLIA,
4 E 5 DE AGOSTO DE 2010
03/08/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Cameroun, Paul Biya, realiza visita ao Brasil nos dias 4 e 5 de agosto de 2010, no contexto dos cinquenta anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Trata-se da primeira visita de um Presidente camaronês ao Brasil.

No dia 4, o Presidente camaronês manterá reunião de trabalho com o Presidente Lula e será homenageado com almoço, no Palácio do Itamaraty. Durante o encontro de trabalho, deverão ser assinados os seguintes instrumentos: memorando de entendimento sobre cooperação em agricultura e pecuária; programa executivo cultural; acordo de cooperação no campo do turismo; e acordo sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico.

No dia 5, o Presidente Biya participará de solenidade de inauguração da nova Embaixada do Cameroun em Brasília.

O comércio entre Brasil e Cameroun teve crescimento expressivo nos últimos anos: de aproximadamente US\$ 13 milhões, em 2002, passou a US\$ 106 milhões, em 2009.

ENCHENTES NO PAQUISTÃO
03/08/2010

O Governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia da pior enchente da história do Paquistão, que já afetou 1,5 milhão de pessoas e fez mais de mil vítimas fatais nos últimos dias.

Ao transmitir sua solidariedade ao povo e ao Governo paquistaneses, o Governo brasileiro apresenta aos familiares das vítimas suas mais sentidas condolências.

34ª SESSÃO DO COMITÊ DO
PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO
03/08/2010

Encerrou-se hoje, em Brasília, a 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, que reuniu, por dez dias, representantes de 116 países. O Comitê, formado por 21 países, entre os quais o Brasil, inscreveu 29 novos sítios na lista dos bens considerados patrimônios da humanidade. Entre as novas inscrições figura a da Praça São Francisco, na cidade de São Cristóvão, Sergipe. Trata-se do 18º sítio brasileiro a conquistar tal reconhecimento.

O Brasil teve participação ativa em todas as discussões da agenda do Comitê, desde assuntos de natureza orçamentária e administrativa até aqueles relacionados à inscrição e ao estado de conservação de bens. Durante o encontro, foi firmado acordo entre o Brasil e a UNESCO para o estabelecimento de um Centro no Rio de Janeiro para capacitação, formação e gestão do patrimônio. O Centro, que funcionará no Palácio Capanema, treinará profissionais de 17 países, entre os quais os africanos de língua portuguesa e países da América do Sul.

A Sessão foi presidida pelo Ministro da Cultura, Juca Ferreira, eleito por aclamação no ano passado, em Sevilha. A delegação brasileira foi integrada por representantes dos Ministérios da Cultura, das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, além do IPHAN e do ICM-Bio.

DECLARAÇÕES ADOTADAS NO
ENCONTRO DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA COM A
PRESIDENTA DA ARGENTINA,
CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER -
SAN JUAN, 3 DE AGOSTO DE 2010
03/08/2010

1. Declaração de San Juan
2. Declaração Conjunta sobre Malvinas
3. Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear

Declaração de San Juan

No dia 3 de agosto de 2010, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, mantiveram reunião de trabalho na cidade de San Juan, República Argentina. Na ocasião, ambos os Chefes de Estado repassaram a ampla gama de temas da relação bilateral e avaliaram o estado de implementação dos projetos incluídos no Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina.

Nesse marco, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner:

1. Reafirmaram e reiteraram seu compromisso com os valores e princípios enunciados nas Declarações Presidenciais Conjuntas de 22 de fevereiro de 2008, de 8 de setembro de 2008, de 23 de abril de 2009 e de 18 de novembro de 2009.

2. Ressaltaram a importância do G20 na coordenação da gestão da crise econômica e do objetivo de recuperação sustentável da economia internacional. Destacaram os progressos obtidos nas quatro Cúpulas realizadas até o momento, em particular no que diz respeito à capitalização e aumento de recursos das instituições financeiras internacionais e dos Bancos Regionais, a emissão de novos Direitos Especiais de Giro, a consideração da reforma das instituições de Bretton Woods, o Fundo Monetário e o Banco Mundial, e a proposta de um novo marco de cooperação e coordenação de políticas macroeconômicas destinado à construção de um sistema permanente de solução de crises cíclicas e a promoção do crescimento sustentável.

Assinalaram que persiste desafio significativo vinculado ao comércio mais justo, ao re-ordenamento do sistema financeiro para que sirva ao desenvolvimento produtivo e à reforma da arquitetura financeira internacional, inclusive a das instituições de Bretton Woods.

Ratificaram a coordenação entre Brasil e Argentina referente a todos os temas substantivos mencionados.

3. Reafirmaram seu compromisso de seguir participando no processo de reconstrução do Haiti. Coincidiram em que as ações neste marco continuem orientadas ao fortalecimento institucional, à promoção dos direitos humanos, ao funcionamento integral do Estado de direito e ao melhoramento das condições sociais em que vive o país conforme as prioridades fixadas pelo Governo haitiano.

Ressaltaram a urgência do cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pela comunidade internacional na Conferência Internacional de Doadores para o Haiti (Nova York, 31 de março), a importância do apoio ao trabalho da Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti e os esforços que vem realizando a União Sul-Americana de Nações.

Reiteraram o compromisso de ambos os países com a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), estabelecida pela resolução 1542 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

4. Com relação à situação em Honduras, reafirmaram que todos os membros da OEA devem aderir estritamente à Carta e aos instrumentos essenciais da organização, incluindo a Carta Democrática Interamericana.

Manifestaram preocupação com a situação do ex Presidente constitucional Manuel Zelaya Rosales, que segue sem poder retornar ao seu país em razão de juízos com motivação política e invocados contra ele durante o período do governo de facto. Expressaram considerar indispensável para a reconciliação nacional que sejam asseguradas ao ex Presidente Zelaya as condições para regressar à vida política hondurenha e que se convoque um diálogo nacional entre todos os setores políticos em que se discutam os interesses de todas as partes. Além disso, manifestaram sua preocupação pelos informes transmitidos pela CIDH sobre a situação de direitos humanos em Honduras.

Decidiram continuar prestando a maior atenção à evolução da situação em Honduras e consideraram essencial a implementação integral das recomendações da Comissão de Alto Nível sobre a situação em Honduras estabelecida pela resolução AG/RES. 2531 (XL-0/10).

5. Congratularam-se pelo importante aumento do intercâmbio comercial verificado desde o Comunicado Conjunto de 18 de novembro de 2009, destacando o avanço dos trabalhos com vistas a garantir um desenvolvimento produtivo integrado.

6. Reiteraram, ainda, o objetivo de lograr um maior equilíbrio nas relações econômicas e comerciais bilaterais, com vistas à diversificação produtiva e comercial da região.

7. Tomaram nota da reunião da Comissão

Ministerial integrada pelos respectivos Chanceleres e Ministros responsáveis pelas áreas de Economia e Indústria em 5 de fevereiro, em Buenos Aires, e da reunião mantida no último dia 24 de junho em São Paulo, a fim de tratar de todas as questões que possam afetar o comércio bilateral.

8. Destacaram os resultados da Cúpula de San Juan de Presidentes do MERCOSUR e comprometeram-se a continuar trabalhando conjuntamente para a consolidação e aprofundamento do projeto de integração regional.

9. Reafirmaram a importância da sociedade estratégica entre Brasil e Argentina como eixo constitutivo da integração em nível regional e reiteraram seu compromisso com o processo de integração bilateral como uma política de estado em ambos os países, para que continue produzindo resultados concretos e benefícios mútuos nas diversas áreas da relação, a fim de alcançar as altas aspirações de desenvolvimento e prosperidade de suas respectivas sociedades.

10. Instruíram as suas respectivas Chancelarias a dar continuidade ao Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, com o objetivo de concretizar os projetos que consolidem a integração bilateral e identificar novos objetivos. Neste sentido, instruíram os respectivos Ministérios a manter a regularidade das reuniões previstas.

11. Com relação aos projetos que compõem o Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Argentina – Brasil e com o firme propósito de avançar com celeridade na integração entre ambos os países, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner adotaram as seguintes decisões:

1.a. Coordenação Macroeconômica

Reafirmar o compromisso de seguir trabalhando conjuntamente no intercâmbio

de informação sobre a conjuntura econômica, em particular o acompanhamento das ações implementadas por ambos os países para enfrentar os efeitos da crise financeira internacional, assim como as medidas tomadas para a promoção do crescimento econômico e social, com vistas a uma maior e melhor integração produtiva e financeira entre ambos os países.

Reconhecer que ambos os países superaram os efeitos da crise internacional com indicadores econômicos mais do que aceitáveis, em particular ao compará-los com países desenvolvidos, o que os permitiu uma plataforma para a boa situação relativa que os países estão experimentando neste ano.

Instruir a que se estabeleça formalmente um sistema de reuniões periódicas entre as áreas econômicas, com o objetivo de debater temas de agenda de ambos os Ministérios e aproximar posições, intercambiar informações, documentos e estatísticas para alcançar em concreto, e a médio prazo, uma coordenação macroeconômica bilateral. Tais reuniões deverão ser realizadas previamente à reunião de Ministros da área econômica de ambos os países com o objetivo de preparar e acordar a agenda. Os temas a serem tratados compreenderão assuntos de relacionamento internacional, política fiscal, política macroeconômica e políticas aduaneiras e tributárias.

Instruir a que a primeira reunião desse sistema seja realizada antes do fim do mês de agosto.

1.b. Consultas sobre Comércio Bilateral e Integração

Instruir os setores responsáveis das respectivas Chancelarias a continuar a promoção e coordenação de ações públicas e privadas tendentes ao aprofundamento e diversificação do comércio bilateral e regional, especialmente por intermédio de iniciativas que favoreçam o desenvolvimento

de atividades produtivas conjuntas e o aproveitamento mútuo dos mercados, em particular de produtos de alto valor agregado regional.

1.c. Consultas sobre Temas da OMC

Aprofundar a coordenação das posições de ambos os países nas negociações comerciais multilaterais levadas a cabo na Organização Mundial do Comércio e no marco do Sistema Global de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGPC).

2.a. Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML)

Manifestar seu beneplácito pelos 20 meses de funcionamento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre Brasil e Argentina (SML) e destacar o crescimento registrado em sua utilização desde sua entrada em vigor.

Instruir os órgãos competentes de cada país a continuar trabalhando na divulgação e no aperfeiçoamento do mecanismo nos aspectos que considerem oportunos para consolidar o desenvolvimento do comércio bilateral.

2.b. Sistema Bilateral de Pagamentos de Benefícios de Seguridade Social em Moedas Locais

Tomar nota da reunião realizada em 7 de abril passado em Buenos Aires entre a Administração Nacional da Seguridade Social da República Argentina (ANSES) o Instituto Nacional da Seguridade Social da República Federativa do Brasil (INSS) na qual se acordou o texto para a redação de um Memorando de Entendimento sobre o Sistema Bilateral de Pagamentos de Benefícios da Seguridade Social em Moedas Locais.

Instruir ambas as Administrações à sua firma no transcurso do segundo semestre de 2010.

3. Cooperação BNDES, Banco de la Nación Argentina e BICE

Tomar nota, com satisfação, dos avanços para a constituição de um fundo para o

Financiamento de Projetos de Integração Produtiva Argentina – Brasil, no marco do Acordo de Cooperação celebrado em setembro de 2008 entre o BNDES (Brasil), o BNA e o BICE (Argentina). O Fundo foi concebido como um instrumento para viabilizar o apoio a projetos de investimento que estimulem a integração produtiva bilateral no Brasil e na Argentina.

Assinalar a importância da agenda de atividades conjuntas dos Bancos, que prevê o desenvolvimento de propostas para os principais aspectos da operação do fundo em fins de agosto de 2010, para que sejam elevados aos respectivos Diretórios. Com base neste plano de trabalho, instar as partes a realizar os melhores esforços para que o fundo possa estar operativo antes do fim do corrente ano.

Determinar, ainda, que os Bancos continuem apoiando as reuniões bilaterais de setores privados selecionados, promovidas pela ABDI (Brasil) e o Ministério da Indústria (Argentina), dentre os quais estão: Autopeças, Máquinas Agrícolas, Equipamentos para Petróleo e Gás, Indústria Aeronáutica, Madeira e Móveis, Linha Branca e Linha Marrom, Vinhos e Lácteos. No que se refere ao setor fabricante de equipamentos para petróleo e gás em particular, celebrar a disposição dos Bancos de apoiar, em acordo com a PETROBRAS (Brasil), a realização de um Seminário e Roda de Negócios, que se desenvolveria em outubro de 2010.

4. Cooperação Espacial: Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos

Felicitar o início do desenvolvimento da missão satelital binacional SABIA-MAR, com a aprovação dos respectivos orçamentos para a fase inicial de estudos técnicos.

Entendendo a relevância que um empreendimento tecnológico dessa envergadura tem para a relação estratégica, vêem com satisfação as ações empreendidas

por ambos os países a fim de assegurar que se disponha do financiamento necessário para continuar com as seguintes etapas.

Reconhecer a importância de que as aplicações dos dados da missão SABIA-MAR constituam um aporte significativo à observação global dos oceanos, seguindo as recomendações e os requerimentos da comunidade científica internacional e, em particular, da região.

5. Centro Binacional de Nanotecnologia (CBAN)

Registrar com satisfação o começo da execução do plano de trabalho para o presente ano, que inclui um aumento no número de escolas binacionais a dez por ano e um workshop para analisar a estratégia futura do centro.

Instruir os Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina e de Ciência e Tecnologia do Brasil a continuar promovendo a formação de recursos humanos e estimulando o desenvolvimento integrado da nanociência e da nanotecnologia em ambos os países.

6. Programa de Energias Novas e Renováveis

Registrar o avanço na elaboração do Plano de Trabalho Científico-Tecnológico, no marco das áreas definidas como prioritárias do Programa Bilateral de Energias Novas e Renováveis e, em particular, na definição de projetos na área de células de combustíveis, de produção de hidrogênio a partir de alcoóis e pequenas centrais hidroelétricas. Tomar nota que em 2009 celebrou-se um Seminário Conjunto sobre Pequenas Centrais Hidroelétricas e no ano corrente celebrar-se-á um Seminário Conjunto sobre Hidrogênio e um segundo workshop sobre Pequenas Centrais Hidroelétricas.

Instruir as autoridades competentes a continuar desenvolvendo projetos nas restantes

áreas prioritárias, como biocombustíveis, energia eólica e energia solar térmica.

7. TV Digital

Ressaltar a realização do II Encontro do Foro Internacional da Norma ISDB-T entre os dias 3 e 5 de maio do corrente ano, em Buenos Aires, que teve como objetivo principal aperfeiçoar o trabalho conjunto para a adequada implementação da norma e que contou com a presença de autoridade argentinas e brasileiras, com delegações dos demais países da região, assim como do Japão.

Instruir as autoridades correspondentes a avançar na institucionalização do Foro Internacional da Norma ISDB-T a fim de otimizar o intercâmbio de experiências e definir mecanismos de cooperação entre todos os países envolvidos.

Instruíram, ainda, as autoridades correspondentes a analisar e considerar a proposta do Conselho Assessor da SATVD-T para a conformação de uma “Conferência Internacional de Televisão Digital Aberta”.

Cronograma: 24 de agosto de 2010: realização da III Reunião do Foro Internacional do ISDB-T a fim de avaliar temas relacionados à sua institucionalização e à conformação da Conferência Internacional de Televisão Digital Aberta.

8. Indústria Naval

Tomar nota dos entendimentos existentes entre os setores competentes de ambos os Governos no sentido de promover ações para consolidar as complementaridades produtivas potenciais no setor da construção naval.

Registrar os avanços alcançados em termos do processo de integração produtiva no setor naval, traduzidos no registro do primeiro estaleiro de origem argentina como fornecedor da TRANSPETRO.

Continuar os estudos, por parte do Governo brasileiro, para que se outorgue aos produtos argentinos condições que lhes permitam

formar parte do conteúdo brasileiro conforme as exigências da legislação brasileira.

Promover ações que permitam a divulgação de informações sobre o catálogo brasileiro de peças navais (“Catálogo de Navipeças”), com vistas a que o setor produtivo argentino incorpore seus produtos ao mesmo.

9. Cooperação Nuclear

Considerando que a relação bilateral na área nuclear, por intermédio da COBEN, poderá constituir um elemento fundamental para fortalecer, no âmbito regional, a cooperação, o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico e para impulsionar uma maior proteção da região no cenário internacional, decidem:

Tomar nota do informe apresentado pela Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN) e manifestar satisfação pelo progresso na implementação de alguns projetos prioritários, particularmente nas áreas de regulação e ciclo de combustíveis;

Manifestar satisfação pela firma, entre o Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil, com intervenção da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e a Comissão Nacional de Energia Atômica da Argentina, em 29 de janeiro de 2010, de contrato para o fornecimento ao Brasil de molibdênio-99 pela Argentina;

Tomar nota da definição dos conceitos básicos que poderão guiar o modelo de empresa binacional na área nuclear e instruir o Grupo Executivo da EBEN a que continue considerando os diferentes aspectos da questão, tomando como base as propostas apresentadas por ambas as partes e com vistas a definir o objetivo e as demais características da empresa, no marco do Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto de Empresas Binacionais Argentino-Brasileiras, firmado em 6 de julho de 1990.

10. Hidroelétrica de Garabi e outros Empreendimentos Hidroelétricos

Destacar que a conclusão dos estudos de inventário no trecho limítrofe do Rio Uruguai resultou na seleção de dois aproveitamentos hidroelétricos, um em Garabi, à quota de 89 msnm, e outro em Panambi, à quota de 130 msnm.

Determinar a necessidade de ampliar o marco desses aproveitamentos de modo a que sejam inseridos num Programa Regional e, neste sentido, instruir a Comissão Técnica Mista que dê impulso a um Plano de Obras e Ações Preliminares de Desenvolvimento, Mitigadoras e Compensatórias, com participação de autoridades nacionais, provinciais, estaduais e municipais, assegurando que as mesmas tenham início antes da construção das represas hidroelétricas.

Expressar satisfação pela proposta de criação de uma Unidade Executiva, constituída por ELETROBRAS e EBISA, no marco do Tratado de 1980, que dará forma ao esquema associativo para as distintas etapas do projeto: construção, operação e manutenção.

Cronograma: último trimestre de 2010: processo de chamada à licitação dos estudos de viabilidade e ambiental dos aproveitamentos de Garabi e Panambi.

11. Interconexão Elétrica

Destacar a satisfação pela firma do Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério do Planejamento Federal, Investimentos Públicos e Serviços da República Argentina sobre intercâmbio de energia elétrica para o período 2010, que igualmente a anos anteriores, compreende as modalidades “sem devolução” (paga-se ao fornecedor) e “com devolução” (restitui-se a energia utilizada ao fornecedor).

Instruir os organismos competentes de ambas as partes a continuar os estudos sobre a viabilidade de incluir a modalidade “Energia de Acumulação” entre as demais

modalidades de fornecimento de energia elétrica interruptível e gás natural, incluídos no Memorando de Entendimento, avaliando possíveis impactos e aspectos regulatórios.

Destacar que os Ministérios de ambos os países estão trabalhando para instituir um mecanismo permanente de intercâmbio de energia elétrica entre ambos os países.

12. Novas Pontes sobre o Rio Uruguai

Tomar nota da realização da segunda chamada à licitação pública binacional do “Estudo de viabilidade de um programa de investimentos para otimizar a conectividade entre Brasil e Argentina”, em 15 de dezembro de 2009, e da abertura do envelope “A”, no último dia 23 de fevereiro.

Instruir a Comissão Binacional para as novas pontes sobre o rio Uruguai a que continue com celeridade o processo de licitação para que a partir de oito meses de adjudicado se tenha o informe final do estudo.

Cronograma: segundo semestre de 2010: adjudicação e início do estudo.

13. Grupo de Trabalho Ponte Uruguiana – Paso de Los Libres

Instruir as autoridades responsáveis, de acordo com os compromissos assumidos no Grupo de Trabalho, a que dêem início ao processo de licitação relativo ao projeto e à posterior execução das Obras de Recuperação da Ponte.

Tomar nota que a finalização das obras do Controle de Terminal de Cargas Paso de los Libres (COTECAR) está prevista para maio de 2011, em função de modificações arquitetônicas do projeto.

Cronograma: segundo semestre de 2010: conclusão do Projeto de Obras de Recuperação da Ponte.

Primeiro semestre de 2011: início das obras.

14. Ponte sobre o Rio Peperi-Guaçu

Registrar o avanço da obra de construção

de obras básicas e pavimentação da Rota Provincial N°27 entre a Rota Nacional N°14 (San Pedro) e o limite fronteiriço, resultado do convênio firmado entre a Direção Nacional de Rodovias da Argentina e a Direção de Rodovias da Província de Misiones.

Tomar nota do início das negociações para a firma de um Acordo para constituir uma Comissão Binacional para a construção de uma nova ponte internacional sobre o rio Peperi–Guaçu, com vistas a habilitar o Passo Fronteiriço ao trânsito internacional.

Instruir as Chancelarias e autoridades competentes a firmar o Acordo durante o segundo semestre de 2010.

Cronograma: segundo semestre de 2010: firma do acordo.

15. Integração Ferroviária

Tomar nota da realização da V Reunião sobre Integração Ferroviária do Corredor Bioceânico Norte no último dia 29 de julho, e da apresentação dos avanços do estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico, financiado pelo BNDES

Registrar, com satisfação, que na próxima reunião do Grupo de Trabalho, prevista para novembro de 2010, em Assunção, serão abordados aspectos de demanda, detalhes do traçado, questões institucionais e legais, assim como também aspectos relacionados com o financiamento futuro das obras.

16. Transporte Ferroviário de Passageiros entre Uruguiana e Paso de los Libres

Tomar nota da elaboração de informe técnico conjunto sobre a possibilidade de implementar um serviço ferroviário de passageiros entre ambas as localidades e da realização de uma reunião técnica no último dia 30 de julho.

Instruir as autoridades responsáveis a aprofundar a análise técnica com um estudo que contemple a oferta da demanda atual e futura do serviço, de maneira a identificar as

melhores opções para a melhora da situação vigente do transporte de passageiros entre as duas localidades e que sirva de base tanto para aperfeiçoar o modal automotor existente quanto para avaliar a viabilidade do modal ferroviário.

17.a. Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa

Ressaltar os excelentes vínculos existentes entre as Forças Armadas de Brasil e Argentina, as quais mantêm um intenso programa anual de intercâmbio, cursos, estadias e visitas com o envio e a recepção de militares de ambos os países para as diversas operações em conjunto, sendo que estão previstos 74 eventos na Argentina e 59 no Brasil durante 2010.

Tomar nota que, desde a última Declaração dos Presidentes, as quatro Subcomissões do Grupo de Trabalho Conjunto – GTC (Naval, Terrestre, Aeronáutica e Conjunta de Defesa) vêm analisando suas propostas, especificando os projetos e validando os respectivos interesses em cada tema.

Destacar as seguintes ações concretas realizadas no GTC:

a) Projeto do Veículo Gaucho

Uma vez concluído o desenvolvimento conjunto do projeto de engenharia por Brasil e Argentina, que se espera para setembro de 2010, e a aplicação simultânea das correções nos estudos citados, a parte brasileira reiniciará o processo de homologação a partir de 2011, suspenso em junho de 2009 devido à quantidade de não conformidades encontradas.

A produção do lote piloto está sujeita à aprovação da avaliação do protótipo, os custos envolvidos, os procedimentos aduaneiros, o lugar e o modelo de produção.

A Argentina propõe produzir duas pré-séries de veículos, cada uma das quais terá configurações diferentes que satisfaçam os Requerimentos Técnicos Operativos de cada Exército, e informa que em agosto de 2010

o Ministério da Defesa argentino começará os trâmites necessários para dar início ao processo de licitação ou concurso, a fim de estar em condições, no primeiro semestre de 2011, de iniciar a fabricação da pré-série aprovada para o Exército Argentino e eventuais requerimentos de outras Forças Armadas ou de segurança;

b) Projeto “Pool” Logístico para Aquisição de Peças (F-103 Mirage brasileiro por Boeing 707 argentino)

Tomar nota da realização, na Argentina (Comando de Material da FAA), entre 16 e 19 de março de 2010, de uma reunião entre os setores de logística da Força Aérea Brasileira (FAB) e a Força Aérea Argentina (FAA) com o objetivo de redigir conjuntamente um Acordo de Intercâmbio (definição das listas das peças a serem trocadas, avaliação de preços e critérios de avaliação e preparação de documentos relacionados com o intercâmbio), para o intercâmbio de peças entre o F-103 Mirage brasileiro e o Boeing 707 argentino.

O Acordo de Intercâmbio redigido pela FAB e a FAA foi revisado e aprovado pela FAA;

c) Projeto de Manutenção de Turbinas Navais a ser executada pelo Arsenal Comandante Espora

Tomar nota que uma proposta de Acordo com a Armada da República da Argentina (ARA) para a revisão de turbinas “Tyne” das fragatas Clase Greenhalgh da Marinha do Brasil (MB) e seus acessórios foi elaborada pelo Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ). Com a concordância dos Ministros da Defesa de ambos os países, a proposta referida seguiu seu curso para que o convênio seja firmado entre MB e ARA.

17b. Cooperação Industrial Aeronáutica

a) Cooperação aeronáutica com a Fábrica Argentina de Aviões (FAdeA)

Registrar que a EMBRAER comprovou as capacidades da FAdeA para atender os

requisitos técnicos e de qualidade necessários para o início da provisão de peças para a indústria aeronáutica brasileira.

Tomar nota que a fim de acelerar o processo de cooperação bilateral neste âmbito, a EMBRAER incluiu em suas solicitações à FAdeA, peças de outros modelos de aeronave atualmente em produção (E-jets), assim como os aviões executivos em fase de desenvolvimento (Legacy 450/500);

b) Programa Embraer KC - 390

Manifestar o interesse mútuo na participação da Argentina no projeto de avião de transporte estratégico KC-390, que é visto por ambas as partes com grande expectativa.

Tomar nota que a EMBRAER enviou à FAdeA um pedido de orçamento de peças do KC-390 que poderiam ser produzidas na Argentina.

18. Acordo sobre Igualdade de Direitos Cíveis e Políticos e Grupo de Alto Nível para a Livre Circulação

a) Controle Integrado Fronteiriço

Instruir as respectivas autoridades competentes a realizar uma reunião, antes do fim do ano, a fim de coordenar as possibilidades de interconexão e intercâmbio dos sistemas de controle migratório, levantamento de requerimentos operativos e analisar a firma de um Acordo Operativo de Implementação da modalidade de Controle Migratório Integrado com Registros Compartilhados, a ser implementado, inicialmente, nos passos fronteiriços de Uruguiana – Paso de Los Libres e de Foz do Iguaçu – Puerto Iguazú;

b) Mecanismo de Cooperação jurídica internacional em matéria penal

Ressaltar a firma do Acordo para a criação de Equipes Conjuntas de Investigação no âmbito do MERCOSUR, e instruir as autoridades correspondentes a avaliar os mecanismos para sua pronta implementação.

Continuar os estudos relativos à viabilidade de instrumentação de um Mandado Conjunto

de Captura Comum.

19. Cooperação para a Fabricação da Vacina contra a Febre Amarela

Registrar os progressos realizados pelas autoridades sanitárias para cooperar efetivamente no campo da fabricação de produtos e insumos estratégicos na área da saúde, em particular, destacar os avanços obtidos na negociação de um Acordo de Transferência Tecnológica para a Fabricação da Vacina contra a Febre Amarela na Argentina.

Instruir os respectivos Ministérios da Saúde e suas dependências correspondentes – a Fundação Oswaldo Cruz e a Administração Nacional de Laboratórios e Institutos de Saúde para que, antes do fim do corrente ano, concluam os termos do mencionado acordo.

Instar as autoridades competentes de ambos os países a resolver os aspectos relativos ao financiamento do projeto.

Cronograma: 31 de agosto: fim da redação dos nove documentos anexos ao contrato;

29 de outubro: resolução das questões referentes às fontes de financiamento por parte das autoridades competentes de ambos os países;

30 de novembro: revisão jurídica final;

Dezembro de 2010: firma do contrato.

20. Fortalecimento das Farmacopéias Argentina e Brasileira

Ressaltar o trabalho da ANMAT e ANVISA e das farmacopéias argentina e brasileira, destacando os seguintes avanços:

- Formalização do reconhecimento das Substâncias de Referência (SQRs) brasileiras pelas Farmacopéias brasileira (RDC 62/2009) e argentina (Disposição 2604/2010);

- Coordenação de ações no âmbito regional, com a perspectiva de aprofundar a integração do MERCOSUL a partir do trabalho bilateral;

- Estabelecimento de um Plano de Ação para o seguimento sistemático dos resultados

dos trabalhos conjuntos por parte do Comitê Executivo;

- Definição de novas propostas de trabalho, considerando os Programas de Saúde de ambos os países e as substâncias sintetizadas na região;

- Criação de Comitês Temáticos Temporais (CIT) binacionais.

Instruir os organismos competentes em matéria de intercâmbio de Substâncias de Referência (SQRs) a coordenar ações com vistas a viabilizar as iniciativas previstas.

Instruir as autoridades da ANMAT e ANVISA a dar continuidade aos trabalhos binacionais e de coordenação com os demais Estados Parte do MERCOSUL.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu, em seu nome e de sua comitiva, as atenções e manifestações de apreço e amizade recebidas do governo e do povo argentino durante sua visita à República Argentina.

San Juan, em 3 de agosto de 2010.

Declaração Conjunta sobre Malvinas

No dia 3 de agosto de 2010, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, mantiveram uma reunião de trabalho na cidade de San Juan, República Argentina.

Nesta oportunidade:

O Presidente da República Federativa do Brasil reiterou o respaldo de seu país aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa às Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e espaços marítimos circundantes. Esta posição se sustenta na longa tradição diplomática brasileira de apoio ao reclamo argentino e cujo antecedente histórico teve início diante do ato de força que expulsou a Argentina do território das Ilhas Malvinas em 1833;

A Presidenta da República Argentina agradeceu o permanente apoio do Brasil nessa

questão tão sensível e, em particular, o apoio brindado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula da Unidade, no dia 23 de fevereiro passado;

Ambos os Presidentes destacaram, igualmente, que as atuais atividades ilegais de exploração de hidrocarbonetos que o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte leva a cabo na plataforma continental argentina são ações unilaterais incompatíveis com o que determina as Nações Unidas a respeito, e que não contribuem em nada para alcançar uma solução definitiva para o diferendo;

Nesse sentido, recordaram o interesse regional em alcançar o quanto antes uma solução pacífica e definitiva para a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos, do MERCOSUL e de outros foros regionais e multilaterais;

Reiteraram, ademais, que a pretensão de considerar tais arquipélagos como países e territórios aos quais possa ser aplicado o regime de associação de ultramar da União Europeia resulta também incompatível com a existência de uma disputa de soberania sobre os mesmos.

San Juan, 3 de agosto de 2010

Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear

No dia 3 de agosto de 2010, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, mantiveram uma reunião de trabalho na cidade de San Juan, República Argentina, para passar em revista os progressos da cooperação bilateral no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.

Os Presidentes:

1. Ressaltaram que a cooperação bilateral em matéria nuclear – assentada no diálogo político, na consolidação da confiança e na estreita coordenação no tocante a salvaguardas – constitui um patrimônio comum irrenunciável da parceria estratégica entre o Brasil e a Argentina e que seu aperfeiçoamento contínuo é um objetivo permanente das políticas exteriores de ambos os países. Nesse contexto, reiteraram sua disposição de fortalecer a cooperação política e técnica nesse setor mediante o aprofundamento da cooperação e a integração entre os respectivos setores nucleares nacionais;

2. Destacaram seu compromisso inequívoco e permanente com o desarmamento e a não-proliferação nuclear e a promoção do direito inalienável de todas as nações ao uso e ao desenvolvimento da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos e renovaram sua determinação de atuar de maneira conjunta na defesa desses princípios e perante novas iniciativas nesse campo;

3. Ao reiterar que o Brasil e a Argentina devem continuar a trabalhar de forma conjunta e coordenada nos foros internacionais, expressaram satisfação com os resultados da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), realizada em Nova York em maio último, recordaram que a não-proliferação e o desarmamento são processos interdependentes e que se reforçam mutuamente, e enfatizaram a importância de que se tomem medidas concretas e urgentes visando à eliminação completa dos arsenais nucleares;

4. Ressaltaram o papel singular da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) como mecanismo de construção de confiança mútua e internacional que assegura a submissão de todas as atividades nucleares do Brasil e da Argentina

a salvaguardas abrangentes;

5. Destacaram a aplicação satisfatória, há mais de quinze anos, de salvaguardas abrangentes, de forma independente, pela ABACC e pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Asseveraram, nesse sentido, que a ABACC tem prestado uma contribuição única ao regime internacional de não-proliferação, que deve ser plenamente reconhecida mediante o fomento da cooperação e do acesso desimpedido do Brasil e da Argentina às tecnologias sensíveis no campo dos usos pacíficos da energia nuclear. Nesse sentido, decidiram que a ABACC, cujo sistema de salvaguardas constitui pilar fundamental da cooperação bilateral em matéria nuclear, deverá ser constantemente aperfeiçoada e reforçada em suas funções e objetivos;

6. No plano político, determinaram ao Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN) que, em sua próxima reunião, que ocorrerá em Buenos Aires, no período de 23 a 27 de agosto de 2010, promova: um intercâmbio de informações sobre os avanços dos programas nucleares de ambos os países; uma coordenação de posições com respeito às reuniões multilaterais que ocorrerão durante o segundo semestre de 2010; uma avaliação política da cooperação nuclear, em particular dos projetos e propostas em execução no âmbito da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN), inclusive no tocante à formação conjunta de recursos humanos; e um exame do funcionamento da ABACC, com vistas ao seu continuado aprimoramento e fortalecimento;

7. Determinaram à COBEN que, em sua próxima reunião, que ocorrerá em Buenos Aires, no período de 23 a 27 de agosto de 2010, intensifique os esforços para implementar os projetos e propostas de cooperação e integração por ela identificados como prioritários para

o avanço da cooperação bilateral no campo dos usos pacíficos da energia nuclear, em particular projetos emblemáticos da relação estratégica bilateral e de alta visibilidade, como o desenvolvimento conjunto de um reator de pesquisa multipropósito;

8. Instruíram as áreas responsáveis pelos temas nucleares de ambos os Governos a estreitar a cooperação científica e a coordenação política para que Brasil e Argentina, ao terem reconhecida sua inquestionável contribuição à paz e segurança internacionais e à não-proliferação nuclear, tenham condições adequadas para o pleno desenvolvimento tecnológico e uso da energia nuclear para fins pacíficos

San Juan, 3 de agosto de 2010

VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE
RELAÇÕES EXTERIORES DO MÉXICO,
PATRÍCIA ESPINOSA - BRASÍLIA, 4 DE
AGOSTO DE 2010
04/08/2010

A convite do Ministro Celso Amorim, a Secretária de Relações Exteriores do México, Embaixadora Patricia Espinosa, realiza visita de trabalho a Brasília em 4 de agosto.

Os Ministros deverão abordar temas da agenda bilateral, com destaque para o Acordo Estratégico de Integração Econômica entre o Brasil e o México. Examinarão, ainda, temas de interesse regional, tais como o andamento do processo de conformação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a situação em Honduras.

No que tange aos assuntos multilaterais, os Chanceleres deverão avaliar as perspectivas para a 16ª Conferência das Partes (COP-16) da Convenção-Quadro das Nações Unidas

sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a 6ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto (CMP-6), que se realizarão em Cancún, entre 29 de novembro e 10 de dezembro. A esse respeito, a Secretária de Relações Exteriores mexicana também manterá encontro de trabalho com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira.

No primeiro semestre de 2010, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o México alcançou cerca de US\$ 3,5 bilhões, com aumento de 43% em relação ao mesmo período de 2009. As exportações brasileiras já ultrapassam US\$ 1,7 bilhão em 2010.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DO CAMEROUN AO BRASIL – BRASÍLIA,
4 DE AGOSTO DE 2010
04/08/2010

1-MEMORANDODE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO CAMEROUN
SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DA
AGRICULTURA E DA PECUÁRIA

2 – ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO
CAMEROUN SOBRE O EXERCÍCIO
DE ATIVIDADE REMUNERADA POR
PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL
DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR,
ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

3-PROGRAMAEXECUTIVO RELATIVO
AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO
CAMEROUN PARA OS ANOS 2010 A 2013

4 – ACORDO ENTRE O GOVERNO DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO
CAMEROUN SOBRE COOPERAÇÃO NO
CAMPO DO TURISMO

INCIDENTE NA FRONTEIRA ENTRE
ISRAEL E LÍBANO
04/08/2010

O Governo brasileiro recebeu com profunda preocupação a notícia da troca de disparos na fronteira entre o Líbano e Israel, no dia 3 de agosto, que causou a morte de três militares libaneses, um militar israelense e um jornalista libanês.

O Brasil conclama as partes a exercerem contenção e a evitarem ações ou declarações que aumentem a tensão e o risco de novo conflito, que afetaria gravemente as populações libanesa e israelense, colocando em perigo a estabilidade de toda a região.

Ao reiterar aos Governos libanês e israelense a necessidade de pleno cumprimento da Resolução 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Governo brasileiro insta os dois países a respeitarem o cessar-fogo na fronteira, indispensável para a manutenção da paz e da estabilidade na área.

COMUNICADO CONJUNTO
BRASIL-CAMEROUN
05/08/2010

A convite de Sua Excelência o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, o Presidente da República do Cameroun, Sua Excelência o Sr. Paul Biya, realizou visita oficial ao Brasil nos dias 4 e 5 de agosto de 2010.

2. Os Presidentes procederam a uma análise ampla, nos planos bilateral e internacional, de

temas de interesse comum. Congratularam-se pela convergência de pontos de vista a respeito dos temas e questões abordados.

3. No plano bilateral, os Presidentes felicitaram-se pela excelência dos laços de amizade e cooperação que unem os dois países e seus povos há 50 anos, desde o reconhecimento oficial da Independência do Cameroun pelo Brasil, em 25 de janeiro de 1960. Decidiram celebrar suas relações por meio da realização de uma “Semana Brasil-Cameroun”, que ocorrerá em Iaundê em 2011. As datas, atividades e demais providências relacionadas serão definidas, de comum acordo, pelas duas Partes.

4. Os Presidentes manifestaram satisfação ao constatar que a cooperação educacional vem crescendo nos níveis de graduação e pós-graduação. Ademais, nova vinda de professores visitantes camerouneses ao Brasil em 2011 contribuirá para o ensino de história e cultura africanas em universidades brasileiras.

5. Os Presidentes concordaram em aprofundar e acelerar a cooperação entre os dois países em todos os setores. A esse respeito, os dois países expandiram seu quadro jurídico bilateral e de parcerias subseqüentes mediante a assinatura de Programa Executivo Cultural 2010-2013, Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio da Agricultura e da Pecuária, Acordo de Cooperação no Campo do Turismo e Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico. À parte os acordos já assinados, as negociações prosseguirão a respeito da assinatura de atos nas áreas de serviços aéreos e de fabricação de medicamentos anti-retrovirais.

6. No que diz respeito à cooperação técnica, os Presidentes manifestaram o desejo de explorar as possibilidades existentes por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

e assegurar acompanhamento permanente das iniciativas tomadas ao fim da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, realizada em Brasília, em fevereiro de 2010.

7. Sobre o Encontro Empresarial Brasil-Cameroun, cuja primeira edição foi organizada em paralelo à visita oficial, os Presidentes destacaram a importância desta plataforma de intercâmbios, que permite a dinamização de uma cooperação econômica mutuamente benéfica em áreas consideradas promissoras. Eles apreciaram os resultados e os compromissos positivos entre os participantes do encontro e decidiram tomar medidas para facilitar o trânsito dos empresários entre os dois países. Enfatizando a evolução tecnológica e a experiência do Brasil em várias áreas estratégicas, incentivaram empresários e operadores econômicos de ambos os países a multiplicar seus contatos através do comércio e investimento e encontros organizados em um ou outro país.

8. No plano internacional, os Presidentes abordaram questões relacionadas à paz e à segurança na África, à Cooperação Sul-Sul e à governança global.

9. Os Presidentes afirmaram o comprometimento de seus países em agir em conformidade com os princípios e valores universais que compartilham. Reiteraram a necessidade, por um lado, de recorrer à prevenção e à resolução pacífica dos conflitos e, por outro, a importância da participação em operações de assistência humanitária e de paz. Nesse sentido, ressaltaram a importância da Escola Internacional de Forças de Segurança (EIFORCES), sediada no Cameroun. Convieram, ademais, em trabalhar pela segurança do espaço marítimo do Golfo da Guiné. Reafirmaram a solidariedade dos dois países, governos e populações na reconstrução do Haiti.

10. A respeito da governança global, os Presidentes instaram a comunidade

internacional a reforçar a participação dos países emergentes e em desenvolvimento nas instâncias decisórias, tais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Enfatizaram também a importância da reforma dos organismos financeiros internacionais. Os Presidentes reafirmaram seu comprometimento com uma conclusão rápida, equilibrada e orientada ao desenvolvimento para a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. Convieram, também, em que uma boa conclusão desta Rodada de Negociações reforçará a credibilidade e a legitimidade do sistema comercial multilateral face às pressões protecionistas. Da mesma forma, convidaram a comunidade internacional a fortalecer suas ações de combate ao terrorismo.

11. Após reafirmarem a solidariedade Sul-Sul como via para alcançar os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento, os Presidentes manifestaram a sua convergência de opinião sobre as questões de mudança do clima e de desenvolvimento de fontes de energia renováveis. Além disso, reafirmaram sua adesão comum ao processo de reforço da parceria estratégica e da cooperação interregional do continente africano e da América do Sul, por meio das Conferências do Mecanismo América do Sul-África (ASA), cuja terceira reunião de Cúpula está prevista para fevereiro de 2011 na Líbia, após ter sido a segunda reunião realizada em Caracas, em setembro de 2009.

12. Durante sua estada no Brasil, o Presidente da República do Cameroun, Sua Excelência Paul Biya, fez visitas de cortesia aos dirigentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

13. O Presidente da República do Cameroun expressou, em nome do povo camerounês, sua profunda gratidão ao Presidente da República Federativa do Brasil, ao governo e ao povo brasileiro, pela calorosa acolhida e por toda a

atenção deferida a ele, sua esposa e delegação.

14. Dirigiu felicitações ao Brasil por lograr organizar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, e fez votos calorosos de sucesso nesses eventos.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE O FORTALECIMENTO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS

05/08/2010

O Brasil participa, juntamente com outros dezenove países, do Grupo de Reflexão sobre o Fortalecimento do Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas, iniciativa informal lançada pela França e pelo México. Em razão de imprecisões e equívocos contidos em matéria jornalística publicada no último dia 3, que divulgava suposta “carta” sigilosa a respeito da posição brasileira no CDH, cabe esclarecer que as reflexões apresentadas pela Delegação brasileira – em texto distribuído abertamente – não corroboram a tese de que o Brasil buscava evitar censura a países que violam os direitos humanos. Ao contrário, as idéias propostas procuram justamente fortalecer o Conselho para que se torne mais eficaz e objetivo no tratamento multilateral da situação dos direitos humanos em todo o mundo, como se depreende da leitura do referido texto (original em inglês).

Human Rights Council

Notes on Country specific Mandates Non-Paper

As the preliminary discussions about the upcoming review of the Human Rights Council (HRC) move forward, it is possible to anticipate that among the most challenging issues to

be addressed will be the question of country specific mandates. The manner in which the UN system – the Council and the former Commission, and even the General Assembly – has dealt with country specific situations lies, in fact, at the center of the challenges regarding the functioning of the Council. For different reasons and from different perspectives, the general sense that the very institute of country specific mandates has proven to be far from effective in changing the situation on the ground seems to be widespread. Not only there is a heavy concentration of mandates relating to countries in one specific region of the world, but it is also open to questioning whether several years, and several mandates later, we are able to show any clear history of success derived from a given mandate: some mandates date back to 1992.

The combination of perceived inefficiencies, disproportional geographical concentration and politicization of the discussions has a negative impact over the working culture of the Council in more than simply item 4 of its agenda.

In the aim of exploring possible alternatives to this situation, this paper searches to articulate some ideas that seem to offer the perspective of a more positive and negotiating-prone environment. More importantly, it explores the possibility of a revised mechanism that might function better as a means to achieving concrete improvements on the situations on the ground. One key word here is “revised.” Indeed, the intention is not to reinvent the wheel, but rather to draw inspiration from existing tools and current practices of other UN bodies when dealing with country specific situations from a cooperative and result-oriented perspective.

From this perspective, two main areas deserve particular attention in the outlining of possible alternatives to be explored. The first

one is the development of technical assistance and capacity-building mechanisms; whereas the second consists in the improvement of existing monitoring activity.

Among the clear lessons of the Universal Periodic Review (UPR) seems to be the confirmation of a simple truth: every single country has challenges to be overcome in the area of human rights. Associated to that is the equally clearly perceived fact that the great majority of the countries show themselves ready and willing to cooperate with the UN system. Bearing this in mind, the Council could make use of mechanisms to help human rights improvements in those countries on the basis of the consent of the concerned country. There are several possibilities of doing so.

One of them would be the organization of informative briefings with the participation of the concerned country as well as with UN agencies and other relevant actors with presence on the field. The importance of such an initiative is, *inter alia*, in boosting the level, the impartiality and the volume of available information. Above all, it would also contribute for an informed and arguably less politicized decision by the Council on how to proceed.

In the same vein, it may prove itself useful to promote country visits by Member State delegations. This is already a current practice within other UN bodies, such as the Economic and Social Council (ECOSOC) and the Peace-building Commission (PBC). The ECOSOC, for example, has recently sent a government delegation to Haiti to assess the situation after the earthquake. As for the PBC, Brazil is the country coordinator for Guinea Bissau and, in this quality, has been involved in the organization of numerous visits to that country. Such missions – which should include members from all regions – would require a clear and focused mandate, to be

negotiated and approved by the Council and the concerned country.

A second possibility would be the development of strategies for the implementation of existing UPR and other recommendations, in line with the practice of the PBC. Country strategies could include different actors, such as interested countries, regional organizations, development banks and relevant UN mechanisms. The main goal would be to establish a strategy on the basis of consultations with the Government within the HRC and with the participation of the concerned country and other stakeholders in order to implement recommendations from UN human rights mechanisms. The sense of national ownership of such an approach would go a long way towards guaranteeing a positive outcome. In this context one may envisage the notion of a joint appointment, by the Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR) and the concerned country, of “facilitators of technical assistance” to implement strategies and plans under item 10. The common element to both possibilities as outlined above is in the creation of more inclusive and transparent alternatives than those now provided by the usual resolution/country mandate package. Such new mechanisms could serve as an intermediate step between the universal review mechanism and country specific resolutions.

All these initiatives hinge on dialogue with the concerned countries. In the cases where no willingness to engage in dialogue is identified, other measures may prove to be necessary. It remains true, however, that once the Council has explored the tools and instruments offered to negotiation and diplomatic dialogue, the costs of non-engagement of the part of any given country become much higher. Today, once the Council moves directly to a contentious mode, via Country Specific

Resolution or the calling of Special Session, it paradoxically serves well the interests of those who are closed to dialogue, as it provides them a sort of argument of selectivity and politicization in which to find refuge and to refrain from engagement.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO LULA DA SILVA À
VENEZUELA - CARACAS,
6 DE AGOSTO DE 2010
05/08/2010

Em 6 de agosto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Venezuela, no marco dos encontros presidenciais trimestrais iniciados em dezembro de 2007.

Os Presidentes do Brasil e da Venezuela deverão avaliar os resultados da cooperação no campo da agricultura (Embrapa), da inclusão bancária e da urbanização de favelas (Caixa Econômica Federal). Examinarão igualmente a cooperação prestada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) – que está instalando escritório em Caracas – e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), bem como os avanços na integração fronteiriça e as perspectivas de maior cooperação na área social.

O encontro dos Presidentes servirá, ainda, para intercâmbio de opiniões sobre temas da agenda regional, em especial o fortalecimento da integração no âmbito da UNASUL.

Nos primeiros seis meses de 2010, o intercâmbio comercial bilateral totalizou US\$ 2,2 bilhões, com crescimento de 20,7% em relação ao mesmo período de 2009. As exportações brasileiras alcançaram US\$ 1,7 bilhão, e as importações provenientes da Venezuela somaram US\$ 464 milhões.

VIAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À COLÔMBIA PARA
PARTICIPAR DAS CERIMÔNIAS DE
POSSE DO PRESIDENTE-ELEITO, JUAN
MANUEL SANTOS - BOGOTÁ,
6 E 7 DE AGOSTO DE 2010
06/08/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita a Bogotá, em 6 e 7 de agosto, para participar das cerimônias de posse do Presidente-eleito da Colômbia, Juan Manuel Santos.

No dia 6, o Presidente Lula participará de jantar oferecido pelo Presidente Álvaro Uribe às autoridades estrangeiras convidadas.

A visita do Presidente a Bogotá demonstra a prioridade conferida pelo governo brasileiro ao aprofundamento das relações com a Colômbia e com a América do Sul. Brasil e Colômbia mantêm intenso intercâmbio em diversas áreas, tais como meio ambiente, integração fronteira, investimentos e comércio.

De janeiro a junho de 2010, o intercâmbio bilateral somou US\$ 1,4 bilhão, com crescimento de 12% em relação a igual período de 2009. As exportações brasileiras no semestre alcançaram US\$ 991 milhões, ao passo que nossas importações oriundas da Colômbia atingiram US\$ 448,8 milhões.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA
AO PAQUISTÃO
06/08/2010

Em resposta à situação de calamidade no Paquistão, causada pelas chuvas torrenciais que assolaram o país recentemente, o Brasil prestou assistência humanitária ao Governo e ao povo paquistaneses, por meio de

contribuição voluntária ao Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), no valor de US\$ 500 mil dólares. Os recursos financeiros serão utilizados para suprir necessidades de alimentos, abrigo, saúde e vestuário dos flagelados das enchentes.

Em maio de 2010, o Brasil havia destinado ao Paquistão, por intermédio do PMA, doação no valor de US\$ 200 mil, que foram utilizados para aquisição de bens considerados prioritários para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional da população paquistanesa em situação de vulnerabilidade. Com a recente ação humanitária, o Brasil terá assistido o Paquistão, em 2010, com recursos da ordem de US\$ 700 mil dólares.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À VENEZUELA
06/08/2010

Durante encontro em Caracas, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, assinaram, entre outros acordos, o Primeiro Plano de Ação Social entre Brasil e Venezuela

1. PRIMEIRO PLANO DE AÇÃO SOCIAL
ENTRE BRASIL – VENEZUELA

2. AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
BOLIVARIANA DA VENEZUELA PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA E O INSTITUTO NACIONAL
DE ESTATÍSTICA DA VENEZUELA”

3. ATA DE COMPROMISSO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA PARA O FINANCIAMENTO DO PROJETO DE SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA BACIA DO RIO TUY

4. ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNODAREPÚBLICABOLIVARIANADA VENEZUELA PARA O ESTABELECIMENTO DE REGIME ESPECIAL FRONTEIRIÇO

5. ACORDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE TURÍSTICO INTERNACIONAL OCASIONAL POR RODOVIA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DE EL SALVADOR, MAURICIO FUNES -
SÃO PAULO, 9 DE AGOSTO DE 2010
08/08/2010

O Presidente de El Salvador, Mauricio Funes, realizará visita a São Paulo, em 9 de agosto, a fim de participar, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Encontro Empresarial Brasil – El Salvador, na sede da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Trata-se da segunda visita oficial do Presidente Funes ao Brasil desde que assumiu o cargo em junho de 2009.

Em reunião de trabalho, os Presidentes examinarão temas das agendas bilateral, como a intensificação da cooperação técnica entre os dois países, e regional, como a possibilidade de voltar a discutir um Acordo entre o Mercosul e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e o progresso das conversações sobre a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

Serão assinados, na ocasião, Protocolo de Intenções para a Implantação do Centro de Formação Profissional Brasil-El Salvador, bem como Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação bilateral em áreas como formação profissional, turismo, segurança pública, desenvolvimento social e saúde.

No campo econômico-comercial, os dois mandatários ressaltarão as crescentes possibilidades para o incremento do comércio e investimentos em energia, biocombustíveis e infraestrutura.

Em 2009, o intercâmbio comercial entre Brasil e El Salvador superou US\$ 200 milhões, dos quais mais de US\$ 190 milhões corresponderam a exportações brasileiras. De janeiro a junho de 2010, as trocas bilaterais somam US\$ 73,2 milhões.

DESLIZAMENTOS NA CHINA
10/08/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, dos deslizamentos que causaram a morte, até o momento, de mais de setecentas pessoas, na Província chinesa de Gansu.

O Governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao Governo e ao povo chineses e estende suas condolências às famílias das vítimas.

RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES
DIPLOMÁTICAS ENTRE A VENEZUELA
E A COLÔMBIA
10/08/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande satisfação, do restabelecimento das relações diplomáticas entre a Venezuela e a Colômbia, resultante da reunião entre os Presidentes Hugo Chávez e Juan Manuel

Santos, realizada hoje, na cidade colombiana de Santa Marta.

O Governo brasileiro congratula-se com os Governos da Colômbia e da Venezuela pela decisão, que abre nova oportunidade para a retomada do dinamismo e do entendimento que historicamente caracterizam as relações entre os dois países.

O Brasil saúda a decisão também pela importância do diálogo entre Caracas e Bogotá para o avanço da integração sul-americana. Nesse contexto, o Governo brasileiro manifesta seu apreço pelas gestões empreendidas pelo Secretário-Geral da UNASUL, Néstor Kirchner, para a promoção do entendimento entre a Venezuela e a Colômbia.

O Brasil reitera sua disposição de seguir cooperando – por meios bilaterais e no âmbito da UNASUL – com as autoridades venezuelanas e colombianas para consolidar esta nova etapa de diálogo, em benefício da paz e da prosperidade regionais.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DE EL SALVADOR, MAURICIO FUNES -
SÃO PAULO, 9 DE AGOSTO DE 2010
10/08/2010

1. PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DE EL SALVADOR SOBRE COOPERAÇÃO
TÉCNICA PARA IMPLEMENTAÇÃO
E IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE
FORMAÇÃO PROFISSIONAL BRASIL – EL
SALVADOR

2. CARTA DE INTENÇÕES ENTRE O
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E COMBATE À FOME DO BRASIL,
A SECRETARIA DE INCLUSÃO SOCIAL DE
EL SALVADOR E O FUNDO DAS NAÇÕES

UNIDAS PARA A INFÂNCIA RELATIVA
À COOPERAÇÃO PARA A PROTEÇÃO
INTEGRAL À CRIANÇA E ADOLESCENTE
EM EL SALVADOR

3. AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL
SALVADOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO “COOPERAÇÃO TÉCNICA
PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL EM EL
SALVADOR”

4. AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL
SALVADOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO “APOIO A TRANSFERÊNCIA
DE METODOLOGIA BRASILEIRA DO
PROGRAMA TALENTOS DO BRASIL PARA
EL SALVADOR”

5. AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL
SALVADOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO “CAPACITAÇÃO EM
BOAS PRÁTICAS EM ECOTURISMO
E TURISMO DE AVENTURA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
SUSTENTÁVEL EM EL SALVADOR”

“VINICIUS DE MORAES -
EMBAIXADOR DO BRASIL”
11/08/2010

Será realizada, em 16 de agosto, no
Palácio Itamaraty, em Brasília, cerimônia

de comemoração da promoção póstuma do diplomata, poeta e compositor Vinicius de Moraes ao cargo de Ministro de Primeira Classe (Embaixador).

A promoção deu-se por meio da promulgação da Lei 12.265, de 21 de junho de 2010, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante o evento, que será aberto pelo Ministro Celso Amorim, o Presidente Lula fará entrega de uma placa comemorativa à família de Vinicius de Moraes. Georgiana de Moraes, filha de Vinicius, e Mariana de Moraes, neta, além da cantora Miúcha, interpretarão composições do homenageado. O poeta Eucanaã Ferraz declamará poemas de Vinicius. Ao final da solenidade, será inaugurada exposição fotográfica sobre sua vida.

CONSULTA PÚBLICA SOBRE
O REGIMENTO INTERNO DO
CONSELHO DE REPRESENTANTES DE
BRASILEIROS NO EXTERIOR

11/08/2010

Está aberta consulta pública sobre o projeto de Regimento Interno do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE), nos termos do art. 5º do Decreto 7.214 de 15 de junho de 2010, que estabelece princípios e diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior.

O Conselho - a ser eleito ainda este ano - será composto por 16 emigrados brasileiros, com o objetivo de manter interlocução com o Itamaraty para a preparação das Conferências “Brasileiros no Mundo”, colher demandas de brasileiros no exterior e colaborar com o Ministério para o seu atendimento. A criação

do CRBE amplia o conjunto de ações que o Itamaraty desenvolve com o objetivo de aprimorar a assistência consular e o apoio aos cerca de 3 milhões de compatriotas que vivem fora do Brasil. Comentários e sugestões – sob a forma de emendas – deverão ser enviados ao endereço brasileirosnomundo@itamaraty.gov.br até o dia 11 de setembro.

Informações adicionais sobre o Decreto e as primeiras eleições para o CRBE estão disponíveis na Nota à Imprensa nº 365, de 17/06/2010, e no portal “Brasileiros no Mundo” (www.brasileirosnomundo.mre.gov.br).

MENSAGEM DO MINISTRO CELSO
AMORIM AOS MINISTROS MARÍA
ÁNGELA HOLGUÍN E NICOLÁS
MADURO PELO RESTABELECIMENTO
DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE
A COLÔMBIA E A VENEZUELA

11/08/2010

O Ministro Celso Amorim enviou, hoje, mensagem com o seguinte teor aos Ministros das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, e da Venezuela, Nicolás Maduro, a propósito do reatamento das relações diplomáticas entre os dois países:

“Prezados Chanceleres,

É com grande alegria que saúdo os dois amigos e colegas pelos resultados anunciados ontem, em Santa Marta, ao final do encontro entre os Presidentes Juan Manuel Santos e Hugo Chávez.

O restabelecimento das relações diplomáticas entre as nações irmãs da Colômbia e da Venezuela abre caminho para uma nova etapa no diálogo bilateral, baseado no respeito mútuo e na cooperação.

O entendimento entre a Colômbia e a Venezuela é essencial para seguirmos na consolidação da América do Sul como zona de paz, democracia e desenvolvimento com justiça social. Felicito os dois países pela decisão de prever o acompanhamento, pela Secretaria-Geral da UNASUL, do Mecanismo de Cooperação bilateral estabelecido em Santa Marta. Isso demonstra o valor da Organização, em particular do seu Secretário-Geral Néstor Kirchner, na construção de consensos na América do Sul.

Tenham a certeza de contar com a melhor disposição do Brasil para ajudar no que for necessário para o pleno êxito dessa nova fase das relações entre a Colômbia e a Venezuela.

Cordiais saudações,

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores”

VIII REUNIÃO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL – CUBA

12/08/2010

Realiza-se hoje, 12 de agosto, em Brasília, a VIII Reunião de Consultas Políticas Brasil – Cuba. O mecanismo de consultas políticas bilaterais reuniu-se pela primeira vez no ano de 2001, e realizou sua mais recente reunião em Havana, em outubro de 2008.

A delegação brasileira é chefiada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, e a delegação cubana é chefiada pelo Vice-Ministro de Relações Exteriores de Cuba, Sr. Rogelio Sierra Díaz.

A VIII Reunião de Consultas Políticas constitui oportunidade para atualização do diálogo entre os Governos brasileiro e cubano sobre o relacionamento bilateral nos âmbitos político, econômico e de cooperação. Também

possibilita o intercâmbio de opiniões sobre os principais temas que compõem as agendas regional e internacional.

Por ocasião da VIII Reunião de Consultas Políticas, serão firmados cinco Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre os Governos de Brasil e Cuba, para a implementação de projetos de cooperação nas áreas de agricultura, metrologia e geologia.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NOVA ZELÂNDIA, MURRAY MCCULLY - SÃO

PAULO, 13 E 14 DE AGOSTO DE 2010

12/08/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Murray McCully, realizará visita ao Brasil, em 13 e 14 de agosto. Trata-se da primeira visita do Ministro McCully, que assumiu o cargo em novembro de 2008. Durante reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim, que terá lugar em São Paulo, no dia 13, serão examinados temas da agenda bilateral, como comércio, investimentos, intercâmbio de estudantes e o fluxo de turistas nos dois sentidos. Na oportunidade, também serão discutidos os principais temas da agenda multilateral. A visita do Ministro McCully deverá ser seguida de visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior, Tim Groser, possivelmente em outubro próximo. O Brasil recebeu, entre 2005 e 2009, US\$ 66 milhões em investimentos diretos provenientes da Nova Zelândia. Em 2009, o intercâmbio comercial entre os dois países alcançou US\$ 92 milhões, dos quais US\$ 40 milhões

corresponderam a exportações brasileiras. De janeiro a junho de 2010, as trocas bilaterais somaram US\$ 34 milhões.

VIAGEM DO MINISTRO CELSO
AMORIM A SÃO PAULO – 12 E 13 DE
AGOSTO DE 2010
12/08/2010

O Ministro Celso Amorim estará em São Paulo nos dias 12 e 13 de agosto. Na tarde do dia 12, em solenidade na Associação Comercial de Santos, o Ministro Amorim será agraciado com a medalha de Honra ao Mérito Braz Cubas, concedida pela Câmara Municipal daquela cidade.

Na manhã do dia 13, o Ministro proferirá palestra no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP). Na ocasião, tratará dos principais temas da agenda internacional e de seu interesse para a política externa brasileira.

Ainda no dia 13, após encontro de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Murray McCully (Nota nº 527), o Ministro Amorim será homenageado com jantar e comenda pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB). A Câmara é uma das principais parceiras do Governo em iniciativas de promoção das exportações brasileiras para o mundo árabe. Entre outras atividades, a CCAB foi responsável pela organização do Foro Empresarial América do Sul - Países Árabes, em paralelo à I Cúpula ASPA, em 2005, e co-organizou missões empresariais que acompanharam o Presidente Lula a vários países árabes. O comércio bilateral o Brasil com países árabes passou de US\$ 4,9 bilhões em 2002 para US\$ 20,2 bilhões em 2008. Depois de queda no ano passado, em razão da crise internacional, o intercâmbio

retomou o dinamismo nos sete primeiros meses de 2010, superando os US\$ 10,1 bilhões, quase 30% a mais que no mesmo período do ano anterior.

SITUAÇÃO DA MENOR BRASILEIRA
NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS
12/08/2010

A Embaixada do Brasil em Abu Dhabi está em contato permanente com a família e o advogado da menor brasileira condenada em primeira instância pela Justiça dos Emirados Árabes Unidos por alegada infração da lei corânica.

O Governo brasileiro acompanha o caso com especial atenção por tratar-se de uma menor, cujo direito a cuidados e assistência especiais encontra amparo não só na legislação brasileira, mas também em convenções internacionais.

A Embaixada está prestando todo o apoio cabível à família, visando a uma solução que preserve o bem-estar dos nacionais brasileiros envolvidos, em particular da menor.

ATENTADO NA COLÔMBIA
12/08/2010

O Governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia sobre o atentado ocorrido na manhã de hoje, 12 de agosto, em Bogotá, capital da Colômbia, do qual resultaram feridas ao menos seis pessoas.

O Governo brasileiro condena veementemente o atentado e reitera seu mais enérgico repúdio a todas as formas de terrorismo e à prática de violência contra populações civis.

Ao transmitir seus votos de solidariedade às vítimas e seus familiares, o Brasil renova

seu apoio ao Governo colombiano na plena defesa da segurança de seus cidadãos.

APELO REFERENTE À SENHORA
SAKINEH MOHAMMADI ASHTIANI

13/08/2010

O Embaixador do Brasil em Teerã, Antonio Salgado, reuniu-se, em 4 de agosto, com o Vice-Ministro Interino para as Américas do Ministério das Relações Exteriores do Irã, para transmitir oficialmente o apelo referente à cidadã iraniana Sakineh Mohammadi Ashtiani e a oferta de recebê-la no Brasil, feitos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Itamaraty considera que a gestão realizada pelo Embaixador do Brasil em Teerã constitui, do ponto de vista diplomático, formalização da oferta. O Itamaraty confia em que o apelo feito com base em considerações puramente humanitárias e no bom relacionamento entre os dois Governos, que não visa a interferir na soberania iraniana, receberá a devida atenção das autoridades daquele país.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DA NOVA ZELÂNDIA, MURRAY
MCCULLY - SÃO PAULO,
13 DE AGOSTO DE 2010 –
DECLARAÇÃO MINISTERIAL CONJUNTA

13/08/2010

A convite do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, o Ministro de Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Murray McCully, visitou o Brasil nos dias 13 e 14 de agosto de 2010. Os dois Ministros

mantiveram reunião bilateral em São Paulo.

O Brasil e a Nova Zelândia mantêm relação diversificada e promissora que inclui investimentos crescentes em ambas as direções e intensificação dos contatos entre os povos e do conhecimento mútuo por meio de Educação, Ciência e Turismo.

Os dois países trabalham juntos em prol de temas cruciais da agenda global, dentre os quais Mudança do Clima e outras negociações em questões ambientais, e partilham o objetivo comum de liberalização do comércio mundial por meio da OMC e de acordos de livre comércio.

Durante a reunião, os dois Ministros:

Reforçaram a importância de promover a relação econômica bilateral, por meio de fluxos de investimento, turismo e educação;

Reiteraram o enfoque positivo adotado por ambos os governos para iniciativas de investimentos em ambas as direções que tragam benefícios de longo prazo para os dois países. Nesse contexto, esperam sejam continuados os investimentos da Nova Zelândia no Brasil na área de agricultura e os investimentos recentemente anunciados pela Petrobrás em exploração de petróleo na Nova Zelândia;

Saudaram o anúncio, pelo Brasil, da ratificação do Acordo Brasil-Nova Zelândia sobre Programa de Férias e Trabalho. Anunciaram a implementação do esquema em 1 de setembro de 2010, o qual permitirá que, a cada ano, até 300 jovens brasileiros e neozelandeses possam viajar, estudar e trabalhar no outro país por até 12 meses;

Identificaram potencial para maior cooperação científica e seus conseqüentes benefícios comerciais. Encorajaram progresso acelerado nas áreas previamente identificadas para colaboração entre a Embrapa e a neozelandesa AgResearch, e saudaram a planejada visita dos institutos de pesquisa em agricultura da Nova Zelândia ainda no corrente ano;

Ressaltaram as perspectivas de ação conjunta Brasil-Nova Zelândia como co-presidentes do Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia, no âmbito do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), que se reunirá em Bali, em novembro.

Registraram que a Nova Zelândia apresentou informação adicional sobre o trabalho da Aliança Global de Pesquisa sobre Gases de Efeito Estufa na Agricultura, como instrumento para ajudar a tratar do tema de Mudança do Clima. O Brasil participou como observador dos trabalhos da Aliança e a Nova Zelândia enfatizou que seria bem recebida uma decisão do Brasil de aderir à Aliança como membro pleno.

Enfatizaram a importância de uma conclusão ambiciosa para a Rodada Doha como a forma mais efetiva de expandir o comércio internacional e acabar com os subsídios distorcivos.

Compartilharam perspectivas a respeito de outras iniciativas de liberalização do comércio que envolvam os dois países inclusive a possibilidade de estreitar os vínculos econômicos entre os países do MERCOSUL e a Nova Zelândia e a Austrália.

Trocaram impressões sobre as negociações internacionais sobre Mudança do Clima e registraram que manterão coordenação estreita com vistas a identificar uma base comum para os trabalhos pré e pós COP-16 e CMP-6, em Cancún, no México.

Reconheceram que, apesar de algumas diferenças, há crescente sinergia nas posições dos dois países nas negociações da Convenção sobre Diversidade Biológica e do associado Protocolo sobre Acesso e Repartição de Benefícios, e que pretendem continuar o trabalho conjunto para ajudar a levar as negociações a uma conclusão satisfatória.

Registraram seu desapontamento com

o fato de a CIB não ter podido chegar a um resultado acordado para o processo diplomático que foi suspenso na reunião da CIB no Marrocos, em junho. Reafirmaram seu compromisso com a moratória comercial acordada em 1986 e expressaram sua determinação de contribuir para o fim de toda caça às baleias no Santuário de Baleias do Oceano Antártico e para o estabelecimento de um Santuário de Baleias do Oceano Atlântico. Confirmaram seu compromisso de perseguir esses objetivos na CIB.

Enfatizaram a importância da cooperação entre Brasil e Nova Zelândia nos fóruns regionais e multilaterais.

Reafirmaram a importância de reuniões periódicas de nível ministerial no Brasil e na Nova Zelândia, e também às margens de reuniões internacionais, como importante meio de continuar a construir o relacionamento. Contatos ministeriais devem ser corroborados por reuniões regulares de altos funcionários.

São Paulo, 13 de Agosto de 2010

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO
CHILE, ALFREDO MORENO -
BRASÍLIA, 17 DE AGOSTO DE 2010

16/08/2010

O Ministro Celso Amorim e o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alfredo Moreno, presidirão, em Brasília, em 17 de agosto, a I Reunião da Comissão Bilateral Brasil – Chile, instância responsável pela coordenação de diversos foros de diálogo e cooperação entre os dois países nas áreas de educação, cultura, cooperação técnica, integração física e produtiva, entre outras.

A reunião dos Chanceleres permitirá a discussão de temas da agenda bilateral, tais

como a visita que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende fazer ao Chile até o final do ano, a possível participação do Brasil na construção do Telescópio E-ELT no deserto do Atacama, as negociações de um acordo bilateral sobre investimentos e os meios para manter o dinamismo do intercâmbio comercial. Durante o encontro, os Ministros Amorim e Moreno deverão trocar impressões, ainda, sobre temas de alcance regional, entre os quais a consolidação da UNASUL, o processo de conformação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a ajuda internacional para a reconstrução do Haiti.

Por ocasião da reunião, deverão ser criados grupos de trabalho para os temas de saúde, desenvolvimento social e integração produtiva. Serão, ainda, assinados ajustes complementares para execução de projetos de cooperação técnica em matéria de desenvolvimento social e apoio a pequenas e médias empresas.

De janeiro a julho de 2010, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Chile atingiu cerca de US\$ 4,4 bilhões, com crescimento de 61% em relação a igual período de 2009. As exportações brasileiras somaram US\$ 2,18 bilhões, ao passo que as importações provenientes do Chile alcançaram US\$ 2,2 bilhões. Esses números fazem do Chile o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América Latina e Caribe, atrás apenas da Argentina.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE,
ALFREDO MORENO
17/08/2010

I - PROTOCOLO DE INTENÇÕES
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO

DA REPÚBLICA DO CHILE SOBRE
COOPERAÇÃO TÉCNICA NAS ÁREAS
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO
DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS,
DEFESA CIVIL E HABITAÇÃO
ANTISSÍSMICA

II - PROTOCOLO DE INTENÇÕES
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO CHILE PARA A
CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO
DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE
INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

III - PROTOCOLO DE INTENÇÕES
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO CHILE PARA A
CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO DE
COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE SAÚDE

IV - PROTOCOLO DE INTENÇÕES
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO CHILE PARA A
CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO
DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

V - AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E A REPÚBLICA DO CHILE
PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“ACOMPANHAMENTO FAMILIAR E
AÇÕES INTEGRADAS PARA FAMÍLIAS
DE BAIXA RENDA”

VI - AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E A REPÚBLICA DO CHILE PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “SEBRAE-
SERCOTEC: BOLSA DE NEGÓCIOS”

II REUNIÃO DA COMISSÃO INTERINA
PARA A RECONSTRUÇÃO DO HAITI -
PORTO PRÍNCIPE,
17 DE AGOSTO DE 2010
17/08/2010

Realizou-se hoje, 17 de agosto, em Porto Príncipe, a II Reunião da Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti (CIRH). O encontro foi co-presidido pelo Primeiro-Ministro do Haiti, Jean-Max Bellerive, e pelo ex-Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, na sua capacidade de Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Haiti. A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Simões.

A Comissão aprovou 29 projetos prioritários, com orçamento de US\$ 1,66 bilhão. Dois deles – no valor de US\$ 261 milhões (15,7%) – referem-se a iniciativas do Governo brasileiro: (i) cooperação na área de saúde (construção de unidades de pronto-atendimento, treinamento de agentes comunitários de saúde e aquisição de medicamentos e insumos); e (ii) cooperação para construção da barragem de Artibonite 4C (cujo estudo executivo, em elaboração pelo Instituto Militar de Engenharia do Exército brasileiro, foi doado pelo Brasil).

Dos 29 projetos aprovados, 11 já contam com recursos (US\$ 635 milhões) para seu financiamento – entre eles, a cooperação brasileira na área da saúde. Os demais 18 projetos apresentam necessidades de financiamento no valor de US\$ 1,02 bilhão, recursos que o Haiti espera arrecadar junto à comunidade internacional, conforme compromissos – que totalizaram mais de US\$ 5 bilhões – assumidos na Conferência Internacional de Doares para um Novo Futuro do Haiti, realizada em 31 de março em Nova York.

A Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti tem a responsabilidade de liderar e coordenar a implementação dos diversos projetos de reconstrução daquele país, ao longo dos próximos 18 meses. A Comissão é integrada por representantes do Governo e da sociedade civil haitianos, bem como dos principais doadores internacionais para o Haiti.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, COMÉRCIO
E INTEGRAÇÃO DO EQUADOR,
RICARDO PATIÑO
18/08/2010

O Ministro das Relações Exteriores, Comércio e Integração do Equador, Ricardo Patiño, realiza visita ao Brasil, em 19 de agosto, para encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim.

Durante o encontro, deverão ser discutidos temas das agendas bilateral e regional, entre os quais o processo de consolidação da UNASUL, a cooperação para a reconstrução do Haiti e as perspectivas de diálogo no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

De janeiro a julho de 2010, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Equador atingiu US\$ 612,4 milhões, com crescimento de 76,5% sobre igual período de 2009. As exportações brasileiras somaram US\$ 578,8 milhões, e as importações provenientes do Equador, US\$ 33,9 milhões.

DIA MUNDIAL DA AÇÃO
HUMANITÁRIA
18/08/2010

Será realizada amanhã, 19 de agosto, às 15h30, no Palácio Itamaraty, cerimônia para

celebrar o Dia Mundial de Ação Humanitária. Na ocasião, o Ministro Celso Amorim receberá carta remetida pelo Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), António Guterres, em reconhecimento à importância das doações feitas este ano pelo Brasil ao Alto Comissariado. Fará entrega da carta o Representante do ACNUR no Brasil, Andres Ramirez. Também participará do evento o Coordenador-Residente interino do Sistema ONU no Brasil, Vincent Defourny.

Comemorado no dia 19 de agosto, o Dia Mundial da Ação Humanitária foi estabelecido em dezembro de 2008 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A data faz referência ao atentado contra a sede da ONU em Bagdá, que vitimou 22 pessoas, entre elas o brasileiro Sérgio Vieira de Mello. O Dia Mundial da Ação Humanitária tem o objetivo de dar visibilidade aos desafios e às necessidades humanitárias em todo o mundo, como também aos riscos enfrentados pelos profissionais que se dedicam a essa atividade. Ao final da cerimônia, serão divulgados números recentes sobre a segurança dos trabalhadores humanitários no mundo, produzidos pelo Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA).

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA BRASIL-PARAGUAI

19/08/2010

Realizou-se, no período de 6 a 15 de agosto, em Santa Rita, no Paraguai, a quinta jornada do Programa de Regularização Migratória Brasil-Paraguai, que teve início em novembro de 2009, também naquela cidade.

As jornadas de Santa Rita já possibilitaram a regularização da situação migratória de 1.126 brasileiros. No total, o Programa já beneficiou 5.590 brasileiros nas jornadas de

Pedro Juan Caballero, Katueté, Los Cedrales e Santa Rita (duas sessões). Até o final do ano, estão previstas jornadas em Salto del Guairá (setembro), Ciudad del Este (outubro) e, novamente, Pedro Juan Caballero (dezembro). Estima-se que, até o fim de 2010, cerca de dez mil brasileiros terão tido sua situação migratória regularizada no Paraguai.

Os nacionais paraguaios – que podem receber o mesmo benefício em território brasileiro – foram contemplados pela Lei de Anistia aos migrantes indocumentados, que regularizou, no período de julho a dezembro de 2009, 4.135 cidadãos daquele país. No encontro presidencial de Ponta Porã, no último dia 30 de abril, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo entregaram simbolicamente os documentos de regularização migratória a beneficiados brasileiros e paraguaios.

O Programa de Regularização Migratória Brasil-Paraguai está amparado pelo Acordo de Residência do Mercosul, vigente desde 2009, que prevê que os nacionais dos quatro Estados-Parte possam residir, trabalhar ou estudar no território dos demais Estados por dois anos, ao final dos quais seus portadores poderão solicitar o visto permanente.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHÁ – BRASÍLIA E FORTALEZA

24/08/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, realizará visita oficial ao Brasil nos 25 e 26 de agosto de 2010. Trata-se da sexta visita de um Chefe de Estado bissau-guineense ao Brasil e a primeira de Malam Bacai Sanhá, eleito em julho de 2009.

No dia 25 de agosto, o Presidente Malam

Bacai manterá encontro com o Presidente Lula no Palácio Itamaraty e, em seguida, será homenageado com almoço. À tarde, será recebido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso.

No dia 26, o Presidente da Guiné-Bissau visitará Fortaleza, onde será recebido pelo Governador Cid Gomes, manterá reunião de trabalho na Federação das Indústrias do Estado do Ceará e visitará a sede da Embrapa Agroindústria Tropical.

O Brasil é um importante parceiro da Guiné-Bissau, país com o qual desenvolve atividades de cooperação em diversas áreas, como educação, saúde, agricultura, organização de eleições e fortalecimento institucional. O Brasil também preside, na Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas, a Configuração para a Guiné-Bissau. Durante a visita, deverão ser assinados atos nas áreas de agricultura, educação e saúde.

ATENTADO NA SOMÁLIA

24/08/2010

O Governo brasileiro condena o atentado terrorista cometido hoje, 24 de agosto, em Mogadíscio, na Somália, que resultou na morte de dezenas de pessoas, inclusive parlamentares somalianos.

Ao estender suas condolências às famílias das vítimas e expressar sua solidariedade ao povo e ao Governo Federal de Transição da Somália, bem como à Missão da União Africana na Somália (AMISOM), o Governo brasileiro reitera sua mais veemente condenação a atos terroristas, independentemente dos seus objetivos.

O Brasil acompanha com grande preocupação a crise humanitária e a situação de insegurança na Somália e insta os atores políticos daquele país a buscar um entendimento abrangente.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DA VICE- MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA ÁFRICA DO SUL, SENHORA BATHABILE DLAMINI – BRASÍLIA, 24 DE AGOSTO DE 2010 24/08/2010

1. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL NA
ÁREA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

2. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL
NO CAMPO DO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

RETOMADA DO DIÁLOGO DIRETO ENTRE ISRAELENSES E PALESTINOS

25/08/2010

O Governo brasileiro acolheu com interesse o anúncio de que o diálogo direto entre israelenses e palestinos será retomado no início de setembro.

Apenas por meio da negociação e do entendimento será possível alcançar uma solução justa e definitiva para o conflito israelo-palestino. Essa solução deverá contemplar a criação de um Estado Palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, convivendo em paz e segurança com Israel, e deverá basear-se no Mapa do Caminho, nos princípios de Madri, nas resoluções do Conselho de Segurança e na Iniciativa Árabe de Paz.

O Brasil conclama as partes a se absterem de ações que prejudiquem a manutenção de um ambiente propício ao diálogo. Nesse sentido, o

Governo brasileiro tomou nota das manifestações de ambas as partes, especialmente no que toca às expectativas palestinas quanto ao congelamento de construções em assentamentos em territórios ocupados.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHÁ
– BRASÍLIA, 25 DE AGOSTO DE 2010

25/08/2010

1 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE COMBATE AO HIV/SIDA NA GUINÉ-BISSAU

2 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA DAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO ÀS MULHERES E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO E PROMOÇÃO DE SAÚDE”

3 - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

4 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DA AGRICULTURA

5 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCAS DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

6 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI
SANHÁ – COMUNICADO CONJUNTO –
BRASÍLIA, 25 DE AGOSTO DE 2010

26/08/2010

1. A convite de Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Malam Bacai Sanhá, Presidente da República de Guiné-Bissau, realizou visita de Estado ao Brasil, em 24-27 de agosto de 2010.

2. O Presidente da Guiné-Bissau se fez acompanhar da Primeira-Dama, Sra. Mariama Mané Sanhá, e por delegação composta por oito Ministros de Estado e três Secretários de Estado, entre eles: Adelino Mano Queta, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades; Soares Sambu, Ministro de Estado Conselheiro do PR para Assuntos Políticos e Diplomáticos; Octávio Lopes, Ministro de Estado Conselheiro do PR para Assuntos Jurídicos e Constitucionais; Helena

Nosolini Embalo, Ministra da Economia, Plano e Integração Regional; Camilo Simões Pereira, Ministro da Saúde; Dinis Cabolol Nafantchamna, Chefe da Casa Civil; Mamadu Serifo Jaquité, Secretário Geral da Presidência; Fernando Augusto Gomes Dias, Secretário de Estado das Comunidades; José Varela Casimiro, Secretário de Estado do Tesouro; e Mário Dias Sami, Secretário de Estado das Pescas.

3. A visita, a sexta de um mandatário da Guiné-Bissau ao Brasil, se insere no marco das tradicionais excelentes relações de amizade e irmandade que unem os dois países.

4. Os dois Chefes de Estado procederam, dentro de uma atmosfera de amizade e cordialidade, a um exame compreensivo das vias e meios para reforçar os laços de cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

5. O Presidente Malam Bacai Sanhá agradeceu o apoio que vem sendo prestado pelo Brasil para a consolidação do Estado Democrático de Direito na Guiné-Bissau, no plano bi e multilateral, nomeadamente através de organismos internacionais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Foro de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS); e a Configuração para Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas, cuja Presidência tem sido exercida pelo Brasil desde dezembro de 2007.

6. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou a disposição do Brasil de continuar a apoiar o processo de normalização da situação política na Guiné-Bissau. Os dois Chefes de Estado reiteraram a relevância da reconciliação nacional e afirmaram a necessidade de gestos que expressem o compromisso guineense nesse sentido. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a importância de esclarecimento dos eventos que colocam em risco a almejada estabilidade política, no quadro legal, para o que o Brasil reiterou disponibilidade de contribuir.

Enfatizou, ainda, a necessidade de avançar na Reforma do Setor de Segurança (RSS) com vistas a permitir a modernização das Forças Armadas da Guiné-Bissau e uma solução estrutural para o problema dos ex-combatentes.

7. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saudou a decisão da Guiné-Bissau de abrir Embaixada residente em Brasília e confirmou o placet brasileiro ao nome da Embaixadora Eugénia Pereira Saldanha Araújo como primeira Embaixadora da Guiné-Bissau no Brasil.

8. Os dois mandatários assinalaram o cumprimento, pelos dois países, dos requisitos internos para a entrada em vigor do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em junho de 2006.

9. Os dois Presidentes também saudaram o avanço das negociações técnicas relativas ao perdão da dívida de Guiné-Bissau com o Brasil.

10. Concernente à cooperação técnica, os dois Presidentes de congratularam pelos resultados que vem sendo alcançados pelos mais de vinte projetos bilaterais em curso em áreas como segurança pública, educação, saúde, formação profissional, agricultura e pecuária. Destacaram a importância de projetos conjuntos como o Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau, o Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau, o Plano Nacional de Registro Civil de Nascimento da Guiné-Bissau e o Projeto de Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju, entre vários outros. Também assinalaram, com contentamento, que 1190 estudantes bissau-guineenses graduaram-se por universidades brasileiras no âmbito do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) no período 2000-2009.

11. Os dois mandatários ressaltaram, ainda, a cooperação para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e aproveitamento da energia solar em áreas rurais, que vem sendo

realizada com recursos do Fundo IBAS, a qual já beneficiou mais de 4500 camponeses da Guiné-Bissau.

12. Dando seguimento a essas iniciativas, os dois Presidentes assinalaram com agrado a assinatura de seis novos acordos para a cooperação em setores como agricultura, saúde, educação superior, pescas e formação de recursos humanos, quais sejam:

- Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico;
- Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre Cooperação no Campo da Agricultura;
- Memorando de Entendimento em Matéria de Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau;
- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Cooperação Técnico-Combate ao HIV/AIDS;
- Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Fortalecimento e Capacitação Técnica das Instituições de Saúde para Atendimento às Mulheres e Adolescentes Vítimas de Violência Baseada em Gênero e Promoção da Saúde”;
- Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado das Pescas da República da Guiné-Bissau

13. Além disso, os Presidentes assinalaram o avanço das negociações para a assinatura

próxima de acordos na área de Serviços Aéreos, Cooperação Eleitoral, Concessão Mútua de Terrenos para a Instalação das Embaixadas;

14. Ambos os mandatários expressaram satisfação em saber que a cooperação bilateral está diretamente relacionada às necessidades básicas de seus respectivos povos e está orientada de modo a contribuir na promoção do desenvolvimento humano, social e econômico de ambos os países. Além disso, expressaram o desejo de promover a cooperação entre os setores privados de ambos os países.

15. Os dois Chefes de Estado reconheceram a importância da democracia para o desenvolvimento, e renovaram sua continuada adesão aos princípios democráticos, ao respeito aos direitos humanos, ao Estado de Direito e à boa governança política e econômica no marco da formulação de suas políticas nacionais de desenvolvimento.

16. Os Presidentes anotaram com satisfação o reagendamento para Bissau da reunião Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países de língua portuguesa, da qual o Superior Tribunal de Justiça manifestou intenção de participar.

17. Os Chefes de Estado reafirmaram a necessidade de uma estreita colaboração na luta contra o crime internacional organizado, o terrorismo, o emprego de mercenários, a pirataria, o tráfico de drogas e de seres humanos, a lavagem de dinheiro e outros crimes transnacionais. Neste sentido, renovaram seu firme propósito de contribuir plenamente aos esforços envergados pela comunidade internacional com o fito de combatê-los e erradicá-los.

18. Ao final de sua visita, Sua Excelência Malam Bacai Sanhá, Presidente da República de Guiné-Bissau, condecorou Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, com a Medalha Amílcar Cabral, e expressou seu

agradecimento pela calorosa recepção, acolhida fraternal e generosa hospitalidade, bem como às mostras de atenção que foram deferidas aos membros de sua delegação durante sua visita ao Brasil.

Feito em Brasília, em 25 de agosto de 2010, em dois originais no idioma português, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO
DA IV REUNIÃO DA COMISSÃO
INTERGOVERNAMENTAL DE
COOPERAÇÃO BRASIL-UCRÂNIA –
BRASÍLIA, 27 DE AGOSTO DE 2010
27/08/2010

1 - ATA IV REUNIÃO DA COMISSÃO
INTERGOVERNAMENTAL BRASIL-
UCRÂNIA DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA E COMERCIAL

2.-MEMORANDODEENTENDIMENTO
PARA COOPERAÇÃO NA ÁREA DA
EDUCAÇÃO FÍSICA E DO ESPORTE
ENTRE O MINISTÉRIO DO ESPORTE
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O MINISTÉRIO DA FAMÍLIA,
JUVENTUDE E ESPORTE DA UCRÂNIA

CHACINA DE SAN FERNANDO
28/08/2010

O corpo do brasileiro Juliard Aires Fernandes, de 20 anos, natural de Minas Gerais, foi identificado entre as vítimas da chacina ocorrida no último dia 22, na localidade de San Fernando, no México.

Foram igualmente encontrados pelas autoridades locais os documentos de Hermínio Cardoso dos Santos, de 24 anos, também natural

de Minas Gerais. Seu corpo, entretanto, ainda não foi identificado. Os legistas continuam trabalhando para estabelecer a identidade de todas as vítimas.

O Itamaraty já fez contato com as famílias dos dois jovens.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL
SANTOS - BRASÍLIA E SÃO PAULO,
1º E 2 DE SETEMBRO DE 2010
31/08/2010

O Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, fará visita de Estado ao Brasil em 1º e 2 de setembro próximo, atendendo a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva formulado por ocasião da cerimônia de posse do mandatário colombiano, em 7 de agosto. Trata-se da primeira visita ao exterior do Presidente Santos desde que tomou posse.

No dia 1º de setembro, em Brasília, os Presidentes Lula e Santos manterão reunião de trabalho, em cujo contexto deverão ser abordados temas da agenda bilateral, tais como comércio, investimentos, desenvolvimento fronteiriço, cooperação na área de defesa e no combate aos crimes transnacionais. Os mandatários deverão examinar, igualmente, temas de alcance regional, em particular a evolução da integração sul-americana. Ainda em Brasília, o Presidente colombiano será recebido pelos Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.

Durante a visita, deverão ser assinados atos nas áreas de cooperação técnica em agricultura, biocombustíveis, desenvolvimento fronteiriço, cooperação na indústria de defesa e entre a Polícia Federal e a Polícia Nacional Colombiana.

Em São Paulo, a agenda do Presidente Santos prevê encontros de natureza

empresarial e com a comunidade colombiana radicada no Brasil.

De janeiro a julho de 2010, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Colômbia atingiu cerca de US\$ 1,7 bilhão, com crescimento de 32,7% em relação a igual período de 2009. As exportações brasileiras somaram US\$ 1,1 bilhão, ao passo que as importações provenientes da Colômbia alcançaram US\$ 544 milhões.

ATO ASSINADO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA – BRASÍLIA,
31 DE AGOSTO DE 2010
31/08/2010

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL
DA ALEMANHA PARA A REALIZAÇÃO
DE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO EM
TERCEIROS PAÍSES

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA, JUAN
MANUEL SANTOS – BRASÍLIA, 1º DE
SETEMBRO DE 2010
01/09/2010

1 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA
COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO “INTERCÂMBIO TÉCNICO

PARA O FORTALECIMENTO DOS
PROCESSOS DE BENEFICIAMENTO E
TRANSFORMAÇÃO DE BORRACHA
NATURAL NA COLÔMBIA”

2 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA
COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO “CAPACITAÇÃO TÉCNICA
EM TRABALHOS DE BIOLOGIA E
EPIDEMIOLOGIA PARA O CONTROLE DE
MONÍLIA E DE VASSOURA DE BRUXA
EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS COM
CACAU”

3 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA
COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO “CENTRO DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL COLOMBO-
BRASILEIRO”

4 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA
COLÔMBIA PARA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO “CAPACITAÇÃO TÉCNICA
EM CULTIVO DE SERINGUEIRAS EM
ZONAS DE ESCAPE E DE NÃO-ESCAPE”

5 - MEMORANDO DE
ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DA COLÔMBIA SOBRE COOPERAÇÃO
NA ÁREA DE BIOENERGIA, INCLUINDO
BIOCOMBUSTÍVEIS

6 - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA SOBRE PERMISSÃO DE RESIDÊNCIA, ESTUDO E TRABALHO A NACIONAIS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS E COLOMBIANOS ENTRE AS LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS

7 - DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA DEFESA DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO DA COLÔMBIA NO PROGRAMA KC-390 (versão apenas em português)

8 - CARTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA AO PRESIDENTE EXECUTIVO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA – CAF (versão apenas em espanhol)

ATENTADO NA CISJORDÂNIA

01/09/2010

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia do ataque ocorrido ontem na Cisjordânia, que resultou na morte de quatro colonos israelenses.

O Governo brasileiro transmite sua solidariedade e seu pesar às famílias das vítimas.

O Brasil reitera sua veemente condenação a quaisquer atos de violência, praticados sob qualquer pretexto.

Ao deplorar a ação de grupos radicais que, por meio da violência contra civis, buscam solapar os esforços de paz, o Brasil manifesta a expectativa de que as lideranças israelenses e palestinas permaneçam engajadas na busca de uma paz justa, que contemple a criação um

Estado palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, convivendo em segurança com Israel.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA COLÔMBIA, JUAN MANUEL SANTOS - COMUNICADO CONJUNTO

01/09/2010

A convite do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Senhor Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, realizou Visita de Estado à República Federativa do Brasil no dia 1º de setembro de 2010.

É a primeira visita de Estado do Presidente Juan Manuel Santos desde que tomou posse, no dia 7 de agosto último, o que demonstra a importância conferida pelo governo colombiano à continuidade e ao aprofundamento da ampla agenda existente entre os dois países.

No quadro de sua Visita, o Presidente Juan Manuel Santos foi recebido pelo Presidente do Senado Federal e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e se reunirá com empresários brasileiros, em São Paulo, no dia 2 de setembro.

Ao final do encontro, os Presidentes do Brasil e da Colômbia emitiram o seguinte Comunicado Conjunto:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva felicitou o Presidente Juan Manuel Santos por sua recente eleição para a Presidência da Colômbia e reiterou seus votos de êxito em sua gestão.

2. Ressaltaram o expressivo aumento, desde o início deste ano, das exportações colombianas para o Brasil. Concordaram em continuar os esforços para diversificar as exportações colombianas e incrementar

sua participação no mercado brasileiro, de maneira a que, no futuro, o intercâmbio comercial bilateral seja mais equilibrado.

3. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou a disposição do Brasil de analisar possibilidades de financiamento de exportações brasileiras de bens e serviços, no marco de projetos de infraestrutura realizados na Colômbia. De sua parte, o Presidente Juan Manuel Santos saudou o interesse de empresas brasileiras em participar de tais projetos.

4. Expressaram sua satisfação pela assinatura da “Declaração de Intenções entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da Colômbia relativa à Participação da Colômbia no Programa KC-390”, a qual permitirá estreitar cada vez mais a cooperação entre as indústrias aeronáuticas dos dois países. Ressaltaram o êxito operacional das diversas aeronaves de fabricação brasileira em operação na Colômbia. Destacaram que essas iniciativas constituem exemplo concreto de integração produtiva regional com alto valor agregado e conteúdo tecnológico.

5. Manifestaram satisfação pelas conversações em curso entre a Marinha do Brasil e a Armada Nacional da Colômbia para determinar as especificações técnicas de navio fluvial para a região Amazônica.

6. Manifestaram seu apoio à celebração, em Bogotá, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro, da IX Reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia em Matéria de Drogas.

7. Acolheram, com satisfação, a iniciativa do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de manter reuniões com todos os países da América do Sul, com vistas à identificação de projetos prioritários relacionados à integração produtiva na região. A primeira etapa do evento se realizou, no

Rio de Janeiro, entre 25 e 27 de agosto, e a segunda etapa será realizada, de 12 a 14 de outubro de 2010, em Bogotá.

8. Destacaram a importância dos mecanismos políticos de diálogo de alto nível para a dinamização da agenda bilateral. Nesse contexto, determinaram a realização, na segunda quinzena de novembro, em Bogotá, da XIII Reunião Plenária da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia e da II Reunião do Mecanismo Permanente de Diálogo de Altos Funcionários.

9. Instaram as autoridades competentes a avançar na agenda de projetos prioritários, com ênfase em desenvolvimento sustentável da Amazônia e infraestrutura, de maneira a implementar projetos comuns, inclusive conducentes à melhoria das condições de vida das populações da fronteira.

10. O Presidente Juan Manuel Santos agradeceu a resposta positiva do governo do Brasil, permitindo que embarcações de bandeira colombiana que transportam mercadorias com destino à cidade de Letícia tenham todas as facilidades para o uso do porto fluvial de Tabatinga, enquanto dure a emergência provocada pela sedimentação que afeta o porto fluvial colombiano.

11. Os mandatários concordaram em adiantar análise conjunta das dificuldades provocadas pela sedimentação dos portos fluviais de Letícia e Tabatinga, de modo a que se garanta sua condição de portos fluviais, em benefício das populações de ambos os países. Com esse objetivo, instaram as autoridades competentes a realizar um primeiro estudo, de caráter técnico, no âmbito da Comissão Mista Brasileiro-Colombiana Demarcadora de Limites.

12. Acolheram, com satisfação, a realização da próxima reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Colômbia, em abril de 2011, no Brasil.

13. Com o objetivo de gerar um acesso real aos mercados, mediante a adoção de ações que permitam superar as dificuldades comerciais bilaterais, instaram as equipes técnicas de ambos os países a realizar, no dia 6 ou 7 de outubro próximo, em Brasília, a II Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Colômbia.

14. Instaram as equipes técnicas de ambos os países a acordar, no marco da Comissão de Monitoramento de Comércio Brasil-Colômbia, os procedimentos sanitários, fitosanitários e técnicos que garantam o acesso real aos mercados.

15. Destacaram o Acordo de Complementação Econômica N°59 (ACE-59) como importante instrumento para o desenvolvimento do comércio bilateral, e instaram suas equipes a manter ativo cronograma de reuniões da Comissão Administradora do referido Acordo, assim como a agilizar, em conjunto com as demais partes do Acordo, a implementação dos resultados das reuniões.

16. Coincidiram em instruir suas equipes negociadoras a concluir, em coordenação com os sócios do MERCOSUL, as negociações do Acordo sobre o Comércio de Serviços entre o MERCOSUL e a Colômbia, sob a forma de um Protocolo Adicional ao ACE-59, no mais tardar até dezembro próximo.

17. Ressaltaram o incremento do investimento direto recíproco, e coincidiram que devem ser promovidos encontros de empresários de ambos os países com o objetivo de estendê-lo a outros setores produtivos.

18. Congratularam-se com a assinatura do Acordo sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho para os nacionais fronteiriços do Brasil e da Colômbia. O Acordo estabelece a concessão, aos nacionais brasileiros e colombianos que residam nas localidades fronteiriças vinculadas objeto do Acordo,

de um documento especial que lhes permita residir, trabalhar e ter acesso à educação pública e privada no outro país.

19. Também saudaram a assinatura de 3 Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, os quais permitirão implementar os projetos na área de cultivo de cacau, de cultivo de borracha e de transformação da borracha natural na Colômbia.

20. Felicitaram a assinatura do Ajuste Complementar que dará suporte ao Projeto “Centro de Formação Profissional Colombo-Brasileiro”, a ser implementado pelos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, no Brasil, e SENA, na Colômbia). Concordaram que esse projeto, cuja finalidade é desenvolver unidade de formação profissional nas instalações do “Centro para a Biodiversidade do Amazonas”, localizado na cidade colombiana de Letícia, contribuirá para atender às necessidades do mercado de trabalho e, conseqüentemente, para fomentar o desenvolvimento da região amazônica.

21. Congratularam-se pela assinatura do Acordo entre a Polícia Federal do Brasil e o Departamento de Polícia Federal do Brasil, cujo objetivo é definir metas de cooperação policial e de apoio mútuo em matérias de sua competência.

22. Convieram, no marco do Memorando de Entendimento entre Petrobrás e Ecopetrol, em adiantar projetos de exploração e/ou produção conjuntos, o que aumentará a possibilidade de interação energética entre os dois países.

23. Congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis. O referido Memorando tem como objetivo promover a cooperação do Brasil e da Colômbia em foros multilaterais sobre bioenergia, assim como a harmonização dos padrões nacionais e das normas técnicas

na matéria, com vistas a estabelecer um mercado mundial de biocombustíveis líquidos. Determinaram a realização do I Reunião da Mesa de Biocombustíveis, tão logo possível, na cidade de Bogotá, em cumprimento aos compromissos acordados por ocasião da I Comissão Bilateral, celebrada em Cartagena, em junho de 2009.

24. Acordaram impulsionar a cooperação e o intercâmbio de informações em matéria de prevenção do tráfico ilícito de bens culturais, compromisso da IV Comissão Mista de Cultura, Educação e Esporte.

25. Instruíram as autoridades na área cultural de cada país a concretizar um Programa de Intercâmbios voltado à cooperação entre coletivos culturais, assim como ao fortalecer os processos de assistência técnica recíproca tendentes a contribuir para o desenvolvimento do setor cultural de ambos países.

26. Manifestaram seu interesse em continuar fortalecendo a agenda conjunta para a Cartografia Cultural do Noroeste Amazônico com o objetivo de juntar esforços de cooperação, fortalecer e facilitar a articulação entre instituições governamentais, não governamentais e organizações dos povos indígenas, para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial associado à conservação/preservação da diversidade nos territórios indígenas na região.

27. Instaram suas equipes técnicas a dar continuidade aos estudos para a implementação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local, mecanismo que permitirá que os importadores e exportadores brasileiros e colombianos realizem transações comerciais em suas respectivas moedas.

28. Convieram na importância do fortalecimento do multilateralismo e na necessidade de proceder à reforma da Organização das Nações Unidas. Os Presidentes também insistiram na importância

de ampliar o Conselho de Segurança, com o objetivo principal de torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz, com maior participação dos países em desenvolvimento. Enfatizaram, igualmente, a necessidade de que os Estados-membros continuem seus esforços para alcançar resultados concretos nas negociações intergovernamentais em curso em Nova York. O Presidente Juan Manuel Santos reconheceu a histórica aspiração do Brasil em ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança reformado. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou, ainda, a importância de que a Colômbia tenha voz no Conselho e reiterou o apoio do Brasil à candidatura colombiana ao Conselho de Segurança no período 2011-2012. Os Mandatários concordaram em aumentar a cooperação quanto aos temas na agenda do Conselho de Segurança.

29. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recordou os avanços já alcançados pelos países da América do Sul que adotaram o sistema nipo-brasileiro de TV Digital, inclusive o estabelecimento de cooperação em aspectos econômicos, tecnológicos, industriais e de formação de mão-de-obra.

30. Reconheceram a importância do processo de constituição da Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC) como instância para impulsionar a integração regional, a concertação política e a agenda latinoamericana e caribenha nos foros globais, e assinalaram que a CELAC deve ser o resultado da convergência entre o Grupo do Rio e a Cúpula da América Latina e Caribe, para trabalhar em um só Foro e com uma só agenda. Também concordaram com a necessidade de manter as características de flexibilidade, agilidade e ausência de burocracia permanente do Grupo do Rio.

31. Igualmente, coincidiram em aproveitar a capacidade de concertação do Grupo do Rio

para contribuir com os esforços de articulação, cooperação, convergência e intercâmbio de experiências entre os distintos mecanismos sub-regionais.

32. Ressaltaram a importância do engajamento da comunidade internacional com o processo de reconstrução do Haiti, com base nas prioridades identificadas pelo país em seu Plano de Ação para a Reconstrução. Nesse sentido, destacaram o papel da Comissão Interina para Reconstrução e do Comitê Diretor do Fundo de Reconstrução por meio dos quais se busca garantir o desenvolvimento integral do país, com o apoio da cooperação internacional.

33. Reafirmaram a urgência e a importância do atual processo de relançamento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que conferirá à Organização papel renovado e moderno como foro de cooperação, intercâmbio, conhecimento e projeção conjunta como forma de dar resposta autônoma e soberana aos desafios ambientais atuais.

34. Ratificaram que a América do Sul é uma zona de paz e cooperação e reafirmaram o compromisso de ambos países com o processo de integração da UNASUL.

35. Destacaram a importância da UNASUL como foro de integração, de concertação e de diálogo entre os países sul-americanos e se congratularam pelos trabalhos realizados pelos Conselhos de Energia; Defesa; Saúde; Desenvolvimento Social; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação; e o Problema Mundial das Drogas.

36. Também concordaram sobre a conveniência de propor conjuntamente que, nas negociações do plano de Ação do Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas, se considere a realização de reuniões especiais de autoridades judiciais, policiais,

aduanейras e de órgãos anti-drogas, destinadas a recomendar linhas concretas de ação sobre o tema.

37. Saudaram, em particular, a criação, em junho último, do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN), o qual coordenará os projetos e atividades conducentes a desenvolver uma infraestrutura para a integração regional, reconhecendo e dando continuidade aos logros e avanços da IIRSA e incorporando-os ao seu marco de trabalho.

38. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recordou que o Convênio Constitutivo do Banco do Sul, instrumento financeiro fundamental para o desenvolvimento e integração do continente, estará aberto para adesão dos outros países da região, tão logo esteja vigente, e convidou a Colômbia a tornar-se, também, membro do Banco.

39. Destacam o trabalho que vem sendo realizado pelo Grupo de Integração Financeira da UNASUL. Esse esforço constitui uma base temática sólida e equilibrada para projetar as discussões em matéria financeira entre os países membros da UNASUL, no marco do futuro Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças.

40. Registraram, com satisfação, a solicitação conjunta que formularam ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países, de analisar a possibilidade de realizar estudo, com recursos não reembolsáveis da Corporação, estabelecendo diagnóstico a respeito da integração e desenvolvimento fronteiriço em complemento às ações bilaterais, com especial ênfase ao desenvolvimento da infraestrutura, à geração de emprego e à proteção do meio ambiente.

41. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou sua grande satisfação com o restabelecimento das relações diplomáticas entre a Colômbia e a Venezuela, feito que abre nova oportunidade para recuperar o dinamismo e o entendimento caracterizou historicamente as relações entre os dois países.

42. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva felicitou também o Presidente Juan Manuel Santos pelo renovado diálogo com o Equador, com vistas à plena normalização das relações bilaterais.

43. O Presidente Juan Manuel Santos manifestou, em seu nome e de sua delegação, seu agradecimento pela hospitalidade e atenção recebidas por parte do povo e do Governo do Brasil.

ATAQUE A CIVIS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

06/09/2010

Com perplexidade e profunda indignação, o Brasil tomou conhecimento de que cerca de 240 mulheres e crianças foram vítimas de estupro em massa praticado por rebeldes, entre os dias 30 de julho e 3 de agosto, em localidades do leste da República Democrática do Congo.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas foi recentemente informado do ocorrido e convocou reunião emergencial sobre o assunto para amanhã, em Nova York.

O Governo brasileiro reitera a importância de que a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo (MONUSCO) disponha dos meios necessários para assegurar a proteção de civis, particularmente mulheres e crianças. O Brasil repudia a violência sexual

e seu uso como instrumento de guerra, que busca afetar, além das vítimas, seus laços familiares e comunitários.

MENSAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

06/09/2010

Em comemoração ao Dia da Pátria, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva envia a seguinte mensagem aos brasileiros no exterior:

“Há oito anos, quando ainda era candidato à Presidência da República, redigi a ‘Carta aos brasileiros que vivem longe de casa’. Ao comemorarmos, hoje, nossa Data Nacional, estou feliz em constatar que os compromissos então assumidos foram plenamente cumpridos. De um lado, buscamos assegurar condições de vida digna no Brasil com a criação de milhões de novos postos de trabalho e, de outro, criamos normas e desenvolvemos projetos concretos em benefício dos que decidiram viver no exterior.

Criamos no Itamaraty uma unidade para implementar ações para oferecer atendimento adequado aos emigrados brasileiros. Com isso, foi possível fortalecer os Conselhos de Cidadãos no exterior, implantar programas de regularização migratória na América do Sul e assinar acordos previdenciários com grande número de países. No Japão, inauguramos a Casa do Trabalhador Brasileiro em caráter experimental e lançamos projeto-piloto para permitir saque do FGTS. Melhoramos o atendimento aos brasileiros no exterior com a informatização e a reforma do sistema consular, inclusive para a prestação de serviços nas áreas de educação, previdência, trabalho, saúde e cultura.

Essas ações derivam também de processo de consulta permanente que estabelecemos com nossas comunidades no exterior. Abrimos diferentes canais de comunicação direta, como o Portal Consular, o Portal das Comunidades, e a Ouvidoria Consular, que recebe todo tipo de sugestões e críticas para aprimorarmos o serviço. Mais importante, lançamos o processo das ‘Conferências Brasileiros no Mundo’ e, em junho passado, promulguei o Decreto nº. 7214, que estabelece diretrizes para uma política governamental voltada aos brasileiros no exterior. Com ele foi instituída a ‘Ata Consolidada’ de reivindicações da comunidade e criado um Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior.

Esses representantes, eleitos pelas próprias comunidades no exterior, tomarão posse em dezembro, no Rio de Janeiro, por ocasião da III Conferência Brasileiros no Mundo. Estou certo de que, com a sua colaboração, o trabalho da Conferência adquirirá maior eficácia e dinamismo, com melhor articulação em defesa dos direitos dos brasileiros que vivem fora do país.

Saúdo a todos e manifesto a certeza de que a cada ano teremos motivos para celebrar avanços e para nos orgulhar, seja aqui ou no exterior, deste Dia, que é o dia de todos os brasileiros.

Nesse momento de celebração não posso deixar de registrar um pensamento por aqueles que deixaram suas vidas ou têm vivenciado situações de penúria na busca de realizações pessoais em outros países.

Estamos construindo um país de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil os espera de volta”.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO
LESOTO, MOHLABI KENNETH TSEKOA
– BRASÍLIA, 8 DE SETEMBRO DE 2010

06/09/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Lesoto, Mohlabi Kenneth Tsekoa, realizará visita oficial ao Brasil no dia 8 de setembro. Esta será a primeira visita de um Chanceler do Lesoto ao Brasil.

Na ocasião, o Ministro Tsekoa manterá encontro de trabalho seguido de almoço com o Ministro Celso Amorim. Deverá também manter encontros no Ministério da Saúde e na Agência Brasileira de Cooperação, órgão do Itamaraty.

Será assinado pelos Chanceleres um Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, que possibilitará o desenvolvimento de atividades de cooperação em diversas áreas, como de capacitação, redução da pobreza, saúde e agricultura.

O Lesoto é membro da União Aduaneira da África Austral (SACU), com a qual o Mercosul assinou, no ano passado, acordo de preferências tarifárias.

AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS NO HAITI
DURANTE A SEMANA DA PÁTRIA –
PORTO PRÍNCIPE,
12 DE SETEMBRO DE 2010
06/09/2010

Para celebrar o 188º aniversário da Independência do Brasil, a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe e o Comando do

Contingente brasileiro no Haiti promoverão, em 12 de setembro, nove Ações Cívico-Sociais (ACISOs) em diferentes localidades daquela capital.

Cada Ação contará com distribuição de cestas básicas de alimentos (6.000 no total) e de água, atendimento médico, atenção dentária, atividades recreativas, registro civil pelas autoridades competentes e apresentações culturais brasileiras. Em conjunto, tais eventos representarão a maior atividade dessa natureza conduzida pelo Brasil no Haiti.

Com a presença de autoridades locais e da comunidade internacional, será realizada cerimônia comemorativa durante a Ação Cívico-Social central, na localidade de Bel-Air, cuja pacificação constituiu marco da atuação dos militares brasileiros integrantes da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Veículos de comunicação interessados na cobertura do evento poderão entrar em contato com a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, pelo e-mail igor.barbosa@itamaraty.gov.br ou pelo telefone (00xx509) 3894 5747.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO
LESOTO, MOHLABI KENNETH TSEKOA
– BRASÍLIA, 8 DE SETEMBRO DE 2010
08/09/2010

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DO REINO DO LESOTO

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
DA COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DO
CONGO, BASILE IKOUÉBÉ – BRASÍLIA,
9 DE SETEMBRO DE 2010
08/09/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República do Congo, Basile Ikouébé, realizará visita ao Brasil no dia 9 de setembro de 2010.

O Ministro Ikouébé será recebido pelo Ministro Celso Amorim para encontro de trabalho, seguido de almoço. Na ocasião, fará entrega de carta do Presidente da República do Congo, Denis Sassou N'guesso, dirigida ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante o encontro, serão tratados temas como a coordenação na área ambiental e o avanço na cooperação técnica.

Na área ambiental, Brasil e Congo têm interesses comuns por contarem, em seus respectivos territórios, com duas das maiores bacias hidrográficas do mundo – as dos rios Amazonas e Congo – e com extensas florestas tropicais.

A cooperação técnica bilateral tem grande potencial no combate ao HIV/AIDS e à malária, bem como no desenvolvimento de técnicas de cultivo de palma africana e cacau.

As exportações brasileiras para o Congo cresceram de US\$ 3,8 milhões, em 2000, para US\$ 68 milhões, em 2008. A maior parte desse período registrou superávit para o Congo, devido às importações brasileiras de petróleo. A tendência foi revertida em 2008, quando o Brasil conseguiu um superávit comercial de US\$ 67 milhões, e mantida em 2009, quando

o superávit comercial brasileiro foi de US\$ 48 milhões. Prevê-se para este ano fluxo total de cerca de US\$ 60 milhões.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DE
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
DA COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DO
CONGO, BASILE IKOUÉBÉ – BRASÍLIA,
9 DE SETEMBRO DE 2010
09/09/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico

VISITA DO MINISTRO
CELSO AMORIM A GENEBRA -
10 A 14 DE SETEMBRO DE 2010
09/09/2010

O Ministro Celso Amorim realizará visita a Genebra, no período de 10 a 14 de setembro.

No dia 11, será o orador principal do painel intitulado “Sistemas e Instituições de Segurança: Perspectivas Regionais”, na 8ª Conferência Anual do International Institute for Strategic Studies (IISS), cujo tema para a edição de 2010 é “A Governança da Segurança Global e a Nova Distribuição de Poder”. O Ministro Amorim dividirá a mesa com o Secretário do Exterior indiano, Nirupama Rao, com o ex-Alto Representante da União Europeia para Política Externa e de Segurança Comum, Javier Solana, e com o Dr. John Chipman, Diretor-Executivo do IISS.

No dia 12, participará de café-da-manhã de trabalho com o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, ocasião na qual serão discutidas questões ligadas à situação atual e às perspectivas da Rodada Doha.

No dia 13, o Ministro Amorim terá encontro com a Alta Comissária para Direitos Humanos das Nações Unidas, Navanethem Pillay, ocasião em que tratarão de assuntos relativos à reforma institucional do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a realizar-se em 2011. Manterá também encontro com o Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Jakob Kellenberger, a quem reiterará o compromisso brasileiro com os objetivos daquela organização humanitária.

Ainda no dia 13, em encontro com o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, António Guterres, assinará Memorando de Entendimento entre o Brasil e o ACNUR sobre a provisão de assistência humanitária. No ano corrente, o Brasil prestou assistência humanitária no valor de US\$ 3,3 milhões por meio do Alto Comissariado. Essas contribuições elevaram o País à condição de maior prestador de assistência humanitária por intermédio do ACNUR, entre os países em desenvolvimento.

DESIGNAÇÃO RECÍPROCA DE
EMBAIXADORES POR COLÔMBIA E
VENEZUELA
11/09/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, da designação pelos Governos da Colômbia e da Venezuela de Embaixadores para Caracas e Bogotá, respectivamente.

Ao reiterar a importância do bom relacionamento entre a Colômbia e a Venezuela para a integração sul-americana,

o Governo brasileiro congratula os Governos desses dois países pela iniciativa, que tem grande significado no contexto da retomada do diálogo bilateral.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O ALTO
COMISSARIADO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA REFUGIADOS PARA
PROVIMENTO DE ASSISTÊNCIA
HUMANITÁRIA

13/09/2010

O Memorando tem por objetivo descrever e confirmar as relações entre o Brasil e o ACNUR no que se refere a programas de assistência humanitária do ACNUR financiados pelo Brasil, por meio de contribuições voluntárias emergenciais.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (doravante denominados “Partes”),

Preâmbulo

Considerando que o mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (doravante denominado “ACNUR”) é proteger e assistir, em escala global, refugiados e outras pessoas do seu interesse, bem como procurar soluções duradouras para sua situação;

Considerando que o ACNUR é firmemente comprometido em apoiar e contribuir com a iniciativa de reformas humanitárias e, nesse contexto, se tornar a agência líder para Proteção, Abrigos Emergenciais, Coordenação de Acampamento e Gestão de Acampamento e prover resposta mais previsível e

consistente com as necessidades de Deslocados Internos gerados por conflitos;

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil tem interesse em promover e contribuir para oferecer assistência humanitária às pessoas em necessidade de proteção internacional e a outras pessoas sob o mandato do ACNUR;

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o ACNUR estão convencidos da importância da cooperação conjunta para buscar esse objetivo comum, por meio do estabelecimento de mecanismos que contribuam para a sua consecução;

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil decidiu fazer contribuições voluntárias de financiamento de emergência para programas de assistência humanitária do ACNUR e para atividades relativas a países específicos afetados por desastres, conflitos e insegurança alimentar e nutricional;

Considerando o interesse humanitário das Partes no mundo e as vantagens mútuas que resultariam da cooperação conjunta com vistas à consecução desses objetivos;

Chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo I - Objetivo

(a) O objetivo deste Memorando de Entendimento é descrever e confirmar as relações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o ACNUR no que se refere a programas de assistência humanitária do ACNUR financiados pelo Governo da República Federativa do Brasil, por meio de contribuições voluntárias emergenciais.
(b) Quando julgarem necessário, as Partes poderão negociar acordos adicionais de cooperação no campo de proteção e assistência a refugiados e a outras pessoas abrangidas pelo mandato do ACNUR, bem como no campo de soluções duradouras.

Artigo II - Reuniões

As Partes concordam em se reunir regularmente para revisar sua cooperação e a implementação deste Memorando de Entendimento. Reuniões ad hoc poderão ser convocadas por qualquer das Partes, conforme a necessidade de revisar questões de interesse mútuo.

Artigo III - Financiamento

(a) O Governo da República Federativa do Brasil está comprometido em prover financiamento ao ACNUR, em apoio ao seu programa de orçamento anual, guiado pelos Objetivos Estratégicos Globais do ACNUR, conforme aprovado pelo Comitê Executivo do ACNUR para o Programa do Alto Comissariado (doravante denominado “Comitê Executivo”) e destacado no Apelo Global do ACNUR, bem como nos Apelos Suplementares subsequentes.

(b) O Governo da República Federativa do Brasil está comprometido em auxiliar o “Junior Professional Officer Programme” do ACNUR, a fim de permitir que nacionais brasileiros ganhem experiência de trabalho na sede do ACNUR e em escritórios de campo, nas áreas de proteção e provimento de assistência humanitária em emergências diversas e programas especiais.

(c) Os fundos que serão doados estão autorizados pela Lei Orçamentária Anual do Governo Federal de 2010, provenientes do orçamento do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, no âmbito do Programa 07.211.1264.2D28.0001 item 3380.4100.

(d) O Governo da República Federativa do Brasil anunciará ao ACNUR, na Conferência Anual de Doadores da ONU, sua doação inicial ao Programa do ACNUR, como aprovado pelo Comitê Executivo para o ano subsequente. O Governo da República Federativa do Brasil e o ACNUR consultar-se-ão sobre as atividades a serem financiadas.

(e) O Governo da República Federativa do Brasil informará ao ACNUR a data da

transferência de fundos para facilitar o planejamento de fluxo de capital do ACNUR.

(f) Despesas de contribuições feitas pelo Governo da República Federativa do Brasil ao ACNUR serão regidas pelas regras financeiras aplicáveis ao ACNUR, incluindo as Regras e Regulamentos Financeiros das Nações Unidas e as Regras Financeiras para Fundos Voluntários administrados pelo Alto Comissariado para Refugiados (doravante conjuntamente referidas como “Regras Financeiras do ACNUR”).

(g) Quaisquer juros obtidos a partir dos saldos de caixa serão registrados em conformidade com as Regras Financeiras do ACNUR e usados para atividades de assistência humanitária aprovadas pelo Comitê Executivo.

Artigo IV - Monitoramento

O ACNUR proporcionará ao Governo da República Federativa do Brasil a oportunidade de participar de missões anuais de doadores para visitar operações de campo do ACNUR relativas a atividades de assistência humanitária. Todos os custos relacionados com as visitas de representantes do Governo da República Federativa do Brasil serão pagos pela Parte brasileira.

Artigo V - Relatório

O ACNUR informará sobre a implementação de programas financiados pelo Governo da República Federativa do Brasil conforme segue:

a) dentro de 3 meses seguintes à transferência de fundos, o escritório de representação do ACNUR no país anfitrião apresentará à Embaixada brasileira nesse país um breve relatório preliminar sobre a operação, incluindo o número de beneficiários e progresso inicial da implementação.

b) dentro de 6 meses seguintes ao fim do programa, o ACNUR apresentará ao Governo da República Federativa do Brasil seu Relatório

Global anual, que relatará sobre a operação apoiada pelo Brasil. Para contribuições voluntárias emergenciais de USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares norte-americanos) ou mais, um relatório específico será apresentado, com informações sobre número de beneficiários, atividades implementadas, seus impactos e avaliação da operação.

Artigo VI - Auditoria

(a) O ACNUR prestará contas da utilização de todas as contribuições recebidas do Governo da República Federativa do Brasil na sessão anual do Comitê Executivo, por meio de documentações apresentadas no Comitê Executivo.

(b) transações financeiras relativas a este Memorando de Entendimento estarão sujeitas a auditoria interna e externa, exclusivamente conforme previsto pelas Regras Financeiras do ACNUR.

Artigo VII - Resolução de Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à implementação ou aplicação deste Memorando de Entendimento será resolvida amigavelmente, por negociação direta entre as Partes.

Artigo VIII - Emendas

Se aplicável, este Memorando de Entendimento poderá ser emendado a pedido de qualquer das Partes, com o consentimento escrito de ambas, por meio de troca de notas diplomáticas.

Artigo IX - Denúncia

(a) Qualquer das Partes poderá notificar à outra Parte, por escrito, sua decisão de denunciar este Memorando de Entendimento.

(b) A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data de recebimento da notificação relativa à denúncia. A denúncia não afetará os compromissos assumidos pelas Partes durante a vigência deste Memorando de Entendimento.

Artigo X - Contato e correspondência

(a) Os respectivos escritórios das Partes responsáveis por coordenar todos os assuntos

relativos a este Memorando de Entendimento são:
Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra;

Pelo ACNUR:

Serviço de Mobilização de Recursos e Relações com Doadores (DRRM).

(b) Toda a correspondência relativa a este Memorando de Entendimento será enviada por meio da Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra.

Artigo XI - Entrada em vigor e Duração

Este Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos.

Feito em Genebra, Suíça, em 13 de setembro de 2010, em dois exemplares originais, em português e inglês. Em caso de divergência relativa à tradução, a versão em inglês prevalecerá.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores

Pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

António Guterres

Alto Comissário para Refugiados das Nações Unidas

VISITA AO BRASIL DA RELATORA ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ESCRAVIDÃO

13/09/2010

A Relatora Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, Gulnara Shahinian, apresentará amanhã, dia 14 de setembro, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, relatório de sua visita ao Brasil, realizada entre os dias

17 e 28 de maio de 2010. Durante a missão, a Relatora Especial avistou-se, em Brasília, São Paulo, Cuiabá, Imperatriz e Açailândia, com autoridades federais e estaduais dos três Poderes, com representantes da sociedade civil e com trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravos.

A visita ocorreu no marco da ampla cooperação entre o Governo brasileiro e os relatores especiais do sistema de direitos humanos da ONU. O Brasil mantém convite aberto e permanente para que esses especialistas visitem o País a fim de verificar a situação de direitos humanos e auxiliar na superação dos desafios existentes.

Em seu relatório, a Sra. Shahinian cumprimenta o Brasil por práticas que considera exemplares no combate ao trabalho forçado, como, entre outras, a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que desde sua criação, em 1995, libertou cerca de 37 mil trabalhadores reduzidos à escravidão; o Cadastro de Empregadores Infratores, cujos integrantes enfrentam severas restrições de acesso a financiamentos públicos e a créditos oficiais; as parcerias entre o Governo federal e Governos estaduais com organizações empresariais e da sociedade civil, em que se destaca a experiência do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, além da criação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae).

Entre os desafios para a erradicação do trabalho forçado no País, a Relatora Especial menciona, em relação ao Poder Judiciário, a necessidade de efetivo cumprimento de sanções penais aplicadas aos culpados pelo uso de trabalho forçado; a ampliação da disponibilidade orçamentária para o combate a esse crime; e a importância da aprovação, no âmbito do Poder Legislativo, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que

prevê a expropriação de terras em que se tenha praticado trabalho forçado.

Em seguida à apresentação do relatório diante do Conselho de Direitos Humanos, a Delegação brasileira deverá realizar intervenção, na qual reconhecerá a seriedade e a isenção do trabalho da Relatora Especial e esclarecerá pontos específicos do relatório. A Delegação brasileira reiterará, igualmente, o entendimento de que o Relatório em apreço constitui peça importante para a intensificação do esforço em prol da erradicação do trabalho escravo no Brasil.

A versão em inglês do informe da Relatora Especial sobre Formas Contemporâneas de Escravidão está disponível no endereço eletrônico http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/15session/A.HRC.15.20.Add.4_en.pdf.

VOTOS DE RESTABELECIMENTO AO SECRETÁRIO-GERAL DA UNASUL

13/09/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim enviaram hoje, 13 de setembro, as seguintes mensagens ao Secretário-Geral da UNASUL, Néstor Kirchner:

“Senhor Secretário-Geral da UNASUL, Caro Amigo,

Ao tomar conhecimento de que você passou por procedimento médico no último final de semana, alegra-me saber que a intervenção foi exitosa.

Estou certo de sua rápida recuperação, que lhe permitirá, muito em breve, voltar às relevantes responsabilidades que a Argentina e a UNASUL lhe consignaram.

Cordiais saudações,

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

“Senhor Secretário-Geral da UNASUL,
Prezado Néstor,

Recebi, com satisfação, a notícia de que tudo transcorreu bem no procedimento médico a que você foi submetido no passado fim de semana.

Receba meus mais sinceros votos pela pronta recuperação de sua saúde e rápido retorno às suas atividades, tão importantes para a integração de nossa América do Sul.

Cordiais saudações,
Celso Amorim,
Ministro das Relações Exteriores”

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO
QUÊNIA, MOSES WETANG’ULA –
BRASÍLIA, 14 DE SETEMBRO DE 2010
13/09/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia, Moses Wetang’ula, acompanhado de delegação empresarial, realizará visita a Brasília, em 14 de setembro.

A visita inscreve-se nos esforços de fortalecimento das relações bilaterais, que tiveram como marco, este ano, a visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Quênia, em 6 de julho, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro àquele país.

Em reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim, serão retomadas as discussões sobre os principais temas da agenda bilateral, com destaque para a cooperação em biocombustíveis, agricultura, educação e serviços aéreos.

O comércio bilateral entre o Brasil e o Quênia aumentou mais de seis vezes entre 2002 e 2009, passando de US\$ 14,04 milhões para US\$ 91,19 milhões. O primeiro semestre de 2010 registra crescimento de 66% em relação ao mesmo período do ano passado.

VISITA AO BRASIL DO COMISSÁRIO
DE COMÉRCIO DA UNIÃO EUROPEIA,
KAREL DE GUCHT – BRASÍLIA E SÃO
PAULO, 14 DE SETEMBRO DE 2010
13/09/2010

O Comissário de Comércio da União Europeia, Karel de Gucht, realiza visita ao Brasil no dia 14 de setembro.

Em Brasília, o Comissário europeu manterá encontros com o Ministro Celso Amorim e com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge. Em São Paulo, no mesmo dia, terá reunião com lideranças empresariais.

As negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia e a Rodada Doha da OMC estão entre os temas a serem discutidos durante a visita.

As negociações entre os dois blocos foram formalmente relançadas por ocasião da Cúpula MERCOSUL-UE realizada em Madri, em 17 de maio último. O Comitê de Negociações Birregionais (CNB) reuniu-se em Buenos Aires, de 29 de junho a 2 de julho. A próxima reunião do CNB está prevista para a semana de 11 de outubro, em Bruxelas.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO
QUÊNIA, MOSES WETANG’ULA –
BRASÍLIA, 14 DE SETEMBRO DE 2010
14/09/2010

1-ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO QUÊNIA

2 - PROGRAMA EXECUTIVO SOBRE
COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE

GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E GOVERNO DA REPÚBLICA
DO QUÊNIA PARA OS ANOS 2010-2015

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA
TANZÂNIA, BERNARD KAMILLIUS
MEMBE - BRASÍLIA, FOZ DO IGUAÇU,
RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO,
14 A 19 DE SETEMBRO DE 2010
14/09/2010

A convite do Ministro Celso Amorim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Tanzânia, Bernard Kamillius Membe, acompanhado de delegação interministerial, realizará visita ao Brasil entre os dias 14 e 19 de setembro, com compromissos em Brasília, Foz do Iguaçu, Rio de Janeiro e São Paulo.

No dia 15, o Ministro Membe será recebido pelo Ministro Celso Amorim para encontro de trabalho. Na ocasião, serão passados em revista os principais temas da agenda bilateral e internacional e, em particular, os resultados da recente visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Dar-Es-Salam, em 7 de julho. Em seguida, o Ministro tanzaniano será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty.

Entre os avanços observados nas diferentes iniciativas bilaterais, destacam-se a cooperação para a produção de biocombustíveis e os importantes investimentos brasileiros, por meio da Petrobras, no campo de energia não-renovável. Além disso, encontra-se sob exame o desenvolvimento de cooperação em favor dos setores agropecuário e de infraestrutura da Tanzânia.

Desde 2003 os fluxos de comércio bilateral

multiplicaram-se por dez e, a despeito da crise financeira de 2008-2009, têm apresentado tendência de crescimento. Até julho deste ano, o intercâmbio comercial montava a US\$ 32,7 milhões, valor que já supera o total de 2009.

LANÇAMENTO DO GUIA
DE RETORNO AO BRASIL
15/09/2010

O Itamaraty lançou hoje o “Guia de Retorno ao Brasil – Informações Úteis sobre Serviços e Programas de Acolhimento”. Trata-se de cartilha elaborada conjuntamente pela Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça e pelo Departamento de Polícia Federal. O Guia contém informações sobre programas e serviços disponíveis no Brasil dos quais podem beneficiar-se brasileiros que retornam do exterior em situação de desvalimento.

A cartilha destina-se a agentes consulares, funcionários de organizações de acolhimento governamentais e não-governamentais e voluntários das comunidades brasileiras em geral. Munidos de informações sobre programas e serviços disponíveis no Brasil nas esferas de saúde física e psicológica, trabalho, educação, moradia e abrigo, esses agentes multiplicadores poderão orientar os brasileiros que se encontram em vias de retornar. O objetivo é auxiliar seu processo de reinserção social e econômica no País.

O material será distribuído em toda a rede consular brasileira no exterior, com ênfase naqueles países onde há maior incidência de casos de exploração do trabalho, situação de tráfico de pessoas e outras formas de violência. As repartições consulares serão instruídas a

montar uma rede de parcerias locais, de modo a alcançar o maior número possível de nacionais. O Guia está disponível no seguinte endereço: <http://www.itamaraty.gov.br/assistencia-consular/guia-de-retorno-ao-brasil>

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA
TANZÂNIA, BERNARD KAMILLIUS
MEMBE – BRASÍLIA,
15 DE SETEMBRO DE 2010
15/09/2010

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO
BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
DE AÇÃO NACIONAL DA TANZÂNIA
PARA A ELIMINAÇÃO DAS PIORES
FORMAS DE TRABALHO INFANTIL”

CONSULTAS CONJUNTAS DO BRASIL
E DA ÍNDIA COM A UNIÃO EUROPEIA
SOBRE APREENSÃO DE MEDICAMENTOS
GENÉRICOS EM TRÂNSITO
15/09/2010

Realizou-se em Genebra, nos dias 13 e 14 de setembro, a segunda rodada de consultas conjuntas do Brasil e da Índia com a União Europeia no âmbito do contencioso “UE e outro Estado Membro – Apreensão de Medicamentos Genéricos em Trânsito” (DS408/DS409).

O Brasil apresentou questões complementares à primeira rodada de

consultas – realizada em julho passado – sobre a legislação comunitária, decisões judiciais aplicáveis ao caso, direitos de patentes e liberdade de trânsito de medicamentos genéricos.

As reuniões permitiram aprofundar a compreensão de questões jurídicas e factuais. Concluída essa fase de consultas na OMC, o Brasil espera que as autoridades europeias adotem as medidas necessárias para evitar novas apreensões injustificadas de bens em trânsito e para proteger o comércio legítimo de medicamentos genéricos.

II REUNIÃO CONSULAR DE
ALTO NÍVEL BRASIL-ESPANHA -
COMUNICADO CONJUNTO
15/09/2010

No dia 15 de setembro de 2010 realizou-se, no Palácio Itamaraty, em Brasília, a II Reunião Consular de Alto Nível entre Brasil e Espanha. A Reunião foi aberta pelo Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE e pelo Embaixador da Espanha no Brasil e conduzida pelos Diretores consulares dos dois países, com a participação de altos funcionários das duas Chancelarias e Ministérios da Justiça, Migração e Assuntos Policiais.

A reunião transcorreu em clima de cooperação e confiança, o que se refletiu na ampla gama de assuntos tratados, desde o intercâmbio de informações sobre políticas consulares, migratórias e para as respectivas comunidades nacionais no exterior, até a segurança na área de documentos de viagem e cooperação policial e jurídica.

Diante de desdobramentos recentes do tema, tratou-se ainda da luta contra o tráfico de pessoas e da assistência a nacionais em situação de violência, ressaltando-se a

distinção que deve ser feita entre a temática criminal e questões migratórias.

Acerca da inadmissão de viajantes nos respectivos países, que motivou a I Reunião, ambos os lados reconheceram a evolução positiva dos entendimentos bilaterais.

Os dois lados passaram em revista a implementação das medidas acordadas ao fim da I Reunião (conforme a Nota à Imprensa nº 149 de 01/04/2008), a saber: 1. troca de informações detalhadas e divulgação de requisitos de entrada; 2. estabelecimento de “linha direta” entre autoridades consulares e autoridades migratórias dos dois países; 3. reuniões periódicas entre autoridades consulares e autoridades migratórias; 4. reforço da cooperação policial e em questões imigratórias; 5. aprimoramento da assistência jurídica a inadmitidos, além da garantia de maior acesso a seus pertences e outros itens; 6. instalação de caixas eletrônicos em áreas passíveis de acesso por inadmitidos, além da facilitação de seu embarque, reduzindo o prazo de espera.

Os dois lados concordaram que houve avanços em todos esses pontos e comprometeram-se a seguir cooperando para aprimorar tais mecanismos. As conversações demonstraram os avanços logrados, já que houve evolução de discussões de âmbito mais geral (as quais predominaram na I Reunião), para ajustes mais pontuais envolvendo situações particulares de inadmissão de brasileiros. Foi assinalado que o número de brasileiros inadmitidos na Espanha caiu de 3.134 em 2007 para 1.994 em 2009.

Em conclusão, a II Reunião Consular de Alto Nível Brasil-Espanha confirmou a utilidade do mecanismo bilateral para o tratamento de questões consulares e migratórias, bem como a eficácia dos instrumentos acordados durante a I Reunião, e terminou com o compromisso

de aprofundar a cooperação e realizar novos avanços no tratamento de tais assuntos.

VIAGEM DO MINISTRO CELSO

AMORIM A CUBA - HAVANA,

17 A 19 DE SETEMBRO DE 2010

16/09/2010

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial a Cuba entre 17 e 19 de setembro.

Durante a visita, o Ministro Amorim deverá examinar com seus interlocutores cubanos o avanço da cooperação bilateral, no contexto de aprofundamento da integração latino-americana e caribenha. Também deverão ser tratados temas políticos e econômicos de natureza regional e global.

O Ministro Celso Amorim será portador de carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros de Cuba, Raúl Castro.

LIBERTAÇÃO DA CIDADÃ NORTE-

AMERICANA SARAH SHOURD

17/09/2010

O Ministro Celso Amorim transmitiu a seguinte mensagem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã, Manouchehr Mottaki:

“Saúdo Vossa Excelência pela notícia da libertação da cidadã norte-americana Sarah Shourd, no dia 14 de setembro.

Compreendo que a solução para o caso diz respeito a procedimentos internos da Justiça iraniana. Quero deixar registrado, de qualquer forma, meu apreço pela consideração que o Presidente Ahmadinejad e Vossa Excelência dedicaram às ponderações feitas pelo Presidente Lula sobre o tema, por ocasião da visita a Teerã, em maio último”.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A NOVA YORK POR OCASIÃO DA 65ª
ASSEMBLEIA GERAL DA ONU - 20 A 29
DE SETEMBRO DE 2010
17/09/2010

Entre os dias 20 e 29 de setembro o Ministro Celso Amorim realizará visita de trabalho a Nova York, quando chefiará a delegação brasileira à 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

No dia 23, o Ministro Celso Amorim fará o discurso de abertura no debate geral da 65ª AGNU. Nesse dia também participará como orador na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Conselho de Segurança da ONU. No dia 20, tomará parte de Reunião Extraordinária da Comissão de Reconstrução do Haiti. No dia 24, participará das Reuniões de Alto Nível sobre Desarmamento, sobre a Aliança de Civilizações, e sobre a situação no Sudão. O Ministro Amorim também representará o Brasil em reunião do Conselho de Segurança sobre Contra-Terrorismo, no dia 27.

Além dos eventos mencionados, estão programadas reuniões ministeriais dos BRICs, do IBAS, do G4 e da ASPA, bem como encontros bilaterais com Chanceleres de diversos países.

A Assembleia Geral, principal foro de deliberação global, deverá privilegiar, em sua 65ª sessão, questões relacionadas ao desenvolvimento global, à mudança do clima e ao desarmamento.

REUNIÃO DO DIÁLOGO ECONÔMICO
DE ALTO NÍVEL BRASIL-REINO UNIDO
– BRASÍLIA, 21 DE SETEMBRO DE 2010
20/09/2010

Será realizada, no dia 21 de setembro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, reunião do

Diálogo Econômico de Alto Nível Brasil-Reino Unido. As delegações brasileira e britânica serão chefiadas, respectivamente, pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, e pelo Diretor-Geral para Europa e Globalização do Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, Nick Baird.

O Diálogo Econômico tem por objetivo aprofundar as relações entre o Brasil e o Reino Unido em temas da agenda econômico-financeira bilateral e multilateral.

A reunião abordará temas relativos ao G-20, à reforma das instituições financeiras internacionais, à regulação financeira, à Rodada Doha da OMC, ao comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia e aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Também serão discutidas oportunidades de aprofundamento da cooperação entre o Brasil e o Reino Unido.

De janeiro a agosto de 2010, as exportações brasileiras para o Reino Unido somaram US\$ 2,78 bilhões, com crescimento de 18% em relação ao mesmo período de 2009. As exportações britânicas para o Brasil totalizaram, no mesmo período, US\$ 2,03 bilhões, com alta de 67%.

FUNDO DE COMBATE À FOME
E À POBREZA (FUNDO IBAS)
RECEBE O PRÊMIO “MILLENNIUM
DEVELOPMENT GOALS”
20/09/2010

O Fundo de Combate à Fome e à Pobreza, constituído com recursos de Índia, Brasil e África do Sul (Fundo IBAS), e administrado pelo PNUD, foi contemplado com o prêmio

“Millennium Development Goals”, em reconhecimento pelo seu papel na Cooperação Sul-Sul.

O prêmio foi concedido pelo “Millennium Development Goals Awards Committee”, organização não-governamental que busca a promoção das Metas do Milênio e a divulgação dos esforços de governos, organizações multilaterais, não-governamentais e indivíduos que colaboram para a consecução das Metas.

A cerimônia de premiação ocorreu em 19/9, em jantar de gala realizado em Nova York. O Brasil foi representado pelo senhor Wagner Caetano, Secretário Nacional de Estudos e Pesquisas Político-Institucionais da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O Fundo IBAS vem sendo reconhecido no âmbito da cooperação internacional por projetos como o de coleta de resíduos sólidos e reciclagem em Porto Príncipe, no Haiti, que emprega mais de 350 pessoas em Carrefour Feuilles. O Fundo desenvolve, ainda, projetos na Palestina, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Camboja.

CONEXÃO AÉREA REGULAR ENTRE RIO BRANCO E CUSCO 21/09/2010

Foi inaugurada, ontem, a primeira ligação aérea regular entre as cidades de Rio Branco, no Acre, e Cusco, no Peru. O voo, operado pela empresa StarPeru, terá capacidade para transportar 78 passageiros. Com duração aproximada de uma hora, os voos partirão de Rio Branco às segundas e sextas-feiras.

A inauguração da rota representa mais um avanço no processo de integração fronteiriça Brasil-Peru, em linha com as orientações dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alan García, definidas por ocasião das Cúpulas de Rio Branco (abril de 2009), Lima (dezembro

de 2009) e Manaus (junho de 2010). Os voos entre Rio Branco e Cusco contribuirão, ademais, para incrementar o turismo e o comércio bilateral, com reflexos positivos para o desenvolvimento da região fronteiriça.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DO ENCONTRO DO MINISTRO CELSO AMORIM COM O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA, KEVIN RUDD – NOVA YORK, 21 DE SETEMBRO DE 2010 22/09/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada

MISSÃO DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO AO AFGANISTÃO 22/09/2010

A Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, realizará missão ao Afeganistão, entre 25 e 28 de setembro. A missão será integrada por representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM/MME) e da Associação Brasileira de Gemas e Jóias (Abragem).

A missão procurará detectar possibilidades de prestação de cooperação técnica nas áreas de agricultura, mineração e lapidação de pedras preciosas. Além de reunir-se com autoridades e técnicos afegãos, a delegação brasileira deverá manter encontro com o escritório

local do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, a fim de estabelecer projetos nas seguintes áreas: fortalecimento do instituto de pesquisa agrícola do país; desenvolvimento do cultivo da soja e do trigo; difusão de técnicas de extensão rural; extração e beneficiamento de gemas; e fortalecimento do sistema de supervisão de produção mineral.

A missão brasileira foi organizada para atender a demanda formulada pelo Governo do Afeganistão. O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois países foi assinado em 2006 e entrou em vigor em fevereiro deste ano.

O Afeganistão pretende estabelecer Embaixada em Brasília. Em breve, o Brasil também deverá abrir Embaixada em Cabul.

REUNIÃO MINISTERIAL DOS
PAÍSES DO G-4 (BRASIL, ALEMANHA,
ÍNDIA E JAPÃO) À MARGEM DA
65ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA
GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS
24/09/2010

Declaração Conjunta à Imprensa

1. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Ministro Federal para os Negócios Estrangeiros da Alemanha, o Ministro das Relações Exteriores da Índia e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão se encontraram em Nova York, em 24 de setembro de 2010, à margem da 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, para trocar impressões sobre a reforma do Conselho de Segurança.

2. Os Ministros reiteraram a necessidade de uma reforma urgente do Conselho de Segurança, que incluiria a expansão de ambas as categorias de membros, permanentes e não-permanentes, assim como o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho do Conselho, a fim de tornar o órgão mais representativo, legítimo, eficaz e sensível às

realidades da comunidade internacional no século XXI.

3. Os Ministros notaram com satisfação o apoio maciço entre os Estados-membros à expansão de ambas as categorias de membros do Conselho de Segurança, incluindo países em desenvolvimento e desenvolvidos como novos membros permanentes. Nesse contexto, ao passo que reiteraram apoio às suas respectivas candidaturas como aspirantes a novos membros permanentes, reconfirmaram sua visão da importância de que a África esteja representada na composição permanente de um Conselho ampliado. Reconfirmaram também a necessidade de membros não-permanentes adicionais.

4. Os Ministros saudaram o início das negociações baseadas no texto solicitado por mais de 140 Estados-membros na 64ª Sessão da Assembleia Geral. Expressaram também satisfação com a decisão 64/568 da Assembleia Geral de continuar imediatamente as negociações intergovernamentais com base na segunda revisão do texto negociador universalmente solicitado, no plenário informal da 65ª Sessão da Assembleia Geral. Também se comprometeram a continuar a participar ativamente dessas negociações, com vistas a alcançar resultados concretos na reforma do Conselho de Segurança durante a atual Sessão. Os países do G-4 reafirmaram sua disposição de se aproximar de outros países e trabalhar em estreita cooperação com eles em direção a esse objetivo.

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Guido Westerwelle

Ministro Federal para os Negócios Estrangeiros da Alemanha

S. M. Krishna

Ministro das Relações Exteriores da Índia

Seiji Maehara

Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão

REUNIÃO MINISTERIAL DO
IBAS À MARGEM DO DEBATE
GERAL DA 65ª ASSEMBLEIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS
27/09/2010

(Versão original em inglês)

IBSA MINISTERIAL MEETING AT
GENERAL DEBATE OF UNGA 65

The Minister of External Affairs of the Republic of India, H.E. Mr. S. M. Krishna, the Minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil, H.E. Ambassador Celso Amorim, and the Minister of International Relations and Cooperation of South Africa, H.E. Ms. Maite Nkoana-Mashabane, met in New York on 25 September 2010.

The Ministers reiterated their commitment to the implementation of the Millennium Development Goals and in this regard acknowledged the importance of the High Level Plenary Meeting of the General Assembly on the Integrated and Coordinated Implementation of and Follow-up to the Millennium Summit.

The Ministers emphasized the importance of the implementation of commitments by development partners to assist developing countries in achieving the MDGs by 2015. They again committed IBSA to enhancing South-South cooperation, through the IBSA Facility for Poverty and Hunger Alleviation (IBSA Fund). The Ministers noted that amidst all the challenges that face countries, South-South cooperation is an effective tool contributing to the achievement of MDGs and IBSA will continue to find ways of cooperating with fellow developing countries.

In this regard the Ministers noted the meeting hosted by Indonesia on the side-lines of the General Debate of the 65th Session of the UN General Assembly, on the situation in Palestine in which Brazil, India and South

Africa participated, as a concrete example of developing countries meeting to discuss ways of assisting Palestine.

The Ministers reaffirmed their commitment to multilateralism and to increased participation of developing countries in the decision-making bodies of multilateral organisations and institutions. They reiterated the urgent need for the UN to be reformed so as to become more representative and reflective of the needs and priorities of developing countries, specifically the UN Security Council.

In this regard, the Ministers recalled the urgent need to expand the Security Council in both its permanent and non-permanent categories, in order to increase participation of developing countries. This will make the UNSC more broadly representative, efficient and transparent, would enhance its effectiveness and legitimacy, as well as the implementation of its decisions.

The Ministers acknowledged the progress in the inter-governmental negotiations on Security Council reform so far. The Ministers noted the development of “text-based” negotiations and called on all UN Member States to ensure that concrete results are achieved at the 65th Session of the General Assembly. In this regard, the IBSA countries reiterated their commitment to enhance coordination with each other and the broader UN membership with the aim of achieving genuine reform of the UN Security Council at the earliest opportunity.

The Ministers also noted the historic occasion in 2011 in which all three IBSA countries will serve on the UN Security Council. They stressed the importance for IBSA to work together on the Security Council with the aim of making the Council more responsive and transparent in the execution of its mandate.

The Ministers conveyed their support and best wishes to the Government and people of India for the hosting of the Commonwealth

Games in New Delhi from 3-14 October 2010.

The Ministers also wished the Government and people of Brazil well with the presidential elections that will take place on 3 October 2010 and reiterated IBSA's commitment to democratic values.

Finally, the Ministers expressed their sincere appreciation to President Luiz Inácio Lula da Silva, for the significant role he played in IBSA. They conveyed their best wishes to him for his future.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO HAITI - PORTO PRÍNCIPE, 29 E 30
DE SETEMBRO DE 2010
. 28/09/2010

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial ao Haiti em 29 e 30 de setembro.

Na ocasião, manterá reuniões com o Presidente René Préval, com o Primeiro-Ministro Jean-Max Bellerive, com a Ministra dos Negócios Estrangeiros do Haiti, Marie-Michèle Rey, com o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Edmond Mulet, e com o Comandante militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), General Luiz Guilherme Paul Cruz. O Ministro das Relações Exteriores deverá avistar-se também com o Diretor-Geral do Conselho Eleitoral Provisório. Nesses encontros, deverão ser examinados os progressos do processo de reconstrução pós-terremoto, a evolução da cooperação prestada pelo Brasil, a contribuição da MINUSTAH para a segurança e estabilidade do país, além das perspectivas para as eleições de 28 de novembro.

Ao Presidente Préval, o Ministro Amorim deverá entregar formalmente o estudo técnico elaborado pelo Exército brasileiro com vistas à construção da barragem e hidrelétrica de Artibonite, projeto aprovado pela Comissão

Interina para Reconstrução do Haiti em agosto passado, juntamente com o projeto de cooperação Brasil – Haiti – Cuba na área de saúde.

O Ministro Celso Amorim visitará, ainda, a sede do projeto “Coleta de Resíduos Sólidos – Carrefour Feuilles”, implementado com recursos do Fundo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS), bem como a sede do projeto “Kay Nou”, coordenado pelo Viva Rio na localidade de Bel-Air.

Deverão ser assinados novos instrumentos de cooperação técnica com o Haiti, em áreas como fortalecimento institucional, saúde, meio ambiente, cultura e defesa civil.

III REUNIÃO DO CONSELHO
DE CHANCELERES DO FÓRUM
DE COOPERAÇÃO ÁFRICA-
AMÉRICA DO SUL – NOVA YORK,
27 DE SETEMBRO DE 2010
28/09/2010

DECLARAÇÃO FINAL DA III REUNIÃO
DO CONSELHO DE CHANCELERES DO
FÓRUM DE COOPERAÇÃO ÁFRICA-
AMÉRICA DO SUL

Os Chanceleres, reunidos na cidade de Nova York, em 27 de setembro de 2010, com o objetivo de participar da III Reunião do Conselho de Chanceleres do Fórum de Cooperação África-América do Sul, em observância ao mandato especificado no parágrafo 95 da Declaração Final de Nova Esparta, aprovada em 27 de setembro de 2009 pelos Chefes de Estado e de Governo da África e da América do Sul;

Expressaram satisfação com o resultado positivo da II Cúpula América do Sul-África (ASA), realizada entre 23 e 27 de setembro de 2009, em Ilha Margarita, na República Bolivariana da Venezuela, e sua importância

para o avanço da cooperação e da estratégica parceria bi-regional;

Reafirmaram o seu resolutivo compromisso político de dar continuidade ao fortalecimento da coordenação, no mais alto nível, do Fórum de Cooperação África-América do Sul (ASACOF) e comprometeram-se a duplicar seus esforços a fim de avançar em direção aos seus louváveis objetivos;

Saudaram os resultados relevantes da I Reunião de Trabalho do Comitê Estratégico Presidencial, realizado em Caracas, na Venezuela, em 6 de agosto de 2010 e comprometeram-se a incentivar o cumprimento pleno dos compromissos assumidos naquela ocasião;

Saudaram, igualmente, a inauguração do Secretariado Executivo do Comitê Estratégico Presidencial em seu formato atual, para os três primeiros anos, a ser reelaborado no futuro para refletir a representação regional da África, bem como dos dois membros fundadores;

Congratularam-se com o Embaixador Jesús Arnaldo Perez por sua indicação para o cargo de Secretário-Executivo, desejando-lhe êxito no cumprimento de suas responsabilidades e garantindo o pleno apoio dos países membros da ASACOF;

Saudaram a transferência do Secretariado Pro Tempore da Cúpula América do Sul-África (ASA) da República Bolivariana da Venezuela para a Grande Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia, país anfitrião da III Cúpula ASA;

Tomaram nota do relatório apresentado pela Grande Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia sobre os preparativos para a III Cúpula América do Sul-África (ASA), na Grande Jamairia, no último trimestre de 2011;

Revisaram as questões mais urgentes enfrentadas pela comunidade internacional e concordaram em realizar consultas regulares a respeito de temas que se possam tornar

ameaças à paz e à segurança, assim como aqueles relativos à próxima Cúpula sobre a Mudança do Clima, a ser realizada em Cancun, México, em novembro de 2010;

Para os esforços empreendidos pelas Nações Unidas na bem-sucedida promoção da Cúpula de Revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, realizada no dia 20 de setembro de 2010, e comprometeram-se a promover a execução das suas conclusões no âmbito da ASA;

Como resultado de suas deliberações, o Conselho de Chanceleres da ASACOF decidiu:

1. Aprovar o Plano de Implementação América do Sul-África, acordado na Reunião de Altos Funcionários realizada em Adis Abeba, Etiópia, no dia 7 de setembro de 2010, e acolher propostas para melhorá-lo, bem como integrar a Agenda Estratégica América do Sul-África 2010-2020;

2. Solicitar que o Secretariado Executivo do Comitê Estratégico Presidencial, na sua formação atual, comece a trabalhar, com a brevidade possível, nas áreas de ação comum estipuladas no Plano de Implementação América do Sul-África 2010-2015;

3. Parabenizar a Presidência do Equador da União de Nações Sul Americanas (UNASUL) e a próxima Presidência, da República Cooperativa da Guiana, assim como o ex-Presidente Nestor Kirchner por sua eleição como Secretário-Geral da organização;

4. Os Chanceleres felicitaram a República Bolivariana da Venezuela pelo sucesso na realização das eleições parlamentares de 26 de setembro de 2010;

5. Os Chanceleres também expressaram gratidão à República Bolivariana da Venezuela e à União Africana pela excelente organização desta importante reunião.

Nova York, 27 de setembro de 2010

FIM DA MORATÓRIA DE EXPANSÃO DE ASSENTAMENTOS EM TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS 28/09/2010

O Governo brasileiro expressa sua preocupação com a não-extensão da moratória de construções em assentamentos em territórios ocupados, expirada em 26 de setembro.

O Brasil considera o congelamento de construções em assentamentos na Cisjordânia aspecto central do processo de paz. Nesse sentido, julga preocupantes atos no terreno, como a retomada das construções por parte dos colonos israelenses, que prejudicam o andamento das negociações diretas entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina.

II REUNIÃO DO CONSELHO DE CHANCELERES DA ASPA 29/09/2010

Realizou-se em Nova York, à margem da 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a II Reunião do Conselho de Chanceleres da ASPA (Cúpula América do Sul-Países Árabes). O encontro foi copresidido pelo Ministro Celso Amorim e pelo Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Amre Moussa.

Na oportunidade, o Brasil, em sua qualidade de Coordenador Sul-Americano do referido Mecanismo inter-regional, relatou os avanços experimentados na implementação da agenda da ASPA, tais como o aumento do intercâmbio comercial entre as duas regiões (de US\$ 11 bilhões, em 2005, para US\$ 26,4 bilhões, em 2008); a assinatura de acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o Egito, bem como o prosseguimento das negociações entre

o MERCOSUL e o Conselho de Cooperação do Golfo e com Jordânia, Marrocos, Palestina e Síria; o estabelecimento de novas Câmaras de Comércio entre as regiões; o aumento de conexões aéreas entre a América do Sul e os Países Árabes; a cooperação em matéria de desertificação em zonas áridas; e iniciativas desenvolvidas pela Biblioteca ASPA-Brasil na área cultural.

Foram feitas menções aos 130 anos da migração árabe para a América do Sul, aos preparativos da III Cúpula da ASPA, que terá lugar em Lima, em fevereiro vindouro, e à aproximação da ASPA com a UNESCO, por meio do estabelecimento de um Grupo de Contato.

Foi anunciado, igualmente, que a IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ASPA será realizada em Riade, na Arábia Saudita, em 2013.

TRÁFICO DE PESSOAS, EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO – MISSÃO BRASILEIRA A PORTUGAL E ESPANHA 29/09/2010

Entre 19 e 25 de setembro, foi realizada missão a Portugal e Espanha coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e integrada por representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria Nacional de Justiça, do Departamento de Polícia Federal e do Governo do Estado de Goiás. O objetivo foi ampliar a compreensão sobre o funcionamento das organizações criminosas que submetem cidadãos brasileiros à exploração laboral, bem como identificar a magnitude das questões de violência doméstica que afetam imigrantes brasileiras naqueles países.

A missão identificou que há fortes evidências de correlação entre o tráfico de

brasileiros para o exterior e o turismo sexual de estrangeiros no Brasil. O controle severo a que são frequentemente submetidos mantém muitos brasileiros sem informação sobre os benefícios trabalhistas e migratórios previstos nas leis locais.

Entre as linhas de ação definidas, estabeleceu-se uma rede local de assistência a vítimas brasileiras de violência, exploração e tráfico, congregando órgãos governamentais e não-governamentais locais, associações e lideranças brasileiras. Os Consulados-Gerais do Brasil em Lisboa, Porto, Madri e Barcelona veicularão na Internet números telefônicos de assistência a vítimas, bem como uma relação das entidades locais de assistência.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO HAITI
30/09/2010

1 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO À IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE LEITE HUMANO NO HAITI”

2 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CAPACITAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO LABORATÓRIO DO CENTRO DE SAÚDE LUCÉLIA BONTEMPS, EM LA PLAINE - HAITI”

3 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL EM DEFESA CIVIL”

4 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

5 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MUSEUS POR MEIO DA RECONSTRUÇÃO DO MUSEU DE ARTE HAITIANA DO COLÉGIO DE SAINT-PIERRE”

6 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “INSTITUTO HAITIANO DE REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

7 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “MANEJO E RECONSTITUIÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DA BACIA DO MAPOU, HAITI: SEGUNDA FASE”

8 – AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL DE AGENTES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS DO HAITI PARA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

9 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO SISTEMA JUDICIÁRIO DA REPÚBLICA DO HAITI”

10 - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DE TÁTICAS DEFENSIVAS: DEFESA PESSOAL POLICIAL”

11 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOBRE PARTILHA DE CUSTOS RELATIVOS A TERCEIRA PARTE

DECLARAÇÃO DOS ESTADOS PARTES
DO MERCOSUL SOBRE A SITUAÇÃO
NO EQUADOR
30/09/2010

A respeito da situação no Equador, os Estados Partes do MERCOSUL emitiram a seguinte declaração:

“Os Estados Partes do Mercosul tomaram conhecimento com profunda preocupação dos graves eventos que estão ocorrendo no Equador, no dia de hoje. As ações representam clara tentativa de sublevação constitucional por setores das Forças de Segurança daquele país.

Os Estados Partes do Mercosul condenam energicamente todo e qualquer tipo de ataque ao poder civil legitimamente constituído e à ordem constitucional e democrática do Equador.

Ao reiterarem os termos do Protocolo de Ushuaia de Compromisso Democrático do Mercosul, do qual faz parte o Equador, exigem o imediato retorno da normalidade constitucional no Equador. Manifestam seu firme apoio e solidariedade ao Presidente Rafael Correa Delgado e sua confiança de que possa prontamente retomar a normalidade de suas funções.

Os Estados Partes do Mercosul endossam integralmente a posição já manifestada pela Unasul, por meio de seu Secretário-Geral, Nestor Kirchner, e apóiam a realização de Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores daquele organismo”.

SITUAÇÃO POLÍTICA NO EQUADOR
30/09/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com profunda preocupação, dos graves acontecimentos no Equador. O Brasil deplora

os atos de violência e de desrespeito às instituições e condena energicamente todo e qualquer tipo de ataque ao poder civil legitimamente constituído e à ordem constitucional do Equador.

O Governo brasileiro expressa total apoio ao Governo Constitucional do Presidente Rafael Correa e faz um apelo para que sejam restabelecidas de imediato a ordem interna no Equador, com pleno respeito à democracia e aos direitos humanos.

O Ministro Celso Amorim, que se encontra em missão no Haiti, manifestou, em telefonema ao Chanceler equatoriano, Ricardo Patiño, a solidariedade do Governo brasileiro.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está sendo permanentemente informado sobre a situação. Gestões estão em curso para uma resposta firme e coordenada do Mercosul, da Unasul, do Grupo do Rio e da OEA.

O Ministro interino das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, está a caminho de Buenos Aires, onde participará de reunião extraordinária da Unasul sobre a situação no Equador.

ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

01/10/2010

Autoridades eleitorais e representantes da Cúpula América do Sul – África (ASA), do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS), do agrupamento Brasil – Rússia – Índia – China (BRIC) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) participarão, nos dias 3 e 4 de outubro, em Brasília, do Encontro sobre o Sistema Eleitoral Brasileiro, a ser realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o apoio do

Ministério das Relações Exteriores.

Os participantes do encontro visitarão locais de votação no Distrito Federal e participarão de palestras informativas sobre o sistema eleitoral brasileiro, com destaque para a utilização da urna eletrônica.

Pretende-se, com a iniciativa, possibilitar a criação de instrumentos de cooperação em matéria eleitoral no âmbito do IBAS e dos BRIC, bem como consolidar iniciativas previstas na área de Fortalecimento Institucional, Governança e Administração Pública da ASA.

RELATOR ESPECIAL DA ONU SOBRE DIREITO À SAÚDE

01/10/2010

O Conselho de Direitos Humanos renovou ontem, 30 de setembro, por mais três anos, o mandato do Relator Especial da ONU sobre direito à saúde. A Relatoria Especial da ONU foi criada por iniciativa brasileira em 2002 e é atualmente exercida pelo indiano Anand Grover.

A Resolução que renova o mandato, de iniciativa brasileira, foi aprovada por consenso e contou com o co-patrocínio de outros 56 países, tendo sido objeto de consultas também com representantes da sociedade civil. O texto reforça o direito à saúde como direito humano universal e aponta diversas questões prioritárias para sua realização, entre as quais as estratégias de redução de pobreza; a realização dos ODMs; a saúde da mulher e a saúde sexual e reprodutiva; o acesso a medicamentos e o fim das barreiras abusivas ao comércio de remédios, inclusive genéricos.

Tendo em vista a importância e a crescente representatividade da pessoa idosa em todos os países, inclusive no Brasil, a resolução solicita ao Relator Especial preparar estudo sobre a saúde dos idosos, seus desafios e as boas práticas existentes.

DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES
SOBRE A SITUAÇÃO NO EQUADOR -
BUENOS AIRES, 1º DE OUTUBRO DE 2010
01/10/2010

(Original em espanhol)

Reunión Extraordinaria del Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas

Las Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la UNASUR, reunidos en el Palacio San Martín en Buenos Aires, República Argentina el 1º de octubre de 2010,

1. Reafirman su fuerte compromiso con la preservación de la institucionalidad democrática, el estado de derecho, el orden constitucional, la paz social y el irrestricto respeto a los derechos humanos, condiciones esenciales del proceso de integración regional;

2. Condenan enérgicamente el intento de Golpe de Estado y el posterior secuestro del Presidente Rafael Correa Delgado registrado en la hermana República del Ecuador el 30 de septiembre.

3. Celebran la liberación del Presidente Correa Delgado así como la pronta vuelta a la normalidad institucional y democrática en la hermana República. Expresan la necesidad de que los responsables de la asonada golpista sean juzgados y condenados. En ese marco, reiteran su más pleno y decidido respaldo al Gobierno Constitucional y destacan el rol desempeñado por las instituciones para el restablecimiento del orden constitucional.

4. Afirman que sus respectivos Gobiernos rechazan enérgicamente y no tolerarán, bajo ningún concepto, cualquier nuevo desafío a la autoridad institucional ni intento de golpe al poder civil legítimamente elegido y advierten que en caso de nuevos quiebres del orden constitucional adoptarán medidas concretas e inmediatas tales como cierres de fronteras, suspensión del comercio, del tráfico

aéreo y de la provisión de energía, servicios y otros suministros.

5. Deciden que sus Cancilleres se trasladen en el día de hoy a la ciudad de Quito para expresar el pleno respaldo al Presidente constitucional de la República del Ecuador, Don Rafael Correa Delgado y al pueblo ecuatoriano, participe indispensable del pleno restablecimiento de la institucionalidad democrática en ese país.

6. Acuerdan adoptar, en la IV Reunión Cumbre Ordinaria de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Unión de Naciones Suramericanas, a celebrarse el 26 de noviembre en Guyana, un Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de la UNASUR que establezca la Cláusula Democrática.

DECLARAÇÃO DE QUITO SOBRE A
SITUAÇÃO NO EQUADOR - QUITO, 1º
DE OUTUBRO DE 2010
04/10/2010

Os Chanceleres de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela; os Vice-Chanceleres do Brasil e do Paraguai; o representante da Chanceler da Guiana; e o representante do Secretário-Geral da Unasul deslocaram-se a Quito, em cumprimento ao disposto pelos Chefes de Estado e de Governo da UNASUL na Reunião Extraordinária realizada em Buenos Aires, no dia 1º de outubro corrente, em razão da tentativa de golpe de estado na República do Equador.

Os Chanceleres reuniram-se com o Presidente do Equador, Rafael Correa Delgado, para expressar-lhe pessoalmente, em nome de seus mandatários, o pleno respaldo da região, assim como o forte compromisso pela preservação da democracia, do estado de direito, da ordem constitucional, da paz

social e do irrestrito respeito aos direitos humanos.

Os Chanceleres entregaram ao Presidente Correa uma cópia da Declaração de Buenos Aires e destacaram a decisão dos Presidentes da UNASUL de adotar medidas concretas e imediatas contra países em que ocorram casos de ruptura da ordem constitucional.

O Presidente Correa agradeceu o respaldo imediato e incondicional dos mandatários da UNASUL, bem como subscreveu todo o conteúdo da Declaração de Buenos Aires.

ESTUDO DE VIABILIDADE DE PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS NO SENEGAL 04/10/2010

O Governo brasileiro apresentará, no próximo dia 7 de outubro, em Dacar, o relatório final do Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis na República do Senegal.

O Senegal foi o primeiro país africano a integrar a lista de beneficiários da cooperação em terceiros países prevista no Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos sobre Cooperação em Biocombustíveis. O estudo de viabilidade, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi financiado pelo Itamaraty.

A cerimônia em Dacar será presidida pelo Ministro das Energias Renováveis da República do Senegal, Louis Seck, e pelo Subsecretário-Geral de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, Embaixador André Amado. Também estarão presentes representantes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e da União Econômica e Monetária

do Oeste Africano, além do Embaixador dos Estados Unidos em Dacar.

O estudo de viabilidade constitui a primeira fase de um trabalho que deverá resultar na implantação de projetos de bioenergia no Senegal. Com base no documento, o Governo senegalês poderá eleger os projetos que considerar prioritários, para então pleitear, junto a instituições multilaterais, financiamento para sua execução.

Ao colaborar na elaboração do relatório final do estudo, o PNUMA emprestou credibilidade adicional à metodologia da FGV, em especial à grande ênfase colocada nos aspectos de sustentabilidade em que se baseiam as análises e recomendações. O estudo seguiu a mesma metodologia daqueles já realizados com sucesso na República Dominicana, Haiti, El Salvador e Guatemala.

VI COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL BRASIL- RÚSSIA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, COMERCIAL, POLÍTICA E TECNOLÓGICA 06/10/2010

Será realizada, nos dias 7 e 8 de outubro, em Brasília, a sexta edição da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Política e Tecnológica – VI CIC.

A VI CIC será presidida, do lado brasileiro, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, e, do lado russo, pelo Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Andrei Denissov.

Além do Vice-Chanceler Denissov, integram a Delegação russa que viaja ao Brasil o Vice-Ministro da Educação e

Ciência, Senhor Iúri Sentiurín, a Diretora do Departamento das Américas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e cerca de cinquenta autoridades e peritos de diversas áreas do Governo russo.

As atividades da VI CIC estarão divididas em oito subcomissões que discutirão temas da cooperação bilateral nas seguintes áreas: econômico-comercial; interbancária e financeira; agrícola; energia e usos pacíficos da energia nuclear; uso pacífico do espaço exterior; ciência, tecnologia e inovação; militar; e cultura, educação e esporte.

Ainda por ocasião da VI CIC, será assinado Memorando de Entendimento entre os Governos do Brasil e da Rússia na área da Nanotecnologia.

A VI CIC foi precedida por Seminário Empresarial organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-Rússia, em 6 de outubro, em São Paulo, que contou com a participação de cerca de sessenta empresários brasileiros e russos interessados nos diversos setores do intercâmbio bilateral.

RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO SOBRE LUIZ CARLOS PRESTES

07/10/2010

O Governo brasileiro receberá do Governo da Federação da Rússia cópias de documentos relacionados a Luiz Carlos Prestes que se encontram sob custódia do Arquivo do Estado Russo de História Política e Social. A cerimônia pública será realizada no Palácio Itamaraty, às 14h30 de amanhã, 8 de outubro. A entrega da documentação atende a pedido formulado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em nome da família Prestes, ao Presidente Dmitri Medvedev, durante visita de Estado a Moscou, em maio deste ano.

Dados das décadas de 1930 e 1940, os documentos incluem três manuscritos de Prestes, que viveu exilado na União Soviética entre 1931 e 1934. O material será depositado no Arquivo Nacional e estará disponível para consulta pública.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VI COMISSÃO INTERGOVERNAMENTAL BRASIL-RÚSSIA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, COMERCIAL, POLÍTICA E TECNOLÓGICA – VI CIC

08/10/2010

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE NANOTECNOLOGIA

O Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e O Ministério da Educação e Ciência da Federação da Rússia, doravante denominados as “Partes”,

Conscientes da grande importância da nanotecnologia para o desenvolvimento de ambos os países

Levando em conta a experiência de colaboração entre ambos os países,

Tendo presente os termos do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, de 21 de novembro de 1997

Chegaram ao entendimento sobre o seguinte e decidem:

1. Promover a cooperação bilateral na área de nanotecnologia, com base no princípio do benefício mútuo.

2. Desenvolver a cooperação nas seguintes áreas de interesse comum:

- pesquisas fundamentais de nano-objetos e nano-sistemas;
- estudo e elaboração de nanomateriais;
- estudo e elaboração de nano-sistemas funcionais;
- desenvolvimento de nanotecnologias;
- produção de nanoproductos;
- metrologia e regulamentação técnica (standardização);
- formação conjunta de recursos humanos para a indústria nanotecnológica;

3. Incentivar o intercâmbio de delegações, a organização de seminários, reuniões e a interação direta entre representantes da sociedade científica, centros de pesquisa, organizações e empresas da área de nanotecnologia.

4. Com vistas a implementar as disposições do presente Memorando, será criado um Comitê Coordenador, a ser constituído, pela Parte brasileira, por um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por um representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e por um representante do Foro de Competitividade em Nanotecnologia do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC). E, pela Parte russa, por representantes do Ministério da Educação e Ciência e da corporação «Rosnanotech». As funções do Comitê compreendem definição, execução e avaliação das atividades acordadas entre as Partes na área de nanotecnologia.

5. A proteção do direito de propriedade intelectual resultante da cooperação do presente Memorando será efetuada de acordo com as legislações nacionais e com os acordos internacionais dos quais participam ambos os países. Os princípios de divisão dos direitos de propriedade intelectual resultantes de atividade de pesquisa e desenvolvimento

(P&D) usados, transferidos ou obtidos durante a cooperação, serão definidos caso a caso, mediante a celebração de contratos específicos entre as instituições das Partes, que protegerão a realização das atividades conjuntas realizadas, tal como definidas no parágrafo 2º do presente Memorando.

6. O presente Memorando de entendimento poderá ser alterado por acordo escrito entre as Partes

7. Qualquer controvérsia referente a interpretações das disposições do presente Memorando de entendimento será solucionada mediante consultas entre as Partes, sem participação de terceiros ou órgãos judiciais.

8. O presente Memorando não é um acordo internacional e, portanto, não gera direitos e obrigações no âmbito do direito internacional.

9. O presente Memorando entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá vigência enquanto as Partes assim desejarem. Para denunciá-lo, uma das Partes deve encaminhar à contraparte notificação oficial a respeito, com ao menos 6 (seis) meses de antecedência.

Assinado em Brasília, no dia 8 de outubro de 2010, em duas vias originais, nos idiomas português e russo.

ATA DA VI REUNIÃO DA COMISSÃO
INTERGOVERNAMENTAL BRASIL-
RÚSSIA DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA, COMERCIAL,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

08/10/2010

Nos dias sete e oito de outubro de 2010, realizou-se, em Brasília, a VI Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica – VI CIC.

A parte brasileira foi presidida pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota (Presidente da parte brasileira da Comissão).

A delegação russa foi presidida pelo Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia, Andrey Ivanovitch Denissov (Presidente da parte russa da Comissão).

Anexos à presente Ata encontram-se a composição das delegações à VI Reunião da CIC, a agenda da reunião e os relatos setoriais das atividades de cada uma das subcomissões da CIC.

Os trabalhos da VI CIC transcorreram em ambiente construtivo, possibilitando avaliar o desenvolvimento das relações econômicas, comerciais, científicas e tecnológicas, no período de 2008-2010, bem como examinar perspectivas e projetos concretos de cooperação em diversas áreas.

Durante a reunião, dedicou-se especial atenção à promoção de projetos na área de altas tecnologias, energia, incluindo a energia nuclear para fins pacíficos, e uso do espaço exterior para fins pacíficos, consagrados no Plano de Ação da Parceria Estratégica entre o Brasil e a Rússia. Neste contexto, a reunião contribuiu para consolidar a dinâmica positiva que inspirou a criação da referida Parceria Estratégica.

As Partes ressaltaram a importância, para a consolidação da Parceria Estratégica entre os dois países, da visita à Rússia, em maio de 2010, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de suas conversas com o Presidente Dmitri Medvedev.

As Partes reiteraram o interesse em aprofundar o intercâmbio econômico e comercial entre o Brasil e a Rússia. Nesse sentido, saudaram a realização, em São Paulo, no último dia seis de outubro, de Foro Empresarial organizado pelo Conselho

Empresarial Brasil-Rússia, a que ocorreu significativo número de empresários brasileiros e russos interessados no incremento do relacionamento econômico-comercial bilateral.

Os trabalhos da CIC foram desenvolvidos no quadro das seguintes subcomissões:

1. Subcomissão de Cooperação Econômica, Comercial e Industrial;
2. Subcomissão de Cooperação Interbancária e Financeira;
3. Subcomissão de Cooperação em Energia;
4. Subcomissão de Cooperação Espacial;
5. Subcomissão de Cooperação Técnico-Militar;
6. Subcomissão de Cooperação Científico-Tecnológica;
7. Subcomissão de Cooperação Cultural, Educacional e Esportiva.

As partes saudaram a realização da primeira reunião do Comitê Agrícola Brasil-Rússia, prevista para ter lugar em Moscou na próxima semana, por ocasião de visita à Rússia do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Senhor Wagner Rossi. As Partes saudaram ainda a realização, prevista para o corrente mês de outubro, no Rio de Janeiro, de reunião entre as autoridades de aviação civil do Brasil e da Rússia, com vistas ao encaminhamento das questões relativas aos serviços aéreos entre o Brasil e a Rússia, e particularmente da questão relativa ao restabelecimento de ligação aérea direta entre os dois países.

As partes expressaram sua satisfação com a criação da Subcomissão de Cooperação Interbancária e Financeira nos quadros da CIC. Nesse sentido, as partes recomendarão ao Banco Central do Brasil e ao Banco Central da Federação da Rússia constituir, até o fim do corrente ano, as respectivas partes nacionais do Grupo de Trabalho de Cooperação Interbancária e Financeira para, entre outras atribuições, estudar a possibilidade de criação de mecanismo de pagamentos recíprocos em

moedas nacionais e organizar sua primeira reunião no primeiro semestre do ano de 2011. As partes ressaltaram a importância das futuras consultas sobre o mecanismo de pagamentos recíprocos com moedas nacionais nos quadros da Subcomissão de Cooperação Interbancária e Financeira.

As Partes reiteraram o propósito de ampliar e fortalecer a cooperação técnico-militar.

Os entendimentos alcançados no decurso das atividades das subcomissões encontram-se refletidos nos respectivos relatos, os quais se encontram anexos à presente Ata, da qual constituem parte inseparável.

As Partes concordaram em que a VII Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica será realizada, em razão da alternância de locais, em Moscou, em datas a serem acordadas por canais diplomáticos.

Feito na cidade de Brasília, em oito de outubro de 2010, em dois exemplares, cada um russo e em português, tendo os dois textos igual fé.

Pela delegação brasileira

Antonio de Aguiar Patriota
Presidente da Parte Brasileira da CIC
Secretário-Geral das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

Pela delegação russa

Andrey Denisov Presidente da Parte Russa
da CIC Primeiro Vice-Ministro dos Negócios
Estrangeiros da Federação da Rússia

GARIMPEIROS BRASILEIROS
NA BOLÍVIA
08/10/2010

Na manhã de ontem, 7 de outubro, foram detidos vinte e dois brasileiros durante operação de combate ao garimpo ilegal no

povoado de San Ramón, Departamento de Santa Cruz, na Bolívia. Os brasileiros foram levados à localidade vizinha de San Ignacio de Velasco, onde, segundo informou o Governo boliviano, seriam entrevistados e poderiam requerer regularização de sua situação no país.

A Cônsul Honorária do Brasil em San Ignacio de Velasco está acompanhando os brasileiros detidos, que se encontram em segurança. O Encarregado do Consulado-Geral do Brasil em Santa Cruz de la Sierra está se deslocando para San Ignacio, acompanhado de funcionário do Consulado, a fim de prestar a assistência consular necessária.

ASSISTÊNCIA PRESTADA AOS
GARIMPEIROS BRASILEIROS
DETIDOS NA BOLÍVIA
10/10/2010

Os garimpeiros brasileiros que se encontram detidos na cidade de San Ignacio de Velasco, Departamento de Santa Cruz, Bolívia, estão recebendo assistência direta do Cônsul-Geral Adjunto do Brasil em Santa Cruz de la Sierra e da Cônsul Honorária do Brasil em San Ignacio.

Foram emitidos passaportes provisórios para dois brasileiros que se encontravam indocumentados.

Dos 31 brasileiros detidos pelas autoridades bolivianas, 25 retornarão ao Brasil, quatro terão sua residência na Bolívia regularizada e dois responderão a processo por mineração ilegal.

ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DE
SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
13/10/2010

O Brasil congratula-se com África do Sul, Alemanha, Colômbia, Índia e Portugal pela

eleição desses países, ocorrida ontem, 12 de outubro, para mandato de dois anos como membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O Ministro Celso Amorim enviou hoje mensagem de congratulações aos chanceleres dos cinco países eleitos.

Os novos membros exercerão seus mandatos a partir de 1º de janeiro de 2011 e substituirão Áustria, Japão, México, Turquia e Uganda, que deixam o CSNU ao final deste ano. Os cinco países eleitos ontem vêm juntar-se a Brasil, Bósnia-Herzegovina, Gabão, Nigéria e Líbano e aos membros permanentes (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) para integrar o Conselho em 2011.

A composição do Conselho de Segurança em 2011 é inédita. Será a primeira vez em que os membros do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) estarão juntos no órgão. O Conselho também contará com todos os membros do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), três países do G-4 (Brasil, Alemanha e Índia) e nove membros do G-20 financeiro (Brasil, África do Sul, Alemanha e Índia, além dos cinco membros permanentes).

O Brasil acredita que a composição do Conselho de Segurança em 2011, que reunirá países dispostos a assumir novas responsabilidades na manutenção da paz e da segurança internacionais, é positiva para a governança política global e dará impulso ao processo de reforma e ampliação do CSNU.

OPERAÇÃO DE RESGATE DE MINEIROS NO CHILE

13/10/2010

O Governo brasileiro está acompanhando, com grande alegria, o transcurso do resgate dos trabalhadores confinados na mina de San José, no Chile.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou, na manhã de hoje, com o Presidente Sebastián Piñera, a quem transmitiu seus cumprimentos e a solidariedade do povo brasileiro. O Ministro Celso Amorim telefonou ao Ministro das Relações Exteriores do Chile, Alfredo Moreno, a fim de cumprimentá-lo pelo bom andamento do resgate.

Ao destacar a coragem demonstrada pelos mineiros e a competência do Governo chileno na condução de complexa operação de socorro, o Governo brasileiro transmite às autoridades e ao povo chilenos e, em particular, aos trabalhadores resgatados, seus familiares e às equipes de salvamento, as mais fraternas felicitações pelo êxito da operação.

MENSAGEM DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO
PRESIDENTE DO CHILE, SEBASTIÁN
PIÑERA, POR OCASIÃO DO RESGATE
DOS TRABALHADORES DA MINA DE
SAN JOSÉ
13/10/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou hoje a seguinte mensagem ao Presidente do Chile, Sebastián Piñera, a propósito da operação de resgate dos 33 trabalhadores soterrados na região de Atacama:

“Senhor Presidente, caro amigo,

Acompanhei, com imensa alegria e satisfação, o histórico resgate dos mineiros presos, desde 5 de agosto, na mina de San José. A heróica atitude desses trabalhadores, que resistiram a 69 dias de confinamento a quase 700 metros de profundidade, evidencia a força e a altivez que são a marca do povo chileno. O desfecho positivo da operação de resgate demonstra o empenho pessoal de Vossa Excelência e das equipes envolvidas nessas operações.

Em meu nome e em nome do povo brasileiro, quero transmitir ao prezado amigo, ao povo chileno e, em especial, aos mineiros e a suas famílias, meus mais sinceros votos de alegria e felicidade.

Cordiais saudações,

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO

14/10/2010

Em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, cujo tema em 2010 é “Unidos contra a Fome”, o Itamaraty promoverá o lançamento do documentário “Lèt Agogo”, produzido em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A apresentação ocorrerá no Auditório Wladimir Murtinho, no Palácio Itamaraty, às 16 horas de amanhã, 15 de outubro.

Lèt Agogo (“leite em abundância”) é uma rede local de cooperativas de pequenos produtores que fornece leite para o Programa Nacional de Cantinas Escolares do Haiti, com apoio do Governo brasileiro. O documentário retrata essa bem-sucedida experiência, que contribui para a segurança alimentar e nutricional dos alunos de escolas públicas e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento socioeconômico do Haiti.

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES DO IBAS NO CONSELHO DE SEGURANÇA EM 2011

15/10/2010

Os países do Fórum IBAS – Brasil, África do Sul e Índia – divulgaram, por meio de suas Missões Permanentes junto às Nações Unidas, em Nova York, o seguinte comunicado:

“Os Representantes Permanentes da Índia, Hardeep Singh Puri, do Brasil, Maria Luiza Ribeiro Viotti, e da África do Sul, Baso Sangqu, registraram com satisfação o momento histórico em que, em 2011, os três países do IBAS integrarão o Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a eleição da Índia e da África do Sul como membros não-permanentes em 12 de outubro de 2010, e a eleição do Brasil em 2009.

Os representantes assinalaram que, como países com interesse na agenda global, Índia, Brasil e África do Sul promoverão, com prioridade absoluta, os princípios e objetivos dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança, atuando inclusive para que o órgão seja mais transparente em seus métodos de trabalho.

Os Representantes Permanentes reiteraram o teor da declaração emitida pelos Ministros do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, em 25 de setembro de 2010, durante o Debate Geral da 65ª Sessão da Assembleia Geral, na qual o IBAS reafirmou o seu compromisso com o multilateralismo e com a busca de maior participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões em instâncias de organizações e instituições multilaterais. A esse respeito, o IBAS reiterou a necessidade urgente de reforma das Nações Unidas, especialmente do Conselho de Segurança, de modo a tornar a organização mais representativa e condizente com as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, os Representantes Permanentes reiteraram o apelo dos Chanceleres do IBAS quanto à necessidade urgente de ampliação do Conselho de Segurança, tanto na categoria de membros permanentes como não-permanentes, a fim de permitir maior participação dos países em desenvolvimento. Tal reforma tornará o

Conselho de Segurança mais representativo, eficiente e transparente, ensejando progressos no que respeita à eficácia e à legitimidade, bem como à implementação de suas decisões.

Os Representantes Permanentes reafirmaram seu firme compromisso de colaborar com o Conselho de Segurança, com o objetivo de torná-lo mais ágil e transparente na execução de seu mandato. Os Representantes Permanentes comprometeram-se, bem como suas delegações, a reforçar a cooperação no Conselho de Segurança em todos os pontos da agenda prioritária, dentre os quais a promoção e o reforço da cooperação do Conselho de Segurança com as organizações regionais, particularmente com o Conselho de Paz e Segurança da União Africana.”

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA XXVI SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL
15/10/2010

Em 18 de outubro, o Ministro Celso Amorim participará, em Montevidéu, da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Em conformidade com o artigo 4.7 do Protocolo Constitutivo do Parlamento, o Ministro apresentará as prioridades da Presidência pro tempore brasileira e manterá diálogo com os parlamentares sobre o processo de integração no âmbito do bloco.

O Ministro Amorim deverá participar, ainda, de encontro entre os Chanceleres dos demais sócios, os integrantes da Mesa Diretora do Parlasul e Chefes das delegações parlamentares, a propósito da implementação do critério de representação cidadã, que é uma das prioridades da atual Presidência pro tempore brasileira.

SOBRE A CUMULATIVIDADE DAS EMBAIXADAS NO EXTERIOR
18/10/2010

A respeito das representações do Brasil no exterior, vêm-se difundindo informações equivocadas na imprensa no que se refere às chamadas “cumulatividades”. Nos últimos meses, divulgou-se, por exemplo, que o Itamaraty abriria Embaixada em Funafuti, capital de Tuvalu. Esta notícia não procede.

Tuvalu e cerca de outros cinquenta Estados constituem um mesmo caso: são países em que o Brasil não dispõe de Embaixada residente, apesar de terem sido estabelecidas relações diplomáticas. Os contatos formais entre o Brasil e esses países são feitos por meio do tradicional instituto da cumulatividade, isto é, por meio de representações já estabelecidas em países próximos. Esses casos, portanto, não implicam dispêndios adicionais para o Estado brasileiro, uma vez que não há instalações físicas ou funcionários estabelecidos nos países em questão. No caso específico de Tuvalu, o acompanhamento das relações bilaterais cabe à Embaixada do Brasil em Wellington, na Nova Zelândia.

APROVAÇÃO DO CRITÉRIO DE REPRESENTAÇÃO CIDADÃ DO PARLAMENTO DO MERCOSUL – MONTEVIDÉU,
18 DE OUTUBRO DE 2010
18/10/2010

O Ministro Celso Amorim, o Chanceler da Argentina, Héctor Timerman, o Chanceler do Paraguai, Hector Lacognata, e o Chanceler do Uruguai, Luis Almagro, reuniram-se hoje, 18 de outubro, em sessão extraordinária do Conselho do Mercado Comum, à margem

da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul. Nessa ocasião, aprovaram o Acordo Político para a Consolidação do Parlamento do Mercosul.

A decisão histórica, passo fundamental para o fortalecimento da dimensão cidadã do Mercosul, define o critério de representação no Parlamento, assegurando a proporcionalidade das bancadas dos Estados Partes e abrindo caminho para a realização de eleições diretas.

MENSAGENS DO MINISTRO CELSO
AMORIM AOS CHANCELERES
DA BOLÍVIA E DO PERU SOBRE A
DECLARAÇÃO DE ILO
22/10/2010

O Ministro Celso Amorim enviou hoje as seguintes mensagens aos Ministros das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca Céspedes, e do Peru, José Antonio García Belaúnde, a propósito da Declaração de Ilo, firmada em 19 de outubro, que amplia e renova concessão feita pelo Governo peruano à Bolívia de Zona Franca Industrial e Econômica Especial e de Zona Franca Turística na região do porto de Ilo.

Mensagem ao Ministro David Choquehuanca:

“Senhor Ministro,

Congratulo-me com Vossa Excelência e o Governo boliviano pela assinatura, em 19 de outubro, da ‘Declaração de Ilo’, que reflete os entendimentos para renovar e ampliar a concessão peruana à Bolívia de Zona Franca Industrial e Econômica Especial e da Zona Franca Turística na região do porto de Ilo.

A iniciativa descortina importantes oportunidades para a ampliação do relacionamento entre a Bolívia e o Peru, em contexto de reforço da amizade e da cooperação bilaterais.

A Declaração de Ilo constitui, ademais, contribuição concreta para o desenvolvimento inclusivo e solidário que temos promovido no processo de integração da América do Sul.

Cordiais saudações,

Celso

Amorim

Ministro das Relações Exteriores”

Mensagem ao Ministro José Antonio García Belaúnde:

“Senhor Ministro,

Felicitó Vossa Excelência e o Governo peruano pela assinatura, em 19 de outubro, da ‘Declaração de Ilo’, documento pelo qual o Peru amplia e renova, por noventa e nove anos, concessão feita à Bolívia de Zona Franca Industrial e Econômica Especial e da Zona Franca Turística.

Tal iniciativa reforça as perspectivas para o aprofundamento das relações entre o Peru e a Bolívia, em clima de crescentes cooperação e amizade.

A Declaração contribui, igualmente, para o processo de integração solidária em curso na América do Sul, trazendo dividendos positivos para o desenvolvimento econômico e social de nossa região.

Cordiais saudações,

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores”

SURTO DE CÓLERA NO HAITI

22/10/2010

Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Saúde

O Governo brasileiro acompanha com preocupação o possível surto de cólera na região de Mirebalais e Saint-Marc, a cerca de 100 km da capital do Haiti. O fato agrava ainda mais a difícil realidade enfrentada pelo país caribenho desde o terremoto de 12 de janeiro. Segundo dados do Governo haitiano, haveria mais de

1.500 casos da enfermidade já confirmados e registros de pelo menos 138 mortes.

A Embaixada do Brasil em Porto Príncipe está em contato direto com o pessoal de campo da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), com o Governo local e com organizações não-governamentais, de forma a contribuir com os esforços de resposta à crise. Além da mobilização de equipes médicas das Nações Unidas, estão sendo tomadas as providências necessárias para a distribuição de suprimentos médicos, pastilhas para purificação de água, vasilhames, kits higiênicos e soro reidratante.

Técnicos brasileiros do Ministério da Saúde encontram-se em Porto Príncipe, onde ministram treinamento a agentes sanitários haitianos e, em contato direto com o Ministério da Saúde local, preparam levantamento das necessidades de material médico. Na próxima semana, o Brasil enviará, em vôos especiais da FAB, antidiarreicos, sais para reidratação oral e antibióticos, além de luvas e outros materiais descartáveis. Estão sendo estudadas modalidades adicionais de cooperação a ser prestada pelo Brasil através da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

PROVIDÊNCIAS DO GOVERNO
BRASILEIRO A RESPEITO DO SURTO
DE CÓLERA NO HAITI
25/10/2010

O Ministro Celso Amorim promoveu hoje reunião para avaliar a evolução do surto de cólera no Haiti e determinar ações adicionais de cooperação por parte do Governo brasileiro. Em coordenação com o Ministério da Saúde e o Ministério da Defesa, tratou-se dos esforços conjuntos para fornecer ajuda emergencial. Participou do encontro o Embaixador do Brasil no Haiti, Igor Kipman.

O Ministério das Relações Exteriores alocará US\$ 2 milhões para auxílio à população e ao Governo do Haiti no combate ao cólera, tais como a aquisição de remédios e fornecimento de equipamentos para hospitais locais.

Em atenção a pedido feito pelo Governo haitiano ao Brasil, o Ministério da Saúde deverá enviar, ainda esta semana, dois médicos epidemiologistas, que ajudarão as autoridades sanitárias locais na montagem de estratégia de combate à doença. O Ministério da Saúde estuda também a transferência de recursos autorizados por crédito extraordinário para a ação do escritório da Organização Pan-Americana de Saúde no Haiti.

Segundo informações da Embaixada brasileira, o Comandante militar da MINUSTAH, General Luiz Guilherme Paul Cruz, e o Representante Especial Adjunto do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti, Nigel Fisher, deslocaram-se hoje às áreas mais afetadas, a fim de avaliar a situação e elaborar plano de contingência para a eventualidade de a infecção atingir a capital, Porto Príncipe.

TERREMOTO NA INDONÉSIA /
EARTHQUAKE IN INDONESIA
26/10/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto de 7,7 graus na escala Richter que atingiu a ilha de Sumatra, na Indonésia, em 25 de outubro, deixando pelo menos 100 mortos e grande número de desaparecidos.

O Governo brasileiro solidariza-se com o Governo e o povo da Indonésia pelas irreparáveis perdas humanas e pelos danos materiais sofridos.

MENSAGEM DO MINISTRO CELSO
AMORIM AO CHANCELER ARGENTINO
PELO FALECIMENTO DO SECRETÁRIO-
GERAL DA UNASUL E EX-PRESIDENTE

NÉSTOR KIRCHNER

27/10/2010

“Senhor Ministro, prezado amigo,

Foi com grande pesar que recebi a notícia do falecimento do Secretário-Geral da Unasul e ex-Presidente da Argentina, Néstor Kirchner.

Testemunhei em diversas ocasiões a importante contribuição do Presidente Kirchner para que nossos países pudessem consolidar sua aliança estratégica e, juntos, avançar no fortalecimento do Mercosul. Como Secretário-Geral da Unasul, Néstor Kirchner promoveu habilmente a conciliação e a defesa da democracia em nosso continente.

Neste momento de perda e de luto nacional, envio minha solidariedade e minhas mais fraternas condolências à Presidenta Cristina Fernández de Kirchner e familiares, a Vossa Excelência e a todos os argentinos.

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores”

PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE
DO MERCOSUL LAMENTA O
FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE
NÉSTOR KIRCHNER

27/10/2010

Em nome dos Estados Partes do Mercosul e da República Bolivariana da Venezuela, o Governo brasileiro, na qualidade de Presidência pro tempore do Mercosul, expressa a mais profunda consternação pelo falecimento, hoje, do ex-Presidente da Nação

argentina e Secretário-Geral da Unasul, Néstor Kirchner.

O ex-Presidente Kirchner desempenhou um papel central no fortalecimento da integração sul-americana, objetivo para o qual emprestou suas qualidades de líder e sua grande capacidade política. Os anos em que esteve à frente do Executivo em seu país coincidiram com uma renovação do Mercosul rumo a um processo de integração marcado pela solidariedade e pela justiça social.

A Presidência pro tempore brasileira, em nome dos Estados Partes, presta homenagem ao ex-Presidente Néstor Kirchner e transmite à Presidente Cristina Fernández de Kirchner e a sua família sinceras condolências neste momento de dor.

ENTREGA DO PRÊMIO

“BRAVO BUSINESS”

AO MINISTRO CELSO AMORIM

28/10/2010

Em 29 de outubro, o Ministro Celso Amorim receberá, em Miami, o prêmio “Bravo Business” da revista Latin Trade, na categoria “Innovative Leader of the Year”. No mesmo dia, será o orador principal do painel “Brazil’s Role in the Global Economy”.

Fundada em 1993, com tiragem bimestral, a revista norte-americana Latin Trade é publicação especializada em temas econômicos, comerciais e empresariais, com ênfase nos países da América Latina e do Caribe. O prêmio “Bravo Business” existe há 16 anos e homenageia personalidades que se tenham destacado nos campos governamental, social e empresarial.

Na cerimônia de 2010, além do Ministro Amorim, serão igualmente agraciados o

ex-Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, na categoria “Lifetime Achievement”; o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, na categoria “Financier of the Year”; e o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, na categoria “Distinguished Service in the Hemisphere”.

PARCERIA ENTRE O ITAMARATY E OS
HOSPITAIS ALBERT EINSTEIN E SÍRIO-
LIBANÊS NO COMBATE AO SURTO DE
CÓLERA NO HAITI
29/10/2010

Por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério das Relações Exteriores, em parceria com os hospitais Albert Einstein e Sírio-Libanês, enviará médicos e enfermeiros ao Haiti para auxiliar o Governo e a população no combate ao surto de cólera. A proposta de ajuda ao Haiti foi prontamente acolhida por Cláudio Lottenberg e Paulo Chapchap, respectivamente Presidente da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein e Superintendente de Estratégia Corporativa do Hospital Sírio-Libanês.

Os profissionais de saúde deverão chegar a Porto Príncipe a partir do dia 8 de novembro e trabalharão em estreita coordenação com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

Por iniciativa do Hospital Albert Einstein, serão doadas ao Haiti 2,5 toneladas de medicamentos e insumos ambulatoriais, suficientes para o tratamento de cerca de duzentos pacientes afetados pelo cólera.

ELEIÇÃO PARA O CONSELHO
DE REPRESENTANTES DE
BRASILEIROS NO EXTERIOR -
VOTAÇÃO ATÉ 9 DE NOVEMBRO
29/10/2010

Entre 1º e 9 de novembro, será realizada, pela primeira vez, a eleição dos membros do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE).

O Conselho será integrado por dezesseis brasileiros que vivem no exterior. Todos os cidadãos maiores de dezesseis anos residentes fora do Brasil poderão votar no candidato de sua região. A votação será realizada exclusivamente por meio do portal www.brasileirosnomundo.mre.gov.br. Para esta primeira eleição, foram registrados aproximadamente 300 candidatos.

A criação do CRBE amplia o conjunto de ações que o Ministério das Relações Exteriores desenvolve com o objetivo de aprimorar a assistência consular e o apoio aos cerca de três milhões de compatriotas que vivem fora do Brasil.

ATENTADOS NO IRAQUE
03/11/2010

O Governo brasileiro manifesta seu mais veemente repúdio aos atentados terroristas cometidos no Iraque, nos dias 31 de outubro e 2 de novembro, que vitimaram mais de 90 pessoas. A escolha de alvos cristãos e xiitas indica tentativa de fragilizar a conformação de um país multilateral e democrático, como propugnado pela Constituição iraquiana de 2005.

Ao solidarizar-se com os familiares das vítimas, o Governo brasileiro reafirma sua

crença na capacidade do Governo e do povo iraquianos de superar os obstáculos para a construção de uma sociedade harmônica e desenvolvida.

FORMATURA DA “TURMA ZILDA ARNS” DO INSTITUTO RIO BRANCO
04/11/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva presidirá a Cerimônia de Formatura da Turma 2008-2010 (“Turma Zilda Arns”) do Instituto Rio Branco. A solenidade terá lugar no Auditório Wladimir Murtinho, no Palácio Itamaraty, em 5 de novembro próximo, e contará com a presença do Ministro Celso Amorim e de outras autoridades.

O Instituto Rio Branco foi fundado em 1945 e é responsável pela seleção e treinamento dos diplomatas brasileiros. Composta por 115 diplomatas, a Turma Zilda Arns é a maior da história do Instituto. Dos formandos, cerca de quarenta já foram designados para representações diplomáticas brasileiras no exterior – sobretudo na África, no Oriente Médio e na Ásia.

ACIDENTE AÉREO EM CUBA
05/11/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, da notícia do acidente aéreo ocorrido ontem, dia 4, em Cuba, na província de Sancti Spiritus, que resultou na morte de 68 pessoas.

O Governo brasileiro transmite sua solidariedade e as mais sentidas condolências aos familiares das vítimas, ao governo e ao povo cubanos e às demais nações que tiveram cidadãos vitimados pelo acidente.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A MOÇAMBIQUE
05/11/2010

O Presidente Lula visitará Moçambique entre os dias 9 e 10 novembro. Será a terceira visita do Presidente a Moçambique e sua 12ª viagem ao continente africano.

O Presidente estará acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, da Saúde, José Gomes Temporão, e da Educação, Fernando Haddad.

O Presidente Lula deverá inaugurar a primeira fase do projeto da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos. O projeto, uma idéia lançada pelo Presidente Lula em 2003, visa dotar Moçambique de meios para a produção de medicamentos, a partir de 2011, que servirão para melhorar a capacidade do país de implementar políticas de saúde pública de combate ao HIV-AIDS.

A agenda do Presidente Lula prevê também palestra no pólo de Maputo da Universidade Aberta do Brasil, iniciativa da cooperação brasileira, voltada à formação de professores.

MISSÃO BRASILEIRA A CUBA
06/11/2010

Como desdobramento da visita do Ministro Celso Amorim a Havana em setembro passado, quando fez a entrega ao Presidente Raúl Castro de carta do Presidente Lula, será enviada a Cuba, entre 8 e 12 de novembro, missão brasileira para aprofundar a cooperação bilateral, com especial ênfase em empreendedorismo e desenvolvimento do trabalho autônomo em Cuba.

A missão será chefiada pelo Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Subsecretário-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção

Comercial do Itamaraty, e integrada por representantes da Casa Civil, dos Ministérios das Relações Exteriores, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Ciência e Tecnologia, Saúde e Comunicações, bem como por representantes do SEBRAE, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), SENAI, SERPRO, Secretaria da Receita Federal, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A cooperação técnica em curso entre o Brasil e Cuba já engloba mais de vinte projetos bilaterais em áreas como saúde, agricultura, mineração e finanças públicas, com resultados positivos para ambos os países. Serão agora discutidas possibilidades de cooperação em novas áreas, como tecnologia da informação, estratégias de apoio a pequenos e médios empreendedores, economia solidária, televisão digital, gestão bancária, tributação de pequenas empresas e nanobiotecnologia.

ASSISTÊNCIA DO GOVERNO
BRASILEIRO A SANTA LÚCIA
07/11/2010

Em resposta a solicitação do Governo de Santa Lúcia, o Ministério da Defesa enviará helicóptero para auxiliar os esforços de assistência aos locais mais afetados pelos efeitos do furacão “Tomas”.

A passagem do furacão “Tomas” por Santa Lúcia, no dia 30 de outubro, teve forte impacto no país, levando à decretação de estado de emergência. Ao provocar desabamentos, deslizamentos e inundações, resultou em sérios danos no plano da infra-estrutura – com a destruição de diferentes áreas da rede rodoviária –, isolando comunidades e comprometendo os principais setores

econômicos – agricultura e turismo. Os danos na infra-estrutura poderão acarretar, ainda, falta de água em diferentes áreas do país.

O helicóptero do Governo brasileiro viabilizará o transporte de equipamentos e de pessoal, sobretudo em apoio às atividades de retirada de lama e terra que obstruem represas e estradas locais, dificultando o acesso da ajuda humanitária aos cidadãos mais atingidos pela tragédia.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-
MÉXICO - 8 DE NOVEMBRO DE 2010
08/11/2010

Brasil e México anunciam a decisão de iniciar as negociações para um Acordo Estratégico de Integração Econômica.

Em agosto de 2009, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Felipe Calderón instruíram suas equipes a explorar as opções para aprofundar a relação comercial bilateral. Em fevereiro de 2010, em Cancun, os mandatários anunciaram o início de um processo formal de trabalho para avaliar a possibilidade de negociar esse Acordo.

Por mais de um ano, funcionários dos dois países mantiveram seis encontros bilaterais e realizaram consultas com seus respectivos setores produtivos. Em 12 de maio de 2010, acordaram os termos de referência, ou seja, as regras do jogo que regerão as negociações. Esses termos refletem o compromisso entre ambos os governos nos seguintes aspectos fundamentais:

1. O Acordo será amplo, ou seja, além de tarifas, incluir-se-ão temas de serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, entre outros.
2. A cobertura desse Acordo será integral e examinar-se-ão todos os produtos, serviços e demais temas comerciais.

3. Serão reconhecidas as sensibilidades de ambos os países e será outorgado tratamento especial aos setores vulneráveis.

4. Será garantido o acesso real aos mercados, atendendo de maneira ágil e efetiva os problemas pontuais e as barreiras não-tarifárias.

5. Serão seguidos os princípios de negociação segundo os quais a substância determinará o tempo do processo e a noção de que nada estará acordado até que tudo esteja acordado.

Através do aprofundamento de sua relação econômica e com uma visão de longo prazo, Brasil e México estão seguros que o Acordo não somente incrementaria os fluxos de comércio e investimento entre ambos os países, mas também impulsionaria de maneira importante o desenvolvimento e a integração da América Latina e o Caribe, fortalecendo a competitividade e a presença regional nos mercados internacionais.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A MOÇAMBIQUE

09/11/2010

I) AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE LEITE HUMANO E DE CENTRO DE LACTAÇÃO EM MOÇAMBIQUE”

II) AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

“APOIO À REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO CHAMANCULO “C” NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA GLOBAL DE REORDENAMENTO E URBANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS DO MUNICÍPIO DE MAPUTO”

III) AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “INCREMENTO DA CAPACIDADE DE PESQUISA E DE DIFUSÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO CORREDOR DE NACALA, MOÇAMBIQUE”

IV) AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO À IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TELE-SAÚDE, DA BIBLIOTECA E DO PROGRAMA DE ENSINO À DISTÂNCIA EM SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MOÇAMBIQUE”

V) AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO “PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB), O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MINED), A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA (UP) E A UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM) DE MOÇAMBIQUE”

ELEIÇÕES EM MYANMAR

09/11/2010

O Governo brasileiro acompanha com atenção o processo eleitoral em Myanmar. Saúda a realização das eleições do último dia 7 de novembro, as primeiras naquele país em duas décadas, e reitera a expectativa de que o referido pleito venha a impulsionar reformas com vistas ao estabelecimento de instituições democráticas em Myanmar.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA

DO CONGO

10/11/2010

O Ministro Celso Amorim visitará Kinshasa, capital da República Democrática do Congo (RDC), em 11 de novembro. Na ocasião, manterá encontro de trabalho com seu homólogo congolês, Alexis Thambwe Mwamba, com quem passará em revista temas do relacionamento bilateral e do quadro regional.

O Ministro Amorim também se avistará com representantes das Nações Unidas em Kinshasa. O Brasil tem buscado, no âmbito da ONU, contribuir para o fortalecimento da estabilidade política da RDC.

O Governo brasileiro prestou, no final de outubro, assistência humanitária de US\$ 1 milhão à RDC, por meio de doação ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, em apoio a atividades voltadas ao reforço de mecanismos de reparação e de acesso à justiça para vítimas de violência sexual no país africano.

O comércio bilateral entre o Brasil e a RDC aumentou mais de vinte vezes

entre 2002 e 2009, passando de US\$ 2,84 milhões para US\$ 58,56 milhões.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA REPÚBLICA DA GUINÉ

10/11/2010

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da realização das eleições presidenciais na República da Guiné.

Ao congratular as autoridades guineenses pela condução pacífica do segundo turno do pleito, realizado no dia 7 de novembro, o Governo brasileiro manifesta a expectativa de que, com a escolha democrática do próximo Presidente, a normalidade constitucional e a estabilidade política sejam restabelecidas.

VISITA AO BRASIL DA PERITA INDEPENDENTE SOBRE DIREITOS CULTURAIS DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS, FARIDA SHAHEED

10/11/2010

A Perita Independente sobre Direitos Culturais do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Farida Shaheed, realiza visita oficial ao Brasil entre 8 e 19 de novembro. Esta será a 16ª visita ao Brasil de ocupante de relatoria temática criado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.

A Sra. Shaheed é socióloga e assumiu a função de Perita Independente em 1º de novembro de 2009. Suas atribuições, definidas pelo Conselho de Direitos Humanos em março de 2009, incluem a de identificar boas práticas para a promoção e a

proteção dos direitos culturais, assim como possíveis obstáculos existentes à realização desses direitos, em nível local, nacional, regional e internacional.

O fato de o Brasil ser um país de reconhecida diversidade social e cultural e de implementar políticas inovadoras de proteção e de estímulo à produção e à difusão de manifestações culturais guarda particular interesse para a Sra. Shaheed.

Durante sua missão ao Brasil, a Sra. Shaheed reúne-se com autoridades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; da Secretaria de Direitos Humanos; da Secretaria de Políticas para as Mulheres; da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; da Secretaria de Assuntos Estratégicos; dos Ministérios das Relações Exteriores; da Cultura; da Educação; da Ciência e Tecnologia; e da Saúde; da Fundação Nacional do Índio; da Procuradoria Geral da República; e do Congresso Nacional. A Especialista Independente mantém, ainda, encontros com autoridades dos Governos dos Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia, bem como da Prefeitura de São Paulo. Também se reúne com acadêmicos, líderes populares e representantes de movimentos de defesa dos direitos de afrodescendentes e indígenas.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO DE
ESTADO DE DEFESA DO TIMOR-LESTE,
JÚLIO TOMÁS PINTO
10/11/2010

ACORDO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE SOBRE
COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DA
DEFESA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE,
CARLOS STOCK
10/11/2010

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE SOBRE COOPERAÇÃO NO
DOMÍNIO DA DEFESA

COMUNICADO CONJUNTO
ENTRE A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA
DO CONGO E A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
11/11/2010

Relativo à Visita de Trabalho à República Democrática do Congo do Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Conforme o espírito e as disposições da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural assinada em Brasília, em 02/11/1972, entre o Governo da República Democrática do Congo e o Governo da República Federativa do Brasil, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sua Excelência Embaixador Celso AMORIM, realizou, entre os dias 10 e 11 de novembro de 2010, uma visita de trabalho ao seu homólogo, o Senhor Alexis THAMBWE-MWAMBA, Ministro congolês dos Negócios Estrangeiros.

2. Ao longo de seu encontro, repleto de franqueza e cordialidade, os Ministros congolês e brasileiro exprimiram a vontade de conjugar seus esforços para o desenvolvimento positivo das relações entre a República Democrática do Congo e a República Federativa do Brasil, tanto no plano bilateral quanto no plano multilateral.

3. Dessa maneira, os dois Ministros assinaram, na ocasião da sessão de encerramento, um Memorando de Entendimento entre seus dois Ministérios.

4. A respeito do programa de cooperação, os dois Ministros procederam a uma análise de todos os projetos de cooperação assinados pelas duas Partes e concordaram de ampliar a cooperação em todas as áreas da vida nacional ao longo da próxima sessão da comissão mista.

Trata-se especialmente de reforçar a cooperação bilateral, inclusive por acordos e projetos nas seguintes áreas: saúde, agricultura, biocombustíveis, florestas, biodiversidade, pesca, cooperação técnica, cultura e esportiva, formação profissional, parceria entre as duas Academias Diplomáticas, desenvolvimento dos meios de transportes, construção civil e cooperação industrial.

5. No plano internacional, os dois Ministros abordaram questões relacionadas à paz e à segurança na África, à Cooperação Sul-Sul e à governança global.

6. A respeito da governança global, os dois Ministros salientaram a importância de reforçar a participação de países emergentes e em desenvolvimento nas instâncias decisórias, tais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Enfatizaram também a necessidade da reforma dos organismos financeiros internacionais. Os Ministros reafirmaram seu comprometimento com uma conclusão rápida, equilibrada e orientada ao desenvolvimento para a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. Convieram, também, em que uma boa conclusão desta Rodada de Negociações reforçará a credibilidade e a legitimidade do sistema comercial multilateral face às pressões protecionistas.

7. Após reafirmarem a solidariedade Sul-Sul como via para alcançar os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento, fixados pelas Nações Unidas, os dois Ministros

manifestaram a sua convergência de opinião sobre as questões de mudança do clima e de desenvolvimento de fontes de energia renováveis. Além disso, reafirmaram sua adesão comum ao processo de reforço da parceria estratégica e da cooperação interregional do continente africano e da América do Sul, por meio das Conferências do Mecanismo América do Sul-África (ASA), cuja terceira reunião de Cúpula está prevista para fevereiro de 2011 na Líbia, após ter sido a segunda reunião realizada na Venezuela, em setembro de 2009.

8. Satisfeitos com seu encontro bastante frutífero, o Ministro congolês dos Negócios Estrangeiros e seu homólogo brasileiro felicitaram-se do clima sincero que marcou seu reencontro. Eles, dessa maneira, consideraram que os resultados positivos da reunião, não deixarão de elevar a um novo nível a cooperação entre os dois países.

9. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil agradeceu seu homólogo congolês pela acolhida calorosa dedicada a ele e a sua delegação durante sua estadia na República Democrática do Congo.

Feito em Kinshasa, em 11/11/2010.

Pelo Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil
Celso AMORIM

Pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Democrática do Congo
Alexis THAMBWE-MWAMBA

ELEIÇÃO PARA A JUNTA EXECUTIVA DA ONU-MULHERES

11/11/2010

O Brasil foi eleito para integrar a primeira composição da Junta Executiva da ONU-Mulheres (UN-Women) nas eleições realizadas em 10 de novembro, durante Sessão

do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). O Brasil obteve 48 votos, o maior número entre os países da América Latina e Caribe.

Criada em julho, a ONU-Mulheres resultou da consolidação dos órgãos das Nações Unidas dedicados à promoção da igualdade de gênero e ao fortalecimento da condição da mulher. A Junta Executiva da ONU-Mulheres terá à sua frente a ex-Presidente do Chile, Michelle Bachelet.

RESULTADO DO PROCESSO DE CONSULTAS PARA ESCOLHA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DE BRASILEIROS NO EXTERIOR

12/11/2010

A Comissão do Regimento do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE) homologou, em 11/11, o resultado do processo de consultas para escolha de seus membros, realizado entre 1 e 9 de novembro, por meio de votação pela internet.

Como informado pela Nota à Imprensa 637, de 29 de outubro, a criação do CRBE amplia o conjunto de ações que o Ministério das Relações Exteriores desenvolve com o objetivo de aprimorar a assistência consular e o apoio aos cerca de três milhões de compatriotas que vivem fora do Brasil.

A composição do CRBE, a ser formalizada por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, será a seguinte:

MEMBROS TITULARES

I - Região Américas do Sul e Central:

1. Marilene Sguarizi (“Advogada Sguarizi”, Paraguai);
2. Romildo Antônio de Souza (“Romildo Maia”, Paraguai);
3. José Paulo Ribeiro (Suriname);
4. Ari Sordi (“Padre Ari”, Paraguai).

II - Região América do Norte e Caribe:

1. Fausto Mendes da Rocha (EUA);
2. Silair Coleta de Almeida (EUA);
3. Ester Sanchez-Naek (EUA);
4. Ronney Roger Molinari Oliveira (EUA).

III - Região Europa:

1. Laércio Ribeiro da Silva (“Laércio da ABRAS”, Reino Unido);
2. Mônica da Cunha Cruz Pereira (Bélgica);
3. Carlos Mellinger (Reino Unido);
4. Flávio José Carvalho da Silva (Flavio Carvalho”, Espanha).

IV - Região Ásia, África, Oriente Médio e Oceania:

1. Siham Hussein Harati (Líbano);
2. Ângelo Akimitsu Ishi (Japão);
3. Carlos Sussumo Shinoda (Japão);
4. Newton Takahiro Sonoki (“Sonoki”, Japão).

MEMBROS SUPLENTES

I - Região Américas do Sul e Central:

1. Severino Cunha Farias (“Professor Severino”, Uruguai);
2. Carla Maria Bahia Brito (“Carla Bahia”, Argentina);
3. Maria Helena Repoles Passos (Equador);
4. Gedeão Marques Reis (“Pastor Gedeão”, Guiana Francesa).

II - Região América do Norte e Caribe:

1. Adriana Riquet Sabino (EUA);
2. Gimiano Jorge Costa (“Jorge Costa”, EUA);
3. Sérgio Vianna Melo (EUA);
4. Walter Mourisso (EUA).

III - Região Europa:

1. Rui Pereira Martins (Suíça);
2. Else Ribeiro Pires Vieira (Reino Unido);
3. Ticiana César de Noronha (“Dra Ticiana”, Bélgica);
4. Hilton Boechat Júnior (Espanha).

IV - Região Ásia, África, Oriente Médio e Oceania:

1. Khaled Hamad Haymour (Líbano);
2. Roberto Khatlab (Líbano);
3. Sandra Mieko Kudeken Borges (“Professora Sandra”, Japão);
4. Wilson Keiiti Hayashida (Japão).

SEMINÁRIO “CRIANÇAS E INTERNET:
DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO” -
BRASÍLIA, 16 DE NOVEMBRO DE 2010
12/11/2010

Será realizado, em 16 de novembro de 2010, no Palácio do Itamaraty, o Seminário “Crianças e Internet: desafios e oportunidades na sociedade da informação”. O evento é promovido pelo Ministério das Relações Exteriores (Divisão da Sociedade da Informação), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO – Escritório de Representação no Brasil) e pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com apoio da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) e do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

O seminário tem por objetivo promover o debate sobre as oportunidades e riscos associados ao uso da Internet por crianças e adolescentes, bem como sobre as ações que podem ser adotadas para formulação da política externa brasileira sobre o tema e para as políticas públicas nacionais correspondentes.

O evento é aberto ao público e contará com a participação de autoridades e renomados especialistas das áreas de desenvolvimento infantil, mídia e educação, tais como a Coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, Leila Paiva; o representante do programa “EU Kids Online” da União Europeia, Brian O’Neill; e a psicóloga e colunista do jornal Folha de S. Paulo, Rosely Sayão.

O Seminário, cuja programação está disponível na página <http://culturadigital.br/gisi/criancas>, será transmitido pela internet.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DO ZIMBÁBUE, SIMBARASHE
MUMBENGEGWI
12/11/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Zimbábue, Simbarashe Mumbengegwi, realizará visita oficial a Brasília em 16 de novembro 2010.

O Ministro Mumbengegwi e delegação manterão encontro com o Ministro Celso Amorim, que lhes oferecerá almoço de trabalho. Serão discutidos aspectos das relações bilaterais e a situação política do Zimbábue, à luz da implementação do Acordo Político Global.

Durante a visita, serão assinados o Memorando para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas e o Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

Em 2008, o comércio bilateral chegou a US\$ 14,5 milhões. Com a crise financeira mundial, o intercâmbio caiu para US\$ 5,9 milhões no ano passado. Em 2010, a corrente de comércio dá sinais de recuperação. O acumulado de janeiro a setembro já supera o intercâmbio de todo o ano de 2009, atingindo US\$ 6 milhões, com superávit brasileiro de US\$ 4 milhões.

SEMINÁRIO “COMO FAZER NEGÓCIOS
COM A ONU” - RIO DE JANEIRO,
7 DE DEZEMBRO DE 2010
12/11/2010

O Ministério das Relações Exteriores e a Organização das Nações Unidas, com

o apoio da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), realizarão, no próximo dia 7 de dezembro, na sede da FIRJAN, o seminário “Como fazer negócios com a ONU”. O evento destina-se a produtores de bens e prestadores de serviços brasileiros interessados em participar do mercado constituído pelas agências da ONU, que alcançou, no ano de 2009, o montante de US\$ 14 bilhões.

O seminário insere-se no âmbito de Programa de Promoção das Exportações para o Sistema das Nações Unidas (PPE-ONU), conduzido pelo Itamaraty. Análise realizada com base nos dados dos últimos anos demonstrou que a soma das compras de apenas 4 das 37 agências da ONU representou cerca de 80% das aquisições das Nações Unidas. São elas: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); a Divisão de Licitações das Nações Unidas - United Nations Procurement Division (UNPD); o Programa Mundial de Alimentos (PMA); e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Assim, as novas diretrizes do PPE-ONU estão focadas na ampliação do cadastro de fornecedores brasileiros para o Sistema das Nações Unidas com ênfase nas quatro agências citadas.

O evento destina-se a empresários dos seguintes segmentos: alimentos, fármacos, produtos médicos, produtos químicos, serviços de transporte aéreo, telecomunicações, geradores de energia, construção civil, produtos de limpeza e de segurança e veículos automotores.

As inscrições, limitadas a 150 participantes, poderão ser feitas até o dia 17 de novembro, gratuitamente, no site BrazilTradeNet (www.btn.gov.br). No mesmo endereço estão disponíveis informações adicionais sobre o

seminário e sobre o sistema de licitações das Nações Unidas.

LIBERTAÇÃO DA SENHORA AUNG SAN SUU KYI, EM MYANMAR

13/11/2010

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da libertação, em Myanmar, hoje, 13 de novembro, da Senhora Aung San Suu Kyi.

O Governo brasileiro reitera a expectativa de que esse gesto e as recentes eleições realizadas em Myanmar venham a impulsionar as reformas com vistas ao estabelecimento de instituições democráticas no país.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO ZIMBÁBUE, SIMBARASHE MUMBENGEGWI

16/11/2010

I) ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

II) MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE SOBRE ESTABELECIMENTO DE UM MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS

COOPERAÇÃO DO BRASIL
PARA AUXÍLIO A VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA SEXUAL NA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)

17/11/2010

O Brasil efetivou a doação de US\$ 1 milhão ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (EACDH) para a expansão do programa de proteção a vítimas de violência sexual na República Democrática do Congo - RDC.

Por ocasião da visita a Kinshasa, em 11 de novembro (Nota à Imprensa nº 654), o Ministro Celso Amorim tratou do fortalecimento das ações da ONU com os representantes da Organização na RDC - o Representante Especial do SGNU, Roger Meece; a Vice-Represente Especial do SGNU, Leila Zerrouguio; o Diretor do Escritório Conjunto das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Jean-Luc Marx; e a Representante Adjunta do ACNUR, Ndeye Ndour. As autoridades das Nações Unidas destacaram a gravidade do problema da violência sexual, principalmente no leste do país, e ressaltaram que a cooperação sul-sul financiada pelo Brasil permitirá ampliar a área de atuação dos programas da ONU, ao facilitar às vítimas a busca de reparação pelos abusos sofridos e assegurar acesso à justiça, o que contribui para combater a impunidade nas áreas de conflito.

A doação foi anunciada durante encontro, em Genebra, do Ministro Celso Amorim com a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navanathem Pillay, em setembro passado, quando o Ministro reafirmou a intenção do Governo brasileiro de promover melhorias efetivas a vítimas de violações de direitos humanos no terreno, sobretudo no

marco do Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Sul-Sul em Matéria de Direitos Humanos. O MOI, assinado em novembro de 2009, durante a visita da Alta Comissária ao Brasil, visa a facilitar ações de cooperação voltadas à implementação de recomendações dirigidas a países pelos mecanismos do sistema de direitos humanos da ONU, em particular o Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU).

O fortalecimento da assistência técnica e da criação de capacidades são essenciais para implementar recomendações emanadas do sistema de direitos humanos da ONU e para trazer benefícios diretos às vítimas de violações de direitos humanos.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DA ZÂMBIA, RUPIAH
BWEZANI BANDA – SÃO PAULO E
BRASÍLIA, 15 A 18 DE NOVEMBRO DE 2010
17/11/2010

O Presidente da República da Zâmbia, Rupiah Bwezani Banda, fará visita de Estado ao Brasil entre 15 e 18 de novembro, em seguimento à visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho último àquele país. Será a primeira visita de um Chefe de Estado zambiano ao Brasil desde 1979.

A visita do Presidente da Zâmbia dá continuidade ao processo de intensificação dos laços entre os dois países. O fortalecimento das relações bilaterais se manifestou na abertura da Embaixada da Zâmbia no Brasil, em 2006, na reabertura da Embaixada do Brasil na Zâmbia, em 2007, e na visita do Ministro Celso Amorim a Lusaca, em 2008.

No dia 17, em São Paulo, a agenda do Presidente Banda prevê encontros de natureza

empresarial no âmbito da FIESP, bem como visitas a empresas de biocombustíveis.

No dia 18, em Brasília, os Presidentes Lula e Banda manterão reunião de trabalho, em cujo contexto deverão ser tratados temas da agenda bilateral, tais como comércio, investimentos, cooperação nas áreas de desenvolvimento social e combate à fome, saúde, biocombustíveis e educação. Ademais, a implementação dos acordos assinados em julho, por ocasião da visita do Presidente Lula a Lusaca, será passada em revista.

Ainda em Brasília, o Presidente zambiano será recebido pelos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

O comércio bilateral tem evoluído de forma consistente. Passou de US\$ 1,4 milhões em 2002 para US\$ 7,3 milhões em 2009, marca já superada em 2010. De janeiro a setembro deste ano, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Zâmbia atingiu cerca de US\$ 8,5 milhões. As exportações brasileiras somaram US\$ 6,9 milhões, ao passo que as importações provenientes da Zâmbia alcançaram US\$ 1,6 milhão.

CURSO INTERNACIONAL PARA TREINADORES DE FUTEBOL – SÃO PAULO, 22 A 26 DE NOVEMBRO DE 2010 17/11/2010

O Ministério das Relações Exteriores, em parceria com o Sindicato de Treinadores Profissionais do Estado de São Paulo, realizará mais uma edição do Curso Internacional para Treinadores de Futebol, no âmbito de sua política de cooperação esportiva com os países em desenvolvimento. Em maio de 2010, cerca de 20 treinadores africanos foram convidados para o curso, que teve o técnico Zico na conferência de abertura.

A edição de novembro de 2010, a ser realizada nas dependências do Sport Club Corinthians Paulista, entre os dias 22 e 26, contará com 21 treinadores profissionais de seis países: Benin, Burkina Faso, Cameroun, Burundi, Guiné-Bissau e Haiti. O técnico campeão do mundo Carlos Alberto Parreira proferirá a conferência de abertura.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E O HOSPITAL SÍRIO- LIBANÊS 17/11/2010

O Ministro Celso Amorim assinou, em 16 de novembro, Protocolo de Intenções entre o Ministério das Relações Exteriores e o Hospital Sírio-Libanês, representado por seu Diretor Clínico, Dr. Riad Naim Younes, e pelo Superintendente de Estratégia Corporativa, Dr. Paulo Chapchap. O Protocolo facilitará a cooperação técnica na área médica entre a instituição hospitalar paulista e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), visando beneficiar, sobretudo, países em desenvolvimento.

O Hospital Sírio-Libanês desenvolve o primeiro programa de transplantes de fígado da Síria no Al-Assad University Hospital de Damasco. O programa inclui a transferência de tecnologia brasileira por meio do treinamento de médicos e enfermeiras sírios. Os treinamentos ocorrerão no Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa em São Paulo e também em Damasco.

O Ministério das Relações Exteriores e o Hospital Sírio Libanês estão desenvolvendo, na Palestina, projeto que visa a suprir parte da deficiência de atendimento especializado em áreas como urologia pediátrica, cirurgia plástica reparadora (incluindo o tratamento de

queimados), oncologia clínica e radioterapia. Em outubro, uma missão preliminar da Agência Brasileira de Cooperação e do Hospital Sírio-Libanês esteve em Ramalá.

Os hospitais Sírio-Libanês e Albert Einstein, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, estão enviando médicos e enfermeiros ao Haiti para auxiliar no combate ao surto de cólera que atingiu o país caribenho.

COMUNICADO CONJUNTO ENTRE
A REPÚBLICA DA ZÂMBIA E A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
18/11/2010

Em atenção a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República da Zâmbia, Rupiah Bwezani Banda realizou uma visita de Estado ao Brasil, entre os dias 15 e 18 de novembro de 2010, acompanhado dos ministros dos Negócios Estrangeiros, Senhor Kabinga Pande, da Pecuária e Pesca, Senhor Bradford Machila, da Educação, Senhora Dora Siliya, e de Minas e Desenvolvimento Mineral, Senhor Maxwell Mwale, bem como do Vice-ministro do Comércio e Indústria, Senhor Lwipa Puma e de altos funcionários do Governo da Zâmbia.

2. O encontro entre os Presidentes Rupiah Banda e Lula da Silva em Brasília foi marcado pelo espírito de cooperação, havendo os dois Chefes de Estado expressado intenção de conjugar esforços para o aprofundamento das relações entre a República da Zâmbia e a República Federativa do Brasil, tanto no plano bilateral quanto no multilateral.

3. Da reunião também resultou uma análise das ações de cooperação técnica entre os dois países, no quadro do Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em 14 de março de 2006. Os dois Presidentes felicitaram-se pelo fortalecimento das relações bilaterais, salientado com a assinatura de oito novos Acordos e dois novos Memorandos de Entendimento durante visita

do Presidente Lula à Zâmbia, nos dias 7 e 8 de julho de 2010. Os dois Chefes de Estado destacaram, especialmente, o Memorando de Entendimento no Campo da Segurança Alimentar e Nutricional e Assistência Humanitária, que criou o programa “Fome Zero Zâmbia”; e o Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto “Produção em Biocombustíveis”, ambos já em vigor.

4. Foram avaliadas pelos Presidentes Banda e Lula da Silva as áreas nas quais os dois países apresentam interesses comuns e já desenvolvem projetos de cooperação, a saber: Agricultura, Educação e Ensino Profissionalizante, Energia, Esporte, Cultura e Saúde. Foram também sugeridas pelo Presidente da Zâmbia novas áreas nas quais a cooperação poderá vir a ser desenvolvida em futuro próximo, como Defesa e Segurança, Indústria, Pecuária, Desenvolvimento Urbano, Ciência e Tecnologia, Transporte e Serviços Aéreos.

5. Os dois Presidentes saudaram os investimentos da companhia brasileira Vale na produção mineral na Zâmbia, uma iniciativa de relevo que dá contornos concretos ao maior envolvimento do setor privado no processo de incremento das relações econômicas entre os dois países. Nesse sentido, saudaram também a realização do Fórum Empresarial Zâmbia-Brasil, realizado em São Paulo, no dia 17 de novembro de 2010, que contou com a participação do Presidente Banda. O Fórum Empresarial foi organizado pela iniciativa privada para promover as atividades comerciais entre o Brasil e a Zâmbia e contou com a participação de representantes de vários setores empresariais de ambos os países.

6. Após o encontro, os dois presidentes presenciaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre a criação do Mecanismo de Consultas Políticas, cujo objetivo é possibilitar um canal permanente de diálogo bilateral. Nesse sentido, ambos os Chefes de Estado indicaram o desejo de que seja realizada ainda no primeiro semestre de 2011 a

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Zâmbia.

7. Nos planos internacional e multilateral, os Presidentes abordaram questões relacionadas à Cooperação Sul-Sul e à governança global.

8. Em relação à Cooperação Sul-Sul, o Presidente Lula reafirmou a importância da parceria entre a Zâmbia e o Brasil, especialmente no contexto de cooperação entre a África Austral e a América do Sul, e manifestou a disposição de o Brasil seguir cooperando para o desenvolvimento econômico do parceiro africano, buscando o aumento do intercâmbio comercial e técnico.

9. Os dois Presidentes reafirmaram a solidariedade Sul-Sul como instrumento que pode favorecer a consecução dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento, fixados pelas Nações Unidas, e manifestaram a sua convergência de opinião sobre as questões de mudança do clima e de desenvolvimento de fontes de energia renováveis. Além disso, confirmaram sua adesão comum ao processo de reforço da parceria estratégica e da cooperação inter-regional dos continentes africano e sul-americano, por meio das Conferências do Mecanismo América do Sul-África (ASA), cuja terceira Reunião de Cúpula está prevista para setembro de 2011 na Líbia.

10. A respeito da governança global, os dois mandatários salientaram a importância de reforçar a participação de países emergentes e em desenvolvimento nas instâncias decisórias mundiais, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Enfatizaram também a necessidade da reforma dos organismos financeiros internacionais e reafirmaram seu comprometimento com uma conclusão rápida, equilibrada e orientada ao desenvolvimento para a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. Convieram, também, em que uma conclusão satisfatória dessa Rodada de Negociações reforçará a credibilidade e a legitimidade do sistema comercial multilateral face às pressões protecionistas.

11. Satisfeitos com o frutífero evento, os Presidentes Rupiah Banda e Lula da Silva felicitaram-se pelo clima produtivo que marcou seu reencontro, o qual, segundo sua percepção, contribui para aprofundar os laços de amizade e cooperação entre os dois países.

12. O Presidente da Zâmbia agradeceu ainda pela acolhida calorosa e pela hospitalidade dedicada a ele e a sua delegação pelo povo e pelo governo da República Federativa do Brasil durante sua estada no país.

Brasília, 18/11/2010

ATO ASSINADO POR OCASIÃO
DA VISITA DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DE ZÂMBIA, RUPIAH
BWEZANI BANDA -
18 DE NOVEMBRO DE 2010
18/11/2010

Memorando de Entendimento entre o
Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo da República da Zâmbia sobre
Estabelecimento de um Mecanismo de
Consultas Políticas

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
EM CÔTE D'IVOIRE
18/11/2010

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da realização, em 31 de outubro, do primeiro turno das eleições presidenciais na República de Côte d'Ivoire, cujos resultados oficiais, certificados em 12 de novembro pelo Representante da ONU no país, Young Jin Choi, indicam a necessidade de realização de segundo turno.

O Governo brasileiro cumprimenta o Governo e o Povo marfinenses pela maneira pacífica e ordeira como o pleito foi realizado.

Com as eleições, o Brasil confia em que a normalidade democrática e constitucional será retomada no mais breve prazo.

VISITA DO MINISTRO
CELSO AMORIM A GENEVRA
20/11/2010

O Ministro Celso Amorim realizará viagem oficial a Genebra, em 22 de novembro, quando participará da “*Global South-South Development Expo 2010*” e do Seminário “*The Path Ahead for Trade: FTAs and the Multilateral Trading System in 2020*”.

Pela manhã, o Ministro Celso Amorim fará pronunciamento na abertura da terceira “*Global South-South Development Expo*”, sediada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e organizada pela Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul do PNUD. O evento propiciará a apresentação e o intercâmbio de experiências e soluções para desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) apresentará o Programa Brasil-OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul, iniciativa que ampara vários projetos de cooperação técnica internacional em temas como combate ao trabalho infantil e eliminação do trabalho forçado, seguridade social e saúde e segurança do trabalho.

O Ministro Celso Amorim e o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavía, assinarão, no dia 22, Declaração de Intenções entre o Brasil e a OIT para a prestação de assistência humanitária a populações em situações de risco e para a promoção do trabalho decente.

No período da tarde, o Ministro participará, a convite da Presidente da Confederação Suíça, Doris Leuthard, de painel de alto nível em Seminário de Comemoração dos 50 anos da Associação Europeia de Livre Comércio

(EFTA), que terá como tema o futuro das Associações de Livre Comércio e do Sistema Multilateral de Comércio.

TENSÃO NA PENÍNSULA COREANA
23/11/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com preocupação, dos incidentes ocorridos na ilha de Yeonpyeong, entre a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia, dos quais resultaram vítimas fatais sul-coreanas.

Ao solidarizar-se com as famílias das vítimas, o Governo brasileiro conclama ambas as Partes a absterem-se de medidas que possam agravar ainda mais a tensão na Península Coreana e a buscarem uma solução negociada, com participação das Nações Unidas.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DO SUDÃO, ALI KARTI -
23 A 26 NOVEMBRO DE 2010
23/11/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti, estará no Brasil de 23 a 26 de novembro de 2010. O Ministro visitará Brasília, Belo Horizonte e São Paulo.

No dia 24, em Brasília, o Ministro Karti será recebido pelo Ministro Celso Amorim para almoço de trabalho, ocasião em que serão tratados temas bilaterais e trocadas percepções sobre o processo político em curso no Sudão. Os dois Ministros deverão assinar acordo para o estabelecimento de Comissão Mista e acordo de isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço. O Ministro Karti também será recebido pelo Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior e pelo Secretário-Executivo

do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Em Belo Horizonte, a programação do Ministro sudanês inclui audiência com o Governador do Estado e encontro na FIEMG. Em São Paulo, deverá manter encontros na FIESP e na Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB).

O comércio bilateral entre o Brasil e o Sudão aumentou mais de seis vezes entre 2002 e 2009, passando de US\$ 14,93 milhões para US\$ 97,29 milhões. Até outubro de 2010, o comércio entre os dois países atingiu o volume de US\$ 90,8 milhões.

INAUGURAÇÃO DE OBRA DO ARTISTA ALEX FLEMMING NO ITAMARATY

24/11/2010

O Ministro Celso Amorim inaugura hoje, 24 de novembro, às 18 h, no Palácio Itamaraty, a instalação “Sistema Uniplanetário in Memoriam Galileo Galilei”, do artista plástico brasileiro Alex Flemming.

Considerado um dos principais artistas brasileiros contemporâneos, Alex Flemming vem desenvolvendo relevante carreira no exterior, com diversas exposições individuais, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa.

O artista já expôs nas Bienais de São Paulo e do Mercosul, e suas obras figuram nas principais coleções públicas brasileiras, bem como em acervos de instituições nos EUA, Portugal, Alemanha, Reino Unido, Chile e Cuba.

A instalação a ser inaugurada no Palácio Itamaraty inspira-se nos processos de globalização, já tendo sido exposta em instituições importantes no mundo das artes,

como a Pinacoteca de São Paulo e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. A obra foi também exibida no hall da Organização Mundial do Comércio, em Genebra, a pedido do seu Diretor-Geral, Pascal Lamy.

Video da cerimônia de inauguração está disponível no canal MRE Brasil no YouTube: www.youtube.com/mrebrasil

IV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL - GEORGETOWN, 25 E 26 DE NOVEMBRO DE 2010 24/11/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, em 26 de novembro, da IV Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em Georgetown, capital da Guiana. O evento marcará a transferência da presidência de turno do Equador para a Guiana.

A Cúpula de Georgetown discutirá, entre outros assuntos, a adoção de um Protocolo Adicional sobre Compromisso Democrático, conforme decisão tomada na Cúpula Extraordinária de Buenos Aires.

Os Chefes de Estado sul-americanos deverão examinar, ainda, o tema da sucessão do ex-Presidente argentino Néstor Kirchner na Secretaria-Geral da UNASUL.

Na véspera da Cúpula, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva será condecorado pelo Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, com a Ordem de Excelência, a mais alta distinção honorífica daquele país.

MENSAGEM DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DO
MINISTRO CELSO AMORIM AO
GOVERNO DO SURINAME, EM RAZÃO
DO FALECIMENTO DE MINEIROS NO
DEPARTAMENTO DE SIPALIWINI
24/11/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim enviaram hoje as seguintes mensagens ao Governo do Suriname, em razão do falecimento de sete mineiros surinameses no Departamento de Sipaliwini:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a seguinte mensagem ao Presidente do Suriname, Desiré Delano Bouterse:

“Senhor Presidente,

Tomei conhecimento, com grande pesar, do acidente ocorrido no último dia 20, que levou ao falecimento de sete mineiros surinameses no Departamento de Sipaliwini.

O Governo brasileiro coloca-se à disposição para colaborar com os esforços de busca que ainda estão sendo levados a cabo no local do acidente.

Em meu nome e em nome do povo brasileiro, quero transmitir a Vossa Excelência, ao povo surinamês e, em especial, às famílias das vítimas, votos de consternação e solidariedade.

Cordiais saudações,

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”

O Ministro Celso Amorim também enviou mensagem ao Ministro das Relações Exteriores do Suriname, Winston Lackin:

“Senhor Ministro,

Foi com grande pesar que recebi a

notícia do falecimento de sete mineiros em acidente ocorrido no dia 20 de novembro, no Departamento de Sipaliwini.

Neste momento de luto nacional, envio minha solidariedade e condolências a Vossa Excelência, aos cidadãos surinameses e, em especial, aos familiares das vítimas.

Cordiais saudações,

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores”

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DO SUDÃO, ALI KARTI

24/11/2010

I) ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SUDÃO
SOBRE O ESTABELECIMENTO DE UMA
COMISSÃO MISTA PERMANENTE PARA
COOPERAÇÃO

II) ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO
SUDÃO SOBRE ISENÇÃO DE VISTO
PARA PORTADORES DE PASSAPORTES
DIPLOMÁTICOS, OFICIAIS OU DE SERVIÇO
(ESPECIAIS)

MORTE DE MINERADORES
NA NOVA ZELÂNDIA

24/11/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, da morte dos 29 mineradores que estavam presos desde sexta-feira passada na mina de carvão de Pike River, na Nova Zelândia.

O Governo brasileiro estende suas condolências às famílias das vítimas e expressa sua solidariedade ao governo e ao povo neozelandês.

MORTES NO FESTIVAL DA ÁGUA NO CAMBOJA 24/11/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do incidente ocorrido em Phnom Penh, durante as celebrações do Festival da Água, em 22 de novembro, que resultou na morte de pelo menos 400 pessoas e em centenas de feridos.

O Governo brasileiro solidariza-se com o Governo e o povo do Camboja pelas irreparáveis perdas humanas sofridas.

ASSISTÊNCIA DO GOVERNO BRASILEIRO AO HAITI 25/11/2010

O Governo brasileiro continua a acompanhar com preocupação o avanço do surto de cólera no Haiti. De acordo com dados do Governo haitiano, até o momento já teriam sido hospitalizados, em decorrência da enfermidade, mais de 20 mil pacientes, com o registro de aproximadamente 1.250 vítimas fatais.

Os US\$ 2 milhões destinados pela Agência Brasileira de Cooperação para assistência adicional ao Haiti serão utilizados na aquisição de itens de uso emergencial, como pastilhas de purificação de água, sais de reidratação oral, equipamento para administração intravenosa de fluidos e luvas para procedimentos ambulatoriais.

Por meio do Ministério da Saúde, os Governos do Brasil e de Cuba estão concluindo

acordo para criação de Centro de Tratamento de Cólera na cidade de Carrefour, no Haiti. Duas enfermeiras brasileiras encontram-se no país para identificação de local de instalações e para estimar custos de insumos e equipamentos necessários para o funcionamento do Centro, pelo período de dois anos.

O Ministério da Saúde também iniciou processo de licitação para a aquisição de 300 mil frascos da solução de Ringer + Lactato, utilizados na reidratação venosa de pacientes em estado grave.

No ano de 2010, o Governo brasileiro já doou ao Haiti aproximadamente 404 toneladas de medicamentos e materiais cirúrgicos, e mais de 100 mil doses de vacinas contra hepatite B e sais de reidratação. Também enviou ao Haiti 40 kits de medicamentos do programa de atendimento a municípios atingidos por desastres, cada um com capacidade de atender até 500 pessoas.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA IV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNASUL - GEORGETOWN, 26/11/2010

I) DECLARACIÓN DEL CONSEJO DE JEFAS Y JEFES DE ESTADO Y DE GOBIERNO DE LA UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS (UNASUR)

II) PROYECTO DE PROTOCOLO ADICIONAL AL TRATADO CONSTITUTIVO DE UNASUR SOBRE COMPROMISO CON LA DEMOCRACIA

III) APOYO A LA CANDIDATURA DEL DR. JOSE GRAZIANO PARA EL CARGO DE DIRECTOR GENERAL DE LA FAO

DECLARACIÓN DEL CONSEJO DE JEFAS Y JEFES DE ESTADO Y DE GOBIERNO DE LA UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS (UNASUR)

IV REUNIÓN ORDINARIA DEL
CONSEJO DE JEFAS Y JEFES DE
ESTADO Y DE GOBIERNO DE LA UNIÓN
DE NACIONES SURAMERICANAS
(UNASUR)

GEORGETOWN, REPÚBLICA
COOPERATIVA DE GUYANA
VIERNES, 26 DE NOVIEMBRE DE 2010

Las Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de los países miembros de la Unión de Naciones Suramericanas –UNASUR–, reunidos en Georgetown, República Cooperativa de Guyana, el 26 de noviembre de 2010:

1. Manifiestan su profundo pesar por el reciente fallecimiento del Dr. Néstor Kirchner, ex Presidente de la Nación Argentina y primer Secretario General de UNASUR y comparten el dolor de la señora Presidenta de la Nación Argentina, Cristina Fernández de Kirchner y del pueblo argentino en su conjunto.

2. Brindan expreso testimonio de su reconocimiento a la intensa gestión del ex Presidente argentino como Secretario General de la UNASUR. Néstor Kirchner lideró, en instancias políticas decisivas para la región, el acercamiento entre las hermanas Repúblicas de Colombia y de Venezuela. Su infatigable defensa de la democracia en ocasión del intento de golpe de Estado en Ecuador y su prédica a favor de la inclusión del compromiso democrático para la preservación del Estado de Derecho en los textos constitutivos de la Unión, constituyen el legado de este Hombre de Estado Latinoamericano a la región.

3. Reconocen el fuerte compromiso demostrado por el señor Presidente Constitucional del Ecuador, Economista Rafael Correa Delgado, en el ejercicio de la Presidencia Pro Tempore de UNASUR, cuyo liderazgo permitió un significativo impulso al proceso de integración suramericano, reafirmando sus valores constitutivos. Gracias a este compromiso político y la

capacidad y eficiencia desplegada por su equipo de colaboradores, en pos de la región, contribuyeron de manera determinante a lograr los éxitos alcanzados.

4. Expresan su satisfacción por la asunción del Presidente de la República Cooperativa de Guyana, Bharrat Jagdeo, como Presidente Pro Tempore de UNASUR y le auguran el mayor de los éxitos en su gestión, ofreciéndole toda su disposición y compromiso para colaborar en la consecución de los objetivos de la región para el año entrante.

5. Declaran su voluntad de continuar en la consolidación de un espacio común de integración política, económica, social, cultural, energética, ambiental y de infraestructura de la Región para alcanzar el desarrollo sostenible.

6. Destacan su firme compromiso de actuar conjuntamente en la promoción del desarrollo social y humano con equidad e inclusión, y en armonía con la naturaleza para erradicar la pobreza, reducir las asimetrías y superar las desigualdades, en un marco de unidad, democracia, respeto irrestricto de los derechos humanos y cooperación, tanto en la región como en el ámbito internacional, en el contexto del fortalecimiento de la soberanía e independencia de los Estados.

7. Se congratulan por la aprobación del “Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de UNASUR sobre Compromiso con la Democracia” como garantía fundamental al orden democrático y constitucional y condición esencial del proceso de integración de los Estados Miembros de UNASUR. Este Protocolo Adicional surge del mandato establecido en la Declaración Buenos Aires de 1 de octubre de 2010, donde se afirma que los Estados Miembros no tolerarán desafío alguno a la autoridad institucional ni intento de golpe al poder civil legítimamente constituido y que adoptarán medidas concretas

e inmediatas en caso de quebrantamientos al orden constitucional.

8. Ratifican lo expresado en la “Declaración de Buenos Aires” sobre la situación en Ecuador” de 1º de octubre, 2010, que “afirman que sus respectivos Gobiernos rechazan enérgicamente y no tolerarán, bajo ningún concepto, cualquier nuevo desafío a la autoridad institucional ni intento de golpe al poder civil legítimamente elegido y advierten que en caso de nuevos quiebres del orden constitucional, adoptarán medidas concretas e inmediatas tales como cierres de fronteras, suspensión del comercio, del tráfico aéreo y de la provisión de energía, servicios y otros suministros.”

9. Expresan su satisfacción por las Ratificaciones efectuadas hasta el momento al Tratado Constitutivo por la mayoría de los Estados miembros y alientan a aquellos que aún no lo han hecho, a acelerar sus procesos internos a efectos de lograr su plena vigencia.

10. Destacan la aprobación del Estatuto del Consejo de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología e Innovación (COSECCTI), así como del Plan de Acción en el área de Educación y las Hojas de Ruta en los ámbitos de educación, cultura y ciencia y tecnología.

11. Reconocen el trabajo desempeñado por el Consejo Suramericano de Salud, en particular por la adopción de su Plan Quinquenal y el éxito alcanzado en la Mesa de Donantes, que se llevó a cabo durante la III Reunión Ordinaria del Consejo. Instan a los Estados Miembros a finalizar la negociación de los aspectos jurídicos y presupuestarios del Acuerdo Básico del ISAGS, así como la Programación 2011-2012 del Instituto, de manera a fortalecer la gobernanza de los sistemas de salud de los países de Suramérica. Destacan la importancia de la implementación del Programa de Becas UNASUR Salud en 2011 y enfatizan la necesidad de

seguir ampliando el acceso de candidatos suramericanos a vacancias en reconocidos centros de enseñanza regional. Instan a los Ministros de Salud suramericanos a estudiar las posibilidades de convergencia entre los diversos organismos de salud regionales.

12. Destacan la aprobación del Plan de Acción Bienal 2009-2011 por parte del Consejo Suramericano de Desarrollo Social y le solicitan continuar con la labor de promover la ratificación del Convenio Iberoamericano de Seguridad Social, en los países miembros de UNASUR.

13. Reconocen los avances realizados por el Consejo Suramericano sobre el Problema Mundial de las Drogas, mediante la aprobación de sus Estatutos y su Plan de Acción. Destacan la importancia de avanzar en la cooperación efectiva regional en el marco de la responsabilidad común y compartida, en la lucha contra el problema mundial de las drogas y sus delitos conexos. Instan a que el Consejo establezca en el 2011 un mecanismo de consultas regulares de autoridades judiciales, policiales, financieras, aduaneras y de órganos de combate a las drogas de los países suramericanos.

14. Expresan su satisfacción por la aprobación de los Estatutos y Reglamentos del Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN) y auguran la pronta puesta en marcha de su Plan de Acción, de especial importancia para el futuro de la integración regional. Enfatizan la importancia de seleccionar un conjunto de obras de fuerte impacto para la integración y el desarrollo socio-económico regional.

15. Se congratulan por los avances alcanzados por el Consejo Energético Suramericano en la aprobación de los Lineamientos de la Estrategia Energética Suramericana y el Plan de Acción, así como de la Estructura del Tratado Energético para

la Integración Energética Regional. Exhortan a dar cumplimiento al mandato establecido en la Declaración de los Cardales de 4 de mayo de 2010, de avanzar en las negociaciones para la elaboración del Tratado Energético Suramericano.

16. Expresan su satisfacción por la labor desempeñada por el Consejo de Defensa Suramericano en la aprobación de los “Procedimientos de aplicación de las Medidas de Fomento de Confianza y Seguridad.”

17. Saludan la aprobación del Estatuto del Centro de Estudios Estratégicos de la Defensa del Consejo de Defensa Suramericano (CEED-CDS), mediante la Declaración de Guayaquil del 7 de mayo de 2010 y reconocen, además, el cumplimiento y los progresos realizados en los cuatro Ejes contenidos en los Planes de Acción del CDS.

18. Reiteran su compromiso expresado en la “Declaración de Bariloche” de 28 de agosto de 2009, de fortalecer a Suramérica como zona de paz, sosteniendo la decisión de abstenerse a recurrir a la amenaza o al uso de la fuerza contra la integridad territorial de otro Estado de UNASUR.

19. Reconocen los avances registrados por el Grupo de Trabajo del Consejo de Defensa Suramericano, encargado de elaborar un “Protocolo de Paz, Seguridad y Cooperación en la UNASUR”, reiterando su apoyo a dichos trabajos y alentando a continuarlos en sus próximas reuniones. En el mismo sentido, apreciaron la creación y los progresos realizados por el Grupo de Trabajo sobre Medición de Gastos de Defensa.

20. Saludan la creación del Consejo de Economía y Finanzas y alientan la pronta adopción de su estatuto.

21. Instan a los Estados Miembros a cumplir con los mandatos estipulados en las reuniones del Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno, de 10 de agosto de

2009 y 4 de mayo de 2010, concerniente a la creación de un mecanismo de solución de controversias en materia de inversiones. En tal sentido solicitan a la Presidencia Pro Tempore convocar, dentro de los 30 días subsiguientes, al Grupo de Trabajo sobre solución de controversias al que se integrarán expertos de alto nivel designados por las Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno, para que consideren la propuesta presentada por la República del Ecuador relativa a los siguientes temas: Centro de Solución de Controversias; Centro de Asesoría Legal en materia de Inversiones y; Código de Conducta para los miembros de los Tribunales Arbitrales. El Grupo presentará sus recomendaciones al Consejo de Delegadas y Delegados que se convocará para este efecto, a los 90 días de haberse constituido.

22. Se congratulan por el establecimiento de la Secretaría Técnica UNASUR- Haití en Puerto Príncipe y la exhortan a llevar a cabo el Plan de Acción para la reconstrucción de Haití. Asimismo respaldan y felicitan al Secretario Técnico por el Informe presentado, que da cuenta de la positiva gestión realizada por UNASUR en la hermana República de Haití.

23. Invitan a los Estados miembros, que todavía no lo han hecho, a realizar los desembolsos comprometidos de conformidad con la Decisión de Solidaridad UNASUR-Haití, de 9 de febrero de 2010, que creó el “Fondo de UNASUR para la Reconstrucción de Haití” por 100 millones de dólares. En ese sentido, exhortan a los Estados miembros a encontrar los mecanismos que viabilicen la concreción de una línea de crédito por 200 millones de dólares, que complementaría el aporte de UNASUR.

24. Los Estados miembros exhortan a la comunidad internacional a concretar la ayuda ofrecida a Haití, a la brevedad posible, debido a la grave situación que vive el pueblo de ese

país.

25. Se comprometen a participar activamente en los foros multilaterales internacionales y regionales, para fortalecer la presencia de UNASUR buscando soluciones a problemas globales de interés común.

26. Reconocen los avances realizados por el Foro Unificado CALC- Grupo de Rio creado por los Ministros de Relaciones Exteriores de la CALC en Caracas el 3 de julio de 2010, encargado de llevar adelante la redacción del documento de procedimientos de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños CELAC en aras de su consolidación y puesta en funcionamiento en la Cumbre de Caracas, a realizarse el 5 de julio de 2011 en Venezuela.

27. Conscientes de la importancia de los nuevos retos que el cambio climático plantea para América del Sur y la responsabilidad que deben asumir los Estados Miembros de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre Cambio Climático, conforme sus responsabilidades comunes pero diferenciadas y sus respectivas capacidades. Instan a la comunidad internacional, especialmente a los países desarrollados, que se reunirán en la Décima Sexta Conferencia de los Estados Parte –COP-16- y la Sexta Conferencia de las Partes en calidad de la reunión de las Partes del Protocolo de Kioto -CMP6-, que tendrán lugar en Cancún, México, del 29 de noviembre al 10 de diciembre de 2010, a lograr reducciones efectivas de gases efecto invernadero para el segundo periodo de compromisos bajo el Protocolo de Kioto, que permitan compromisos políticos firmes, acciones y propuestas.

28. Tomaron nota con interés de la iniciativa ecuatoriana relacionada con el concepto de emisiones netas evitadas como mecanismo no mercantil y se comprometen a continuar estudiando mecanismos voluntarios de

mitigación y financiamiento en el marco de la Convención de Naciones Unidas sobre Cambio Climático. El concepto de emisiones netas evitadas consiste en evitar las emisiones de CO2 provocadas por actividades económicas productivas que, pudiendo ser realizadas, no se llevan a cabo por una decisión consciente y voluntaria de los países en desarrollo y que están sujetas a mecanismos de compensación en base a criterios de corresponsabilidad.

29. Declaran su compromiso de promover el desarrollo sostenible de sus recursos naturales, inclusive los bosques, a través de iniciativas nacionales y regionales. Instruyen al Consejo de Delegados, bajo la Presidencia de Guyana, invitar a un representante de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica para examinar posibles áreas de cooperación entre ambas organizaciones.

30. Reconocen y respaldan las iniciativas de mitigación del cambio climático que de manera voluntaria se desarrollan en la región. Saludan la Iniciativa Yasuní- ITT de la República del Ecuador que persigue evitar la emisión de CO2 a través de la no explotación de petróleo en el Parque Nacional Yasuní para proteger la biodiversidad, a los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y promover un modelo de desarrollo sustentable.

31. Saludan y felicitan a los Presidentes y Representantes de los Poderes Legislativos y de los Poderes Judiciales, por los importantes avances registrados en sus reuniones celebradas en Quito el 14 de junio de 2010 y en Cuenca los días 23, 24 y 25 de junio, 2010, respectivamente. Exhortan a los Poderes Legislativos a consensuar el proyecto definitivo de Protocolo Adicional que establecerá el Parlamento Suramericano, con miras a avanzar hacia la convergencia en esta materia. De igual manera, acogen con beneplácito la recomendación formulada en la Declaración de la V Cumbre de Poderes

Judiciales, de estudiar la creación del Consejo Consultivo de Justicia.

32. Teniendo en cuenta la reivindicación de los valores de los pueblos, reconocieron que el masticado de la hoja de coca es una manifestación cultural ancestral del pueblo de Bolivia que debe ser respetada por la comunidad internacional.

33. Apoyan la iniciativa del Estado Plurinacional de Bolivia para que la Asamblea General de Naciones Unidas declare el año 2013 el “Año Internacional de la Quinoa”, reconociendo el alto contenido de nutrientes y la contribución sustancial que tendrá en la alimentación de la población mundial como el grano del futuro.

Proyecto de Protocolo Adicional al Tratado Constitutivo de Unasur sobre Compromiso con la Democracia

La República de Argentina, el Estado Plurinacional de Bolivia, la República Federativa del Brasil, la República de Chile, la República de Colombia, la República del Ecuador, la República Cooperativa de Guyana, la República del Paraguay, la República del Perú, República de Suriname, la República Oriental del Uruguay y la República Bolivariana de Venezuela.

Considerando que el Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas establece que la plena vigencia de las instituciones democráticas y el respeto irrestricto de los derechos humanos son condiciones esenciales para la construcción de un futuro común de paz y prosperidad económica y social y para el desarrollo de los procesos de integración entre los Estados Miembros.

Subrayando la importancia de la Declaración de Buenos Aires de 1 de octubre de 2010 y de los instrumentos regionales que afirman el compromiso democrático.

REITERANDO nuestro compromiso con la promoción, defensa y protección del

orden democrático, del Estado de Derecho y sus instituciones, de los Derechos Humanos y las libertades fundamentales, incluyendo la libertad de opinión y de expresión, como condiciones esenciales e indispensables para el desarrollo de su proceso de integración, y requisito esencial para su participación en la UNASUR.

Acuerdan:

Artículo 1

El presente Protocolo se aplicará en caso de ruptura o amenaza de ruptura del orden democrático, de una violación del orden constitucional o de cualquier situación que ponga en riesgo el legítimo ejercicio del poder y la vigencia de los valores y principios democráticos.

Artículo 2

Cuando se produzca una de las situaciones contempladas en el artículo anterior el Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno o, en su defecto, el Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores se reunirá –en sesión extraordinaria- convocado por la Presidencia Pro Tempore: de oficio, a solicitud del Estado afectado o a petición de otro Estado miembro de UNASUR.

Artículo 3

El Consejo de Jefas y Jefes de Estado o en su defecto el Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores, reunido en sesión extraordinaria considerará, de forma consensuada, la naturaleza y el alcance de las medidas a ser aplicadas, tomando en consideración las informaciones pertinentes recabadas sobre la base de lo establecido en el artículo 4° del presente Protocolo y respetando la soberanía e integridad territorial del Estado afectado.

Artículo 4

El Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno o, en su defecto, el Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones

Exteriores podrá establecer, en caso de ruptura o amenaza de ruptura del orden democrático, entre otras, las medidas que se detallan más adelante, destinadas a restablecer el proceso político institucional democrático. Dichas medidas, entrarán en vigencia en la fecha en que se adopte la respectiva decisión.

a.- Suspensión del derecho a participar en los distintos órganos, e instancias de la UNASUR, así como del goce de los derechos y beneficios conforme al Tratado Constitutivo de UNASUR. b.- Cierre parcial o total de las fronteras terrestres, incluyendo la suspensión y/o limitación del comercio, tráfico aéreo y marítimo, comunicaciones, provisión de energía, servicios y suministros. c.- Promover la suspensión del Estado afectado en el ámbito de otras organizaciones regionales e internacionales. d.- Promover, ante terceros países y/o bloques regionales, la suspensión de los derechos y/o beneficios del Estado afectado, derivados de los acuerdos de cooperación de los que fuera parte. e. Adopción de sanciones políticas y diplomáticas adicionales.

Artículo 5

Conjuntamente con la adopción de las medidas señaladas en el artículo 4º el Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno, o en su defecto, el Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores interpondrán sus buenos oficios y realizarán gestiones diplomáticas para promover el restablecimiento de la democracia en el país afectado. Dichas acciones se llevarán a cabo en coordinación con las que se realicen en aplicación de otros instrumentos internacionales, sobre la defensa de la democracia.

Artículo 6

Cuando el gobierno constitucional de un Estado miembro considere que exista una amenaza de ruptura o alteración del orden democrático que lo afecte gravemente, podrá recurrir al Consejo de Jefas y Jefes de Estado

y de Gobierno o al Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores, a través de la Presidencia Pro Tempore y/o de la Secretaría General, a fin de dar a conocer la situación y requerir acciones concretas concertadas de cooperación y el pronunciamiento de UNASUR para la defensa y preservación de su institucionalidad democrática.

Artículo 7

Las medidas a que se refiere el artículo 4º aplicadas al Estado Miembro afectado, cesarán a partir de la fecha de comunicación a tal Estado del acuerdo de los Estados que adoptaron tales medidas, una vez verificado el pleno restablecimiento del orden democrático constitucional.

Artículo 8

El presente Protocolo forma parte integrante del Tratado Constitutivo de UNASUR.

El presente Protocolo entrará en vigor treinta días después de la fecha de recepción del noveno instrumento de su ratificación.

Los instrumentos de ratificación serán depositados ante el Gobierno de la República del Ecuador, que comunicará la fecha de depósito a los demás Estados Miembros, así como la fecha de entrada en vigor del presente Protocolo.

Para el Estado Miembro que ratifique el presente Protocolo luego de haber sido depositado el noveno instrumento de ratificación, el mismo entrará en vigencia treinta días después de la fecha en que tal Estado Miembro haya depositado su instrumento de ratificación.

Artículo 9

El presente Protocolo será registrado ante la Secretaría de la Organización de las Naciones Unidas.

Suscrito en la ciudad de Georgetown, República Cooperativa de Guyana, a los veintiséis días del mes de noviembre del año dos mil diez, en originales en los idiomas

español, inglés, neerlandés y portugués, siendo los cuatro igualmente auténticos.

Apoyo a la Candidatura del Dr. Jose Graziano para el cargo de Director General de la FAO

Los Jefes de Estado y de Gobierno de UNASUR reciben con aprobación y manifiestan su apoyo a la candidatura, presentada por el gobierno brasileño, del nombre del Dr. José Graziano da Silva para el cargo de Director General de la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, en las elecciones que se celebrarán con motivo de las 37ª Conferencia de la FAO (Roma, 25 a julio 2011).

CANDIDATURA BRASILEIRA À DIREÇÃO-GERAL DA FAO

26/11/2010

O Brasil lançou a candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A eleição ocorrerá durante a 37ª Sessão da Conferência da FAO, a realizar-se na sede da organização, em Roma, de 25 de junho a 2 de julho de 2011.

O candidato brasileiro possui destacada trajetória profissional vinculada às áreas de segurança alimentar e nutricional, agricultura e desenvolvimento rural. Foi Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Desde 2006, ocupa o cargo de Subdiretor-Geral da FAO e Representante Regional para América Latina e Caribe, com sede em Santiago.

O Dr. José Graziano tem 61 anos de idade e é licenciado em Agronomia, Mestre em Economia e Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Concluiu

pós-doutorados pela University College de Londres (Estudos Latino-americanos) e pela Universidade da Califórnia em Santa Cruz (Estudos Ambientais).

Desde 1977, José Graziano dedica-se a temas relacionados ao desenvolvimento rural e à luta contra a fome nos âmbitos acadêmico, político e sindical. Em 2001, coordenou a elaboração do Programa Fome Zero, parte do programa da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2002. Em 2003, foi nomeado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar o cargo de Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, assumindo a tarefa de implementar o Programa em sua fase inicial.

O Programa Fome Zero foi uma das prioridades do governo do Presidente Lula e significou importante inovação em matéria de políticas públicas direcionadas ao combate à pobreza. Entre suas principais características, vale ressaltar o enfoque integral e sistêmico do Programa; a abertura à participação da sociedade civil na formulação de políticas, alocação e controle de recursos; e sua atenção à questão de gênero, ao privilegiar a entrega de recursos às mulheres, assim assegurando melhor utilização da renda doméstica. O Fome Zero contribuiu, em apenas cinco anos, para retirar 24 milhões de pessoas da pobreza e para a redução em 25% da subnutrição no Brasil.

Em 2006, José Graziano da Silva assumiu o cargo de Representante Regional da FAO para América Latina e Caribe. No Escritório Regional, promoveu o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, considerados meios fundamentais para fortalecer a segurança alimentar. Tem sido destacado seu papel na promoção da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome, que levou os países da Região a se tornarem os primeiros a assumir o compromisso de erradicar a fome antes de 2025. Adicionalmente,

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou a candidatura do Dr. Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO durante a IV Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que se realizou hoje, 26 de novembro, em Georgetown, na Guiana. Os Chefes de Estado e de Governo da UNASUL manifestaram seu apoio à candidatura, que já conta também com o apoio declarado dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura centraliza as atividades internacionais destinadas à erradicação da fome. A FAO é também fonte de informação e conhecimento para apoiar o desenvolvimento e a modernização das atividades agrícolas, florestais e pesqueiras, a fim de assegurar a todos uma alimentação adequada. Desde sua fundação, em 1945, a FAO dedica

Informações sobre a candidatura do Dr. José Graziano à Direção-Geral da FAO podem ser encontradas no endereço www.grazianodasilva.org.

27/11/2010

A Esquadilha da Fumaça da Força Aérea Brasileira encerrou o desfile militar alusivo à independência, apresentando-se, com grande êxito, pela primeira vez no Suriname.

O Embaixador Antonio Patriota e o Ministro Lackin assinaram documento que

cria o Grupo de Trabalho sobre Assuntos Migratórios e Consulares, que tem o objetivo de proporcionar canal institucional direto, fluido e ágil para o tratamento de assuntos de interesse da comunidade brasileira no Suriname. A primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Temas Migratórios e Consulares deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2011.

COOPERAÇÃO COM A COLÔMBIA
NO ATENDIMENTO A POPULAÇÕES
FLAGELADAS PELAS RECENTES
CHUVAS E ALAGAMENTOS

27/11/2010

Em atenção a solicitação do Governo colombiano, o Governo brasileiro prestará apoio à Colômbia para atendimento às necessidades das populações flageladas pelas chuvas e alagamentos que se abateram sobre o país.

A cooperação humanitária será realizada por intermédio do Programa Mundial de Alimentos, ao qual serão aportados recursos da ordem de quinhentos mil dólares para a provisão de alimentos aos atingidos pela calamidade.

PREMIAÇÃO DO MINISTRO CELSO
AMORIM PELA REVISTA FOREIGN
POLICY – WASHINGTON, 30 DE
NOVEMBRO DE 2010

29/11/2010

Nesta terça-feira, 30 de novembro, o Ministro Celso Amorim estará em Washington, nos Estados Unidos, onde participará de cerimônia de premiação dos “100 pensadores globais” (*global thinkers*) de 2010, escolhidos pela revista *Foreign Policy*. Segundo a publicação, o Ministro Amorim foi incluído como sexto nome na lista por “transformar o Brasil em um ator global”.

A cerimônia acontecerá às 18h00 na Corcoran Gallery of Art. Em seguida, o Ministro Amorim, o Chanceler turco Ahmet Davutoglu, o Senador norte-americano John Kerry e outros agraciados debaterão temas ligados ao papel dos países emergentes em questões de energia.

Às 15h00 do mesmo dia, na sede da organização Carnegie Endowment for International Peace, o Ministro Amorim participará, ao lado do colunista Thomas Friedman, do *The New York Times*, de debate intitulado “The New Geopolitics: Emerging Powers and the Challenges of a Multipolar World” (“A Nova Geopolítica: Potências Emergentes e os Desafios de um Mundo Multipolar”).

II REUNIÃO DA COMISSÃO VICE-
MINISTERIAL DE INTEGRAÇÃO
FRONTEIRIÇA BRASIL-PERU - LIMA,
29 DE NOVEMBRO DE 2010

01/12/2010

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, chefiou a delegação brasileira à II Reunião da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (CVIF), realizada em Lima, em 29 de novembro.

Estabelecida em junho de 2010, a CVIF tem como objetivo definir, coordenar e avaliar iniciativas e projetos voltados para o desenvolvimento e a integração da região de fronteira entre os dois países.

A CVIF aprovou programa de trabalho para 2011, em que se destacam a elaboração, com apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF), de Plano Operativo para o setor sul da região fronteiriça, além da definição de datas para o início de operações de controle integrado na fronteira. Na ocasião, foi igualmente assinado projeto de cooperação entre a Caixa Econômica Federal e o *Banco de La Nación* do Peru em matéria de micro-crédito e programas sociais na fronteira.

X REUNIÃO DE MINISTROS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA
ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE
COOPERAÇÃO AMAZÔNICA - LIMA,
30 DE NOVEMBRO DE 2010
01/12/2010

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, chefiou a delegação do Brasil à X Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), realizada em Lima, em 30 de novembro.

Na ocasião, foi aprovada a Declaração de Lima (cuja íntegra segue abaixo), que reitera o interesse dos países-membros em fortalecer e relançar a OTCA. Também foram aprovados a nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (2011-2020), que prevê ações de curto, médio e longo prazo em oito eixos temáticos - entre os quais mudança do clima, desenvolvimento regional e energia -, novo organograma e novo orçamento para a Secretaria Permanente da Organização.

A OTCA foi fundada em 1998 por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Trata-se da única organização internacional com sede em Brasília.

O território da Amazônia, da ordem de 6,5 milhões de km², é habitado por cerca de 38 milhões de pessoas. A Bacia Amazônica, a maior do mundo, contém cerca de 20% da água doce da superfície do planeta.

DECLARAÇÃO DE LIMA DA X REUNIÃO DE MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DA OTCA

Os Ministros das Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Equador, da República Cooperativa da Guiana, da República do Peru,

da República do Suriname e da República Bolivariana da Venezuela, reunidos na cidade de Lima em 30 de novembro de dois mil e dez, por ocasião de sua X Reunião e da comemoração do trigésimo aniversário da entrada em vigor do Tratado de Cooperação Amazônica:

CONVENCIDOS de que, transcorridos trinta anos da entrada em vigor do Tratado de Cooperação Amazônica, os Países Membros realizaram avanços significativos no contexto de um processo de cooperação inédito, que requer ser impulsionado e relançado com determinação para aprofundar, fortalecer e ampliar a integração dos países da região amazônica;

DECIDIDOS a adotar medidas que impulsionem e reafirmem o papel renovado da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como fórum de cooperação, intercâmbio, conhecimento e projeção conjunta para fazer frente aos novos desafios internacionais;

CONVENCIDOS da urgente necessidade de adotar medidas financeiras que permitam dotar a estrutura institucional da OTCA dos meios apropriados para cumprir os mandatos e solicitações dos Países Membros;

DECIDIDOS a fortalecer, aprofundar e ampliar o diálogo para continuar conservando e protegendo integralmente seus territórios amazônicos, facilitar a aproximação entre seus povos e promover seu desenvolvimento harmônico, participativo e sustentável;

CONSCIENTES de que a Amazônia contém um valioso potencial para o desenvolvimento integral sustentável dos países e fortalece as capacidades das respectivas economias nacionais;

PERSUADIDOS da importância da riqueza histórica e sociocultural herdada e viva nos povos que tradicionalmente habitam a região amazônica;

CONVENCIDOS de que o desenvolvimento dos respectivos territórios amazônicos deve

caracterizar-se por critérios de sustentabilidade e conservação do meio ambiente, levando em consideração a todo instante os valores culturais e sociais e os conhecimentos e saberes ancestrais dos povos indígenas e outras comunidades assentados na região.

Levando em consideração os mandatos da Declaração dos Chefes de Estado sobre a OTCA, adotada na cidade de Manaus, aos vinte e seis dias de novembro de dois mil e nove;

DECLARAM E RATIFICAM:

1. A urgência e importância do relançamento da OTCA;

2. A vontade política de seus respectivos governos quanto aos princípios, propósitos, objetivos e disposições do Tratado firmado a três de julho de mil novecentos e setenta e oito e de seu Protocolo de Emenda, de quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e oito;

3. A importância do novo papel e da missão da Organização e de sua Secretaria Permanente, promovendo o pleno cumprimento dos objetivos do Tratado e dos mandatos das instâncias pertinentes;

4. Seu interesse em contar com uma Organização moderna e dinâmica, reconhecida nos Países Membros e posicionada internacionalmente, que gere resultados efetivos e que atenda às expectativas regionais;

5. A relevância e importância da aprovação da nova Agenda Estratégia de Cooperação Amazônica, que em suas oito áreas temáticas, fortalece a ação conjunta dos Países-Membros.

6. Sua decisão de assegurar o fortalecimento da Secretaria Permanente para realizar todos os mandatos conferidos pelos Países Membros;

7. O direito soberano de cada país sobre seus recursos naturais, levando em consideração que a promoção do desenvolvimento econômico e social dos respectivos povos assentados na Amazônia deve inserir-se nos planos nacionais de desenvolvimento pertinentes, segundo critérios de equilíbrio entre o crescimento

econômico e a conservação do ambiente;

8. A importância de fortalecer as diversas vertentes de cooperação entre as instâncias nacionais responsáveis pelo desenvolvimento de seus respectivos territórios amazônicos, por meio do aprofundamento e da ampliação de seus mecanismos de intercâmbio de experiências, informação e novas tecnologias através das Comissões Nacionais Permanentes e das reuniões das autoridades setoriais do mais alto nível;

9. O propósito de prosseguir com o processo de reativação e fortalecimento das CNP de cada um dos Países Membros, no seu papel de instâncias encarregadas da implantação do Tratado nos seus respectivos territórios nacionais;

10. O objetivo de fortalecer a identidade amazônica dos países membros da OTCA, que se caracterizam por possuir ecossistemas megadiversos que constituem um excepcional patrimônio natural;

11. A necessidade de proteger e promover – no marco das respectivas legislações nacionais e do direito internacional – os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e de outras comunidades tribais da Amazônia, assegurando seu direito à consulta prévia e informada e à repartição justa e equitativa dos benefícios gerados por tais conhecimentos, que constituem uma riqueza imaterial que deve ser reconhecida;

12. Que a luta contra a fome e a pobreza são temas transversais que fazem parte dos desafios que afetam o desenvolvimento sustentável dos Países Membros da Organização;

13. A inter-relação essencial e dinâmica entre as regiões andina e amazônica, levando em consideração seu desenvolvimento integral e a complementaridade das respectivas economias nacionais. Por conseguinte, acordam reforçar as ações de cooperação no âmbito das agendas temáticas setoriais acordadas regionalmente;

14. A necessidade de aprofundar a cooperação e o intercâmbio de experiências e boas práticas entre os Países Membros, com a criação de redes institucionais e acadêmicas regionais, de mecanismos de comunicação e informação, no que se refere ao melhoramento da qualidade e à ampliação da cobertura dos serviços básicos de saúde, educação, água potável e saneamento para os povos indígenas e outras comunidades tribais;

15. A prioridade que atribuem às negociações em curso para dar às partes um Regulamento relativo à Navegação Comercial, em conformidade com os princípios consagrados no Tratado, que deverá levar em consideração a conservação do meio ambiente - que está destinado a se tornar num instrumento prático e efetivo de comércio e de conexão entre os diversos territórios nacionais da Amazônia;

16. A importância atribuída ao processo de consultas políticas sobre os convênios, processos e negociações internacionais em curso, principalmente nos temas floresta, biodiversidade, proteção de espécies ameaçadas de extinção e mudanças climáticas, questões nas quais a OTCA – por meio de sua Secretária Permanente – tem um papel de articulação e de apoio a exercer, conforme o interesse e os mandatos dos Países Membros.

17. O agradecimento aos governos e organismos internacionais que prestam assistência técnica e financeira não reembolsável à OTCA;

18. A necessidade de que a Secretaria Permanente amplie a identificação de fontes de cooperação para a execução de programas, projetos, e atividades estratégicas, no plano das prioridades aprovadas pelos Países Membros, sem prejuízo das fontes de financiamento

provenientes dos próprios países, segundo as provisões da Declaração dos Chefes de Estado de Manaus do ano 2009.

Feita em Lima, em 30 de novembro de 2010, em quatro vias, nos idiomas espanhol, holandês, inglês e português.

CHUVAS NA VENEZUELA

01/12/2010

O Governo brasileiro expressa sua consternação com os graves danos causados pelas chuvas que atingiram a Venezuela nas últimas semanas e que, segundo dados do Ministério do Interior e Justiça venezuelano, já vitimaram treze pessoas e deixaram milhares de outras desabrigadas.

Ao lamentar as tragédias ocorridas, o Governo brasileiro estende ao Governo e ao Povo venezuelanos sua solidariedade pelas perdas humanas e materiais sofridas.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
II REUNIÃO DA COMISSÃO VICE-
MINISTERIAL DE INTEGRAÇÃO
FRONTEIRIÇA BRASIL-PERU - LIMA, 29
DE NOVEMBRO DE 2010

02/12/2010

AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO PERU PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“FORTELECIMENTO DE CAPACIDADES
EM MICROFINANÇAS, DE GESTÃO
OPERATIVA DE PROGRAMAS SOCIAIS
E O APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO

REGIONAL E FRONTEIRIÇO DO BRASIL-PERU”

“III CONFERÊNCIA BRASILEIROS NO MUNDO” – ABERTURA SOLENE PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E POSSE DO CRBE 02/12/2010

Está sendo realizada, em 2 e 3 de dezembro, no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, a “III Conferência Brasileiros no Mundo”. A Conferência tem como objetivo debater as políticas governamentais para as comunidades brasileiras no exterior.

A abertura solene ocorrerá às 10h do dia 3, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim. Na ocasião, tomarão posse os 16 membros titulares do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE), escolhidos pela comunidade brasileira no exterior em processo de votação organizado pelo Itamaraty.

Os trabalhos da “III Conferência Brasileiros no Mundo” foram abertos hoje pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, com uma apresentação sobre as ações do Governo brasileiro nos últimos 8 anos em matéria de assistência à diáspora brasileira.

Informações adicionais estão disponíveis na página eletrônica www.brasileirosnomundo.mre.gov.br. O evento será transmitido em tempo real pela internet.

XX CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO 02/12/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, nos dias 3 e 4 de dezembro, da XX

Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Mar Del Plata.

Sob a presidência “pro-tempore” da Argentina, a Cúpula deverá reunir 22 Chefes de Estado e de Governo e terá como tema central “Educação para Inclusão Social”. Durante o evento, deverá ser lançado o documento “Metas Educativas 2021: a Educação que Queremos para a Geração dos Bicentenários”, orientado para a realização de onze objetivos específicos para o aprimoramento da educação em toda a comunidade ibero-americana.

Os Chefes de Estado e de Governo ibero-americanos deverão aprovar, ainda, a Declaração de Mar del Plata e o Programa de Ação de Mar del Plata, com recomendações de ações concretas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos na área de educação.

A Conferência Ibero-Americana tem sido um dos fóruns multilaterais da região com foco em projetos de cooperação para o desenvolvimento. O Brasil tem buscado desenvolver projetos nas áreas da saúde, educação, turismo, moradia e infraestrutura.

VISITA AO BRASIL DO DIRETOR-EXECUTIVO DA NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA (NEPAD), IBRAHIM MAYAKI – 2 A 6 DE DEZEMBRO DE 2010 02/12/2010

O Diretor-Executivo da NEPAD, Ibrahim Mayaki, realiza visita oficial ao Brasil, de 2 a 6 de dezembro de 2010.

É a primeira visita ao Brasil de um dirigente da NEPAD, braço da União Africana para o desenvolvimento. O Senhor Mayaki terá encontro, no dia 6, com o Ministro Celso Amorim, para tratar da atuação da NEPAD no continente africano, bem como de possíveis

áreas e modalidades para parcerias entre o Brasil e a NEPAD.

Ibrahim Mayki também manterá, em Brasília, encontros com os Ministros do Desenvolvimento Agrário, de Minas e Energia, da Pesca e Aquicultura, bem como com o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com a Diretora-Executiva da Embrapa. Em São Paulo, o Diretor-Executivo da NEPAD reúne-se com representantes da FIESP e da UNICA. No Rio de Janeiro, visita o BNDES, o SEBRAE e a FIRJAN.

Adotada formalmente em 2002, na Cúpula da União Africana (UA) em Durban, África do Sul, como marco estratégico oficial de desenvolvimento econômico para o continente africano, a NEPAD constitui instrumento de coordenação e planejamento para a implementação de programas e políticas de desenvolvimento na África, em conformidade com os objetivos e princípios gerais da UA.

RECONHECIMENTO DO ESTADO PALESTINO NAS FRONTEIRAS DE 1967 03/12/2010

Por meio de carta enviada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, em 1º de dezembro, o Governo brasileiro reconheceu o Estado palestino nas fronteiras existentes em 1967.

O reconhecimento ocorre em resposta a gestões palestinas e a carta enviada pelo Presidente Abbas ao Presidente Lula, no último dia 24 de novembro, com solicitação nesse sentido.

A iniciativa é coerente com a disposição histórica do Brasil de contribuir para o processo de paz entre Israel e Palestina, cujas

negociações diretas estão neste momento interrompidas, e está em consonância com as resoluções da ONU, que exigem o fim da ocupação dos territórios palestinos e a construção de um Estado independente dentro das fronteiras de 4 de junho de 1967.

A decisão não implica abandonar a convicção de que são imprescindíveis negociações entre Israel e Palestina, a fim de que se alcancem concessões mútuas sobre as questões centrais do conflito.

O Brasil reafirma sua tradicional posição de favorecer um Estado palestino democrático, geograficamente coeso e economicamente viável, que viva em paz com o Estado de Israel. Apenas uma Palestina democrática, livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios israelenses por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.

O Governo brasileiro considera que o apoio de países extrarregionais à solução de dois Estados é fundamental para legitimar a via negociadora como único meio para se chegar ao fim da ocupação. Tal apoio ocorre tanto por meio de respaldo político a uma solução pacífica e justa, que resulte numa paz duradoura, quanto por meio de iniciativas conducentes à construção e ao fortalecimento de instituições estatais palestinas.

Mais de cem países reconhecem o Estado palestino. Entre esses, todos os árabes, a grande maioria dos africanos, asiáticos e leste-europeus. Países que mantêm relações fluidas com Israel – como Rússia, China, África do Sul e Índia, entre outros – reconhecem o Estado palestino. Todos os parceiros do Brasil no IBAS e no BRICS já reconheceram a Palestina.

A maior parte dos reconhecimentos se seguiu à Declaração de Independência adotada pelo Conselho Nacional Palestino em novembro de 1988, em Argel.

Em seguida à Declaração de Argel, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou Resolução, com o voto favorável do Brasil, por meio da qual tomou conhecimento da proclamação do Estado palestino.

O Brasil reconhece, desde 1975, a OLP como legítima representante do povo palestino, dotada de personalidade de direito internacional público. Em 1993, o Brasil autorizou a abertura de Delegação Especial Palestina, com “status” diplomático semelhante às representações das Organizações Internacionais. Em 1998, o tratamento concedido à Delegação foi equiparado ao de uma Embaixada, para todos os efeitos.

Nos últimos anos, o Brasil vem intensificando seu relacionamento com a Palestina. Em 2004, foi aberto Escritório de Representação em Ramalá. O Presidente Mahmoud Abbas veio ao Brasil em duas ocasiões (maio de 2005, para participar da I Cúpula ASPA, e novembro de 2009). O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve nos Territórios Palestinos Ocupados em março de 2010, acompanhado de expressiva delegação empresarial.

O Brasil tem também prestado apoio material à edificação do Estado palestino. Desde 2006, tem participado de Conferências internacionais em prol da resolução do conflito no Oriente Médio, como os encontros em Annapolis (novembro de 2007), Paris (dezembro de 2007) e Sharm El-Sheikh (março de 2009). Nas duas últimas, o Brasil fez doações de cerca de US\$ 20 milhões à Autoridade Nacional Palestina, aplicados em projetos em segurança alimentar, saúde, educação e desenvolvimento rural.

O Brasil tem contribuído, ainda, para projetos em benefício do povo palestino coordenados por fundos e agências

internacionais como o PNUD, o Banco Mundial e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA). Juntas, essas contribuições se aproximam de US\$ 2 milhões.

Por meio do Fundo IBAS, mantido com Índia e África do Sul, o Brasil realizou doação de US\$ 3 milhões, que estão sendo investidos na construção de um centro poliesportivo em Ramalá e na recuperação de um hospital em Gaza.

O Brasil tem-se engajado também na diversificação e aprofundamento dos projetos de cooperação técnica com a Autoridade Nacional Palestina. Há iniciativas nas áreas de saúde, infraestrutura urbana, agricultura, educação, esportes e eleições.

Paralelamente, nunca foram tão robustas as relações bilaterais com Israel. Os laços entre os dois países têm-se fortalecido ao longo dos anos, em paralelo e sem prejuízo das iniciativas de aproximação com o mundo árabe e muçulmano.

A corrente de comércio e o fluxo de investimentos bilaterais com Israel vêm atingindo recordes históricos. O Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e Israel, em vigor desde abril, foi o primeiro do bloco regional com um país de fora da região.

O Presidente Lula realizou, em março, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Estado de Israel, retribuindo a visita do Presidente israelense Shimon Peres ao Brasil, em novembro de 2009, a primeira de um Chefe de Estado desse país em mais de quarenta anos.

Também têm-se intensificado os esforços de cooperação na área de ciência e tecnologia, defesa, segurança pública e cooperação técnica, de que é exemplo o acordo para cooperação conjunta em terceiros países, o que possibilita a atuação em casos de catástrofe humanitária, como no Haiti.

CARTAS DOS PRESIDENTES
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E
MAHMOUD ABBAS A RESPEITO DO
RECONHECIMENTO PELO GOVERNO
BRASILEIRO DO ESTADO PALESTINO
NAS FRONTEIRAS DE 1967
03/12/2010

Carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

“À Sua Excelência Mahmoud Abbas
Presidente da Autoridade Nacional Palestina
Senhor Presidente,

Li com atenção a carta de 24 de novembro, por meio da qual Vossa Excelência solicita que o Brasil reconheça o Estado palestino nas fronteiras de 1967.

Como sabe Vossa Excelência, o Brasil tem defendido historicamente, e em particular durante meu Governo, a concretização da legítima aspiração do povo palestino a um Estado coeso, seguro, democrático e economicamente viável, coexistindo em paz com Israel.

Temos nos empenhado em favorecer as negociações de paz, buscar a estabilidade na região e aliviar a crise humanitária por que passa boa parte do povo palestino. Condenamos quaisquer atos terroristas, praticados sob qualquer pretexto.

Nos últimos anos, o Brasil intensificou suas relações diplomáticas com todos os países da região, seja pela abertura de novos postos, inclusive um Escritório de Representação em Ramalá; por uma maior frequência de visitas de alto nível, de que é exemplo minha visita a Israel, Palestina e Jordânia em março último; ou pelo aprofundamento das relações

comerciais, como mostra a série de acordos de livre comércio assinados ou em negociação.

Nos contatos bilaterais, o Governo brasileiro notou os esforços bem sucedidos da Autoridade Nacional Palestina para dinamizar a economia da Cisjordânia, prestar serviços à sua população e melhorar as condições de segurança nos Territórios Ocupados.

Por considerar que a solicitação apresentada por Vossa Excelência é justa e coerente com os princípios defendidos pelo Brasil para a Questão Palestina, o Brasil, por meio desta carta, reconhece o Estado palestino nas fronteiras de 1967.

Ao fazê-lo, quero reiterar o entendimento do Governo brasileiro de que somente o diálogo e a convivência pacífica com os vizinhos farão avançar verdadeiramente a causa palestina. Estou seguro de que este é também o pensamento de Vossa Excelência

O reconhecimento do Estado palestino é parte da convicção brasileira de que um processo negociador que resulte em dois Estados convivendo pacificamente e em segurança é o melhor caminho para a paz no Oriente Médio, objetivo que interessa a toda a humanidade. O Brasil estará sempre pronto a ajudar no que for necessário.

Desejo a Vossa Excelência e à Autoridade Nacional Palestina êxito na condução de um processo que leve à construção do Estado palestino democrático, próspero e pacífico a que todos aspiramos.

Aproveito a ocasião para reiterar a Vossa Excelência a minha mais alta estima e consideração.”

Carta do Presidente Mahmoud Abbas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

(Tradução não-oficial)

“Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil
Brasília

Saudações,

Inicialmente, gostaríamos de estender a Vossa Excelência nossas felicitações pelo sucesso das eleições gerais no Brasil, louváveis por sua elevada transparência e pelo alto nível do processo democrático, que levaram à vitória a candidata de seu partido como nova Presidente da República Federativa do Brasil. É com satisfação que também saudamos entusiasticamente o seu Governo, testemunha de um período de prosperidade econômica e mudança política qualitativa, que inscreve Vossa Excelência na história política moderna do Brasil.

Senhor Presidente,

A atual situação nos territórios palestinos evidencia uma grande escalada das ações israelenses. O Governo de Israel recusa-se a interromper suas atividades em assentamentos. Isso paralisou o lançamento de negociações diretas, apesar das posições e dos pedidos de países de todo o mundo para que Israel ponha fim aos assentamentos, e, dessa forma, não apenas torne possíveis as negociações, como também dê uma chance à paz. No entanto, Israel ainda desafia o mundo inteiro e insiste em suas atividades colonizadoras. Tal posição dificulta qualquer possibilidade de se alcançar um acordo por meio de negociações e cria também uma nova realidade no terreno, que inviabiliza a solução de dois Estados.

Enquanto expressamos a Vossa Excelência o nosso orgulho das valorosas e históricas relações brasileiro-palestinas, que refletem suas posições firmes em relação ao nosso povo ao longo dos anos e em nossos recentes

encontros, esperamos, nosso caro amigo, que Vossa Excelência decida tomar a iniciativa de reconhecer o Estado da Palestina nas fronteiras de 1967. Essa será uma decisão importante e histórica, porque encorajará outros países em seu continente e em outras regiões do mundo a seguir a sua posição de reconhecer o Estado palestino. Essa decisão levará também ao avanço do processo de paz e à promoção da posição palestina, que busca o reconhecimento internacional do Estado da Palestina. Esperamos que o nosso pedido possa receber sua bondosa aceitação e esperamos também que essa iniciativa possa ser tomada antes do fim de seu mandato presidencial.

Queira aceitar os protestos de nossa mais alta estima e consideração.

Mahmoud Abbas Presidente do Estado da Palestina
Presidente do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina
Presidente da Autoridade Nacional Palestina”

INCÊNDIO EM ISRAEL

03/12/2010

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia do grave incêndio florestal que, desde a tarde de ontem, atinge a cidade de Haifa, no norte de Israel. O fogo já teria causado 41 mortes e obrigado mais de 15 mil pessoas a abandonarem seus lares.

O Brasil manifesta sua solidariedade ao povo e ao Governo de Israel e estende seu pesar às famílias das vítimas. O Governo brasileiro oferece às autoridades israelenses apoio no que venham a necessitar para minorar os efeitos materiais desta tragédia.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
XX CÚPULA IBERO-AMERICANA DE
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
05/12/2010

I) DECLARAÇÃO DE MAR DEL PLATA
II) DECLARAÇÃO ESPECIAL SOBRE
“A DEFESA DA DEMOCRACIA E DA
ORDEM CONSTITUCIONAL NA IBERO-
AMÉRICA”

III) PROGRAMA DE AÇÃO DE MAR
DEL PLATA

IV) COMUNICADO ESPECIAL SOBRE
“SOLIDARIEDADE COM OS PAÍSES
IBERO-AMERICANOS AFETADOS POR
INTENSAS CHUVAS “

V) COMUNICADO ESPECIAL SOBRE
“A COMUNIDADE DE ESTADOS DA
AMÉRICA LATINA E DO CARIBE
(CELAC)”

VI) COMUNICADO ESPECIAL SOBRE
A “PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS”

VII) COMUNICADO ESPECIAL SOBRE
“QHAPAQ ÑAN”

VIII) COMUNICADO ESPECIAL
SOBRE O COMBATE À DELINQUÊNCIA
ORGANIZADA TRANSNACIONAL
EM TODAS SUAS FORMAS E
MANIFESTAÇÕES

IX) COMUNICADO ESPECIAL SOBRE
A “QUESTÃO DAS ILHAS MALVINAS”

X) COMUNICADO ESPECIAL SOBRE
“A INICIATIVA YASUNI-ITT”

XI) COMUNICADO ESPECIAL DE
APOIO À LUTA CONTRA O TERRORISMO
EM TODAS AS SUAS FORMAS E
MANIFESTAÇÕES

XII) COMUNICADO ESPECIAL EM
APOIO À LUTA GLOBAL CONTRA A
MUDANÇA CLIMÁTICA

XIII) COMUNICADO ESPECIAL

SOBRE A NECESSIDADE DE PÔR FIM AO
BLOQUEIO ECONÔMICO, COMERCIAL E
FINANCEIRO IMPOSTO PELO GOVERNO
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
A CUBA, INCLUÍDA A APLICAÇÃO DA
CHAMADA LEI HELMS-BURTON

NEGOCIAÇÕES MERCOSUL
- UNIÃO EUROPEIA
08/12/2010

No contexto do XIX Comitê de
Negociações Bi-Regionais (XIX BNC), o
MERCOSUL e a União Europeia realizaram
reuniões em Brasília entre 22 de novembro
e 7 de dezembro de 2010 para uma rodada
de negociações sobre o futuro Acordo de
Associação entre as duas regiões.

Ambos os lados reafirmaram seu
compromisso de negociar um Acordo de
Associação abrangente, equilibrado e
ambicioso.

Esta foi a terceira rodada desde o anúncio
oficial do relançamento das negociações
bi-regionais na Cúpula MERCOSUL-UE,
em Madri, em 17 de maio de 2010.

Doze grupos de trabalho realizaram
reuniões durante o XIX CNB. Como
resultado, o MERCOSUL e a UE fizeram
progresso na parte normativa de diversas
áreas das negociações, incluindo acesso
a mercados, regras de origem, serviços
e investimentos, barreiras técnicas ao
comércio e solução de controvérsias,
entre outros. Reconheceu-se também que
trabalhos adicionais serão necessários em
várias áreas centrais.

No que concerne às próximas etapas das
negociações, ambas as partes concordaram
em trabalhar para o intercâmbio de ofertas
melhoradas.

Foi acordado que a próxima rodada de negociações será realizada em 14 a 18 de março, em Bruxelas. Outra rodada de negociações ocorrerá em 2 a 6 de maio de 2011, em Assunção.

ELEIÇÕES NO HAITI

08/12/2010

O Governo brasileiro acompanha com atenção o desenrolar do processo eleitoral no Haiti, na certeza de que a democracia e a primazia da vontade popular constituem elementos essenciais para a estabilidade e o progresso da sociedade haitiana. Conquanto reconheça que as eleições presidenciais e parlamentares de 2010 foram realizadas sob condições bastante adversas, o Governo brasileiro confia em que o povo haitiano saberá levar esse processo a bom termo, com o apoio da comunidade internacional.

Ao tomar conhecimento de incidentes subseqüentes à divulgação dos resultados preliminares do primeiro turno das eleições, o Governo brasileiro manifesta sua expectativa de que o processo eleitoral haitiano siga seu curso no estrito marco da Lei, que prevê soluções institucionais para corrigir eventuais falhas no escrutínio. Também ressalta a importância de que os candidatos, dirigentes e partidos políticos mantenham a serenidade e exerçam seus direitos por meios pacíficos.

O Governo brasileiro reitera seu apoio às atividades da Missão de Observação Eleitoral Conjunta OEA/CARICOM e ressalta a importância de que suas recomendações às autoridades eleitorais e aos partidos políticos haitianos sejam levadas em consideração. Também registra a responsabilidade coletiva, por parte de todos os atores políticos

haitianos, de zelar pela estabilidade lograda nos últimos anos, com o apoio da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

O Governo brasileiro continuará a apoiar e acompanhar com atenção as próximas etapas do processo eleitoral haitiano.

SITUAÇÃO NA COLÔMBIA

08/12/2010

O Governo brasileiro vem acompanhando, com pesar, o agravamento da situação de calamidade na Colômbia em decorrência das fortes chuvas.

Em seguimento à doação já efetuada, o Governo brasileiro se mantém à disposição para continuar a prestar a assistência humanitária necessária ao Governo e ao povo colombianos.

ASSISTÊNCIA À VENEZUELA

08/12/2010

É com profundo pesar que o Governo brasileiro vem acompanhando as fortes chuvas que têm assolado a Venezuela, onde, até o momento, já foram atingidas cerca de 100 mil pessoas.

Após reunião do “Gabinete de Crises”, organizada pelo Gabinete de Segurança Institucional por instrução do Presidente Lula, foi decidido que avião da Força Aérea Brasileira levará, nos próximos dias, primeiro lote de doações à Venezuela. Neste primeiro momento, serão enviadas barracas para abrigar famílias desalojadas, além de “kit” de medicamentos e insumos suficientes para prestar atendimento de emergência a 500 pessoas.

MESA REDONDA DA ZONA DE PAZ E
COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL
(ZOPACAS) - BRASÍLIA,
6 E 7 DE DEZEMBRO DE 2010
09/12/2010

Realizou-se, nos dias 6 e 7 de dezembro, em Brasília, Mesa Redonda com o propósito de debater a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ZOPACAS.

Estabelecida em 1986, pela Resolução 41/11 da Assembléia Geral das Nações Unidas, com base em iniciativa brasileira, a ZOPACAS é integrada por 24 países: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

A Mesa Redonda de Brasília permitiu uma discussão, em nível técnico, de possibilidades de cooperação entre os países-membros em diversas áreas. Constituiu etapa de preparação para reunião ministerial, a ser realizada no Uruguai, possivelmente em 2011.

Na Mesa Redonda, identificaram-se, como áreas passíveis de desenvolvimento de projetos comuns de cooperação, entre outras: mapeamento e exploração dos fundos marinhos, proteção e preservação de recursos marinhos, transporte marítimo e aéreo, segurança portuária, cooperação em matéria de defesa, segurança marítima e combate a crimes transnacionais.

O Brasil valoriza o espaço comum propiciado pelo Atlântico Sul pelo grande potencial que encerra para o desenvolvimento sócio-econômico dos países costeiros, a ser alcançado por meio da cooperação entre os Estados-Membros. Busca, igualmente, sua

consolidação como zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares ou outras armas de destruição em massa.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NA
REPÚBLICA DE CÔTE D'IVOIRE
(COSTA DO MARFIM) 10/12/2010

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os acontecimentos decorrentes do segundo turno das eleições presidenciais, recentemente realizado em Côte d'Ivoire.

O Brasil conclama os líderes políticos no país a respeitarem os resultados das eleições e a atenderem aos apelos expressos no Comunicado Final da Reunião Extraordinária da Autoridade de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO), realizada em Abuja, em 7 de dezembro; nas declarações do Presidente de turno da União Africana, Bingu Wa Mutharika; do Conselho de Paz e Segurança da União Africana; e na declaração à imprensa do Presidente do Conselho de Segurança e do Secretário-Geral da ONU.

O Governo brasileiro exorta as partes a agirem com moderação e a encontrarem uma solução para o impasse por meios pacíficos, em consonância com o espírito do Acordo Político de Uagadugu, de março de 2007, de modo a alcançar um rápido restabelecimento da normalidade democrática e constitucional de Côte d'Ivoire.

CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA
RODADA SÃO PAULO DO SGPC
13/12/2010

Será assinado, em 15 de dezembro, em Foz do Iguaçu, o Protocolo Final da Rodada

São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC). O acordo representa a conclusão do ciclo de negociações lançado em 2004, em São Paulo, e trará os resultados mais ambiciosos entre os alcançados em todas as rodadas do SGPC. Por meio do acordo, será concedida, entre os países signatários, margem de preferência de 20% sobre a tarifa aplicada a 70% dos produtos.

O acordo será assinado por 11 países em desenvolvimento de expressiva relevância no comércio internacional - os países do Mercosul, Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Malásia, Marrocos e República da Coreia. Há possibilidade de que outros países venham a se somar aos resultados da Rodada São Paulo posteriormente.

O acordo deverá criar novas oportunidades de acesso a mercados para ampla gama de produtos comercializados entre países da África, Ásia e América Latina. Os 11 países participantes reúnem quase um terço da população mundial, com cerca de 1,9 bilhão de habitantes, e representam um mercado de mais de 5 trilhões de dólares, que cresceu, nos últimos 4 anos, a uma taxa duas vezes maior do que a média mundial.

Para a economia brasileira, o acordo da Rodada São Paulo deverá gerar significativas oportunidades comerciais com parceiros cada vez mais importantes para o País. Em 2009, quando as exportações totais brasileiras sofreram queda de quase 23% em relação ao ano anterior, como reflexo da crise financeira internacional, as exportações brasileiras para esses países (excluindo-se o Mercosul) cresceram mais de 18%. As importações totais desses países (também excluído o Mercosul) somaram, em 2009, quase US\$ 1 trilhão.

O Acordo da Rodada São Paulo potencializa as relações econômicas Sul-Sul e reafirma o interesse dos países em

desenvolvimento em buscar oportunidades de liberalização comercial, especialmente na conjuntura de virtual paralisação da Rodada Doha na OMC em 2009 e 2010.

XL CONSELHO DO MERCADO COMUM
E CÚPULA DO MERCOSUL
FOZ DO IGUAÇU,
16 E 17 DE DEZEMBRO DE 2010
15/12/2010

Será realizada, em Foz do Iguaçu, em 17 de dezembro, a XL Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados. No dia 16, ocorrerá a Reunião do Conselho do Mercado Comum, de nível ministerial. Os encontros marcarão o encerramento da Presidência Pro Tempore exercida pelo Brasil no corrente semestre. A Presidência do Mercosul será transmitida ao Paraguai.

Na tarde de 16 de dezembro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Chefes de Estado de países convidados participarão do encerramento da Cúpula Social do Mercosul, que reunirá movimentos sociais interessados no processo de integração regional.

Além de representantes dos Estados Partes e dos Estados Associados do Mercosul, estarão em Foz do Iguaçu, como convidados, os Presidentes da Guiana e do Suriname, bem como Ministros da Turquia, Palestina, Síria, Emirados Árabes Unidos e Austrália. No caso da Síria e da Palestina, serão assinados dois Acordos-Quadro, com vistas à negociação de futuros acordos de livre comércio com o Mercosul.

No contexto da reflexão sobre a evolução e o futuro do Mercosul às vésperas de completar 20 anos, deverão ser aprovadas em Foz do Iguaçu iniciativas para o aprofundamento da integração nos pilares econômico-comercial,

social e da cidadania, tais como o Programa de Consolidação da União Aduaneira, o Plano Estratégico de Ação Social e o Estatuto da Cidadania.

O Mercosul é hoje um bloco econômico com população de 240 milhões de pessoas e PIB de US\$ 2,5 trilhões. O comércio entre os sócios, incluindo a Venezuela, deverá atingir em 2010 o nível inédito de US\$ 40 bilhões. O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) viabiliza a execução de importantes projetos em áreas como energia, habitação, transportes, integração produtiva, capacitação tecnológica, educação e saneamento, que somados alcançam cifra próxima a US\$ 1 bilhão, dos quais US\$ 740 milhões financiados com recursos do Fundo.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
AUSTRÁLIA – FOZ DO IGUAÇU, 15 A 17
DE DEZEMBRO DE 2010
15/12/2010

A convite do Ministro Celso Amorim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Kevin Rudd, visitará o Brasil, no período de 15 a 17 de dezembro. No dia 15, o Ministro Rudd manterá, em Foz do Iguaçu, reunião de trabalho com o Ministro Amorim, para tratar de temas bilaterais, regionais e multilaterais.

Será o primeiro encontro de Ministros no contexto do Diálogo Brasil-Austrália, criado pelo Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Parceria Reforçada, firmado em setembro de 2010. O Diálogo permitirá aos dois Ministros examinar iniciativas concretas de cooperação, inclusive trilateral, em favor de países em desenvolvimento, e explorar meios de expandir os fluxos de comércio e de investimento.

No dia 16, o Ministro Kevin Rudd participará, como convidado especial, da Reunião do Conselho do Mercado Comum ampliado e, no dia 17, assistirá à XL Reunião de Cúpula do Mercosul.

SENTENÇA DA CORTE
INTERAMERICANA DE
DIREITOS HUMANOS
15/12/2010

A Corte Interamericana de Direitos Humanos publicou, em 14 de dezembro, sentença sobre o caso Julia Gomes Lund e outros versus Brasil.

O caso versa sobre o desaparecimento forçado, a tortura e a execução sumária de pessoas durante o episódio conhecido como “Guerrilha do Araguaia”, ocorrido entre 1972 e 1974. Foi iniciado perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos por organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos e familiares das vítimas.

Em sua defesa perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Estado brasileiro apresentou informações sobre medidas implementadas, nos planos legal e político, que implicaram o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte e pelo desaparecimento de pessoas durante o regime militar; o pagamento de indenizações a familiares das vítimas; e o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental sobre a Lei da Anistia. Essas medidas também incluíram os esforços, ainda em curso, de localização e identificação de restos mortais; de compilação, digitalização e difusão de documentos sobre o período do regime militar; e de preservação, divulgação e valorização da memória histórica associada àquele período.

Muitas das iniciativas empreendidas

pelo Brasil correspondem ao determinado na sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e continuarão sendo implementadas. O Brasil também envidará esforços para encontrar meios de cumprir as determinações remanescentes da sentença.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA
RODADA SÃO PAULO DO SGPC - FOZ
DO IGUAÇU, 15 DE DEZEMBRO DE 2010
15/12/2010

I) PROTOCOLO DA RODADA SÃO PAULO PARA O ACORDO SOBRE O SISTEMA GLOBAL DE PREFERÊNCIAS COMERCIAIS ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

II) ATA DE ENCERRAMENTO CONTENDO OS RESULTADOS DA RODADA SÃO PAULO DE NEGOCIAÇÕES PROTOCOLO DA RODADA SÃO PAULO PARA O ACORDO SOBRE O SISTEMA GLOBAL DE PREFERÊNCIAS COMERCIAIS ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

As partes do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento que participaram da Rodada São Paulo de Negociações (a seguir denominados de “Participantes”),

TENDO realizado negociações nos termos do Artigo 6 e do Memorando de Entendimento sobre a Aplicação do Artigo 9.1 do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (a seguir denominado de “SGPC”),

EVOCANDO o SGPC e a Decisão Ministerial sobre Modalidades de 2 de dezembro de 2009,

FIRMAM o seguinte Acordo:

I – Listas de Concessões Tarifárias

1. A lista de concessões tarifárias anexa a este Protocolo, relativa a um determinado Participante, tornar-se-á uma Lista para o SGPC relativa a tal Participante na data em que este Protocolo entrar em vigor para o citado Participante, de acordo com o parágrafo 10(c) ou 10(d). Além disso, tais concessões serão aplicadas apenas entre os Participantes sujeitos à vigência deste Protocolo.

2. As alíquotas básicas de direitos aduaneiros para as nações mais favorecidas (NMF) e dispostas na coluna 3 das listas de concessões tarifárias são indicativas. A margem de preferência do SGPC disposta na coluna 4 será aplicada à alíquota de direitos aduaneiros para as nações mais favorecidas (NMF) na data da importação. Os Participantes deverão publicar as alíquotas atualizadas que aplicam, também por meio de hiperlinks, e informar os outros Participantes dessas fontes de informação através da secretaria do SGPC.

3. O Artigo 10 do SGPC será aplicado, mutatis mutandis, a este Protocolo, com efeito a partir da data de entrada em vigor deste Protocolo.

II – Certificação de Origem por Órgãos Públicos e Privados

4. A autoridade emissora de um certificado de origem do SGPC deverá ser um órgão público. Nos casos em que a autoridade emissora não for órgão público, deverá ser credenciada pelo governo para a emissão de tais certificados. Os Participantes deverão comunicar a todos os outros Participantes a sua lista de entidades credenciadas a emitir certificados e seus selos, através da secretaria do SGPC. As eventuais alterações na lista deverão ser comunicadas, de imediato, da mesma forma. A secretaria do SGPC devidamente informará todos os participantes da lista e suas alterações.

III – Revisão dos Resultados da Rodada São Paulo

5. Os Participantes deverão cuidadosamente revisar os resultados da Rodada São Paulo o mais tardar dois anos após a data em que este Protocolo entrar em vigor. Durante a revisão, serão considerados, entre outros, o aumento na margem de preferência e na cobertura de produtos, além da operação e atualização dos regulamentos de origem do SGPC, incluindo-se um exame dos critérios de classificação tarifária e a atual regra do valor agregado.

6. Entre a entrada em vigor deste Protocolo e a revisão dos resultados da Rodada São Paulo, os Participantes concordam em participar, voluntariamente, de outras negociações de pedidos e ofertas, cujos resultados serão incorporados a este Protocolo através de outros protocolos específicos e aplicados a todos os Participantes sujeitos à vigência deste Protocolo.

IV – Adesão ao Protocolo da Rodada São Paulo

7. Qualquer Participante do SGPC poderá, a qualquer momento após a entrada em vigor deste Protocolo, apresentar ao Comitê de Participantes sua intenção de adesão a ele, pela submissão de sua proposta de lista de concessões tarifárias, de acordo com os seguintes parâmetros:

(a) um desconto geral para todas as categorias, linha por linha, de pelo menos 20% em, no mínimo, 70% de suas linhas de tarifas aduaneiras; ou

(b) no caso de Participantes com linhas de tarifas aduaneiras zero em mais de 50% do total de linhas de tarifas nacionais, um desconto geral, para todas as categorias, linha por linha, de pelo menos 20% em, no mínimo, 60% de suas linhas de tarifas aduaneiras; e

(c) a proposta de lista de concessões tarifárias deverá ser apresentada no mesmo formato das listas anexas a este Protocolo.

8. Os Participantes do SGPC no processo de adesão junto à Organização Mundial

de Comércio deverão receber tratamento e flexibilidades diferenciais, dentro das modalidades de acesso ao mercado declaradas acima, no parágrafo 7.

9. Os Participantes que ratificarem este Protocolo deverão examinar a conformidade da lista de concessões tarifárias aos parâmetros supramencionados e, com base nisso, poderão concordar com um protocolo de adesão do candidato a este Protocolo.

V – Disposições Finais

10. (a) Este protocolo deve permanecer aberto para a assinatura dos Participantes que anexaram suas listas de concessões tarifárias, de 15 de dezembro de 2010 até o dia em que entrar em vigor, de acordo com o parágrafo 10(c) do presente.

(b) Qualquer participante poderá, no momento da assinatura deste Protocolo, declarar que, com essa assinatura, aceita ficar por ele obrigado (assinatura definitiva) ou, após a assinatura, ratificar, aceitar ou aprovar o Protocolo depositando um instrumento apropriado junto ao Secretário-Geral da UNCTAD.

(c) Este Protocolo entrará em vigor no trigésimo dia a contar do depósito, por pelo menos quatro Participantes, de instrumentos de assinatura definitiva, ratificação, aceite ou aprovação.

(d) Para qualquer Participante que depositar um instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação depois da entrada em vigor deste Protocolo, sua vigência, em relação a este Participante, terá início trinta dias depois do depósito.

11. Este Protocolo será depositado junto ao Secretário-Geral da UNCTAD, que entregará, de pronto, uma cópia autenticada e uma notificação de cada aceitação a cada Participante, de acordo com o parágrafo 10(b) acima.

E, por estarem de pleno acordo, os infra-assinados, com a devida autorização de seus

respectivos Governos, firmam o presente Protocolo.

Realizado em Foz do Iguaçu, Brasil, aos quinze de dezembro de dois mil e dez, em via única, nas línguas árabe, espanhola, francesa e inglesa, sendo todos os textos autênticos. As listas a este anexas são autênticas nas línguas árabe, espanhola, francesa ou inglesa, conforme especificado em cada lista.

ATA DE ENCERRAMENTO CONTENDO OS RESULTADOS DA RODADA SÃO PAULO DE NEGOCIAÇÕES

1. Os representantes das partes do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências de Comércio entre Países em Desenvolvimento, que participaram da Rodada São Paulo de Negociações, reuniram-se em uma sessão especial do Comitê de Negociação, em nível ministerial, em Foz do Iguaçu, Brasil, em 15 de dezembro de 2010, para concluir as negociações.

2. Ficou assentado que o Protocolo da Rodada São Paulo para o Acordo sobre o Sistema Global de Preferências de Comércio entre Países em Desenvolvimento e a Decisão Ministerial sobre os Ajustes para a Implementação dos Resultados da Rodada São Paulo de Negociações, conforme anexo, incluem os resultados de suas negociações e são parte integrante desta Ata Final.

3. Os representantes acordam também que a assinatura da presente Ata Final comprova sua vontade política de tomar as medidas necessárias, respeitados os procedimentos domésticos, para dar efeito ao Protocolo da Rodada São Paulo, em cuja negociação juntaram suas listas de concessões tarifárias. Decidiu-se, ainda, a adoção da Decisão Ministerial sobre Ajustes para a Implementação dos Resultados da Rodada São Paulo.

4. Esta Ata Final e os textos a ela anexos serão depositados junto ao Secretário-Geral

da UNCTAD, que prontamente fornecerá, a cada signatário, uma cópia autenticada.

Realizada em Foz do Iguaçu, Brasil, aos quinze de dezembro de dois mil e dez, em via única, nas línguas árabe, espanhola, francesa e inglesa, sendo todos os textos autênticos.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA, KEVIN RUDD – FOZ DO IGUAÇU, 15 DE DEZEMBRO DE 2010

15/12/2010

I) MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA AUSTRÁLIA SOBRE COOPERAÇÃO EM EVENTOS ESPORTIVOS DE GRANDE PORTE

II) MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA TRILATERAL NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA AUSTRÁLIA

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA, KEVIN RUDD - DECLARAÇÃO CONJUNTA

16/12/2010

A convite do Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, o Ministro de Negócios Estrangeiros da Austrália, Kevin Rudd, realizou visita oficial ao Brasil no período de 15 a 17 de dezembro de 2010. Os dois Ministros mantiveram reunião de trabalho

no dia 15 de dezembro e o Ministro Kevin Rudd participou, como convidado especial, do Conselho do Mercado Comum, no dia 16, e assistiu a reunião da XL Reunião de Cúpula do MERCOSUL, no dia 17.

2. O Ministro Rudd expressou satisfação com seu encontro com o Presidente Lula por ocasião da reunião do Mercosul, sublinhando o notável desempenho de seu Governo, com ênfase na inclusão social de 30 milhões de pessoas retiradas da situação de pobreza.

3. Em seu encontro de trabalho, os dois Ministros discutiram temas da agenda bilateral, regional e multilateral. Renovaram seu compromisso de aprofundar os laços que unem o Brasil e a Austrália, tal como expressado no Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Parceria Reforçada, firmado pelos dois Ministros em setembro de 2010.

4. Manifestaram satisfação com a crescente afinidade de visões e princípios em torno do fortalecimento do multilateralismo e da reforma do sistema de governança internacional. Destacaram as políticas comuns de promover a paz, a solução pacífica de controvérsias, e de promover o desarmamento e a não-proliferação, o respeito aos direitos humanos, a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento com justiça social.

5. Reafirmaram o compromisso de contribuir para a reforma das Nações Unidas, inclusive a do Conselho de Segurança. Reiteraram a importância de ampliar o número de membros permanentes e não permanentes, assim como de aperfeiçoar os métodos de trabalho do Conselho, de forma a torná-lo mais representativo e sensível às realidades da comunidade internacional do século XXI. O Governo brasileiro reconheceu com satisfação o apoio da Austrália a um Conselho de

Segurança mais representativo e fortalecido, inclusive por meio de sua expansão, e saudou calorosamente o apoio da Austrália ao Brasil como membro permanente. O Brasil saudou a candidatura da Austrália a um assento não permanente no Conselho para o período 2013-2014, que reflete a constante contribuição da Austrália às Nações Unidas.

6. Expressaram satisfação com os resultados alcançados pelo G20, em especial quanto à regulação dos mercados financeiros e a reforma das instituições financeiras internacionais e saudaram a introdução do tema do desenvolvimento na agenda do Grupo. Reconheceram o papel crucial do G20 no enfrentamento da crise financeira, e alertaram para a necessidade de se aprofundar a cooperação macroeconômica a fim de assegurar que a economia mundial possa recuperar-se de forma equilibrada e sustentável.

7. Ambos recordaram os significativos resultados já obtidos nas negociações comerciais da Rodada Doha. Instaram os membros da OMC a trabalhar em prol de um acordo exitoso, ambicioso abrangente e equilibrado em consonância com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha, e a aprimorar os progressos obtidos. Uma rápida conclusão fortalecerá as regras do sistema multilateral de comércio, que ajudou fortemente a combater o protecionismo durante a recente crise econômica global.

8. Os dois Ministros concordaram que o aquecimento global e a mudança do clima representam questões cruciais da agenda internacional contemporânea, que requerem atenção prioritária e constante. Comprometeram-se a trabalhar conjuntamente para alcançar ação global em matéria de mudança do clima no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), com base nos

resultados alcançados na 16ª Conferência das Partes da UNFCCC e na 6ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto, em Cancun, incluindo REDD+. Saudaram a aprovação, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a ter lugar no Rio de Janeiro, em 2012. Enfatizaram a importância de garantir participação de alto nível na Rio+20, com vistas à adoção de documento de elevada relevância política.

9. Os Ministros conclamaram a comunidade internacional a envidar esforços adicionais em prol da reconstrução do Haiti e expressaram satisfação com a próxima implementação do primeiro projeto de cooperação Brasil-Austrália no Haiti, em colaboração com Instituto Interamericano para Cooperação em Agricultura (IICA), para construção de cisternas naquele país.

10. Reiteraram o compromisso de promover novas iniciativas de cooperação trilateral em benefício de terceiros países em desenvolvimento, e para isso firmaram um Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica Trilateral em Desenvolvimento Internacional, com o objetivo de estabelecer diálogo entre a ABC – Agência Brasileira de Cooperação e a AusAid - Australian Agency for International Development, para exame de iniciativas para ajudar países em desenvolvimento a atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

11. Os Ministros manifestaram viva satisfação pela expansão das relações comerciais entre os dois países, intensificadas em anos recentes. Reiteraram a intenção de apoiar esforços que contribuam para trazer os fluxos de comércio de volta aos níveis alcançados previamente à crise financeira global. Congratularam-se pelo crescimento dos investimentos bilaterais em áreas como

Mineração e Agricultura e coincidiram que devem ser encorajados os vínculos entre empresários de ambos os países com o objetivo de expandir o investimento direto estrangeiro em outros setores produtivos.

12. Os Ministros anunciaram, com satisfação, que um Memorando de Entendimento será assinado, no primeiro trimestre de 2011, entre dois dos maiores grupamentos de indústrias do Brasil e da Austrália – a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que representa 150 mil empresas, e Australian Industry Group (AIG), que representa mais de 60 mil empresas - para promover a cooperação em matéria de comércio e investimentos mútuos.

13. Discutiram a possibilidade de estreitar os vínculos econômicos entre os países do MERCOSUL, a Austrália e a Nova Zelândia, no contexto de um diálogo MERCOSUL-CER reforçado.

14. Congratularam-se com a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Grandes Eventos Esportivos, o qual facilitará a cooperação bilateral em matéria esportiva e a troca de conhecimentos sobre a organização de grandes eventos esportivos internacionais que possam assegurar que sediar tais eventos possa contribuir para o fortalecimento e a diversificação das economias locais e para a construção de um legado duradouro.

15. Reiteraram a necessidade de reforçar a cooperação bilateral em Ciência e Tecnologia e registraram a expectativa de conclusão, em breve prazo, das negociações de um Acordo-Quadro de Cooperação em C&T e do Memorando de Entendimento para Cooperação entre a EMBRAPA e a CSIRO (Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation), para desenvolvimento de projetos de ciência e pesquisa em matéria agrícola.

16. Registraram, igualmente, a expectativa de assinar proximamente um acordo de cooperação em matéria penal e um acordo de transferência de apenados, instrumentos que deverão contribuir para o incremento da cooperação jurídica entre os dois países.

17. A visita do Ministro Kevin Rudd ao Brasil representou oportunidade para o primeiro encontro de Ministros realizado no contexto do Diálogo Brasil-Austrália, criado pelo MoU para o Estabelecimento de uma Parceria Reforçada.

Foz do Iguaçu, 15 de dezembro de 2010.

REUNIÃO MINISTERIAL
BRASIL-TURQUIA
16/12/2010

O Ministro Celso Amorim manteve, em 16 de dezembro, reunião com o Ministro de Estado para Assuntos Europeus da Turquia, Egemen Bagis, à margem da Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu.

Na ocasião, além de tratarem de temas relativos aos fluxos bilaterais de comércio e investimentos, os Ministros assinaram a Convenção para Evitar a Dupla Tributação entre o Brasil e a Turquia. O acordo visa a eliminar a dupla tributação da renda e favorece a ampliação dos investimentos de empresas brasileiras na Turquia e de empresas turcas no Brasil. O instrumento servirá também para a troca de informações de interesse fiscal entre os órgãos de administração tributária dos dois países.

A corrente de comércio entre o Brasil e a Turquia totalizou, até novembro de 2010, US\$ 1,5 bilhão, com superávit brasileiro de US\$ 334 milhões.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA DO MINISTRO DE ESTADO DA
TURQUIA PARA ASSUNTOS DA UNIÃO
EUROPEIA, EGEMEN BAGIS - FOZ DO
IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010

16/12/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda

XL REUNIÃO DO CONSELHO DO
MERCADO COMUM DO SUL –
COMUNICADOS DE IMPRENSA
16/12/2010

1 - ESTADOS PARTES APROVAM
ACORDO DE DEFESA DA
CONCORRÊNCIA DO MERCOSUL

2 - MERCOSUL APROVA CRIAÇÃO DA
PLACA MERCOSUL PARA VEÍCULOS

3 - MERCOSUL LANÇA PLANO
DE AÇÃO PARA UM ESTATUTO DA
CIDADANIA

4 - MERCOSUL LANÇA NEGOCIAÇÕES
DE UM ACORDO DE INVESTIMENTOS
INTRA-BLOCO

5 - MERCOSUL DÁ PASSO DECISIVO
PARA A LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO
DE SERVIÇOS INTRA-BLOCO

6 - MERCOSUL CRIA UNIDADE DE
APOIO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

7 - ÀS VÉSPERAS DE COMPLETAR 20
ANOS, O MERCOSUL DEFINE CAMINHO
PARA O FUTURO

8 - MERCOSUL APROVA METAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

9 - CHANCELERES ASSINAM ACORDO QUE PERMITE A CAPTURA DE PESSOAS PROCURADAS PELA JUSTIÇA NO MERCOSUL

10 - MERCOSUL TERÁ ALTO REPRESENTANTE

1 - Estados Partes aprovam Acordo de Defesa da Concorrência do Mercosul

Os Ministros das Relações Exteriores do Mercosul aprovaram hoje o Acordo de Defesa da Concorrência do Mercosul, que constituirá um mecanismo de cooperação entre os Estados Partes em matéria de concorrência, em benefício dos consumidores da região.

Além de prejuízos ao consumidor, práticas desleais de comércio podem constituir fonte de atritos entre países. O estabelecimento de acordos que incentivem a concorrência saudável entre empresas que atuem além de suas fronteiras é instrumento valioso para o aprimoramento das relações entre nações ou grupos de nações. Com a aprovação do Acordo de Defesa da Concorrência do Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai institucionalizaram mecanismos de troca de informações e assistência técnica para o desenvolvimento, adoção, implementação e cumprimento das leis e políticas de concorrência pelas respectivas autoridades competentes.

Apartir da vigência do instrumento, práticas consideradas “anticompetitivas” poderão ser mais eficientemente coibidas no âmbito do Mercosul. O Acordo possibilita a realização de investigações conjuntas e consultas a respeito de investigações em curso. Ressalte-se, no entanto, que se trata de mecanismo de

cooperação entre as autoridades competentes de cada país, e continua resguardada a possibilidade de essas autoridades nacionais tomarem decisões autônomas, fundamentadas em suas leis internas.

Ainda com a intenção de reduzir as possibilidades de atrito derivadas de práticas desleais de comércio dentro do Mercosul, o Acordo prevê a capacitação de funcionários dos demais países nos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Também prevê intercâmbio de pessoal, estudos e de quaisquer dados não confidenciais que permitam uma melhor compreensão mútua das leis de concorrência.

2 - Mercosul aprova criação da Placa Mercosul para veículos

Os Ministros das Relações Exteriores do Mercosul aprovaram a criação da placa Mercosul. Essa iniciativa, capaz de gerar maior fluidez no espaço comunitário, se coaduna com o compromisso da Presidência Pro Tempore brasileira em aprofundar o processo de integração.

A placa Mercosul deverá ter suas especificações técnicas harmonizadas entre os Estados Partes, além de contar com o dístico representativo do Bloco. A combinação alfanumérica da placa continuará a ser determinada por cada uma das autoridades nacionais, de acordo com as necessidades de cada País.

A iniciativa deverá impactar positivamente na circulação de veículos no Mercosul. A placa tende a aumentar a segurança jurídica dos deslocamentos realizados fora do Estado Parte de origem do veículo, ao aprimorar o controle por parte das autoridades locais. Além disso, vale ressaltar o caráter simbólico da placa, em

razão da importância do transporte rodoviário em todos os Países do Bloco, particularmente no comércio regional.

Atualmente, os veículos de carga e passageiros (caminhões e ônibus) habilitados ao transporte internacional no âmbito do Mercosul são obrigados a circular com o Certificado de Inspeção Técnica Veicular (CITV), que atesta o cumprimento das condições de segurança estabelecida pelos Estados Partes para o deslocamento na região. Os veículos detentores desse documento serão os primeiros a serem identificados com a placa do Bloco, a partir de 2016.

A placa Mercosul começará a ser utilizada na circulação das demais categorias de veículos em 2018. A partir desse ano, os veículos novos passarão a receber a placa do Bloco.

3 - Mercosul lança plano de ação para um estatuto da cidadania

Ampliar e consolidar um conjunto de direitos fundamentais e de benefícios para todos os cidadãos dos Estados Partes do Mercosul. Essa é a proposta do “Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do Mercosul”, aprovado hoje pelos Chanceleres do bloco, na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), sua mais importante instância deliberativa.

As medidas previstas, com impacto direto no cotidiano de dezenas de milhões de cidadãos do Mercosul, atingem, entre outras, as áreas de trabalho e emprego, previdência, educação, livre circulação de pessoas, padrões comuns de identificação de pessoas e de veículos, tarifas de telecomunicações e defesa do consumidor. Parte dos esforços para implantar uma cidadania do Mercosul, o Plano de Ação surge no contexto do aprofundamento do pilar da cidadania do bloco, com vistas ao desenvolvimento de um Mercosul dos Povos. Hoje, os cidadãos do Mercosul já gozam

de direitos e benefícios aos quais fazem jus simplesmente por serem nacionais dos Estados Partes.

Exemplos disso são a dispensa de passaporte para viagens pelos países do bloco e Associados, obtenção facilitada de residência permanente, recebimento de pensões e aposentadorias a partir de contribuições feitas em diferentes países do bloco, trâmite agilizado para reconhecimento de diploma de graduação para o exercício de atividades acadêmicas. O Estatuto visa a consolidar e multiplicar essas conquistas.

Por se tratar de projeto ambicioso, o horizonte para sua efetivação são os próximos dez anos, período para o qual foram estabelecidas metas graduais que deverão, assim, ser integralmente cumpridas até o 30º aniversário do Mercosul, em 2021. Dentre as metas estabelecidas no Plano de Ação, merecem destaque:

- a criação de um espaço comum de livre circulação de pessoas no Mercosul;
- a ampliação das áreas de controle integrado de fronteiras;
- o estabelecimento de um padrão de cédula de identidade e harmonização das informações de documentos;
- a ampliação dos casos de dispensa de tradução, consularização e legalização de documentos;
- o aperfeiçoamento da Declaração Sociolaboral do Mercosul e sua transformação em Tratado, bem como fortalecimento dos órgãos do Mercosul com competência sobre trabalho e emprego;
- a integração de cadastros de informações previdenciários e trabalhistas para fins de simplificação de trâmites, segurança das informações, formulação de políticas públicas e agilização de concessão de benefícios;
- a criação de um Programa de Educação Previdenciária do Mercosul;

- na área educacional, a simplificação dos trâmites administrativos para efeitos de equivalência de estudos e títulos de ensino superior e criação de uma “Bolsa Mercosul” para incentivar a mobilidade estudantil;

- a criação de uma placa comum do Mercosul para automóveis;

- o tratamento local para serviços móveis e fixos de telecomunicação no espaço Mercosul, que permitirá o barateamento das tarifas de telefone para todos os usuários que transitem entre os Estados Parte, sobretudo para as populações que vivem em áreas de fronteira; e

- a criação de um Sistema Mercosul de Defesa do Consumidor.

4 - Mercosul lança negociações de um acordo de investimentos intra-Bloco

Os Ministros das Relações Exteriores do Mercosul aprovaram o lançamento de negociações de um acordo para promover investimentos em bens dentro do Bloco. Atualmente, os fluxos de investimentos dentro do Mercosul não contam com um marco específico próprio. O novo acordo terá por objetivo promover e facilitar a realização de investimentos diretos intrabloco.

Essa iniciativa ratifica a importância que a Presidência Pro Tempore brasileira atribui ao cumprimento dos objetivos estabelecido no Tratado de Assunção. Diferentemente de outros acordos sobre investimentos que o Mercosul vem negociando, o futuro acordo intraBloco contará com disciplinas destinadas à proteção de investidores e de investimentos realizados e disporá de regras destinadas à progressiva eliminação de restrições aos investimentos diretos de investidores dos Estados Partes. O acordo atende plenamente as preocupações do Congresso Nacional brasileiro com relação a acordos de proteção de investimentos.

Juntamente com o Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços, cujo objetivo

é permitir a liberalização do comércio de serviços dentro do Bloco até 2015, o novo acordo permitirá que o Mercosul disponha de arcabouço normativo moderno, adequado às características do comércio internacional contemporâneo e de grande importância para se alcançar os objetivos do Tratado de Assunção.

5 - Mercosul dá passo decisivo para a liberalização do comércio de serviços intra-Bloco

Os Ministros das Relações Exteriores do Mercosul anteciparam em quatro anos, de 2015 para 2011, a conclusão do processo de identificação das barreiras ao livre comércio de serviços dentro do Bloco, processo este que vinha sendo efetuado por meio de rodadas negociadoras ao amparo do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços.

Seu encerramento constitui condição fundamental para que os sócios possam dar início ao processo de eliminação das referidas barreiras, de maneira a alcançar, em mais breve prazo, a livre circulação de serviços prevista no Tratado de Assunção.

Além disso, os Ministros decidiram instruir o Grupo de Serviços a preparar um levantamento detalhado sobre a situação do comércio de serviços na região, de maneira a identificar possíveis iniciativas adicionais para o aprofundamento do processo de liberalização.

Juntamente com o lançamento das negociações de um acordo sobre investimentos, tal iniciativa permitirá que o Mercosul dê um passo decisivo na liberalização do comércio de serviços intra-Bloco.

6 - Mercosul cria unidade de apoio à participação social

Os Ministros das Relações Exteriores do Mercosul aprovaram hoje a criação da Unidade de Apoio à Participação Social do Mercosul (UPS) durante a XL Reunião

Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Foz do Iguaçu. A UPS constitui importante avanço na consolidação da dimensão social do Mercosul, ampliando a estrutura institucional dedicada a esse pilar. Para marcar a nova etapa aberta com a aprovação da UPS, a Presidência Pro Tempore brasileira inovou ao integrar a Cúpula Social à Cúpula de Presidentes do Mercosul, promovendo um encontro sem precedentes na história do bloco.

A Unidade de Apoio reflete o compromisso do Mercosul com o fortalecimento dos mecanismos de participação social no processo de integração. Criada como órgão auxiliar do Alto Representante-Geral do Mercosul, trabalhará em coordenação com representantes do Programa “Somos Mercosul”, responsáveis pela organização das Cúpulas Sociais do Mercosul e terá, entre suas funções:

- (i) atuar como canal institucional de diálogo do Mercosul com a sociedade e os movimentos sociais;
- (ii) apoiar a organização da Cúpula Social do Mercosul;
- (iii) financiar a participação social em eventos e reuniões do Mercosul; e
- (iv) manter um cadastro de organizações e movimentos sociais dos Estados Partes.

Até o momento, a participação da sociedade civil nos trabalhos do Mercosul dava-se, sobretudo, por meio do programa Mercosul Social e Participativo e das Cúpulas Sociais. O Mercosul Social e Participativo é iniciativa conjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Itamaraty, que prevê a realização de duas reuniões semestrais, com a participação de representantes da sociedade civil brasileira e de governo, para debater temas da agenda do Mercosul. Já as Cúpulas Sociais vem sendo realizadas desde 2006, sempre às vésperas das Cúpulas de Presidentes, com o objetivo de promover a

discussão da integração e apresentar propostas da sociedade civil às instâncias decisórias do Mercosul.

7 - Às vésperas de completar 20 anos, o Mercosul define caminho para o futuro

A XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada hoje, em Foz do Iguaçu, marcou o início da celebração dos 20 anos do Mercosul, que serão completados em 26 de março, data em que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção.

O bloco alcança seu vigésimo aniversário em um momento de renovação e de aprofundamento do processo de integração regional, como demonstram os avanços obtidos ao longo de 2010, seja em sua dimensão econômica, social ou cidadã.

Importantes inovações, como a criação do cargo de Alto Representante, a aprovação do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) e do Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do Mercosul, todas aprovadas nesta cúpula, demonstram a visão de futuro que une os Estados Parte nesse projeto estratégico de longo prazo: desenvolvimento econômico aliado à justiça social.

O sucesso do XL CMC aproveitou o bom momento vivido na Cúpula de San Juan, na Argentina, em agosto de 2010, reunião que representou um divisor de águas no desenvolvimento do pilar econômico-comercial. Naquela ocasião foram aprovados o Código Aduaneiro do Mercosul e a definição de um cronograma para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), projetos fundamentais para o bloco, pendentes de decisão havia vários anos. Essas decisões abriram caminho para a discussão de outras matérias de especial importância para a integração, como a negociação de serviços e investimentos, a consolidação da União Aduaneira e a revisão do Protocolo de

Contratações Públicas.

A Presidência Pro Tempore brasileira de 2010 impulsionou, assim, iniciativas de aprofundamento dos três pilares em que se desenvolve o Mercosul: o econômico-comercial, o social e o da cidadania. O lançamento das bases para a construção de uma nova identidade do Mercosul foi coroado com a aprovação de importantes iniciativas, que definirão os rumos do bloco nos próximos 20 anos.

Mercado Comum – No pilar econômico-comercial, o Mercosul adotou um Programa de Consolidação da União Aduaneira, definiu as novas bases para negociações em serviços e acordou os elementos de um acordo sobre investimentos. Essas iniciativas terão profundo impacto sobre o desenvolvimento econômico dos países do Mercosul nos próximos 10 anos e redirecionarão o bloco na direção de um Mercado Comum.

Após os avanços alcançados no pilar social na Cúpula da Costa de Sauípe, na Bahia, em 2008, a elaboração do Plano de Estratégico de Ação Social (PEAS) constitui um marco na definição de metas ambiciosas de desenvolvimento social regional, que vão além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

O êxito futuro do Mercosul será definido, ainda, pela sua capacidade de responder adequadamente às demandas dos cidadãos dos Estados Partes. O fortalecimento do Mercosul pressupõe a criação de condições para o desenvolvimento do mais jovem pilar do Mercosul, o da cidadania,. Foi nesse espírito que se aprovou o Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do Mercosul, iniciativa que permitirá criar e consolidar direitos e garantias fundamentais de que gozarão os indivíduos por serem cidadãos do Mercosul, em áreas como livre-circulação, educação, trabalho, previdência e defesa do

consumidor. Nesse pilar vale ainda ressaltar a aprovação, em outubro passado, do critério para a definição das bancadas nacionais no Parlamento do Mercosul, que permitirá a eleição direta dos representantes dos cidadãos do Mercosul nas próximas eleições.

Os Ministros das Relações Exteriores aprovaram, ainda, a criação do cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul, com vistas a dotar o bloco de estrutura institucional capaz de responder à altura o nível de ambição das iniciativas aprovadas em Foz do Iguaçu.

Essas iniciativas revelam a capacidade do Mercosul de sobreviver aos momentos de pessimismo e de reinventar-se, tornando-se cada vez mais inclusivo e participativo. As decisões tomadas em Foz do Iguaçu pavimentam o caminho rumo ao aprofundamento do Mercosul em todas as suas dimensões e revelam a força do processo de integração iniciado em 1991.

8 - Mercosul aprova metas de desenvolvimento social

Erradicar o analfabetismo, a fome e a pobreza em nível regional. Estas são apenas algumas das metas de desenvolvimento presentes no Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) que Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai aprovaram hoje na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), a mais alta instância decisória do Mercosul.

O PEAS – cujos Eixos e Diretrizes foram definidos na Cúpula de Presidentes do Mercosul realizada na Costa do Sauípe, na Bahia, em 2008 – estabelece metas de desenvolvimento social regionais. As metas serão perseguidas por meio de políticas sociais comuns aos Estados Parte do bloco, em um esforço conjugado de todas as instâncias do Mercosul Social.

O documento aprovado hoje pelo CMC apresenta objetivos ambiciosos, que refletem

o compromisso dos governos da região com a justiça social e o desenvolvimento humano. Ao incorporar metas que avançam para além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, o PEAS representa um divisor de águas no aprofundamento da dimensão social do Mercosul.

Dez grandes eixos, cada um deles com diretrizes e objetivos prioritários, formam o PEAS:

1. Erradicação da fome e da pobreza e combate às desigualdades sociais;
2. Garantia de direitos humanos, assistência humanitária e igualdade étnica, racial e de gênero;
3. Universalização da saúde pública;
4. Universalização da educação e erradicação do analfabetismo;
5. Valorização e promoção da diversidade cultural;
6. Garantia da inclusão produtiva;
7. Garantia do acesso ao trabalho decente e aos direitos previdenciários;
8. Garantia da sustentabilidade ambiental;
9. Garantia do diálogo social; e
10. Estabelecimento de mecanismos de cooperação regional para a implementação e o financiamento de políticas sociais.

O PEAS é o resultado de intenso esforço de coordenação entre todos os Ministérios com competência em assuntos sociais dos Estados Parte e Associados e os diversos foros sociais do Mercosul. Encomendado na cúpula de Presidentes de Córdoba, Argentina, em julho de 2006, sua elaboração e aprovação constituíram um dos objetivos centrais da Presidência Pro Tempore Brasileira do Mercosul (PPTB) de 2010. A coordenação dos trabalhos coube à Comissão de Coordenação de Ministros da Área Social (CCMAS), criada na Costa do Sauípe, em 2008. Com o apoio técnico do recém-estabelecido Instituto Social do

Mercosul (ISM), sediado em Assunção, a CCMAS acompanhará e coordenará também, daqui por diante, as ações de implementação do PEAS.

9 - Chanceleres assinam acordo que Permite a captura de pessoas procuradas pela Justiça no Mercosul

Os Ministros das Relações Exteriores dos Estados Partes do Mercosul e Associados assinaram hoje o Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega, um marco na cooperação judicial entre os países da América do Sul.

Abrangendo os quatro Estados Partes do Mercosul, além de Bolívia, Equador, Colômbia e Peru, o Acordo permitirá a prisão de pessoas procuradas pela Justiça nos territórios de qualquer desses países, mediante a expedição de Mandado Mercosul de Captura, o qual será transmitido por meio eletrônico, quando possível, conferindo celeridade ao processo.

O documento garante, ainda, os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa procurada, nos termos da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos – OEA (Pacto de São José da Costa Rica).

O Acordo constituirá importante ferramenta para o fortalecimento da integração regional e o combate ao crime organizado transnacional.

10 - Mercosul terá alto representante

Às vésperas de completar 20 anos de existência, o Mercosul passa por uma importante mudança em sua estrutura institucional, com a criação do cargo de Alto Representante-Geral. A medida foi aprovada hoje na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Foz do Iguaçu. O CMC é a mais elevada instância decisória do Mercosul.

O Mercosul vive momento decisivo. Como resultado de uma reflexão conjunta sobre o futuro do bloco, foram adotadas em Foz do Iguaçu importantes iniciativas que

terão impacto nos três pilares da integração: o econômico-comercial, o social e o da cidadania. A criação do Alto Representante reflete a necessidade de dotar o Mercosul de uma estrutura institucional fortalecida, capaz de responder de maneira adequada aos objetivos traçados pelos Chefes de Estado nesses três pilares.

A idéia do Alto Representante-Geral decorre da extinção tácita do cargo de Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), com o término do mandato de Carlos “Chacho” Álvarez, em dezembro de 2009. A Dec. CMC N° 33/09 estipulou prazo até 31/12/2010 para “criar estrutura que permita maior projeção do Mercosul”.

O Alto Representante-Geral será personalidade de destaque, com mandato de 3 anos, renovável por igual período uma única vez. Terá funções de articulação política, formulação de propostas e representação das posições comuns do bloco. Será responsável, ainda, por plasmar um pensamento comum do Mercosul e personificar a identidade comunitária.

As atribuições do Alto Representante-Geral, entre outras, são as seguintes:

- apresentar aos órgãos decisórios do Mercosul propostas vinculadas ao processo de integração sobre saúde, educação, cultura, divulgação do Mercosul, relacionamento externo do bloco e aperfeiçoamento institucional, entre outros temas;

- representar o Mercosul em organismos internacionais, junto a terceiros países e blocos e em reuniões internacionais, bem como divulgar o bloco em âmbitos nacionais e internacionais;

- coordenar o acompanhamento de missões de observação eleitoral solicitadas por Estados Partes e Associados do Mercosul e promover atividades e estudos vinculados à consolidação da democracia na região; e

- coordenar os trabalhos de implementação das metas previstas no Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do Mercosul, também aprovado no CMC de Foz do Iguaçu.

ATO ASSINADO ENTRE O MERCOSUL E
A ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO
DA PALESTINA – FOZ DO IGUAÇU,
16 DE DEZEMBRO DE 2010
16/12/2010

ACORDO-QUADRO DE COMÉRCIO E
COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE O
MERCOSUL E A ORGANIZAÇÃO PARA
A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA, EM
NOME DA AUTORIDADE NACIONAL
PALESTINA

ATO ASSINADO ENTRE O MERCOSUL E
A REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA – FOZ
DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010
16/12/2010

ACORDO-QUADRO PARA O
ESTABELECIMENTO DE UMA ÁREA DE
LIVRE COMÉRCIO ENTRE O MERCOSUL
E A REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA

REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL-
AUSTRÁLIA-NOVA ZELÂNDIA – FOZ
DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010
– DECLARAÇÃO CONJUNTA
16/12/2010

Por ocasião da XL Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Kevin Rudd, e o Embaixador da Nova Zelândia junto ao Governo brasileiro participaram como Convidados Especiais da XL Reunião do Conselho do

Mercado Comum (CMC), em 16 de dezembro de 2010. Os Ministros das Relações Exteriores do Mercosul expressaram sua profunda satisfação pela presença do Ministro Rudd e do representante da Nova Zelândia.

Os Ministros do Mercosul e da Austrália e o representante da Nova Zelândia reafirmaram seu compromisso de incrementar a cooperação tradicional entre seus países. Particularmente, consideraram a importância do aprofundamento das relações econômicas e comerciais entre seus países. Reconheceram a importância de fluxos de comércio e de investimentos.

Mercosul, Austrália e Nova Zelândia empreenderão esforços para adotar medidas apropriadas para facilitar e fortalecer o comércio e investimento entre as duas regiões. Neste contexto, os Ministros reafirmaram a importância de reativar o Diálogo Mercosul-CER, lançado em 1994, e destacaram o encontro realizado em Punta del Este, em 19 de abril de 2010, entre representantes do Mercosul, Austrália e Nova Zelândia, bem como a possibilidade de se negociar um entendimento que fortaleça as relações entre Mercosul, Austrália e Nova Zelândia.

A fim de fortalecer as relações comerciais e econômicas, os Ministros de Mercosul, Austrália e Nova Zelândia incentivarão um diálogo periódico em nível de Ministros e/ou de Altos Funcionários para tratar de assuntos de interesse comum. O Diálogo será convocado anualmente, ou em um intervalo determinado mutuamente entre as partes, e considerará, entre outros, os seguintes temas:

(a) identificação de ações apropriadas para promover o acesso a mercados para bens e serviços;

(b) monitoramento do desenvolvimento das relações comerciais e de investimentos entre Mercosul, Austrália e Nova Zelândia, a fim de identificar e promover oportunidades

para expandir tais relações;

(c) análise de fatores e medidas, incluindo aqueles de terceiros países, que influenciem as relações comerciais e de investimentos entre Mercosul, Austrália e Nova Zelândia;

(d) facilitação e incentivo para crescente envolvimento de setores privados, por meio da promoção de missões empresariais, feiras comerciais e outras atividades; e

(e) cooperação e consultas no âmbito da OMC e do Grupo de Cairns e de outros foros internacionais relevantes para assuntos econômicos e de comércio multilateral.

REUNIÃO MINISTERIAL MERCOSUL- EMIRADOS ÁRABES UNIDOS – FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 – COMUNICADO DE IMPRENSA

16/12/2010

Por ocasião da XL Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, realizada em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010, os Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros do Mercosul mantiveram encontro com Sua Alteza o Xequê Abdullah bin Zayed Al Nahyan, Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos (EAU).

Os EAU atualmente detêm a presidência rotativa do Conselho Supremo do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). A participação do Xequê Abdullah na Cúpula do Mercosul reflete a cooperação crescentemente próxima entre o CCG e os países da América Latina.

Os Ministros recordaram que a negociação entre os dois blocos foi lançada no contexto da I Cúpula ASPA, realizada em Brasília, em maio de 2005.

Os Ministros reafirmaram o compromisso de criar uma Área de Livre Comércio Mercosul-CCG e recordaram a instrução dos

Chefes de Estado e de Governo por ocasião da II Cúpula da ASPA, realizada em Doha, em março de 2009, no sentido de acelerar o ritmo das reuniões, com o intuito de concluir as negociações o mais brevemente possível.

Reconheceram que o processo Mercosul-CCG contribui não só para a criação de oportunidades de comércio para os membros de ambos os blocos, como também para aprofundar as relações entre países árabes e sul-americanos. Os Ministros ressaltaram a importância de se buscar meios adicionais para aprofundar as relações econômicas entre os blocos, ademais das negociações para o livre comércio.

Com estes objetivos em mente, comprometeram-se a explorar soluções criativas para as questões pendentes da negociação de ALC Mercosul-CCG e para avançar a discussão de mecanismos adicionais para aprofundar laços econômicos entre as duas regiões.

ATO ASSINADO ENTRE O MERCOSUL E
A REPÚBLICA DA TURQUIA – FOZ DO
IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010
16/12/2010

MEMORANDO PARA O
ESTABELECIMENTO DO MECANISMO
DE DIÁLOGO POLÍTICO E
COOPERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS
PARTES DO MERCADO COMUM DO SUL
(MERCOSUL) E ESTADOS ASSOCIADOS
E A REPÚBLICA DA TURQUIA

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL e o Estado Plurinacional da Bolívia, a República do Chile, a República da Colômbia, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, Estados

Associados, por uma parte; a República da Turquia, pela outra; doravante denominadas as “Partes” do presente Memorando.

Expressando seu firme compromisso em favor dos objetivos e princípios do direito internacional consagrados na Carta das Nações Unidas, tais como a igualdade soberana dos Estados, o respeito pela soberania, a abstenção de recorrer ao uso ou ameaça do uso da força e a não intervenção nos assuntos internos dos Estados;

Reafirmando o interesse mútuo em fortalecer os laços tradicionais de amizade e cooperação, bem como o desejo de melhorar e diversificar o diálogo político entre as Partes,

Acordam:

ARTIGO 1

Estabelecer um Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação, visando a realizar consultas entre as Partes em temas internacionais e regionais, para aprofundar os vínculos de amizade e entendimento mútuo, propiciar o diálogo e fortalecer a cooperação em temas de interesse comum, no âmbito dos foros multilaterais dos quais participam.

ARTIGO 2

Visando a cumprir com os objetivos estabelecidos, as Partes desenvolverão, entre outras, as seguintes atividades:

1) Fortalecimento da prática de colaboração e cooperação no âmbito internacional por meio da celebração de consultas regulares nos assuntos de interesse mútuo, quando for adequado e em forma oportuna para as Partes;

2) Intercâmbio de experiências e informação em matéria de processos de integração regional;

3) Organização, celebração e participação em conferências, seminários e outros eventos de interesse mútuo relativos às questões indicadas no Artigo 3º.

ARTIGO 3

O diálogo político e a cooperação incluirão, entre outros, os seguintes temas:

Análise e discussão das relações de longo prazo entre as Partes e dos temas relacionados com a promoção e proteção da democracia e os direitos humanos, a manutenção da paz e a segurança internacionais, a prevenção de conflitos, o fortalecimento da segurança internacional, o desarmamento e a não proliferação de armas de destruição em massa, a cooperação na luta contra o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, o problema global das drogas, a lavagem de ativos, o tráfico ilícito de migrantes, o tráfico de pessoas, a corrupção e outras formas de crime transnacional organizado, o fortalecimento do multilateralismo, em particular no âmbito do Sistema das Nações Unidas, o desenvolvimento social, a inclusão e coesão social, a eliminação da pobreza e a cooperação em matéria científico-técnica.

ARTIGO 4

O Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre as Partes será coordenado pelo Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL e o Ministério das Relações Exteriores da República da Turquia.

As Partes levarão a cabo suas diferentes reuniões no lugar e nível que de comum acordo estimarem mais adequado. As Partes se reunirão em nível Ministerial e/ou de Altos Funcionários pelo menos a cada dois anos.

A data e agenda das respectivas reuniões serão acordadas entre a Coordenação Nacional do Foro de Consulta e Concertação Política, em exercício da Presidência Pro Tempore do MERCOSUL, e o Ministério das Relações Exteriores da República da Turquia.

Caso haja interesse mútuo, as Partes poderão propor, através dos canais diplomáticos, avaliar a possibilidade de convocar encontros especializados entre as instituições e agências pertinentes da República da Turquia e as Reuniões de Ministros e/ou Reuniões de Altas Autoridades da estrutura do MERCOSUL

com competência específica nos temas mencionados no Artigo 3º.

ARTIGO 5

O presente Memorando entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e permanecerá em vigência por um período de tempo indefinido. Qualquer uma das Partes poderá dar por terminado o Memorando mediante notificação escrita à outra com seis meses de antecipação.

ARTIGO 6

Nenhum dos artigos do presente Memorando afetará os respectivos direitos e obrigações das Partes com relação aos Acordos, Convênios ou outros instrumentos legais internacionais dos quais sejam parte, tanto individual quanto coletivamente, nem gerará direitos e/ou obrigações para além do próprio Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação que se cria.

ARTIGO 7

A República do Paraguai será o depositário do presente Memorando para o MERCOSUL e Estados Associados.

Feito em Foz do Iguaçu, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, em dois exemplares em espanhol, português, inglês e turco, sendo todos os textos igualmente autênticos. Caso haja desacordo na interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO
DA XL REUNIÃO DO CONSELHO DO
MERCADO COMUM DO SUL – FOZ DO
IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010

16/12/2010

I) ATA DE ADESÃO DA REPÚBLICA
DA COLÔMBIA AO ACORDO QUADRO
SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA
DE SEGURANÇA REGIONAL ENTRE OS

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, A REPÚBLICA DA BOLÍVIA, A REPÚBLICA DO CHILE, A REPÚBLICA DO EQUADOR, A REPÚBLICA DO PERU E A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

II) MEMORANDO PARA O ESTABELECIMENTO DE MECANISMO DE DIÁLOGO POLÍTICO E COOPERAÇÃO ENTRE O MERCOSUL E A REPÚBLICA DE CUBA

III) ACORDO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA DO MERCOSUL

IV) ACORDO SOBRE MANDADO MERCOSUL DE CAPTURA E PROCEDIMENTOS DE ENTREGA ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DO ENCONTRO ENTRE OS PRESIDENTES DO BRASIL E DO SURINAME - FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010

16/12/2010

Por ocasião do encontro entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Sr Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da República do Suriname, Sr. Desi Bouterse, em 16 de dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu, foram assinados os seguintes acordos:

I) AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “PROGRAMA DE TREINAMENTO EM PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS VEGETAIS”

II) AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O

GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PARA O DEPARTAMENTO DE MICOLOGIA/ BACTERIOLOGIA NO SURINAME”

III) MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE BIOENERGIA, INCLUINDO BIOCOMBUSTÍVEIS

IV) AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “MAPEAMENTO DA GEODIVERSIDADE/GEOLÓGICO NA FRONTEIRA BRASIL-SURINAME”

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO

FOCEM

16/12/2010

O Conselho de Administração do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), criado pela Decisão CMC 01/10 e integrado pelos Coordenadores Nacionais do GMC, reuniu-se pela primeira vez em Foz do Iguaçu para avaliar o funcionamento do Fundo neste semestre, com base em relatório apresentado pela Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), que gerencia o Fundo.

O FOCEM é constituído por contribuições regulares anuais no valor de US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 70 milhões do Brasil, US\$ 27 milhões da Argentina, US\$ 2 milhões

do Uruguai e US\$ 1 milhão do Paraguai. Está autorizada, também, a realização de contribuições voluntárias dos Estados Partes.

Com a aprovação, pelo Conselho do Mercado Comum de Foz do Iguaçu, de mais dois projetos (para a reabilitação de ferrovia no Uruguai e para o saneamento básico na cidade de São Borja-RS), o FOCEM, com menos de quatro anos de funcionamento, passa a contar com carteira de 36 projetos aprovados, que totalizam US\$ 1,08 bilhão, dos quais quase US\$ 800 milhões constituem recursos do FOCEM.

O Paraguai é o principal beneficiário do FOCEM, com 16 projetos aprovados, que totalizam US\$ 583 milhões em recursos doados pelo Fundo (73% do total dos recursos já distribuídos). O segundo maior beneficiário é o Uruguai, com US\$ 147 milhões de recursos doados pelo FOCEM para oito projetos (18% do total). Outros US\$ 14 milhões foram destinados ao projeto pluriestatal Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa (PAMA).

Os projetos do FOCEM têm ajudado a enfrentar os desafios decorrentes das assimetrias entre os Estados Partes do MERCOSUL, beneficiando áreas como transporte, energia, habitação, saneamento ambiental, incentivos às pequenas e médias empresas, integração produtiva, educação. Dentre os 36 projetos FOCEM, cabe destacar os seguintes:

a) Projeto brasileiro-paraguaio de construção da linha de transmissão Elétrica de 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes, nas proximidades de Assunção, com custo total de US\$ 555 milhões, dos quais US\$ 400 milhões em recursos do FOCEM;

b) Projeto paraguaio de reabilitação e pavimentação asfáltica do trecho Concepción-Puerto Vallemí, orçado em US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 75 milhões em recursos do FOCEM;

c) Projeto uruguaio de interconexão elétrica de 500 MW Uruguai-Brasil, no valor total de US\$ 98 milhões, com US\$ 83 milhões em

recursos do FOCEM;

d) Projeto uruguaio de reabilitação da linha ferroviária de Rivera, no valor de US\$ 75 milhões, com US\$ 50 milhões de recursos do FOCEM;

e) Projeto argentino de ampliação e adequação em estabelecimentos de ensino obrigatório na Província de Santa Fé, no valor total de US\$ 8 milhões, com US\$ 5,2 milhões em recursos do FOCEM;

f) Projeto argentino de interconexão elétrica de 132 kV entre Ibera e Paso de los Libres Norte, orçado em US\$ 19 milhões, com US\$ 13 milhões em recursos do FOCEM;

g) Projeto brasileiro de implantação da Biblioteca e do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), orçado em US\$ 22 milhões, com US\$ 17 milhões em recursos do FOCEM;

h) Projetos brasileiros de saneamento básico em Ponta Porã (MS) e São Borja (RS), que receberão, em conjunto, US\$ 11 milhões de recursos do FOCEM;

i) Projetos brasileiros de integração de cadeias produtivas nos setores automotivo e de petróleo e gás, que receberão US\$ 5,3 milhões de recursos do FOCEM.

O Conselho de Administração do FOCEM voltará a se reunir no final do próximo semestre.

ENCONTRO ENTRE OS PRESIDENTES DO BRASIL E DO SURINAME - COMUNICADO CONJUNTO - FOZ DO IGUAÇU, 16 DE DEZEMBRO DE 2010

17/12/2010

Por ocasião da XL Cúpula do Mercosul (Foz do Iguaçu, 16 e 17 de dezembro de 2010), os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Suriname, Desirée Delano Bouterse, reuniram-se para examinar a agenda bilateral.

O Presidente Bouterse agradeceu ao Presidente Lula o envio, nos últimos dois meses, de missões multidisciplinares de alto nível do Brasil ao Suriname, chefiadas pelo Secretário-Geral e pelo Subsecretário de América do Sul, Central e Caribe (SGAS) do Ministério das Relações Exteriores, e integradas por representantes do governo federal, de autarquias e de centros acadêmicos.

A intensificação dos contatos das autoridades dos dois países propiciou a elaboração, durante a visita do SGAS, de “Programa de Trabalho” que prioriza projetos bilaterais estruturantes, no marco do qual já foram gerados os seguintes resultados concretos:

1 – Biocombustíveis

Assinatura, no dia 16 de dezembro, em Foz do Iguaçu, de Memorando de Entendimento voltado a auxiliar o desenvolvimento de indústria local surinamesa de biocombustíveis, em especial de etanol.

2 - Cooperação no Setor de Mineração

Assinatura, no dia 16 de dezembro, em Foz do Iguaçu, do Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto “Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname”, cuja finalidade consiste em desenvolver o conhecimento sobre a geologia, a geofísica e a geodiversidade da região.

3 – Cooperação no Setor Agrícola

Assinatura, no dia 16 de dezembro, em Foz do Iguaçu, do Ajuste Complementar para Implementação do Projeto de Treinamento em Produção e Industrialização de Vegetais, o qual permitirá treinar técnicos surinameses em processamento e embalagem de produtos de olericultura.

4 – Cooperação em Saúde

Assinatura, no dia 16 de dezembro, em Foz do Iguaçu, do Ajuste Complementar em matéria de capacitação para o Departamento de Micologia e Bacteriologia do Suriname, o qual ensinará a transferência de boas práticas,

com vistas a aumentar a eficiência na detecção de doenças fúngicas e bacterianas de cultivos.

5 - Integração Física

Realização, nos dias 22 e 23 de novembro, na cidade de Belém, de reunião técnica para discutir as pré-condições para futura construção de Estrada Norte-Sul. Os Presidentes sublinharam a importância de realizar, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2011, reunião de seguimento sobre o tema, na cidade de Manaus.

6 – Cooperação em Defesa

Doação, em outubro, de sete contêineres habitáveis às Forças Armadas do Suriname. Os Presidentes congratularam-se pelo anúncio de que, em janeiro de 2011, deverá ser realizada missão brasileira ao Suriname com objetivo de identificar projetos prioritários de cooperação na área de defesa.

7 – Cooperação no Setor Educacional

Contratação de dois professores adicionais pelo Centro Cultural Brasil-Suriname (CCBS), a qual permitirá que maior número de estudantes surinameses se candidatem a bolsas de estudos em universidades brasileiras, no marco do Programa de Estudantes Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG).

Reiteraram a necessidade de levar adiante projetos nas seguintes áreas:
1 - Grupo de Trabalho sobre Temas Migratórios e Consulares

Ressaltaram que a I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Temas Migratórios e Consulares, a ser realizada em março de 2011, permitirá encaminhar as demandas da comunidade de brasileiros no Suriname.

2 – Cooperação no Setor Energético

Lembraram que eventual elaboração de inventário hidrológico do Suriname ajudaria a identificar as regiões com maior potencial para a produção sustentável de energia elétrica. Ressaltaram a importância da futura realização, em Paramaribo, pela Agência

Nacional de Petróleo (ANP) de Seminário sobre Regulação no Setor Petrolífero, voltado a funcionários de governo e técnicos da empresa surinamesa Staatsolie.

3 – Cooperação Técnica

Assinalaram a relevância de ampliar o programa bilateral de cooperação técnica, que constitui ferramenta fundamental para o adensamento das relações bilaterais, notadamente nas áreas de agricultura, estatística e promoção da igualdade racial e de gênero.

4 - Comércio

Reiteraram a importância de que seja realizada missão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) ao Suriname, com vistas a identificar projetos comerciais, tanto voltados ao mercado surinamês, como para terceiros países.

5 - Interconexão Aérea e Marítima

Lembraram a importância de estabelecer novas linhas de navegação de cabotagem entre Brasil e Suriname, a fim de diminuir os custos de logística e estimular o comércio na região.

Salientaram, com o mesmo propósito, a necessidade de examinar meios para incentivar companhias aéreas de ambos os países a ampliar as frequências de vôos de passageiros e de carga entre os dois países.

6 – Cooperação na Área Agrícola

Ressaltaram a importância de realizar, em 2011, missão técnica voltada a identificar possibilidades de cooperação bilateral na área agrícola.

COMUNICADOS EMITIDOS POR OCASIÃO DA XL CÚPULA DE PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS 17/12/2010

1 - COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES

DO MERCOSUL

2 - COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS DO MERCOSUL

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Os Presidentes da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner; do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; do Paraguai, Fernando Lugo Méndez; do Uruguai, Jose Mujica, e a Vice-Chanceler para América Latina e o Caribe da Venezuela, María Jacqueline Mendoza, reunidos em Foz do Iguaçu, Brasil, no dia 17 de dezembro de 2010, por ocasião da XL Reunião do Conselho do Mercado Comum:

1. Expressaram satisfação pela participação dos Presidentes dos Estados Associados ao Mercosul e saudaram os Presidentes da Bolívia, Evo Morales; do Chile, Sebastián Piñera; e os representantes de Colômbia, Equador e Peru.

2. Saudaram igualmente a participação, como convidados, dos Presidentes da Guiana, Bharrat Jagdeo; e do Suriname, Desiré Delano Bouterse.

3. Salientaram o caráter simbólico deste encontro, que transcorreu sob o signo dos vinte anos do Tratado de Assunção, a serem celebrados em 26 de março de 2011, durante a Presidência Pro Tempore do Paraguai.

4. Coincidiram na avaliação de que, em 2010, foram logrados avanços importantes para a consolidação do Bloco, que reafirmaram a força e o sentido estratégico do Mercosul como projeto de integração profunda e solidária.

5. Recordaram a capacidade de organização e resposta que a região demonstrou na crise financeira internacional de 2008/2009. Celebraram a rápida recuperação do comércio intra-regional, que superará os níveis recordes de 2008, evidenciando a importância da integração regional como instrumento fundamental para superar crises externas.

6. Coincidiram em que os elevados índices de crescimento econômico do Bloco oferecem momento propício para o estabelecimento de metas de longo prazo para o aprofundamento da integração. Nesse sentido, congratularam-se com a aprovação do Programa de Consolidação da União Aduaneira.

Registraram com satisfação que o referido Programa constitui uma agenda integrada de trabalho que oferece uma visão de conjunto sobre os trabalhos que devem ser desenvolvidos para o aperfeiçoamento da União Aduaneira. Destacaram, ainda, que o Programa possibilitará reavaliação periódica e global das metas pretendidas.

7. Tomaram nota da realização da Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul e Estados Associados, e ressaltaram a importância de elaborar políticas dirigidas a incrementar a coordenação macroeconômica entre os países do Bloco, na medida em que a crescente interdependência entre os Estados Partes, consequência do avanço na consolidação da União Aduaneira, aumenta os possíveis benefícios da coordenação.

Nesse sentido, destacaram os trabalhos realizados pelo Grupo de Monitoramento Macroeconômico e os avanços do Projeto de Cooperação Técnica e Financeira da União Europeia (UE) e o Mercosul “Apoio ao Monitoramento Macroeconômico”.

8. Saudaram a aprovação de novas diretrizes para o aprofundamento da liberalização em serviços, destacando a decisão de concluir a consolidação nas listas de compromissos dos marcos regulatórios nacionais e a determinação de avaliar de maneira abrangente a situação do comércio de serviços na região.

9. Celebraram a decisão de estabelecer novos parâmetros para a negociação de um acordo de investimentos que contemple disciplinas para a criação de condições mais favoráveis para os

investidores e investimentos, bem como regras para a progressiva eliminação de restrições a investimentos diretos nos Estados Partes.

10. Felicitaram-se pela aprovação do Acordo de Defesa da Concorrência do Mercosul, que constituirá um mecanismo de cooperação entre os Estados Partes em matéria de concorrência, em benefício dos consumidores da região.

11. Saudaram a aprovação do Plano de Ação para a conformação do Estatuto da Cidadania do Mercosul, que permitirá aprofundar a dimensão cidadã do bloco, bem como criar e consolidar direitos e garantias fundamentais de que gozarão os indivíduos por serem cidadãos do Mercosul.

Nesse sentido, reafirmaram o compromisso de implementar integralmente o Plano de Ação até o 30º aniversário do Mercosul.

12. Felicitaram-se pela criação do cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul, que fortalece a institucionalidade do Bloco.

13. Congratularam-se pela criação da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), destinada a garantir, de forma efetiva e permanente, a participação social no processo de integração.

14. Saudaram a aprovação do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS), que reflete a prioridade conferida pelos Estados Partes à implementação de políticas sociais para a erradicação da pobreza e promoção de maior igualdade social. Nesse sentido, reiteraram que as políticas sociais são políticas de Estado.

Ressaltaram que o PEAS contém metas de desenvolvimento regional mais ambiciosas que as contidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

15. Expressaram satisfação pela finalização do processo de seleção de funcionários do Instituto Social do Mercosul (ISM), que permitirá seu pleno funcionamento a partir

de 2011. Ressaltaram, nesse contexto, o papel central do ISM no apoio técnico para a implementação das políticas sociais regionais contidas no PEAS.

16. Manifestaram sua satisfação pela assinatura do Convênio entre o ISM e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual permitirá a cooperação entre ambas as instituições para a pesquisa, análise, promoção e difusão de políticas sociais do Mercosul.

17. Congratularam-se pelo fortalecimento do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), que conta hoje com uma carteira de projetos que supera US\$ 1 bilhão.

Nesse sentido, acolheram com satisfação as Decisões do Conselho Mercado Comum que aprovaram dois novos projetos para financiamento pelo FOCEM: o projeto “Reabilitação de Ferrovia, Linha Rivera: Trecho Pintado (Km 144) - Fronteira (km 566)”, do Uruguai, e o projeto “Obras de Engenharia do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de São Borja - RS”, do Brasil.

18. Expressaram satisfação pelos avanços obtidos pelo Grupo de Integração Produtiva, que vem desenvolvendo ações concretas para o fortalecimento do papel das micro, pequenas e médias empresas no processo de integração. Tomaram nota da assinatura dos Convênios de Financiamento do “Programa de Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do Mercosul” e do Projeto “Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás”, que serão financiados pelo FOCEM, bem como da implementação de iniciativas de capacitação de pequenas e médias empresas em associatividade, por parte do Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR) e da Corporação Andina de Fomento (CAF).

Reconheceram, em especial, os avanços no diálogo sobre temas horizontais para a integração produtiva – como a formação conjunta de recursos humanos, fortalecimento do portal empresarial,

desenvolvimento do debate sobre conceito e formas de integração produtiva e metodologia de apresentação e avaliação de projetos de integração produtiva – e temas setoriais, como os entendimentos sobre necessidades e possibilidades de integração de complexos industriais específicos, tais como produção de alimentos e agroindústria, setor aeronáutico, naval, automotivo, de produtos fitossanitários, de energia eólica, de petróleo e gás, de integração fronteiriça e seus aspectos logísticos.

19. Reiteraram a importância do financiamento dos esforços associativos de integração produtiva e manifestaram o especial interesse em dispor de instrumentos operativos para oferecer garantias para as micro, pequenas e médias empresas. Nesse sentido, alentaram a exploração de caminhos complementares com instituições regionais como a CAF e outras que complementem os avanços registrados.

20. Receberam com satisfação o lançamento do “Portal MERCOSUR Negócios”, no âmbito da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul (REPCCM), que centraliza a coordenação e divulgação das ações conjuntas do Bloco, bem como permite maior divulgação internacional dos portais de promoção comercial e investimentos dos Estados Partes.

Além disso, saudaram a iniciativa de colocar, nos estandes em feiras internacionais, a identidade visual do Mercosul, no qual empresários dos Estados Partes poderão expor, conjuntamente, seus produtos e serviços.

21. Destacaram o desempenho satisfatório do Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML), que promove a maior utilização das moedas nacionais no comércio regional, o que acarreta redução dos custos financeiros das operações e maior racionalidade à utilização de divisas internacionais. O Sistema, já em operação entre os Bancos Centrais da

Argentina e do Brasil, deverá ser brevemente implementado entre os Bancos Centrais do Brasil e do Uruguai.

22. Tomaram nota dos trabalhos técnicos em andamento para finalizar as normas operacionais do Banco do Sul, as quais orientarão as atividades da instituição em seus primeiros anos. Instaram também aqueles países que ainda não aderiram ao Convênio Constitutivo do Banco a acompanhar os trabalhos técnicos ora desenvolvidos, com vistas a melhor embasar uma futura adesão àquele instrumento.

23. Felicitaram-se pela criação da Patente Mercosul, que deverá facilitar a circulação rodoviária no âmbito regional.

24. Manifestaram que o Parlamento do Mercosul constitui elemento central para o fortalecimento do pilar da cidadania do Mercosul, reiterando a importância do fortalecimento institucional do Bloco em todas as suas dimensões, incluindo o sistema de solução de controvérsias e o sistema normativo.

25. Manifestaram satisfação pela assinatura do Memorando para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre o Mercosul e a República de Cuba, que permitirá aprofundar os laços de amizade do Mercosul com aquele país irmão.

26. Renovaram seu compromisso com o desenvolvimento regional integrado, inclusivo e equitativo, levando em consideração a importância de assegurar um tratamento mais favorável às economias pequenas e mais vulneráveis.

27. Coincidiram em que o fortalecimento do multilateralismo é fundamental para assegurar um mundo mais seguro, estável e pacífico, o que evidencia a urgência de se implementar uma verdadeira reforma das Nações Unidas que fortaleça e assegure a eficácia, a transparência, a representatividade e a democratização de seus órgãos principais, em particular do Conselho de Segurança.

28. Reiteraram a necessidade de uma conclusão satisfatória e equilibrada para as negociações multilaterais da Rodada Doha que contemple especialmente os interesses e as necessidades dos países em desenvolvimento, de acordo com os mandatos e princípios acordados nas Conferências Ministeriais da OMC de Doha (2001) e Hong Kong (2005).

29. Nesse sentido, ressaltaram a necessidade de eliminar práticas comerciais distorcidas, em particular no comércio agrícola, e de permitir uma adequada flexibilidade aos países em desenvolvimento para a execução de políticas industriais que assegurem a sustentabilidade sistêmica das políticas sociais pelos países da região.

30. Enfatizaram a importância da agenda de negociações extrarregionais do Bloco. Nesse sentido, reafirmaram a prioridade à negociação de acordo de associação ambicioso e equilibrado entre o Mercosul e a UE. Tomaram nota da realização, no segundo semestre de 2010, da XVIII e da XIX Reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) Mercosul-UE. Registraram que o Mercosul seguirá empenhado em buscar conclusão das negociações com a brevidade possível.

31. Tomaram nota, com satisfação, dos avanços na negociação de acordo de livre comércio Mercosul – Jordânia. Reafirmaram a vontade política de concluir essas negociações ainda no primeiro semestre de 2011.

32. Saudaram a assinatura do Acordo-Quadro para o Estabelecimento de uma Área de Livre Comércio entre o Mercosul e a República Árabe da Síria, bem como do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina. Ambos os acordos reafirmam o interesse do Mercosul em estreitar relações com o mundo árabe.

33. Saudaram a presença em Foz do Iguaçu do Ministro de Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos, país que no momento detém a presidência rotativa do Conselho Supremo do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), e reafirmaram o interesse do Mercosul na retomada de negociações de acordo de livre comércio entre os dois blocos.

34. Saudaram a presença em Foz do Iguaçu do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália e do Embaixador da Nova Zelândia no Brasil. Salientaram os termos de Declaração Conjunta pela qual Mercosul, Austrália e Nova Zelândia concordaram em reativar o diálogo com vistas à ampliação das relações econômicas e comerciais entre as duas regiões.

35. Expressaram sua mais profunda solidariedade com a República Bolivariana da Venezuela e a República da Colômbia pela situação de emergência que enfrentam devido às intensas chuvas das últimas semanas, que estão vitimando milhares de famílias, destruindo lavouras, moradias e infraestruturas viárias, impedindo, assim, o oferecimento de serviços básicos à população.

36. Manifestaram seu agradecimento e reconhecimento pelo incansável trabalho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos oito últimos anos, em prol do fortalecimento do processo de integração sul-americana e, em particular, do Mercosul.

37. Expressaram especial agradecimento à Itaipu Binacional e ao Estado do Paraná, a suas autoridades e seu povo, por sua generosa acolhida.

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS DO MERCOSUL

1. A Presidente e os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados reuniram-se na cidade de Foz do Iguaçu, Brasil, no dia 17 de dezembro de 2010, por

ocasião da XL Reunião do Conselho do Mercado Comum.

2. Reiteraram seu profundo pesar pelo recente falecimento do Dr. Néstor Kirchner, ex-Presidente da Nação Argentina e primeiro Secretário-Geral da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), e compartilharam da dor da Senhora Presidente Cristina Fernández de Kirchner e de todo o povo argentino.

3. Às vésperas do aniversário dos 20 anos da assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 2011, os Presidentes destacaram os avanços obtidos pelo Mercosul nos campos econômico-comercial, institucional, educativo e social, que permitiram fortalecer os laços históricos e culturais entre os Estados Partes e Associados.

4. Congratularam-se pelas boas relações entre todos os países da região e se comprometeram a aprofundar os mecanismos de integração e concertação regional, por meio de um diálogo político permanente que permita fortalecer a unidade regional e consolidar a América do Sul como uma zona de paz.

5. Reiteraram o repúdio à tentativa de golpe de Estado perpetrado no Equador no dia 30 de setembro de 2010 e expressaram sua solidariedade com o povo e o governo do país. Afirmaram que fatos e tentativas similares de subverter o Estado de Direito e a ordem legitimamente constituída merecem condenação e ações firmes.

Destacaram a relevância política da UNASUL e congratularam-se pelos resultados de sua IV Cúpula, em particular pela adoção do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre Compromisso com a Democracia. Nesse contexto, reiteraram seu compromisso com a promoção, defesa e proteção da ordem democrática, do Estado de Direito e suas instituições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Reconheceram,

ainda, a importante contribuição que podem oferecer as organizações regionais e sub-regionais à solução pacífica das controvérsias.

6. Reiteraram que o Mercosul se baseia em uma decisão estratégica dos países da região para alcançar um desenvolvimento integral sustentável que permita erradicar a pobreza, a fome e assegure a conformação de sociedades mais justas, inclusivas e equitativas. Nesse sentido, comprometeram-se a aprofundar os mecanismos jurídicos e políticos necessários para garantir a aplicação, desenvolvimento e continuidade dos programas de proteção e promoção social, assim como os de inclusão social e econômica, para convertê-los em políticas de Estado.

7. Reiteraram seu apoio à candidatura, apresentada pelo governo brasileiro, do nome do Dr. José Graziano da Silva para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, nas eleições que se celebrarão por ocasião da 37ª Conferência da FAO (Roma, 25 de julho de 2011).

8. Reafirmaram a importância de impulsionar a participação social no processo de integração regional e, nesse contexto, tomaram nota das propostas realizadas pelos setores sociais na Cúpula Social realizada em Foz do Iguaçu, em dezembro de 2010.

9. Renovaram seu compromisso com o desenvolvimento regional integrado, inclusivo e com equidade, tendo em conta a importância de assegurar um tratamento favorável às economias pequenas e mais vulneráveis. Comprometeram-se, também, a outorgar todo o apoio necessário aos países em desenvolvimento sem litoral marítimo, tendo em conta que as características especiais destes merecem um enfoque adequado para atender suas necessidades, vulnerabilidades e problemas específicos, facilitando-lhes o trânsito, pelo território dos países de passagem e por qualquer outro

meio de transporte, em conformidade com as regras aplicáveis de direito internacional, as convenções internacionais e os convênios bilaterais vigentes.

10. Reafirmaram a importância dos Acordos de Complementação Econômica (ACEs) com os Estados Associados, que promovem comércio de qualidade, de bens de maior valor agregado na região.

11. Felicitaram o Equador pelo dinâmico e eficiente trabalho realizado à frente da Presidência Pro Tempore da UNASUL e fizeram votos de sucesso à Guiana, confirmando sua disposição de colaborar com aquele país no que for necessário para garantir a continuidade dos trabalhos e a plena consolidação da estrutura institucional do organismo.

12. Ressaltaram a realização das primeiras reuniões do Programa de Trabalho de Caracas para a implementação do Plano de Ação de Montego Bay da CALC, incluindo a reunião sobre coordenação dos mecanismos regionais e sub-regionais de integração da América Latina e do Caribe, realizada em Caracas, em 25 e 26 de outubro.

13. Saudaram o início das discussões para a elaboração do Documento de Procedimentos da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) na reunião do Foro Unificado CALC-GRIO, realizada em Caracas, em 6 de setembro de 2010. Expressaram seu apoio ao trabalho da Venezuela como Secretaria do Foro Unificado e do Chile como Co-Presidente.

14. Renovaram seu compromisso de contribuir para o fortalecimento da OEA para atender os desafios dos países da América, em particular no que se refere ao desenvolvimento integral e à justiça social.

15. Tomaram nota da realização do IV Foro sobre Medidas de Confiança e Segurança da OEA, em Lima, nos dias 15 e

16 de novembro, e de suas recomendações, que incluem o fortalecimento da cooperação com a Comunidade Andina e os outros grupos subregionais na América Latina, em particular com relação ao controle transfronteiriço.

16. Ressaltaram a importância da plena implementação das recomendações contidas no Relatório da Comissão de Alto Nível, mandatada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, no marco da Resolução AG/RES. 2531, de 8 de junho de 2010, com vistas a contribuir para a normalização da situação política de Honduras, resolver a situação jurídica de Manuel Zelaya Rosales e garantir o respeito irrestrito dos direitos humanos no país.

17. Tomaram nota da realização do “Evento de Facilitação sobre a Aplicação da Resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas”, em Lima, de 9 a 11 de novembro de 2010.

18. Destacaram seu compromisso com o fortalecimento do multilateralismo, com a reforma integral das Nações Unidas e com a democratização das instâncias decisórias internacionais e manifestaram a importância de aprofundar os esforços para promover a necessária reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas para transformá-lo em um órgão mais democrático, representativo e transparente.

Reafirmaram seu apoio ao fortalecimento das instituições multilaterais a fim de torná-las mais eficientes, legítimas e representativas da realidade global atual. Consideraram urgente a reforma da Organização das Nações Unidas para a revitalização da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social, assim como a expansão, democratização e reforma dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança.

19. Destacaram a importância de acompanhar com atenção as eleições no Haiti,

salientando a necessidade de compromisso com a estabilidade, a democracia e a primazia da vontade popular. Manifestaram a expectativa de que o processo eleitoral haitiano siga seu curso no marco estrito da Constituição e da Lei, e de que partidos, candidatos e dirigentes políticos exerçam seus direitos por meios pacíficos e institucionais. Ao reiterarem seu apoio às atividades da Missão de Observação Eleitoral Conjunta OEA/CARICOM, salientaram a importância de preservar a estabilidade alcançada nos últimos anos, com a assistência da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

20. Destacaram o compromisso dos países da região com a reconstrução e o desenvolvimento do Haiti e reafirmaram sua disposição de colaborar com esse país, em particular diante da recente epidemia de cólera, em linha com as prioridades definidas pelo governo haitiano.

Nesse contexto, reiteraram o trabalho da MINUSTAH para criar as condições que visem à normalização institucional e à reconstrução integral do Haiti, assim como para a assistência humanitária nas áreas de saúde, educação, alimentação, energia e saneamento, entre outras. No mesmo sentido, saudaram as atividades da Comissão Interina para Reconstrução do Haiti (CIRH) e o trabalho humanitário desenvolvido por iniciativas nacionais como Cascos Blancos da República Argentina, pessoal humanitário do Paraguai e do Uruguai e da Brigada Internacional Humanitária Simon Bolívar da Venezuela, bem como por organizações não-governamentais da região.

Expressaram satisfação com a constituição da Secretaria Técnica da UNASUL, em Porto Príncipe, em linha com a Declaração de Solidariedade da UNASUL com o Haiti, adotada na Reunião de Chefes de Estado e de

Governo dos Países da UNASUL, celebrada em Quito, em 9 de fevereiro de 2010.

21. Também expressaram satisfação com a renovação do mandato da MINUSTAH, no mês de outubro, por mais um ano, e reconheceram o papel central que a Missão desempenha ao assegurar ambiente estável e seguro e prestar apoio ao processo democrático, ao fortalecimento das instituições e a iniciativas de reconstrução e desenvolvimento no país caribenho, sublinhando, em especial, a importância de projetos de impacto rápido que produzam dividendos para a população local.

22. Nos termos das Resoluções já aprovadas pela Assembleia Geral da ONU, reiteraram sua rejeição ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba, salientando sua contradição frente aos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. Renovaram seu chamado pelo fim imediato do embargo que prejudica milhões de cubanos.

23. Renovaram seu compromisso de continuar fortalecendo o processo de combate contra o tráfico ilícito de armas pequenas e ligeiras em todos os seus aspectos em âmbito nacional, subregional, regional e global, em particular no Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições (GTAM), assim como de seguir impulsionando as recomendações formuladas na IV Reunião Bienal de Estados do Programa de Ação das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Eliminar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Ligeiras em todos os seus aspectos – UNPOA, com vistas à aplicação do instrumento internacional mencionado.

24. Reiteraram que a mudança climática é um dos desafios ambientais mais importantes do século XXI. Destacaram, neste contexto, sua vontade de trabalhar de forma conjunta para fortalecer e dar continuidade ao regime internacional de mudança do clima sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre

Mudança do Clima (UNFCCC) e o Protocolo de Quioto, com a assinatura do 2º período de compromissos dos países do Anexo 1 e sua entrada em vigor a partir de 2013, bem como os princípios nela contemplados, em especial os princípios das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

25. Reafirmaram seu apoio aos trabalhos preparatórios da Rio+20, reconhecendo a importância de uma participação política de alto nível para adoção de propostas concretas, com vistas a fortalecer e renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

26. Reconheceram e respaldaram as iniciativas de mitigação das mudanças climáticas que, de maneira voluntária, se desenvolvem na região. Saudaram, nesse sentido, a iniciativa Yasuní-ITT, da República do Equador, que, por meio da não exploração de petróleo no Parque Nacional Yasuní, objetiva evitar a emissão de CO₂ para proteger a biodiversidade, os povos indígenas em isolamento voluntário e promover um modelo de desenvolvimento sustentável.

27. Tendo em conta a reivindicação dos valores dos povos, reconheceram que a mastigação da folha de coca é uma manifestação cultural ancestral do povo da Bolívia que deve ser respeitada pela Comunidade Internacional.

28. Reafirmaram seu compromisso com a promoção e respeito irrestrito dos direitos humanos como condição essencial do processo de integração. Reconheceram, ainda, a importância de avançar progressivamente a uma posição concertada nos diversos foros multilaterais de direitos humanos nos quais participam os países da região. Nesse contexto, reiteraram a importância do pleno funcionamento do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul.

Reiteraram sua intenção de fomentar uma

maior cooperação para preservar o direito à verdade e à memória, bem como seu interesse na elaboração de uma iniciativa sobre memória e preservação de lugares históricos nos quais tenham sido registradas ações de repressão e detenção clandestina como testemunho do ocorrido no passado na região.

Nesse sentido, saudaram a colocação, no dia 16 de dezembro último, em Foz do Iguaçu, da pedra fundamental do monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos da região, por iniciativa da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul e Estados Associados (RAADH).

29. Reafirmaram seu compromisso de fortalecer os mecanismos destinados a promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em seus países, dotando-os de recursos e autonomia necessários a garantir os direitos das mulheres. Nesse âmbito, reafirmaram os compromissos assumidos na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, realizada em Brasília em julho de 2010 (Consenso de Brasília).

Nesse sentido, comprometeram-se a empenhar todos os esforços pela eliminação da violência contra as mulheres, seja por meio da atualização da legislação pertinente, conforme a Convenção de Belém do Pará, seja pela adoção de políticas públicas dirigidas à mudança dos padrões socioculturais que reproduzem a violência e a discriminação contra as mulheres.

30. Manifestaram o compromisso com a promoção dos direitos das mulheres em temas como saúde sexual e reprodutiva, participação na economia e na política, igualdade de oportunidades no trabalho, luta contra todas as formas de violência, de exploração e de feminização da pobreza, bem como prevenção e tratamento de HIV/AIDS.

31. Reafirmaram, ainda, seu compromisso com a promoção e proteção dos direitos

das crianças e adolescentes, como eixos prioritários das políticas de saúde, educação, cultura, erradicação da pobreza e proteção contra todas as formas de exploração, em particular a exploração sexual e o trabalho forçado.

32. Reiteraram seu interesse em aprofundar o tratamento dos Direitos dos Idosos na Organização dos Estados Americanos (OEA) e nas Nações Unidas, com o objetivo de contar com um instrumento internacional juridicamente vinculante que assegure esses direitos, promovendo dessa forma uma condição digna para a melhor idade.

33. Comprometeram-se a seguir impulsionando o progresso e a cooperação com vistas ao alcance dos Objetivos do Milênio das Nações Unidas no âmbito regional e subregional e a apoiar a implementação do Plano de Ação Global, aprovado na Conferência de Cúpula de Revisão dos Objetivos do Milênio, realizada nas Nações Unidas, em Nova York, em setembro último.

34. Destacaram a importância de promover programas de segurança alimentar e nutricional em benefício das populações dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados que garantam seu direito à alimentação.

Reiteraram o apoio à iniciativa do Estado Plurinacional da Bolívia para que a Assembleia Geral das Nações Unidas declare 2013 como o “Ano Internacional da Quíntua”, reconhecendo o alto conteúdo de nutrientes e a contribuição substancial que terá na alimentação da população mundial como o grão do futuro.

35. Reafirmaram sua disposição de fortalecer o diálogo e a cooperação a fim de garantir o respeito irrestrito aos direitos humanos dos migrantes e de suas famílias, independentemente de sua condição migratória, e sua integração plena nos países de destino, bem como desenvolvimento integral nos

países de origem dos fluxos migratórios, com especial ênfase na incorporação da perspectiva de gênero nas políticas migratórias.

Destacaram a Declaração de Princípios Migratórios e Diretrizes Gerais da Conferência Sul-americana sobre Migrações e do Plano Sul-americano de Desenvolvimento Humano das Migrações, adotados na X Conferência Sul-americana sobre Migrações, realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2010 em Cochabamba, Estado Plurinacional da Bolívia.

Instaram os países desenvolvidos a subscrever e ratificar a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e seus Familiares, aprovada, em 1990, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, instrumento fundamental de Direitos Internacional em matéria de proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e de suas famílias, sob o princípio fundamental da não-discriminação.

36. Saudaram a adoção por consenso da Resolução 64/293 da Assembleia Geral das Nações Unidas e seu anexo, o “Plano de Ação Mundial das Nações Unidas para Combater o Tráfico de Pessoas”, o qual permitirá o estabelecimento de novos mecanismos de cooperação internacional na matéria que contribuam para a prevenção e o julgamento do delito de tráfico de pessoas e a proteção das vítimas, em especial mulheres, crianças e adolescentes.

37. Exortaram, nesse sentido, os Estados que ainda não tenham feito, que adiram e ratifiquem a “Convenção das Nações Unidas contra a Delinquência Organizada Transnacional e de seus Protocolos Adicionais”: o “Protocolo para Prevenir, Suprimir e Sancionar o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças”, “Protocolo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Terra, Mar e Ar”.

38. Destacaram a realização da IV Reunião Especializada de Redução de Desastres

Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária do Mercosul (REHU). Nesse sentido, destacaram o fortalecimento do processo de reuniões técnicas da REHU, tanto na construção de ferramentas institucionais como nas temáticas de manejo de doações e guias compartilhados de operações, da abordagem de problemáticas transfronteiriças, da mobilização de equipes de resposta rápida e da importância da concretização dos projetos apresentados pelos Estados Partes da REHU.

39. Acordaram, também, impulsionar a coordenação regional de políticas, estratégias e planos, por meio da aproximação entre os mecanismos sub-regionais existentes de gestão de riscos, como o “Comité Andino para la Prevención y Atención de Desastres (CAPRADE)”, o “Centro de Coordinación para la Prevención de los Desastres Naturales en América Central (CEPREDENAC)”, a “Agencia Caribeña para el Manejo de los Desastres y la Emergencia (CDEMA)” e a Reunião Especializada de Reunião Especializada de Redução de Desastres Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária do Mercosul (REHU).

40. Destacaram, igualmente, a Conferência Internacional de Cooperantes Para a Reconstrução com Transformação da Guatemala.

41. Saudaram a realização do encontro do Parlamento Juvenil do Mercosul, em Montevideu, na República Oriental do Uruguai, entre 16 e 18 de outubro. Reconheceram a contribuição para a formação de uma cultura de integração proporcionada pelo debate entre os jovens representantes argentinos, bolivianos, brasileiros, colombianos, paraguaios e uruguaios acerca do tema “O Ensino Médio que Queremos” e pela apresentação, aos membros do Parlamento do Mercosul, de suas propostas com vistas às questões de inclusão,

gênero, trabalho, participação cidadã e direitos humanos, por meio da Declaração do Parlamento Juvenil do Mercosul.

42. Celebraram a realização da XX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que sob o tema “Educação para a Inclusão Social”, teve lugar em Mar del Plata, nos dias 3 e 4 de dezembro corrente. Destacaram, nesse sentido, a adoção das “Metas educacionais 2021: A educação que queremos para a geração dos bicentenários”, e a aprovação de uma Declaração Especial sobre a Defesa da Democracia e da Ordem Constitucional na Ibero-América.

43. Destacaram com satisfação o início das atividades acadêmicas do primeiro semestre letivo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no mês de setembro, com a primeira turma de 300 alunos, distribuídos em seis cursos de graduação.

44. Tomaram conhecimento dos resultados da XXXIX Reunião de Ministros da Educação, realizada no Rio de Janeiro, em 26 de novembro, em que se destacaram os avanços do setor Educacional do Mercosul, incluindo as áreas de mobilidade acadêmica, formação docente, uso de tecnologias da informação em salas de aula, e projetos como o “Caminhos do Mercosul” e o Parlamento Juvenil.

45. Celebraram a conclusão do Plano Operativo do Setor Educativo do Mercosul – SEM 2006-2010 - e desejaram êxito na implementação do Novo Plano Operativo do SEM 2011-2015, com vistas ao melhoramento da qualidade educativa dos países do Mercosul e ao fortalecimento da integração regional.

46. Considerando a transversalidade da cultura como elemento essencial para a plena integração econômica e social dos países da região, reconheceram a necessidade de maior inserção dos temas culturais nas diferentes instâncias da estrutura formal do Mercosul, assim como de melhor coordenação entre

elas, e apóiam os esforços empreendidos pela Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul neste sentido.

47. Tomaram nota da criação da Secretaria Técnica do Mercosul Cultural, com sede permanente na República Argentina, e destacaram a importância da constituição do Fundo Mercosul Cultural, que fortalecerá o processo de integração regional, em particular nas áreas de Patrimônio, Indústrias Culturais, Diversidade Cultural, Audiovisual e Sistemas de Informações Culturais.

48. Parabenizaram o trabalho realizado pela Reunião de Ministros de Cultura para a coordenação de posições conjuntas a serem defendidas no âmbito do Comitê Intergovernamental da UNESCO para a Convenção sobre a Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, refletindo os esforços dos Estados Partes e Estados Associados do Mercosul neste tema.

49. Congratularam os países da região pela celebração dos seus respectivos Bicentenários de Independência, convidando a reflexões contemporâneas e plurais sobre a trajetória histórica latino-americana, que fortaleçam o processo de integração de nossos povos.

50. Destacaram a assinatura do “Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados”, acordado no âmbito da Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul.

Destacaram, ainda, a adesão da Colômbia ao Acordo-Quadro de Cooperação Regional em Matéria de Segurança.

51. Reiteraram seu compromisso de prevenir e combater o terrorismo em todas as suas formas e manifestações e o seu financiamento, mediante a mais ampla cooperação e pleno respeito às obrigações impostas pelo direito interno e pelo Direito Internacional.

52. Reafirmaram os termos da “Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul, da República da Bolívia e da República do Chile”, assinada em 25 de junho de 1996 em Potrero de Funes, República Argentina, denominada Declaração de Malvinas, e reiteraram seu respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à Questão das Malvinas.

Destacaram, também, que a adoção de medidas unilaterais não resulta compatível com o determinado pelas Nações Unidas e recordaram o interesse regional que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, assim como sobre os espaços marítimos circundantes, alcance, o quanto antes, uma solução, em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos, do Mercosul, da UNASUL e de outros foros regionais e multilaterais.

Reiteraram, além disso, que a pretensão de considerar as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul como países e territórios aos quais possa ser aplicada a Quarta Parte do Tratado de Funcionamento da União Européia e as Decisões de Associação de Ultramar resulta incompatível com a existência de uma disputa de soberania sobre tais arquipélagos.

53. Reiteraram seu compromisso com a difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o acesso à Internet como ferramentas para diminuir a brecha social e promover a inclusão digital, avançando em direção à Sociedade do Conhecimento.

Destacaram a importância de impulsionar uma concertação internacional para tornar o regime global de Governança da Internet multilateral, democrático e transparente, conforme previsto na Agenda de Túnis da

Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI).

Expressaram a necessidade de consensuar posições da região nos mecanismos de seguimento da CMSI e em outras instâncias e organizações relacionadas à Governança da Internet.

54. Celebraram a exitosa conclusão da Rodada de São Paulo do Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC), que representa o resultado mais ambicioso e amplo das rodadas de negociações do Sistema, seguros de que a conclusão da Rodada contribui para o desenvolvimento dos países participantes e promoverá e sustentará o comércio e a cooperação Sul-Sul.

55. Reiteraram a necessidade de uma conclusão satisfatória e equilibrada para as negociações multilaterais da Rodada de Doha que contemple especialmente os interesses e necessidades dos países em desenvolvimento, em conformidade com os mandados e princípios acordados nas Conferências Multilaterais da OMC de Doha (2001) e de Hong Kong (2005).

56. Reafirmaram seu apoio irrestrito ao Tribunal Penal Internacional no combate à impunidade dos autores dos crimes mais graves de transcendência internacional, conforme definido pelo Estatuto de Roma. Destacaram os resultados obtidos na Primeira Conferência de Revisão do Estatuto de Roma no que se refere, em particular, ao aperfeiçoamento do sistema de justiça penal internacional.

57. Tomaram nota dos resultados do Seminário de Montevideu “América Latina e o Caribe pelo Desarmamento e Não-Proliferação: oportunidades e desafios”, que ocorreu em novembro passado com a participação do Alto Representante do Secretário Geral das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento, ocasião em que

se destacou a importância de avançar, junto com outros mecanismos e foros regionais em coordenação com a OPANAL, na preservação da América Latina e do Caribe como zona livre de armas nucleares.

58. Reafirmaram a necessidade de uma paz justa e durável no Oriente Médio, baseada no princípio de terra por paz e nas Resoluções 242 (1967) e 338 (1973) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e nas demais Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral, assim como nos termos da Conferência de Madri (1991) e na Iniciativa Árabe de Paz, adotada na Cúpula Árabe de Beirute (2002). Nesse sentido, reconhecem o direito do povo palestino de constituir um Estado independente, democrático e viável, assim como o direito do Estado de Israel de ser reconhecido e de viver em paz com seus vizinhos, dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas, nos termos das resoluções pertinentes das Nações Unidas.

59. Reiteraram seu apoio aos esforços internacionais para encaminhar o processo de paz palestino-israelense e fizeram um chamado às partes para que atuem em conformidade com o direito internacional e com as obrigações assumidas e se abstenham de tomar medidas que obstaculizem ou dificultem o relançamento das negociações.

60. Reafirmaram o comunicado da Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas de primeiro de junho de 2010, que considera insustentável o bloqueio à Faixa de Gaza e exortam Israel a suspendê-lo completamente. Ao mesmo tempo, tomam nota do aumento recente do ingresso de assistência e ajuda humanitária nesse território.

61. Apoiaram o chamado feito pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para que sejam feitas investigações completas, com imparcialidade, credibilidade, transparência e conforme o direito internacional, sobre o uso

da força por parte de Israel contra embarcações civis no Mediterrâneo Oriental. Recordaram que, de acordo com o direito internacional, as embarcações civis não podem ser atacadas nem sequer por partes que estejam em conflito em tempos de guerra, menos ainda em águas internacionais.

62. Lamentaram os fatos ocorridos entre a República da Coreia e a República Democrática Popular da Coreia e fizeram um chamado para que cessem as ações que possam produzir uma escalada nas hostilidades. Da mesma forma, exortaram ambos países a salvaguardar a paz e a estabilidade na Península Coreana e alcançar uma solução negociada no âmbito do Direito Internacional.

63. Destacaram a importância da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-Países Árabes (ASPA) a realizar-se na cidade de Lima, Peru, no dia 16 de fevereiro de 2011, que reflete a continuidade, maturidade e riqueza do diálogo político já estabelecido e que projetará, de forma auspiciosa, a cooperação e coordenação entre as duas regiões.

Expressaram seu interesse no êxito do III Foro Empresarial ASPA, a realizar-se no âmbito dessa Cúpula, que permitirá identificar novas oportunidades de negócios e dinamizar as correntes de comércio e investimentos entre a América do Sul e o Mundo Árabe.

64. Celebraram a assinatura do Memorando para o Estabelecimento de um Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados e a República da Turquia.

65. Expressaram o reconhecimento e agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao governo e ao povo brasileiro pela realização da XL Cúpula de Presidentes do Mercosul e Estados Associados, bem como à cidade de Foz do Iguaçu por sua hospitalidade.

DECLARAÇÕES EMITIDAS POR
OCASIÃO DA XL CÚPULA DE
PRESIDENTES DOS ESTADOS
PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS
ASSOCIADOS – FOZ DO IGUAÇU, 17 DE
DEZEMBRO DE 2010
17/12/2010

1 - DECLARAÇÃO ESPECIAL DOS
PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES
DO MERCOSUL SOBRE O PLANO
ESTRATÉGICO DE AÇÃO SOCIAL DO
MERCOSUL

2 - DECLARAÇÃO ESPECIAL
DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS
PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS
ASSOCIADOS SOBRE AS MALVINAS

3 - DECLARAÇÃO ESPECIAL
DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS
PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS
ASSOCIADOS SOBRE MIGRAÇÕES

4 - DECLARAÇÃO ESPECIAL DOS
ESTADOS PARTES DO MERCOSUL
E ESTADOS ASSOCIADOS
SOBRE A COMEMORAÇÃO DO
DESAPARECIMENTO FÍSICO DO
LIBERTADOR SIMÓN BOLÍVAR

DECLARAÇÃO ESPECIAL DOS
PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES
DO MERCOSUL SOBRE O PLANO
ESTRATÉGICO DE AÇÃO SOCIAL DO
MERCOSUL

No contexto das comemorações dos 20 anos da assinatura do Tratado de Assunção, a Presidenta e os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul congratularam-se com o avanço alcançado na definição dos Eixos, Diretrizes e Objetivos Prioritários do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS).

Assinalaram que o documento da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos

Sociais do Mercosul (CCMAS) representa uma importante contribuição na consecução dos objetivos de aprofundamento da dimensão social da integração.

Reafirmaram que as políticas sociais são políticas de Estado que resultaram na diminuição das desigualdades sociais e na redução significativa da pobreza nos países da região na última década. Sublinharam que o PEAS reflete essa prioridade no âmbito regional.

Ressaltaram que o PEAS representa elemento central do pilar social do Mercosul e dará uma contribuição fundamental para os esforços dos países do Bloco para enfrentar desafios compartilhados.

Nesse sentido, lembraram que o pilar social da integração vem experimentando avanços consideráveis nos últimos anos, com a criação do Instituto Social do Mercosul, da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul e do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul, entre outras iniciativas.

Reafirmaram que os objetivos ambiciosos contidos no PEAS expressam o compromisso dos Estados Partes em avançar para além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

DECLARAÇÃO ESPECIAL DOS
PRESIDENTES DOS ESTADOS
PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS
ASSOCIADOS SOBRE AS MALVINAS

A Presidenta e os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, reunidos por ocasião da XL Reunião do Conselho do Mercado Comum:

1. Reafirmaram os termos da “Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul, da República da Bolívia e da República do Chile” (Potrero de los Funes, República Argentina) e reiteraram seu respaldo aos legítimos direitos da República

Argentina na disputa de soberania relativa à “Questão das Ilhas Malvinas”.

Destacaram que a adoção de medidas unilaterais não é compatível com as resoluções das Nações Unidas e recordaram o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, assim como sobre os espaços marítimos circunadantes, alcance o quanto antes uma solução, em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos, do Mercosul, da UNASUL e de outros foros regionais e multilaterais.

2. Reiteraram, ademais, seu repúdio às atividades de prospecção e exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis na plataforma continental argentina que desenvolve o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, atividades que estão em aberta oposição ao disposto pela Resolução 31/49 da AGNU que insta às duas partes a que se abstenham de adotar decisões que acarretem a introdução de modificações unilaterais na situação enquanto as ilhas estiverem atravessando o processo recomendado pela Assembleia Geral.

Recordaram as Declarações aprovadas na Cúpula da América Latina e do Caribe e do Grupo do Rio (Cancún); UNASUL (Los Cardales e Guiana) e Mercosul (San Juan) e reafirmaram seu compromisso de adotar, em conformidade com o Direito Internacional e suas respectivas legislações internas, todas as medidas suscetíveis de serem regulamentadas para impedir o ingresso aos seus portos das embarcações que ostentem a bandeira ilegal das Ilhas.

Reafirmaram, no marco dos acordos internacionais vigentes, seu compromisso de informar ao Governo Argentino sobre as embarcações ou artefatos navais com rotas

que incluam as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul com cargas destinadas às atividades hidrocarboníferas e/ou mineiras ilegais na plataforma continental argentina e, desse modo, prevenir ou evitar que ditas atividades se consolidem.

3. Ratificaram as declarações do Mercosul, UNASUL e Grupo do Rio, por meio das quais seus Governos expressaram seu formal e enérgico protesto pela decisão adotada pelo Governo do Reino Unido de levar a cabo exercícios militares, incluindo disparos de mísseis a partir das Ilhas Malvinas.

Recordaram, também, a declaração da Cúpula Iberoamericana no sentido de que os referidos exercícios militares, ao mesmo tempo em que violam a Resolução 31/49 da AGNU, se contrapõem ao cabal cumprimento das normas sobre segurança marítima da Organização Marítima Internacional (OMI), e são incompatíveis com a política de apego à busca de uma solução pacífica da controvérsia de soberania entre os Governos da República Argentina e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Tendo em conta o mencionado acima, reafirmaram seu firme repúdio aos referidos exercícios militares e, no contexto do apelo realizado na 88a. Reunião do Comitê de Segurança Marítima da OMI, em 3 de dezembro passado, exortaram o Reino Unido ao estrito cumprimento das normas internacionais de segurança da navegação dessa Organização.

DECLARAÇÃO ESPECIAL DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS SOBRE MIGRAÇÕES

A Presidenta e os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, reunidos por ocasião da XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, reiteraram sua mais firme condenação e repúdio a todo ato de racismo, discriminação e xenofobia.

Nesse sentido, ratificaram a necessidade de garantir o respeito e a promoção dos Direitos Humanos dos migrantes e de suas famílias, independentemente de sua nacionalidade, condição migratória, origem étnica, gênero, idade ou qualquer outra consideração discriminatória.

Finalmente, reiteraram a importância de avançar gradualmente em direção à conformação de um espaço regional de livre circulação de pessoas seguro, respeitando a legislação interna do Estado receptor e em concordância com o pleno exercício dos direitos dos migrantes, como um dos pilares fundamentais do processo de integração. Isso contribuirá ativamente para a integração plena dos migrantes nos países de destino, a igualdade nas condições de acesso à educação, saúde e trabalho, bem como o desenvolvimento integral dos países de origem dos fluxos migratórios.

DECLARAÇÃO ESPECIAL DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS SOBRE A COMEMORAÇÃO DO DESAPARECIMENTO FÍSICO DO LIBERTADOR SIMÓN BOLÍVAR

A Presidenta e os Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, reunidos por ocasião da XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, recordaram com respeito e admiração a memória do Libertador Simón Bolívar, na data em que se comemora o CLXXX aniversário de seu desaparecimento físico.

Destacaram, nesse sentido, os feitos emancipatórios do Libertador que, junto a uma plêiade de próceres e heroínas da independência latino-americana, assentaram as bases para a construção de nossas Repúblicas e Estados para a consolidação da região como um pólo de poder autônomo.

Comprometeram-se, finalmente, a continuar o caminho traçado pelo Libertador

na construção de uma Pátria Grande que conjugue a justiça social com a liberdade, a paz e a soberania regional.

CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOBRE MEDIDAS ANTIDUMPING APLICADAS SOBRE A IMPORTAÇÃO DE SUCO DE LARANJA BRASILEIRO RELATÓRIO PROVISÓRIO DO PAINEL 20/12/2010

Brasil e Estados Unidos receberam hoje, 20 de dezembro, em Genebra, o relatório provisório do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que examina a legalidade de medidas antidumping aplicadas pelos Estados Unidos sobre a importação de suco de laranja brasileiro. As partes da controvérsia terão até 12 de janeiro de 2011 para encaminhar eventuais comentários sobre o documento. O relatório final do painel deverá estar disponível para as partes em 21 de fevereiro.

O painel – integrado por Miguel Rodriguez Mendoza (Venezuela), Pierre S. Pettigrew (Canadá) e Reuben Pessah (Israel) – foi estabelecido em setembro de 2009, a pedido do Brasil. Participaram dos procedimentos, na condição de terceiras partes, Argentina, Coreia, Japão, México, Tailândia, Taiwan e União Europeia.

Neste contencioso, o Brasil questionou a utilização da metodologia conhecida como “zeramento” (zeroing) em procedimentos antidumping relativos ao suco de laranja brasileiro conduzidos pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos. O Brasil defendeu que esta prática distorce o cálculo da margem de dumping ao ignorar aquelas operações nas quais o valor de exportação do produto é superior ao seu valor normal no mercado doméstico. A

prática é, portanto, incompatível com diversos dispositivos do Acordo sobre Antidumping da OMC e do GATT 1994.

Devido à natureza confidencial do relatório provisório entregue às partes, o Governo brasileiro não se pronunciará sobre seu conteúdo. Não obstante, é possível indicar que o Governo recebeu com satisfação as determinações do painel e espera que elas sejam confirmadas no relatório final.

ELEIÇÕES NO HAITI

21/12/2010

O governo brasileiro tomou nota da decisão do governo haitiano e das autoridades eleitorais daquele país de solicitar à Organização dos Estados Americanos o envio tempestivo de missão técnica eleitoral ao Haiti, para auxiliar nos trabalhos de verificação internacional dos resultados do pleito de 28 de novembro último e oferecer a assistência legal e técnica que se fizer necessária, em reforço à Missão Conjunta de Observação Eleitoral OEA/CARICOM. A iniciativa visa a contribuir para o restabelecimento do clima de paz e confiança entre os atores políticos e a população haitiana, elementos indispensáveis à continuidade do processo eleitoral e à consolidação da democracia no Haiti.

O governo brasileiro estima que a missão de verificação deve contar com todo o apoio das autoridades haitianas competentes, partidos políticos e candidatos, a fim de que possa produzir avaliação objetiva e independente sobre as circunstâncias e fatos relacionados ao primeiro turno das eleições presidenciais e parlamentares, inclusive no que tange a alegações de fraude. Para tanto, os peritos independentes devem ter amplo e irrestrito acesso a toda informação que julgarem relevante.

O governo brasileiro lança apelo a todos os atores políticos e à população em geral para manter a calma e não permitir a realização de

atos de desordem e violência. Todos devem somar forças, neste período delicado, em prol dos interesses de longo prazo do povo e da nação haitiana.

VAGAS PARA CANDIDATOS AFRODESCENDENTES NO CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

28/12/2010

No âmbito das iniciativas voltadas à promoção da diversidade de seus quadros, e em consonância com os dispositivos do Estatuto da Igualdade Racial (lei 12.288, de 20 de julho de 2010), o Ministro Celso Amorim assinou portaria que institui reserva de vagas para candidatos afrodescendentes na Primeira Fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, organizado pelo Instituto Rio Branco.

A iniciativa soma-se ao Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, iniciado em 2002, que concede bolsas de estudo a candidatos afrodescendentes, com o objetivo de auxiliar na sua preparação para o exame de admissão ao Instituto.

Até o momento, 198 candidatos afrodescendentes foram beneficiados pelas bolsas de estudo, dentre os quais 16 foram aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

CONTA BANCÁRIA PARA ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DESTINADOS À COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

29/12/2010

Será realizada, às 18h30 do dia 30, no Palácio Itamaraty, a abertura de uma conta

bancária destinada à arrecadação de recursos para a cooperação humanitária internacional. A cerimônia contará com a presença do Ministro Celso Amorim, do Coordenador-Residente das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek, da Presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos, e do Representante em Exercício da OPAS/OMS no Brasil, Felix Rigoli.

A conta humanitária, aberta junto à Caixa Econômica Federal pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), será utilizada em campanhas de arrecadação de recursos financeiros e no financiamento de ações humanitárias executadas pelas Nações Unidas, tais como atividades de recuperação de calamidades socionaturais e de atendimento imediato a populações vulneráveis. A primeira campanha humanitária será em favor das vítimas do surto de cólera que acometeu o Haiti nos últimos meses. Os recursos arrecadados serão transferidos à Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA) e à Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

As doações poderão ser realizadas por meio da conta 664-8, Agência 0647, Operação 003, em qualquer agência da Caixa, casas lotéricas e correspondentes não-bancários, e por meio da internet.

ENCONTRO ENTRE A PRESIDENTA
ELEITA DILMA ROUSSEFF E O
PRIMEIRO-MINISTRO DA BULGÁRIA,
BOYCO BORISSOV
29/12/2010

A Presidenta eleita Dilma Rousseff receberá amanhã, dia 30, às 17 horas, no Palácio Itamaraty, o Primeiro-Ministro da Bulgária, Boyco Borissov. A Presidenta estará acompanhada pelo Ministro Celso Amorim e pelo Secretário-Geral das

Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota.

O Primeiro-Ministro Boyco Borissov é portador de mensagem de congratulações do Presidente da União Europeia, Herman Van Rompuy, à Presidenta Dilma Rousseff. A visita tem especial significado em virtude da ascendência búlgara da Presidenta eleita.

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES
E O MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA BULGÁRIA
30/12/2010

O Ministro Celso Amorim receberá, no dia 31 de dezembro, às 11 horas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bulgária, Nickolay Mladenov.

Os dois Chanceleres darão seguimento às conversas mantidas durante a visita do Ministro Amorim à Bulgária, em junho de 2010, a primeira visita de um Chanceler brasileiro àquele país.

As relações entre os dois países têm-se intensificado nos últimos anos. A Bulgária realiza anualmente importante festival de cultura brasileira na cidade de Varna.

Em 2008, o comércio bilateral alcançou a expressiva cifra de US\$ 370 milhões. Até novembro de 2010, a corrente de comércio registrou valor de US\$ 347 milhões.

CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO
CARGO DE MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES
30/12/2010

A cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Relações Exteriores terá lugar às 14 horas do próximo dia 2, na Sala Portinari do Palácio Itamaraty.

O acesso ao Palácio será franqueado a portadores de credenciais de imprensa permanentes do Palácio do Planalto, do Ministério das Relações Exteriores, ou de credenciais para a cerimônia de posse presidencial emitidas pelo Itamaraty.

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO
CELSO AMORIM E O EMBAIXADOR
EM MISSÃO ESPECIAL DO JAPÃO,
DEPUTADO TARO ASO
30/12/2010

O Ministro Celso Amorim receberá em 31 de dezembro o Deputado Taro Aso, que visita o País na condição de Embaixador em Missão Especial do Japão para a cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff.

O Deputado Taro Aso preside há muitos anos a Seção Nipônica do Grupo Parlamentar Brasil-Japão e ocupou anteriormente os cargos de Primeiro-Ministro e de Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão. Integram também a comitiva três outros Deputados do Parlamento (Dieta) do Japão.

Brasil e Japão mantêm densas relações bilaterais. Em 2009, o país foi o quinto principal parceiro comercial do Brasil (intercâmbio de US\$ 9,6 bilhões, que se elevou para US\$ 12,9 bilhões entre janeiro e novembro de 2010) e ocupa posição importante como investidor, em setores como TV digital, automóveis, mineração, siderurgia, agricultura etc. Vive no Brasil a maior comunidade nipônica no exterior, e no Japão a terceira maior comunidade brasileira no mundo (da ordem de 267 mil pessoas).

ENCONTRO ENTRE O MINISTRO
CELSO AMORIM E O MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA,
GEORGES REBELO CHIKOTI
30/12/2010

O Ministro Celso Amorim receberá, no dia 31 de dezembro, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Rebelo Chikoti. O Ministro angolano representará o Presidente José Eduardo dos Santos na cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff.

Brasil e Angola têm ligações históricas, e a relação bilateral vem se intensificando nos últimos oito anos. Nesse período, ocorreram duas visitas presidenciais de cada lado, sendo a última em junho de 2010, quando o Presidente angolano esteve no Brasil. Ocorreram ainda dezenas de visitas ministeriais de lado a lado, além de missões técnicas. Os dois países mantêm diversos programas de cooperação técnica.

Angola está entre os três maiores parceiros comerciais do Brasil na África e é o maior beneficiário, naquele continente, de linhas de crédito brasileiras. Em 2008, o comércio bilateral atingiu a cifra recorde de US\$ 4,2 bilhões.

ENTRADA DA ÁFRICA DO SUL NO BRIC
31/12/2010

O Governo brasileiro dá as boas-vindas à África do Sul como membro do BRIC, conforme acordado entre Brasil, Rússia, Índia e China.

A África do Sul trará importante contribuição ao Grupo em razão de sua relevância econômica

e de sua construtiva atuação política, a exemplo de seu engajamento em temas do continente africano e da agenda internacional.

É fonte especial de satisfação para o Brasil o fato de que o novo membro do agrupamento seja país com o qual mantemos relações estratégicas e desenvolvemos amplos diálogo e cooperação no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). A África do Sul participa também, com o Brasil, de outros importantes agrupamentos, como o G-20, o G-77 e a Cúpula América do Sul-África (ASA).

No ano de 2011, a África do Sul estará no Conselho de Segurança das Nações Unidas ao lado de Brasil, Rússia, Índia e China, o que permitirá maior articulação do BRICS sobre temas de interesse global.

A incorporação da África do Sul ampliará a representatividade geográfica do mecanismo em momento em que se busca, no plano internacional, a reforma do sistema financeiro e, de modo geral, a crescente democratização da governança global.

ARTIGOS

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM,
INTITULADO “NO NOVO MAPA DO MUNDO, O PAÍS ESTÁ MAIOR”,
PUBLICADO NO JORNAL “O ESTADO DE SÃO PAULO”. 09/08/2010

Há sete anos, quando se falava na necessidade de mudanças na geografia econômica mundial ou se dizia que o Brasil e outros países já deveriam desempenhar papel mais relevante na OMC ou integrar de modo permanente o Conselho de Segurança da ONU, muitos reagiam com ceticismo. O mundo e o Brasil têm mudado a uma velocidade acelerada, e algumas supostas “verdades” do passado vão se rendendo à evidências dos fatos. O diferencial de crescimento econômico em relação ao mundo desenvolvido tornou os países em desenvolvimento atores centrais na economia mundial.

A maior capacidade de articulação Sul-Sul - na OMC, no FMI, na ONU e em novas coalizões, como o BRIC - eleva a voz de países antes relegados a uma posição secundária. Quanto mais os países em desenvolvimento falam e cooperam entre si, mais são ouvidos pelos ricos. A recente crise financeira tornou ainda mais patente o fato de que o mundo não pode mais ser governado por um condomínio de poucos.

O Brasil tem procurado, de forma desassombrada, desempenhar seu papel neste novo quadro. Completados sete anos e meio do

governo do Presidente Lula, a visão que se tem do País no exterior é outra. Já não precisamos ouvir os líderes mundiais e a imprensa internacional para sabermos que o Brasil tem um peso cada vez maior na discussão dos principais temas da agenda internacional, de mudança do clima a comércio, de finanças a paz e segurança.

Países como Brasil, China, Índia, África do Sul, Turquia e tantos outros trazem uma maneira nova de olhar os problemas do mundo e contribuem para um novo equilíbrio internacional.

No caso do Brasil, essa mudança de percepção deveu-se, em primeiro lugar, à transformação da realidade econômica, social e política do País. Avanços nos mais variados domínios - do equilíbrio macroeconômico ao resgate da dívida social - tornaram o Brasil mais estável e menos injusto. As qualidades pessoais e o envolvimento direto do presidente Lula com temas internacionais ajudaram a alçar o Brasil à condição de interlocutor indispensável nos principais debates da agenda internacional.

Foi nesse contexto que o Brasil desenvolveu uma política externa abrangente e pró-ativa.

Construímos coalizões que foram além das alianças e relações tradicionais, as quais tratamos de manter e aprofundar, como no estabelecimento da Parceria Estratégica com a União Europeia ou do Diálogo de Parceria Global com os Estados Unidos.

O crescimento expressivo de nossas exportações para os países em desenvolvimento e a criação de mecanismos de diálogo e concertação, como a Unasul, o G-20 na OMC, o Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) e o grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) refletiram essa orientação de uma política externa universalista e livre de visões acanhadas sobre o que pode e deve ser a atuação externa do Brasil.

A base dessa nova política externa foi o aprofundamento da integração sul-americana. Um dos grandes ativos de que o Brasil dispõe no cenário internacional é a convivência harmoniosa com sua vizinhança. O governo do presidente Lula empenhou-se, desde o primeiro dia, em integrar o continente sul-americano por meio do comércio, da infraestrutura e do diálogo político.

O Acordo Mercosul-Comunidade Andina criou, na prática, uma zona de livre comércio abrangendo toda a América do Sul. A integração física do continente avançou de forma notável, inclusive com a ligação entre o Atlântico e o Pacífico. Nossos esforços para a criação de uma comunidade sul-americana (CASA) resultaram na fundação de uma nova entidade - a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Sobre as bases de uma América do Sul mais integrada, o Brasil ajudou a estabelecer mecanismos de diálogo e cooperação com países de outras regiões, fundados na percepção de que a realidade internacional já não comporta a marginalização do mundo em desenvolvimento. A formação do G-20 da OMC, na Reunião Ministerial de Cancún,

em 2003, marcou a maioria dos países do Sul, mudando de forma definitiva o padrão decisório nas negociações comerciais.

O IBAS respondeu aos anseios de concertação entre três grandes democracias multi-étnicas e multiculturais, que têm muito a dizer ao mundo em termos de afirmação da tolerância e de conciliação entre desenvolvimento e democracia. Além da concertação política e da cooperação entre os três países, o IBAS tornou-se um modelo em projetos em favor dos países mais pobres, demonstrando, na prática, que a solidariedade não é um apanágio dos ricos.

Também lançamos as cúpulas dos países sul-americanos com os países africanos (ASA) e com os países árabes (ASPA). Construímos pontes e políticas entre regiões que vivem distantes umas das outras, em que pesem as complementaridades naturais. Essa aproximação política resultou em notáveis avanços nas relações econômicas. O comércio do Brasil com países árabes quadruplicou em sete anos. Com a África, foi multiplicado por cinco e chegou a mais de US\$ 26 bilhões, cifra superior à do intercâmbio com parceiros tradicionais como a Alemanha e o Japão.

Essas novas coalizões estão ajudando a mudar o mundo. No campo econômico, a substituição do G-7 pelo G-20 como principal instância de deliberação sobre os rumos da produção e das finanças internacionais é o reconhecimento de que as decisões sobre a economia mundial careciam de legitimidade e eficácia sem a participação dos países emergentes.

Também no campo da segurança internacional, quando o Brasil e a Turquia convenceram o Irã a assumir os compromissos previstos na Declaração de Teerã demonstraram que novas visões e formas de agir são necessárias para lidar com temas antes tratados exclusivamente pelos

atuais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Apesar dos ciúmes e resistências iniciais a uma iniciativa que nasceu fora do clube fechado das potências nucleares, estamos seguros de que a direção do diálogo ali apontada servirá de base para as negociações futuras e para a eventual solução da questão.

Uma boa política externa exige prudência. Mas exige também ousadia. Não pode fundar-se na timidez ou no complexo de inferioridade. É comum ouvirmos que os países devem atuar de acordo com seus meios, o que é quase uma obviedade. Mas o maior erro é subestimá-los.

Ao longo desses quase oito anos, o Brasil atuou com desassombro e mudou seu lugar no mundo. O Brasil é visto hoje, mesmo pelos críticos eventuais, como um país ao qual cabem responsabilidades crescentes e um papel cada vez mais central nas decisões que afetam os destinos do planeta.

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM,
INTITULADO “DEDO ACUSADOR PODE RENDER APLAUSO, MAS RARAMENTE
SALVA”, PUBLICADO NO JORNAL “FOLHA DE S. PAULO”. 15/8/2010

Têm sido frequentes as críticas que apontam para uma suposta “indiferença” -ou mesmo “conivência”- da diplomacia brasileira diante de países acusados de violar os direitos humanos. Trata-se de um juízo equivocado.

O Brasil deseja para todos os demais países o que deseja para si -a democracia plena e o respeito aos direitos humanos, cuja consolidação e aperfeiçoamento têm sido uma das preocupações centrais do governo do presidente Lula.

Consideramos, entretanto, que as reprimendas ou condenações públicas a outros Estados não são o melhor caminho para obter esse resultado. Na verdade, escolher a intimidação em detrimento da persuasão é quase sempre ineficaz, quando não contraproducente.

O dedo acusador pode render aplausos ao dono, mas raramente salva o jornalista silenciado, o condenado à morte, o povo sem acesso à urna ou a mulher privada de sua dignidade. Isolar quem se quer convencer ou dissuadir é má estratégia.

Preferimos dar o exemplo e, ao mesmo tempo, agir pela via do diálogo franco -em geral, mais eficaz. No caso do Brasil, essa capacidade de atuar com discrição não é oriunda de algum talento excepcional; é a expressão, em nossas relações com outros

Estados soberanos, da natureza conciliadora do povo brasileiro.

AGENDA

Ações desse tipo são bem menos visíveis do que a admoestação midiática exercida por alguns países contra um punhado de governos, selecionados de forma nem sempre criteriosa ou politicamente isenta. A escolha dos indigitados, além de obedecer a agenda política, muitas vezes revela preconceitos, ora religiosos, ora raciais.

Muitos dos países que se consideram modelares cultivam relações com regimes não democráticos, desde que isso corresponda a interesses econômicos ou estratégico-militares. Os exemplos são tantos que não podem escapar ao mais complacente dos olhares.

Além disso, alguns aplicam, eles próprios, a pena capital. Ou conferem tratamento desumano e degradante a trabalhadores imigrantes. Ou ainda transferem suspeitos sem julgamento para prisões secretas, em voos também secretos. Isso para não falar de ações militares unilaterais, à margem do Conselho de Segurança da ONU, que resultam em milhares de vítimas civis.

O Brasil considera que as referências específicas a outros Estados no campo dos direitos humanos devem ser feitas

preferencialmente no âmbito do Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), que, aliás, nosso país ajudou a criar.

Ali se busca o tratamento não seletivo, objetivo e multilateral dos direitos humanos em todos os países-membros da ONU.

Em 2011, os métodos de trabalho do CDH serão revisados. Procuraremos aperfeiçoá-los para que o órgão se torne cada vez mais eficaz e para que possa trazer benefícios diretos àqueles que sofrem violações. Em matéria de direitos humanos, como já declarei diversas vezes, não há país que não tenha algo a ensinar, assim como não há país que não tenha algo a aprender.

No esforço de persuadir, o Brasil se vale da cooperação com organizações ou países da mesma região, que têm muito mais probabilidade de serem ouvidos do que, por exemplo, as ex-potências coloniais ou outras nações cuja ação é percebida como reflexo de arrogância e complexo de superioridade.

Destas, pode-se dizer, como na Bíblia, que percebem mais facilmente o cisco no olho do próximo do que a trave em seu próprio olho. Foi o que se revelou quando propusemos, na antiga Comissão de Direitos Humanos, resolução que enunciava que o racismo era incompatível com a democracia.

Tampouco é verdade que o Brasil se recuse a recorrer à condenação quando o diálogo se revela ineficaz.

SEM INDIFERENÇA

O acompanhamento cuidadoso, não movido por preconceitos, de nossas votações no CDH revela que estas estão longe de obedecer a um padrão uniforme e tomam em conta uma variedade de fatores. Muito recentemente, aliás, o Brasil apoiou resolução condenatória a um Estado que se negou a acolher recomendações que tinham por objetivo aperfeiçoar a situação dos direitos humanos no país.

Tampouco é demais lembrar que, por meio da ação multilateral e de projetos de cooperação, o Brasil tem ajudado concretamente na melhora da situação de direitos humanos -no Haiti, na Guiné-Bissau e na Palestina, para citar apenas alguns. As posições do Brasil são fruto de um conjunto bem menos simplório de considerações do que a enganosa dicotomia entre bons e maus.

O Brasil não é indiferente ao sofrimento daqueles que defendem liberdade de expressão ou de culto, dos que lutam pela democracia, dos que se insurgem contra discriminações de toda natureza.

Ao contrário, nossa diplomacia busca constantemente-sem alarde, sem interferências que geram resistências e ressentimentos, mas visando resultados efetivos- atuar em prol da universalização dos valores fundamentais da sociedade brasileira.

Seven years ago, many reacted with

ARTIGO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM,
INTITULADO “SEVEN YEARS OF PROGRESS, EXPANSION”, PUBLICADO
NO PERIÓDICO NORTE-AMERICANO “THE MIAMI HERALD”. 13/9/2010

skepticism about the need to make changes in the world economic geography and that Brazil and other countries were ready to play a significant role in the World Trade Organization or gain permanent seats on the U.N. Security Council. Both the world and Brazil have changed quite rapidly. Developing countries have presented higher economic growth, becoming central actors in the world economy.

Greater South-South coordination -- at the WTO, International Monetary Fund, United Nations and new coalitions such as the BRIC (Brazil, Russia, India and China) -- have raised the voices of countries once relegated to a secondary position. The more the developing countries discuss and cooperate, the more their voices will be heard. The recent financial crisis made it clear that the world can no longer be governed by just a few.

Progress on many fronts -- from macroeconomic stability to social justice -- has made Brazil more stable and less unfair, changing its perception abroad. A new group of countries has increasingly earned influence in the international agenda, from climate change to trade, from finance to peace and security, and are bringing about new perspectives to global problems.

It was in this context that we advanced a comprehensive and proactive foreign policy.

We sought to build coalitions that have gone beyond traditional alliances and relations that we strove to maintain and enhance, such as in the establishment of a Strategic Partnership with the European Union and a Global Partnership Dialogue with the United States.

Significant growth in our exports to developing countries and new mechanisms such as the G-20 within the WTO, the IBSA Dialogue Forum (India, Brazil and South Africa) and BRICs, reflect this trend towards a global foreign policy.

Steps toward integration

The basis for this new foreign policy was the increased integration of South America. From Day One, President Lula has undertaken efforts toward integrating the continent, through trade, infrastructure and political dialogue, which saw the creation of a new entity -- the Union of South American Nations.

The Mercosur-Andean Community agreement established a free-trade zone in South America, whose physical integration, linking the Atlantic and the Pacific, has seen remarkable progress.

Building on a better integrated South America, Brazil engaged in creating mechanisms for dialogue and cooperation with countries in other regions. The G-20 creation within the WTO, in 2003, marked the coming of age of countries from the South,

transforming once and for all the decision-making process in trade negotiations.

The IBSA allowed close coordination among three major multiethnic and multicultural democracies, which have much to say about upholding tolerance and reconciling development with democracy. The IBSA has become a model for projects benefiting poorer nations, thus demonstrating in practice that solidarity is not an attribute of the rich.

The summits between South American and African countries, as well as with Arab countries, connecting regions that were far apart, strengthened economic relations. Brazilian trade with Arab countries grew four-fold in seven years, while trade with Africa, five-fold, to more than \$26 billion, surpassing trade with Germany and Japan.

These new coalitions are helping to change the world. The replacement of the G-7 with the G-20 constitutes evidence that decisions regarding the world economy lack legitimacy and effectiveness in the absence of emerging countries.

In the field of peace and security, Brazil and Turkey were able to persuade Iran to take on the commitments provided for in the Tehran Declaration. New perspectives and approaches are necessary to tackle issues previously dealt with exclusively by the permanent members of the Security Council. Despite resistance to an initiative nurtured outside the restricted circle of nuclear powers, we are certain that it will serve as a basis for negotiations and a settlement for that issue.

Good foreign policy requires prudence. But it also requires boldness. It is usual to hear that countries should act in accordance with their means, but the greatest mistake one could make is to underestimate one's possibilities.

Brazil has acted with boldness and, like other developing countries, has changed its

place in the world. Today such countries are bearing increasing responsibilities, entitled to play an ever more central role in the decisions that affect the destiny of the planet.

Celso Amorim is Brazil's foreign minister.

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, intitulado "Governance must reflect global reality", publicado no periódico "Financial Times". 15/11/2010

A profound adjustment is needed in world governance.

We seem to be stuck with structures similar to those of vast empires of the past, where decisions are taken behind closed doors by a handful of actors, regardless of what wider society has become.

An article published this year by the Financial Times showed that the Bric countries will account for more than 60 per cent of the world's growth from 2008 to 2014.

Emerging and developing economies will create a significantly larger share of global growth. Brazil itself is poised to become the fifth-largest economy by the end of the decade.

A new group of countries has surely earned growing influence on core issues on the international agenda, from climate change to trade, from finance to peace and security.

They bring fresh perspectives and contribute to a new, fairer international balance.

Yet their ability to express legitimate interests, is constrained by global governance structures that are no longer representative.

In a domestic context, such a situation might lead to revolution; in a world with obsolete institutions, it is leading to collateral alliances.

Greater co-ordination in the WTO, the IMF, the UN, as well as new coalitions, such as the Bric, have allowed developing countries to raise their profile.

The Bric grouping has evolved to an effective forum for discussion and co-

ordination of international issues, especially those related to the economy.

Two summits have already been held, the first in Ekaterinburg, the second in Brasília. The third is scheduled for 2011 in China, but before that the leaders will meet in Seoul at the margins of the G20.

Although there are differences between members, there is a shared view of the need to improve global governance.

Regional and inter-regional co-ordination among emerging and developing countries is expanding rapidly in Africa, Asia and Latin America and the Caribbean.

Trade and investment patterns have changed to reflect this. So much so, that the definition of peripheral countries has to be continuously reassessed.

Overall these trends represent a welcome evolution, generating more balance. It was the perception of such a scenario several years ago, that prompted Brazilian diplomacy to adjust its course.

The more developing countries discuss and co-operate, the more their voices will be heard.

The memory of a side meeting during the WTO Ministerial in Hong Kong, in 2005, is still vivid for me. We had decided to summon a gathering of developing nations to discuss – and protest against – the subsidies paid by rich countries to their agriculture, to the detriment of poor farmers around the world, in particular cotton growers in Africa.

Quite unexpectedly, more than 100 delegations showed up, eager to tackle one of the most harmful forms of agricultural subsidies.

The “G110”, as this group called itself, issued a strong statement urging that export subsidies be eliminated by 2010.

In the event, the Hong Kong Declaration established 2013 as a deadline. As things stand

now, we are far from sure this promise will be kept.

But that near-spontaneous movement had a bigger impact on the result of the conference than any behind-the-scenes negotiation.

Another example of “collateral action” was the recent Brazilian-Turkish brokered Tehran Declaration, which made clear that new perspectives and approaches are necessary to solve seemingly intractable problems.

This initiative, essentially the proposal originally made by some permanent members of the Security Council (and ultimately rejected), was brought to fruition by two emerging powers.

The recent financial crisis also made it clear that the world can no longer be run by a club of just a few.

The economic meltdown – from which, not by accident, some emerging economies were essentially spared – represented a “revolution” of some sort, replacing the inoperative G8 with the brisk G20.

The IMF has just increased the voting power of developing nations, thus increasing its legitimacy as well. But change in decision-making structures needs to go beyond the economic sphere.

Barack Obama just announced US support for India’s candidacy for a permanent seat in the Security Council.

From finance to peace and security, no sustainable solution to any significant problem can be found if relevant players are not involved.

The idea is simple: representativeness brings legitimacy and thus greater efficacy.

Let us not wait for widespread crises to bring the core institutions of world governance in line with the real world. Let us practice democracy not only domestically but also in the global sphere.

Celso Amorim is Brazil’s foreign minister

ENTREVISTAS

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO JORNAL “VALOR ECONÔMICO” – BRASÍLIA – DF, 09/08/2010

“Está na hora de o Mercosul ter metas”

Para ministro, há má fé e ignorância nas críticas à atuação do país na área de direitos humanos.

Sergio Leo

O Mercosul precisa de metas para garantir uma integração “plena” dos mercados nos países do bloco, defende o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele diz estar contente com os resultados da última reunião do bloco, que criou procedimentos comuns para as alfândegas do Mercosul e fixou prazo para acabar com a cobrança dupla de tarifa de importação no trânsito de mercadorias de um país ao outro. “Está na hora de pensar grande”, diz ele. “Em vez de negociar setorzinho por setorzinho, será que não devemos ter metas?”

O ministro diz que esse deve ser o passo a tomar na presidência temporária do Brasil neste semestre. Entre as metas que o ministro considera necessárias estão um prazo para acabar com as exceções à Tarifa

Externa Comum (TEC) e datas para acordos de serviços e de compras governamentais, que dê tratamento nacional às empresas dos países do Mercosul nos outros mercados do bloco.

Amorim não esperou que começasse a sessão de perguntas para reagir a uma das críticas mais fortes à política externa do governo Lula, a de que é leniente com abusos dos direitos humanos em países aliados do Brasil. Ele vê motivação política na interpretação do documento não oficial encaminhado pela diplomacia brasileira em Genebra, que propõe novas etapas antes da aprovação de resoluções condenando qualquer país. “Ninguém nasceu ontem, [esse mecanismo] existe para certos casos, certos países”, desafia. Sobre outro tema polêmico, garante: “O Brasil não apoia o Irã; apoia a paz”. A seguir, os principais trechos da entrevista ao Valor, em que Amorim fala também de seus planos pessoais para 2011.

Valor: Ministro...

Celso Amorim: Li agora o documento entregue na ONU; de maneira nenhuma ele procura isentar nenhum país de nada, pelo

contrário, o objetivo é tornar as recomendações dos órgãos de direitos humanos mais fáceis de implementar. Diz apenas que o método usado até agora, só condenação aos países, não foi efetivo, não mudou a situação de nenhum país. E há o fato de que as condenações são muito concentradas em uma ou duas regiões. Quando se leu alguma resolução sobre Guantánamo, ou algum país que permitiu que seus serviços de inteligência transferissem presos para lugares onde seriam torturados? Ninguém nasceu ontem, [o mecanismo] existe para certos casos e certos países.

Valor: Todos os países passam por revisões no Conselho...

Amorim: O Brasil lutou muito para ter esse mecanismo universal, todos passam por isso: Brasil, Coreia, Irã, EUA. No documento levado a Genebra se fala em mecanismo para ver se as ações recomendadas podem ser implementadas; vai ter até quem o veja como intrusivo, porque pede informativos, visitas aos países por delegações de Estados-membros, estratégias para implementação das recomendações dos mecanismos de revisão periódica, como implementar recomendações dos outros mecanismos de direitos humanos...

Valor: A questão direitos humanos ganhou fôlego por que...

Amorim: Porque é misto de má fé e ignorância. Ignorância porque não sabem como as coisas correm na realidade da vida, que países aliados militares de outros ficam totalmente isentos. Não vou dar exemplos, não quero romper relações diplomáticas, mas todo mundo sabe disso. Falei há pouco de Guantánamo porque até o presidente Obama falou; e os países cujos serviços de inteligência foram usados para levar presos, isso está noticiado. Não

queremos dar refresco para nenhum país, queremos uma maneira que melhore, não para que os que tem complexo de culpa possam botar diploma na parede e dizer: condenei, e não mudar nada. O que me choca é a falta de interesse em melhorar de fato a situação de direitos humanos.

Valor: Mas Cuba e Irã são dois países onde..

Amorim: A mídia está totalmente errada ao dizer que o Brasil apoia o Irã. O Brasil não apoia o Irã. O Brasil apoia a paz, procurou um acordo proposto pelos países ocidentais em relação à energia nuclear, evitar armas nucleares.

Valor: Mas o presidente Lula faz declarações de apoio aos países, como quando compara oposição iraniana à torcida de futebol, diz ser avacalhado intervir por uma condenada à morte por adultério, diz que pode abrigá-la se ela estiver incomodando...

Amorim: Estamos trabalhando pelos direitos humanos, mas nossa maneira de agir é diferente de outros que fazem da hipocrisia sua maneira de principal instrumento. Condenam publicamente e financiam privadamente, em muitos casos.

Valor: Citaria um exemplo?

Amorim: Não.

Valor: Especialistas dizem que o Brasil emite sinais ambíguos, dá impressão de ser advogado dos interesses iranianos...

Amorim: Isso é imaginação, invenção das pessoas. Peguem os comentários feitos pelo Brasil sobre as exposições iranianas no Conselho de Direitos Humanos e verão que

há muitas críticas e recomendações. Está disponível

Valor: Pode citar algumas?

Amorim: Várias: condenação à pena de morte para menores, sobre a situação da mulher. Agora, o Irã, com todos os defeitos, convidou a alta comissária de Direitos Humanos para ir lá, e ela não foi até agora, deve sofrer pressão de alguém para não ir. Não propomos refresco para ninguém. Os métodos tradicionais não funcionam, precisamos encontrar métodos eficazes, e entre eles existe a maneira como implementar as recomendações dessa revisão universal. Isso não é notícia nova sequer, há uma fabricação com objetivos políticos, no noticiário

Valor: Não só os jornais, as ONGs também se queixam do Brasil....

Amorim: As ONGs estão em sua missão de fiscalizar, como as de meio ambiente, que falam coisas que a gente não concorda, depois nos elogiam. A maneira como encaramos o processo, essa ideia da revisão periódica universal, eu defendi em Genebra, no governo FHC, justamente porque se pretendia tratar com isonomia, não permitir a politização, porque países entravam e outros não.

Valor: Na Guiné Equatorial o senhor falou em negócios; seria tradição de isolar a economia do tema de direitos humanos?

Amorim: Um jornalista me fez uma pergunta, foi totalmente distorcida, sobre negócios com o país. Eu disse: qual manteiga você comprou hoje? Quais companhias de petróleo operam aqui? Não quer dizer que esteja endossando o governo. Não quis dizer que isso guia nossa diplomacia, mas que não se pode confundir as

coisas. A manteiga era francesa, as companhias de petróleo, americanas.

Valor: Outra crítica é que o Brasil se propõe a atuar como mediador...

Amorim: Não estamos propondo não, os outros países nos procuram. O presidente da Síria esteve aqui, o [presidente da Autoridade Palestina] Mahmoud Abbas, o presidente de Israel e o presidente do Irã estiveram aqui.

Valor: E na América do Sul, onde o Uruguai pediu em vão ajuda na crise com a Argentina pela instalação de papéis na fronteira?

Amorim: Só podemos ajudar quando os dois lados estão interessados, senão em vez de ajudar prejudica. No caso iraniano, recebemos estímulos de países ocidentais e outros para continuar na trilha e tinha óbvios interesses no Irã. Óbvio interesse dos dois lados.

Valor: No caso de palestinos e Israel não havia tanto interesse...

Amorim: Essas coisas têm de ser levadas com delicadeza. Há movimentos sendo feitos, no caso eu, pessoalmente, em decorrência até de pedido de Israel.

Valor: A aproximação com a Síria?

Amorim: Não vou dar detalhes, estive na Síria, Palestina, em Israel. E Turquia.

Valor: O Brasil não poderia ser mais ativo no Mercosul? E as queixas dos uruguaios?

Amorim: Não agimos com imposição, não faz parte de nossa atitude. Há mecanismos persuasórios, mas se não funcionam não adianta forçar, tem de esperar que o momento ocorra.

Valor: A reunião do Mercosul avançou com uma agenda que estava paralisada?

Amorim: O ministro não pode estar o tempo todo presente; lançam-se linhas de ação e elas avançam. Coisas que pareciam impossíveis ocorreram, houve o código aduaneiro, eliminação dos cronogramas, acordo de livre comércio com o Egito, o primeiro com país em desenvolvimento - além do que o Egito por si mesmo é país importante para nós. Tivemos uma coisa que não é comercial, mas é importante, o de gestão do aquífero Guarani. Só podemos exercitar plenamente nossa soberania mediante acordos de cooperação entre os quatro países.

Valor: Mas não falta, como reconheceu na reunião, um cronograma para acabar com as exceções à tarifa comum? Como aplicar um código nas alfândegas com tantas diferenças de tarifa?

Amorim: Uma coisa pressiona a outra, é positivo. A inexistência de uma tarifa externa comum faz com que o mercado comum não se realize plenamente, dificulta até negociações externas. Não se consegue isso de um dia para o outro, mas se fizermos um cronograma - não quero botar números, dez anos, quinze anos que sejam, e umas exceçõezinhas para o final - teremos mecanismo de cobrança sobre nós mesmos. Vamos conseguir dessa vez? Foi grande êxito a reunião, vai até ficar difícil para o Brasil agora porque muitas coisas que estavam represadas saíram. Temos de começar outras iniciativas.

Valor: Os chanceleres e presidentes discutiram as exceções à tarifa externa na última reunião?

Amorim: Falei na minha apresentação. Não houve discussão, estávamos muito concentrados em resolver nossos problemas. No último momento sempre há questões complexas. Até o último momento estávamos empenhados em uma solução razoável para esse problema naquela reunião.

Valor: Era a reivindicação argentina de incluir impostos de exportação no código?

Amorim: Não necessariamente o da Argentina, o Brasil aplicou por muito tempo imposto sobre exportação de couro wet blue...

Valor: O Mercosul vai manter práticas como esse imposto de exportação?

Amorim: Na medida em que a gente evolua para uma tarifa externa comum para valer, elimine a dupla cobrança da TEC, trabalhe para eliminar subsídios internos, não faz sentido ter imposto de exportação interno, mas isso será uma evolução.

Valor: Na crise Venezuela e Colômbia, um dos problemas é a presença dos guerrilheiros das Farc na fronteira; não é um problema regional a ser atacado?

Amorim: As Farc nascem de qualquer maneira dentro da Colômbia, qualquer atitude tem de ser combinada com o governo colombiano. Não significa que não vamos melhorar o policiamento na fronteira, isso aliás vale para os dois lados. A ideia do Conselho de Defesa da Unasul é também poder trocar de informação, ter medidas de criação de confiança, incluir medidas desse tipo, certamente com o repúdio a grupos armados sobretudo ligados ao narcotráfico.

Valor: Uribe desmoralizou a Unasul ao preferir denunciar na OEA a presença das Farc na Venezuela?

Amorim: Não desmoralizou, primeiro porque não é problema do Conselho de Defesa; quando se trata de denúncia é problema político. O Conselho é para encaminhar soluções ou que previnam que se chegue a esse ponto (de crise diplomática) ou para encaminhar alguma decisão política. Uma ação de um país não pode desmoralizar uma organização. O presidente Uribe tem direito de fazer a opção que quiser, também é membro da OEA, mas é muito mais provável conseguir solução na Unasul que na OEA.

Valor: Defende a ideia de mecanismo conjunto de fiscalização das fronteiras na região

Amorim: Pode ajudar, mas pode ser bilateral, vamos respeitar as sensibilidades; essas coisas não podem ser impostas.

Valor: Que metas o governo tem para o fim do governo?

Amorim: Resolver bem o que começamos. Sempre disse que o Brasil, até para atuar fora da região, precisa que a região esteja bem organizada e bem integrada. Demos passos importantes, não definitivos, não resolvem os problemas, temos de avançar mais. Não é eliminar as exceções; é como chegar a uma plena tarifa do Mercosul num numero X de anos. Tem sentido não ter acordo de compras governamentais que deem ao Mercosul uma preferência real? Temos de ter acordo de serviços mais amplo, maior liberalização, dar tratamento nacional às empresas do bloco em todos os países. Em vez de negociar setorzinho por setor será que não devemos ter meta para definir, que devem ser alcançadas? Talvez

agora, com o fim do nosso governo, esteja na hora de pensar grande novamente no futuro. Essas metas temos de buscar.

Valor: Pode-se fechar o acordo de livre comércio com a União Europeia neste ano?

Amorim: Não quero fazer previsões. Se forem pessimistas, tornam-se autocumpríveis; se muito otimistas, dirão que é a proverbial ingenuidade do Itamaraty. Vamos trabalhar, ver até onde avançamos. Acho que dá para avançar, mas, realisticamente, concluir negociação neste semestre, não sei. Aguardamos a resposta deles para nossa oferta agrícola.

Valor: O que há entre EUA e Brasil para Lula falar em decepção com Barack Obama?

Amorim: Não posso fazer juízo assim, o presidente Obama é bem intencionado, muito importante para a política interna dos EUA, foi positivo o que fez na saúde, na disciplina dos bancos, Mas a política americana é complexa, parece não poder tratar de muitos assuntos ao mesmo tempo. Talvez o que o presidente Lula fale é da necessidade de maior compreensão do que é e como mudou a América Latina.

Valor: O embaixador José Botafogo diz que a diplomacia aponta uma série de tarefas, mas confunde importância com prioridade. Se tudo é prioridade, desperdiça esforços.

Amorim: Quando o [secretário-geral do Itamaraty, Antônio] Patriota vai a um determinado lugar me sinto representado. Tanto que esses avanços todos no Mercosul foram obtidos na minha ausência. Quando há necessidade, pode ter certeza de que estamos presentes, como no caso do código aduaneiro no Mercosul.

Valor: O senhor atuou diretamente?

Amorim: Me lembrei de problema parecido, no acordo Trips [direito de propriedade intelectual] da OMC. Garantimos que o assunto fosse mencionado, mas que cada um pudesse considerar-se representado.

Valor: Ministro, já decidiu o que fará no próximo governo?

Amorim: Minha vida não se mede por governos.

Valor: Em 2011, permanece no ministério? Falou com a candidata de seu partido?

Amorim: Não conversei, nem vou criar esse tipo de constrangimento para ela. Uma coisa garanto: não vou criar constrangimento a ninguém. E estou tomando providências: vou dar aulas na UFRJ. Não estou em idade de ensinar teoria, os mais jovens devem saber mais, mas posso transmitir experiência. Outra coisa minha mulher já fez: pedimos o apartamento nosso no Rio, em Copacabana que já está alugado.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO JORNAL “A TRIBUNA”, 15/08/2010

“Uma diplomacia sem medo de cara feia”

Vinicius Holanda

“É quase impossível detalhar um único momento decisivo nos esforços do ministro das Relações Exteriores do **Brasil**, Celso **Amorim**, em transformar o **Brasil** de uma desajeitada potência regional de duvidosa capacidade internacional em um dos mais importantes ‘jogadores’ do cenário internacional.” O respeitado analista David J. Rothkopf não poupou elogios a **Amorim** num artigo postado em seu blog no site da revista Foreign Policy, a bíblia da diplomacia e da geopolítica. Intitulado “O melhor chanceler do mundo”, o texto representa um dos muitos reconhecimentos e reverências ao trabalho executado nos últimos anos pelo **Itamaraty** e por seu atual condutor. Entre os mais recentes figura a inclusão de **Amorim**, em abril, na seleta lista da própria Foreign Policy com diplomatas de nações emergentes que garantiram a seus governos o papel de protagonistas no cenário mundial. Em razão de seus princípios diplomáticos e de seus métodos, claros e corretos, é pouco provável que ele tenha apreciado o título dado à listagem, “Os Kissingers do mundo”. Mas não falta disposição a este santista, de 68 anos, de seguir se dedicando à defesa dos interesses brasileiros pelo planeta afora. Embora tenha

recebido convites de duas universidades do Rio de Janeiro para lecionar, ele revela a A Tribuna, em entrevista exclusiva, que aceitaria permanecer no cargo após o fim do mandato do presidente **Lula**, se houver um convite nesse sentido. Confira a seguir a entrevista com o chanceler brasileiro.

Jornal: O senhor sempre defendeu um poder global não polarizado, sem a hegemonia de uma determinada nação. Esse processo está em curso? E, em caso positivo, qual o papel do **Brasil** nesse contexto?

Amorim: Está ocorrendo em várias esferas. Quando eu disse, há dois anos, que o G8 (grupo dos sete países mais industrializados e a Rússia) havia morrido, sendo substituído pelo G20 (20 países com maiores economias), muita gente achou engraçado. Mas hoje vemos que não há decisão econômica importante que não seja tomada pelo grupo (G20). **Brasil**, Índia e outros países são indispensáveis nas negociações.

Jornal: Qual área carrega mais complicações?

Amorim: Talvez por ser a mais sensível, é a que diz respeito à paz e segurança internacionais. **Brasil**, Turquia, África do Sul são requisitados. Às vezes as pessoas perguntam por que o **Brasil** trabalha no

Oriente Médio. Muitas vezes é o Oriente Médio que vem até nós. Em novembro do ano passado, tivemos visitas de lideranças do Irã, Israel e Autoridade Palestina, o interesse foi deles. Não só para fazer negócios, mas nos solicitam para atuar em temas da paz mundial.

Jornal: De que forma os resultados do governo **Lula** se aplicaram, nos últimos oito anos, à diplomacia brasileira?

Amorim: Eu era embaixador em Londres em 2002 e a expectativa dos analistas era a pior possível, com quem quer que fosse eleito. Mas aconteceu o contrário: conseguimos estabilidade econômica, pagamos a dívida externa, alcançamos taxas de crescimento importantes, criamos mais empregos e, principalmente, houve a melhoria da condição social da população. O **Brasil** sempre foi marcado por uma forte desigualdade, e fizemos progressos importantes. Assim, adquirimos uma posição de vanguarda no mundo.

Jornal: Nesses oito anos, qual foi o momento mais difícil para sua pasta?

Amorim: Torço para que seja o momento que não apareceu. Tivemos muitas situações delicadas. Talvez o momento mais importante tenha sido o que se seguiu à eleição (presidencial, em 2006) no Haiti. O (René Garcia) Préval tinha sido eleito por margem ampla, mas, de acordo com a lei haitiana, havia lá uma tecnicidade que iria dificultar sua posse. Isso seria algo que a população não aceitaria porque havia acusações de fraude, não do Préval, mas contra ele. Foi um momento difícil, pois tínhamos tropas lá para combater narcotraficantes, saques, não para atirar no povo. Tivemos que ser muito firmes com as Nações Unidas e outros atores sociais.

Jornal: Quais as implicações de ser mais importante na cena internacional e enfrentar potências que sempre quiseram mandar no mundo?

Amorim: Se tivermos que dizer “não” para defender o interesse nacional, a gente diz. E diz com clareza, não sozinho; articulados com outros países em desenvolvimento. Isso modificou para sempre a maneira da OMC (Organização Mundial do Comércio) negociar.

Jornal: Houve algum episódio frustrante?

Amorim: Diria uma certa desolação durante a Rodada de Doha (fórum da OMC com o objetivo de eliminar tarifas alfandegárias e reduzir os subsídios à agricultura dos países ricos, iniciado em 2001 e concluído neste ano). Estivemos a um centímetro de fechar um acordo, mas, infelizmente, não foi possível.

Jornal: Como ficam as relações com o Irã após a aprovação que leva a assinatura do **Brasil** das sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas contra o país asiático e a oferta brasileira de asilo a Sakineh Ashtiani (iraniana condenada à morte por adultério)?

Amorim: O **Brasil** era contra as sanções e não recuou. Mas, como foram aprovadas pela ONU (Organização das Nações Unidas), temos de seguir. Até porque o artigo 25 da Carta da ONU rege que as decisões do Conselho são obrigatórias. Mas isso não quer dizer que tenhamos mudado de posição.

Jornal: E quanto à mulher condenada?

Amorim: É um caso humanitário, que choca nossa sensibilidade. Como passamos a ter uma relação mais direta com o Irã, acho natural

que o presidente tenha se expressado dessa forma (ao oferecer asilo político). Se for do entendimento deles extraditá-la, a recebemos sem problemas.

Jornal: Como o **Brasil** convive com as recentes tensões na América do Sul?

Amorim: Foram casos isolados. Conflitos são parte das relações humanas. Nós trabalhamos para que eles não existam, mas, quando surgem, que sejam resolvidos pacificamente. Estamos felizes, por exemplo, com o reatamento de relações diplomáticas entre Venezuela e Colômbia. Sempre trabalhamos por isso.

Jornal: Qual postura é melhor para interferir no conflito entre duas nações?

Amorim: Trabalhamos silenciosamente quando se deve ser silencioso, e publicamente quando é cabível tratar do assunto em público.

Jornal: Já está planejando seu futuro?

Amorim: Não pensei em nada. Posso cuidar dos meus netos, dar aulas, já tenho convites em duas universidades no Rio de Janeiro. Ainda não tive em Santos. Quem sabe...

Jornal: E se for convidado a permanecer no cargo?

Amorim: Não podemos ser arrogantes de dizer que não aceitaríamos em hipótese alguma, não sou melhor que ninguém. Cada governo tem que ter sua própria cara. O ministro do Exterior é, em boa parte, a cara do governo fora do país. Então, se nossa candidata (Dilma Rousseff) for eleita, acho natural que escolha um ministro com o qual se identifique. Mas também, se ela me pedir, não vou dizer não.

Mas estou confortável se tiver que deixar o governo, cuidar dos netos...

Jornal: Talvez voltar a lidar com cinema (ele foi diretor-geral da Embrafilme, entre 1979 e 1982)?

Amorim: Isso já ameacei meus filhos, três deles fazem cinema. Agora vou dar palpites em roteiro, acabou a onda de fazerem o que querem sem o pitaco do papai aqui! (risos)

Trajetória

Diplomata formado pela Academia Rio Branco, Celso Luiz Nunes **Amorim** ocupou por duas vezes o cargo de ministro das Relações Exteriores do **Brasil**. A primeira, entre 1993 e 1995, durante o governo do presidente Itamar Franco. Voltou à pasta em 2003, agora sob o comando do presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, onde se mantém até os dias atuais.

“Se for preciso dizer “não” (aos países poderosos do Primeiro Mundo) para defender seus interesses nacionais, o **Brasil** diz. E faz isso com toda a clareza.”

“Eu represento um país e um presidente que estão numa posição privilegiada”

“Os avanços, principalmente no setor social, fizeram com que chegássemos a uma posição de vanguarda no cenário mundial”

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, À “SWISSINFO”,
SWISS RADIO INTERNATIONAL, 03/09/2010

“O Brasil não precisa pedir licença para tomar iniciativas”

Alexander Thoele

Ele recebeu do presidente Lula a tarefa de coordenar as relações internacionais e colocar o Brasil em uma nova posição no contexto global.

Em entrevista exclusiva à swissinfo.ch, em Brasília, o chanceler Celso Amorim fala de livre-comércio, das relações com a Suíça, dos paraísos fiscais, do acordo com o Irã, entre outros temas. Nesta primeira parte, Amorim fala da Suíça e do Brasil. Na segunda parte, publicada sábado (04/9), o tema é o Brasil e o Mundo.

Ele acaba de bater o recorde de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, o maior mito da diplomacia brasileira. Quando terminar o governo Lula, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, será o chanceler que mais tempo esteve à frente do Itamaraty.

Ao receber swissinfo.ch na sua imponente sala de trabalho em Brasília, ele respondeu a todas as questões ligadas ao relacionamento

entre a Suíça e o Brasil, lembrando também do apreço que tem pela cidade de Calvino, onde serviu por duas ocasiões. Ao final da entrevista, mostrou ao repórter o novelo de lã que colheu com as próprias mãos juntamente com o presidente do Mali. Em sua opinião, é o símbolo de um novo foco das prioridades do Brasil no mundo.

swissinfo.ch: *Há pouco o ministro suíço do Interior, Didier Burkhalter, e uma delegação de 15 representantes da ciência helvética estiveram no Brasil. A viagem se deu no âmbito da priorização da cooperação científica com o país, uma priorização que existe também no contexto econômico. Como o senhor vê esse novo interesse?*

Celso Amorim: Em primeiro lugar, temos uma parceria estratégica com a União Europeia, que ilustra o grande interesse europeu em relação ao Brasil. Para falar mais especificadamente da Suíça, onde fui embaixador em Genebra por duas vezes, acabei desenvolvendo vínculos com ela. Também participo regularmente do Fórum em Davos. Eu tive muito prazer de receber aqui a chanceler Micheline Calmy-Rey, a ministra da Economia Doris Leuthard e também de visitá-las na Suíça. Eu percebo que é uma decorrência natural da performance

da economia brasileira, das ações que nós desenvolvemos no mundo e também de uma visão independente das relações internacionais. Eu tive, por exemplo, boas conversas com Micheline Calmy-Rey sobre o Irã, e isso muito antes do acordo que fizemos há pouco com a Turquia. Com a Doris Leuthard, minha colega nas negociações comerciais, nós tivemos sempre uma boa interação.

swissinfo.ch: *Talvez uma forma simbólica de reconhecimento dessa importância teria sido a entrega do prêmio de Estadista Global no Fórum Econômico Mundial (WEF) em janeiro, não?*

C.A.: É claro que Lula é uma pessoa muito especial. O presidente - acho que podemos dizer isso sem a preocupação de parecer querer estar adulando, até porque já estamos no final do mandato do presidente. Isso é indiscutível e é reconhecido por todos. É uma figura como muito poucas entre as lideranças mundiais. Mas é evidente que isso reflete o Brasil. Afinal, se você tem um líder excepcional, mas o país não corresponde ou não responde a essas lideranças, então as coisas não acontecem. No caso do presidente, ele foi um líder muito importante no sentido da recuperação econômica, da manutenção da estabilidade, quando as pessoas não acreditavam que isso fosse acontecer. Foi também um líder que deu uma ênfase muito grande à eliminação da desigualdade. Claro que isso não ocorre de um dia para outro, mas o que ocorreu no Brasil nesses anos é notável e foi reconhecido por todo mundo.

Além disso, Lula teve uma atuação internacional desassombrada. Ele é um presidente que acha que o Brasil não deve ficar pedindo licença a A ou B para tomar iniciativas. Graças a isso, hoje alargamos

nossas relações de uma maneira notável. Acho que os outros países percebem isso. O Brasil tem hoje obviamente uma relação privilegiada com a própria América do Sul, América Latina e Caribe, mas tem também com a África, com os países árabes, no contexto de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) ou no contexto de IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Ao mesmo tempo mantivemos com a Europa um bom relacionamento. Tudo isso explica essa projeção que o presidente tem

O prêmio de Davos torna isso mais interessante, pois foi a primeira vez que ele foi atribuído. E também pelo fato dele ter sido dado a um líder operário que, quando disputava as eleições, despertava temores no mundo empresarial. Agora, ao final do governo, ele recebe uma honraria de estadista global da maior organização que, se não é exclusivamente empresarial, pelo menos é onde os empresários tem voz: Davos (WEF).

swissinfo.ch: *Em um debate organizado recentemente pela Câmara de Comércio Latino-Americana da Suíça, empresários presentes reclamaram frente aos representantes do governo helvético da dificuldade de entrar no mercado Brasileiro devido a falta de um acordo de livre comércio. Só a Suíça tem 22 acordos bilaterais de livre-comércio fora da União Europeia, dos quais com quatro com países latino-americanos. Quando a situação vai melhorar?*

C.A.: Temos um acordo muito bom com a Suíça, que tem funcionado, mas que não é de livre-comércio. É um acordo de cooperação econômica e comercial. Inclusive, ele permitiu que houvesse essa comissão mista e que já se reuniu algumas vezes. Ela tem produzido resultados, permitindo, por exemplo, resolver problemas que surgem nas relações. Agora,

com relação a um acordo de livre-comércio, teria de ser com o Mercosul. Isso, pois somos uma união aduaneira. Não temos nenhuma restrição a isso. Acho que o fato de estarmos em um processo de negociação com a União Europeia vai mostrar qual o tipo de negociação que podemos ter com a Suíça e com os países do EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio).

Evidentemente existem, à primeira vista, pontos de resistência de um lado e do outro. Em alguns produtos manufaturados seguramente haverá ainda alguma dificuldade nos países do Mercosul. Como, da mesma maneira, na área agrícola haverá dificuldades da parte da Suíça - não sei se com outros países do EFTA, mas certamente no caso da Suíça. Mas não vejo que isso seja um impedimento. Você tem de negociar e chegar a acordos mutuamente vantajosos.

swissinfo.ch: *Mas existe o interesse da Suíça de acelerar um acordo com o Mercosul?*

C.A.: Acho que há. A questão é que esses acordos são mais complexos devido às diferenças que mencionei. Por outro lado negociamos rapidamente um acordo com Israel e também com o Egito. Agora no caso da União Europeia e da Suíça, como também os países da EFTA, existe essa dicotomia que aponte: o grande interesse que demonstram esses países pela maior abertura na área de manufaturas, onde consideramos que já fizemos até uma liberalização bastante grande, e o nosso grande interesse na agricultura. Um não exclui o outro, mas o fato de estarmos agora envolvidos nessas negociações com a União Europeia pode também nos indicar um bom caminho para acelerar. Mas tudo depende das iniciativas. Nem sempre é o Mercosul que toma as iniciativas. Acho que se houver uma

iniciativa forte da parte do EFTA, nós iremos corresponder.

swissinfo.ch: *Como o senhor responde à preocupação de muitas empresas suíças, sobretudo as farmacêuticas, em relação ao respeito das patentes?*

C.A.: O Brasil não é contra as patentes. O Brasil é contra o abuso das patentes para que sejam cobrados preços que não correspondem mais à necessidade de recuperar o investimento feito e que também não correspondem à possibilidade e capacidade dos países.

swissinfo.ch: *Então o Brasil mantém sua posição de interpretar livremente o respeito aos direitos intelectuais?*

C.A.: Haverá sempre divergências e para isso temos a OMC (n.r.: Organização Mundial do Comércio) em Genebra. Mas tivemos uma boa negociação para que houvesse um investimento no Brasil de uma empresa suíça (n.r.: Novartis constrói em Goiana, Grande Recife (PE), sua primeira fábrica de vacinas na América Latina) e que deu certo. Esses investimentos são bem-vindos. O Brasil não prega que não se respeitem as patentes, mas há situações, como foi no caso da AIDS, como pode haver outras, em que a adoção de medicamentos genéricos é fundamental. O Brasil foi um dos primeiros países do mundo onde a curva de doentes com AIDS diminuiu consideravelmente. E isso foi graças aos medicamentos genéricos, pois é um programa 100% financiado pelo governo e o governo jamais teria dinheiro para fazer isso, se tivesse de pagar os preços dos remédios. Em muitos casos houve negociação, inclusive com empresas suíças, e se chegou a um preço considerado razoável, tanto assim que a empresa manteve as vendas ao governo brasileiro. Eu acho que essas diferenças de perspectivas são

normais. Agora, nos não vamos renunciar à primazia de poder tratar dos nossos doentes havendo formas de fazê-lo.

swissinfo.ch: *Falando de um conflito direto entre os dois países, como ficou a questão da inclusão da Suíça em uma lista “negra” da paraísos fiscais da Receita Federal no Brasil?*

C.A.: Mas eu entendo que isso foi resolvido.

swissinfo.ch: *Mas a inclusão foi apenas suspensa...*

C.A.: Sim, ela foi suspensa. Mas o problema no momento não existe. Acho que é uma questão da forma de tratar do problema. Você sabe, em todos os países do mundo as receitas são muito zelosas das suas atribuições - equivalente ao IRS (n.r.: Internal Revenue Service - autoridade fiscal americana). Mas acho que iremos encontrar uma solução justamente baseando não tanto em países, mas em atividades. E aquelas atividades que gozam de um favorecimento fiscal, elas naturalmente têm que ser objeto de uma compensação no país, até mesmo para não criar uma competição desleal. Mas a Suíça não está aparecendo em nenhuma lista de países que sejam paraíso fiscal. Isso foi objeto de conversas minhas com a presidente Doris Leuthard e com a ministra de Relações Exteriores (n.r.: Micheline Calmy-Rey). Em menos de uma semana tínhamos resolvido o problema.

swissinfo.ch: *Mas muitas empresas suíças no Brasil manifestam em debates fechados uma certa insegurança...*

C.A.: Eu não creio. Não posso falar pela Receita Federal, mas acho que, como me foi dito, a Suíça está preenchendo os critérios da

OCDE e é normal, portanto, que não figure na lista

swissinfo.ch: *A Suíça gostaria de participar do G-20, sobretudo na procurar de soluções para impedir uma nova crise financeira. O Brasil apoiaria o país nessas aspirações?*

C.A.: Eu diria que a Suíça já tem uma presença grande nos órgãos financeiros internacionais. Inclusive muitos dos quais ficam na Suíça. Na Basileia temos a União dos Bancos Centrais (n.r.: Banco de Compensações Internacionais). Temos o comitê de políticas financeiras. Eu devo dizer francamente que já acho a Europa sobre-representada. Não temos nada contra a Suíça. Se ela se inserir por lá sem que isso desequilibre ainda mais o G-20 num sentido contra os países em desenvolvimento, então tudo bem. Mas isso é um problema que tem de ser resolvido na Europa. Sei que vocês não são parte da União Europeia, mas tem de ser discutido lá. Porque você tem naturalmente os representantes dos que já eram do G-8 - você tem a França, a Itália, o Reino Unido, você ainda tem a Espanha que é sempre convidada, você tem o representante do país que está presidindo a União Europeia, você tem o presidente da Comissão Europeia. Quando vai ver por lá, você só tem quase que europeu. Mas isso também não pode: o mundo mudou!

Acho que se encontrássemos uma fórmula de representação coletiva de vários países, talvez houvesse uma solução. Mas eu não quero dar uma solução agora, pois acho que essa é uma questão complexa. A Suíça obviamente é um país que tem uma contribuição a dar, mas haverá formas prováveis de fazê-lo

Na primeira parte da entrevista exclusiva que o chanceler brasileiro Celso Amorim concedeu à swissinfo.ch, em Brasília, publicada sexta-

feira (03/9) falou essencialmente das relações entre a Suíça e o Brasil.

Nesta segunda parte, os temas são: o acordo com o Irã e a Turquia, os avanços do Mercosul e as perspectivas com as presidenciais de outubro. É praticamente um balanço de oito anos à frente da diplomacia brasileira.

swissinfo.ch: *Como o Brasil considera o temor de muitos países ocidentais de ver o Irã armado com bombas nucleares?*

Celso Amorim: Eu não tenho meios de dizer que o Irã não pode vir a ter uma arma nuclear. Também não tenho nenhuma evidência que queira ter e que esteja trabalhando para ter. Agora, o que foi proposto por nós? Como é muito difícil julgar intenções e basear seu raciocínio em hipóteses, o que o Brasil e a Turquia fizeram juntos? Nós partimos de uma proposta de acordo que havia sido feita pelos países ocidentais - na realidade, pensada pelos Estados Unidos - tomamos essa proposta, a levamos para Teerã e convencemos o Irã a aceitá-la. Claro que algumas pessoas dizem que a situação mudou, pois de lá para cá eles produziram mais urânio, etc. Mas todos esses problemas apontados - e que diga-se de passagem, não foi dito para nós antes que eles seriam impeditivos para um acordo - podem ser tratados a partir do momento que você tenha um acordo que crie confiança.

O objetivo do nosso acordo era exatamente criar confiança. Ao invés de você ficar pensando na intenção do Irã - pois você poderia estar pensando nas intenções dos outros países, não quero citar quais, mas vários outros países podem ter intenções que não são positivas, inclusive os detentores de armas nucleares, que deviam estar tratando de diminuir os seus estoques - o melhor seria ter uma ação

concreta, que efetivamente reduziria o estoque de urânio no Irã e que tornaria desnecessário para o país o enriquecimento a 20%. Aliás, o próprio presidente Ahmadinejad disse que se o acordo for feito com base na declaração de Teerã, eles não terão necessidade de enriquecer a 20%. Você quer coisa mais positiva do que essa?

O que acho contraditório é o seguinte: ao mesmo tempo, alguns acham que o enriquecimento a 20% é muito perigoso; por outro lado, você tem um acordo que torna desnecessário - e isso não é só na nossa opinião, mas na opinião do presidente do Irã - o enriquecimento e, portanto, ele mesmo disse que não continuaria a fazê-lo, mas você não quer aceitar o acordo. Eu acho que é muito difícil encontrar uma resposta para isso. Fico então com a resposta dada pelo el-Baradei, o ex-diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica e prêmio Nobel da Paz. Durante uma entrevista a um jornal brasileiro, disse que os países que fizeram a proposta inicialmente e que depois se recusaram a seguir nesse caminho, apostando no caminho das sanções, não poderiam aceitar um sim como resposta.

swissinfo.ch: *Mas há um certo ceticismo na imprensa europeia em relação ao Brasil. Isso estaria na dificuldade de reconhecer sua neutralidade como a da Suíça e sua política dos “bons ofícios”?*

C.A.: Eu não vou discutir a neutralidade suíça. Eu acredito que a Cruz Vermelha siga padrões de neutralidade e tenho um grande apreço por essa organização criada pela Suíça. Agora todos os países - seja Suíça, Brasil, Estados Unidos, Rússia ou China - têm interesses. Nenhum país deixa de ter interesse. Isso não impede que, em determinadas situações, você

possa ser um mediador e encontrar soluções que muitos países, às vezes engajados demais em uma determinada linha, não conseguem ver ou não querem ver. O Brasil trabalhou em várias situações desse tipo. Infelizmente algumas não deram certo. Por exemplo, nós trabalhamos muito para evitar a guerra no Iraque. Eu fui embaixador no Conselho de Segurança. Lá escrevi três relatórios sobre a questão, que na época foi elogiado por todos. Se eles tivessem sido seguidos mais a risca, talvez o conflito pudesse ter sido evitado. Mas eu acho que a invasão iria ocorrer de qualquer maneira, pois ela seguia outra lógica.

Eu acho que Brasil tem essa condição. Os países criticaram não só o Brasil, mas também a Turquia, que é membro da OTAN. Porém nós trabalhamos juntos o tempo todo e em consulta: nós conversamos com a França, a Rússia, a China, os Estados Unidos e também o Reino Unido, só para falar de alguns. Eu até tive boas conversas com a Suíça sobre essa questão, mas em um período anterior a essa proposta. Nessas conversas, a nítida impressão que nós tínhamos não era de que não deveríamos tentar. O que eles nos diziam era o seguinte: vocês vão tentar, mas vão fracassar. “Esta é a última chance”. Essa frase nos foi dita por muitos líderes. A impressão que tenho hoje em retrospecto, era que eles diziam isso na expectativa que não fôssemos conseguir - até no desejo que não fôssemos conseguir - e que, dessa maneira, ficasse mais provado ainda que o Irã estava seguindo um caminho errado e não queria nenhuma negociação.

Eu não vou agora relembrar todos os detalhes do acordo, mas como ele foi feito segue “ipsis litteris” o roteiro que nos foi dado pela mais alta autoridade dos Estados Unidos.

swissinfo.ch: *O Brasil sairia do tratado de não proliferação de armas? Trata-se de uma nação absolutamente pacífica?*

C.A.: Sim, totalmente. Eu acho que é isso que nos dá uma autoridade moral. O Brasil inscreveu na sua constituição que só usaríamos a energia nuclear para fins pacíficos. Aliás, o que nós conversamos com o Irã muitas vezes não era tanto saber o que eles tinham ou não, mas que era importante que eles tomassem medidas que fossem vistas pelo outro lado como positivas. Você se recordará que havia três aspectos principais na proposta feita pelos EUA e pela Agência Internacional de Energia Atômica em outubro do ano passado.

Nessa proposta de troca de urânio enriquecido por combustível havia três aspectos: a quantidade - 1200 kg -, o local onde ocorreria - se seria feito no exterior ou lá - e o tempo. Nesses três aspectos a posição do Irã, até Brasil e a Turquia se engajar nessa negociação, era a de a quantidade de 1.200 quilos não podia, pois era excessiva; que o local tinha que ser no próprio Irã, não podia ser um terceiro país; e o tempo tinha de ser simultâneo, ou seja, haver uma simultaneidade da chegada do combustível e da partida do urânio. Nos três pontos o Irã aceitou as nossas ponderações. São pontos concretos.

Não são coisas abstratas que você vai julgar qual foi a intenção ou não, se a pessoa estava ou não rezando na hora. São coisas “altamente” verificáveis para utilizar uma palavra muito usada no desarmamento. Quanto, quando e aonde. Não pode haver coisa mais concreta do que isso. E não foi aceita por quê? Não sei, isso é uma matéria de especulação. Mas não tem nada a ver com o fato do Brasil ou da Turquia

terem credibilidade, pois o engajamento do Brasil com o Irã começou com o pedido de líderes ocidentais como Obama, que disse ao Lula a seguinte frase: “É bom que você seja amigo de quem eu não posso ser amigo.”

swissinfo.ch: *O Brasil teria hoje condições de ter um assento no Conselho de Segurança da ONU?*

C.A.: Eu não tenho a menor dúvida que o Brasil teria condições. Um grande número de países no mundo tem essa mesma opinião. O que eu leio de crítica hoje à ação do Brasil, são dos que pensam que, para você ser membro permanente do Conselho de Segurança, você tem de seguir sempre a opinião dos atuais membros permanentes. Se você vai para lá fazer a mesma coisa que eles fazem, é inútil. Você tem de levar sua perspectiva. O que eu acho que países como o Brasil, Índia e outros, talvez também a África do Sul, podem levar é justamente uma perspectiva diferente, uma capacidade de ver a realidade de forma menos dicotômica, menos maniqueísta, menos preto e branco. Ser capaz de ver as áreas cinzentas. Pois é nas áreas cinzentas que você faz as negociações. Preto e branco não tem negociação.

swissinfo.ch: *Voltando à Suíça, sua população vive hoje um grande ceticismo em relação à União Europeia, sobretudo após a crise em vários dos seus membros. Existiria esse ceticismo também no Brasil em relação ao Mercosul, cujo desenvolvimento não tem tido a velocidade esperada?*

C.A.: Não, o Mercosul tem se desenvolvido muito. Você está impressionado com a mídia brasileira. Eu acho melhor você ler a mídia

estrangeira sobre o Mercosul ou então olhar os números. O nosso comércio com os países do Mercosul multiplicou-se por cinco nos últimos oito anos. É verdade que 2002 era um ano de crise na Argentina. Mas mesmo se você pegar 2001 ou outro ano anterior, vai ver que houve um crescimento notável. Hoje em dia, 47% das nossas exportações de manufaturas - 30% só para o Mercosul - vão para América Latina e Caribe. Então como você pode dizer que isso é um fracasso. Acho que está indo muito bem! Houve durante muito tempo certos impasses institucionais, nos quais não conseguíamos avançar.. Mas fizemos avanço notáveis agora na reunião de San Juan, Argentina (n.r.: 39ª Cúpula do Mercosul no início de agosto), com um cronograma para a eliminação da dupla cobrança da TEC (n.r.: Tarifa Externa Comum) - ela vai demorar, mas vai ter - um código aduaneiro comum; fizemos o acordo de livre comércio com o Egito, que é o primeiro com outro país em desenvolvimento de fora da região...

swissinfo.ch: *Mas a direção para o Mercosul é de uma união política como a União Europeia?*

C.A.: Vivemos em um mundo mais complexo. Eu acho que há uma crescente união política, ou melhor dizendo, coordenação política, pois os presidentes e ministros se encontram para discutir os problemas. Hoje em dia existe até - mas isso pode mudar - uma certa afinidade de pensamento nos quatro países do Mercosul e, com algumas nuances, com a Venezuela, que é candidata ao ingresso. Agora, eu acho - e falando mais amplamente com um futuro mais de longo prazo - o que a América do Sul precisa é de uma união de toda a América do Sul. Por isso é que nós temos trabalhado

também na Unasul. Pois muitos dos problemas envolvem países que não são do Mercosul. Até então era preciso lidar com essas questões também, além de que é importante haver uma integração econômica entre eles. É como a Suíça, que não pode fazer parte do mercado comum, mas fez o EFTA. Nós também na América do Sul temos isso hoje: países que já tinham acordos de livre-comércio com outros de fora da região e assim não dava para aderir à tarifa externa comum do Mercosul. Isso não impede que tenhamos acordos de livre-comércio entre nós. Já fizemos um acordo de serviços com o Chile, estamos fazendo um com a Colômbia. Queremos fazer um acordo de investimento com os dois países. Estamos integrando cada vez mais.

swissinfo.ch: *Porém, afora a integração econômica, uma das condições de adesão à União Europeia é o respeito aos direitos humanos e liberdades políticas...*

C.A.: Depende dos direitos humanos de que estamos falando. Não quero entrar em muitos detalhes, mas existe o respeito às religiões, às etnias. Tudo isso para nós também é respeito a direitos humanos. O Brasil, por exemplo, legalizou todos os trabalhadores, ou 90% deles, dos imigrantes que estavam aqui sem documentados. Isso é um bom exemplo para a Europa seguir.

swissinfo.ch: *Eu me refiro mais a alguns países América Latina como Cuba ou Venezuela e sua interpretação própria do que é democracia...*

C.A.: Todos os governantes da América do Sul foram eleitos. Eles passaram por eleições democráticas ou se submeteram a referendos com observação internacional, em muitos casos. Acho que isso é uma prática

de democracia. Pode ser que nem todas as práticas sejam as mesmas que temos no Brasil ou na Argentina. Mas acho que não se pode de maneira nenhuma dizer que a América do Sul não esteja caminhando, de forma firme e séria, para se tornar cada vez mais democrática. E lembre você que a democracia não é só a democracia política - que obviamente é muito importante e ninguém vai negar isso, pois passamos 21 anos de ditadura e sabemos que é importante - mas é importante também uma democracia social que dê condições ao povo de ter educação, cultura, de se alimentar, não ficar subordinado a um clientelismo político, que era o que ocorria no Brasil há 30 anos.

swissinfo.ch: *Hoje o Brasil também promove ajuda ao desenvolvimento como a Suíça em países do 3º mundo. Um exemplo é a pesquisa conjunta contra a malária em Moçambique, um projeto da Fiocruz. Além disso, o Brasil também abriu uma série de embaixadas na África. O que mudou na política externa brasileira a partir do governo Lula?*

C.A.: Nesse aspecto que você está falando, ela se tornou mais universalista. Acho que o Brasil viveu durante muito tempo acanhado. Fomos um país que vem se expandindo ao longo do tempo. Tanto que, logo depois do final da 2ª Guerra Mundial, reconheceu e teve relações com todos os países relativamente pequenos na Europa. Mas reconheceu também e teve relações com muitos países africanos. Mas nós passamos um período de 21 anos de governo militar. Depois um período de prevalência ou forte influência das teses neoliberais na área econômica. Tudo isso acabou estreitando um pouco o nosso horizonte diplomático. Muitas dessas embaixadas que você menciona na África, um grande número foi aberta de fato. Porém outras foram simplesmente reabertas. Durante esse auge do neoliberalismo, de fazer

economia onde não se deve fazer economia, muitas embaixadas foram fechadas. Hoje o Brasil tem uma rede realmente muito mais ampla, o que é bom para nós e para o nosso comércio. O custo de uma embaixada pequena é ridículo comparado com o que você obtém. No dia que estava chegando ao Qatar, onde depois abrimos uma embaixada, estava chegando uma empresa brasileira que vendeu 400 ônibus. Em termos de país, esses ônibus pagam a nossa embaixada durante dez ou vinte anos.

swissinfo.ch: *A China também compreende sua ajuda ao desenvolvimento através dos investimentos que faz na África...*

C.A.: Isso é um aspecto. Mas nós temos também uma noção de solidariedade muito forte com outros países em desenvolvimento. Isso traz benefícios para o Brasil? Traz, não vou dizer que não. Traz benefícios do ponto de vista econômico, é mercado para os nossos investimentos e exportações, mas o Brasil tem um autêntico sentimento, sobretudo em relação à África, muito forte. E por quê? Mais de 50% da população brasileira se autodenomina de origem africana. É uma contribuição muito importante para a nossa cultura e música. Nós nos beneficiamos até hoje, pois a imagem do Brasil que vai para o exterior, deve muito a essa contribuição africana. Então é natural que também ajudemos. E também é uma coisa que não tem um custo econômico tão grande, mas que ao mesmo tempo pode trazer muitos benefícios.

Você mencionou a Fiocruz. Temos hoje projetos em muitos países africanos, mas acho que alguns são modelares. É o caso da presença da Fiocruz e, sobretudo, da criação de uma fábrica de antivirais em Moçambique para a produção de genéricos. É o caso do

que a Embrapa, a nossa empresa de pesquisa agropecuária, tem feito na África. Se você for naquele canto da minha sala, você vai ver um novelinho de algodão, que foi da primeira colheita de uma fazenda-modelo no Mali. E o caso de muitos outros centros de formação profissional, que temos em muitos países de língua portuguesa e outros. E isso sem falar o que fazemos no Haiti.

swissinfo.ch: *Essa ajuda brasileira é comparável ao que a China faz, sendo que no seu entender a cooperação se dá através do comércio e investimento em infraestrutura?*

C.A.: Aí eu prefiro deixar vocês julgarem. Mas eu li comentários de fontes insuspeitas da comparação da ajuda que o Brasil presta com outros países, que o Brasil sai melhor na fotografia.

swissinfo.ch: *Em breve o mandato do presidente Lula termina. Caso a candidata Dilma Rousseff seja vitoriosa nas eleições, haverá uma mudança na política externa brasileira? O senhor continuaria no cargo?*

C.A.: Nós estamos muitos confiantes que a candidata vá ganhar, pois é o que as pesquisas têm dito. Mas eleição você sempre tem de esperar o dia chegar e deixar para abrir o champanhe ou guaraná depois dos fatos ocorrerem. Pelo que conheço da ministra Dilma, pelas oportunidades que tivemos de conversar e da relação que eu sei que ela tem com o presidente Lula, acho que as linhas mestras serão todas as mesmas. Mas dizia um pensador francês, o estilo é homem e o estilo pode ser “mulher” também. Então cada um tem seu estilo, sua maneira de conduzir. Poderá ter matizes nas prioridades, o que é compreensível.

swissinfo.ch: *E o senhor pessoalmente?*

C.A.: Isso é um aspecto secundário da questão. O importante é que o Brasil mudou. Você não estaria fazendo essa entrevista com essas perguntas em 2002. O Brasil mudou a sua posição no mundo em todos os aspectos. O Lula não teria ganhado o prêmio em Davos, o Brasil não estaria no G-20. Eu ouvi aqui pedidos de países europeus - e não foi só a Suíça - para apoiá-los e serem convidados a uma reunião do G-20. O Brasil não estaria tendo uma influência decisiva em questões como a mudança do clima. Se não fosse o que aconteceu dentro do Brasil, mas também o que foi a política externa. Por isso acho normal que as linhas mestras sejam mantidas. Creio que, no caso da ministra Dilma, estou convencido que isso ocorra. Mas volto a dizer: o estilo é o ser humano, cada um tem o seu.

swissinfo.ch: *O senhor serviu durante duas vezes em Genebra. Quais são as impressões pessoais tidas dessa estadia na Suíça e da população?*

C.A.: Eu gosto muito de Genebra. Minha filha Anita, mora lá, pois é funcionária da OIT (n.r.: Organização Internacional do Trabalho). Tenho dois netos que também moram lá. Eu não sei se algum dia eles vão ter ou não a cidadania suíça, pois já têm múltiplas cidadanias, pois o pai é turco e uma delas nasceu em Nova Iorque. É possível até que tenha, e se for o caso, não terei nada contra. O que quero dizer é que sempre tive muito bom contato e sempre achei as pessoas muito educadas. Os temperamentos é que são muito diferentes. Mas eu acho que os suíços estão cada vez mais abertos a isso. Acho, inclusive, que Genebra mudou entre os dois períodos em que morei por lá. Genebra, que é naturalmente uma cidade latina - faz parte da latinidade do

francês, mas que tinha uma rigidez que você normalmente não associaria com a latinidade. Da segunda vez que morei lá, achei muito mais aberto. Tinha a “Fête de la Musique”, que antes não tinha, tinha um monte de coisas na rua. Tinha até cadeiras na calçada.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO
JORNAL “FOLHA DE S. PAULO”, 24/9/2010

“EUA querem manter controle sobre Irã”

Chanceler Celso Amorim diz em entrevista à Folha que americanos relutam em partilhar solução para o caso

Ministro sugere que pode ter havido “abalo” no relacionamento com os americanos devido às negociações com persas

CRISTINA FIBE, DE NOVA YORK

Apesar de as relações entre Brasil e EUA continuarem “preservadas”, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, se pergunta se o fato de o país ter conseguido um acordo com o Irã deixou algum abalo.

Ele se refere à Declaração de Teerã, acordo de troca de combustível assinado por Irã, Turquia e Brasil em maio, meses depois de uma tentativa dos EUA falhar.

Em junho, o Conselho de Segurança da ONU aprovou sanções contra o país persa, acusado pelos EUA de desenvolver tecnologia nuclear com fins militares. O Brasil votou contra, embora não tenha poder de veto.

Celso Amorim, em entrevista exclusiva à Folha após abrir os debates da 65ª Assembleia Geral da ONU, detalha ainda reunião de anteontem com o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, e diz não descartar continuar no cargo, se Dilma Rousseff for eleita.

Folha: *O que o sr. conversou anteontem com o presidente Ahmadinejad?*

Celso Amorim: Falamos de tudo. Foi uma conversa muito franca, amigável. Ele foi muito cordial, me recebeu muito bem. Contei a ele que havia recebido a visita da moça, a Sarah [Shourd], que foi libertada [após 14 meses presa no Irã; dois americanos ainda estão detidos].

Folha: *E o sr. sentiu que o Irã está de fato disposto a retomar as negociações [acerca de seu programa nuclear]?*

Celso Amorim: Estão muito dispostos. Eu já vinha sentindo, primeiro, que eles mantiveram a flexibilidade. Mesmo depois da adoção das sanções, a reação oficial do governo tem sido a de que continua aberto a negociações. Entendo que querem ter as negociações com o grupo

de Viena, o P5+1 [formado por EUA, França, Reino Unido, China, Rússia e Alemanha]... Agora, em que formato exatamente, não sei.

Folha: *Ele não pediu ao sr. que o Brasil participe?*

Celso Amorim: Ele sempre expressa que o Brasil e a Turquia podem ter um papel útil e, se pudermos ter, ótimo. Agora, para que isso ocorra, é preciso que todos achem.

Folha: *Os EUA anteontem disseram que não querem o Brasil na mesa de negociações.*

Celso Amorim: Acho compreensível. Quando eles chegarem a um acordo, se é verdade o que os jornais dizem, que está se voltando a falar do acordo de troca de urânio, se isso acontecer, não sei... Você fica achando será que tem alguma outra coisa nisso? Será que o fato de termos conseguido algo que eles não tinham conseguido deixou algum abalo? Em relação a esse tema, não a outros.

Nos encontramos na reunião do Haiti, e era tudo elogios e mais elogios da parte dos EUA para nós. Acho que as relações estão totalmente preservadas.

Agora, por que os membros permanentes, não só os EUA, quiseram manter a discussão só entre eles? Não sei. É muito difícil para quem está habituado a ter o controle absoluto de certas situações querer compartilhá-lo. Ainda que esse compartilhamento pudesse ajudar na solução.

Folha: *A relação Brasil-EUA talvez tenha tido mais pontos de estremecimento depois que o Obama assumiu...*

Celso Amorim: Não acho que foram estremecimentos. Não vejo nenhum aspecto

da relação bilateral que tenha sido afetado. Continuamos a conversar muito, sobre outros temas. No caso do Irã, até pelas razões que todos já conhecem, acho que os EUA já tinham adotado uma linha de ação que era a favor das sanções. E temiam qualquer coisa que pudesse afetar essa linha.

Folha: *O que foi conversado na reunião dos Brics [Brasil, Rússia, China, Índia] sobre a resolução contra sanções aplicadas unilateralmente?*

Celso Amorim: Foi conversado um esforço de coordenação em torno de alguns projetos de resolução de sanções unilaterais no caso de temas que estão sob consideração do Conselho.

Folha: *Dois membros da missão russa negaram que o tema tenha sido levantado pela Rússia.*

Celso Amorim: Se eles não estão querendo falar é por alguma razão. Brasileiros falam mais.

Folha: *É uma defesa do Irã?*

Celso Amorim: Não é o Irã, é em qualquer situação. Para que você tem o Conselho de Segurança se, além das sanções que o conselho fica discutindo horas e horas, há outras da União Europeia ou dos EUA? Que, ainda que não sejam obrigatórias para os demais países, acabam tendo efeito nos demais países. Até o nosso embaixador no Irã teve dificuldades de receber o salário por causa das sanções europeias, porque as transações bancárias eram feitas por meio de bancos europeus. Não tinha nada a ver com as sanções. São coisas que acabam afetando os outros países, e eu não acho isso correto.

Folha: *O sr. cogita ficar, caso a Dilma seja eleita?*

Celso Amorim: Não tenho aspirações adicionais, acho que cumpro com a missão. É importante que haja renovação.

Agora, também não posso ser arrogante de dizer “não aceito nada, não quero nem conversar”. Não sei, isso aí... Mas não recebi [proposta], e nem caberia, porque a eleição não ocorreu. Vamos esperar, uma coisa de cada vez.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CELSO AMORIM, À REVISTA “ROLLING STONE BRASIL”, OUTUBRO/2010

**O atual Ministro das Relações Exteriores
faz um balanço do governo Lula**

IMAGINE SER CONVOCADO PARA UM trabalho em que você terá de viajar semana sim, semana não para discutir questões que podem mudar o curso do planeta. E ainda defender o interesse de mais de 190 milhões de brasileiros. Essa tem sido a rotina de Celso Amorim, 68, nos últimos oito anos. O Ministro das Relações Exteriores embarcou 167 vezes, perfazendo 259 visitas oficiais a 117 países diferentes. Não é à toa que, em novembro de 2010, o diplomata vai ultrapassar o Barão de Rio Branco, como o homem que por mais tempo exerceu a função de chanceler brasileiro. Nascido em Santos (SP) e formado pelo Instituto Rio Branco, Amorim ajudou a construir a nova política externa do país. Alvo de críticas e de elogios em iguais proporções, ele se mantém na pasta desde o primeiro dia de mandato do presidente. Somente o general Jorge Armando Félix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, repete o feito de Amorim, ocupando o cargo de ministro desde o começo do governo. Em meio a uma semana considerada surreal por seus assessores, incluindo 36 reuniões com líderes de todo o planeta e o

discurso de abertura da Assembléia-Geral da ONU, onde representou Lula, o ministro das Relações Exteriores falou de Nova York com exclusividade à *Rolling Stone Brasil* sobre a sua gestão no Itamaraty. E confessa: é hora de dar mais atenção à família.

***O senhor acredita que há uma
“partidarização” das críticas a respeito das
posições adotadas pelo Itamaraty?***

Os objetivos da política externa brasileira baseiam-se na Constituição. Há, no entanto, entre os vários governos, diferenças de visão sobre a capacidade do Brasil de influir em questões internacionais. Muita gente ainda subestima a capacidade do país de contribuir positivamente para a agenda internacional. O Brasil tem posições coerentes em todas as áreas, tanto que se tornou uma força nas grandes discussões mundiais, das finanças à mudança do clima, passando por comércio e questões de segurança. Entendemos que a política externa deve ter um certo grau de ousadia. Curiosamente, a imprensa estrangeira valoriza a política externa brasileira, mesmo quando discorda de algum aspecto específico, o que é normal. As críticas mais contundentes vêm da imprensa brasileira, que parece não

gostar do novo papel do Brasil.

Qual foi o momento mais tenso para o senhor durante estes oito anos?

Eu só senti tensão mesmo em situações que envolveram outras vidas humanas de uma forma muito concreta, quando tivemos que organizar a retirada urgente de brasileiros que viviam no Líbano durante a ofensiva israelense; ou quando o engenheiro brasileiro João José Vasconcellos Júnior foi seqüestrado e morto no Iraque; ou com a perda de militares e civis no terrível terremoto no Haiti. Evidentemente, eu gostaria de ter testemunhado a conclusão da chamada “Rodada do Desenvolvimento” da OMC e a tão necessária reforma das Nações Unidas. Mas essas são construções complexas e coletivas, que virão com o tempo. Orgulho-me de ter feito o que fiz. Muitas vezes os frutos só são colhidos mais tarde.

Quanto as posições do presidente Lula o influenciaram na tomada de decisões e quanto o senhor o influenciou nos momentos de crise externa?

No nosso sistema, o presidente é quem define as linhas da política externa e o Itamaraty executa. O presidente não “influencia”, ele decide. Mas é evidente que cabe ao ministro apresentar os detalhes das questões e dar a sua opinião, que pode ou não ser acatada. Eu diria que sempre houve muita convergência.

Sem Lula, será possível para o próximo governo manter o país como um “player” de destaque nas negociações globais, dando continuidade, inclusive, às posições divergentes dos interesses de grandes potências?

Além do carisma pessoal do presidente Lula, a política externa se beneficia das realizações no campo econômico, político e social. Embora impulsionadas inicialmente pelo presidente, tais realizações

são conquistas da sociedade brasileira que continuarão a dar sentido a nossa política externa. Divergências com grandes potências ocorrerão e devem ser encaradas com naturalidade. Só países subservientes não discordam de ninguém.

O senhor se arrepende de algum movimento adotado neste governo?

Foi justamente por não temer ações ousadas que colhemos inúmeros resultados: integração sul-americana, consolidação do MERCOSUL, criação do G-20 comercial na OMC que mudou a maneira de se negociar naquela Organização -, maior presença na África, missão de paz no Haiti e um crescimento expressivo da presença diplomática brasileira no mundo. O Brasil não pleiteia sozinho a reforma da ONU -- Japão, Alemanha, Índia, África do Sul, Nigéria e vários outros países trabalham pela reforma. Mas esse processo envolve a concordância de muitos países, e é natural que leve tempo. Ninguém em sã consciência pode acreditar que um órgão que reflete a distribuição de poder militar de 1945 faça sentido hoje. Quanto à questão nuclear iraniana, Brasil e Turquia buscaram criar um ambiente de confiança e de promoção da paz, com base nas propostas feitas por países que, depois, por motivos internos ou outros, apoiaram as sanções contra o Irã. Estou confiante de que a Declaração de Teerã, assinada pelo Brasil, pela Turquia e pelo Irã, continuará a ser, ainda que com outro nome, uma referência nas negociações sobre o tema.

Ainda existem acertos a serem feitos para que o Brasil acompanhe o desenvolvimento visto em países do BRIC. De que forma afoita das reformas política e tributária atrapalhou o desenvolvimento da nação no plano internacional?

Não me parece que o Brasil esteja em ritmo de desenvolvimento inferior ao dos demais países do BRIC. Em uma série de aspectos, por sinal, temos indicadores mais consistentes. Quanto às reformas política e tributária, são temas que dizem respeito à dinâmica institucional doméstica do país. O maior espaço que o Brasil tem ocupado no cenário internacional decorre da percepção objetiva de uma série de fatores: a pujança e o potencial de crescimento da nossa economia, nosso comprometimento firme com o multilateralismo, nossas posições construtivas nas negociações sobre mudança do clima e em outros temas, nossas inovações na área de bicomcombustíveis, o vigor da nossa democracia e o caráter plural de nossa sociedade.

Após oito anos intensos, quais são os planos do senhor a partir do dia 1º de janeiro de 2011?

Tenho um convite para dar aulas na UFRJ. E espero ter um convite dos meus filhos para dar palpites nos roteiros dos seus filmes, e de meus netos, para passar mais tempo com eles.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CELSO AMORIM, AO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”, 15/11/2010

“Sempre digo que Pelé só teve um; igual a Lula não vai ter”

Eliane Cantanhêde

“Não lamento nada.” Com essa frase, dita em francês e emprestada de Edith Piaf, o ministro Celso Amorim, 68, termina oito anos à frente do Itamaraty defendendo de forma enfática sua política, que batizou de “altiva e ativa”.

Mantém as críticas aos EUA, carrega nas tintas ao pintar o protagonismo do Brasil no comércio e na política externos e defende a posição que o país teve em casos polêmicos, como mediar o acordo nuclear do Irã.

Ele diz que cumpriu sua missão e que seria “incapaz” de se candidatar a permanecer no governo Dilma Rousseff. Compara o presidente a Pelé e vaticina: “Igual a Lula não vai ter, mas não quer dizer que Dilma não vá fazer um governo extraordinário”.

Segue a íntegra a entrevista, cujos principais trechos são publicados na Folha de hoje.

FOLHA: O sr. é candidato a continuar no cargo?

CELSO AMORIM: Fiquei muito contente com a vitória da ministra Dilma, com quem

sempre tive relações da melhor qualidade. Isso não significa que eu vá, ou possa, criar algum tipo de constrangimento. Eu seria incapaz de me colocar como candidato a alguma coisa, ou cobrando alguma coisa. Isso não existe.

E, se você olhar sob o ponto de vista da vaidade pessoal, eu passei o Barão do Rio Branco em número de dias no ministério. Sou o ministro mais longo da história do Itamaraty e o segundo mais longo de todos. Só o Gustavo Capanema ficou mais tempo do que eu.

O “Foreign Affairs” me colocou como o melhor chanceler do mundo. Honestamente, o que mais eu posso querer? É melhor sair no ápice do que esperar acontecer alguma coisa.

FOLHA: O que é o ápice?

CELSO AMORIM: Você lê qualquer jornal internacional, mesmo os que são contra a algum aspecto da política externa brasileira, e todos dizem que a importância do Brasil no mundo cresceu.

Claro que atribuem ao crescimento econômico, aos avanços sociais, mas também à ousadia da política externa. Que é do presidente, diga-se, mas eu ajudei.

FOLHA: Se o sr. fosse convidado, ficaria?

CELSO AMORIM: Qualquer coisa que eu diga soará mal. Não tenho como responder. Eu me sinto bem, considero minha missão cumprida.

Agora, se alguém me pedir um conselho, estou disposto a dar.

FOLHA: Por exemplo...

CELSO AMORIM: Acho que o próximo ministro deva ser um profissional e a gente deve continuar trabalhando na linha da renovação. Precisamos de gente mais nova.

Eu já estou velho, tenho 68 anos, vivi muito.

FOLHA: O sr. apoia o embaixador Antônio Patriota?

CELSO AMORIM: Acho que ele tem plenas condições, mas não é o único. Mas não quero discutir nome a nome.

FOLHA: Mas, quando fala em solução profissional, exclui o ministro Nelson Jobim?

CELSO AMORIM: Isso não cabe a mim. Mas acho que o Itamaraty se engrandeceu por ter profissionais não apenas na chefia da Casa, mas em todos os cargos diplomáticos, e isso é a primeira vez que acontece na história deste país. As pessoas trabalham com vontade redobrada.

Mas San Thiago Dantas, por exemplo, não era diplomata de carreira e foi um grande ministro, que marcou a história. Nada é absoluto.

FOLHA: Por que o sr. participou tão assiduamente na campanha de Lula em 2006, mas sumiu na de Dilma?

CELSO AMORIM: Eu fui três vezes, mas a situação é um pouco diferente, porque eu era ministro do Lula. Minha participação mais direta era mais natural.

E, em 2010, coincidiu que tive uma agenda de viagens mais carregada.

FOLHA: Por que a política externa, diferentemente das expectativas, não foi tema de campanha?

CELSO AMORIM: Ora, porque a oposição não tinha nada a ganhar com isso, porque o povo brasileiro, em sua esmagadora maioria, só tem palavras de apreço à política externa. Eu vejo isso claramente na rua.

FOLHA: Se é assim, por que o governo não se aproveitou disso na campanha?

CELSO AMORIM: Porque não precisava, era um ponto pacífico.

E falava-se, sim, no prestígio internacional do Brasil, ao lado do Bolsa Família, crescimento, salário mínimo.

FOLHA: A que se deve esse prestígio internacional? À força de Lula, ao crescimento econômico ou a uma estratégia de política externa?

CELSO AMORIM: A personalidade do Lula foi um fator indispensável, obviamente, mas isso foi acompanhado desde o primeiro momento de uma visão de política externa inovadora. E houve uma sucessão de acertos que deu no que deu.

Até a “The Economist”, que criticou várias vezes a política externa, agora chama o Brasil de “gigante diplomático”. A “Foreign Affairs”, o “Le Monde”, a “Foreign Policy”, “El Pais”, todos elogiam.

FOLHA: Mas o Lula e os assessores dele dizem que essas avaliações estrangeiras sobre o Brasil não têm a menor importância. Afinal, têm ou não têm? Ou só têm quando é a favor?

CELSO AMORIM: Infelizmente, só sai notícia mais positiva quando a imprensa lá fora publica. É o que a gente chama de “complexo de vira-lata” que o presidente tanto critica. Tem de se trabalhar com ele para vencê-lo, como na psicanálise.

FOLHA: Como o sr. virou chanceler?

CELSO AMORIM: Eu nunca soube porque o Lula optou por mim, nunca perguntei a ele. Ele costumava dizer que eu tinha um pouquinho de caspa, então, devia ser um pouco mais popular.

Adivinha qual a primeira pessoa para quem eu liguei quando o Lula foi eleito em 2002? Dá um palpite. Eu nem conhecia o Lula. Foi para o Fernando Henrique Cardoso, com quem eu me dava muito bem. Eu disse que a chegada de Lula ao poder, depois dele, era a consolidação da democracia. E foi, de fato. A estabilidade foi mantida, a inclusão social aprofundada, avançamos na área de clima.

Com o governo acabando, posso falar tranquilamente que o Lula é uma figura excepcional, você vai contar três ou quatro líderes políticos como ele no século. É quase da dimensão do Nelson Mandela, e só não é igual porque a situação lá era mais dramática.

FOLHA: E como vai ser agora, sem Lula?

CELSO AMORIM: Sempre me perguntam isso, e eu respondo: Olha, Pelé só teve um, mas o Brasil foi cinco vezes campeão do mundo, algumas vezes sem Pelé. Igual a Lula

não vai ter, ele é uma personalidade única na história recente do Brasil.

Mas não quer dizer que a Dilma não vá fazer um governo extraordinário e uma política externa muito boa. É uma mulher presidente do Brasil, e uma mulher que sabe o que quer e sabe comandar. Há quem compare a Dilma com a Margareth Thatcher, mas eu discordo.

A Dilma tem uma sensibilidade social, uma capacidade de ver as necessidades do povo que me dá confiança de que será muito bom para o país.

FOLHA: Qual foi o grande acerto da política externa no governo Lula?

CELSO AMORIM: Quando o presidente Lula me indicou publicamente, eu tinha de dizer umas palavras rápidas ali. Eu tinha falado umas duas vezes com Lula, não tinha combinado nada, não tinha estudado o programa do PT, e, aí, eu disse que a política externa seria ativa e ativa.

E essas palavras, que eu disse quase por acaso, acabaram entrando para o programa do PT e da presidente [Dilma]. Era uma questão de atitude. Hoje, eu até trocaria por política externa desassombrada e solidária, sobretudo porque não tem medo da própria sombra.

FOLHA: A política externa antes não era ativa e ativa?

CELSO AMORIM: Tenho 50 anos de Itamaraty e vi muita gente muito boa, muito competente, mas com aquela atitude que um secretário-geral de muito tempo atrás traduzia assim: “Política externa dá bolo”.

Então, é melhor cuidar da burocracia, fazer uma coisinha ou outra e evitar bolo.

FOLHA: Exemplo do que poderia dar bolo?

CELSO AMORIM: Quando nós fizemos o G-20 comercial em Cancún, quando começamos a brigar contra a Alca e todos os vizinhos pareciam muito atraídos pela Alca, inclusive a Argentina.

Mas, veja bem, eu não decidi brigar com a Alca, eu disse: vamos ver, vamos conversar, vamos discutir. E ela morreu em Miami, sabe por quê? Porque foi quando conseguimos chegar a uma Alca que serviria ao Brasil, que não cerceasse a nossa capacidade de escolha de um modelo de desenvolvimento, e aí não interessava mais para os outros.

Era uma Alca que não nos sujeitava a um modelo neoliberal em compras governamentais, em investimento, em proteção à propriedade intelectual, e em agricultura. Os fundamentalistas de lá não quiseram. Então, matamos a Alca sem dar um tiro.

FOLHA: Isso tudo não foi um pouco de teatro? A intenção não era matar a Alca desde o início, por uma questão ideológica?

CELSO AMORIM: Olhando em retrospectiva, foi melhor talvez mesmo não ter tido a Alca. A crise nos EUA demonstrou isso. Nós ficamos mais protegidos, tivemos mais liberdade. E pudemos investir numa política Sul-Sul. E nada foi mais importante do que o processo de integração da América do Sul. Os presidentes se falam o tempo todo. Isso é muito importante.

FOLHA: Mas o Brasil ficou sem a Alca, não concluiu a Rodada Doha de comércio e se recusou a fazer acordos bilaterais. O país tirou a Alca e não botou nada no lugar?

CELSO AMORIM: Tenho certeza de que a Rodada Doha da OMC será concluída, mais cedo ou mais tarde. E, quando for, as pessoas vão olhar que o germe da conclusão correta foi a criação do G-20 comercial em Cancún, e aí foi o Brasil.

O nosso comércio cresceu com o mundo inteiro. Vão dizer que foi por causa disso, por causa daquilo outro, mas a verdade é que cresceu e o Brasil já é a oitava economia do mundo e já está entre os dez maiores cotistas do FMI.

Não há nenhuma, nenhuma mesmo, negociação comercial para a qual o Brasil não seja chamado. Como a China, a Índia, e isso é tudo resultado de Cancún, em agosto de 2003. Tinha um acordo todo prontinho entre EUA e União Europeia, para nos enganar de novo, como sempre. Só sobravam umas migalhinhas para os outros. Quem disse “não” foi o G-20, e não há quem não reconheça que quem liderou o G-20 foi o Brasil.

FOLHA: Ou Celso Amorim?

CELSO AMORIM: Quem liderou foi o presidente Lula, mas quem estava lá na linha de frente fui eu. Eu não escrevi livros, nunca formulei uma filosofia própria, mas o que, sim, eu fiz uma boa parte da minha vida foi ser negociador.

Até por isso é um bom momento para trocar de ministro, porque não tem nenhuma grande negociação em andamento.

FOLHA: E a contaminação ideológica, as picuinhas contra os EUA?

CELSO AMORIM: Falar em política externa independente é quase pleonismo. Eu diria que tivemos uma política externa que não teve

medo de tomar as atitudes internacionalmente.

Logo no início, o presidente Lula condenou claramente a invasão do Iraque, mas sem confrontacionismos inúteis, tanto que ele teve uma boa relação com o presidente [George W. Bush].

FOLHA: Como foi aquele início em que o sr. mandava de um jeito, o Marco Aurélio Garcia, de outro, e o Samuel Pinheiro Guimarães, de um terceiro? Como foi afinal definido o rumo?

CELSO AMORIM: Foi uma conversa contínua. Foi tudo empírico, intuitivo. O presidente Lula muitas vezes tinha uma intuição do que devia fazer, mas foi preciso formular aquilo em termos diplomáticos, e isso exige alguma experiência. É como fazer uma casa.

Você tem a ideia do que quer, mas precisa de um técnico que desenvolva essa ideia. E o presidente Lula já disse que a gente se comunica até por telepatia.

FOLHA: Falando assim, não houve um risco grande de improvisação, de risco?

CELSO AMORIM: As coisas centrais foram objeto de discussões amplas com ministros de outras áreas, como no caso da Alca e da OMC. Eu definia a tática, mas o presidente Lula é que aprovava. Às vezes, dizia: “Não, isso aqui eu prefiro não fazer”. Quando nós estávamos voltando da segunda viagem presidencial, a Davos, ele disse: “Celso, nós agora vamos fazer uma nova geografia econômica e comercial do mundo”. Foi inspiração dele. Não fui eu quem inventou, foi ideia dele.

E, aos poucos, fomos fazendo a aproximação com os países árabes, com a África. Veja a

África hoje: se você considera como um país só, é o quarto parceiro comercial nosso, maior do que Alemanha e do que Japão. Fizemos muito com a África, mas eu acho que ainda é pouco, teríamos que fazer ainda mais. Corremos o risco de perder terreno para a China ou para a Índia.

Hoje, vou a Moçambique e vejo nossos empresários de peso sentados lá. Antes, ia para lá o representante do representante do representante, quando ia. Só do presidente foram 12 viagens à África.

FOLHA: A sensação de sucesso não gerou uma certa megalomania? O Brasil não começou a se meter onde não devia?

CELSO AMORIM: A função de um diplomata, quando está tudo escuro, é vislumbrar aquela réstia de luz ali na porta e ir lá, tentar aumentar. É isso que a gente tem de fazer e a política externa do presidente Lula fez.

Já que não é possível ter uma democracia perfeita no mundo, você tem de ter um pouco mais de equilíbrio, para que ninguém possa impor apenas sua vontade, para que várias visões de mundo estejam presentes em relação ao comércio, às finanças, ao clima, à paz e à segurança internacionais. A multipolaridade é um instrumento que a gente tem obrigação de usar.

A aproximação com a África, com os países árabes, com a Ásia, entra nisso. É assim que a gente alarga aquela réstia. Não posso dizer: Ah. Isso é muito difícil para mim, vou deixar só os EUA cuidarem disso, ou só a Rússia, ou só a China. Eu tenho obrigação de cuidar disso também.

Quando o presidente visitou a Síria e a Líbia, por exemplo, houve uma avalanche de críticas.

Quando pouco depois o Blair e o Aznar foram lá, aí todo mundo achou bacana. Então, nós apenas estávamos à frente.

Hoje, está claro que não é possível falar em paz no Oriente Médio sem Síria participando. Não é questão de achar que é boa ou ruim, é de reconhecer que é um ator indispensável.

FOLHA: E a questão de princípios, de democracia, de direitos humanos?

CELSO AMORIM: A repercussão que pode ter tido aqui um ou outro fato, uma coincidência infeliz...

FOLHA: O sr. considera uma coincidência infeliz o presidente e seus ministros às gargalhadas com os irmãos Castro justamente no dia em que morre de fome um dissidente que esperava ajuda do Brasil?

CELSO AMORIM: O fato de ele ter morrido quando o presidente Lula estava lá era imprevisível, você chame como quiser chamar.

FOLHA: Não é equivalente a Lula comparar a resistência iraniana a chororô de time derrotado, quando se sabe que lá os dissidentes são mortos?

CELSO AMORIM: Não me cabe comentar declarações do presidente Lula. Mas digo que não é correta a percepção de que o Brasil procurou fazer certas coisas porque é amigo do Irã e quer fazer certas coisas porque é amigo. O Brasil procura ter relações de amizade com todos os povos.

FOLHA: O que o Brasil ganha em se meter a intermediar o acordo nuclear do Irã?

CELSO AMORIM: Na questão nuclear, o que o Brasil fez foi o que os países ocidentais queriam. Nós viabilizamos a aceitação pelo Irã de uma proposta feita, na verdade, pelo ocidente. E por que não devíamos tentar? É como a gente se trancar dentro de casa e dizer: “nós somos pequeninhos, não podemos sair na rua...”

Tem uma hora que a gente precisa olhar para fora e ver se todo mundo está achando que você é pequenininho mesmo. E vai ver que não. Agora mesmo, quando o Obama fala na inclusão da Índia no Conselho de Segurança [da ONU] todos captaram que não é possível fazer uma reforma do conselho sem o Brasil.

Quando se discute clima, você chama o Brasil. Quando se fala de finança, você chama o Brasil. Quando se fala de comércio, você chama o Brasil, como a Índia e a China. O único terreno em que havia ainda uma certa reserva de mercado, digamos assim, era a questão da paz e da segurança. E foi por isso que a ação do Brasil e da Turquia incomodou.

FOLHA: Os dois ficaram isolados.

CELSO AMORIM: A verdade é que os países ocidentais diziam: “Vai lá, vai lá”. Nós fomos de boa fé, mas a verdade é que ninguém acreditava que o Irã aceitasse três pontos da carta do Obama, e o Irã aceitou, a verdade é essa.

FOLHA: Os EUA então puxaram o tapete do Brasil?

CELSO AMORIM: Quem disse foi o El Baradei, da Agência de Energia Atômica. Ele disse claramente que os proponentes não podiam aceitar “sim” como resposta. Acho que eles se desentenderam internamente. Não esperavam obter, obtiveram e não souberam o que fazer com isso.

A história, você não pode contar em seis ou oito meses. Eu não sei o que vai acontecer, mas certamente tudo isso diz respeito à paz mundial, porque se houver uma guerra no Irã não vai afetar só o Irã, vai ter efeitos muitos graves para todo o Oriente Médio.

Nós vimos na proposta, veja bem, elaborada pelo próprio Ocidente, era uma possibilidade de solução. E contemplava uma hipótese da qual o Irã não vai abrir mão: a de ter energia nuclear, inclusive enriquecimento, para fins pacíficos. E isso é permitido pelo TNP [Tratado de Não Proliferação Nuclear].

FOLHA: Por que o Brasil se omite na condenação de países que desrespeitam os direitos humanos?

CELSO AMORIM: Eu lidei 8 anos com a ONU e já participei diretamente disso, sei o quanto essas coisas são manipuladas. No ano em que os EUA estavam fazendo acordos comerciais com a China, a China desaparecia das resoluções de direitos humanos. No ano seguinte, não tinha mais acordo comercial com a China, e a China voltava para as resoluções. E agora não entra mais. Isso é sabidíssimo.

E você pode reparar que há sete países que convivem com situações crudelíssimas, inclusive contra mulheres, e que jamais são mencionados. Por quê? Porque têm bases americanas ou têm outros interesses.

Nosso objetivo não é fazer diploma, é promover mudanças reais nas condições. Mas, no caso da Coreia do Norte, por exemplo, que fez ouvidos moucos a todas as recomendações, aí sim, nós votamos a favor da resolução que condenava.

Nem acho que ela vá funcionar, porque é tão hostil que cria uma barreira, quando o objetivo

deve ser o diálogo. Condenar só não adianta nada.

FOLHA: O Brasil está exercitando o “soft power” ao gastar rios de dinheiro em países de todos os continentes, alguns muito distantes de nossa realidade? Trata-se de compra de votos?

CELSO AMORIM: Em geral, está financiando empresas brasileiras. Então, você dá por um lado e recebe pelo outro. E o que o Brasil gasta, na verdade, é ínfimo.

Nossa cooperação técnica é comparável talvez à de um pequeno país europeu, tipo Áustria. Você não pode estar entre as dez maiores economias do mundo, querer uma política ativa na OMC e querer que esses países te apoiem sem nada em troca.

É também querer que esses países assumam um risco na hora de você brigar com os Estados Unidos, brigar com a União Europeia. Você cria vínculos, cria alianças.

FOLHA: A diferença é que a Áustria não tem os milhões de miseráveis que o Brasil ainda tem.

CELSO AMORIM: Mas uma coisa não pode eliminar a outra. Você vai resolver o problema dos mais pobres com um bom mercado interno, mas também com uma boa inserção internacional, com apoio internacional.

É muito mais complexo do que ser bonzinho daqui, interesseiro dali. Diz respeito à própria imagem brasileira. Eu não vi, por exemplo, nenhuma crítica à ajuda que o Brasil dá ao Haiti.

FOLHA: Abrir tantas embaixadas, até em países minúsculos, está dentro desse contexto?

CELSO AMORIM: Vai ver quantas embaixadas tem a Rússia, tem a Índia, tem a China... Influir na realidade internacional é do interesse do Brasil. Uma das maneiras é ter contato direto com os países, ter um embaixador lá para falar com um ministro, até com o presidente. As próprias empresas nos procuram, pedindo, estimulando.

FOLHA: E quando, afinal, o Brasil vai nomear um embaixador para Honduras?

CELSO AMORIM: Há um passo a ser dado que nós consideramos muito simples, que é permitir ao menos a volta do [ex-presidente deposto Manuel] Zelaya ao país. Ele foi expulso por um golpe militar com uma arma na cabeça.

FOLHA: Com a consolidação da Unasul, qual o futuro da OEA?

CELSO AMORIM: Cada uma vai ter o seu papel. A OEA inclui países muito heterogêneos. São dois países muito desenvolvidos e um bando enorme de países em desenvolvimento.

Então, até para que haja um diálogo produtivo, é importante que os países em desenvolvimento na região se integrem. Integrados, nós teremos mais força, não só para brigar, não, mas para dialogar mesmo com os EUA e o Canadá.

A OEA tem sobrevida, mas muita coisa pode ser resolvida ou bem encaminhada no âmbito da Unasul antes de chegar lá.

FOLHA: O mundo está centrado em duas incógnitas, EUA e China. É uma nova bipolaridade?

CELSO AMORIM: Não acho que nós saímos de uma bipolaridade para cair em outra, porque o mundo hoje é muito mais complexo. Por mais que a China seja importante, precisa do Brasil para discutir clima.

Por mais que os EUA sejam importantes, precisam do Brasil para discutir comércio e finanças. Do Brasil e de vários outros.

Eles têm de ouvir os outros, porque não há mais como haver políticas impositivas, nem um mundo dividido em dois campos, com cada um dominando o seu campo a seu modo. Isso, com certeza, não há nem haverá.

FOLHA: A China é aliado do Brasil nos Bric, mas não é ao mesmo tempo competidor comercial direto?

CELSO AMORIM: Nosso saldo comercial com a China deve chegar a US\$ 7 bilhões neste ano, enquanto temos um déficit de US\$ 5 bilhões com os EUA, que é o maior superávit dos EUA no mundo. Então, vamos convir que a China não é o nosso grande problema.

FOLHA: Se o sr. pudesse voltar atrás, o que faria diferente?

CELSO AMORIM: Vou falar como a Edith Piaf: “Je ne regrette rien”.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, AO
JORNAL “O ESTADO DE S. PAULO”, 28/11/2010

“Precisamos repensar nossa relação com a China”

Em balanço de sua gestão à frente da diplomacia brasileira, Amorim rebate críticas por omissão do País em temas polêmicos, como Irã e Cuba, e admite falta de estratégia ao lidar com Pequim

Patrícia Campos Mello

O chanceler Celso Amorim se prepara para deixar o circuito das grandes questões mundiais e se recolher à ponte aérea entre Brasília, onde vive sua mulher, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde pretende dar aulas quando acabar o governo Lula. Dizendo se sentir “realizado” com sua atuação à frente da política externa do governo Lula durante oito anos, o chanceler admite não ter “planos muito claros” sobre o que vai fazer daqui para frente. Amorim tem apenas uma autocrítica em relação a seu mandato no Itamaraty - falta de uma estratégia mais clara para lidar com a China, concorrente e, ao mesmo tempo, aliada do Brasil no Brics. “Esse será um grande desafio”, diz.

Quanto ao envolvimento do Brasil em questões polêmicas como a omissão do

governo brasileiro em relação a violações contra direitos humanos em Cuba e no Irã, ele não recua nem um milímetro. “Nós não somos “soft” em direitos humanos, só não condenamos porque a grande maioria dos países que condenam é de ex-potências coloniais que estão purgando os seus complexos de culpa”, disse. “Não dá certo fazer as duas coisas (conversar privadamente enquanto condenam publicamente).”

Amorim acha que a maior visibilidade do Brasil no cenário internacional veio para ficar. “Como o Brasil quer ser membro do Conselho de Segurança, não podemos nos omitir dessas (grandes) questões”, afirma o chanceler. “Não vamos fazer uma nova política de isolacionismo, só cuidar do nosso. Como dizia o Silveira (Antônio Azeredo da Silveira, chanceler de Ernesto Geisel), o Brasil pode renunciar a tudo, menos à sua grandeza.”

Jornal: *O Itamaraty argumenta que é melhor não fazer condenações públicas de violações a direitos humanos para manter o canal de comunicação aberto e influenciar os países dessa maneira. Não dá para fazer as duas coisas ao mesmo tempo, evitando desgastar a imagem da democracia brasileira?*

Celso Amorim: Não dá certo fazer as duas coisas. Se você ficar condenando, você se descredencia como interlocutor. Precisamos ter uma atitude que propicie o diálogo e nossa estratégia deu certo.

No caso da francesa Clotilde Reiss (civil francesa que estava presa no Irã, acusada de espionagem, e foi libertada), não há dúvida. As críticas são totalmente injustas. Ontem mesmo o responsável por direitos humanos no Irã disse que o país está revendo a sentença de morte por apedrejamento de Sakineh. Até que ponto isso se deve à pressão internacional e até que ponto aos apelos do presidente Lula e de outras pessoas que tenham diálogo direto com ele, eu não sei, essas coisas são difíceis de medir.

Jornal: *O Brasil se alinhar com países que têm histórico antidemocrático não compromete nosso “soft power”, poder de influenciar sem recorrer à força bruta?*

Celso Amorim: Eu não acho que o nosso “soft power” tenha sido comprometido ao longo desses anos, nem essa é a opinião de nenhum comentarista internacional. Não somos “soft” em direitos humanos, só não condenamos porque a grande maioria dos países que condenam é de ex-potências coloniais que estão purgando os seus complexos de culpa. E não quer dizer que nós privadamente muitas vezes não falemos. E se eu quisesse posar de amiguinho do Irã ia votar contra, ia dizer que a resolução (da ONU) não tem cabimento. Nós nos abstivemos.

Jornal: *Olhando para esses últimos oito anos, o que o senhor teria feito de diferente?*

Celso Amorim: Pode parecer presunçoso, a minha tendência é ver acertos, os historiadores

terão visão mais equilibrada. Eu não me arrependo da Alca (negociação que não avançou).

Jornal: *O sr. acha que a atribuição de comércio exterior tem de ficar no Itamaraty ou deve ser criado um escritório comercial subordinado à Presidência, como nos EUA?*

Celso Amorim: Pergunte à Fiesp o que eles acham - à Fiesp mesmo, não a ex-diplomatas que estão na Fiesp. Nós temos uma visão de País mais completa, levamos em conta outros fatores que não são aqueles de ganho imediato.

Jornal: *Um problema que está ganhando cada vez mais importância é a competição da China. Não deveria haver maior assertividade em relação à China, além de defesa comercial?*

Celso Amorim: Nós estamos com superávit de quase US\$ 7 bilhões com a China.

Jornal: *Mas o que exportamos são commodities.*

Celso Amorim: Quando chega a hora de defender o interesse do etanol, do açúcar, é muito importante, mas quando está dando certo, aí tudo vira commodities. Dito isso, eu não quero dizer que não tenhamos de ser mais assertivos em relação à China. Esse é um desafio.

Jornal: *O Brasil é muito mais enfático ao criticar a política monetária americana, dentro da guerra cambial, do que a desvalorização do yuan. Isso não é ideológico?*

Celso Amorim: A China adotou uma política que nos prejudica, mas a raiz do problema está na política monetária dos EUA, não tenho dúvida sobre isso. Como estou em final de

governo, estou de saída, dou minha opinião: se um país quer ser tratado como economia de mercado, não pode ter política cambial que não seja de mercado. Essa política de constante desvalorização nos atinge. Eu acho que o relacionamento com a China será um dos maiores desafios do Brasil daqui para a frente.

Jornal: *A China está entrando em áreas de influência nossa, como América do Sul e África. Mas a China segue um modelo de negociação sem impor condições com Zimbábue, por exemplo, país notório por violações.*

Celso Amorim: Vamos competir com nossos méritos, o Brasil transfere conhecimento da maneira que eles não transferem, em agricultura tropical, por exemplo. Não queremos seguir o modelo chinês, em absoluto, não perco uma oportunidade de conversar com meus interlocutores do Zimbábue sobre o que eu acho que eles deveriam fazer, que envolve tratamento adequado da oposição. Mas não somos a favor de isolamento comercial, algo que não dá resultado.

Jornal: *Quais são os grandes desafios em política externa do próximo governo?*

Celso Amorim: Precisamos dar uma forma importante ao relacionamento com a China. Não desenvolvemos um conceito pleno de como vai ser nossa relação com a China. Essa é uma autocrítica. Não deu tempo. Precisamos pensar mais profundamente nisso.

Jornal: *E com os EUA, em que pé estamos?*

Celso Amorim: Estamos bem. Nossa cooperação no Haiti foi muito boa, há vários países onde cooperamos no etanol.

Jornal: *Seria positivo a presidente eleita Dilma Rousseff se encontrar com o presidente americano Barack Obama em Washington antes de sua posse?*

Celso Amorim: Ah, esse conselho eu só dou a ela se ela me pedir. E ela não me pediu. Mas, na minha opinião, indispensável não é. Ela terá tempo de ir depois, receber o Obama aqui depois. É mais importante ela ir à Argentina, porque simboliza as realizações com a América do Sul.

Jornal: *Os EUA têm a visão certa do papel do Brasil no mundo?*

Celso Amorim: Há uma visão mais aproximada, apesar de tropeços. Em uma matéria recente, a própria (secretária de Estado) Hillary Clinton falou da necessidade de intensificar as relações com China, Índia e Brasil.

Jornal: *Mas, por enquanto, intensificou com a Índia.*

Celso Amorim: A Índia tem para eles um valor estratégico em função da região onde está, ao lado da China e Rússia.

Jornal: *Seria esperado, quando o presidente Obama vier pra cá, que ele manifeste apoio à pretensão do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança (CS) da ONU, como fez com a Índia?*

Celso Amorim: Ah, eu esperaria, se o presidente Obama vier pra cá, depois de ter ido à Índia, seria normal ele dizer a mesma coisa do Brasil.

Jornal: *Apesar dos nossos percalços com os EUA nos últimos tempos.*

Celso Amorim: Sim, seria normal. Se o preço para entrar no CS é dizer sim a tudo, pode até não valer a pena.

Jornal: *Em Trinidad Tobago em 2009, na Cúpula das Américas, Obama fez um discurso prometendo uma nova política para a América Latina. Ele correspondeu às expectativas de mudança da política americana para a região?*

Celso Amorim: O governo republicano (do presidente George Bush) cometeu muitos erros em relação à América Latina - pôs Cuba no eixo do mal, apoiou o golpe na Venezuela. Mas em outros casos o governo Bush agiu de maneira mais sensata, ouviu o Brasil em muitas coisas. Nós tínhamos uma enorme expectativa com o presidente Obama, mas ele teve de se concentrar em outros problemas, internos e do Oriente Médio. Algumas vezes isso não é mau. A melhor política que os americanos podem ter para a América Latina é a “negligência benigna”.

Jornal: *O que o sr. pretende fazer quando acabar o governo Lula?*

Celso Amorim: Não tenho nenhum plano muito claro, tenho vários convites vagos, para fazer seminários, cursos, o mais específico é para dar aula na UFRJ. Pretendo fazer isso, vou morar entre Brasília e o Rio, minha mulher mora aqui.

Jornal: *O sr. teria gostado de permanecer no governo Dilma?*

Celso Amorim: Dizer não soaria arrogante, dizer sim parece que estou pleiteando alguma coisa. Eu me sinto realizado. Os nomes que ouço falar todos são de pessoas boas.

Jornal: *O sr. acha que haverá continuidade na política externa?*

Celso Amorim: Eu não creio que haja mudanças de curso muito importantes, mas desafios novos sempre aparecerão, a China é uma relação que terá de ser pensada.

Jornal: *O sr. vê o mesmo tipo de atuação intensa em questões controversas, como Oriente Médio e Irã?*

Celso Amorim: O Brasil é percebido como um interlocutor válido no Oriente Médio, eu recebi pedidos para receber autoridades da Síria, da Autoridade Palestina, de Israel. Independentemente de quem seja o presidente, o Brasil é um país que tem um peso. Essas situações vão se repetir caso a gente queira ou não queira, e a gente não pode fugir delas. Como o Brasil quer ser membro do CS, mesmo não permanente, não podemos nos omitir dessas questões. Não vamos fazer uma nova política de isolacionismo, só cuidando do nosso. Como dizia o Silveira (Antônio Azeredo da Silveira, chanceler de Ernesto Geisel), o Brasil pode renunciar a tudo, menos à sua grandeza.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África do Sul 47, 49, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 76, 97, 116, 143, 159, 171, 191, 205, 278, 280, 301, 305, 310, 316, 317, 318, 354, 355, 360, 400, 401, 403, 404, 419, 424, 429, 438.

Alemanha 41, 44, 47, 54, 60, 64, 65, 71, 83, 84, 88, 89, 171, 283, 303, 316, 317, 338, 404, 434, 438, 445.

Algodão 34, 35, 54, 144, 233, 431.

Argentina 47, 64, 65, 73, 78, 99, 104, 105, 107, 109, 114, 115, 116, 121, 144, 154, 157, 158, 161, 162, 163, 168, 180, 203, 231, 232, 233, 234, 236, 241, 246, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 275, 296, 311, 319, 322, 330, 341, 345, 353, 360, 369, 372, 373, 374, 377, 379, 382, 385, 386, 388, 392, 393, 395, 396, 397, 415, 416, 429, 430, 444, 451.

B

Bélgica 330

Biocombustíveis 34, 36, 37, 40, 55, 58, 66, 79, 80, 94, 132, 159, 160, 166, 172, 177, 185, 190, 194, 198, 200, 255, 268, 282, 283, 286, 287, 297, 298, 312, 329, 330, 334, 335, 379, 381.

Bolívia 65, 73, 101, 104, 105, 107, 110, 114, 116, 156, 236, 239, 246, 247, 311, 316, 320, 334, 345, 350, 374, 377, 382, 389, 390, 391, 393, 395.

Burkina Faso 179, 334, 345.

Burundi 48, 53, 143, 334.

C

Cabo Verde 33, 64, 116, 143, 179, 185, 186, 189, 204, 206, 212, 213, 215, 302, 360.

CAF 235, 236, 237, 239, 284, 288, 349, 384.

CALC 195, 222, 247, 344, 387.

Chile 65, 77, 105, 109, 156, 161, 170, 236, 241, 242, 246, 247, 249, 274, 275, 311, 317, 330, 338, 345, 377, 382, 387, 393, 395, 430.

China 42, 44, 50, 53, 64, 84, 88, 107, 109, 116, 122, 162, 163, 172, 205, 219, 220, 221, 246, 268, 310, 317, 354, 400, 401, 403, 404, 499, 414, 424, 427, 428, 431, 434, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452.

Cisjordânia 284, 307, 356.

Comissão Europeia 180, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 212, 426.

Conselho de Segurança 54, 58, 76, 81, 108, 132, 146, 149, 151, 160, 182, 187, 192, 196, 208, 210, 222, 252, 262, 264, 278, 287, 289, 301, 303, 317, 318, 319, 329, 336, 360, 366, 385, 388, 394, 401, 403, 405, 407, 420, 428, 429, 433, 434, 446, 449, 451.

Cooperação Econômica 167, 193, 206, 212, 263, 312, 314, 315, 316, 328, 385, 424.

COP-15 51.

Coréia do Sul 71.

CPLP 38, 182, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 280, 310, 348.

Cruz Vermelha 292, 427.

D

Democracia 33, 34, 38, 39, 40, 42, 48, 51, 55, 57, 75, 77, 78, 79, 95, 99, 120, 124, 125, 129, 131, 136, 143, 144, 145, 157, 182, 187, 192, 195, 207, 222, 245, 271, 281, 310, 311, 322, 340, 341, 345, 346, 358, 359, 375, 378, 386, 388, 392, 398, 404, 407, 408, 430, 439, 443, 445, 446, 449.

Desenvolvimento Sustentável 40, 94, 111, 147.

Direitos Humanos 34, 63, 71, 77, 78, 79, 132, 146, 147, 157, 166, 182, 192, 195, 199, 201, 207, 215, 222, 226, 235, 251, 252, 264, 281, 292, 295, 296, 310, 312, 327, 328, 331, 333, 362, 363, 366, 374, 378, 386, 388, 389, 390, 392, 395, 397, 407, 408, 413, 414, 415, 430, 446, 447, 449, 450.

E

Energia 34, 37, 38, 40, 52, 87, 94, 99, 101, 102, 103, 107, 112, 122, 123, 132, 136, 167, 172, 177, 180, 184, 186, 188, 191, 193, 194, 196, 198, 199, 200, 202, 209, 223, 225, 228, 229, 230, 234, 243, 248, 254, 255, 256, 260, 261, 264, 268, 280, 283, 286, 288, 298, 311, 312, 313, 315, 329, 332, 335, 336, 342, 346, 348, 349, 350, 354, 362, 379, 380, 381, 384, 388, 414, 427, 428, 446, 447.

Equador 65, 114, 157, 231, 276, 289, 306, 309, 310, 311, 330, 338, 350, 374, 377, 379, 382, 386, 387, 389.

Espanha 67, 83, 85, 88, 106, 195, 197, 299, 300, 307, 330, 426.

EUA 330, 338, 414, 417, 428, 433, 434, 441, 444, 445, 446, 447, 448, 450, 451.

F

Foro IBAS 54, 64, 65, 83, 84, 89, 93, 109, 112, 120, 158, 264, 317, 320, 382, 426, 428, 433, 434.

França 54, 64, 65, 83, 84, 89, 93, 109, 112, 120, 158, 264, 317, 320, 382, 426, 428, 433, 434.

G

Genebra 78, 161, 190, 203, 292, 295, 299, 333, 337, 338, 397, 413, 414, 415, 423, 425, 432.

Guiana 306, 311, 330, 338, 348, 350, 361, 382, 387, 396.

Guiné-Bissau 131, 132, 133, 171, 179, 204, 206, 207, 208, 213, 218, 277, 278, 279, 280, 281, 302, 334, 360, 408.

Guiné-Equatorial 37, 38, 165, 166, 179, 181, 182, 183, 204, 209, 210, 360, 415.

H

Haiti 107, 141, 142, 143, 144, 149, 157, 163, 164, 172, 173, 174, 195, 198, 224, 231, 235, 243, 249, 251, 252, 263, 265, 275, 276, 288, 290, 291, 301, 302, 305, 308, 309, 310, 312, 318, 320, 321, 323, 334, 335, 340, 343, 355, 359, 367, 388, 398, 399, 408, 420, 431, 434, 438, 447, 451.

Honduras 95, 121, 144, 252, 261, 388, 448.

I

Indonésia 304, 321, 361.

Índia 42, 44, 50, 53, 54, 66, 76, 89, 121, 142, 143, 163, 190, 205, 219, 239, 249, 280, 292, 299, 301, 303, 304, 305, 310, 316, 317, 318, 354, 355, 361, 400, 401, 403, 404, 409, 411, 419, 424, 429, 434, 438, 444, 445, 446, 448, 451.

Investimentos 35, 39, 49, 50, 61, 67, 68, 69, 84, 86, 92, 94, 98, 102, 104, 106, 114, 132, 136, 155, 156, 157, 166, 180, 181, 184, 188, 191, 193, 199, 200, 204, 207, 221, 225, 227, 228, 233, 256, 267, 268, 271, 273, 275, 282, 298, 325, 334, 335, 355, 358, 367, 368, 371, 372, 373, 376, 383, 384, 394, 425, 431.

Iraque 144, 146, 192, 323, 428, 438, 445.

Israel 108, 146, 196, 232, 248, 262, 278, 284, 307, 323, 354, 355, 356, 357, 358, 394, 397, 415, 420, 425, 438, 452.

Itália 59, 60, 65, 71, 83, 88, 89.

J

Jamaica 173.

Jogos Olímpicos 92, 264.

L

Líbano 120, 262, 317, 330, 438.

M

Mali 34, 144, 163, 179, 423, 431.

Mercosul 47, 48, 76, 80, 83, 84, 94, 98, 99, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 136, 142, 144, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 180, 191, 195, 198, 199, 221, 226, 230, 231, 232,

233, 234, 235, 259, 260, 268, 274, 277, 286, 290, 297, 301, 307, 309, 310, 319, 320, 320, 322, 338, 355, 358, 361, 362, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 404, 413, 415, 417, 425, 427, 429, 430, 438.

México 56, 65, 76, 81, 121, 122, 203, 236, 247, 261, 262, 264, 274, 306, 317, 325, 326, 344, 397.

Moçambique 44, 51, 52, 58, 63, 144, 259, 167, 168, 174, 175, 191, 199, 200, 204, 206, 208, 210, 213, 217, 324, 326, 430, 431, 445.

N

Nações Unidas 40, 54, 76, 77, 78, 81, 93, 117, 132, 143, 149, 151, 155, 156, 160, 167, 168, 170, 172, 173, 181, 182, 187, 190, 192, 193, 194, 202, 206, 208, 209, 210, 213, 215, 217, 219, 222, 224, 225, 231, 235, 252, 260, 261, 262, 264, 267, 277, 278, 280, 287, 289, 292, 293, 294, 295, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 312, 316, 317, 318, 321, 323, 327, 329, 330, 331, 332, 333, 336, 337, 347, 348, 355, 359, 360, 366, 367, 373, 374, 377, 383, 385, 387, 388, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 399, 408, 420, 438.

Negócios Estrangeiros 131, 166, 175, 184, 202, 204, 271, 272, 273, 279, 290, 291, 297, 298, 300, 303, 305, 312, 313, 315, 316, 328, 329, 331, 335, 337, 348, 362, 365, 375, 385, 408, 415, 420, 452.

Nigéria 33, 115, 116, 117, 160, 179, 186, 317, 360, 438.

O

OIT 161, 211, 214, 240, 337, 432.

OMC 35, 54, 111, 121, 145, 191, 203, 238, 247, 253, 273, 292, 297, 299, 301, 361, 366, 376, 385, 393, 397, 398, 403, 404, 418, 420, 425, 438, 444, 445, 447.

P

Palestina 108, 143, 146, 156, 196, 204, 239, 279, 284, 302, 307, 334, 354, 355, 356, 357, 361, 375, 385, 408, 415, 420, 452.

Paquistão 250, 267.

Paraguai 47, 65, 73, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 110, 114, 122, 154, 157, 203, 225, 226, 231, 233, 234, 277, 311, 319, 330, 361, 369, 372, 373, 377, 378, 380, 382, 388, 391.

Paz 33, 34, 35, 44, 48, 59, 71, 76, 79, 92, 93, 94, 95, 99, 108, 109, 119, 131, 132, 136, 144, 145, 146, 147, 156, 160, 187, 192, 194, 196, 208, 210, 222, 241, 247, 261, 262, 263, 269, 271, 278, 280, 284, 288, 306, 307, 311, 317, 319, 329, 343, 345, 354, 356, 357, 360, 366, 369, 373, 375, 378, 386, 394, 397, 398, 403, 413, 414, 419, 420, 427, 429, 438, 441, 445, 446, 447.

Peru 73, 114, 156, 175, 176, 243, 245, 302, 311, 320, 349, 350, 352, 353, 374, 377, 379, 382, 394.

Portugal 65, 84, 85, 88, 89, 106, 204, 206, 209, 210, 211, 212, 215, 307, 316, 338.

Programa Mundial de Alimentos (PMA) 35, 58, 190, 192, 219, 267, 303, 332, 349.

Programa Nuclear 196, 433.

Propriedade Intelectual 190, 223, 314, 325, 318, 444.

S

Segurança Alimentar 35, 37, 40, 57, 94, 145, 159, 166, 176, 185, 186, 189, 200, 213, 214, 218, 219, 223, 267, 293, 318, 335, 347, 355, 390.

Serra Leoa 34, 143, 179, 360.

Somália 40, 278.

Suécia 52, 55, 84.

Suriname 177, 330, 339, 345, 348, 349, 350, 361, 379, 380, 381, 382.

T

Timor-Leste 201, 204, 206, 208, 210, 212, 214, 218, 328.

Togo 179, 360.

Turquia 54, 108, 109, 146, 156, 196, 233, 246, 317, 361, 368, 377, 394, 403, 404, 415, 419, 424, 427, 428, 433, 438, 446.

U

Unasul 81, 99, 105, 107, 109, 115, 116, 136, 142, 144, 157, 161, 162, 226, 266, 269, 271, 275, 276, 288, 296, 297, 306, 309, 310, 311, 312, 322, 338, 340, 348, 386, 387, 388, 389, 393, 396, 416, 417, 430, 448.

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Mariana Rausch Chuquer
Karina Almeida Barreira

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

460

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação-Geral de Documentação
Diplomática (CDO)

Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1º subsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9279 / 9037
Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação